



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Entre a invenção da tradição e a imaginação
da sociedade sustentável:**
estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia

Luiz Antonio Ferraro Júnior

Orientador: Marcel Bursztyn

Tese de Doutorado

Brasília-DF: Dezembro de 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de
caso dos fundos de pasto na Bahia

Luiz Antonio Ferraro Júnior

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Marcel Bursztyn (CDS-UnB)
(Orientador)

José Augusto Leitão Drummond (CDS-UnB)
(Examinador Interno)

Dóris Alleida Villamizar Sayago (CDS-UnB)
(Examinador Interno)

Marcos Sorrentino (USP)
(Examinador Externo)

Brasilmar Ferreira Nunes (UFF)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2008.

Ferraro Jr., Luiz Antonio
Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável:
estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia

Brasília, 2008.
484 p.: il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável,
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Movimentos sociais – População tradicional. I. Universidade de
Brasília. CDS.

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Luiz Antonio Ferraro Júnior

“Tudo isso para que Marco Polo pudesse explicar ou imaginar explicar ou ser imaginado explicando ou finalmente conseguir explicar a si mesmo que aquilo que ele procurava estava diante de si, e mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado (...) Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído; não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em que outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de outra pessoa. Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos.

-Você viaja para reviver o seu passado? – era a esta altura, a pergunta do Khan, que podia ser formulada da seguinte maneira: - Você viaja para reencontrar o seu futuro?

E a resposta de Marco:

- Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá.”

(Ítalo Calvino em *As Cidades Invisíveis*, 2003, p. 30-31)

Dedico...

... a Enzo, Luigi e Marina que se ao nascer fizeram o próprio mundo nascer de novo, como disse Guimarães Rosa, importa-me que recriam meu lugar no mundo, três vezes, todos os dias.

Agradecimentos

À Mariana, pelo companheirismo, pelo super humor, pelas leituras críticas, por me amar apesar de me conhecer e pela compreensão com a falta de atenção durante seu estado interessante.

A Enzo e Luigi, que também souberam lidar com um pai presente-ausente e ao mesmo tempo me alimentaram muito com suas brincadeiras.

À Anapaula, mais companheira que nunca, combinando tudo pra gente continuar cuidando dos meninos bem direito.

À Léo (Alesi), cujo bom humor e apoio foram fundamentais na gestão da casa.

Ao Marcel, orientador presente e preciso, que participou na medida certa da construção desta pesquisa.

Ao CNPq e UEFS cuja bolsa e salário foram imprescindíveis para este doutorado.

Ao Antônio, Ana Paula, Maurício, Norma, Tiana e Willian que sempre associaram seu desempenho profissional ao acolhimento pessoal, tão necessário naquela insalubre sede do CDS junto ao IBAMA.

Aos colegas do departamento de tecnologia da UEFS, principalmente os que me substituíram na disciplina Ciências do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável durante três anos e meio.

Aos colegas da EEA (Equipe de Educação Ambiental da UEFS) e do CEAS (Curso de Especialização em Educação Ambiental para a Sustentabilidade) que entre 2005 e 2008 continuaram seus bons projetos mantendo a área socioambiental da UEFS como um espaço rico para se trabalhar. Sem isso o que seria retornar?

Aos professores Bartholo, Gabriela, Dóris, Laís e Laura, pelas aulas inspiradas e/ou inspiradoras.

Aos amigos interlocutores de sempre Franklin-Muleq, Marco-Japi, Marcos, Eda, Franzé, Maurício-Teressa e Ricardo Burg.

Aos amigos colegas do CDS, turma de doutorado de 2005 e outros colegas.

Aos amigos família: mãe, pai, meus avós, Gabi, Juju, Ariel, Helena, Ercília, Hélio e Rose.

Aos exigentes revisores Luiz Ferraro e Joênia Ricarte, que sugeriram milhares de correções quando a tese parecia terminada.

Aos amigos novos-próximos e antigos-distantes Val, Jurema, Xororó, Richard, André,

Tomás, Adriano, João Paulo e Andrei, para que saibam que continuam ou começam a mexer com o caminho desta minha vida. Às companheiras/famílias de alguns amigos que estão se tornando, elas próprias, amigas e que ainda me receberam nas idas à Brasília, Taci, Tati, Simone, Anita, Gabriel, Pedro e Fábio.

Aos membros da banca, Dóris, Drummond, Brasilmar e Marcos pelo bom debate, que deixou até uma vontade de que a banca durasse muitas horas mais. Ao Drummond, pelas atenciosas correções no texto da pré-banca.

Aos representantes dos fundos de pasto, Eduardo, Zé Salvo, Raimundo, Clébio, Valério, Jeová, Cosme, Robervânio, Nilza, Adelson, Valdivino, Carlito, Odonelo, Admilson, Fábio e Edná. Transmitam meus agradecimentos às centenas de pessoas de suas regiões que me ajudaram a entender mais o universo dos fundos de pasto. Não posso deixar de agradecer às famílias que me ofereceram comida e pouso.

Aos amigos colegas da CPT, Julita, João Batista, Marta, Ruben, Sander, Luciano, Marina, Eci, Tarcísio, Carivaldo, Samuel, Hélder, Hamilton, Rogério, Amélia, Tânia, Andréa e Célio, além da profunda admiração fica também minha gratidão pelo tanto que me ensinaram. Na academia é raro encontrar interlocutores tão preparados e comprometidos.

Aos colegas das outras instituições, IRPAA (Lurdinha, Sandoval, Tiziu). SASOP (Moisés), EFASE (Ivone, Angelita, Nelson), AATR (Pedro, Alessandra) e FUNDIFRAN (Taciana e Demerval).

Amigos e família hoje distantes: Vô Vitória, Judith, Souza Neto, mas presentes nos significados que me deixaram.

Agradeço a alguns professores imaginados, Miguilim e Riobaldo (por Guimarães); Blimunda, Marçal Gacho, Cipriano Algor, Marta, família Mau-Tempo, mulher que não cegou e o lindo grupo da jangada: José Anaiça, Pedro Orce, Joaquim Sassa e Joana Carda (por Saramago); Souza (por Loyola Brandão); Visconte Dimezzato, Barone Rampante, Cavalieri Inesistente e Marco Polo (por Italo Calvino); Dom Quixote e Sancho (por Cervantes); Sam e Frodo (por Tolkien); Zorba (por Kazantzakis) e Úrsula (por Marquez).

RESUMO

Os fundos de pasto eram apenas áreas não cercadas de Caatinga, utilizadas para pastoreio comunal. Este padrão de ocupação que se desenvolveu em todo semi-árido nordestino foi progressivamente usurpado em um processo similar aos *enclosures* ingleses. Na Bahia, com os avanços sobre essas áreas a partir da década de 1970, houve articulações regionais e apoios institucionais que estimularam resistências diversas. “Fundo de pasto” passou a designar não só as áreas, mas os grupos sociais que os defendiam por deles depender. O termo fundo de pasto, antes regional, generalizou-se por todo o estado, principalmente após sua citação na constituição baiana. Os processos de acúmulo de forças e reconhecimento destes grupos sociais como população tradicional caminharam em paralelo. Fundos de pasto foram inventados como tradição, estratégia e oportunidade que fortaleceram a capacidade de proteger o domínio sobre a terra ocupada. A força desenvolvida pela categoria atrai toda a diversidade de comunidades que fazem uso comunal de terra na Bahia. Há uma diversidade que se abriga sob uma unidade pretensamente homogênea de comunidades sertanejas, coesas e caprinocultoras. Movimento, Estado e instituições afins aportam soluções que não se aplicam à realidade. As imagens obnubilam a realidade e as práticas e discursos produzidos a partir dessas imagens autonomizam-se. A sustentabilidade, além de ser um termo meramente incorporado ao discurso, pode contribuir para orientar leituras da insustentabilidade. A sustentabilidade poderia ser percebida como um *bodecervo*, um zero filosófico que facilita a construção coletiva de uma imagem ainda não formulada, mesmo que se parta de fragmentos daquilo que é entendido como sustentabilidade. A construção de novas imagens, novos discursos e novas práticas não ocorre no vazio, o coletivo dos fundos de pasto pode imaginar-se como sociedade sustentável a partir de um magma de significações próprio. Para tanto, a capacidade de diluir as imagens enrijecidas, os discursos e as práticas salvadoras exigiriam novos esforços coletivos. Esta construção é dificultada pela acomodação com as imagens vigentes, apesar do mal-estar frente à flagrante inadequação das mesmas e das soluções produzidas a partir delas. A possibilidade da instituição imaginária dos fundos de pasto como sociedade sustentável fica latente enquanto as forças da insustentabilidade avançam.

RESUMEN

Los fondos de pasto eran solamente áreas no cercadas de Caatinga, utilizados para pastoreo comunal. Este padrón de ocupación de la tierra, desarrollado en el noreste semiárido de Brasil, fue usurpado gradualmente en un proceso similar a los *enclosures* ingleses. En Bahía, con los avances sobre estas áreas desde la década de 1970, hubo articulaciones regionales y ayudas institucionales que fortalecieron resistencias comunitarias. “Fondos de pasto” pasó a designar no sólo las áreas más los grupos que las defendieron, ya que de ellas dependían. El término fondo de pasto, antes regional, fue generalizado en el estado, principalmente después de su citación en la constitución de Bahía. La acumulación de fuerzas y el reconocimiento de estos grupos sociales como población tradicional caminaron en paralelo. Los fondos de pasto fueron inventados como tradición, estrategia y oportunidad que fortificaron la capacidad de proteger el dominio sobre la tierra ocupada. La fuerza desarrollada por la categoría atrae toda la diversidad de comunidades que hacen uso comunal de tierras en Bahía. Hay una diversidad bajo una unidad supuestamente homogénea de comunidades. El movimiento, el Estado y las instituciones cercanas llegan en soluciones que no se aplican a la realidad. Las imágenes oscurecen la realidad y las prácticas y los discursos producidos desde estas imágenes logran autonomizarse. La sostenibilidad, más allá de ser un mero término incorporado al discurso, puede contribuir con las lecturas de la insostenibilidad. La sostenibilidad se podría percibir como un cordero-ciervo, un cero filosófico que facilitaría la construcción colectiva de una imagen aún no formulada, aunque producida desde fragmentos del sentido común de lo que se entiende como sostenibilidad. La construcción de nuevas imágenes, de nuevos discursos y prácticas no ocurre en el vacío, el colectivo de los fondos de pasto se puede imaginar como sociedad sostenible desde un magma de significaciones sociales propio. Para que eso sea posible es necesario desarrollar la capacidad colectiva de diluir las imágenes endurecidas en los discursos y prácticas. Esta construcción se dificulta por la acomodación con las imágenes usadas. A pesar del malestar frente la inadecuación de las soluciones producidas a partir de ellas. La posibilidad de la institución imaginaria de los fondos de pasto como sociedad sostenible se queda latente mientras las fuerzas de la insostenibilidad avanzan.

ABSTRACT

The “fundos de pasto” were unfenced areas in Caatinga biome, used for common grazing. This land use pattern, primarily found in all Brazilian northeast region, has been gradually destroyed in a process similar to the English *enclosures*. In Bahia, due to land robbery in 1970 decade, several regional articulations and institutional support strengthened community resistance. Since then “Fundo de pasto” named not only the unfenced areas but all the social groups that stood for it, as long as they depended on this land. The term “fundo de pasto”, of regional use, has been generalized all over the state, mainly because its citation on the constitution of Bahia. The recognition as traditional population and the strengthening of those groups walked side by side. “Fundos de pasto” were invented as a tradition, an strategy and opportunity which raised their capacity to protect the land against robbery. This strength attracted different communities which use land in a communal pattern in Bahia. A wide diversity seek shelter under a unity false presented as homogeneous communities. The social movement, the State and the institutions which support them formulate projects that do not apply to reality. The images cloud the comprehension of the reality, the social practices and discourses produced up to this images go further regardless its inadequacy. Sustainability, besides being a term incorporated to discourses, is helpful to guide the analysis of unsustainability. Nevertheless, sustainability should be seen as a “goat-deer”, a philosophical zero that might help the collective design of a yet unknown image of sustainability, even taking fragments of the common sense of sustainability. The design of new images, new discourses and practices does not take place in “nowhere land”, the collective of “fundos de pasto” can imagine itself as a sustainable society from its own magma of social significations. Although they must build their capacity to melt harden images present on the current discourses and practices. Despite the perception of inadequacy of the solutions brought since this false images there is an accommodation with this whole situation. The possibility of an imaginary institution of “fundos de pasto” as sustainable society remains latent and in the meanwhile the drive forces of unsustainability go further and further.

SINTESI

I terreni da pascolo erano soltanto aree non recintate di Caatinga, utilizzate per pascoli comunale. Questo genere di occupazione che si è sviluppato in tutto il semi arido della regione nord-est brasiliana è stato progressivamente usurpato in un processo simile ai *enclousures* inglesi. Nello stato della Bahia, con gli avanzi su queste aree, a partire dalla decada di 1970, ci sono stati articolazioni regionali ed appoggi istituzionali che hanno stimolato resistenze diverse. “Terreni da pascolo” passò a designare non solo le aree, ma anche i gruppi sociali che gli difendevano perche da loro dipendevano. Il termine terreni da pascolo, prima regionale, si generalizzò per tutto lo stato, principalmente dopo la sua citazione nella costituzione dello Stato della Bahia. I processi di accumulo di forze e di riconoscimento di questi gruppi sociali come popolazione tradizionale caminarono parallelamente. Terreni da pascolo furono inventati come tradizione, strategia e opportunità che fortificarono la capacità di proteggere il dominio sulla terra occupata. La forza sviluppata dalla categoria attrae tutta la diversità di comunità che fanno uso comunale della terra nella Bahia. C’è una diversità che si proteggi sotto una unità pretesamente omogenea di comunità coese. Movimento, Stato ed istituzioni equivalenti portano soluzioni non applicabili alla realtà. Le immagini offuscano la realtà e le pratiche e discorsi da loro prodotti acquistano autonomia. La sostenibilità, oltre ad essere un termine meramente incorporato al discorso, può contribuire per orientare letture della insostenibilità. La sostenibilità potrebbe essere percepita come un caprone-cervo, un zero filosofico che facilita la costruzione collettiva d’una immagine ancora non formulata, anche se si inizi di frammenti da quello inteso come sostenibilità. La costruzione di nuove immagini, nuovi discorsi e nuove pratiche non accade nel vuoto, il collettivo dei terreni da pascolo può immaginarsi come società sostenibile a partire da un magma di significati propri. Pertanto, la capacità di diluire le immagini irrigidite, i discorsi e le pratiche salvatrici esigerebbero nuovi impegni collettivi. Questa costruzione è ostacolata dalla sistemazione con le immagini vigenti, nonostante il malessere davanti alla flagrante inadeguatezza delle stesse e delle soluzioni da loro prodotti. La possibilità della istituzione immaginaria dei terreni da pascolo come società sostenibile rimane latente mentre le forze della insostenibilità si spostano.

RÉSUMÉ

Le terme “fundos de pastos” (fonds de pâturage) désignait les zones qui n’étaient pas entourées de Caatinga, utilisées pour le pâturage communal. Ce modèle d’occupation qui se développa dans tout la partie semi-aride du “Nordeste” brésilien, fut progressivement usurpé selon un processus semblable aux *enclousures* d’Angleterre. Dans l’état de Bahia, l’avancé vers ces zones, à partir des années 1970, engendra une série d’articulations régionales et de supports institutionnels qui stimulèrent des résistances diverses. Le terme passa à désigner pas seulement ces zones là, mais les groupes sociaux qui les soutenaient et qui en étaient dépendants. Le terme, jusqu’alors régional, se généralisa à tout l’état de Bahia, principalement après sa citation dans la constitution de Bahia. Les processus d’accumulation de forces et de reconnaissance de ces groupes sociaux en tant que population traditionnelle se développèrent parallèlement. Les fonds de pâturage furent inventés comme tradition, stratégie et opportunité qui renforcèrent la capacité de protéger la domination de la terre occupée. La force développée par ce groupe social attire toute la diversité de communautés que ont une utilisation commune de la terre à Bahia. Il y a une diversité qui s’abrite sous une unité qui se prétend homogène de communautés “sertanejas” rassemblées qui élèvent des caprins. Le mouvement, l’État et les institutions apportent des solutions qui ne s’appliquent point à la réalité. Les images obscurcissent la réalité et les pratiques, et des discours produits à partir de ces images s’autonomisent. La durabilité, en plus d’être un terme simplement incorporé au discours, peut contribuer pour orienter des lectures du «chèvre-serf», un zéro philosophique qui facilite la construction collective d’une image encore pas formulée, même si les fragments de ce qu’on comprend en tant que durabilité sont le point de départ. La construction de nouvelles images, nouveaux discours et nouvelles pratiques n’a pas lieu dans le néant; le collectif des fonds de pâturage peut s’imaginer en tant qu’une société durable à partir d’un magma de significations propre. Ainsi, la capacité de diluer les images rigidifiées, les discours et les pratiques sauveurs exigeraient de nouveaux efforts collectifs. Cette construction est difficile à cause d’un conformisme avec les images hégémoniques, malgré le malaise face aux inadéquations flagrantes des mêmes et des solutions produites à partir de celles-ci. La possibilité de l’institution imaginaire des fonds de pâturage en tant que société durable reste latente pendant que les forces des pratiques insoutenables progressent.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. À MARGEM DE QUATRO SÉCULOS E MEIO DE LATIFÚNDIO: OS FUNDOS DE PASTO NA HISTÓRIA DO BRASIL E DO NORDESTE (1534-1982)	15
INTRODUÇÃO	15
1.1. BRASIL PLANTATION S.A.: A OCUPAÇÃO DO BRASIL COMO PROJETO ECONÔMICO ALIENÍGENA	17
1.1.1. <i>Concentração, degradação, descontrole de terras</i>	20
1.1.2. <i>Ocupação do Nordeste</i>	26
1.1.3. <i>Sertão, semi-árido, caatinga</i>	28
1.2. TERRAS E GENTES: A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO	35
1.2.1. <i>O sertanejo</i>	40
1.2.2. <i>Apossamento coletivo e pastoril das terras devolutas do sertão</i>	42
1.3. CONTEXTO DOS FUNDOS DE PASTO: POSSEIROS E BODES NA CAATINGA BAIANA	48
1.3.1. <i>Razões da configuração e persistência das comunidades pastoris baianas</i>	53
1.3.2. <i>Conflitos e resistência: o papel do Estado</i>	55
CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 1	64
2. CENÁRIO ATUAL DOS FUNDOS DE PASTO	67
INTRODUÇÃO	67
2.1. O FUNDO DE PASTO	69
2.1.1. <i>Fechos de Pasto: principal variação dos fundos de pasto</i>	76
2.1.2. <i>Direitos sobre as terras de FP</i>	79
2.2. EVOLUÇÃO DA CATEGORIA “FUNDOS DE PASTO” ENTRE 1982 E 2007	80
2.3. DISPONIBILIDADE DE TERRA EM FP E SUAS IMPLICAÇÕES	89
2.4. ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA E APOIO EXTERNO	103
2.5. ATUAL DINÂMICA DE CONFLITOS E AMEAÇAS	107
2.5.1. <i>Análise da situação dos Fundos de Pasto por região</i>	117
CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 2	137
3. A TRADIÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA A TERRITORIALIZAÇÃO: ESTUDO DOS FUNDOS DE PASTO DA BAHIA	141
INTRODUÇÃO	141
3.1. TERRITÓRIO E IDENTIDADE	143
3.1.1. <i>Territorialização, capital social e capital político</i>	147
3.1.2. <i>Territórios, identidades e ambientes (ou natureza)</i>	152
3.1.3. <i>Identidade tradicional como reforço da capacidade de territorialização</i>	154
3.2. POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO BRASIL	161
3.2.1. <i>Populações tradicionais na Bahia</i>	166
3.3. DESENVOLVIMENTO DOS FP COMO POPULAÇÃO TRADICIONAL	168
3.3.1. <i>FP: identidade tradicional?</i>	169
3.3.2. <i>O capital político da categoria fundos de pasto</i>	172
3.4. DIVERSIDADE SOCIAL DOS FUNDOS DE PASTO E SUA DINÂMICA	176
3.4.1. <i>Diversidade fundiária e de origem</i>	181
3.4.2. <i>Diversidade produtiva e ambiental</i>	182
CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 3	182
4. GESTÃO DE ÁREAS COMUNAIS E OS FUNDOS DE PASTO	185
INTRODUÇÃO	185
4.1. AMBIENTE: PRIVADO, PÚBLICO E COMUM	189
4.2. <i>COMMONS</i> E A ESCOLA DE RECURSOS DE BASE COMUM	191

4.2.1. Tipos de propriedade ou ausência de propriedade.....	193
4.2.2. Tragédia (versus Utopia) dos comuns.....	201
4.2.3. Críticas à escola da tragédia (ideologização dos comuns)	203
4.2.4. A atualidade do estudo de commons	209
4.2.5. Estratégias para os novos RBC e sustentabilidade	212
4.2.6. Os atributos dos recursos	212
4.2.7. Os atributos dos usuários (capital social tipo bonding).....	214
4.2.8. Os atributos do conjunto de atores (capital social tipo bridging).....	216
4.2.9. Críticas à noção de gestão de RBC e à escola anti-tragédia (da Utopia dos comuns).....	218
4.3. GESTÃO DE RBC NOS FUNDOS DE PASTO	220
4.3.1. Regime de propriedade e arranjos.....	221
4.3.2. Comunidade distribuída pelo FP (FP típico).....	222
4.3.3. Comunidade em área distinta do FP (denominado fecho de pasto).....	224
4.3.4. Comunidade com FP separado	225
4.3.5. Comunidade concentrada em parte do FP	225
4.4. CONDIÇÕES PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS FP COMO RBC	226
4.4.1. Atributos dos recursos geridos nos FP	226
4.4.2. Atributos dos usuários dos FP (capital social tipo bonding)	233
4.4.3. Atributos do conjunto de atores de FP (capital social tipo bridging).....	236
4.5. AMPLIANDO A ESTRUTURA DE ANÁLISE PARA COMPREENDER OS DESAFIOS DOS FP	238
4.5.1. Expansão das relações mercantis de dentro para fora.....	239
4.5.2. Expansão das relações mercantis de fora para dentro.....	240
4.5.3. O desafio de capital social do tipo vizinhança (close bridging)	241
4.5.4. Desafios políticos mais amplos para os RBC dos FP.....	242
CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 4	244
5. DESAFIOS À ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO DOS FUNDOS DE PASTO.....	247
INTRODUÇÃO	247
5.1. SUSTENTABILIDADE	248
5.2. ANÁLISE DOS FUNDOS DE PASTO COM FOCO EM SUA SUSTENTABILIDADE	261
5.2.1. Processos internos às comunidade de FP (generalizados, comuns ou locais).....	263
5.2.2. Processos internos à organização e ao movimento dos FP	265
5.2.3. Processos que impactam os fundos de pasto a partir de agentes externos	266
5.2.4. Processos conduzidos pelos FP em parceria com outros atores	269
5.3. INCERTEZAS E CENÁRIOS DE INSUSTENTABILIDADE	270
5.3.1. Incertezas críticas dos FP.....	271
5.3.2. Cenários possíveis a partir da análise das incertezas	277
5.4. FP COMO TERRITORIALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL NA CAATINGA DA BAHIA: A DISPUTA SIMBÓLICA DAS TERRITORIALIZAÇÕES	282
CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 5	285
6. A COLONIALIDADE DAS INTERVENÇÕES: ESTUDO DAS AÇÕES E DISCURSOS APLICADOS AOS FUNDOS DE PASTO	291
INTRODUÇÃO	291
6.1. COLONIALIDADE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA	292
6.2. ENCONTRO COLONIZADOR.....	299
6.3. ENCONTRO E RACIONALIDADE	303
6.3.1. Intervenção como apoio à interpretação racional.....	304
6.3.2. Intervenção e alteridade.....	311
6.4. IDEALIZAÇÕES E INTERVENÇÕES NOS FP	315
6.4.1. Análise do conjunto	320
6.5. CATEGORIAS DE CONTEÚDO DE IDEALIZAÇÃO E AÇÃO.....	324
6.5.1. Utopia da modernidade.....	325
6.5.2. Utopia comunitarista (pré-globalização ou anti-distopia).....	327
6.5.3. Utopia pós-moderna (Atopia).....	329
6.5.4. Discussão sobre estas diferenças e as crises das assessorias	330

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 6	332
7. A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE O COLETIVO DOS FUNDOS DE PASTO.....	337
INTRODUÇÃO	337
7.1. A INJUSTA E INGLÓRIA BUSCA DAS COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.....	339
7.1.1. <i>Busca da salvação: torturando grupos para que confessem sustentabilidade</i>	<i>339</i>
7.1.2. <i>Busca dos vínculos ocultos: torturando grupos para que confessem comunidades.....</i>	<i>342</i>
7.2. COLETIVO E IMAGINÁRIO: A REFUNDAÇÃO DE VÍNCULOS E SENTIDOS.....	347
7.2.1. <i>Mas... sem política e razão não tem sustentabilidade</i>	<i>351</i>
7.3. INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DE COLETIVOS PARA A SUSTENTABILIDADE	354
7.4. BUSCANDO O COLETIVO DOS FP: TECIDOS EM MOVIMENTO E ESMACIMENTO	361
7.5. FP: PARA ALÉM DO MOVIMENTO SOCIAL E DO MODO DE VIDA.....	363
7.5.1. <i>FP como movimento social: o fio das circunstâncias.....</i>	<i>364</i>
7.5.2. <i>FP como modos de vida: velhos fios sendo desfiados ou refiados.....</i>	<i>369</i>
7.6. A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL DE FP.....	379
CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 7	383
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATO-COELHO, BODECERVO E SUSTENTABILIDADE.....	389
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	399

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: FORMULAÇÃO HEURÍSTICA INICIAL.....	8
FIGURA 2: REFORMULAÇÃO HEURÍSTICA	8
FIGURA 2.1: FP TÍPICO.....	70
FIGURA 2.2: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM FP POR COMUNIDADE EM 2008.....	87
FIGURA 2.3: ÁREAS COLETIVAS DAS COMUNIDADES DE FP - 2008	97
FIGURA 2.4: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA ÁREA COLETIVA POR FAMÍLIA EM FAIXAS DE DISPONIBILIDADE - 2008.....	101
FIGURA 3.1: FP ORIUNDO DE ASSENTAMENTO	178
FIGURA 4.1: FP TÍPICO.....	223
FIGURA 4.2: FP TIPO FECHO	224
FIGURA 4.3: FP COM COMUNIDADE SEPARADA POR FAZENDA DE PECUÁRIA	225
FIGURA 4.4: FP INCRA	226
FIGURA 4.5: FP MÍNIMO	239
FIGURA 5.1: INCERTEZA CRÍTICA DA INSUSTENTABILIDADE COMUNITÁRIA.....	272
FIGURA 5.2: INCERTEZA CRÍTICA DA PRESSÃO FUNDIÁRIA.....	273
FIGURA 5.3: INCERTEZA CRÍTICA DA PRESSÃO MODERNIZADORA	275
FIGURA 5.4: INCERTEZA CRÍTICA DAS REAÇÕES SIMPLISTAS	276
FIGURA 7.1: AGRUPAMENTOS DENTRO DA COMUNIDADE TEÓRICA	375
FIGURA 7.2: PATO-COELHO COMO REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO E DA CULTURA.....	380
FIGURA 7.3: CICLO DO MOVIMENTO SOCIAL À INSTITUCIONALIZAÇÃO AO À DINÂMICA.....	382

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1: LOCALIDADES DOS CONFLITOS COM FUNDOS DE PASTO EM 1987	61
QUADRO 2.1: FIGURAS REPRESENTANDO ELEMENTOS DOS FP	70
QUADRO 2.2: ESQUEMA SAZONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CAPRINOS EM FP	71
QUADRO 2.3: MUNICÍPIOS COM REGISTRO DE COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTO PARA OS ANOS SELECIONADOS ENTRE 1982 E 2008.....	81
QUADRO 2.4: MUNICÍPIOS QUE PERDERAM, PERDEM OU MANTÉM FP ENTRE 1982 E 2008.....	82
QUADRO 2.5: INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO EM REGIÕES DE FP	113
QUADRO 2.6: DIVISÃO REGIONAL DOS FP EM 2008	118
QUADRO 2.7: EVOLUÇÃO DA PRESENÇA DE FP POR MUNICÍPIO 1982-2008.....	119
QUADRO 2.8: AMEAÇAS E CONFLITOS DA REGIÃO AOS FP NA REGIÃO NORDESTE DA BAHIA.....	120
QUADRO 2.9: COMUNIDADES, FAMÍLIAS E ÁREAS DE FP POR MUNICÍPIO NA REGIÃO NORDESTE DA BAHIA	121
QUADRO 2.10: ÁREAS POR FAMÍLIA, POR COMUNIDADE E PROPORÇÃO DE ÁREA COLETIVA NA REGIÃO NORDESTE DA BAHIA	122
QUADRO 2.11: SÍNTESE DOS FATORES DE FRAGILIZAÇÃO E FORÇA DOS FP NA REGIÃO DE SENHOR DO BONFIM	123
QUADRO 2.12: AMEAÇAS E CONFLITOS NOS FP DA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	124
QUADRO 2.13: COMUNIDADES, FAMÍLIAS E ÁREAS DE FP POR MUNICÍPIO NA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO.....	125
QUADRO 2.14: ÁREAS POR FAMÍLIA, POR COMUNIDADE E PROPORÇÃO DE ÁREA COLETIVA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	126
QUADRO 2.15: SÍNTESE DOS FATORES DE FRAGILIZAÇÃO E FORÇA DOS FP NA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO.....	127
QUADRO 2.16: AMEAÇAS E CONFLITOS NOS FP DA REGIÃO CUC E MONTE SANTO.....	128
QUADRO 2.17: COMUNIDADES, FAMÍLIAS E ÁREAS DE FP POR MUNICÍPIO NA REGIÃO CUC (CANUDOS, UAUÁ, CURAÇÁ) E MONTE SANTO	129
QUADRO 2.18: ÁREAS POR FAMÍLIA, POR COMUNIDADE E PROPORÇÃO DE ÁREA COLETIVA NA REGIÃO CUC (CANUDOS, UAUÁ, CURAÇÁ) E MONTE SANTO	129
QUADRO 2.19: SÍNTESE DOS FATORES DE FRAGILIZAÇÃO E FORÇA DOS FP NA REGIÃO CUC (CANUDOS, UAUÁ, CURAÇÁ) E MONTE SANTO	130
QUADRO 2.20: AMEAÇAS E CONFLITOS NOS FP DA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO.....	131

QUADRO 2.21: COMUNIDADES, FAMÍLIAS E ÁREAS DE FP POR MUNICÍPIO NA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO	132
QUADRO 2.22: ÁREAS POR FAMÍLIA, POR COMUNIDADE E PROPORÇÃO DE ÁREA COLETIVA NA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO	132
QUADRO 2.23: SÍNTESE DOS FATORES DE FRAGILIZAÇÃO E FORÇA DOS FP NA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO	133
QUADRO 2.24: AMEAÇAS E CONFLITOS NOS FP DA REGIÃO OESTE DA BAHIA	134
QUADRO 2.25: COMUNIDADES, FAMÍLIAS E ÁREAS DE FP POR MUNICÍPIO NA REGIÃO OESTE DA BAHIA ...	135
QUADRO 2.26: ÁREAS POR FAMÍLIA, POR COMUNIDADE E PROPORÇÃO DE ÁREA COLETIVA NA REGIÃO OESTE DA BAHIA	135
QUADRO 2.27: SÍNTESE DOS FATORES DE FRAGILIZAÇÃO E FORÇA DOS FP NA REGIÃO OESTE DA BAHIA ...	136
QUADRO 4.1: CLASSIFICAÇÃO DE BENS AMBIENTAIS	192
QUADRO 4.2: TIPOS DE PROPRIEDADE EM FUNÇÃO DOS DIREITOS EXERCIDOS.....	194
QUADRO 4.3: REPRESENTAÇÕES PARA A CARACTERIZAÇÃO DOS FP	221
QUADRO 4.4: REPRESENTAÇÕES PARA CARACTERIZAÇÃO DA CAATINGA	222
QUADRO 5.1: ASPECTOS DA INCERTEZA CRÍTICA DA INSUSTENTABILIDADE COMUNITÁRIA	272
QUADRO 5.2: ASPECTOS DA INCERTEZA CRÍTICA DA PRESSÃO FUNDIÁRIA.....	274
QUADRO 5.3: INCERTEZA CRÍTICA DA PRESSÃO MODERNIZADORA	275
QUADRO 5.4: INCERTEZA CRÍTICA DAS REAÇÕES SIMPLISTAS	277
QUADRO 5.5: CENÁRIO DA EXTINÇÃO GENERALIZADA DOS FP	278
QUADRO 5.6: CENÁRIO DOS FP COMO ACESSÓRIOS À PRODUÇÃO FAMILIAR	279
QUADRO 5.7: CENÁRIO DO FIM AMBIENTAL DOS FP	280
QUADRO 5.8: CENÁRIO DA PERMANÊNCIA DE POUCOS FP ILHADOS	282
QUADRO 6.1: CAMPONÊS NA ABORDAGEM ROMÂNTICO-ANTI-INDUSTRIALISTA X MODERNO-INDUSTRIALISTA	302
QUADRO 6.2: ESPAÇOS, PARTICIPANTES E OBJETIVOS DAS INTERVENÇÕES EXTERNAS	321
QUADRO 7.1: FASES TÍPICAS DO DESENVOLVIMENTO DE UM MOVIMENTO SOCIAL	364
QUADRO 7.2: DINÂMICA DE SURGIMENTO DO COLETIVO DOS FP	365

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1: TIPOS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	25
TABELA 1.2: BRASIL - SÍNTESE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA, 2003	25
TABELA 2.1: SÍNTESE DOS FP SEGUNDO DIFERENTES FONTES	83
TABELA 2.2: NÚMERO DE FAMÍLIAS VIVENDO EM FP 2008	84
TABELA 2.3: DADOS ESTIMADOS SOBRE OS FP DA BAHIA EM 2008.....	85
TABELA 2.4: ÁREAS COLETIVAS E PRIVADAS EM FP POR FAMÍLIA E POR COMUNIDADE - 2008	92
TABELA 2.5: FUNDOS DE PASTO E PROGRAMA CÉDULA DA TERRA X MÓDULOS FISCAIS DAS REGIÕES	100
TABELA 2.6: PLANOS DE AVANÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR POR REGIÃO	110
TABELA 2.7: QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DE PASTO EM 2007	119
TABELA 3.1: POPULAÇÕES TRADICIONAIS E ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO E ÁREA	163
TABELA 4.1: LOTAÇÃO ADEQUADA DE ANIMAIS EM PASTOS NATIVOS DE CAATINGA CONFORME MANEJO	231

LISTA DE MAPAS

MAPA 1.1: LIMITES DO SEMI-ÁRIDO	29
MAPA 1.2: REGIÕES OCUPADAS PELAS CASAS DA TORRE E DA PONTE	33
MAPA 1.3: COINCIDÊNCIA ENTRE REGIÕES DAS CASAS SENHORIAIS E FP	51
MAPA 2.1: NÚMERO DE COMUNIDADES DE FP POR MUNICÍPIO NO ANO DE 2008.....	86
MAPA 2.2: FAMÍLIAS RESIDENTES EM FP POR MUNICÍPIO EM 2008	88
MAPA 2.3: ÁREA EM FP POR MUNICÍPIO NA BAHIA - 2008	94
MAPA 2.4: PROPORÇÃO (%) DA ÁREA MUNICIPAL EM FP - 2008	95
MAPA 2.5: ÁREA MÉDIA DAS COMUNIDADES DE FP - 2008.....	96
MAPA 2.6: ÁREA MÉDIA POR FAMÍLIA EM FP - 2008.....	98
MAPA 2.7: PROPORÇÃO MÉDIA DE ÁREA COLETIVA NAS COMUNIDADES DE FP - 2008	103
MAPA 2.8: PROPORÇÃO DE COMUNIDADES DE FP COM TÍTULO COLETIVO - 2008	106
MAPA 2.9: MAPA SÍNTESE DAS AMEAÇAS E CONFLITOS	117
MAPA 2.10: MAPA DA SITUAÇÃO DOS FUNDOS DE PASTO EM 2008	137
MAPA 4.1: ABRANGÊNCIA DO BIOMA CAATINGA	187
MAPA 4.2: FUNDOS DE PASTO DA BAHIA – 2008.....	187

LISTA DE FOTOS

FOTO 2.1: CASA E ROÇADO DE PALMA.....	71
FOTO 2.2: SILO SUBTERRÂNEO FAMILIAR.....	72
FOTO 2.3: DISTRIBUIÇÃO DE RASPAS NO TERREIRO.....	72
FOTO 2.4: PLANTIO DE FAMÍLIA DE FECHO DE PASTO.....	77
FOTO 2.5: COMUNIDADE NO VALE DO ARROJADO.....	77
FOTO 2.6: MALIMBU EM FECHO DE PASTO.....	78
FOTO 2.7: VEREDA ONDE SE COLETAM FRUTOS E ÁGUA.....	78
FOTO 2.8: RALEAMENTO DA CAATINGA A 400 ÁRVORES POR HECTARE.....	90
FOTO 3.1: BREJO COM PLANTIO DE CANA.....	180
FOTO 3.2: QUINTAL DE CASA COM MOENDA DE CANA.....	180
FOTO 4.1: PASTO CERCADO X CAATINGA SEM CERCA.....	229
FOTO 4.2: FP DA AREIA GRANDE.....	230
FOTO 4.3: ÁREA GRILADA EM 1982 NA AREIA GRANDE.....	230

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: “EVOLUÇÃO” DAS REPRESENTAÇÕES DAS RELAÇÕES COMPREENSIVAS DA TESE.....	427
ANEXO 2.1: DOCUMENTO SOBRE CARVOARIAS EM PILÃO ARCADO	433
ANEXO 3.1: PROJETO FP QUE QUEREMOS	435
ANEXO 5.1: ROTEIRO DE CONVERSAÇÃO	449
ANEXO 5.2: ASSASSINATOS EM MONTE SANTO - BA.....	451
ANEXO 5.3: TEXTO DE RUBEM SIQUEIRA SOBRE O CONFLITO NA AREIA GRANDE	453
ANEXO 5.4: CARTA DO III SEMINÁRIO DE FUNDOS E FECHOS DE PASTO	457
ANEXO 8.1: O CAPÍTULO NÃO ESCRITO	459

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações UTILIZADAS

SIGLA	SIGNIFICADO
AATR	Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais
ACM	Antonio Carlos Magalhães
ACOTERRA	Associação Comunitária Terra Sertaneja
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
AEFFP	Articulação Estadual de Fechos e Fundos de Pasto
ARCAS	Associação Regional de Convivência Apropriada a Seca
ASA	Articulação do Semi-Árido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAA	Centro de Assessoria do Assuruá
CACTUS	Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares
CAFFPB	Central das Associações de Fundos e Fechos de Pasto de Bonfim
CAR	Coordenadoria de Ação Regional
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CDA	Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CEBEDS	Centro Empresarial Desenvolvimento Sustentável
CEDAP	Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CETA	Movimento Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados e Quilombolas da Bahia
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CNPCT	Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONSEA	Conselho Estadual de Segurança Alimentar
CORA	Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
EFASE	Escola Família Agrícola do Sertão
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FP	Fundos de Pasto ou Fundo de Pasto
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA	Instituto de Terras da Bahia
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Produção Apropriada
ITR	Imposto Territorial Rural
MAB	Movimento dos Ameaçados e Atingidos por Barragem

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem-Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
P1MC	Projeto Um Milhão de Cisternas
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PROALBA	Programa de Incentivo à Cultura do Algodão na Bahia
PROCUC	Programa de Convivência com o Semi-árido em Canudos, Uauá e Curaçá/BA
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RBC	Recursos de Base Comum
ResDs	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SASOP	Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
SEAGRI	Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

As comunidades de fundos de pasto (FP) são a mais nova população tradicional brasileira. Antes desconhecidos, os FP obtiveram reconhecimento nacional através do decreto 6.041, de 13/07/2006, que determina a composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Antes do reconhecimento, os FP surgiram como população tradicional no final do século XX, em um contexto de conflito similar ao dos *enclosures* ingleses, dos séculos XVIII-XIX, apresentados por Polanyi (2000) e Hobsbawn (1996). FP são, por obra dessa relativa juventude, uma das mais desconhecidas populações tradicionais, tanto pela sociedade quanto pela academia.

O problema geral dos FP apresenta-se hoje como uma dualidade entre o sucesso inicial da resistência, que gera oportunidades para essas comunidades, organizações regionais e estaduais e a continuidade e até ampliação das ameaças, tanto externas, quanto internas. A mesma organização que facilita a resistência à modernização de fora para dentro se torna operadora da modernização dos FP.

Porque um padrão de ocupação da terra se inventa como tradição? Pode o enfrentamento da modernização induzir uma reflexividade que o aproxima da modernidade? Quais os limites e potencialidades destes atores sociais como coletivo da sustentabilidade? Qual o lugar das instituições externas que buscam apoiar os FP? Que papel têm desempenhado?

Esta tese busca promover um maior entendimento sobre a construção histórica, as peculiaridades dos FP, a diversidade entre os grupos (comunidades), as suas formas de organização, as relações com instituições, os limites, os desafios e as expectativas. Tal entendimento pode contribuir para a sustentabilidade e autonomia deste coletivo, em um rearranjo socioambiental (re)construído no diálogo dos seus atores.

No Brasil deste início do século XXI, o tema das populações tradicionais é polêmico. Os militares assinalam nelas riscos à unidade territorial, a bancada ruralista do Congresso Nacional contesta as enormes áreas ocupadas por elas, os funcionários do setor ambiental se dividem entre o preservacionismo desumanizado e o conservacionismo humanista, as diversas redes socioambientais (justiça ambiental, Rede Brasileira de Educação Ambiental-REBEA, rede ecossocialista) reforçam os aspectos positivos das populações tradicionais para a

sociedade. Há também movimentos sociais, relacionados à luta pela reforma agrária, que consideram extemporânea a luta agrária pautada na resistência de formas de ocupação tradicionais. No bojo do debate, do qual participa a mídia, há acusações sobre imposturas quilombolas, falsos indígenas, seringueiros que não vivem da seringa e reclamações relativas ao avanço sobre áreas que deveriam estar colocadas a serviço do “progresso”. De outro lado, a defesa de direitos, tradições, ambientes, da autodeterminação de grupos sociais e da relação dependente destas populações com os biomas que habitam conduzem ao argumento de que estas seriam exemplos de sustentabilidade.

Espera-se com este trabalho contribuir com o entendimento desta questão, importante no contexto agrário, rural e econômico da Bahia. As diferentes territorialidades competem por espaço e recursos. A sociedade, por meio do Estado, precisa fazer escolhas eminentemente políticas. O fortalecimento da territorialização dos FP pode “imobilizar” enorme quantidade de terras em detrimento do avanço de pastagens, dos cultivos alimentares e energéticos, de unidades de conservação de proteção integral, de mineração, da agricultura irrigada e até da caprinocultura intensiva.

Quanto à produção de conhecimento científico, o estudo deste contexto tem um potencial elucidador no que tange à construção da tradição, das identidades, dos territórios, do manejo de comuns, dos movimentos e dos diálogos constitutivos deste tipo de cenário. Trata-se do contemporâneo contexto socioambiental que induz neogêneses de tradições e que Hobsbawn & Ranger (1984) denominaram “invenção da tradição”.

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável permanecem, entre 1987¹ e 2008, como elementos meramente discursivos que têm justificado pouco além da introdução de novas tecnologias e acordos internacionais cuja negociação visa minimizar o impacto do “estabelecido” sobre o estabelecido. São ações corretivas, nunca verdadeiras mudanças políticas ou estratégias para a sustentabilidade.

O que a territorialização de tradições inventadas tem a ver com a questão da sustentabilidade? Coletivos espontâneos, originados na partilha de um problema comum, são capazes de formular estratégias para a sustentabilidade? O que o caso dos FP nos conta sobre a questão da sustentabilidade? O que a sua sustentabilidade tem a ver com a sociedade?

A gênese de uma categoria social, como a dos FP, se dá por meio de uma opção

¹ 1987 é o ano da publicação do Relatório Brundtland, que divulgou o termo desenvolvimento sustentável e o popularizou.

estratégica, feita pelos grupos sociais que passam a se articular numa circunstância de conflito. Não pode, deste modo, ser compreendida como desdobramento inexorável do passado. O passado não atua como principal emulador destes grupos sociais, mas sim o conflito e as oportunidades presentes. Seu surgimento pode ser entendido como o processo pelo qual um modo de vida pastoril, comunitário, que se configurou em grande parte do sertão nordestino, gerou no sertão baiano, a partir das ameaças (conflitos agrários dos anos 1970 e 1980), a alcunha específica e o princípio unificador da identidade dos FP.

A partir dessa origem, a categoria social e política dos FP desenvolveu valor como opção estratégica para diversos grupos da Bahia. A diversidade de formas encontradas entre os grupos sociais “abrigados” sob uma mesma denominação tradicional, no caso os FP, é indicativa da associação entre o sucesso na “invenção da tradição” e o valor das opções estratégicas a ela vinculadas. A solução dos problemas comunitários requer uma escala maior que a local.

Os perigos do localismo (STOKKE & MOHAN, 2001) referem-se às tentativas de explicar e resolver desafios socioambientais a partir das comunidades. Os estudos localistas que busquem compreender os limites à gestão de comuns em FP não são suficientes para compreender os desafios concretos enfrentados por estas comunidades. Ainda que o pasto comunal seja o recurso determinante para a vida das famílias, a suficiência deste recurso para cada grupo de famílias não é a questão central da gestão destes comuns. A matriz de análise oferecida pela “escola de recursos de base comum” é insuficiente para compreender o desafio à gestão de comuns nos FP. Ao focar atributos dos recursos e dos usuários, marginaliza forças direcionadoras da política e da economia, em geral mais impactantes. A conjuntura atual aponta para cenários de insustentabilidade dos FP, as incertezas e processos críticos são de múltiplas naturezas, a capacidade de suporte dos pastos naturais é apenas uma das faces da insustentabilidade.

Os diferentes atores externos, como ONGs, pastorais e governo, têm diferentes concepções políticas e tentam imprimir forças diretivas sobre os FP. Em geral, esses atores externos estão submetidos, sem o perceber, a uma condição de colonialidade. Na colonialidade reproduzem a dominação simbólica ainda que oculta pelo conteúdo libertário dos discursos. Os cenários desejados e as ações emuladas não são capazes de fazer frente à tendência de insustentabilidade, pois são agentes da modernidade.

Os FP, por sua vez, não são um coletivo homogêneo, não se configuram como

movimento social nem como identidade tradicional. Estudar este coletivo sob qualquer uma destas óticas implica nos riscos de sua funcionalização ou essencialização. Mesmo a comunidade de FP não pode ser percebida como uma totalidade homogênea. O conflito das perspectivas é, por vezes, materializado em conflitos concretos entre membros da comunidade. Há uma disputa entre projetos de transformação que se materializa em diferentes escalas deste coletivo. A sustentabilidade é uma imagem-projeto possível para o coletivo dos FP.

A invenção de um coletivo da tradição (conservacionista) a partir das resistências em processos de conflito não é condição suficiente para que se constitua um coletivo articulador da sustentabilidade. Reúne, entretanto, condições únicas para a apropriação situada (não colonial) da sustentabilidade. Como a questão da sustentabilidade dos FP está fora do *mainstream* desse debate, é possível que em sua discussão encontremos elementos que possibilitem o desenvolvimento de um projeto próprio, escapando assim à colonialidade presente no debate da sustentabilidade (SILVA, 2005).

O objetivo geral desta tese é compreender, a partir dos estudos sobre os fundos de pasto, os desafios à configuração de coletivos capazes de produzir sua territorialização, tendo por referência uma sustentabilidade, a ser definida na prática.

Para alcançar este objetivo, o desenvolvimento da tese buscou sistematizar informações que permitissem conhecer a construção histórica de um modo de vida sem nome ou, ainda, com diversos nomes locais. Tentou-se demonstrar o processo pelo qual atos mais ou menos isolados de resistência comunitária e o reconhecimento por parte do Estado sinergizaram no processo que transformou um “modo de vida” em uma nova categoria social. Buscou-se identificar a diversidade de passados e realidades que, sob a força de agregação de uma nova categoria, passou a influenciar a produção de territorialidade e identidade, demonstrando assim a relação paradoxal entre o ganho de força política de uma categoria social e a ampliação de sua diversidade interna. Esta tese também permitiu mapear a diversidade de arranjos e de questões para a gestão de comuns na categoria dos FP, avaliando assim o limite das abordagens localistas e a amplitude dos desafios à sustentabilidade de recursos manejados em comum. Ao analisar as condições atuais para a sustentabilidade dos FP, o desenvolvimento da tese problematizou o próprio conceito de sustentabilidade, assim como os entraves à sua aplicabilidade. Tendo em vista a diversidade de abordagens das instituições que

atuam junto aos FP² buscou-se identificar as ideologias que compõem o “magma de significações”³ e de ação. A tese teve também o objetivo de analisar os FP como sujeito coletivo, sem ceder às categorias rígidas da sua funcionalidade ou de seus caracteres essenciais derivados da cultura sertaneja, como descrita por Abreu (1963).

Ainda que os conteúdos do livro “Os Parceiros do Rio Bonito” não estejam diretamente referenciados nesta tese, a forma e os propósitos do clássico texto de Candido (1987) elucidaram muito da metodologia desta pesquisa. O seu método foi fundamentado no estudo de documentos e relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX e no diálogo com velhos caipiras que viviam mais isolados. Candido pretendia caracterizar profundamente um povo, o caipira, naquilo que chamou de “sociologia dos meios de vida”, que foi, naquela época, uma nova vertente situada entre a antropologia e a sociologia. A sua explícita e incerta busca por um equilíbrio entre estas duas ciências foi inspiradora.

No capítulo em que Bourdieu (2006) introduz uma sociologia reflexiva estão apontados tantos erros recorrentes no fazer científico (entre o espontaneísmo e a aplicação “monomaniaca” de instrumentos) que estou certo de que muitos deles foram cometidos ao longo dessa pesquisa. As incertezas e dificuldades do processo foram os fiéis da honestidade com que a tese foi produzida. Como disse o próprio Bourdieu (2006), não há nada mais universalizável do que as dificuldades enfrentadas. Nenhum possível alicerce resistiu às mínimas provas; sustentabilidade, tradição e gestão de comuns revelaram-se conceitos insuficientes para as reflexões que a pesquisa provocou. Assumir um conceito como base seria, nesse caso, produzir um segredo de polichinelo, que só poderia ser pactuado dentro de uma escola que também se escondesse atrás do mesmo pilar.

Durante a disciplina “Seminário Integrador”, cursada no terceiro semestre do curso de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do CDS/UnB, foi perguntado se esse projeto era de Ciência Política ou Sociologia do Desenvolvimento. Não parece possível fazer esta definição. Este é um trabalho desse campo sem corpo dito Desenvolvimento Sustentável. Ele se equilibra incertamente em algumas bases teóricas, selecionadas conforme a análise solicitava.

Em termos de método, a pesquisa encontrou um eixo articulador na “redução sociológica” de Ramos (1965). A redução consiste na eliminação dos elementos acessórios

² Incluídas as instituições do governo, entidades pastorais, organizações não governamentais e universidades.

³ Conceito formulado por Castoriadis (1982).

que perturbam o esforço de compreensão. Elementos acessórios são aspectos da realidade que não desempenham papel determinante frente às questões da pesquisa. A redução sociológica é um esforço metódico, ditado tanto pelo imperativo de conhecer como pela “necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto histórico, tem de servir-se da experiência de outras comunidades” (RAMOS, 1965, p. 44).

No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso... (ROSA, 2006, p. 85).

A busca por compreensão, nesta pesquisa, não se debruçou sobre fragmentos da realidade. Ela teve como horizonte a totalidade universal e indivisa que emerge da compreensão do local. Compreender a totalidade implica assumir o inacabado e o inexato, interpretar um quadro em movimento. O conhecimento científico na pós-modernidade é um conhecimento sobre as condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local (SANTOS, 2003). É um conhecimento, simultaneamente, total e local.

Os objetos de estudo, nesta perspectiva total e local, emergem das redes sociotécnicas que envolvem atores humanos e não-humanos (GUIVANT, 2002). Um desafio da pesquisa pós-positivista, sugerida pela teoria do ator-rede, é transcender abordagens populistas, que tendem a ignorar os conflitos de objetivos, interesses e poder dentro das redes sociotécnicas (GUIVANT, 2002). Nesta tese se encontra uma pesquisa qualitativa que foca múltiplas problematizações integradas em uma totalidade. Esta pesquisa postula a “noção de mundo” (RAMOS, 1965).

Para além da soma de várias dimensões de interesse, a abordagem multireferencial reconhece a heterogeneidade e complexidade do contexto; os sujeitos são reconhecidos como trípticos, ao mesmo tempo autores, agentes e atores (BORBA, 1998). A pesquisa concentra-se nas relações em busca da compreensão (não da explicação) da relação dialética entre os aspectos em movimento (instituinte) e os aspectos sedimentados (instituído). Visa compreender a dinâmica social e os seus possíveis desdobramentos. Compreender um processo é compreender que as transformações observadas não são nem produto do determinismo, nem do imprevisto (ZAGO, 2003), são desdobramentos possíveis dentro de um universo de possibilidades, definidas pelas relações na rede sociotécnica. A redução sociológica busca as conexões de sentido da realidade social que não pode, de modo algum, ser tratada como um conjunto de fatos desconexos (RAMOS, 1965).

Estão presentes nesta tese vários ramos da pesquisa qualitativa, como a etnografia, a pesquisa narrativa e a pesquisa participante. Há uma bricolagem metodológica, construída *in loco*, no processo da pesquisa. Os instrumentos adotados só ganham sentido quando articulados à problemática de estudo. A conversação entre o pesquisador e os atores sociais do objeto de pesquisa é entendida como método (HART, 2005). Busca-se deflagrar uma conversação mais rica que um processo de perguntas e respostas, ainda que se atenha ao tema definido pelos objetivos de pesquisa (ZAGO, 2003). O mesmo autor chama de entrevista compreensiva o processo de busca da compreensão social que inverte a fase de construção do objeto, pois não se trata de verificação de uma problemática estabelecida *a priori*, mas sim um ponto de partida da problematização. De fato, nesta pesquisa, os processos eram tanto checagem de concepções iniciais (para reforço, reconstrução ou desconstrução), como ponto de partida para novas problematizações. O conceito de *rapport*, advindo da etnografia, que se refere à qualidade da relação entre etnógrafo e informantes, foi importante. As suas fases, descritas por Spradley (1979), ajudam a compreender o processo vivido. O processo de *rapport* passa pelas fases de: 1) apreensão (incerteza); 2) exploração (tentativa de estabelecer a relação); 3) cooperação; e 4) participação. Neste último estágio de *rapport*, ambos, pesquisador e informantes, se engajam no processo de compreender a realidade a partir de diferentes perspectivas e estruturas analíticas. Este último estágio aproxima-se do conceito de “objetivação participante” de Bourdieu (2006), dito por ele como sendo o “cume da arte sociológica” (BOURDIEU, 2006, p. 58).

Podemos compreender o itinerário desta pesquisa como sendo de “aproximações sucessivas”, nas quais é possível reunir um conjunto de fatos em uma unidade estrutural inicial, transitória, sedimentada por relações compreensivas. Procura-se avaliar os fatos contidos na unidade e outros que não estavam presentes na estrutura inicial. Por sucessivas aproximações, o método permite reinterpretar, eliminar e admitir novos fatos, modificando progressivamente a unidade estrutural inicial, até uma nova formulação, mais adequada, que possibilite a compreensão mais satisfatória num conjunto coerente de fatos (GASTARDI, 2001).

É como se o processo se iniciasse com a formulação de um esquema heurístico, provocador e, geralmente, simples, do tipo: A-B-C são fatos que se explicam e se condicionam mutuamente, como no pequeno sistema expresso na figura 1, abaixo:

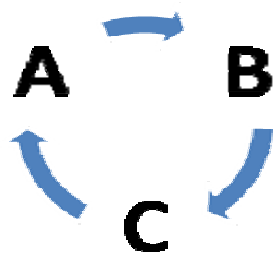


Figura 1: Formulação heurística inicial⁴

No caso desta pesquisa planejou-se uma formulação simples a partir da qual se buscaria verificar um modo de vida estabelecido ao longo da história (A), o qual, ao vivenciar conflitos de terra, desenvolveu estratégias e organizações que amalgamaram centenas de grupos (B): a partir daí este conjunto começa a se pensar e se transformar reciprocamente, em direção (ou não) da sustentabilidade (C).

Entretanto, a partir da pesquisa construída com base nesta formulação, terminamos inevitavelmente com outro desenho (melhor na perspectiva de quem pesquisa), ainda que transitório. Neste, geralmente, aparecem fatos novos, conseqüências novas dos fatos e as relações entre os mesmos podem ser reinterpretadas e reposicionadas, podendo ser expresso em uma imagem, como a figura 2, abaixo:

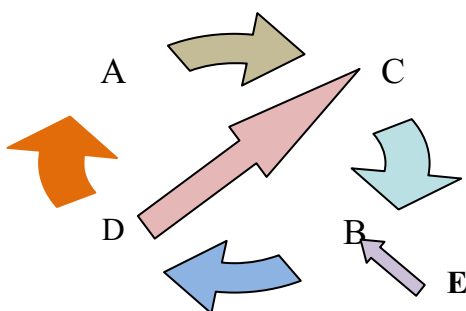


Figura 2: Reformulação heurística

O método da pesquisa pode ser entendido como uma sucessão (e uma simultaneidade) de aproximações e distanciamentos em relação ao objeto. Houve uma alternância entre mergulhos e sobrevôos para lidar com cada face das múltiplas problematizações. Essa alternância não se dá no tempo, mas no pensamento do pesquisador e no foco das conversações do pesquisador com os atores sociais dos FP. Trabalha-se todo o tempo com problematizações múltiplas, mergulha-se em uma face da problemática ao mesmo tempo em

⁴ Todos os diagramas, figuras, fotos, mapas, quadros e tabelas contidos nesta tese e cujas fontes não estejam discriminadas são produto desta pesquisa.

que se sobrevoa as demais (foco em A, contribui para o entendimento de sua relação com D e C e permite vislumbrar um novo fator de análise E). Enquanto mergulhava, como pesquisador, em um determinado tema, mantinha um estado de alerta para outros e para novos fatos, complementares ou mesmo desestruturantes do modelo de representação inicial. Exemplificando - ao mergulhar no debate coletivo sobre manejo da caatinga, há um sobrevôo em relação às atitudes das lideranças, aos conhecimentos e às ideologias adjacentes às opiniões, etc., que permite ainda a emergência de um possível fato novo, como a desigualdade de poder dentro da própria rede sociotécnica.

Os dados obtidos não necessitam ser retomados enquanto tais, mas expressos em modelos de representação (GAIGER, 1996). A formulação inicial de modelos serve como quadro hipotético que orienta a busca e organização das informações. Ao final, apresenta-se o quadro reformulado ao longo da busca, sem se pretender uma meta-realidade, uma verdade imparcial. O texto da tese expressa uma linha de interpretação, não um detalhamento da realidade empírica. Esta não é passível de ser apreendida e expressa em esquemas analíticos. Não se trata de uma metodologia de tendências espontaneístas. Longe disso, fiz um esforço paciente, contínuo e sistemático, que permitiu construir uma objetivação possível (ZAGO, 2003). A problemática que surge a partir dos estudos de caso revela, principalmente, o percurso de uma inquietação heurística (MACEDO, 1998).

Os modelos de representação da problemática desta pesquisa têm um itinerário (representados nos modelos mentais no anexo 1) que representa a evolução (não no sentido positivista) da compreensão do pesquisador. A representação da problemática utilizou os recursos da dinâmica de sistemas (MEADOWS, 2001) e da análise de cadeias causais (UNEP, 2005).

As aproximações planejadas no escopo da pesquisa não são a única fonte de informações para a mesma. O aprendido e registrado no período que antecedeu o curso de doutorado é também parte integrante desta tese. Desde que me interessei pelos FP e pelas pessoas que neles vivem busquei encontrá-los sistematicamente e registrar minhas impressões. Este processo de pesquisar foi ato contínuo com o conversar, perguntar, sugerir, orientar, mediar, entrevistar, comprometer-me. Creio que muitas descrições de fatos e contextos poderiam ser semelhantes às de outros que presenciassem ou ouvissem relatos sobre os mesmos, mas isso não significa a prescrita replicabilidade do método e da pesquisa. Um pesquisador que tentasse repetir o mesmo itinerário de pesquisa provavelmente faria algumas

opções e interpretações diferentes das que estão relatadas nesta tese.

Ainda que haja uma permanente preocupação quanto à mescla de militância e pesquisa, o fato é que a aproximação com o movimento facilitou o acesso às informações e aos espaços de diálogo internos às organizações dos FP. As interpretações ora apresentadas foram formuladas em uma rede de acontecimentos, onde os fatos se conectaram aos atores. Consequentemente, a teia de acontecimentos relaciona-se à pouco explícita dimensão das histórias, concepções e intenções dos diferentes atores.

Além disso, nenhum olhar é neutro, mas um olhar possível, assim como disse Ribeiro (2006, p.16) “não procure aqui análises isentas.” O desafio da construção da tese não é a produção de um discurso verdadeiro, mas de um discurso-ação, que não traz verdades puras, mas verdades fluidas e perturbadoras (HART, 2005). A possibilidade de haver perspectivas múltiplas na pesquisa qualitativa não significa sucumbir ao relativismo imobilizador. Significa tentar compreender os eventos humanos em seus contextos, de forma a deixar espaço para a reflexão e para o exame intersubjetivo, um espaço aberto para permitir e/ou fomentar a diferença (HART, 2005).

A partir de 2007, além do aprofundamento acadêmico intensifiquei o processo de diálogo com comunidades, movimento, governo e instituições de apoio aos FP. Este diálogo tinha a intenção de pesquisar sobre e pesquisar com os diferentes interlocutores. Posso categorizar a coleta de dados nesta pesquisa em cinco procedimentos, leitura de dados secundários, oficinas participativas com comunidades e regiões de FP, conversas (entrevistas semi-estruturadas) com pessoas dos FP, do governo e das instituições de apoio aos FP, reuniões e observação de reuniões, tanto com o governo como internas ao movimento. O leitor da tese deverá ter em mente que, em um mesmo momento de coleta de dados, foram obtidas informações úteis a um ou mais capítulos.

Houve mais de 100 diferentes eventos de pesquisa com diferentes tamanhos: - as conversas duraram de uma a três horas; - as reuniões duraram no mínimo 4 horas; - as oficinas duraram de 2 a 4 dias. Visitei quase 40 comunidades⁵ de FP em 10 municípios e obtive algum tipo de dado primário de pesquisa sobre mais de 200 comunidades (em entrevistas e nas oficinas). O estudo dos dados secundários (de Coordenadoria de

⁵ O termo comunidade foi utilizado ao longo desta tese porque se constitui na forma corrente de denominação, “comunidades de FP”. Entretanto, é importante ressaltar que o uso do termo não significa corroborar as interpretações essencialistas-funcionalistas que compreendem comunidade como unidade fechada e homogênea.

Desenvolvimento Agrário - CDA, Instituto de Terras da Bahia - INTERBA, Central das Associações de Fundos e Fechos de Pasto de Bonfim - CAFFPB, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Coordenadoria de Ação Regional - CAR) também tomou vários dias, lendo e anotando informações. Oficinas são os encontros nos quais medie alguma discussão sobre FP ou com a participação significativa de pessoas de FP. Todas as oficinas tiveram roteirização específica, que atendia aos objetivos definidos com a sua organização, ou seja, não eram oficinas organizadas para prover dados à pesquisa, ainda que isso tenha sido um subproduto intencional das mesmas.

As conversas atentaram à especificidade de cada interlocutor. Em geral, com as pessoas de FP o roteiro continha os itens: 1) histórico do FP e da comunidade; 2) estrutura, arranjo e sistema de produção da comunidade; 3) área coletiva, área individual, cercamentos e vizinhança; 4) conflitos internos e externos; 5) organização, movimento e acordos; e 6) identidade e projeções para o futuro. Algumas vezes o dado de pesquisa era colhido diretamente do conteúdo dito pelo interlocutor, por vezes eu inferia informações implícitas ao longo da conversa. Com assessores e funcionários públicos as conversas foram mais específicas e tinham por foco as suas ações e os objetivos de suas instituições.

Reuniões com o movimento ou com o governo são momentos dos quais participei ativamente, assim como diálogos que mantive com agricultores e técnicos sem a preocupação de um registro imediato. Neste procedimento de pesquisa a estrutura do diálogo era definida principalmente pelos interlocutores e só introduzi algum tema na pauta quando surgia a necessidade ou oportunidade. Observação de reuniões, principalmente aquelas entre o governo e o movimento dos FP, são momentos em que registrei o processo de diálogo desenvolvido pelos representantes dos FP com técnicos de órgãos do governo.

Nas oficinas com representantes de várias comunidades, convocadas pelas organizações dos FP, conversas e observação de conversas, a coleta de informações foi fortuita, espontânea e eu tinha pouco poder sobre o processo e sua contribuição para a pesquisa. Geralmente, nestas oportunidades, aproveitei os intervalos e o final do dia para checar informações das conversas e oficinas e para marcar novos encontros com os participantes.

Esta tese está dividida em nove unidades: introdução, sete capítulos e considerações finais. Cada capítulo reúne o embasamento teórico que foi exigido para o seu desenvolvimento e os dados de campo. Todos possuem introdução, desenvolvimento e conclusões próprias. As introduções apresentam afirmações que fazem as vezes de hipóteses e

são problematizadas ao longo do desenvolvimento do capítulo. Por vezes as introduções parecem mais assertivas que as conclusões do capítulo, resultado da fragilização de algumas hipóteses no decorrer do processo de pesquisa. Os capítulos têm um encadeamento e seqüências lógicas, a seguir apresentados.

O primeiro capítulo abrange a origem histórica do contexto social genérico de comunidades pastoris, focando em um conjunto de peculiaridades no sertão da Bahia. Em momentos de conflito, estes contextos originaram uma categoria, a dos FP. Conflito e resistência são determinantes no surgimento da categoria social que, deste modo, pode ser entendida como circunstancial. O capítulo estabelece a relação das comunidades pastoris com o histórico de Brasil colônia, as sesmarias, o descontrole sobre as terras, o açúcar, os currais e decadência destas economias. Apresenta a contribuição do Estado, na forma de projetos, apoio técnico e inclusão na constituição, que reforçaram a resistência das comunidades na década de 1980.

O segundo capítulo descreve o “estado da arte” dos FP, o número de áreas, a problemática atual e a sua distribuição geográfica. O recorte de uma categoria social delinea uma problemática diferente e mais ampla que a razão que a originou.

O terceiro capítulo trata das múltiplas origens dos FP e da dinâmica/invenção da identidade territorial tradicional, em que há uma perspectiva “uniformizada” da tradição e do território, que não percebe a dinâmica e falta de uniformidade da categoria. A tradição é uma invenção que se dá no diálogo categoria-identidade-possibilidades. Uma mesma identidade, na medida em que obtém sucesso, passa a reunir maior diversidade.

O quarto capítulo se refere aos tipos de FP, à diversidade e às dificuldades de gestão dos recursos comuns. As comunidades configuradas por serem gestoras de comuns não conseguem responder aos desafios atuais de sua gestão uma vez que eles transcendem as suas possibilidade locais. Apresenta os tipos de propriedade e os elementos de gestão presentes em FP. Problematiza a estrutura de análise proposta pela escola de recursos comuns.

O quinto capítulo discute a análise da sustentabilidade a partir da reflexão sobre a sustentabilidade dos FP. Ao refletir sobre a complexidade que envolve a sustentabilidade dos FP apresentam-se possíveis contribuições para processos de análise da sustentabilidade. Revela-se a necessidade da explicitação sobre qual territorialização se debruça o estudo da sustentabilidade. A base fixa para uma análise de sustentabilidade é, no máximo, um estudo dos fatores de insustentabilidade de uma determinada territorialização.

O sexto capítulo apresenta as ações e orientações que influenciam os FP hoje. A idealização sobre os FP que incide de fora para dentro, a partir das instituições próximas a eles. Tomando o cuidado de não disparar sobre os utopistas (SANTOS, 2002), buscou-se criticar a colonialidade presente nas intervenções realizadas sobre os FP pelas diversas instituições afins, na forma de projetos de apoio.

O sétimo capítulo analisa os FP como sujeito coletivo e busca estabelecer a relação entre coletivos e sustentabilidade. O grande desafio foi escapar ao funcionalismo (ação coletiva) e ao essencialismo (tradição) no estudo do coletivo. Ao aplicar categorias rígidas para análise corre-se o risco de enrijecer um coletivo que na verdade é dinâmico e uma direção política que deveria permanecer aberta ao imaginário.

As considerações finais sistematizam os aspectos que têm determinado a configuração do coletivo dos FP. Apresenta também os desafios à sustentabilidade imaginada e à formação de sujeitos coletivos que atuem em busca desta sustentabilidade. Finalmente, as conclusões gerais dão destaque à tensão entre a necessidade prática de instituir e definir as formas organizativas e os conteúdos técnicos-políticos dos FP, de um lado, e o desafio da produção democrática de uma territorialização original, cujas formas e conteúdos não devem ser impostos de fora para dentro, de outro. Ainda que esta não seja uma tese da área de educação, ela buscou compreender aspectos “ontológicos” do encontro entre agentes e público, no qual os primeiros invariavelmente pretendem educar os segundos.

1. À MARGEM DE QUATRO SÉCULOS E MEIO DE LATIFÚNDIO: OS FUNDOS DE PASTO NA HISTÓRIA DO BRASIL E DO NORDESTE (1534-1982) ⁶

Se continua nos interessando ficcionar o passado é para nos dotarmos de uma contra-memória, de uma memória que não confirma o presente, mas que o inquieta; que não nos enraíza no presente, mas que nos separa dele. O que nos interessa é uma memória que atue contra o presente. E se continuamos ficcionando o futuro não é para projetar nele nossas expectativas, aquilo que ainda poderia depender de nosso saber, de nosso poder e de nossa vontade, mas é para abri-lo como imprevisível e desconhecido. (LARROSA & SKLIAR, 2001, p. 7).

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata da formação histórica do conjunto de aproximadamente 20.000 famílias, distribuídas por 500 comunidades, que vivem do pastoreio comunal no sertão baiano. Há, neste início do século XXI, uma dinâmica da categoria dos fundos de pasto (FP) que pode levar à assimilação de outros grupos sociais que também fazem algum tipo de uso comunal de terras. Estes grupos, muitas vezes, não partilham esta mesma história. A história matricial dos FP refere-se ao longo período entre a criação das sesmarias (1534) e a generalização, na década de 1980, da alcunha fundos de pasto (FP) como modo de designar as comunidades pastoris do sertão baiano. O título do presente capítulo “À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: os FP na história do Brasil e do Nordeste (1534-1982)” faz alusão ao livro de Guimarães (1981), “Quatro séculos de latifúndio”, e ao fato de estas comunidades pastoris se configurarem à margem dos latifúndios. Sendo os latifúndios o *mainstream* da formação do Brasil, formas como os FP se configuram em diálogo com seus fluxos e influxos. Povos como os FP vivem em conflito com o avanço dos latifúndios e em relativa autonomia quando estes arrefecem. Ainda assim fazem parte do sistema latifundiário, a exemplo de outros agrupamentos rurais que vivem nas suas “dobras” e “intervalos”.

Em razão de conflitos agrários das décadas de 1980, os contextos das comunidades pastoris originaram uma categoria, a dos fundos de pasto (FP). Ela é fruto das circunstâncias

⁶ Este capítulo é uma versão atualizada e ampliada do artigo “À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: razões dos fundos de pasto na história do Brasil e do nordeste (1534-1982)” apresentado e publicado pelo autor no V ENANPPAS, Brasília, 2008.

do enfrentamento à grilagem de terras e não um mero desdobramento de um passado comum. A neogênese (presente) de uma categoria reconhecida como tradição (passado), como a dos FP, decorre de uma opção política no tempo presente, feita ativamente pelos grupos sociais. Esta opção decorre de conflitos e oportunidades vigentes. Não deve ser entendida como resultado inexorável do passado. Essa compreensão seria determinista.

A tendência mundial ao desaparecimento de sistemas comunais, iniciada no século XIII com os *enclosures* ingleses, coincide com o avanço da mercantilização da terra e do trabalho (POLANYI, 2000). Os avanços de grileiros e latifúndios sobre áreas comunais da caatinga decorrem deste processo de mercantilização da terra. Os sistemas comunitários remanescentes estão normalmente associados a situações de fraca inclusão no mercado e à conservação dos biomas dos quais eles dependem. Compreender as condições históricas do surgimento e da persistência de uso comunal de terras como os FP contribui para entender esta dinâmica social e as condições para conservação da própria caatinga.

O sertão nordestino foi ocupado de modo rarefeito, subordinado economicamente à economia açucareira, inicialmente pujante e que decaiu nos séculos XVIII e XIX. As relações dos sesmeiros do sertão, titulares das sesmarias, com os vaqueiros, responsáveis pela produção do curral, eram hierárquicas e firmes. Ao mesmo tempo, o isolamento geográfico permitia certo grau de autonomia e liberdade para os vaqueiros. O esfacelamento das grandes sesmarias das Casas da Ponte e da Torre entre o final do século XVIII e início do século XIX, decorrente da queda da economia do açúcar, permitiu o estabelecimento e formação de um campesinato advindo de famílias de vaqueiros, agregados e outros recém chegados, num processo de acampesinamento relacionado ao apossamento comunal das terras. O descontrole sobre essas terras, por parte do Estado, o desinteresse econômico por elas e seu relativo isolamento geográfico são aspectos que favoreceram seu desenvolvimento idiossincrático, a partir das famílias estabelecidas pelo menos desde o início do século XIX. No sertão, essas condições perduraram sem alterações bruscas e exógenas até as décadas de 1970 e 1980, quando o cercamento de grandes áreas criou choques com os usos costumeiros. A partir daí, atos mais ou menos isolados de resistência comunitária e o “reconhecimento” desses usos costumeiros por parte de uma fração do Estado criaram as condições que transformaram um padrão de ocupação e uso da terra em uma nova categoria social.

Até o momento existem poucos estudos históricos sobre os FP. Dentre eles, destaca-se o livro de Garcez (1987). Entre seus representantes e os técnicos que acompanham os FP, há

diversas e contraditórias teorias sobre a sua origem. Ouve-se tanto que “sempre houve FP” como que “FP é coisa nova”, tanto que “têm origem portuguesa” quanto que “isso de criar solto é coisa que vem dos índios”. Há, também, pistas mais claras como “os FP daqui eram todos área da Casa da Torre”. As diferentes versões e razões para a existência dos FP são discutidas no desenvolvimento deste texto.

“Porque surgiu e persiste o fundo de pasto?” A esta pergunta adicionou-se um conjunto articulado de relações compreensivas, como hipóteses de pesquisa:

- as comunidades nasceram a partir dos currais das Casas da Torre e da Ponte, que se iniciaram no século XVI e decaíram a partir do século XVIII;
- há razões econômicas, fundiárias, ambientais e culturais para a persistência destas comunidades, combinadas às relações de parentesco e compadrio como elemento facilitador; e
- desde 1980 a persistência dos FP está associada à organização política, à articulação com instituições, ao apoio governamental e ao seu reconhecimento na constituição baiana de 1989.

A pesquisa se desenrolou com a busca de elementos relacionados a este conjunto de idéias e com a releitura de fatos que as reforçavam e/ou contestavam, buscando a reestruturação do conjunto de relações compreensivas. Foram feitos: 1) estudo documental das comunidades; 2) estudo de leis municipais e estaduais; 3) estudo da localização das comunidades comparada às áreas das Casas da Torre e da Ponte como descritas por Antonil (1982); e 4) entrevistas com lideranças, técnicos do governo e sociedade civil, buscando compreender aspectos da origem das comunidades e dos processos recentes de resistência.

1.1. BRASIL PLANTATION S.A.: A OCUPAÇÃO DO BRASIL COMO PROJETO ECONÔMICO ALIENÍGENA

Quanto mais cobiçado pelo mercado mundial, maior é a desgraça que um produto traz consigo ao povo latino-americano que, com seu sacrifício, o cria. (GALEANO, 1994, p. 73).

O processo de formação histórica das condições socioeconômicas brasileiras e dos processos de ocupação “artificiais”, que visavam o mercado externo, construiu uma visão de ocupação orientada para este mercado externo. Nesta visão, o espaço tornou-se tão somente o

local de produção para exportação, independente dos custos ambientais e sociais gerados por esta ocupação.

Há, no Brasil, uma submissão histórica do projeto de país (ou, poder-se-ia dizer, uma ausência de projeto) aos interesses dos países centrais. A formação social ocorre em função da acumulação comercial européia (WANDERLEY, 1979a). A formação do Brasil como empreendimento econômico da Europa estabeleceu a classe dos que estão aqui a negócio, senhores de terras, e a dos que estão aqui como insumo do negócio, trabalhadores que apenas servem aos objetivos dos primeiros. Os que chegaram (ou estão) no Brasil a negócio são aventureiros (HOLANDA, 1978; FAORO, 1997) que, de fato, assumem poucos riscos, pois estão, “subterraneamente”, sustentados pelo forte “fio da rede mercantil que devora o mundo” (FAORO, 1997, p. 105). São padrões comerciais subordinados, fadados a se repetir (FAORO, 1997).

Em tais condições a economia brasileira não terá outros horizontes que monotonamente se repetir e evoluir através de sucessivos ciclos estreitamente subordinados à conjuntura do mercado externo. (PRADO Jr., 1989, p. 72).

A caracterização deste processo e críticas a ele já se encontravam nos movimentos nacionalistas do século XVIII e nos escritos de José Bonifácio, ecoando em Galeano (1994) e entre os grandes sociólogos brasileiros do século XX (Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro e Josué de Castro).

A idéia do Brasil como empreendimento comercial está explícita na expressão “A empresa Brasil”, de Ribeiro (2006). O autor afirma que o Brasil é resultado de quatro ações de ordem empresarial: 1) a empresa escravista, latifundiária e monocultora; 2) a jesuítica que se calcava na destribalização e servilismo de indígenas; 3) as micro-empresas de subsistência de produção de gêneros e pecuária; e, por fim, 4) a empresa “constituída pelo núcleo portuário de banqueiros, armadores e comerciantes de importação e exportação” (RIBEIRO, 2006, p. 161), que paira sobre as outras três. A primeira, entretanto, é a principal ordenadora da vida econômica do país. A sociedade se originou e se organizou em função do negócio do açúcar. A coletividade instalada é simples expressão deste negócio (PRADO Jr., 1989). O mesmo autor reforça a idéia de que não foi a colonização que empreendeu a exploração canavieira, mas sim a empresa canavieira que deu origem à colonização.

Interesses “alienígenas” prevalecem e orientam a exploração primária da terra para atender à “vocação oceânica” do Brasil colônia, exportando toda sua riqueza em favor dos

interesses da Europa (CASTRO, 1967, p. 265).

A prática de servirem-se da terra como usufrutuários (HOLANDA, 1978), o sentimento de não pertencimento dos empreendedores em relação ao Brasil e os deslocamentos humanos internos pela sobrevivência acabaram por se tornar aspectos constitutivos do país. “Os navios que trouxeram os donatários e os colonos não trouxeram um povo que transmigra, mas funcionários que comandam e guerreiam, obreiros de uma empresa comercial, cuja cabeça ficou nas praias de Lisboa.” (FAORO, 1997, p. 120).

O projeto bonifaciano, do século XIX, assinalava a necessidade de desenvolver um país auto-suficiente, rejeitando o luxo e as ostentações (PÁDUA, 2002). Propunha um Brasil não dominado pelo espírito mercantil, pois, segundo Bonifácio, “quando se avalia cada ação como cada mercancia, vendem-se os talentos e virtudes, e todos são mercadores e ninguém é homem” (PÁDUA, 2002, p. 157). A mesma idéia é assumida por Prado Jr. (1989) que sugere que, para superar a tendência de repetir sucessivos ciclos subordinados à conjuntura do mercado externo, o Brasil precisa desenvolver-se pautado em uma economia integrada e voltada às necessidades internas.

Os ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café que dirigiram toda a cena política, social e econômica do Brasil do descobrimento até a crise iniciada em 1929, eram hegemônicos. A economia brasileira modificou-se durante o século XX, tornou-se mais complexa e diversa. Ainda assim, em 1973, Cardoso e Falletto, em sua análise da dependência, reeditaram a crítica histórica à subordinação do desenvolvimento econômico da América Latina em relação aos países centrais.

O advento do neoliberalismo (a partir dos anos 1970), a crescente internacionalização das economias nacionais e o aumento do número de empresas transnacionais, inclusive de capital brasileiro, dificultam a releitura das teorias quanto à subordinação da economia nacional a interesses alienígenas e impõem o desafio de uma internacionalização seletiva (VIOLA, 1998; GUEDES, 2000). A interpretação deste fenômeno não é o objetivo do presente capítulo. O interesse reside em compreender que durante tais ciclos, principalmente ao final de cada um deles, se desenvolveram idéias, formas de vida e de produção distintas, opostas e/ou complementares aos projetos hegemônicos. Formas diversas de vida, de produção e de pensamento surgiram nas entrelinhas dos canaviais, nas ruas dos cafezais, nos currais dos sertões, nas hortas, nos mocambos, nas roças de subsistência, nos quilombos, nas fronteiras agrícolas, nos seringais, babaçuais, nas “Gerais”, e ficaram nas entrelinhas da

história oficial.

1.1.1. Concentração, degradação, descontrole de terras

A grande propriedade é o corolário da exploração em larga escala (PRADO Jr., 1989) que, por sua vez, é um desdobramento natural da “Empresa Brasil”. A agricultura, como atividade econômica especializada permanente e intensiva, é recente no Brasil. As práticas eram intermitentes, extensivas e confundiam-se com o extrativismo (SZMRECSÁNYI, 1990). No período de 300 anos de colônia, o Brasil se fundamentou, principalmente, na grande propriedade fundiária, monocultura de exportação e trabalho escravo (FREYRE, 1994; SZMRECSÁNYI, 1990). Prevalencia a prática de, progressivamente, incorporar novas terras e abandonar as esgotadas, o que levou a um contínuo desmatamento, degradação e ao empobrecimento das terras (GALEANO, 1994).

Há crônicos descontrole e desconhecimento de todos os governos do Brasil, do império aos dias de hoje, de suas terras, as chamadas terras públicas (DRUMMOND, 1999). O destino das terras abandonadas era ignorado. Para isso contribuíram a grande fartura de terras e o desinteresse do colonizador e das elites agrárias estabelecidas em algumas regiões sobre o que ocorria fora dos projetos econômicos centrais, desde que não os ameaçasse.

A noção da terra como prolongamento da pessoa, da família e da estirpe tem origem em Portugal e influenciou diretamente o nosso regime de terras (FAORO, 1997). A coroa portuguesa transferiu para o Brasil, em 1534, o mesmo regime jurídico da repartição fundiária em sesmaria⁷, instituído no reinado de D. Fernando I (1367-1383), pela Lei de 1375⁸. O seu objetivo era promover o cultivo e o povoamento das terras incultas ou retomadas dos árabes que ocuparam a península por séculos (NEVES, 1998; GARCEZ, 2001).

Segundo a primeira instituição do sistema de sesmarias no Brasil, os capitães donatários recebiam gratuitamente, obrigando-se apenas a um dízimo à Ordem de Cristo, 50 léguas⁹ de costa. Eram obrigados a distribuir 80% das terras recebidas àqueles que se dispusessem a

⁷ Sesmaria vem de sesma, nome atribuído ao foro anual pago pelo foreiro ou enfiteuta. Sesmar vem de um verbo latino que significa avaliar, medir, calcular. (NEVES, 1998).

⁸ A lei, de 26 de junho de 1375, foi reeditada várias vezes com pequenas modificações, mas no geral foi ratificada e mantida pelas Instruções Joaninas (1385-1433), as de Dom Duarte (1436) e pelos códigos portugueses posteriores, as Ordenações Afonsinas (1446), Manoelinas (1511/12) e Filipinas (1603).

⁹ A confusão sobre a medida da légua é uma das razões da oportuna confusão em relação à dimensão das terras possuídas. Oficialmente, a légua de sesmaria media 6,6 km e a légua marítima 5/6 deste valor.

ocupar e que merecessem em virtude de serviços prestados¹⁰. O período de 300 anos de sesmarias criou a figura dos sesmeiros, grandes senhores e proprietários de terras. Sesmeiro é a denominação dada aos donatários das sesmarias, e também é o mesmo nome dado, em Portugal, aos agentes públicos responsáveis pela repartição de terras (NEVES, 2005). Em terras brasileiras, no entanto, estes agentes não eram públicos e podiam agir movidos por interesses próprios. Este sistema, denominado *enfiteuse romana*, durou todo o período colonial e pode ser entendido como primeira razão histórica da concentração de terras e da falta de controle sobre terras públicas (DRUMMOND, 1999). Só as grandes propriedades poderiam fazer com que os cavalheiros portugueses saíssem da cômoda inércia da corte. Mesmo assim, no período inicial das Capitânicas (1534-1549), foram poucas as doações de terras a sesmeiros e poucas delas atendiam às reais recomendações de aplicar critérios de merecimento e de se evitar concentração de áreas em nome de um único sesmeiro (GARCEZ, 2001).

Em Portugal, a intenção do regime de sesmarias era o de repartir terras. No Brasil, o seu efeito foi inverso. Além de concentrador de terras o regime foi concentrador de poder. A Coroa ignorava a maior parte das terras mantidas sob seu domínio, conhecidas ou desconhecidas. Por outro lado, abdicava de qualquer controle sobre elas, na medida em que cedia a súditos de posses, em troca de contribuições anuais, imensas áreas e todo o poder fiscal, militar, judiciário e político exigido para administrá-las. Prado Jr. (1989) assinala que os capitães donatários tinham poderes e regalias de soberanos, ligados às extensas terras sob seu controle. Com a falta de recursos da Coroa, a forma de exercer o seu poder e de garantir a sua parte no negócio se fundava neste sistema de concessões. Cada feitoria era uma agência de redistribuição de terras e de cobrança de tributos. Acumulava os poderes administrativos e as funções bancárias. Assim, o empreendedor se confundiu com o financiador (FAORO, 1997).

Mais tarde, na história brasileira, este papel desempenhado pelos senhores de terras, a crescente dependência da coroa em relação a eles e a hipertrofia de suas funções e poderes, têm como uma das suas conseqüências mais fortes a postergação das iniciativas de reforma agrária (BURSZTYN, 1990). Muito antes da reforma agrária virar questão política (século XX), o sistema negou desde o início a possibilidade de acesso democrático às terras, exceção feita aos pequenos bolsões de colonização em pequenas e médias propriedades nos estados do

¹⁰ “Às pessoas que consigo levar e as que na dita terra quizerem viver e povoar, aquela parte das ditas terras que bem lhe parecer e segundo lho o merecer por seus serviços e qualidades” (GARCEZ, 2001).

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo. O sistema de sesmarias contemplava um contingente mínimo que tinha que passar por vários gargalos – os beneficiários tinham que ser homens bons (ou seja, gente conhecida dos poderosos), tinham que ser politicamente leais aos poderosos, tinham que ser católicos, tinham que ter clara origem portuguesa e tinham que ter recursos para defender e/ou empreender nas terras cedidas.

A Coroa nem sempre se manteve indiferente à concentração de terras. A aliança entre o poder central e os poderes locais sofria alguns abalos quando a Coroa se manifestava contra abusos de poder e na distribuição de terras. Foi neste contexto que D. João III limitou o poder dos capitães, nomeando o primeiro governador geral (1549), sem contudo rever a decisão de manter sob o domínio destes as sabidas 50 léguas de litoral. Em 1590 (durante o período em que a Coroa portuguesa esteve unificada à da Espanha) recomendou-se, ao governador geral Francisco de Souza, “que facilite a concessão de terras a pessoas de menor representatividade e menos recursos” (GARCEZ, 2001, p. 26). D. Pedro II (1683-1706) e D. João V (1707-1750) também manifestaram preocupação com a concentração de terras nas mãos de sesmeiros. Em 1695, uma ordem real determina que cada sesmaria não poderia ter mais de quatro léguas de comprimento e uma de largura. Em 1697 restringiram-se as sesmarias e passou-se a distribuir novas áreas ao longo da bacia do Itapicuru e adjacências, região nordeste da Bahia, ocasião em que são aquinhoados 20 novos grandes proprietários (DANTAS, 2002). Em 1720, o vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes foi instruído a notificar Garcia d’Ávila Pereira, os herdeiros de Antonio Guedes Pinto, Domingos Afonso Sertão, Antonio da Rocha Pita, Pedro Barbosa Leal e o Mosteiro de São Bento da Bahia para que, em um ano, apresentassem os títulos e as formas de utilização das suas terras (NEVES, 2005). Todos eram ocupantes de grandes áreas do sertão nordestino. Em 1753, a Coroa decidiu manter a titularidade dos sesmeiros sobre as terras cultivadas por si e seus colonos, mantendo a prática de ignorar a existência de posseiros. As doações de terras chegaram a unidades de 10, 20 e até 100 léguas quadradas, com diversas delas sendo feitas a um mesmo requerente (FAORO, 1997).

A liberalidade deste processo foi tamanha que, em 1822, já não havia porções de terra para distribuir nas regiões que vinham sendo ocupadas desde o início do período das sesmarias, principalmente no Sudeste e Nordeste do país (FAORO, 1997). Este fato, associado à decadência econômica dos engenhos, culminou com o fim do regime de sesmarias, decretado ainda antes da independência (Resolução Imperial de 17 de junho de 1822). Foi uma quebra do compromisso histórico entre o Estado absolutista e o poder local hipertrofiado. A Coroa principia também a quebrar a autonomia jurídica e tributária de alguns

municípios (BURSZTYN, 1990).

A questão da distribuição de terras já preocupava José Bonifácio que propunha a racionalização do uso coletivo do território. Dizia, “as povoações do sertão se acham muito espalhadas e isoladas por causa dos imensos terrenos de permeio...” só um processo de democratização de acesso às terras reordenaria a ocupação do espaço e criaria uma sociedade mais compacta e integrada (PÁDUA, 2002). Bonifácio, em seus apontamentos sobre o sistema de sesmarias, enumera as razões que o levaram a influenciar sua abolição em 1822 (CORREIA FILHO, 1958).

No que se refere à dominialidade de terras houve um vazio constitucional entre 1822 e 1850 (na verdade até 1854, quando a Lei de Terras foi posta em vigor). Nesse período coexistiram sesmarias e posses, o que levou à pressão dos grandes latifundiários sobre os posseiros. Em algumas áreas, menos próximas ou de interesse do latifúndio, o vazio legal permitiu também a acomodação de usos costumeiros associados à posse da terra. No sertão nordestino houve uma ocupação aleatória das terras, sem nenhuma formalização legal (GARCEZ, 2001). A possibilidade de obter direito sobre terras através da posse e uso ruiu em 1854 com a regulamentação da Lei Imperial nr. 601, conhecida como Lei de Terras. Com esta lei, as terras ganham caráter de mercadoria e surge a possibilidade de um choque de capitalismo sobre a propriedade fundiária (WANDERLEY, 1979b). Entretanto, este potencial choque de capitalismo não ocorre em virtude da reacomodação do sistema em suas práticas de privilegiar os “bem-nascidos”. A lei, que visava modificar as relações com a terra e incentivar a produtividade, se tornou simplesmente um retrocesso fundiário.

“Essa lei não apenas transformou a terra em mercadoria, como impossibilitou o seu acesso a todos que não tivessem dinheiro para adquiri-la” (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 27). Sem gerar o impacto econômico necessário à transformação dos latifúndios, ela criou mecanismos que reduziram a possibilidade do acesso popular à terra.

Mais do que isso, a Lei de Terras de 1850 institucionalizou a ilegitimidade da posse associada ao trabalho e à ocupação. Só eram reconhecidas as propriedades que tivessem registros paroquiais (Decreto Imperial número 1318 de 30/01/1854), “embrião capaz de separar o senhor da terra, do mero pretendente ao usucapião” (FAORO, 1997, p. 408-409). Esta medida visava separar as terras públicas das privadas e controlar o acesso à propriedade, significando também o fim da possibilidade da democratização do acesso a elas. Depois desta lei, só a compra e a sucessão legitimavam a posse e o acesso legal à terra. Os seus

mecanismos favoreceram o latifúndio e serviram para legitimar as apropriações territoriais das oligarquias rurais ao definir como terras públicas aquelas que não pertenciam ao domínio privado (BURSZTYN, 1990). A noção de propriedade mantém o significado associado à proximidade com o poder e torna ainda mais distante a idéia da ação do estado na democratização do acesso à terra.

A “aberração” (do ponto de vista capitalista) de investir capital na aquisição de uma terra que não produza renda é, em grande parte, anulada pela ação do Estado, que favorece a redução do custo deste capital. Ele o faz diretamente quando subsidia a compra de terras e, indiretamente, ao legitimar e reforçar o poder de pressão dos proprietários diante de outras categorias (posseiros, por exemplo) ou do próprio Estado (ocupação de terras devolutas). O caráter de doação da terra, portanto, não desapareceu completamente. A terra permanece como simples elemento da natureza e a propriedade fundiária é abolida em sua expressão econômica (WANDERLEY, 1979b, p. 37-38).

A Lei de Terras provocou um aumento do preço das terras e a valorização das propriedades. Esta valorização compensou os senhores de terras pela desvalorização do trabalho escravo (SZMRECSÁNYI, 1990). Mesmo assim, o período compreendido entre essa lei (1850) e a abolição da escravatura (1888) marcou a decadência do sistema latifundiário-escravista (SILVA, 1980).

A última mudança significativa das leis de terras se deu a partir da constituição republicana de 1891. Ela determinou que as terras públicas remanescentes passariam ao controle dos Estados. Somente em 1964 a União reassumiu o seu domínio. As constituições posteriores nunca conferiram grande poder ao Estado para desapropriar terras privadas, fato que contribuiu para a impossibilidade de se enfrentar a concentração de terras. Assinale-se, porém, que não houve, durante a elaboração destas constituições, organização ou vontade política neste sentido.

Ao final destes 500 anos (1500-2000) o cenário da ocupação das terras é este, apresentado de forma sintética nas tabelas 1.1 e 1.2, abaixo:

Tabela 1.1: Tipos de ocupação do território brasileiro no início do século XXI

Categoria por tipo de ocupação	Área (milhões de hectares)	% em relação ao total
Terras indígenas	128,50	15,11
Unidades de conservação	102,10	12,01
Imóveis rurais particulares	420,40	49,45
Áreas urbanas, rodovias e águas interiores	29,20	3,43
Terras devolutas	170,00	20,00
Total nacional	850,20	100

Fonte: INCRA¹¹ (2000), in: Carvalho (2005)

Tabela 1.2: Brasil - Síntese da Estrutura Fundiária, 2003

Tipos de propriedade	Número de imóveis	% do total de imóveis	Área (hectare)	% da área total	Área média (hectare)
Pequena (menos de 200ha)	3.895.968	91,90	122.948.252	29,20	31,60
Média (200 a 2000ha)	310.158	7,30	164.765.509	39,20	531,20
Grande (acima de 2000ha)	32.264	0,80	132.631.509	31,60	4.110,80
Total	4.239.421	100	420.345.382	100	99,20

Fonte: INCRA

Nos dados das tabelas 1.1 e 1.2, chama a atenção a quantidade ainda grande de terras devolutas (20%), em pleno século XXI. Nestas áreas geralmente vivem posseiros e outros povos, muitas vezes em situação de tensão com outros grupos interessados na sua ocupação. São territórios da desconstrução e reconstrução do campesinato, nos quais surge um padrão camponês de ocupação. Eles poderão desaparecer pela migração ou proletarianização dos camponeses. A lentidão do processo de regularização de terras por parte do Estado é favorável à violência de grileiros contra os grupos estabelecidos nas terras devolutas.

As terras devolutas, terras indígenas e terras em unidades de conservação, assinaladas na tabela 1.1 representam 47,12% das terras disponíveis, cifra pouco inferior aos 49,45% dos imóveis rurais particulares. Das propriedades com menos de 200 hectares, consideradas como de “agricultura familiar”, 64,4% estão nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, nas quais se

¹¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

encontram uma “grande diversidade de formas de reprodução do campesinato” (CARVALHO, 2005, p. 68-69). Para o autor não significa que estas categorias sociais não possam ser enquadradas na expressão “camponês”. Ainda que muitas dessas pequenas propriedades sejam organizadas como empresas familiares (principalmente nas regiões Sul e Sudeste), o fato é que há uma grande proporção de terras no Brasil nas quais o campesinato se reproduz. Em relação à Bahia, Oliveira (2007) estima a existência de 22 milhões de hectares de terras devolutas, 39% dos 56,7 milhões de hectares do estado, quase o dobro da média nacional¹².

1.1.2. Ocupação do Nordeste

A região Nordeste do Brasil é dividida em quatro macro-zonas típicas, Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte (presente no Maranhão e no Piauí). A Zona da Mata, em virtude dos seus diferenciados processos de ocupação, pode ser dividida em açucareira, cacaueteira e petroquímica (mais recente). No Meio Norte, há zonas de cocais e babaçuais com intensa atividade extrativa (MARIANO NETO, 2001). Mesmo com esta diversidade, o grande eixo organizador da ocupação do Nordeste foi a agroindústria de açúcar.

A paisagem nordestina está impregnada de história, principalmente por causa dos séculos de paixão do colonizador pelo açúcar (CASTRO, 1948). O português já conhecia o cultivo da cana, a industrialização e comercialização do açúcar, desde sua experiência na costa oeste indiana. Até 1532 o pau-brasil foi o produto mais importante do Brasil colônia. A introdução da cana-de-açúcar no Nordeste data de 1526 (FAORO, 1997). Em 1584, já havia no Nordeste 166 engenhos de açúcar (ANDRADE, 1973) e, em 1852, apenas a província de Pernambuco tinha 642 engenhos (WANDERLEY, 1979a).

A faixa litorânea úmida de terras férteis (Zona da Mata), presente em todos os estados nordestinos, penetrando em média 80 km do litoral (mas chegando a 300 km em algumas regiões), foi a área ocupada pelas plantações, pelos engenhos de cana-de-açúcar e pelas suas casas-grandes e senzalas.

Nessa parte do Nordeste a cana-de-açúcar escravizou homens e terras (CASTRO, 1948). O “açúcar dono dos homens” (FREYRE, 1961) foi progressivamente removendo as florestas, degradando os solos e as águas. As guerras e a cristianização das tribos indígenas litorâneas

¹² Dados em texto do autor (Ariovaldo Umbelino Oliveira) publicado em 26 abr. 2007 na <<http://www.radioagencianp.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2008.

conduziram à extinção em massa da população nativa. A fração restante passou a compor o exército de reserva dos engenhos ou migrou para o interior promovendo o aldeamento de grupos indígenas (ANDRADE, 1989).

Durante três séculos a produção de açúcar para exportação definiu todo o padrão de ocupação do Nordeste brasileiro. Este cenário só se alterou com o fim deste ciclo, entre o final do século XVIII e início do século XIX.

As práticas agrícolas dos grandes engenhos do Nordeste eram pouco eficientes, um dos principais fatores de sua decadência. Em um ensaio de 1834 sobre a agricultura baiana, Miguel Calmon Almeida alertava que os mais de 300 engenhos estavam em decadência e que a indústria ruiria pela baixa qualidade do produto, escassez de mão-de-obra, competição internacional e falta de combustível (PÁDUA, 2002). A busca por lenha em locais mais distantes e a degradação das florestas em razão desta prática já era uma preocupação oficial no século XVIII (PÁDUA, 2002).

A produtividade dos engenhos das Antilhas e sul dos EUA era de 350 a 400 arrobas de açúcar por enxada/ano, enquanto na Bahia ficava entre 100 e 120 arrobas. A baixa competitividade do açúcar nordestino tendia agravar-se progressivamente pela perda de produtividade decorrente do “cansaço” das terras (SZMRECSÁNYI, 1990; GALEANO, 1994). No final do século XVII, a crise do açúcar aprofunda a agonia dos engenhos. Ocorre uma brusca baixa de preços, da ordem de 50%, causada pela competição oferecida pela produção das Antilhas holandesas (GALEANO, 1994) e Cuba. Este cenário piorou entre 1840 e 1880, com o avanço do derivado de beterraba que passou de 8 a 48% do açúcar consumido no mundo (WANDERLEY, 1979a). A renda média *per capita* teria caído de 30 libras ouro em 1600 para 3 libras ouro em 1800 (FAORO, 1997). Ainda que a abolição da escravidão nas Antilhas inglesas, em 1836, tenha dado algum fôlego ao açúcar nordestino, a decadência era inevitável.

Outro fator determinante para a decadência dos engenhos nordestinos foi a interrupção do tráfico negreiro com a Lei Eusébio de Queiroz e a transferência de escravos para as regiões auríferas de Minas Gerais (século XVIII) e para as regiões cafeeiras, primeiro do Vale do Paraíba do Sul (Rio de Janeiro e São Paulo) e depois do oeste paulista. As rebeliões de escravos foram outro motivo de decadência. “Morre o açúcar, destruído pelo peso de sua principal força, o escravo” (FAORO, 1997, p. 417). No final do século XIX, o Recôncavo Baiano encontrava-se em franca decadência (PÁDUA, 2002).

O foco no mercado interno permitiu uma estabilização da cana-de-açúcar em outras bases de poder e significado econômico, menores e sem alcance nacional, distante dos áureos tempos coloniais. Apenas no século XX os velhos engenhos começaram a ser substituídos por unidades industriais mais modernas. Nos espaços atlânticos, o destino dos trabalhadores foi a expropriação e o assalariamento nas áreas de monocultura canavieira (ANDRADE, 1989). Para relacionar este processo de ascensão e queda da agroindústria da cana-de-açúcar ao surgimento das comunidades pastoris é preciso compreender a face sertaneja desse período.

1.1.3. Sertão, semi-árido, caatinga

Não tiveram um historiador. (CUNHA, 2002, p. 70). O estranho território, a menos de quarenta léguas da antiga metrópole, predestinava-se a atravessar absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história. (CUNHA, 2002, p. 17).

Há poucos registros históricos do processo de ocupação do interior nordestino. O principal documento publicado no século XVIII, o de Antonil (1982), dedica menos de 5% do texto à pecuária na caatinga. O livro “Nordeste”, de Freyre (1961), tem por foco exclusivo o nordeste da cana-de-açúcar, os seus impactos e as características socioculturais que se desenvolveram no entorno desta atividade.

Apesar da centralidade econômica do açúcar, a vastidão dos sertões e a sua ocupação associada à pecuária permitem dizer que há dois nordestes, o agrário e o pastoril (FREYRE, 1961, p. 78), “... a monocultura da cana repeliu o gado para os sertões como se enxotasse animais danados”. O sertão nordestino, ainda que seja uma definição associada ao modo de ocupação de uma região, tem seus limites coincidentes com o recorte climático do semi-árido do nordeste, como se pode verificar no mapa abaixo (mapa 1.1):



Mapa 1.1: Limites do semi-árido¹³

A criação de gado sempre foi uma atividade econômica subsidiária à cana-de-açúcar (ANDRADE, 1973). A pecuária, em um primeiro momento da exploração açucareira, foi vizinha aos engenhos, mas com o tempo foi adentrando pelo agreste e finalmente pelo sertão. Na Bahia, a insuficiência dos currais dos engenhos, localizados na região de Salvador e do Recôncavo, marcou o início do processo de separação entre o “curral” e o “eito”, entre a fazenda e o engenho. Um grande impulso demográfico em direção ao interior nordestino teve por base a pecuária. Chegou ao sertão nordestino principalmente nas regiões tributárias dos grandes centros produtores de açúcar, Pernambuco e Bahia (PRADO Jr., 1989). Em 1701, reforçando uma tendência de interiorização da pecuária, a Coroa proibiu a criação de gado numa faixa de 10 léguas a partir da costa. A ocupação dos sertões relaciona-se à entrada pelos vales para estabelecimento de currais. Os deltas litorâneos dos rios Itapicuru, Inhambupe e Real, no nordeste da Bahia e sul de Sergipe, foram os principais eixos de penetração para o interior baiano (DANTAS, 2002).

A partir da primeira década do século XVII cresce o número de currais, que em 1670 já eram inúmeros (DANTAS, 2002). Segundo Andrade (1973), no início do século XVIII, os currais baianos se estendiam pela margem direita do São Francisco e pelos vales dos rios das Velhas, das Rãs, Verde, Paramirim, Jacuípe, Itapicuru, Real, Vaza-Barris e Sergipe.

“No agreste, depois nas caatingas e, por fim, nos cerrados, desenvolveu-se uma economia pastoril associada, originalmente, à produção açucareira como fornecedora de

¹³ Fonte: <www.bnb.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2008.

carne, de couros e de bois de serviço. Foi sempre uma economia pobre e dependente.” (RIBEIRO, 1995, p. 307).

Ainda que na Bahia, agreste, caatinga¹⁴ e cerrado tenham sido afetados por esta expansão pecuária, foi na caatinga que ela se firmou. Apesar de algumas semelhanças, uma diferença crucial, entre as ocupações do agreste e da caatinga, foi o forte e permanente contato do agreste com os engenhos, enquanto que nos sertões (caatinga) a pecuária se desenvolveu de modo relativamente independente e isolado. Foi este relativo isolamento que provocou a denominação, evidentemente exagerada, de “desertos do interior” (GALEANO, 1994, p. 75).

A dependência da ocupação em relação à pecuária e o papel central desempenhado pela criação de gado não pode ser melhor exemplificada que nesta frase sobre o sertão: “O gado cria o homem aí, em lugar de o homem criar o gado” (ANDRADE, 1973, p. 46). Ainda que alguns engenhos tenham se instalado em Senhor do Bonfim, Juazeiro e Campo Formoso, foi a pecuária que de fato ocupou o principal vale do sertão baiano, o vale do São Francisco (CAR, 1982).

O relativo isolamento, o clima, as secas periódicas, a pobreza e a rusticidade do sertão influíram na construção de uma imagem negativa desta região, um fatalismo, uma profecia auto-realizável sobre a sua inviabilidade. A descrição de Galeano (1994, p. 75) revela o preconceito, mesmo em seu livro com propostas libertárias para a América Latina parece não ver saída para este sertão, “o sertão, deserto de pedra e arbustos ralos, vegetação escassa, padece fomes periódicas [...]”.

No início da produção pecuária no sertão, os próprios senhores de engenho assumiram a promoção de unidades de produção pecuária subordinadas e mantidas por eles. Com o tempo, criadores especializados foram assumindo a atividade, consolidando enormes sesmarias dedicadas à pecuária. Segundo Darcy Ribeiro, elas se constituíram nos maiores latifúndios do Brasil. O fazendeiro dos sertões, entretanto, como assinala Cunha (2002), vive no litoral e muitas vezes nunca viu os seus vastos domínios.

A Carta Régia de 1701, segundo Cunha (2002), teria sido uma medida supletiva desse isolamento imposto pela distância. Esta medida punia severamente comunicações e qualquer troca comercial daquelas partes dos sertões com as regiões ao sul. Visava reforçar a relação de subordinação dos sertões aos senhores habitantes da faixa atlântica.

¹⁴ O bioma da caatinga, que significa mata branca em tupi-guarany, ocupa 11% do território nacional e 64% do território baiano (360 mil km²).

Os centros de irradiação da pecuária pelo nordeste foram Pernambuco e Bahia. No sertão, com a capacidade de carga muito baixa para animais de pastoreio, a criação sempre foi feita solta (ANDRADE, 1973). É possível que a imensidão das sesmarias tenha sido induzida também pela relativa raridade de boas aguadas. As fazendas tinham, em média, 3x1 léguas de terras¹⁵, não tinham cercas e eram separadas entre elas por outra légua de terra. Esta légua de intervalo tinha a função de evitar, ou reduzir, misturas de animais e conflitos entre diferentes currais.

Os vaqueiros que tratavam com os senhores eram, muitas vezes, compadres dos sesmeiros, seus homens de confiança. Lideravam alguns poucos ajudantes (em algumas regiões chamados de “fábricas”) para cuidar da fazenda. Entre vaqueiros e “fábricas” havia uma forte hierarquia. Aspecto similar à maior parte dos sistemas pastoris conhecidos no mundo (RIBEIRO, 1995). A pobreza neste sistema de pastoreio impediu o afluxo de escravos e consolidou uma relação de trabalho informal dos peões com o patrão (FAORO, 1997).

Havia duas diferentes formas de relação sesmeiro-vaqueiro nos currais. Nos melhores pontos, os grandes sesmeiros mantinham um vaqueiro pago com a quarta de bezerros e potros. Neste sistema de produção, cada vaqueiro tinha o direito de apartar para si uma em cada quatro crias (ANDRADE, 1973), podendo apascentar os seus animais sem distinção de tratamento ou área em relação aos animais do patrão. Este sistema de pagamento contribuiu para que muitos deles acumulassem recursos para se tornarem eles mesmos “fazendeiros”, formando os seus próprios currais. Em algumas regiões da Bahia, este sistema é chamado de “sorte”. Para impedir a eventual independência financeira dos vaqueiros, alguns proprietários adquiriam a quarta a que estes fariam jus (CARVALHO, 2008). Em 1991 ainda havia registro da existência deste sistema de relação de trabalho no nordeste da Bahia (COTRIM, 1991). A segunda forma de relação era o sistema de *enfiteuse*, nesta os sítios com uma légua em quadro eram cedidos em troca de 10 mil réis ao ano, pagos pelos foreiros¹⁶ (ANTONIL, 1982). Estes mesmos foreiros foram ampliando as possessões dos grandes proprietários (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984).

Foi no nordeste que as concessões coloniais de terras foram as maiores, dando origem a imensas casas senhoriais, como a Casa da Torre, Casa dos Guedes de Brito, Casa de Sertão,

¹⁵ Aproximadamente 18 x 6 km, ou 108 km², aproximadamente 10.800 hectares.

¹⁶ “Reconhecendo o domínio da terra aos mesmos (grão-senhores de Salvador) e tornando-se seus foreiros, estabeleciam-se com o curral e as reses no que chamavam de sítio, pagando anualmente um foro que atingia em 1710, 10 mil réis na Bahia. Estes sítios não tinham aquelas dimensões de principados das sesmarias, mas eram formados quase sempre por um lote de uma légua em quadro.” (ANDRADE, 1973, p. 180).

Casa da Ponte, Casa do Sobrado, Casa de João País, Casa de Vieira (FAORO, 1997). “Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antonio Guedes de Brito” (ANTONIL, 1982, p. 200). Nestas imensidões de terras eram imprecisos os limites entre as duas casas rivais (COTRIM, 1991). No mapa 1.2, abaixo, toda a área de contato pode ser entendida como estimativa. Provavelmente havia nelas currais da Casa da Ponte e da Casa da Torre. As únicas referências às dimensões alcançadas pelas Casas da Torre e da Ponte são as de Antonil (NEVES, 1998).

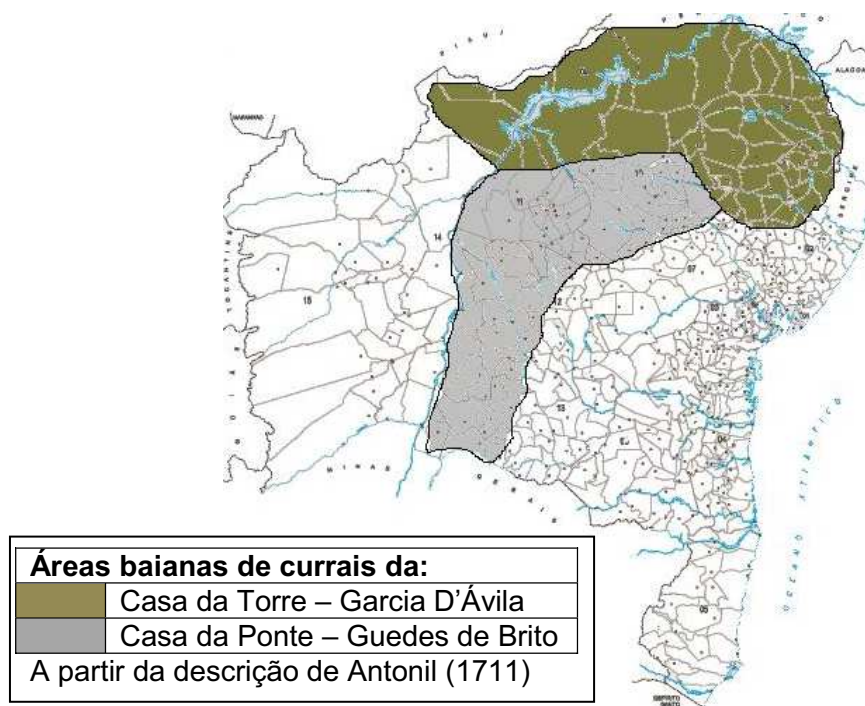
A Casa da Ponte – de Guedes de Brito – “legitimou” seu acesso às terras por seus préstimos no combate aos holandeses, recebeu sesmarias na margem direita do São Francisco, desde o rio das Velhas indo em direção ao norte, alcançando cento e sessenta léguas de terras, desde morro do Chapéu até a nascente do rio das Velhas (ANTONIL, 1982). Ocuparam também as cabeceiras do Itapicuru, do rio Real ao Inhambupe, até acima do rio São Francisco e até o Paraguaçu (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984). Também ampliaram seus domínios com terras nos rios Piauihy, Inhambupe, Itapicuru e Jacuípe. Havia modelos diferenciados de ocupação, os Guedes de Brito desenvolveram um modelo que Euclides da Cunha chama de “possuidores do solo”, seriam mais ciosos, independentes, entregues e afeiçoados à vida pastoril.

A Casa da Torre – dos Garcia D’Ávila – iniciou-se com a doação ao antigo governador Tomé de Sousa, em 1549, de uma imensa faixa de terras na margem esquerda do São Francisco que este repassou ao amigo. A dinastia de criadores de gado dos Garcia D’Ávila conquistou amplas áreas do sertão e fez da Casa da Torre um símbolo do latifúndio pecuário (ANDRADE, 1973). Teriam alcançado, em 1711, segundo Antonil (1982), “duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas”. Podem ter chegado a 340 léguas e ocuparam também com currais a margem esquerda do São Francisco (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984). A região descrita em “Os Sertões” (Monte Santo, Canudos) seria, segundo Euclides da Cunha, posse de Garcia D’Ávila. Também Curaçá tem origem nos currais da Casa da Torre (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984).

A descrição espacial dos currais, feita por Antonil¹⁷, é preciosa por duas razões:

17 “Estende-se o sertão da Bahia, até a barra do rio São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; de Centocê, cento e trinta léguas; de Rodelas por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas, noventa; e do Tucano,

primeiro - dá uma idéia da localização e amplitude geográfica dos currais; segundo - demonstra a sua associação com as aguadas, vinculação esta que se percebe também nas comunidades pastoris contemporâneas da Bahia.



Mapa 1.2: Regiões ocupadas pelas Casas da Torre e da Ponte

Antes do amplo estabelecimento dos currais, houve um período de conflitos (entre a segunda metade do século XVI e o início do século XVII) entre senhores, índios, negros e jesuítas. O médio e alto Itapicuru, no início do século XVII, eram ocupados por índios e alguns quilombos. Em 1603-1604, uma expedição foi contratada pelos sesmeiros com a finalidade de destruir um mocambo, aglomeração de escravos fugidos, que estaria “nos palmares do rio Itapicuru, quatro léguas do rio Real para cá”. Os mocambos foram destruídos e os negros mortos, em sua maioria. Em 1669, outra expedição, também contratada por sesmeiros, atacou mocambos estabelecidos em Jeremoabo (DANTAS, 2002).

Havia também grandes áreas do sertão de posse da Igreja Católica, registradas por levantamentos de 1812. Há registros de aldeias ligadas aos jesuítas na região de Campo

cinquenta. E, porque as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manante de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-barris, na do rio Sergipe e de outros rios, estão atualmente mais de quinhentos currais, e, só na borda aquém do rio de São Francisco, cento e seis.” (ANTONIL, 1982(1711), p. 199).

Formoso, já no século XVI. A abertura para suas atividades foi dada pela sua ascendência sobre o primeiro governador geral e pelo argumento da necessidade de aproximar índios, tidos como amigos dos franceses. Em 1561, os jesuítas estavam presentes na bacia do rio Itapicuru. A partir de 1630 eles se estabeleceram em várias aldeias cariris (DANTAS, 2002). A entrada das missões religiosas no sertão iniciou-se em 1562, em Curaçá, com jesuítas. Em 1639, os franciscanos aportaram em Monte Santo e, em 1706, os mesmos franciscanos chegaram a Juazeiro. As terras já eram da Casa da Torre e com isso houve diversos embates entre o coronel Garcia D'Ávila e as missões. Em 1669, Garcia D'Ávila mandou destruir residências e igrejas em Itapicuru e em Jeremoabo. Os combates e o aprisionamento de indígenas são relatados e denunciados pelos missionários ao vice-rei em diversas cartas (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984).

As bandeiras interioranas no sertão tiveram três diferentes momentos: no século XVI, os capitães donatários empreenderam bandeiras pelos rios Itapicuru, Jeremoabo e Vaza-Barris; no início do século XVII, as expedições dos Ávila combateram os Acroás, Paiacás e Amoipivás entrando pelos rios Joanes, Sincorá e Pojucá; mais para o final do século XVII, os bandeirantes paulistas combateram indígenas Cariris, Jês, Sucurus, Icós e Ariós, passando por Orobó, Sincorá, Paraguaçu e Jacobina (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984). O final do século XVII é marcado pela destruição de vários quilombos e aldeamentos indígenas por bandeirantes e a conseqüente tranqüilidade para o estabelecimento das rotas comerciais de gado e dos currais em todo o sertão (DANTAS, 2002).

Havia meia dúzia de rotas da pecuária. Todas se direcionavam a Jacobina e/ou a Feira de Santana. Uma alcançava o Piauí passando pela região do sub-médio São Francisco (Juazeiro, Pilão Arcado, Sento Sé), outra ligava Minas Gerais via Vitória da Conquista ou via Caetité e outra rota seguia em direção ao oeste da Bahia via Lençóis (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984). Dantas (2002) descreve também inúmeras ramificações da Estrada das Boiadas, que determinaram a malha do povoamento destas regiões pastoris, na Bahia e em Pernambuco.

Estes processos, de “apaziguamento” dos conflitos do sertão e estabelecimento de várias e longas rotas pecuárias, conduziram a um povoamento extremamente rarefeito, possivelmente reduzindo a população total do sertão nos três primeiros séculos do Brasil colonial. O primeiro censo populacional da Bahia, de 1776, registra apenas 21.972 pessoas vivendo no interior baiano. Relatos de viagem datados de 1801 descrevem a pobreza e o

subdesenvolvimento da pecuária nos sertões do vale do São Francisco (PÁDUA, 2002).

As relações de poder entre sesmeiros e vaqueiros repetem os padrões descritos por Faoro (1997) e Bursztyn (1990). Um poder central mantém e se mantém em uma relação de reciprocidade com poderes locais. Foi assim no período das duas grandes casas senhoriais (século XVI ao final do século XVIII). Com a decadência da pecuária, estas relações se tornaram mais instáveis e voláteis. Na Primeira República, o sistema eleitoral reforçou o poder local, revigorando os decadentes senhores de terras e consolidando o coronelismo. Em 1915, o governador José Joaquim Seabra tentou ampliar o seu poder em detrimento do poder dos coronéis, num processo de centralização das decisões em Salvador. Em 1920, a “revolta sertaneja” teve por desfecho a vitória dos coronéis e o estabelecimento de novos pactos entre poder central e poderes locais que significaram um retorno à concentração de poder local através da “municipalização” (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984). Os movimentos destes poderes locais sempre foram determinantes para a relativa autonomia dos posseiros. Quanto mais presentes e poderosos os senhores locais, tão mais difíceis e incertas as condições dos posseiros.

1.2. TERRAS E GENTES: A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO

A condição social que se denominou campesinato surgiu na Europa, no início da Idade Média. Há várias demonstrações empíricas, nos vários continentes, de que quando a área cultivada mobiliza até 1/30 da área florestal, a agricultura itinerante permanece viável. Na Europa, o fim da agricultura itinerante ou a sedentarização da agricultura ocorreu com a degradação das florestas, com a formação de um “tapete herbáceo” e com o aprofundamento da relação dos agricultores com os senhores feudais. O aprofundamento desta relação se deu em função do fim das áreas de expansão agrícola, em função da necessidade de proteção contra grupos nômades em algumas regiões e pela pressão exercida pelos próprios senhores (ROMEIRO, 1998).

O camponês europeu típico da Idade Média, ao menos aquele que deu origem ao termo, dedicava grande parte de seu tempo de trabalho ao cultivo das terras do senhor ou o equivalente em outras obrigações (HOBSBAWN, 1996), semelhante ao sistema de “cambão” que existiu no nordeste brasileiro. Vigorava o direito de compáscuo, pastos comuns aproveitados coletivamente pelos camponeses no regime de servidão (MENDES, 1993). O

sistema de produção tradicional do camponês europeu é baseado na “policultura-pecuária” (CARVALHO, 2005).

Apesar do imobilismo e homogeneidade aparentes desse contexto camponês, existe uma dinâmica de mudanças e uma grande heterogeneidade. Na Europa ocidental, o camponês era mais lavrador que servo. Na França, entre os séculos XI e XII, os feudos foram reduzidos em benefício dos camponeses livres, os chamados parcelários (ROMEIRO, 1998). Na Europa oriental, região com papel mais próximo ao das colônias da América, os camponeses eram mais tipicamente servos. Ainda nos séculos VIII e IX, o advento das rotações bienais e trienais de cultivos permitiu o estabelecimento de vilas e o início da diferenciação vila-campo. Esta mudança, de origem tecnológica, amadureceu no século XI com grande fortalecimento do comércio e do artesanato urbanos (ROMEIRO, 1998). A partir daí, a paz, o comércio e a constituição de excedentes agrícolas foram, progressivamente, enfraquecendo os laços de vassalagem. Um amplo conjunto de fatores, que não apenas a pressão demográfica e a inovação tecnológica, promoveu grandes mudanças políticas, específicas de cada região europeia conforme HOBBSAWN (1996):

Tudo isto [...] foi obtido pela transformação social e não tecnológica: pela liquidação (com o “movimento das cercas”) do cultivo comunal da Idade Média com seu campo aberto e seu pasto comum, da cultura de subsistência e de velhas atitudes não comerciais em relação à terra. (HOBBSAWN, 1996, p. 65).

Na Inglaterra, já no século XVI, o movimento de cercamento de terras livres e comuns (*enclosures* nos campos abertos ou comuns, “*openfields or common fields*”) iniciou-se pelos senhores que investiram na ovinocultura intensiva, destinada à produção de lã para exportação (ROMEIRO, 1998). Em 1660, o parlamento concordou com as recomendações dos técnicos agrônomos que consideravam os bens comunais e as servidões coletivas um “freio ao progresso da produtividade do solo e um entrave à livre iniciativa do proprietário” (MENDES, 1993, p. 82-83). Entre 1789 e 1848 ocorreram cinco mil cercamentos na Inglaterra, afetando um total de seis milhões de acres de campos e terras comuns (HOBBSAWN, 1996).

As transformações sobre a propriedade e o aluguel da terra, no período entre 1789 e 1848, descrito por Hobsbawn (1996), foram uma verdadeira revolução feita pelos detentores do poder. Elas visavam acabar com o sistema agrário tradicional. Os seus resultados podem ser caracterizados como catastróficos. De modo geral, durante as grandes transformações técnicas e econômicas na agricultura dos séculos XVII, XVIII e XIX, os camponeses sem

terra foram brutalmente vitimizados (Inglaterra, Índia, Irlanda), enquanto o campesinato livre (Tirol, Navarra, Suíça), que manteve seu acesso à terra, foi menos afetado e tendeu a permanecer apegado às antigas práticas agrícolas (HOBSBAWN, 1996; ROMEIRO, 1998).

O “tipo ideal” do camponês passou a ser mais um assunto de debates ideológicos do que um fato social. A categoria social do camponês ajuda os marxistas a caracterizar os processos de acumulação primitiva e o seu papel na constituição do capitalismo. A noção de campesinato é útil também para os pensadores liberais, que a usam para construir uma antinomia entre arcaísmo e capitalismo.

No Brasil, o termo camponês foi uma importação política dos intelectuais de esquerda, no início do século XX. Foi aplicado aos trabalhadores rurais em geral, em lugar das denominações de cunho mais étnico e regional como caboclo, caipira ou colono. No século XX, pensadores liberais brasileiros tentaram desenvolver, sem sucesso, a denominação “rurícola” (ANDRADE, 1989, PALMEIRA, 1989). Entre os autores que estudam o campesinato existem três tendências, ou três paradigmas de interpretação: 1) fim do campesinato por causa da inviabilidade da agricultura camponesa frente à agricultura capitalista; 2) fim da idéia do fim do campesinato, que tem duas vertentes, uma que foca os processos de crescimento do número de camponeses por meio da reforma agrária e outra que desenvolve ações relacionadas à manutenção do número de camponeses tradicionais; e 3) a terceira tendência é a da metamorfose do campesinato, que tem como fundamento o capitalismo agrário e reinterpreta o camponês como agricultor familiar ou pequeno agricultor (CARVALHO, 2005).

Há dois grandes debates na sociologia rural, datados da segunda metade do século XX: o primeiro é sobre a natureza feudal ou capitalista da agricultura brasileira (WANDERLEY, 1979a; WANDERLEY, 1979b) e o segundo é sobre a existência ou não de um campesinato no Brasil. Há a tendência de assumir-se o pressuposto da dominação do capital na agricultura nacional que “em determinadas circunstâncias, [...] cria e reproduz relações de produção diferentes da relação definidora do próprio capital” (WANDERLEY, 1979b). Relações capitalistas e não-capitalistas de produção e trabalho são criadas e definidas por empreendimentos capitalistas. Tais relações, coexistentes e imbricadas, configuraram e ainda configuram o campo brasileiro e, marcadamente, o nordestino. É no contexto destas relações não-capitalistas que muitos identificam a existência de um campesinato brasileiro. A história destes grupos sociais do campo, eventualmente chamados camponeses, ocorre no processo de

luta por um espaço próprio na economia e sociedade brasileiras (CARVALHO, 2005).

A formação do Brasil como empreendimento econômico movido por interesses exógenos (PRADO Jr., 1989; HOLANDA, 1978; FREYRE, 1994; RIBEIRO, 1995) passou por inúmeros ciclos, ao fim dos quais sempre restava uma massa de gente que “aderira” (livremente ou pela força) ao ciclo como insumo da produção. Essas massas humanas, de origem rural, no contexto de concentração fundiária, formaram os amplos *lumpesinato*¹⁸ e campesinato brasileiros que em parte se estabelece nas periferias urbanas e em parte se recria como “viventes” do campo. Os trabalhadores livres e sem terra eram numerosos na economia açucareira nordestina. Eles constituíam-se, assim como os escravos, na base do poder político dos senhores de terras. A falta de garantia do acesso às terras precarizava o modo de vida desses trabalhadores livres que, mesmo assim, permaneciam ligados aos latifúndios do sertão, na medida em que esses lhes asseguravam sobrevivência e reprodução (SZMRECSÁNYI, 1990).

As tendências que negam a existência de um campesinato brasileiro decorrem da necessidade de aplicar categorias sociais de análise europeizadas aos grupos sociais nacionais. É um problema recorrente do pensamento social brasileiro apontado por Martins (1993). O que se vê é o processo de recriação do campesinato, assinalado por Fernandes (2001, p. 31). Segundo o autor, ao mesmo tempo em que o destrói em um lugar, o capital recria o campesinato em outro. As mudanças e avanços do capitalismo no campo sempre deixam espaços, dobras e intervalos nos quais famílias continuam ou passam a viver participando pouco do sistema econômico.

O Brasil foi marcado, até hoje, por uma dinâmica de recriação e destruição da pequena propriedade. Em um primeiro momento, quando da ascensão de um ciclo econômico, grandes proprietários engolem pequenos e empurram posseiros para as fronteiras. Quando da decadência de um ciclo, as pequenas propriedades se expandem dentro de seus próprios limites (SILVA, 1980). A existência de uma fronteira agrícola no Brasil, em expansão há 500 anos, implica na existência de terras livres, acessíveis ao sistema de posses, permitindo a autonomia e reprodução camponesa (CARVALHO, 2005). Esta reprodução do campesinato se dá tanto nas próprias áreas de fronteira quanto nas áreas menos interessantes para o desenvolvimento da agricultura capitalista (áreas áridas, menos férteis, mais isoladas, menos estruturadas).

¹⁸ Lumpesinato refere-se a uma parte da massa de proletários que se acumula às margens do sistema, principalmente nas periferias urbanas.

Os processos de apropriação de largas porções de terras fizeram com que os sertões fossem ficando sob domínio de uma população rala. Nela proliferaram figuras como o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e/ou arrendadas e o posseiro sem títulos (FAORO, 1997). O direito de acesso e usufruto do “sítio” pelos foreiros quebrava a rigidez da relação polarizada patrão-operário, pois não era esta a relação desses foreiros com os senhores. Esta flexibilidade incitou, nestes foreiros, preocupações tipicamente camponesas e não proletárias, principalmente a defesa da propriedade privada da terra (WANDERLEY, 1979a). Este fato explica, em grande parte, o processo de luta das ligas camponesas de Pernambuco que, nas décadas de 1950 e 1960, surgiram no contexto de luta contra a expulsão de posseiros pelos grandes proprietários. Quando perde o acesso à terra, condição de seu trabalho, o camponês tende a se tornar um “simples vendedor da força de trabalho”, plenamente proletarizado (WANDERLEY, 1979b, p. 21).

Em 1972, os pequenos posseiros na agricultura brasileira eram 2,37 milhões de pessoas, representando 16% do total da força de trabalho rural (SILVA, 1980). Não por acaso, Wanderley (1979a) assinala foreiros e os seus sítios como importantes reservas de trabalho e terras para expansão do capital. Esta seria a parte da resposta para a pergunta da autora: “Porque razão este capitalismo tem necessidade de reproduzir relações de produção não capitalistas?” (WANDERLEY, 1979a, p. 122). Só a consciência, pelos grandes proprietários, deste papel de reserva, especulativa ou produtiva, explicaria a resistência colocada à alienação/distribuição das terras inproveitadas.

Das quatro empresas constitutivas da “Empresa Brasil”, a terceira, na qual se desenvolveram as micro-empresas de produção de gêneros de subsistência e a criação de gado é, segundo Ribeiro (2006), aquela que gestou as células do povo brasileiro.

As empresas de subsistência viabilizaram a sobrevivência de todos e incorporaram os mestiços de europeus com índios e com negros, plasmando o que viria a ser o grosso do povo brasileiro. Foram, sobretudo, um criatório de gente. (RIBEIRO, 2006, p. 161).

Para não romantizar a imaginação sobre estes grupos sociais é importante reiterar que as relações não-capitalistas produzidas e produtoras do contexto camponês brasileiro sempre estiveram subordinadas à dominação do capital. As estratégias de subordinação, que se dão no sistema econômico, são a cessão das áreas marginais (terras menos férteis e locais com climas secos “naturalmente” deixados de lado pela agricultura capitalista) e a comercialização de seus produtos por preços que depauperam os camponeses (poucos compradores tendem a

aviltar o preço de produtos dos bens de muitos produtores sem condições de estocagem e sujeitos à pressão comercial). Os sítios dos posseiros, e o próprio conceito de sítio em algumas regiões do nordeste, se unificam sob a idéia de “terra fraca” (MEYER, 1979). Não é por acaso que as terras roxas do interior de São Paulo estão, desde a metade do século XIX, sob domínio de agricultores capitalizados e empreendedores.

Há também a subordinação pela via do trabalho, dos dias mal-pagos que o camponês vende, na forma de diárias, sazonalmente, nas safras das grandes fazendas da região ou mesmo migrando para trabalhar na agricultura ou nas cidades. Em uma cadeia agroindustrial, o camponês sempre se insere no elo menos rentável. O preço de seu produto se reduz ao mínimo vital. Subconsumo, jornadas ampliadas de trabalho, trabalho gratuito da família são, então, estratégias que viabilizam a reprodução social deste campesinato que se torna, assim, semi-proletarizado (COTRIM, 1991).

Ainda que esta seja uma regra, Castro (1967) assinala que no Brasil há diferentes situações de exploração e miséria, que ele denomina “fomes regionais”. Os destinos das regiões diferiram - o norte e os seus seringais, o sul e o seu colonato e estancieiros, o Sudeste e o ciclo industrial que se seguiu ao ciclo do café. Estas regiões não são temas deste texto, pois foca o processo que configurou o nordeste e os seus sertões. No nordeste o termo camponês tem duas acepções. Uma é mais ampla incluindo os assalariados; a outra, mais restrita, se refere àqueles que não foram totalmente expropriados dos seus meios de produção (ANDRADE, 1989). Os tópicos seguintes tentam retratar a gênese do grupo que se ajusta a esta segunda acepção do campesinato nordestino, o sertanejo que, em algumas regiões, manteve a posse da terra em comunidades pastoris, nas quais se incluem os FP.

1.2.1. O sertanejo

O semi-árido nordestino é o contexto de formação do sertanejo, povo associado ao pastoreio do gado trazido das ilhas de Cabo Verde e que foi desenvolvendo vestimentas, culinária, modos de vida, organização familiar, estrutura de poder, visão de mundo e religiosidade (propensa ao messianismo) típicos (ABREU, 1963; ANDRADE, 1973; CUNHA, 2002). O conhecimento do sertanejo em relação à caatinga difere, em muito, daquele trabalhador das terras do açúcar o qual “quase não sabe os nomes das árvores [...] pois a cana separou-o da mata até esse extremo de ignorância vergonhosa” (FREYRE, 1961, p. 48).

A interiorização da pecuária pelo sertão gerou uma verdadeira “civilização do couro”, descrita por Abreu (1963). Ela não se resumia às portas e roupas de couro, pois incluía os longos caminhos do gado e as grandes feiras. Esta civilização se marcava por misticismo, rusticidade e semi-isolamento (MARIANO NETO, 2001). O exclusivismo da vida baseada na pecuária “representaria um tipo de organização antagônico ao da civilização da cana-de-açúcar” (FREYRE, 1961). Não havia casa-grande, senzala, rios ou solos que justificassem o padrão hierárquico observável na agricultura da faixa litorânea (FREYRE, 1961). Se as relações entre sesmeiros e foreiros, de modo geral, são colocadas como não-capitalistas e geradoras de preocupações tipicamente camponesas (WANDERLEY, 1979a), o caso dos vaqueiros é ainda mais exemplar.

A relativa liberdade destes vaqueiros, ainda que em regime de servidão, diferia em muito das condições dos engenhos. Provavelmente, segundo Ribeiro (1995), ela atraiu predominantemente brancos pobres e índios mestiços vindos das faixas litorâneas. Assim, a constituição fenotípica do sertanejo é predominantemente “brancóide de base indígena” (RIBEIRO, 1995, p. 310). Freyre (1961, p. 127), baseado em relatos de viajantes europeus, fala da cor entre branca e “trigueira” de sertanejos “robustos, corajosos, ativos e inteligentes” cujo porte era “altivo e independente como o dos montanheses.”

Há também a contribuição dada pela entrada de bandeirantes paulistas contratados pelas Casas senhoriais para combater os índios do sertão. O levante dos Cariris, o recuo dos índios para áreas montanhosas e a caça de bovinos e caprinos pelos indígenas provocou um conflito com os currais (1683-1724) cujo desfecho contou com o apoio decisivo dos bandeirantes (ANDRADE, 1989). O afluxo dos bandeirantes rumo ao norte, nordeste e sul foi realizado, em um primeiro momento, com relativa liberdade e poder já que eram apoiados e custeados pela Coroa para combater os índios do sertão. Posteriormente, os bandeirantes passaram a estar subordinados a uma hierarquia militar definida pela Coroa (FAORO, 1997). Bandeirantes renomados, como Domingos Sertão, eram atraídos para o nordeste pela possibilidade de grandes lucros com as fazendas de criação (CUNHA, 2002). O mesmo autor assinala que teriam sido tão numerosas as famílias de São Paulo que migraram para o sertão nordestino onde, segundo o historiador Pedro Taques, o “vale do São Francisco, já, aliás muito povoado de paulistas e de seus descendentes desde o século XVII, tornou-se como uma colônia quase exclusiva deles.” (CUNHA, 2002. p. 68).

Junto ou próximos aos vaqueiros havia também alguns poucos reideiros, gente livre,

sem acesso à terra, que criavam seus animais nas propriedades de outros (DANTAS, 2002). Eram grupos de 10 a 12 homens, índios, mestiços, escravos em fuga, foragidos da justiça, aventureiros procurando “liberdade e desafogo” (PRADO Jr., 1989 p. 45).

Dantas (2002) e Neves (1998) tendem a discordar desta tese da predominância absoluta de brancos e caboclos nos currais. Em seus estudos sobre a região do Itapicuru afirmam que no século XVII junto aos vaqueiros havia tanto agregados brancos e caboclos como negros libertos e escravos. Os registros dos tabelionatos, referentes ao século XVIII, apontam a posse de inúmeros escravos nas propriedades da região. Naquele século, a maior parte dos negros da decadente indústria açucareira teria sido absorvida pelas minas. Com a decadência destas, seu fluxo para o sertão retomou intensidade e há registros da transferência de 2844 cativos entre 1778 e 1798 (DANTAS, 2002), provavelmente para atividades diversas, como a mineração que florescia em Jacobina. A proliferação atual de reconhecimento de comunidades quilombolas no médio e sub-médio São Francisco indica que a total destruição de quilombos e mocambos é um mito, um fato não verificável.

Estas diversas origens e influências étnicas na composição do sertanejo refletem a realidade dos FP. Há tanto comunidades de FP predominantemente negras como predominantemente brancas, ainda que a maioria reflita a mestiçagem descrita por Freyre (1961) e Ribeiro (1995).

1.2.2. Apossamento coletivo e pastoril das terras devolutas do sertão

E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono. (CUNHA, 2002, p. 43). Abriram-se desde o alvorecer do século 17, nos sertões abusivamente sesmados, enormíssimos campos, compáscuos sem divisas, estendendo-se pelas chapadas em fora. [...] Esta solidariedade de esforços evidencia-se melhor na "vaquejada", trabalho consistindo essencialmente no reunir, e discriminar depois, os gados de diferentes fazendas convizinhas, que por ali vivem em comum, de mistura, em um compáscuo único e enorme, sem cercas e sem valos. (CUNHA, 2002, p. 83).

Nestas sentenças de Euclides da Cunha vêem-se duas percepções diferentes sobre o mesmo processo de ocupação, a do sertão sem dono e a dos pastos sesmados e partilhados em compáscuos. A falta de explicitação da diferença entre “sem dono” e “partilhados em compáscuos” é uma das geratrizes da indefinição em que ainda se encontram as áreas apossadas coletivamente nos sertões.

As manchas de terras agrícolas eram separadas das áreas de pastoreio por grandes

valados chamados travessões, dentro dos quais a agricultura predominava e o gado só podia permanecer preso e confinado. O travessão era formado por um valado ou por uma cerca que podia ser feita de pedras, de varas, de ramos ou de cactáceas. O governo de Pernambuco ainda conserva um travessão de 86 km, construído em 1928, e que protegia a cultura da mandioca da Chapada do Araripe contra a entrada de animais. Registre-se aqui que, até 1930/1940, os travessões eram as únicas divisões de terra de todos os sertões, além, é claro, das pequenas divisões dos roçados dos vaqueiros.

Entretanto, desde as décadas de 1930 e 40, o advento do arame farpado tem facilitado a prática dos grandes fazendeiros de cercar as áreas melhores para formar as “mangas” para o seu gado. Segundo Andrade (1973, p. 191) esta prática tem “restringido a possibilidade de vaqueiros e pessoas pobres criarem seus animais nas áreas de campo aberto, de posse comum.”

Durante os séculos XVIII e XIX, a decadência dos engenhos de açúcar esvaziou progressivamente a economia do sertão. O ciclo do algodão no agreste setentrional, iniciado no século XVIII, não chegou ao sertão. A carne que abasteceu as regiões auríferas e os cafezais vinha predominantemente do sul do país. Assim, fala-se também de uma decadência da pecuária do nordeste (CARVALHO, 2005). No final do século XIX, o eixo econômico da Bahia desloca-se do Recôncavo dos engenhos para as regiões cacaeiras do sul do estado.

Os senhores de currais, diferentemente dos senhores de engenhos, não moravam em suas terras mesmo no período de maior pujança entre os séculos XVII e XVIII. O vazio econômico reforçou o isolamento dos currais dos sertões entre o século XIX e a segunda metade do século XX. O fracionamento das grandes sesmarias das Casas da Torre e da Ponte iniciou-se no final do século XVIII. Foi provocado pela ausência dos proprietários, pela decadência do açúcar e pela busca pelo ouro de Minas Gerais (COTRIM, 1991).

O período entre 1830 e 1844 é marcado pela rápida comercialização das terras das sesmarias da Casa da Ponte, justificada pelos altos custos de manutenção da família que passara a viver em Londres. Em 1831, de Londres, o casal de condes, herdeiros da Casa da Ponte, nomeou o capitão Thomaz da Silva Paranhos, procurador geral na província da Bahia para “... vender todas as fazendas ou bens alodiais, povoados com gados [...] a fim de empregarmos o seu produto na Europa” (NEVES, 1998). Muitas vendas foram feitas aos rendeiros (DANTAS, 2002). O desmanche da Casa da Torre iniciou-se ainda na segunda metade do século XVIII, com vendas feitas pela viúva do Capitão Garcia D’Ávila Pereira para

diferentes compradores (DANTAS, 2002)¹⁹.

Assim como eram imprecisos os limites entre as duas casas e entre as sesmarias, as escrituras que decorreram de sua dispersão são igualmente imprecisas. As suas delimitações eram feitas com referências vagas, como pedras próximas à casa de alguém, um rio, uma estrada e confrontantes eventuais. Estas áreas vagamente localizadas eram vendidas em termos de contos de réis e os formais de partilhas valiam frações de contos de réis. São estas referências que se encontram entre os raros documentos em mãos das comunidades pastoris do sertão.

Desta forma, ao final do período colonial, a estrutura social, econômica e política do sertão baiano se alterou. As mudanças foram aprofundadas entre 1822 e 1850, quando muitas posses estabelecidas por vaqueiros e foreiros foram mantidas sem contestação de sesmeiros. Vendidas aos grandes proprietários, estabeleceram-nos como os novos poderosos regionais e as terras das Casas senhoriais se destinaram à pecuária. As terras vendidas a rendeiros ou as que permaneceram devolutas tomaram os destinos da minifundiarização ou uso comunal. Durante o século XX, nas áreas mais férteis, povoadas e próximas ao litoral nordestino, a tendência foi a total expropriação e o assalariamento dos trabalhadores. No entanto, o avanço do capitalismo não foi total nas terras nordestinas devolutas e pouco povoadas (ANDRADE, 1989). É sobre estas terras que se estabeleceram comunidades pastoris e onde persistem, em pleno século XXI, fortes processos de grilagem²⁰.

Até 1850 predominava na caatinga o pastoreio comunitário, regrado pelo direito costumeiro, no qual o conceito de posse era igual ao de domínio (relação direta entre propriedade e vínculo à terra pelo trabalho). Os limites entre as fazendas e sítios eram reconhecidos por consenso entre os ocupantes, os parceiros e os confrontantes (COTRIM,

¹⁹ O período mais intenso da dispersão do patrimônio da Casa da Torre deu-se entre 1813 e 1839. A viúva também nomeou um procurador, Baltazar dos Reis Porto, para tais fins. As vendas, em Itapicuru, foram feitas aos capitães Inácio Correia dos Reis e Gaspar Carvalho da Cunha, ao vigário José Góes e Araújo e Vasconcelos. Entre 1789 e 1802 foram registradas 11 vendas de terras e 120 arrendamentos na região de Jeremoabo e Itapicuru (DANTAS, 2002). Em 1828 o livro de tomo da Casa da Torre registra o desmembramento do sítio Lagoa do Boi, área do atual FP Lagoa do Boi. (GARCEZ, 1987).

²⁰ Grilagem é o mesmo que roubo de terras. Geralmente este roubo se faz sobre terras devolutas, terras públicas de posse desconhecida pelo Estado. Em algumas ocasiões estes roubos de terras foram feitos com auxílio da falsificação de documentos. Para transformar os papéis brancos e recentes em papéis com aparência antiga os ladrões de terra os colocavam em uma caixa com grilos. A ação e as fezes dos grilos têm o efeito de amarelar e desgastar o papel. Monteiro Lobato descreveu o grileiro como um alquimista, que envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbebas que morreram analfabetos, embaça juizes e suborna escrivães. Jocosamente o autor acrescenta que o grileiro é como um novo Jeová, que tira a terra do nada. (MONTEIRO LOBATO, 1948).

1991). Estas seculares comunidades pastoris estabeleceram-se como estratégia desenvolvida no sertão e que garantiu a sobrevivência dos seus ocupantes, independente do gado ou da paga dos senhores de terras (GARCEZ, 1987).

Com a Lei de Terras de 1850, a elite agrária ganha condições de subjugar os posseiros do sertão e tomar as melhores terras. A partir desta segunda metade do século XIX, desenvolve-se uma dicotomia entre os grandes pecuaristas de gado bovino que buscavam constituir grandes fazendas e os caprinovinocultores baseados em sítios camponeses (COTRIM, 1991).

Os conflitos se deram, até as primeiras décadas do século XX, sem que houvesse grandes cercamentos de áreas. Prevalencia o sistema da “solta” para bovinos e caprinos, fazendo do sertão o imenso e único compáscuo relatado por Cunha (2002). A imprecisão ou mesmo a ausência de limites entre as áreas de uso facilitou esta formação e o intercâmbio entre grupos de famílias pastoras. Há várias referências aos tempos em que os animais pastavam sem qualquer limite, usando todas as terras da região (GARCEZ, 1987).

A partir do final do século XIX começa, em escala mundial, o avanço do cercamento de terras com a “revolucionária tecnologia” do arame farpado²¹ que impactou fortemente as Américas (RAZAC, 2000). No Brasil, a difusão do arame contribuiu para ao fim dos sistemas pastoris comunitários que levavam nomes como “solta”, “larga” ou “largueza” (CARVALHO, 2005).

Os cercamentos de áreas do sertão iniciaram-se somente a partir dos anos 1920, para fins da “modernização” da pecuária extensiva e de especulação de terras. Foi um dos processos de transformação localmente mais significativos, pois avançou sobre áreas ocupadas por posseiros. Depois de 1960, o nordeste permaneceu sem grandes transformações

²¹ Se a primeira grande safra de cercamentos de áreas comunais, entre os séculos XVII e XIX, foi uma convulsão social apesar de sua explosão ter se dado ao longo de 200 anos, é inimaginável pensar o que seria feito se dispusessem de arame farpado. O arame farpado só foi criado em 1874 e em pouco tempo se tornou uma febre, principalmente entre os criadores de gado. Em 1875 já se produziram 270 toneladas do material e em 1901 eram 135 mil toneladas. Sua expansão nas planícies e destacadamente no estado do Texas, nos Estados Unidos, gerou um impacto mortal sobre a vida dos indígenas, ao afetar a circulação e conseqüentemente a reprodução de búfalos e bisões (RAZAC, 2000). Os cercamentos de terras comunais com arames farpados, que se iniciou em 1875 ainda não pararam e, provavelmente são um fenômeno, nos campos das Américas, que repetem o impacto social e se comparam aos processos ocorridos quando dos cercamentos das terras comunais nos *enclosures* da Inglaterra (séculos XVII e XVIII). “En otras partes pan, arroz, manzanas... En Chile alambre, alambre” (Neruda em Nuevas Odas Elementares, Oda al arame de pua). Neruda refere-se ao seu ódio ao arame em diversas poesias, com frases como “este arame dá mil voltas ao mundo”, “as investidas hostis do arame”, “arame interminável”, “arame venenoso”. Referindo-se à traição ao povo pela elite, pós independência, declara “surgisteis alambando tierras, midiendo cercas, hacinando áreas y seres, repartiendo la policía y los estancos.”

fundiárias, exceto a incorporação das duas novas fronteiras, no oeste da Bahia e no sul do Maranhão (SILVA, 1980).

Os apossamentos coletivos no nordeste têm origens, ou mitos de origem, diversos. Os mais conhecidos e registrados na literatura são as terras de herdeiros, terras de santo, terras de índio e terras de preto. O direito de Santo Antônio sobre as terras da Vila de Pedras, estudada por Meyer (1979), foi base de uma argumentação de defesa da autonomia da comunidade em relação ao engenho em que estava encravada.

As terras de índio diferem das terras indígenas, pois nesta não há tutela do Estado sobre os que a ocupam. Há vários registros de doação de terras da Coroa ao gentio indígena. Em uma Carta Régia de 1680, estendia-se a proteção ao ponto de decretar que se concedessem ao gentio terras “*ainda mesmo as já dadas a outros de sesmaria visto que deviam ter preferência os mesmos índios naturais senhores da terra*” (CUNHA, 2002, p. 64)²². Sabendo do histórico de conflitos e ocupações de áreas da Igreja nas quais havia trabalho indígena é plausível que haja a participação de indígenas na constituição de comunidades pastoris contemporâneas.

Não apenas nos sertões nordestinos constituíram-se e mantiveram-se áreas de uso comum. Na região norte mineira do Alto Vale do rio Jequitinhonha, região das chapadas da Serras do Espinhaço, desenvolveram-se os chamados “geraizeiros” que utilizam em comum os campos para criação de gado solto e para extrativismo vegetal (GALIZONI, 2000). No Piauí, o termo “solta larga” se refere a grandes áreas utilizadas por comunidades para o pastoreio em comum. Em Pernambuco, sob a influência das instituições (Comissão Pastoral da Terra - CPT, Articulação do Semi-árido – ASA e Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA) que trabalham com FP na Bahia, organizou-se, em 2005, um encontro em Petrolina para debater a situação dos FP no estado. Na margem esquerda pernambucana do sub-médio São Francisco há comunidades pastoris tal como na margem direita (baiana). Não há uma sistematização sobre esta realidade nordestina e brasileira. Ao que parece, as comunidades pastoris que se encontram mais organizadas e reconhecidas são os faxinais do sul do país e os FP da Bahia. São, ao menos, as únicas incluídas no projeto “Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”, coordenado pelo antropólogo Alfredo Berno Wagner de Almeida, financiado pela Fundação Ford. Este projeto publica fascículos sobre cada população tradicional (CHAMO & ALMEIDA, 2006).

²² Os grifos em itálico repetem grifos do autor, referindo-se a citações literais da carta régia de 1680 que institui a doação de terras ao gentio indígena.

A pressão fundiária através da grilagem, por meio da privatização de terras comuns e do fechamento dos espaços da “solta” do gado tem ameaçado os grupos de tradição pastoril (CARVALHO, 2005). Em todas as áreas de cerrado estudadas por Carvalho (2005) ocorre uma enorme pressão sobre as áreas de “solta”, que sobrevivem apenas residualmente. A ocupação massiva de áreas comuns a partir dos anos de 1970 decorre de programas de desenvolvimento do cerrado e não de uma possível coincidência histórica.

No Mato Grosso, os remanescentes de sesmarias, nos quais existia há até pouco tempo o sistema de uso comum de terras, estão em áreas críticas de tensão e conflito decorrentes da grilagem iniciada nos anos 1960-1970 (CARVALHO, 2005). Estas áreas são terras de sesmarias enquadradas na categoria “terra de herança” à qual os camponeses se referem para aludir ao uso ancestral e usufruto comum de uma área. Nestas áreas encontram-se grupos com diferentes denominações como pantaneiros, morroquianos, farinheiras, produtores de rapadura, posseiros (CARVALHO, 2005).

No Maranhão, Piauí e no oeste da Bahia, os posseiros em terras devolutas cultivavam mandioca e arroz, caçavam, pescavam e coletavam babaçu, carnaúba e buriti (ANDRADE, 1989). Bahia e Maranhão foram, nas décadas de 1970 e 1980, líderes da violência no campo. Na Bahia, Andrade (1989) destaca, entre as lutas camponesas, processos de grilagem associados à abertura de estradas, conflitos nas terras devolutas de Sento Sé, o assassinato de Eugênio Lyra (1977) na defesa de posseiros em Santa Maria da Vitória e o deslocamento de agricultores pelas barragens da CHESF e CODEVASF. Todas estas áreas estão atualmente próximas de FP ou são regiões que registram a sua existência.

Para um grupo de trabalho que discutiu a regularização fundiária à luz das questões socioambientais, ela segue, no Brasil, parâmetros “tecnicistas” e homogêneos, sem perceber e/ou tratar as diferenças. Só a terra nua é passível de indenização; tradição, cultura e serviços de conservação tendem a ser ignorados (SEIXAS; BARRETO FILHO & TOSATO, 2003). A indução pelo INCRA do parcelamento individual das terras foi um dos principais fatores de extinção das formas de apropriação coletiva no vale do Guaporé, em Rondônia (CARVALHO, 2005). As singularidades dos apossamentos de várias populações como seringueiros, quilombolas e ribeirinhos são ignoradas nos processos de regularização fundiária (BENATTI, 2005). A preocupação com as peculiaridades e aspirações das comunidades pastoris compôs a justificativa do primeiro projeto de regularização fundiária voltado às mesmas (CAR, 1982).

De modo geral, esses apossamentos coletivos enfrentaram e enfrentam sérias ameaças à sua reprodução. Tratando-se de áreas marginais para a agricultura capitalista, muitas vezes a grilagem de terras tem fins meramente especulativos. No trato do problema fundiário do sertão, ainda que em algumas regiões a agricultura irrigada tenha tomado áreas com perspectiva moderna e capitalista, predomina a especulação de terras. Os grandes imóveis são reserva de valor nas mãos de famílias tradicionais (CAR, 1982).

Os movimentos sociais ligados aos posseiros têm sentimentos opostos em relação à discriminação das suas terras. Necessitam garantir o acesso à terra que tradicionalmente ocupam. Sabem que em processos apressados de regularização fundiária a tendência é a sua invisibilidade e grandes perdas de terras decorrentes da legitimação de grandes grilagens e ampliação das áreas sob domínio dos fazendeiros vizinhos.

1.3. CONTEXTO DOS FUNDOS DE PASTO: POSSEIROS E BODES NA CAATINGA BAIANA

A compreensão dos integrantes das comunidades pastoris da Bahia é de que sua realidade é imemorial. “Nem sei falar quando começou, existiu toda a vida. O que aconteceu foi que as áreas foram diminuindo, mas FP sempre existiu, as terras eram devolutas, criavam bode que é duro na queda e agüenta seca” (representante da CAFFPB).

No período colonial, o nordeste baiano foi ocupado pelos grandes sesmeiros que se ocupavam de criar gado. O sertão foi também ocupado por índios, negros fugidos, caboclos e brancos livres, que muitas vezes foram enfrentados violentamente pelos sesmeiros. Apesar da exclusão ou subordinação dos camponeses, a não ocupação *de facto, vis-à-vis* a ocupação jurídica pelos sesmeiros permitiu que remanescentes destes brancos, caboclos, negros e índios fossem progressivamente cultivando e ocupando estas terras, como posseiros, reconhecidos ou não pelos sesmeiros. Foi um “arremedo de reforma agrária” conduzido pelo abandono das terras pelos antigos proprietários quando da decadência do início do século XIX (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984, p. 153).

Aos vaqueiros dos currais sempre foi permitido criar pequenos animais (cabras, carneiros e porcos). Tinham também o direito ao leite e ao queijo (ANDRADE, 1973). A aptidão das caatingas para a caprinocultura extensiva fez crescer este rebanho nos estados de

Pernambuco e Bahia. A dicotomia entre fazendas e sítios, sitiantes/posseiros e proprietários, fortes e fracos, nascida após a Lei de Terras de 1850 (CEDAP, 1987), era também representada na caatinga pela dicotomia gado-bode. Em algumas regiões, esta dicotomia pendeu para bode-sítios-posseiros no período entre o século XIX e a primeira metade do século XX. Em seus estudos sobre o nordeste da Bahia, importante região de FP, Freitas, Rocha & Mello (1984) assinalam que, entre as décadas de 1950 e 1960, a região tinha metade dos caprinos do estado. Havia, na mesma época, uma tendência ao predomínio dos caprinos em Monte Santo, Curaçá, Juazeiro, Pindobaçu, Jaguarari e Itiúba enquanto predominavam os bovinos em Jeremoabo, Tucano, Cícero Dantas e Itapicuru. Os mesmos autores declaram que, nas décadas de 1920 a 1940, as terras “começam a ter valor” e que as décadas de 1940 a 1960 foram de avanço da pecuária. Chegaram ainda as culturas da cebola (Juazeiro, 1950) e do sisal que certamente impactaram diversas áreas de FP. Cardoso (1984) aponta uma divisão da sub-região do nordeste da Bahia em três áreas típicas, o cinturão do sisal (Valente, Retirolândia, Coité e Teofilândia), a área de extrativismo vegetal e mineral (Euclides da Cunha, Araci e Santa Luz) e a área da caprinocultura (Uauá, Monte Santo, Cansanção, Queimadas e Quinjingue).

O predomínio do uso da caatinga, em lugar de sua remoção, fica evidente nos levantamentos de Cotrim (1984) da região Beira Rio no nordeste da Bahia. Em 1984 havia um predomínio forte das pastagens naturais (92.772 hectares), matas (75.198 ha.), áreas produtivas não utilizadas (40.725 ha.) e áreas em descanso (24.552 ha.) sobre as pastagens plantadas (5.428 ha.), as lavouras permanentes (6.058 ha.), as florestas plantadas (342 ha.) e as lavouras temporárias (38.198 ha.). Apenas 12,4% da região era declaradamente ocupada. Nesta região, entre 1970 e 1980, a pecuária não avançou, tendo decaído 29% em termos do número de animais enquanto a caprinovinocultura cresceu 28%. A área de pastagem decresceu 12,4%, uma vez que caprinos e ovinos seguem sendo criados em sistema extensivo, sem limites de áreas de estabelecimentos. Assim, “não se pode falar em incorporação de áreas, pois a prática tradicional é o uso da própria caatinga” e 88% da caprinocultura ocorre em pequenos estabelecimentos (COTRIM, 1984, p. 87).

Há, tanto entre agricultores quanto entre técnicos uma recorrente preocupação com o impacto da caprinocultura sobre a caatinga. A degradação da caatinga associada à criação de cabras “à solta” foi observada por Castro (1967) no Ceará, “Criada à solta, a cabra é um inimigo terrível”. A criação “à solta” foi a regra na vastidão dos sertões e na imensidão dos currais. “Ferrado o boi, está garantido. Pode romper tranqueiras e tresmalhar-se. Leva,

indelével, a indicação que o reporá na *solta* primitiva” (CUNHA, 2002, p. 82).

Assim, as comunidades pastoris, descritas no item 1.2, fazem parte do amplo contexto de lutas pela terra do Brasil, uma das formas que assumiu a recriação do campesinato nos vastos sertões e que encontra similares em todo o Brasil.

Freyre (1961, p. 80) parece descrever um FP:- “a cabra do nordestino, criada como é, sem a mínima vigilância, num território onde as cercas não são feitas para dividir terrenos, mas unicamente para resguardo dos cercados ou pequenas plantações”. Uma descrição feita por Andrade (1973) sobre o modo de vida sertaneja coincide com uma descrição geral do padrão de ocupação atual das comunidades pastoris do sertão da Bahia:

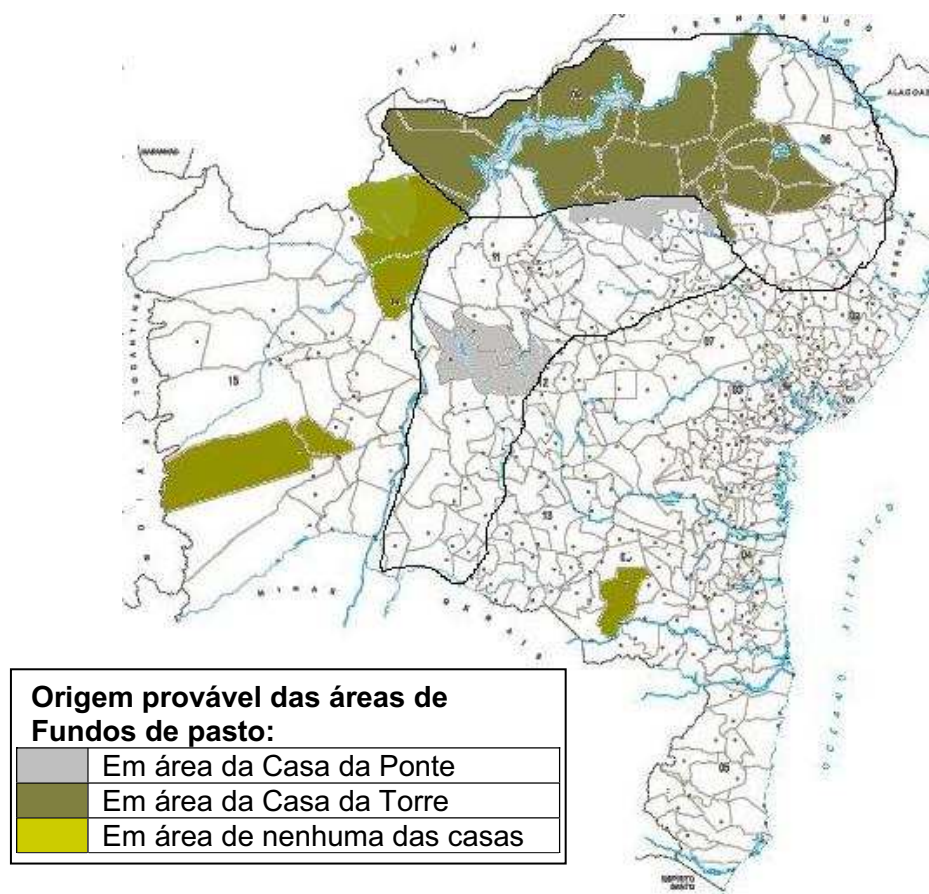
As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades. Assim, na alimentação usava-se principalmente a carne e o leite, este, abundante apenas no inverno, frutos silvestres e alguns produtos de uma incipiente lavoura de subsistência feita nos brejos, nas vazantes dos rios, ou, nos bons invernos, na própria caatinga. Lavouras de ciclo vegetativo curto – feijão, fava, milho, etc. – eram confinadas por cercas de varas ou de pedras a fim de impedir a danificação provocada por animais. (ANDRADE, 1973, p. 183).

Importante observar que nestes estudiosos do nordeste não se encontra a expressão FP, mas repetidamente expressam-se sobre a criação de cabras “à solta” na caatinga, o que nos permite inferir que esta era uma condição muito comum na região, ao menos no período em que fizeram seus estudos (1920-1950). Na Bahia, destacadamente no sertão norte, eram raros os cercamentos de áreas privadas, pois era comum o pastoreio comunitário extensivo na caatinga. Há muitas décadas registra-se o uso de alguns recursos comuns tais como áreas de pastoreio sem cercamento, utilizadas livremente por todos os membros da comunidade pastoril. Também são usadas em comum as aguadas, as áreas para extrativismo de frutas, madeira, mel e caça. A comunidade sertaneja em geral possui laços de parentesco, compadrio ou proximidade e realiza o manejo desses recursos comuns de modo partilhado, com trocas de favores e mutirões (CPT, 2003).

A relação das atuais comunidades pastoris com os antigos currais fica evidente ao se comparar o mapa das casas senhoriais com os municípios onde hoje se encontram FP. Em alguns casos, como na comunidade Lagoa do Boi, em Juazeiro, o documento de terra mais antigo em posse dos moradores descreve o desmembramento da área no livro de Tombo da Casa da Torre, datando de 27 de agosto de 1828 (GARCEZ, 1987). As áreas de FP de Uauá também pertenciam à Casa da Torre e foram ocupadas por Guilherme Costa, sendo depois adquiridas por Pedro Rabelo de Alcântara (SEPLANTEC/CAR, 1983). Ao analisar nomes de

250 comunidades de FP vê-se que 41% delas têm nomes associados à água (tanque, lagoa, poço, barreiro, riacho, olho d'água, várzea, alagadiço, bica, brejo, vereda). Isto reforça a associação destas com os currais, descritos por Antonil como sempre instalados em paragens com disponibilidade de água.

O mapa 1.3, abaixo, revela a coincidência entre as áreas originais das casas senhoriais e as primeiras e principais regiões de FP. Os FP fora desta área das casas senhoriais são expressões de outro fenômeno, a adesão da diversidade de formas de ocupação a um padrão melhor estabelecido, discutido posteriormente no capítulo 3 desta tese.



Mapa 1.3: Coincidência entre regiões das casas senhoriais e FP

Houve a consolidação de algumas formas de ocupação camponesa, tanto por um *gap* da ação do Estado quanto pela decadência econômica das duas grandes “casas” (da Torre e da Ponte). Esta situação, de modo geral, sofreu impactos nos momentos em que o Estado criou referências jurídicas para regularização de terras, em 1850. A Lei de Terras fortaleceu a possibilidade da legitimação jurídica da posse pelos pecuaristas e estimulou a noção de

propriedade da terra associada ao gado. Começou assim um processo lento de tensão entre os grandes pecuaristas e as comunidades de FP. Esta tensão foi afetada, novamente, com intervenção do Estado no apoio à compra de terras durante a década de 1970.

A maior parte das comunidades pastoris localiza-se em terras devolutas, originadas de grandes fazendas desmembradas ou compradas das sesmarias originais, mas que ficaram indivisas, sem delimitação e regularização (COTRIM, 1991). Segundo a CAR (1982), as áreas apossadas por comunidades pastoris foram muitas vezes compradas diretamente aos proprietários das antigas sesmarias, estando o documento de compra e venda nas mãos de pessoas mais velhas, constatados nos trabalhos de campo. A maior parte das comunidades não possui qualquer documentação que registre a posse, exceto raros recibos de compra e venda ou formalizações de partilha de heranças. As comunidades pastoris muitas vezes estão constituídas por famílias de descendentes dos herdeiros destas “fazendas-mãe”. Pessoas mais velhas da comunidade detêm formal de partilha ou recibo de compra e venda, únicos documentos de comprovação de posse das terras existentes.

“Os documentos de terras existentes são antigos, provavelmente em mil réis de terras e nem todos os posseiros têm as suas áreas cadastradas no INCRA” (texto da justificativa do projeto “FP”, INTERBA, 1985). As posses em mil réis comprovam a posse com um documento de compra, escritura ou recibo com referência ao valor da transação, mas sem discriminação de seus limites (CAR, 1982; CEDAP, 1987).

Em busca de outras pistas sobre as origens dos FP foi feita uma análise dos nomes das comunidades. Este exame permite associá-los à origem familiar, à presença de água e de condições ambientais favoráveis. Muitas vezes os nomes das comunidades associam elementos naturais aos nomes das famílias (Veredão dos Mecenias, Alagadiço do Henrique, Várzea do Mateus, Lagoa do Pedro, Lagoa do Pimentel, Várzea Dantas), a construções históricas ancestrais (Paredão do Lou). Há ainda nomes que, por serem de comunidades vizinhas, sugerem uma divisão de ramos de família (Ipoeira dos Brandões e Ipoeira dos Barros; Boa Vista dos Alves e Boa Vista do Silvano). O nome “Parente” de uma das comunidades pode ser uma alusão feita por pessoas externas (“Lá é tudo parente”) ou até uma autodenominação que poderia associar esta comunidade de FP às categorias “terra de parente” ou “terra de ausente” (ALMEIDA, 1988). Outros nomes associam-se à flora (15%), aspectos da paisagem (11%), religião (10%), fauna (5%), aspectos históricos como Curral Velho (3%) e à presença de negros como Laje dos Negros (1,5%). Os nomes que aludem à presença negra

reforçam a idéia de que algumas comunidades pastoris são também quilombos. A comunidade Laje dos Negros encontra-se tanto cadastrada como comunidade de FP, na CDA, como quilombo na Fundação Palmares. A comunidade da Praça, em Monte Santo, apesar de não ser reconhecida como quilombo, é referida pelas outras comunidades vizinhas como sendo diferente²³. Ao final, ficam destacados dois aspectos principais na denominação das comunidades de FP, a água e o parentesco.

1.3.1. Razões da configuração e persistência das comunidades pastoris baianas

Por que esta ocupação se configurou e persistiu após o fim dos currais? As razões explicativas são dúbias e não excludentes entre si. No estudo da literatura e de relatórios técnicos, nas entrevistas com técnicos das instituições próximas aos FP e famílias das comunidades pastoris dos FP encontram-se sete diferentes interpretações:

1) razão ambiental: a baixa densidade populacional no contexto de pobreza dos recursos naturais, reforçada pela baixa pluviosidade, teria conduzido a formas de exploração extensivas e sobrepostas (ANDRADE, 1973; CAR, 1982; SABOURIN & MARINOZZI, 2001). Para muitos, não há outro modo ambientalmente conveniente para a sobrevivência de famílias pobres no sertão. Esta forma seria mais preservadora, mais econômica, mais estável e resistente às variações climáticas. Acrescenta-se o argumento da adequação genética do gado pastoreado pelos sertanejos que, vindo de Cabo Verde, adaptava-se ao regime extensivo, procurando a própria comida e aguadas, prescindindo de estabulação (RIBEIRO, 1995). O mesmo se aplica ao desenvolvimento do bode denominado “pé-duro”, adaptado às condições de pastoreio solto na caatinga. A adaptação do bode foi experimentada longamente nos currais, uma vez que a propriedade e criação de pequenos animais era autorizada aos vaqueiros pelos sesmeiros;

2) razão ibérica: a persistência estaria na matriz cultural, fruto da herança da forma comunal de ocupação das terras em Portugal e Espanha. O geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira (comunicação pessoal), relaciona as comunidades pastoris do sertão baiano aos “baldios”, áreas de terra livre disponíveis para os camponeses em Portugal;

3) razão anti-européia: idealiza e essencializa o caráter indígena e negro como solidários em oposição ao caráter europeu. Refere-se às tradições comunitárias indígenas, reforçadas

²³ “Lá é como um quilombo” (comunidade de São Gonçalo e Bento); “O pessoal lá da Praça é tudo preto” (comunidade do Paredão do Lou).

pelos laços de solidariedade intrínsecos aos quilombos. Parte da idéia de que a noção de propriedade privada era estranha aos não-brancos e teria, assim, se reproduzido entre a população mestiça dos sertões a partir de seus elementos indígena e africano (SEPLANTEC, 1987);

4) razão indígena: a configuração das comunidades pastoris do sertão seria uma adaptação dos territórios de caça das aldeias, reconfiguradas para manejo de animais domesticados. Os caprinos teriam tomado o lugar da caça quando do aldeamento de indígenas. A tradição indígena, de vida e produção comunitárias, teria sido reforçada por missionários da Igreja (COTRIM, 1991) que talvez buscassem reeditar as primeiras comunidades cristãs. Esta foi a principal razão citada dentro dos primeiros estudos do governo da Bahia (CEDAP, 1987). Esta hipótese não encontra sustento em Ribeiro (1995) que reconhece que houve uma “substituição” dos territórios tribais de caçadas por áreas de pastoreio pelos vaqueiros, mas sustenta que esta mudança teria sido de tal modo conflituosa e violenta que marcou mais um afastamento entre vaqueiros e indígenas que uma mútua influência;

5) razão socioeconômica: a existência de comunidades pastoris no sertão seria resultante da sua pobreza. Essas terras teriam sido “esquecidas” por causa do seu baixo potencial produtivo e da baixa valorização econômica (COTRIM, 1991). Com a decadência dos currais, “abandonados” à própria sorte nos sertões, os remanescentes teriam sido induzidos à vida comunitária e à partilha. Esta hipótese pode assumir uma versão mais marxista, segundo a qual estas comunidades “pré-capitalistas” não configuraram o sistema de produção para acumulação privada e primitiva de capital e assim não individualizaram suas terras;

6) razão da falta de ordenamento fundiário: a impossibilidade de reconhecimento, regularização e titulação da propriedade familiar, seja pela compra e venda de terras ou pelo reconhecimento estatal da posse, induziu a não-discriminação individualizada das mesmas. Após a decadência dos currais (1750-1850), os vaqueiros e posseiros não se fizeram donos, supondo-se apenas usufrutuários da terra e, portanto, sem direito à apropriação individual da mesma. Esta hipótese é reforçada pela idéia de que, além da dificuldade, havia um grau de desinformação sobre direitos, desinformação esta que induziu a apropriação coletiva das terras (COTRIM, 1991); e

7) razão clânica (sociocultural): o relativo isolamento das famílias de vaqueiros induziu uma ocupação pelo simples crescimento vegetativo. Em virtude da natureza da produção

pecuária e dos modos de repartição de benefícios essas famílias nunca reuniram razões para dividir as terras por unidades familiares. A indivisão surge como estratégia de sobrevivência do grupo (COTRIM, 1991) e como prosseguimento do modo de produção anterior (os currais).

Dentre essas razões explicativas, a explicação clânica (sociocultural) parece dominante frente às observações de campo. As outras estão, em geral, subordinadas a ela. A manutenção das terras indivisas só aconteceu porque os conflitos internos eram (e continuam sendo) passíveis de solução no âmbito comunitário-familiar, as comunidades são predominantemente formadas por herdeiros e seus descendentes, parentes em diferentes graus. As razões ambientais, econômicas e fundiárias também são factíveis, podendo, em diferentes graus, ter se somado para fortalecer o modo FP de uso e ocupação. As hipóteses de cunho étnico-cultural (indígenas e anti-européias) são mais difíceis de avaliar e não parecem muito significativas por duas razões, primeira aquela apontada por Darcy Ribeiro quanto à não-assimilação, mas sim o enfrentamento dos índios pelos vaqueiros, e a segunda razão reside no fato de a configuração aberta dos grandes currais não ter sido opção das comunidades ou dos vaqueiros, mas uma contingência das sesmarias. De qualquer modo, pode se agregar à explicação a ascendência ser de camponeses pobres, sejam portugueses, indígenas ou negros. Estes, independente de uma influência cultural direta, nunca tiveram propriedade privada de terras e não conseguiram mudar isso.

1.3.2. Conflitos e resistência: o papel do Estado

O apossamento coletivo pastoril sofreu impactos em relação ao conflito com fazendeiros desde 1850, quando o Estado criou referências jurídicas para regularização de terras. Começa assim um processo gradual de tensão e dicotomia entre os grandes pecuaristas, que constituem grandes fazendas, e as comunidades pastoris caprinocultoras, instaladas em sítios camponeses (COTRIM, 1991).

No final do século XIX avança, mundialmente, o cercamento de terras com arame farpado (RAZAC, 2000), principalmente nos países americanos em processo de reorganização da ocupação das terras. Esta reorganização foi típica dos períodos pós-independência e também na expansão da ocupação de terras como no caso da corrida do oeste nos EUA. A difusão do arame contribuiu para maior apropriação de terras e recursos naturais, levando ao fim de sistemas pastoris comunitários que levavam nomes como “solta”, “larga” ou

“largueza” (CARVALHO, 2005). Este avanço sobre terras comunais ocorre em todas as regiões em que estas persistiram, como nas terras dos “geraizeiros” da região mineira do Alto Vale do Jequitinhonha, das chapadas das Serras do Espinhaço em Minas Gerais e Bahia, no Piauí, nas terras chamadas “solta larga”, no Mato Grosso, no Vale do Guaporé (Rondônia), nos babaçuais e carnaubais de Piauí e Maranhão (ANDRADE, 1989; GALIZONI, 2000; CARVALHO, 2005). Trata-se de um fenômeno comparável ao processo dos *enclosures* ingleses, quando a mercantilização das terras e do trabalho impulsiona um avanço sobre as terras comunais (POLANYI, 2000).

A “modernização” da pecuária extensiva iniciada nos anos 1920 deflagrou o avanço sobre as áreas ocupadas por posseiros do sertão e seu cercamento. Grande parte dos conflitos agrários do século XX envolvendo os FP surgiram por influência do Estado como agente planejador do território (ALCÂNTARA & GERMANI, 2004). A partir de 1950 o “rodoviarismo” e a política de integração do interior do governo de Otávio Mangabeira (1948-1951) reforçaram a pecuarização e os processos de concentração de terras (FREITAS, ROCHA & MELLO, 1984). Na década de 1970 a pecuária ganha novo impulso, com crédito subsidiado e a abertura de agências bancárias no interior para facilitar as transações (CEDAP, 1987). Estas novidades coincidem com os registros dos primeiros grandes conflitos dos FP com fazendeiros.

A partir da década de 1970 houve cinco eixos articulados de pressão sobre as comunidades pastoris do sertão baiano: pressão ambiental (degradação da caatinga), pressão política (leis municipais dos quatro fios), pressão fundiária (grilagem de terras), pressão econômica (pela valorização das terras) e pressão técnica (em virtude das propostas de modernização da agricultura e da pecuarização)²⁴.

Os conflitos ocorreram entre as comunidades pastoris e grandes extrativistas (carvoeiros, empresas que processavam tanino a partir da casca de angico), grileiros, fazendeiros e contra o próprio Estado, como no caso da resistência, em 1986, à criação de um parque estadual na região de Canudos (ALCÂNTARA & GERMANI, 2004).

O relatório da CEDAP (1987) acusa a existência de acirrados conflitos na região nordeste da Bahia envolvendo um grande número de famílias que não tinham acesso aos instrumentos jurídicos capazes de lhes garantir a terra contra expropriação. Os representantes

²⁴ “Em Brejinhos o impacto veio com a abertura dos bancos e do financiamento para bovinocultura e cercas. Prefeito e amigos se organizaram para retirar a criação miúda” (declaração de senhor que participou da resistência na década de 1980).

do movimento das comunidades de FP e das organizações a ele associadas referem-se ao “Projeto Sertanejo” (década de 1980) e a outros programas de desenvolvimento agrícola do governo da Bahia, como amplos processos de apoio e financiamento à aquisição e cercamento (grilagem) de terras. O aumento da vulnerabilidade das populações locais e de sua conseqüente desterritorialização decorre também de ações de governo como as do “Projeto Sertanejo” (OLIVEIRA & ROTHMAN, 2007).

A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980 as comunidades pastoris estavam sendo impedidas de criar ovinos e caprinos, base de sua atividade econômica e de subsistência, em virtude da crescente apropriação privada da terra. Ela foi apoiada por leis municipais da mesma época, denominadas popularmente de “lei do pé alto” ou “lei dos quatro fios”. Elas favoreciam a ocupação de terras por grandes pecuaristas de gado de corte, criado em regime extensivo, em detrimento da ocupação vigente, no regime de “bode solto” (FP).

A Lei municipal de 4 de maio de 1981 da cidade de Paulo Afonso impunha ameaças que se somavam a outras enfrentadas pelos caprinocultores comunitários:

Art. 1º. A criação de caprinos e ovinos no município deverá ser em área cercada e os rebanhos guardados e vigiados com cuidado preciso a fim de evitar prejuízos em propriedades alheias.

Art. 2º. Aos agricultores e pecuaristas fica assegurado o direito de construir cercas para a proteção de suas lavouras ou para o critério do gado vacum com apenas 3 ou 4 fios de arame farpado.

O terceiro artigo da mesma lei previa multas no caso de ocorrerem danos causados por animais soltos. Leis similares se multiplicaram, no início dos anos 1980, por todos os municípios onde há ou havia comunidades pastoris. Esta lei se proliferou por todo o interior da Bahia e sobre ela há relatos em todas as regiões de FP.

A resistência contra esta lei era parte de uma luta para a continuidade da criação de caprinos no sistema “bode solto”, cujo fim comprometeria a reprodução social das comunidades pastoris. A criação presa implica em estruturação física (capril) e dependência de arraçoamento (ração produzida na caatinga ou adquirida no mercado).

A luta ganhou vários nomes regionais:- “bode solto” (Juazeiro), “FP” (Uauá), luta pela “solta” (Oliveira dos Brejinhos). Em muitas regiões, a expressão FP era ignorada. O pastoreio comunitário sempre foi chamado de FP em Uauá e nas áreas limítrofes de Canudos, Curaçá e Monte Santo (CAR, 1982). Não havia denominação comum, identidade ou organização política destas comunidades pastoris previamente aos conflitos. Os avanços das lutas em Uauá

e do diálogo com os funcionários da CAR e INTERBA levaram à adoção do nome comum FP.

[...] mais que uma estratégia de discurso tem-se o advento de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também práticas rotineiras no uso da terra (BARTH, 1969 *apud* CARVALHO, 2005, p. 69).

No município de Uauá o nome FP é corrente e imemorial entre os comunitários. As pessoas declaram que FP é do começo do mundo, ou que existe desde antes do tempo dos avós, ou que “FP com a gente criando solto, todo mundo junto, nasceu com o mundo” (SEPLANTEC/CAR, 1983). Por outro lado, em outras regiões, a denominação FP é apontada como sendo bem recente.

“A gente veio descobrir o que era FP quando a gente se organizou. [...]. A gente se organizou por causa dos conflitos com mineradoras, latifundiários. [...] A discussão tem só 30 anos” (representante da CAFFPB). A depender do grupo, a discussão é ainda mais recente: “Esta conversa de FP é nova, a gente aqui só falava em criar solto, foi de uns 15 anos pra cá que vieram com esse nome” (morador da Comunidade de São Gonçalo e Bento, em Monte Santo).

Assim, a expressão FP nasceu em Uauá e passou a ser conhecida regionalmente e, apenas em tempos mais recentes, em todo o estado. Ela se origina no fato de os animais se afastarem das pequenas áreas individuais, próximas às casas, e se embrenharem no interior da caatinga, amplas áreas coletivas, distantes, nos fundos de pasto.

O INTERBA escolheu o FP São Bento, em Uauá, para desenvolver estudos e fazer a primeira ação de regularização fundiária de FP. A escolha de Uauá se justifica, pois o estado já havia mapeado 72 comunidades no município e constatou que 80% de suas terras se encontravam em litígio (CEDAP, 1987).

A atuação em favor dos FP por parte de instituições do governo (CAR, INTERBA) começou no início dos anos 1980. O projeto Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI-Nordeste), em 1982, refere-se aos FP na avaliação inicial. Descreve-os como áreas de pastoreio comunitário e de atividades extrativas. Assevera a sua importância como garantia de sobrevivência em uma região pobre (GARCEZ, 1987). O texto registra o posicionamento dos grupos de famílias que reclamam a posse das áreas. Aponta a tendência à “extinção” delas em função do cercamento com fins especulativos, da destruição da flora nativa e da carvoagem (PDRI-Nordeste, 1982). Constituiu-se um grupo de funcionários da INTERBA e CAR, órgãos

do governo da Bahia, que se vinculou profissional e pessoalmente à defesa dos FP.

Os primeiros relatos técnicos descreviam os FP da seguinte maneira: “a caprinovinocultura [...] é explorada de forma comunitária nos chamados FP, onde um grupo de famílias reclama a posse de uma área mais ou menos delimitada, sem cercas [...]”, “sendo a grande parte da área utilizada para o pastoreio comunitário, com a criação “solta” na caatinga, e para o desenvolvimento de atividades extrativas” (PDRI-Nordeste, 1982, p. 48).

A preocupação com essas formas regionais típicas de ocupação justificou o projeto “FP”. Uma política de regularização fundiária que desconheça as peculiaridades e aspirações dessas comunidades traria “sérios transtornos à sobrevivência das mesmas” (CAR, 1982). Financiado pelo Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD e Banco Mundial, visava identificar áreas comunitárias de pastoreio, estudar viabilidade econômica e jurídica e controlar as tensões sociais (CAR, 1982).

Um projeto focado em áreas de uso comunal era estranho às práticas do Banco Mundial no Brasil. Entretanto, a insistência dos técnicos do INTERBA e CAR permitiu a aprovação do projeto²⁵. Outros consideram que a abertura do Banco Mundial para o financiamento de projetos de regularização de terras comunitárias não se deveu aos esforços desses técnicos do governo, mas à experimentação de estratégias para a modernização rural no terceiro mundo. Segundo eles, esse tipo de regularização coletiva também foi experimentada pelo Banco Mundial em outras partes do planeta²⁶.

O projeto FP elaborado durante o governo ACM (1979-1982) só teve início em janeiro de 1985. Há uma idéia, entre antigos funcionários do INTERBA, de que o mandato do governador João Durval Carneiro (1983-1987), durante o qual o Dr. José Aécio Rodrigues presidiu o INTERBA, tenha dado mais liberdade aos técnicos. Os relatórios produzidos por Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo - CORA, CAR, INTERBA e SEPLANTEC são, invariavelmente, favoráveis aos FP.

O diagnóstico de Cotrim recomenda uma atenção do PDRI-Nordeste à preservação das áreas coletivas, como garantia de um futuro desenvolvimento da caprinovinocultura complementar à pequena produção. A autora declara que a tendência desta pequena produção é o desaparecimento. Registra grandes processos de grilagem e tensão em Nova Glória e Macururé (COTRIM, 1984). Os representantes do governo baiano, quando “chegam” ao

²⁵ “Da primeira vez eles rejeitaram, o pessoal do Banco Mundial estranhou, mas o Paulo Cunha insistiu e na segunda vez eles aceitaram” (técnica do CDA).

²⁶ A verificação desta coincidência pode ser um interessante tema de pesquisa futuro.

contexto, demonstram perceber uma urgência na ação do governo²⁷.

Três anos depois das primeiras recomendações dadas em 1982, o projeto FP, do INTERBA em parceria com a CAR, se inicia com três subprojetos: Projeto FP Nordeste (Juazeiro, Uauá, Euclides da Cunha, Monte Santo, Senhor do Bonfim, Curaçá e Chorrochó); Projeto FP Serra Geral (Oliveira dos Brejinhos, Brota de Macaúbas e Ibitiá); e Projeto Fechos-Oeste (Correntina, Santa Maria da Vitória, Coribe e Canápolis) que propõem:

A regularização dos FP como uma alternativa de solução para o clima de tensão pela expropriação sistemática do pequeno produtor como para o conflito entre o homem e o meio ambiente, visto que essas áreas têm sido as mais atingidas por ações de grilagem e, posteriormente, cercamento, seja através da violência explícita, seja mediante pressões econômicas. (INTERBA, 1985)²⁸.

Formou-se um grupo de funcionários da INTERBA e da CAR que se vinculou à luta dos FP para além de suas obrigações profissionais²⁹. São profissionais que, hoje, ano de 2008, estão se afastando do trabalho (dois morreram e outros estão se aproximando da aposentadoria).

Assim, a resistência comunitária e a abertura do governo do Estado culminaram no reconhecimento e na regulamentação de áreas individuais e coletivas de algumas comunidades, situando oficialmente os FP como personagem jurídico de legalização de terras de comunidades pastoris³⁰. O reconhecimento da natureza extensiva dos FP levou os técnicos da CAR (1982) a recomendarem a regularização de áreas com até 100 hectares para cada família, ultrapassando o limite de 50 hectares previstos para regularização por doação, segundo a Lei de Terras. O projeto também previu a compra de matrizes para melhoria dos rebanhos e de terras para solucionar conflitos. A abertura e o apoio para esta regulamentação foram resultados da ação de funcionários do INTERBA e CAR.

Na década de 1980, ocorreu a presença e ação do Estado em situações de conflito de terras. Ele se posicionou de forma favorável às comunidades de fundos de pasto nos municípios e comunidades apresentados no quadro 1.1:

²⁷ “O Francisco de Assis começou a ver os conflitos e levou o pessoal da CAR para ver os cercamentos das áreas coletivas que aconteceram em Euclides da Cunha. Era época do projeto Nordeste, em Ribeira do Pombal” [...] “depois de ver o que acontecia o Paulo Cunha pediu um levantamento” (técnica CDA).

²⁸ Documento sem paginação.

²⁹ “O De Assis e o Paulo Cunha foram muito importantes pros fundos de pasto. Acho que sem eles não ia ter acabado, mas ia ter diminuído muito mais” (técnica CDA).

³⁰ “O que eles fizeram foi achar um jeito de legalizar os fundos de pasto” (técnica CDA).

Município	Localidades dos conflitos em fundos de pasto em 1987
Uauá	Fazenda Caldeirãozinho, Faz. Bonito, Faz. Barriguda, Faz. Pereiro, Faz. Riacho do Juazeiro, Faz. Serra dos Campos Novos, Faz. São Paulo, Faz. Boa Vista do Silvano, Fazenda Curundundum
Monte Santo	Faz. Paredão do Lou, Sítio do Meio, Faz. Praça, Faz. Santo Antônio, Faz. Barra, Faz. Lage do Antônio, Faz. Desterro, Faz. Bebedouro, Faz. Poço do Boi, Faz. Poço da Caraíba, Faz. Sítio do Preto, Faz. Bom Sucesso, Faz. Algodões, Faz. Pindoba, Faz. Várzea de Fora, Faz. Monte Alegre
Correntina	Margem direita do Arrojado, margem esquerda do Ribeirão (afluente do Arrojado), margem direita do rio do Meio, margem esquerda do rio Arrojado, margem esquerda do rio Formoso, vale do rio Pratudão, margem esquerda do rio Pratudinho e margem direita do rio Correntina.
Euclides da Cunha	Faz. Região de Rosário, Faz. Curralinho, Faz. Rio Soturno, Faz. Peba, Faz. Várzea Comprida
Curaçá	Faz. Caladinho, Faz. Lajedo, Faz. Santa Rita, Faz. Ouricuri
Bonfim	Faz. Medrado

Quadro 1.1: Localidades dos conflitos com fundos de pasto em 1987

Fonte: dados de Garcez (1987)

É interessante perceber que, ainda ao final de década de 1980, predominava a denominação “fazenda”. A partir da década de 1990, progressivamente, as denominações passam a “associação” ou “comunidade”. Muitas destas localidades não resistiram aos conflitos. Nelas não se registra mais a presença de FP, principalmente em Senhor do Bonfim e Euclides da Cunha.

Esta percepção do Estado sobre os FP não deixou de ser tardia³¹. Certamente os FP chegaram a ser mais numerosos. Foram progressivamente ameaçados pela expropriação de terras e pela extração de madeira e de itens do extrativismo das comunidades. São comuns as declarações “antes era tudo FP” ou “todo mundo criava solto”. Algumas comunidades falam de conflitos de terras iniciados na década de 1940 e Cotrim (1991) registra a existência de conflitos por angico entre as comunidades e grandes fazendeiros desde 1963, na região de Uauá. A mesma autora cita uma declaração de um camponês que afirma que só na década de 1980, quando chegaram sindicato, INTERBA e CAR, os comunitários tiveram ajuda nesses

³¹ “Em Euclides só sobrou um FP” (técnica CDA).

conflitos.

A CPT da Bahia, uma das primeiras do país, já atuava com comunidades de FP desde 1976, mas nunca sob este enfoque de comunidades pastoris. Segundo os seus agentes mais antigos, a CPT sempre trabalhou com o posseiro sertanejo, considerando que ele quase sempre planta na área cercada e cria na área solta. A identificação e o apoio da CPT a estes posseiros, como grupo caracterizado pelo uso coletivo da terra, com nome próprio, decorreram de pressões do próprio governo³². Como a CPT já atuava junto a posseiros que criavam na solta, pode-se compreender que o chamado aos FP visava dar mais ênfase à defesa das áreas comunais e na organização das respectivas comunidades. Um importante passo na resistência das comunidades pastoris e consolidação da categoria dos FP foi o parágrafo único do artigo 178 da Constituição baiana de 1989³³. Várias instituições reconhecem que as suas ações em defesa dos FP se fortaleceram a partir da promulgação desta Constituição.

O projeto FP deixa claro que, ao reconhecer que estas são ocupações caracterizadas por uma “atipicidade”, havia a necessidade de encontrar-se uma “saída legal não-convencional” (INTERBA, 1985). Esta saída estava calcada na regularização coletiva através de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, à qual estivessem filiados todos os interessados.

O primeiro passo do projeto FP era, ao identificar e medir as áreas, discriminar terras devolutas e particulares (Artigo 20 da regulamentação da Lei de Terras do estado). O segundo passo era garantir, mediante decreto governamental, a reserva das terras públicas identificadas para fins dos interesses sócio-econômicos das comunidades. A base jurídica para o estabelecimento destes “condomínios de pastagens” foi o compáscuo, modo coletivo de ocupação de pastos, previsto e tratado no artigo 646 do Código Civil Brasileiro. Nesta proposta “experimental”, o compáscuo havia de ser, não o modo ou a forma jurídica da atividade, mas o objeto da sociedade civil sem fins lucrativos que o assumiria (CAR, 1982). De fato, a fórmula da legalização em nome de todos já havia sido usada pelo INTERBA no conflito da Fazenda Várzea de Fora em Monte Santo, quando a comunidade reagiu a uma grilagem de terras de 4.200 hectares tentada por dois espanhóis (GARCEZ, 1987).

³² “A gente veio depois, cobrado pelo Paulo Cunha e o Diassisio” (equipe CPT-BA).

³³ “Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de FPs ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio.”

O processo de regularização prosseguiria, a partir disto, através de duas formas de legalização:

1) Quando da não-existência prévia de sociedade civil (associação):

a) áreas privadas (habitações e cercados de culturas) eram regularizadas individualmente sob forma de alienação simples; e

b) áreas ocupadas comunitariamente e regularizadas em nome das pessoas que receberam áreas individuais e que se comprometem à imediata doação de suas glebas comuns à sociedade à qual se filiaram. A forma de regularização é a doação.

2) Quando da existência prévia de sociedade civil:

a) áreas privadas eram tituladas separadamente sob forma de doação; e

b) áreas comunitárias eram regularizadas globalmente, sob a forma de doação em nome da sociedade civil.

Existe um padrão de estatuto de associação de FP, introduzido pelos órgãos do governo. Em três artigos, estabelece os mecanismos jurídicos de preservação do costume, agora regularizado:

Art. 1º. A Associação Comunitária e Agro-Pastoril “de nome tal” é sociedade civil por quotas, sem fins lucrativos, em que cada parte será representada por uma área rural de terras originalmente pertencente ao Estado da Bahia, devidamente titulada através do Instituto de Terras da Bahia – INTERBA, a favor da pessoa física que promoverá a cessão da quota parte. Cada quota terá como similar a pessoa física que tenha promovido a cessão desse lote à entidade, através de escritura pública devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do município.

Art. 5º. A fruição, uso ou gozo das áreas de pastagens é assegurada através do exercício tradicional de criação de animais de pequeno porte sob o regime de compáscuo, sendo vedado a qualquer associado cercar áreas, aguadas e se apropriar privativamente de equipamentos comuns à comunidade.

Art. 41º. As terras da ASSOCIAÇÃO destinadas a pastagem, aguadas, criação e exploração das atividades da caprinocultura são inalienáveis.

É dúbio o direito de um estatuto de associação definir como inalienável uma terra que a rigor é privada. Entretanto, foi esse o mecanismo utilizado para regularização da maior parte das terras durante o projeto FP.

Apenas dois dos Projetos FP foram levados a termo, em Oliveira dos Brejinhos e em Uauá. O de Oliveira dos Brejinhos data de 9 de setembro de 1985 e regularizou áreas de cinco

comunidades³⁴.

Houve várias outras ameaças aos FP nesta década de 1980, a grilagem de fazendeiros e ruralistas foi a maior delas, mas ações governamentais também desempenharam papel importante. Na região de Juazeiro, as maiores delas foram certamente a Barragem de Sobradinho e os pólos de irrigação, em de Oliveira dos Brejinhos, ao longo da estrada que liga Seabra a Ibotirama.

Na década de 1990, houve um refluxo dos conflitos entre grileiros e comunidades pastoris, provocado talvez por uma certa estabilização na ocupação das terras, assim como pela possibilidade de acesso ao crédito oficial. Apesar destas “conquistas” a legalização de novas áreas de FP tornou-se mais difícil em virtude da lentidão dos órgãos do governo, não obstante a consolidação de um escritório na CDA específico para atendimento aos FP. Têm crescido os conflitos envolvendo grileiros respaldados nos poderes públicos locais (cartórios, prefeitura) que, com certa dose de ignorância ou de má intenção, tendem a considerar “sem dono” as áreas que, na verdade, são um imenso e único compáscuo (CPT, 2003). Este processo é denominado, eufemisticamente, de especulação fundiária nos documentos oficiais do Estado da Bahia (SEPLANTEC, 1987), que reconhece que ele ocorre nas “grandes áreas não cercadas”, pertencentes a um “grande número de FP”.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 1

No nordeste, principalmente na caatinga, os trabalhadores e as terras não tiveram um direcionamento econômico e de mercado para a configuração de seus sistemas de produção depois da queda dos currais. No sertão da Bahia, em vastas áreas, mas com populações não tão vastas, configuraram-se, a partir dos antigos sistemas de exploração dos currais nas sesmarias, sistemas agrossilvipastoris em que o uso comunal de terras se tornou habitual. Ficou evidente a associação da origem das comunidades pastoris aos currais das Casas da Torre e da Ponte: há uma coincidência geográfica, a mesma associação com as aguadas, a antiguidade das comunidades e os formais de partilha que datam da primeira metade do século XIX (período de desmembramento das sesmarias). As comunidades são compostas por familiares e há inúmeras práticas de compadrio. As identidades, os acordos e o diálogo são

³⁴ Pé do Morro, Boa Sorte, Várzea Alegre, Várzea da Pedra, Queimada Nova.

reforçados por estas relações. A documentação frágil e o pouco interesse em fragmentar as áreas dos “clãs” em unidades familiares contribuíram para a manutenção do regime comunal.

O desinteresse econômico e estatal por estas áreas, ao longo do século XIX e início do século XX, forneceu a tranquilidade necessária para a consolidação deste padrão camponês de ocupação e uso das terras do sertão baiano, ainda sem uma identidade ou organização regional. Várias gerações se sucederam, produzindo e reproduzindo um padrão de ocupação pastoril e comunal. O longo prazo de maturação (mais de 200 anos em alguns casos) desta ocupação pastoril favoreceu um posicionamento mais firme por parte das comunidades, que passam a se perceber e a se afirmar como detentoras de direitos históricos.

O passado não foi determinístico. Os conflitos de terras das décadas de 1970-1980 levaram à organização das comunidades pastoris e à formulação da categoria FP. A partir das décadas de 1970 e 1980, por iniciativa de fazendeiros estimulados por leis municipais, iniciaram-se conflitos com estas populações. Um projeto do governo (Projeto Fundo de Pasto) e uma lei (no caso, um artigo da Constituição baiana) definiram uma denominação geral, FP, que passou a caracterizar um grande número de grupos que ocupam vastas áreas. Estavam criadas as condições iniciais para institucionalização das comunidades de FP, não como mera estratégia discursiva ou como resultado determinado do passado, mas como a emergência de uma nova identidade.

Trata-se da politização da vida cotidiana e das práticas rotineiras no uso da terra (BARTH, 1969 *apud* CARVALHO, 2005). É também exemplo daquilo que Almeida (1997) denominou como “identidades emergentes”, ao referir-se a articulações e denominações coletivas que decorreriam de processos de mobilização política no espaço rural.

Assim, três fatores concorreram de modo sinérgico para a preservação desta forma de ocupação no sertão baiano: o próprio uso comunal social e historicamente constituído, a organização política das comunidades em outras escalas (regional e estadual) e a fresta no muro técnico-burocrático do Estado, aberta em função da ação dos órgãos responsáveis (CAR, INTERBA) e da inclusão dos FP na Constituição. O uso comunal das terras conferiu uma coesão das comunidades que resultou em agilidade na mobilização e em maior resistência aos processos de grilagem e cercamento das áreas comuns. A articulação entre comunidades, surgida no bojo do conflito, ampliou o poder de resistência regional e a visibilidade estadual. A fresta na tecnoburocracia do Estado permitiu que esta resistência se convertesse em maior estabilidade na ocupação camponesa e comunal das terras.

O Estado, tradicionalmente desfavorável à ocupação camponesa, favoreceu-a em dois momentos. Primeiramente por omissão, no século XIX, ao se ausentar da regulamentação das terras durante período de fragilidade econômica dos latifúndios sertanejos (1822-1850). Em seguida, ao agir, a partir de 1980, com políticas, projetos e leis, tanto estaduais como federais favoráveis aos FP. Esta positividade foi fruto de circunstâncias da década de 1980 (funcionários mobilizados e comunidades resistentes) e não de alguma alteração profunda da perspectiva política do estado.

2. CENÁRIO ATUAL DOS FUNDOS DE PASTO

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (CALVINO, 2003, p. 158).

INTRODUÇÃO

A categoria dos fundos de pasto (FP) surgiu para enfrentar um problema, a garantia da posse da terra. A categoria amadureceu e configurou-se como articuladora das resistências comunitárias contra ameaças externas. Além deste amadurecimento houve uma relativa estabilização do problema fundiário. Estes fatos tornaram possível a visualização de uma “problemática” dos FP. Ela é, em grande medida, similar à problemática camponesa do cenário rural baiano do século XXI.

“Tem FP em todo o país, mas como FP só na Bahia” (representante da articulação estadual dos FP). Esta frase sintetiza o que foi apresentado no capítulo anterior: os FP são um padrão de ocupação e uso do solo construído historicamente em várias partes do nordeste e que encontra similares no centro-oeste. Ganhou nome próprio na Bahia. Mais que um simples nomear do padrão de ocupação e uso da terra, o estabelecimento de uma denominação comum facilitou a articulação regional e estadual, o apoio externo, a citação na legislação e o desenvolvimento da identidade. FP recorta um coletivo de comunidades baianas, ainda pouco conhecido. Por esta razão, este segundo capítulo é o mais descritivo desta tese. Apresenta o “estado da arte” do conhecimento sobre os FP - população, área, número de territórios, distribuição e contexto.

Em entrevistas, os técnicos do governo que participaram do projeto FP referem-se à centralidade do conflito na elaboração e implementação do projeto. Todos os relatos nas comunidades também destacam o momento em que precisaram se unir para reagir a alguma agressão externa.

Ao iniciar esta pesquisa buscava-se compreender em que medida o conflito agrário, gerador da articulação na década de 1980, já não seria o problema central da categoria. A hipótese era que o recorte de uma nova categoria possibilita o delineamento de uma

problemática diferente da origem do problema que definiu a categoria.

O ano de 1982 foi um marco. Séculos após o início dos currais dos sertões (séc. XVI), as comunidades pastoris da Bahia, derivadas destes currais, se tornaram uma categoria social própria: fundos de pasto. 1982 foi o ano da generalização de uma alcunha regional (de Uauá) para designar um padrão de ocupação e uso da terra percebido em várias regiões do estado. Esta generalização foi operada pelos projetos de regularização fundiária do INTERBA e CAR, financiados pelo Banco Mundial, denominando FP todas as comunidades pastoris do sertão. Compreender a evolução destas comunidades, a partir da emergência da categoria social, ajuda a interpretar o impacto desse advento. Esta “fundação” política foi gerada pela conjugação de ataques legais (leis municipais favoráveis aos pecuaristas, editadas no início da década de 1980), ataques fundiários (grilagem e compras de terras em ascensão a partir da década de 1970), reconhecimento público (pelos agentes do governo quando do PDRI, em 1982), brecha legal (para titulação coletiva) e resistência comunitária (em regiões com melhor organização local).

Esses contextos, embora muito pouco conhecidos pela população baiana e quase totalmente desconhecidos nacionalmente, têm sido marcados por fluxos e refluxos, lutas e resistências por melhores condições e qualidade de vida no âmbito das comunidades que se abrigam sob a denominação FP.

As informações disponíveis sobre os FP são dúbias, dispersas e incompletas. Houve uma sistematização sobre a realidade dos FP no livro de Garcez (1987). A principal fonte de dados secundários é, seguramente, a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário (CDA) do Governo do Estado. Os dados da CDA são fundiários, contém o nome da comunidade, o nome do chefe de cada unidade familiar³⁵, a área titulada de cada família e o tamanho da área coletiva. Há também muitas informações (principalmente históricas) na Coordenadoria de Ação Regional (CAR), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e nas duas centrais de FP, em Oliveira dos Brejinhos e Senhor do Bonfim. Os dados do CDA cobrem aproximadamente 50% dos FP, ou seja, todos os dados apresentados são extrapolações. O dado mais confiável é o do número de comunidades que, entretanto, pode sofrer variações com a evolução do cenário dos fechos de pasto das “Gerais” (região oeste) e dos Brejos (região noroeste). As áreas médias coletivas e áreas individuais de cada família são aproximações a partir da porcentagem já medida (menos de 50%). O cenário apresentado neste capítulo é fruto,

³⁵ Chefe da unidade familiar é a pessoa considerada detentora da propriedade da terra, normalmente o homem casado, em idade economicamente ativa.

principalmente, das pesquisas de campo. Manteve-se contato com pessoas de FP de 26 dos 28 municípios nos quais eles existem.

Para apresentar a realidade dos FP é preciso compreender o que é um FP, ou ainda, o que são os FP. Para a pergunta “quantos são os tipos de FP?”, as respostas são diversas. Há quem diga que existe um só tipo, com pequenas diferenças. Não existe um FP exatamente igual ao outro. Dentro de um mesmo município encontram-se FP muito distintos entre si. A distinção mais marcante é entre os fundos e fechos de pasto.








2.1. O FUNDO DE PASTO

O FP típico é tão somente um tipo ideal (ver figura 2.1, abaixo). Provavelmente não há qualquer FP idêntico ao descrito a seguir. Atualmente, há grande diversidade de configurações dos FP. Entretanto, como regra geral, FP são áreas extensas de caatinga, ocupadas pelo uso extensivo e comunitário na criação de caprinos e ovinos, a principal atividade econômica. A área é delimitada consensualmente entre os produtores. As áreas de pastoreio coletivo são, normalmente, mais extensas que a soma das áreas individualizadas.

Ocorre, em grande parte dos FP, o extrativismo vegetal de casca de angico, de umbu e algumas outras frutas (maracujá-de-boi, murici). A caça ocorre, também de modo generalizado, visando à suplementação alimentar. Na maior parte dos FP há pequenas criações cercadas, como suínos e aves, nas áreas próximas às casas. Alguns FP têm também bovinos, em menor quantidade. Em todos os FP há pequenas áreas cercadas, pertencentes a cada família, para manutenção de roçados de subsistência (milho, feijão, mandioca) e de produtos complementares (melancia, abóbora, melão), também doados aos vizinhos, trocados e eventualmente vendidos. Estas áreas dos roçados variam de 0,5 a 2 hectares. Há também cercamentos para plantios de palma (suplementação alimentar na seca), para pastos de resguardo (principalmente em regiões em que, por causa de ameaças de predadores ou ladrões, os borregos necessitem de maior proteção) ou de outras fontes de suplementação animal, sempre de posse, gestão e uso familiar. O FP é a base de alimentação dos caprinos. Qualquer suplementação com feno, silagem e palma é sempre complementar ao pastoreio sobre as forrageiras naturais do bioma. A apicultura é comum em vários FP, desenvolvida normalmente em escala familiar por várias famílias da comunidade. O beneficiamento local de mel e frutas é raro, ainda que ocorra, com relativo sucesso, em poucas comunidades de Oliveira dos Brejinhos, em Monte Santo e em várias comunidades de Uauá. O artesanato de

palha ou de barro é uma atividade econômica importante em alguns poucos FP (GARCEZ, 1987; COTRIM, 1991; SABOURIN & MARINOZZI, 2001; ALCÂNTARA & GERMANI, 2004; TONI, 2004; CPT, 2003).

O quadro 2.1, abaixo, apresenta símbolos visuais para expressar os principais e mais recorrentes elementos constitutivos dos FP, os roçados familiares, as casas e os animais de criação.

Roçado familiar para subsistência e eventual venda de excedente.	
Roçado familiar pra suplementação animal.	
Limite não cercado	
Limite cercado	
Casa familiar	
Caprinos	
Gado	

Quadro 2.1: Figuras representando elementos dos FP

Na figura 2.1 (abaixo) apresenta-se um FP típico, com casas distribuídas por uma ampla área, próximas aos roçados familiares, os animais pastam a forragem natural de caatinga sem encontrar quaisquer limites físicos além das cercas que isolam os roçados.

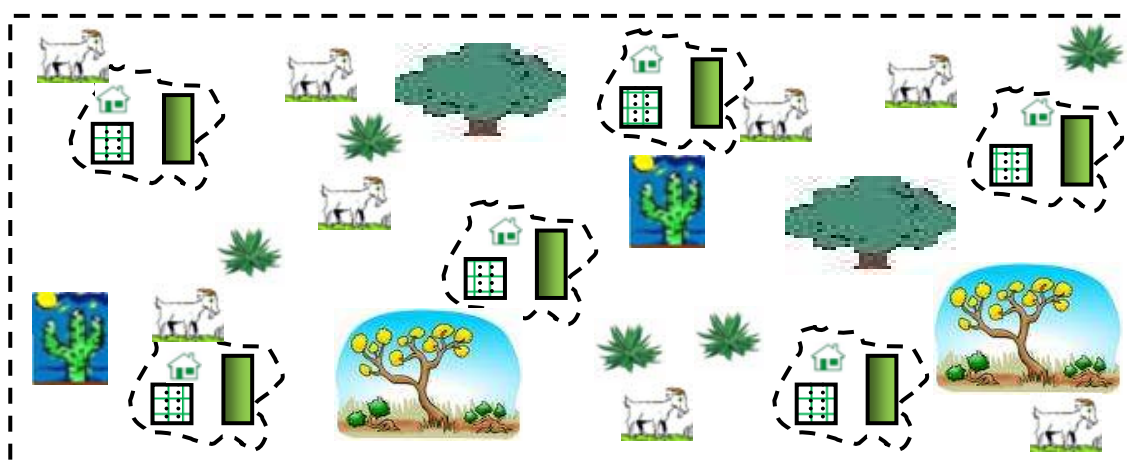


Figura 2.1: FP típico

Na foto 2.1, abaixo, vê-se uma casa em FP e seu respectivo roçado de palma, cercado

com um trançado de madeiras da caatinga. Em uma área mais seca, como essa, os roçados de subsistência nem sempre estão próximos às casas, mas em nichos mais úmidos da caatinga.



Foto 2.1: Casa e roçado de palma

A alimentação dos caprinos se dá principalmente na caatinga, na qual há uma sazonalidade das forrageiras naturais em função da disponibilidade de cada planta em diferentes épocas, como neste exemplo apresentado no quadro 2.2, que registra a seguinte variação em Uauá:

Mês	Alimentação dos caprinos	Mês	Alimentação dos caprinos
JAN	Frutos do umbuzeiro	JUL	Folhas do estrato arbóreo
FEV	Frutos do umbuzeiro	AGO	Xique-xique, palma, macambira, erva de passarinho
MAR	Frutos do umbuzeiro	SET	Xique-xique, palma, macambira, erva de passarinho
ABR	Frutos do umbuzeiro e plantas herbáceas	OUT	Xique-xique, palma, macambira, erva de passarinho
MAI	Plantas herbáceas e folhas do estrato arbóreo	NOV	Xique-xique, palma, macambira, erva de passarinho e plantas herbáceas
JUN	Folhas do estrato arbóreo	DEZ	Plantas herbáceas

Quadro 2.2: Esquema sazonal de alimentação de caprinos em FP

Fonte: SEPLANTEC/CAR (1983)

A distribuição traçada no quadro 2.2 pode ser considerada um padrão nas regiões mais secas da caatinga. Atualmente, em várias comunidades, os meses de julho a novembro trazem a necessidade de suplementação alimentar fora da caatinga, com uso de palma, raspas de mandioca, feno e silagem. As fotos 2.2 e 2.3 apresentam, respectivamente, um pequeno silo subterrâneo e um grande terreiro coletivo destinado à secagem de raspas de mandioca:



Foto 2.2: Silo subterrâneo familiar



Foto 2.3: Distribuição de raspas no terreiro

Trabalhando com médias, o FP típico teria 36 famílias (36,02), sendo que 7 a 8 (7,63) delas ainda não teriam suas áreas individuais medidas. Haveria 32,53 hectares de área coletiva disponível por família e mais 22,18 hectares titulados individualmente. A área titulada individualmente está, majoritariamente, disponível para o pastoreio coletivo. Assim, da área total de 54,71 hectares disponíveis por família, mais de 51 estão alocados para a caprinocultura extensiva comunal e menos de três hectares para os roçados (milho, feijão, palma, mandioca, abóbora), cercados das pequenas criações, casa e quintal. O desvio padrão das áreas tituladas individualmente é de 19,91 hectares, ou seja, a faixa de titulação individual varia entre 7,02 e 46,84 hectares. A área total média da comunidade é de 1.863,32 hectares, sendo 59% titulados coletivamente e 41% titulados para cada família.

A vizinhança com áreas devolutas ou outros FP propicia que a maior parte dos limites externos de um FP seja predominantemente aberta, havendo reciprocidade entre FP, ou, na linguagem do direito agrário, há “intercâmbio entre condomínios limítrofes” (GARCEZ, 1987, p. 27). Em geral, há uma relativa homogeneidade de produção e renda dentro de cada FP. O número de animais vendidos por família, em 1983, variava entre 20 e 50 animais por

ano (SEPLANTEC/CAR, 1983). Os animais têm marcas típicas da família (marca chamada Mourão, na orelha direita) e do proprietário (marca chamada Diferença, na orelha esquerda).

Em uma comunidade os integrantes estão, quase sempre, ligados por laços de parentesco e/ou compadrio. A ascendência é bilateral, ou seja, os moradores são descendentes dos lados paternos e maternos. O sobrenome, entretanto, segue a patrilinearidade. Os casamentos entre tios e sobrinhas e entre primos ainda eram muito comuns na década de 1980. O alto grau de endogamia e consangüinidade reforça e renova os laços de parentesco (SEPLANTEC/CAR, 1983).

O compadrio não se dá apenas nos batismos e casamentos, mas há também o compadrio “de beira de fogo”, ou compadrio de fogueira, selado na noite de São João (GARCEZ, 1987). Em outras comunidades, o estabelecimento do compadrio se dá na noite de São Pedro. O estudo da SEPLANTEC/CAR (1983) registrou a quadra entoada pelos que se tornam compadres na noite de São Pedro, enquanto circulam três vezes em torno da fogueira:

São Pedro dormiu,
São Pedro acordou,
Fulano é meu compadre.
Porque São Pedro mandou.

A partir da fogueira passam a se chamar “compadre” e “comadre”. O compadrio ainda é muito importante, demarca uma afinidade para além da sangüínea, denota respeito, amizade e compromisso mútuo. Ainda que conheçam as quadras entoadas e os significados da aliança, a prática do compadrio de fogueira está em extinção na maior parte dos FP.

A pouca diferenciação socioeconômica e a existência de inúmeras práticas solidárias (mutirão, adjutórios, trocas de dia ou de serviço) são, em parte, motivadas pelas relações próximas entre os membros.

Ainda assim, há uma organização hierárquica que vem se alterando e que, historicamente, valorizava o papel de anciãos, rezadores e curandeiros (GARCEZ, 1987). Há também clara divisão etária e de gênero no trabalho. As crianças, a partir de 10 anos, contribuem com tratos nos animais. Aos homens adultos competem todas as relações com o mercado e o “trabalho pesado” na roça e com os animais. As mulheres, além do trabalho doméstico, cuidam da produção no quintal, das cabras paridas e borregos e, eventualmente, ajudam na roça.

As práticas religiosas são realizadas nas casas ou em pequenas capelas da comunidade. O catolicismo é predominante em todas as regiões de FP, ainda que haja uma pequena, mas crescente, entrada das igrejas neopentecostais.

Todos os técnicos que acompanham comunidades sertanejas afirmam que quase todos os FP possuem condições de vida melhores que a média das comunidades da caatinga. Esta superioridade, percebida na qualidade das habitações e na posse de bens de consumo é parcialmente confirmada por poucos estudos econômicos comparativos (TONI, 2004). São casas de alvenaria, pintadas, com telhas de barro e piso de cimento queimado internamente. Em 1983, os estudos da SEPLANTEC/CAR declaram uma menor monetarização da economia dos FP que, de mais valor, adquiriam no mercado apenas tecidos, ferramentas e vermífugos. A melhor qualidade de vida dos FP era indicada também pelas menores taxas de emigração em suas comunidades. Segundo declarações dos técnicos da CDA, esta aparente superioridade da qualidade de vida dos FP foi um dos fatores que aguçou a sua admiração e o seu interesse.

O manejo comunitário na caatinga permite o aumento de renda e de patrimônio e, assim, contribui para a resiliência, entendida como a capacidade de enfrentar situações de *stress*, principalmente decorrentes da seca (TONI, 2004). O mesmo autor (TONI, 2004), pesquisando a renda das famílias de FP, encontrou evidência de que o maior diferencial econômico dos FP em face de outras comunidades da caatinga não está na renda especificamente (não há diferenças significativas entre comunidades com e sem FP), mas na maior segurança alimentar (mais caprinos – patrimônio; mais agricultura de subsistência; maior consumo de carne). Em relação à produção agrícola, predomina nos FP o cultivo de subsistência, considerando que 62,5% da produção global dos FP pesquisados se destinavam a esse fim (COTRIM, 1991). À época e na região de pesquisa de Cotrim (1991), os produtos adquiridos no mercado se limitavam a café, açúcar, sal, óleo, querosene, sabão e vestuário.

No que toca à descrição do modelo de FP, entretanto, há visões dissonantes. Garcez (1987) declara que os FP se baseiam na caprinocultura realizada de modo coletivo. Para ela, “o uso da terra é coletivo, o trabalho também é coletivo” (GARCEZ, 1987, p. 42). Cotrim (1991), por sua vez, considera que a caprinocultura é desenvolvida de modo familiar e não coletivo. O que se observa é que a posse dos animais e o resultado de sua venda são familiares. Do ponto de vista econômico, concordando com Cotrim, a caprinocultura é familiar. Analisando-se a caprinocultura sob o ângulo do trabalho e da produção, percebe-se

que algumas práticas de manejo são também familiares, mas não se pode dizer que a caprinocultura seja exclusivamente familiar, não só porque ela se desenvolve em um pasto comum, como porque algumas práticas também são desenvolvidas com formas diversas de parceria (mutirão, turnos de vigilância, troca de serviço e troca de dia). Além da terra, há uma total coletivização das fontes de água. Não há qualquer limitação para a retirada de água de tanques, poços e açudes independentemente da propriedade da terra em que se encontrem. Há sempre trabalho coletivo para cuidar das cercas, limpezas de açudes e construção ou manutenção de estruturas coletivas. Grandes tarefas e estruturas familiares também contam com adjutórios (ajuntamento, batalhão, mutirão). Vige, neste caso, o princípio da reciprocidade e da ajuda mútua. Quem convoca ajuda adquire o compromisso de responder à convocação de cada um dos que atendem à sua necessidade. Entre compadres esta prática é ainda mais comum e o compromisso é sagrado. Faltar a convocações é sempre vexatório, mesmo em caso de doença. Existe uma intrincada trama de relações bilaterais que cosem o tecido social das comunidades de FP. Este papel determinante das relações bilaterais não condiz com a imagem romantizada de uma comunidade em que todos se apóiam igualmente.

Em 1982, a CAR (Coordenadoria de Ação Regional) declarava que a diferenciação básica entre FP se dá apenas no âmbito jurídico e que haveria dois tipos deles:

a. FP com área mais ou menos delimitada, na qual não se conhece posses familiares além das áreas efetivamente usadas nos pequenos cercados para agricultura. Além dessas frações, a terra pertence a todos igualmente e não se permite apropriação individual. Este FP seria típico de Uauá, Curaçá, Monte Santo e Euclides da Cunha; e

b. FP em que cada produtor tem uma posse delimitada, em geral não cercada, dentro da área aberta, reconhecida e respeitada pelos demais. Isto seria mais comum na região de Oliveira dos Brejinhos.

Há diferenças básicas de situações fundiárias e entre os FP. As situações das diferentes regiões, municípios e comunidades em relação ao número de FP, tamanho das áreas e número de famílias são também muito distintas. Ainda que a idéia de um FP típico seja útil para apresentar uma imagem geral dos mesmos, ela não deveria ser utilizada para a elaboração de projetos voltados a todo o seu conjunto.

2.1.1. Fechos de Pasto: principal variação dos fundos de pasto

Dentro da diversidade dos FP, um nome diferente prevaleceu como categoria associada, por ter características próprias. Trata-se dos “fechos de pasto”. Nos fechos predominam bovinos, como disse um agente pastoral da região de Bonfim: “No FP reina o bode, no fecho reina o boi” (padre de Bonfim, técnico da CPT). Em outra versão, a diferença principal entre fundo e fecho seria a quantidade de água disponível. Os fechos têm grotas úmidas e até riachos permanentes. Como disse uma liderança da região do Piemonte do Itapicuru, “fecho é o FP com água”.

Estas são as duas principais características diferenciadoras do fecho, são bovinocultores e têm fartura de água. É o que se verifica facilmente ao visitar as diferentes regiões de FP. Há outras características: enquanto que nos fundos de pasto há uma maior mescla das atividades masculinas e femininas, nos fechos a maior parte das mulheres nunca foi à área comum (o fecho), território absolutamente masculino que elas não conhecem. A vida se desenrola em dois lugares distintos: o fecho e o lugar onde vive e produz a comunidade. Nos fechos o cultivo agrícola é maior e mais importante, em parte devido à disponibilidade de água. Neles não se encontram os pequenos roçados cercados, comuns nos FP. Para Garcez (1987), outra diferença dos fechos está no fato das terras dos FP serem, em geral, terras patrimoniais, transmitidas por herança, enquanto que estes ocupam, tradicionalmente, terras devolutas.

Há duas regiões diferentes de fechos de pasto na Bahia, a região norte (Piemonte) e a região oeste do estado. São regiões de serras que “nos meses do fim do estio são quase sempre utilizadas como refrigério do gado” (ANDRADE, 1973, p. 49).

Os fechos de pasto mais organizados (com associação e alguma documentação de terra) e vinculados ao movimento dos FP são as áreas do Piemonte do Itapicuru. O Piemonte do Itapicuru diferencia-se do restante da região por ser uma área mais fria, na qual, segundo os integrantes das comunidades de fecho, a caprinocultura não se desenvolve bem.

A criação de pequenos animais, quando existente, é de ovinos. Os fechos de pasto do Piemonte, quando descritos, estão sempre associados aos “grotões”. São categorias orográficas. Os fechos são as serras e os grotões são os vales úmidos. Alguns fechos estão em áreas de “caatinga alta” (Campo Formoso) e outros em campos rupestres (típicos de áreas altas de chapadas). Nos fechos do Piemonte observou-se que a comunidade vive mais concentrada no grotão e a agricultura adquire maior importância por causa das condições de solo e umidade das várzeas.

A outra região de fechos de pasto (oeste da Bahia) é bastante diferente. Faz parte da grande região conhecida como “Gerais”. São extensas áreas de cerrado que nunca foram ocupadas de modo contínuo, mas apenas em alguns períodos do ano. Na seca, o gado do vale do São Francisco era levado para as “Gerais”, em direção a Goiás e Piauí. Ainda hoje, os “geraizeiros” dos fechos conduzem o gado para essas “Gerais” durante dois a quatro meses do ano. As comunidades vivem próximas aos rios e riachos perenes, praticando agricultura nas terras úmidas e férteis próximas aos cursos de água.

Na foto 2.4, abaixo, se observa um plantio relativamente grande em uma encosta úmida, próxima ao rio Corrente, município de Correntina. Na foto 2.5 pode-se entrever, à distância, casas distribuídas na encosta adjacente ao curso do rio Arrojado, município de Correntina.



Foto 2.4: Plantio de família de fecho de pasto Foto 2.5: Comunidade no vale do Arrojado

Nas áreas brejosas, quando há solos turfosos, os moradores costumam drená-las para plantio de feijão e outras culturas que requerem maior disponibilidade de água. São os chamados marimbus (ou malimbus), como se pode observar na foto 2.6 (abaixo). Na foto 2.7, abaixo, se observa uma vereda, área úmida, vegetada, com presença de grandes buritis, utilizada para coleta de água, pesca, lavagem de roupa e extrativismo vegetal.



Foto 2.6: Malimbu em Fecho de Pasto Foto 2.7: Vereda onde se coletam frutos e água

Nestas regiões, a oeste da Bahia, os fechos de pasto ainda representam largas áreas de ocupação comunitária. São, entretanto, mais desarticulados e mais frágeis politicamente que os fundos e fechos de pasto das regiões de Oliveira dos Brejinhos, sub-médio São Francisco e nordeste da Bahia.

Hoje em dia, em conversas entre agricultores, o nome FP mostra-se tão forte que alguns jovens me descreveram sua área dizendo se tratar de um “*fundo de fecho de pasto*” ou de um “*fecho de FP*”. Esta segunda mescla parece mais coerente: fecho sendo usado como termo regional para serra. A tendência, entretanto, é a manutenção desta denominação diferenciada para fechos de pasto. Na região de Senhor do Bonfim, a central de associações se chama Central de Associações de Fundos e Fechos de Pasto de Bonfim (CAFFPB) e alguns representantes do movimento são oriundos de fechos de pasto do Piemonte do Itapicuru.

Tanto as diferenças climáticas e hidrológicas dos fechos, como as conseqüentes variações da forma de ocupação em relação aos FP, implicam a necessidade de que, ao se falar sobre FP, mantenha-se atenção sobre estas distinções.

2.1.2. Direitos sobre as terras de FP

Há duas formas pelas quais um pedaço de terra se torna parte dos FP - por herança e por ocupação recente. A herança, que caracteriza a transmissão patrimonial da terra, não significa necessariamente transmissão jurídica, documentada. Em grande parte dos casos, não havia qualquer documento comprobatório da dominialidade da terra antes dos processos recentes de titulação (1982-2007). A transmissão por herança incluía, eventualmente, quatro formas diferentes de documentação das terras:

1. escritura de posse oriunda de subdivisão de uma fazenda-mãe nas mãos de um produtor, sem formal de partilha, sem outros documentos;
2. formal de partilha nas mãos de um produtor;
3. escritura de posse e formal de partilha com os mais antigos; e
4. documentação de uma fração da área reclamada, mas sobre a qual não se busca a documentação integral em razão do ônus representado pelo ITR.

Por ocupação recente, a agregação de áreas à categoria dos FP tem ocorrido de quatro formas:

1. áreas compradas recentemente por um grupo de agricultores (caso raro, mas registrado no município de Andorinhas);
2. áreas devolutas tituladas recentemente em nome de uma associação;
3. áreas de assentamento sobre a qual se decide pela titulação coletiva, ou simples uso comunal, de terras destinadas ao pastoreio em comum (principal caso é o do assentamento Ferrari em Oliveira dos Brejinhos, constituído por jovens de três comunidades de FP); e
4. áreas retomadas pelas comunidades mesmo após certa “consolidação” da grilagem.

Nos FP há uma rigidez na estrutura de posse. Não se permite acesso de novas famílias posseiras. Um jovem representante da CAFFPB, filho de um fazendeiro em conflito com uma comunidade de FP vizinha, é associado a outra comunidade de FP onde vive a família de sua mãe. Perguntado sobre a conveniência desta situação ele declara: “É claro, lá eu tenho direito, é da família da minha mãe.” Isso demonstra a lógica de acesso ao FP, um parente externo tem direitos inalienáveis, enquanto outros, estranhos, não têm direito algum.

Na dinâmica interna de acesso, a tendência segue sendo a agregação dos filhos à

comunidade. Quando há casamento entre primos esta situação é facilitada, pois as duas famílias podem dispor de área para o novo casal. O costume permite que os filhos, ao se casarem, construam a sua casa, façam um cercado para o roçado próprio e utilizem o FP. A área própria da nova família é quase sempre uma fração da área entendida como sendo de seus antepassados diretos (pai, avô). Em alguns FP há casos (menos comuns) em que a comunidade cede área para o assentamento da nova família dentro da área comunal. Esta forma de ocupação - quando uma nova família é assentada em área titulada coletivamente - ainda não encontrou saída legal para sua regularização. A questão da terra para os jovens se torna mais importante a cada ano.

Já na década de 1980 a existência de um grande contingente de famílias sem acesso à terra associa-se ao crescimento de movimentos sociais ligados a esta luta (CAR, 1982). A presença deste campesinato sem terra reforça a percepção de que as terras da Bahia estão todas apropriadas, seja em grandes propriedades, pequenas propriedades ou grandes áreas comunais, apesar de a maioria delas não estar cercada ou regularizada (CAR, 1982).

2.2. EVOLUÇÃO DA CATEGORIA “FUNDOS DE PASTO” ENTRE 1982 E 2007

Não há dados exatos sobre comunidades, áreas, famílias ou mesmo municípios com fundos e fechos de pasto. Estas informações variaram bastante desde 1982 e ainda não estão consolidadas em qualquer documento. Segue-se uma primeira aproximação dessa consolidação.

Como se observa no quadro 2.3, abaixo, o número de municípios considerados de FP em 1985, dobrou nos 22 anos seguintes, passando de 14-15 a 28. Em 12 dos municípios apontados na década de 1980 como possuidores de FP as comunidades se extinguiram (Abaré, Macururé, Jeremoabo, Santa Brígida, Senhor do Bonfim, Chorrochó, Rodelas, Glória, Paulo Afonso, Ibitiá, Coribe e Canápolis). Seis destes municípios estão na região da barragem de Itaparica (Paulo Afonso, Abaré, Macururé, Chorrochó, Rodelas, Glória), onde hoje não há registro de qualquer FP. No município de Senhor do Bonfim, os relatos sobre a década de 1980 dão conta de um processo rápido e agressivo de perda de terras comunitárias. Predominavam aí os fechos de pasto nas áreas de vale e serras e FP nas áreas mais secas. Alguns relatos referem-se, criticamente, à postura pacificadora das lideranças da igreja católica à época, que afirmavam que bons cristãos não deveriam entrar em conflitos de terras.

Na região de Irecê, que tinha apenas um município com registro de FP (Ibitiá), o

sistema desapareceu. Em três municípios houve uma quase “extinção”, até que algumas comunidades resistentes voltaram a ser registradas na década de 2000 (Euclides da Cunha, Correntina e Santa Maria da Vitória).

1982	<u>Abaré</u> , <u>Chorrochó</u> , <u>Curaçá</u> , Euclides da Cunha, <u>Glória</u> , Jaguarari, <u>Jeremoabo</u> , Juazeiro, <u>Macururé</u> , Monte Santo, <u>Paulo Afonso</u> , <u>Rodelas</u> , <u>Santa Brígida</u> , <u>Senhor do Bonfim</u> e Uauá (CAR, 1982) – 15 municípios
1985	Brotas de Macaúbas, <u>Canápolis</u> , <u>Chorrochó</u> , <u>Coribe</u> , Correntina, Curaçá, Euclides da Cunha, <u>Ibitiá</u> , Juazeiro, Monte Santo, Oliveira dos Brejinhos, Santa Maria da Vitória, <u>Senhor do Bonfim</u> e Uauá (início do projeto FP, INTERBA, 1985) – 14 municípios
1995	Andorinha, Antonio Gonçalves, Brotas de Macaúba, Campo Formoso, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Itiúba, Jaguarari, Juazeiro, Mirangaba, Monte Santo, Oliveira dos Brejinhos, Pilão Arcado, Pindobaçu, Seabra, <u>Senhor do Bonfim</u> , Sento Sé, Sobradinho e Uauá (CORA, 1995) – 20 municípios
2003	Andorinha, Antonio Gonçalves, Brotas de Macaúbas, Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Itiúba, Jaguarari, Juazeiro, Mirangaba, Monte Santo, Oliveira dos Brejinhos, Pilão Arcado, Pindobaçu, Remanso, Seabra, Sento Sé, Sobradinho, Uauá, Umburanas (mapa produzido pelo Geografar/UFBA com dados do CDA) – 23 municípios
2006/ 2007	Andorinha, Antonio Gonçalves, Barra, Brotas de Macaúbas, Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Euclides da Cunha, Itiúba, Jaguarari, Juazeiro, Mirangaba, Monte Santo, Oliveira dos Brejinhos, Pilão Arcado, Pindobaçu, Remanso, Seabra, Sento Sé, Sobradinho, Uauá, Umburanas (CDA) – 25 municípios
2008	Andorinha, Antonio Gonçalves, Barra, Brotas de Macaúbas, Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Canudos, Casa Nova, Correntina, Curaçá, Euclides da Cunha, Itiúba, Jaguarari, Juazeiro, Mirangaba, Monte Santo, Oliveira dos Brejinhos, Pilão Arcado, Pindobaçu, Remanso, Santa Maria da Vitória, Seabra, Sento Sé, Sobradinho, Uauá, Umburanas, Vitória da Conquista – 28 municípios

Quadro 2.3: Municípios com registro de comunidades de fundos de pasto para os anos selecionados entre 1982 e 2008³⁶

Fontes: CDA, Central de Bonfim, CPT, Geografar-UFBA

O estudo dos casos revela que, uma vez desaparecidos de determinado município, ali não mais ocorre o ressurgimento de um novo FP. Quando “reaparecem” em listas isto decorre simplesmente de alguma instituição (CPT, Empresa Baiana de Desenvolvimento

³⁶ Sublinhados estão os municípios nos quais não se encontram mais fundos de pasto.

Agropecuário - EBDA, CDA) ter agido com maior efetividade no local. A “invisibilidade”, mesmo temporária, das comunidades para os órgãos do estado muitas vezes contribui para seu efetivo desaparecimento.

A CPT e alguns representantes dos geraizeiros declaram que há áreas de fecho nos municípios de Cocos, Jaborandi, Formosa do Rio Preto e São Desidério. Levantamentos sobre estes municípios estão sendo iniciados pela CPT da Diocese de Bom Jesus da Lapa. Além da perda das áreas comunais em Coribe e Canápolis, houve perdas igualmente em Baianópolis, Luís Eduardo, Barreiras, e Riachão das Neves. Há também relato da existência residual de FP em Gentio do Ouro e Ipupiara. O fato é que os FP existiram por centenas de anos sem serem percebidos ou nomeados, mas no século XXI a sua invisibilidade se tornou um risco. Onde não se sabe se há ou não FP, a tendência é que, em alguns anos, frente avanços de grileiros, realmente não os haja mais.

O quadro 2.4 apresenta o total de 52 municípios nos quais houve ou há registro de comunidades de FP, divididos em 3 categorias: municípios nos quais não há mais qualquer sinal da presença de tais comunidades; municípios em que há presença garantida e registrada (pelo Estado ou pelas instituições de apoio aos FP); e municípios em que é incerta a existência de comunidades com domínio de áreas comunais, seja pelo fato da perda ser recente ou porque seguem utilizando áreas comunais sem deter o domínio (por arrendamento ou por permissão do fazendeiro).

11 municípios em que a perda das áreas coletivas foi total	Abaré, Gentio do Ouro, Glória, Ibitiá, Ipupiara Jeremoabo, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas, Santa Brígida e Senhor do Bonfim
28 municípios em que há registro do uso de áreas coletivas por comunidades pastoris	Andorinhas, Antonio Gonçalves, Barra, Buritirama, Brotas de Macaúbas, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Canudos, Casa Nova, Correntina, Curaçá, Euclides da Cunha, Itiúba, Jaguarari, Juazeiro, Mirangaba, Monte Santo, Oliveira dos Brejinhos, Pilão Arcado, Pindobaçu, Remanso, Santa Maria da Vitória, Seabra, Sento Sé, Sobradinho, Uauá, Umburanas e Vitória da Conquista
13 municípios em que o fim das áreas comunais é controverso ou onde resta possibilidade de retomada de áreas	Baianópolis, Barreiras, Canápolis, Chorrochó, Cocos, Coribe, Formosa do Rio Preto, Gentio do Ouro, Ipupiara, Jaborandi, Luís Eduardo, Riachão das Neves e São Desidério

Quadro 2.4: Municípios que perderam, perdem ou mantêm FP entre 1982 e 2008

Dentre os 28 municípios em que persiste o sistema estão aqueles em que o projeto FP alcançou maior efetividade (região de Oliveira dos Brejinhos e de Uauá), aqueles em que existe maior presença de instituições de apoio (no baixo-médio São Francisco) e/ou mais se articularam no movimento regional/estadual (região de Senhor do Bonfim). As regiões em que mais municípios deixaram de ter comunidades de FP são as do entorno da barragem de Paulo Afonso e as mais ameaçadas são a do oeste da Bahia.

A ampliação do número de municípios com FP não se deve ao surgimento de novas comunidades, mas à crescente visibilidade de FP já existentes. É uma evolução aparente, pois provavelmente os FP foram mais numerosos antes do período de maiores grilagens (1970-1980). Na tabela 2.1 observa-se a disparidade dos dados sobre FP disponíveis a partir do Estado, das instituições de apoio ou do próprio movimento de FP:

Tabela 2.1: Síntese dos FP segundo diferentes fontes

	População em FP	Comunidades	Área (hectares)
Dados oficiais da CDA (incompletos, compilados em 2007)	14.488 Famílias	416	709.404,20
Levantamento 2004³⁷	18.490 Famílias	285	---
Estimativa do movimento 2007	140.000 pessoas	700	---

Fonte: CDA, Articulação dos FP, CPT, SASOP

Os dados da CDA se referem apenas às comunidades que a procuraram e se identificaram como FP. Elas sentiram a necessidade de buscar a regularização de suas terras coletivas. Em 2007, os dados da CDA registram 416 associações e o órgão foi procurado desde então por pessoas de “novos” fechos de pasto de Correntina (3) e Santa Maria da Vitória (2). A CPT relata o acompanhamento de duas comunidades de FP em Vitória da Conquista. A partir dos dados oficiais do CDA, as áreas ocupadas pelos FP totalizam 709.404,2 hectares, nos quais vivem 14.488 famílias. Os dados do CDA não incluem os municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória e Vitória da Conquista. Os números da CDA estão bastante incompletos para os municípios de Umburanas, Seabra e Campo Alegre de Lourdes: para muitas comunidades desses municípios há registro apenas do nome do FP e de alguns nomes de agricultores.

³⁷ FONTE: Organizações/entidades de apoio aos trabalhadores rurais que atuam nas regiões (IRPAA, CPT, Central).

O levantamento de 2004, que reuniu informações das entidades de apoio aos FP, é bastante incompleto, pois não inclui municípios nos quais as entidades não atuam. No próprio levantamento, as instituições acusam que faltou identificar as famílias e associações nos municípios de Juazeiro, Chorrochó, Buritirama e Macuraré.

A estimativa do movimento, de acordo com seus representantes, é uma extrapolação da cifra de 20.000 famílias, composta cada uma por sete pessoas. A estimativa de 700 comunidades acrescenta quase 300 ao número daquelas já registradas. Ela se baseia em uma percepção generalizada de que os FP são muito mais numerosos do que os atualmente conhecidos.

A presente pesquisa conjugou os dados das instituições de apoio (CPT, FUNDIFRAN, Instituto Regional da Pequena Produção Apropriada - IRPAA), das comunidades e lideranças do movimento e dos dados oficiais da CDA, como expresso na tabela 2.2:

Tabela 2.2: Número de famílias vivendo em FP 2008³⁸

Famílias em FP	
Total do Estado	15.564 famílias
Por comunidade (média)	34,06 famílias
Total de comunidades	460

Os dados da tabela 2.2 refletem os números confirmados de comunidades das quais se conhece nome, número de famílias e até a área total. Entretanto, estes números podem estar subestimados se consideradas as estimativas sobre a região oeste e os dados coletados sobre os Brejos da Barra. As comunidades em processo de resistência (Correntina, Santa Maria da Vitória) ou adesão (Vitória da Conquista, Barra) à categoria dos FP são estimadas, pela CPT e representantes das comunidades, em um mínimo de 100 correspondendo a 6.000 famílias. A área total ocupada pelas 59 comunidades dos Brejos da Barra está estimada em 180.000 hectares, segundo levantamento feito pela CPT.

Assim, considerando-se os Brejos da Barra e todas as comunidades de fechos do oeste, o total dos FP seria de aproximadamente 25.000 famílias, conforme a compilação expressa na Tabela 2.3:

³⁸ Não foi contabilizada a população das comunidades de Vitória da Conquista (2) e Seabra(1) por não haver qualquer informação sobre as mesmas além de sua existência.

Tabela 2.3: Dados estimados sobre os FP da Bahia em 2008

Municípios	28
Comunidades	600
Número de famílias	25.000
Área total	1.200.000 hectares

Além dos dados incompletos e do surgimento de novas comunidades de FP, estes números sistematizados na tabela 2.3 têm outro componente de incerteza que é a imprecisão do número de usuários dos FP. Contabiliza-se os usuários em função do número de associados. Entretanto, por causa de vários aspectos (famílias ausentes, famílias “sem-terra”, novas famílias, comunidades vizinhas usuárias) o número de associados tende a ser distinto do real número de usuários. No caso da comunidade do Pimentel (Monte Santo - BA), a discrepância chega a quase 200%. São apenas 34 associados e mais de 90 usuários da área de FP. Há ainda o crescimento vegetativo das comunidades, quando do aumento do número de famílias por meio de casamentos e dos “assentamentos” de filhos dentro da comunidade.

Este cenário nos permite estimar que, aproximadamente, 25.000 famílias estão nos FP da caatinga e cerrado baianos, em mais de 600 grupos de famílias (comunidades), ocupando mais de 1.200.000 de hectares de terras. A área total ocupada por comunidades pertencentes à categoria dos FP poderá ser muito maior se houver um fortalecimento da resistência das comunidades de fechos de pasto da região oeste e sua inclusão à categoria dos FP (no seminário realizado em Correntina, em 2008, foi estimado em até 200 mil hectares de terras as áreas em fechos).

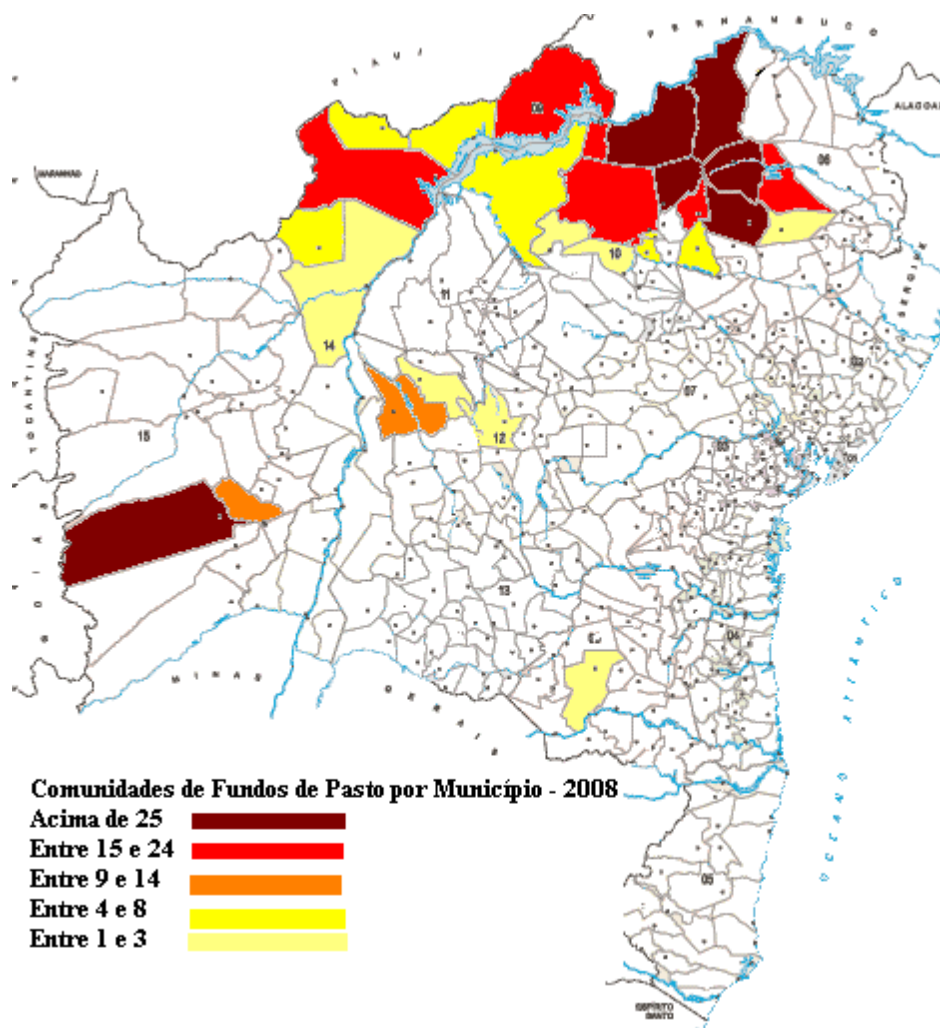
Em média, os municípios com FP têm aproximadamente 16 comunidades e 555 famílias ocupando 33.000 hectares. A diversidade de situações, entretanto, é grande como revela o mapa 2.1, abaixo. Há municípios com apenas uma comunidade de FP (como Barra) e um município com 92 comunidades de FP (Uauá). Isso, sem dúvida, causa impactos diferenciados sobre a realidade e as possibilidades de cada comunidade.

As condições para uma ação política conjunta das comunidades em escala municipal/micro-regional variam em função da quantidade e população de FP:

- sete municípios têm mais de 25 comunidades de FP e podem ser denominados “municípios de FP” (Correntina, Curaçá, Uauá, Jaguarari, Juazeiro, Monte Santo e Curaçá);

- seis municípios têm mais de 15 comunidades de FP (Canudos, Campo Formoso, Casa Nova, Andorinha, Pilão Arcado e Sobradinho);
- Oliveira dos Brejinhos e Santa Maria da Vitória têm entre 9 e 14 comunidades de FP;
- sete municípios possuem entre 4 e 8 comunidades de FP (Buritirama, Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Sento Sé, Pindobaçu, Antonio Gonçalves e Itiúba); e
- cinco municípios têm uma quantidade quase residual de comunidades de FP, entre uma e três (Barra, Brotas, Conquista, Seabra e Euclides da Cunha).

A sistematização dos dados sobre o número de comunidades por município pode ser observada no mapa 2.1, abaixo:



Mapa 2.1: Número de comunidades de FP por município no ano de 2008

Além de seu número e da organização entre elas, o tamanho das comunidades em cada

município pode impactar a sua estabilidade e organização. A reprodução dos FP é ameaçada pelo enfraquecimento de seu tecido social, entendido como perda de estrutura e coesão interna. Este enfraquecimento se dá, principalmente, por duas vias, a do conflito interno e a da migração. Como se pode observar a partir dos dados expressos na figura 2.2 a maior parte das comunidades (81,9%) tem entre 10 e 50 famílias. Comunidades muito pequenas, com menos de 10 famílias (3%), são, invariavelmente, resultado de situações de conflito, violência e/ou pobreza. A pobreza, em alguns FP, e a violência têm levado à emigração definitiva de parte da comunidade. O cenário da comunidade Monte Alegre de Monte Santo é ilustrativo. Ela se encontra empobrecida pela falta de terras e assustada constantemente por ameaças de um fazendeiro vizinho que vem grilando as suas terras. Segundo relato de um dos moradores, hoje apenas nove famílias resistem e parte espera uma oportunidade para deixar as terras.

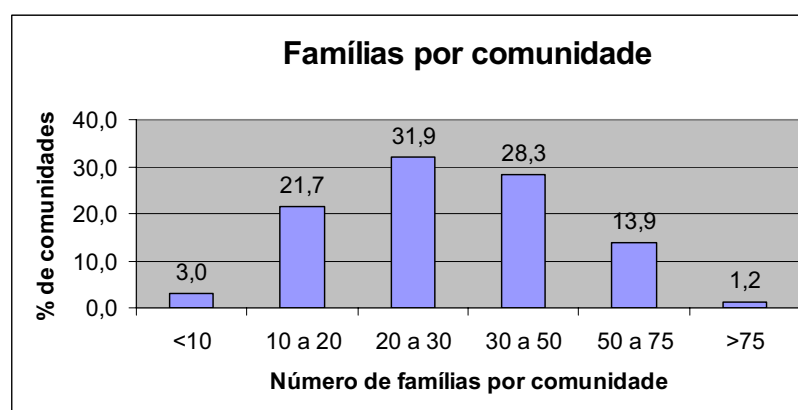


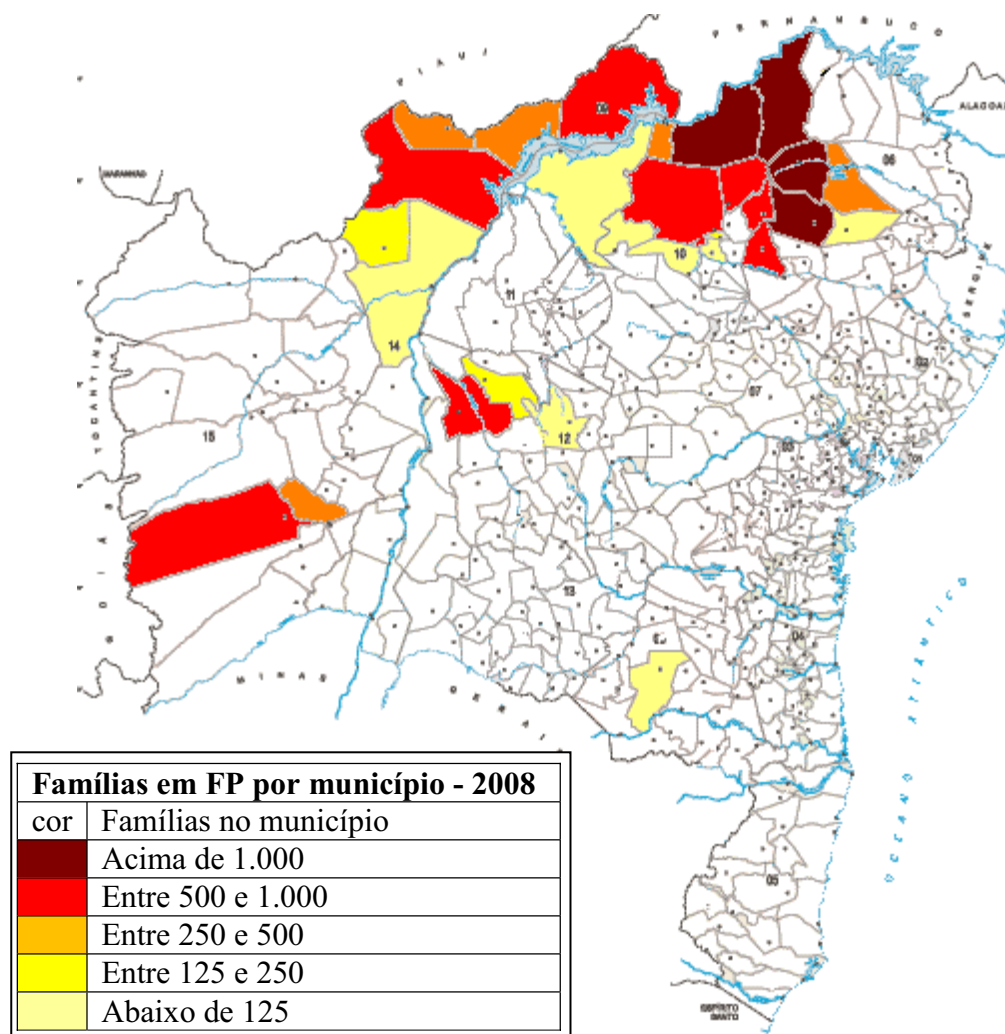
Figura 2.2: Distribuição das famílias residentes em FP por comunidade em 2008

Conflitos internos graves ocorrem nas comunidades de FP, principalmente em decorrência da venda de parte das terras a elementos externos ao grupo (GARCEZ, 1987). Outros conflitos nascem por causa do retorno de alguns membros, após longa fase de emigração, pois chegam com valores diferentes e capital disponível para investir privadamente nas terras coletivas (GARCEZ, 1987). Outros ainda surgem por causa da venda ou aluguel de recursos da comunidade (terra ou mata).

Quando a comunidade sofre uma subdivisão interna grave, o cenário evolui de maneira muito negativa para a vida de todos. Há casos extremos de violência interna, inclusive com um assassinato, em uma comunidade de Monte Santo, ocorrido em 2004. O cenário, neste caso, tende a evoluir para uma completa cisão da comunidade, inclusive com juras de

vingança e oposição em questões cruciais para a vida do grupo (venda de terra, venda de madeira para lenha, venda de madeira para carvão, titulação das terras).

O número de famílias em cada município impacta tanto a capacidade de mobilização, quanto o peso político percebido pelo poder local. Nos municípios com mais de 500 famílias (vermelho claro e vermelho escuro no mapa abaixo), posicionar-se explicitamente contra elas pode implicar na perda de milhares de votos. Nos municípios em que há menos de 125 famílias (Barra, Santo Sé, Mirangaba, Umburanas, Pindobaçu, Antonio Gonçalves e Euclides da Cunha) as comunidades de FP podem ser completamente ignoradas pelo poder público local sem impacto sobre sua elegibilidade. O impacto é tão mais significativo quanto menor o município. No mapa 2.2 pode-se observar a sistematização dos dados sobre o número de famílias em FP por município:



Mapa 2.2: Famílias residentes em FP por município em 2008

Essas grandes variações absolutas e proporcionais da população e número de comunidades de FP por município implicam numa grande variação de poder e peso político dos FP. Em municípios nos quais os FP possuem uma população proporcionalmente grande, é a organização desta população que pode determinar seu maior ou menor significado político. Em municípios nos quais os FP são relativamente pouco significativos, sua força dependerá de articulações que transcendem a esfera municipal.

2.3. DISPONIBILIDADE DE TERRA EM FP E SUAS IMPLICAÇÕES

A primeira pergunta a se fazer sobre a relação terra - FP é: quanta terra é suficiente?

Esta pergunta é importante e perigosa. Ela contém um risco de reduzir a questão da terra aos aspectos de sobrevivência quando se trata de famílias camponesas e ampliar para a noção de economia de escala quando se trata de empreendimentos capitalistas. Quando se formula uma política agrícola, como a dos biocombustíveis, estabelece-se a meta de área de cultivo e criam-se os artifícios necessários para que as empresas encontrem condições favoráveis para ampliar as áreas previstas. Este é o exemplo do programa Bahiabio³⁹ que ampliará em 1,74 milhões de hectares as áreas plantadas de cana e oleaginosas. Serão disponibilizados 300 milhões de reais na forma de crédito subsidiado para a aquisição de 300.000 hectares de terras destinados a cultivos para fabricação de biodiesel. Neste caso, o Estado atenta-se à escala econômica ideal, não à mínima. A meta é a quantidade mais adequada de terras para esta forma de ocupação. Quando se formula esta pergunta olhando para a produção camponesa, o referencial é o mínimo necessário. Com quanta terra uma família sobrevive?

Essa discussão sobre a quantidade mínima de terra é recorrente entre técnicos e agrônomos que atuam no semi-árido brasileiro. São conhecidas algumas propostas que reúnem artifícios técnico-produtivos que permitiriam a subsistência em pequenas áreas: a mais popular dos últimos tempos é uma tecnologia adaptada, de origem chinesa, denominada mandala. Este sistema de produção otimiza o uso de água em nove círculos concêntricos a partir de um reservatório situado no interior dos nove círculos. Os plantios se sucedem, começando de dentro para fora com os mais exigentes e transitando para os menos exigentes

³⁹ Este programa prevê o desenvolvimento de 8 pólos para produção de 7,48 milhões de m³ de etanol, com a implantação de um parque industrial alcooleiro e a exploração de 870 mil hectares de cana-de-açúcar e também a produção de 773 mil m³ de biodiesel com a implantação de um parque de extração de óleo e a exploração de 868 mil hectares de oleaginosas. Fonte: <<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2008.

em água. O módulo básico mede 0,25 hectare e uma família garantiria subsistência e alguma venda local com uma única mandala (VEIT, 2003).

No que se refere a sistemas agrossilvipastoris, a Embrapa Caprinos vem divulgando um modelo no qual oito hectares bastariam para uma família caprinocultora. O setor pastoril ocuparia 4,6 hectares (60%) da área, utilizando um raleamento da caatinga (que seria reduzida para 400 árvores por hectare) como se pode observar na foto 2.8, abaixo. O setor agrícola teria 1,6 hectares (20%) e a área de reserva legal teria os 20% restantes. No setor agrícola, apenas 200 árvores por hectare seriam mantidas (CAMPANHA et al., 2008). Os autores sugerem, explicitamente, que esta seria uma boa alternativa para os FP da Bahia.



Foto 2.8: Raleamento da caatinga a 400 árvores por hectare

O módulo fiscal⁴⁰, referência de tamanho para a agricultura familiar, na região semi-árida da Bahia, varia entre 40 e 70 hectares. Na Bahia, o programa Minha Roça da Secretaria de Agricultura do estado (SEAGRI), apesar de afirmar que pretendia adequar os minifúndios ao módulo fiscal⁴¹, chegou a regularizar áreas familiares em FP com apenas um hectare. O

⁴⁰ O “módulo fiscal” foi criado pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), artigo 50. O artigo define a determinação do módulo fiscal por município, expresso em hectares e quantificado com base nos fatores: a) o tipo de exploração predominante no município; b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e d) o conceito de “propriedade familiar”.

⁴¹ “Além de garantir a propriedade da terra, através da sua titulação, este projeto pretende realocar as famílias cujos módulos estejam abaixo da fração mínima de parcelamento da terra estabelecida pelo INCRA.” Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/cda/programa_minharoca.html>. Acesso em: 10 abr. 2008.

programa já mediu mais de 50.000 pequenas áreas de terra e é acusado, pelos movimentos sociais, de consolidar minifúndios inviáveis.

O IRPAA (2001), instituição historicamente relacionada aos FP da região de Uauá, Curaçá e Canudos, sugere 100 hectares como área necessária à criação de 250 animais (caprinos e ovinos). Considerando-se a comercialização padrão do animal de 18 meses, com média de 12 kg, ao preço de R\$5 a R\$6 por kg, obtém-se R\$60 a R\$72 por animal vendido. Há uma opinião reiterada (entre representantes dos FP e técnicos das entidades de apoio) de que as famílias deveriam vender pelo menos um animal por semana (o que geraria R\$3.600 anuais, sendo a principal fonte de renda) que junto às outras fontes, mais culturas de subsistência gerariam condições de vida minimamente razoáveis. Para tanto, haveria a necessidade de um cabedal mínimo de 80 animais, situação relativamente comum na região CUC (Curaçá, Uauá e Canudos) - Monte Santo. Seguindo este cálculo, seriam necessários 32 hectares de FP. O número indicado pelo IRPAA, de 2,5 animais por hectare, encontra respaldo em trabalhos da EMBRAPA⁴², referindo-se à caatinga rebaixada⁴³. Há técnicas para ampliação da capacidade de suporte da caatinga que sugerem a possibilidade de sustentar até 10 animais por hectare. Estas técnicas para aumento da capacidade de suporte normalmente estão associadas à redução da biomassa de vegetação natural. A análise sobre a suficiência da quantidade de terras disponíveis para FP deveria ter por princípio o mínimo impacto sobre a vegetação nativa.

Retornando ao argumento inicial, a questão não é encontrar a fórmula ou a área mínima que permita viabilizar uma família em FP. A pesquisa e as observações em campo permitem-nos afirmar que com menos de 30 hectares disponíveis por família as condições de vida são desfavoráveis em FP. Em tais comunidades, os integrantes invariavelmente dependem da venda permanente ou eventual de sua força de trabalho. As observações de campo de um técnico que atua em Monte Santo sugerem que quando se dispõe de 45 hectares por família não se tem verificado degradação das pastagens.

Como se pode observar na tabela 2.4, abaixo, o FP médio tem 54,71 hectares disponíveis por família. Considerando o padrão de 2,5 animais por hectare e 52 hectares em FP, isto permitiria que cada família mantivesse um cabedal de 130 animais. Assim, uma família abateria, a cada mês, pelo menos sete animais obtendo uma renda mensal de quase

⁴² Disponível em: <<http://www.cnpc.embrapa.br/anaclaraembrapacaprinos.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

⁴³ Rebaixamento da caatinga é uma prática de remoção seletiva de copas de árvores visando o aumento de produtividade do sub-bosque e extrato herbáceo, com ou sem enriquecimento de espécies forrageiras.

R\$500,00. Como se observou, a necessidade de renda externa varia de comunidade para comunidade e de família para família, em função de parâmetros como proximidade da cidade, número de jovens, disponibilidade de energia elétrica e produção dos roçados de subsistência.

Os valores médios, entretanto, não refletem a realidade, uma vez que sua variação é muito grande entre um FP e outro. O número de animais por FP varia de zero (caso da comunidade do Alagadiço do Henrique) a duzentas cabeças por família (comunidade de Desterro). A quantidade de animais de cada família está, em grande medida, associada à área disponível (usualmente comunidades com menos terra têm um cabedal menor), exceto naquelas em que comunidades recentemente reocuparam áreas griladas há vários anos, as chamadas áreas de retomada. Uma das pessoas que participa do processo de retomadas disse que “Em uma das áreas retomadas (ao ex-prefeito de Monte Santo) o pessoal ficou com um FP muito bom, mas não têm cabedal nenhum”.

Tabela 2.4: Áreas coletivas e privadas em FP por família e por comunidade - 2008

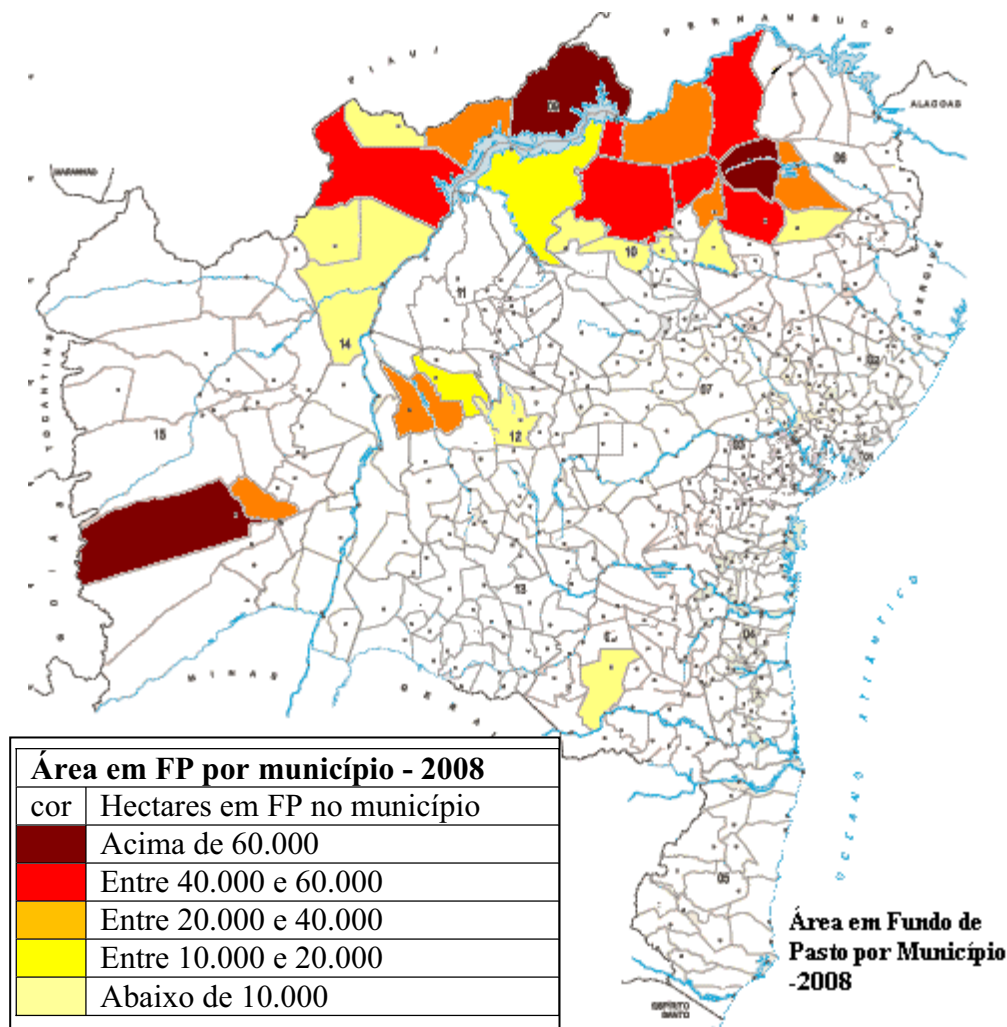
Áreas em FP na Bahia	
Áreas coletivas em FP	
Por família (média)	32,53 hectares
Por comunidade (média)	1.108,04 hectares
Total de área coletiva em FP	50.6375,15 hectares
Áreas privadas em FP	
Por família (média)	22,18 hectares
Por comunidade (média)	755,28 hectares
Total de áreas individuais em FP no Estado	345.163,84 hectares
Áreas totais em FP	
Por família (média)	54,71 hectares
Por comunidade (média)	1.863,32 hectares
Área Total em FP no Estado	851.538,98 hectares
% da área coletiva (média)	59%
% da soma das áreas individuais (média)	41%

Na análise da quantidade de terra disponível para FP, uma informação possivelmente impactante é a quantidade dessas terras em cada município. Este valor é importante, tanto em termos absolutos quanto relativos. A quantidade de terras em cada município permite que se justifique, ou não, uma política municipal para os FP. A porcentagem do território municipal em FP demonstra o peso relativo desse tipo de ocupação em relação a outras, em terras agricultáveis do município.

Como se vê no mapa 2.3, abaixo, três municípios possuem mais de 60.000 hectares de terras em FP (Correntina, Uauá e Casa Nova). Seis municípios têm mais de 20.000 hectares e outros seis têm mais de 40.000 hectares. Nestes 15 municípios a quantidade de terras em FP permite que haja um abate de até 10.000 animais por mês, o que em caso de venda para fora do município equivaleria a uma entrada de recursos de mais de oito milhões de reais por ano. Nestes municípios são raras as atividades econômicas que geram este montante de recursos e, ainda mais raras, aquelas que distribuem esta renda para milhares de pessoas que consumirão prioritariamente na economia local. Os FP em geral estão competindo com a especulação imobiliária e a bovinocultura extensiva. Os principais produtores de caprinos e ovinos do estado são municípios no quais se localizam comunidades de FP⁴⁴. Em Uauá, a CAR (1984) considerava que 80% dos 195.350 caprinos eram trazidos de áreas de FP (CEDAP, 1987). A média de compra de peles de caprinos vindas de FP chegava, em 1987, a 1.800 por semana (CEDAP, 1987).

Além desse aspecto, a existência de grandes áreas de FP por município pode significar maior possibilidade de vizinhança entre diferentes FP. A vizinhança facilita as práticas de reciprocidade e, conseqüentemente, a amenização do sobrepastejo.

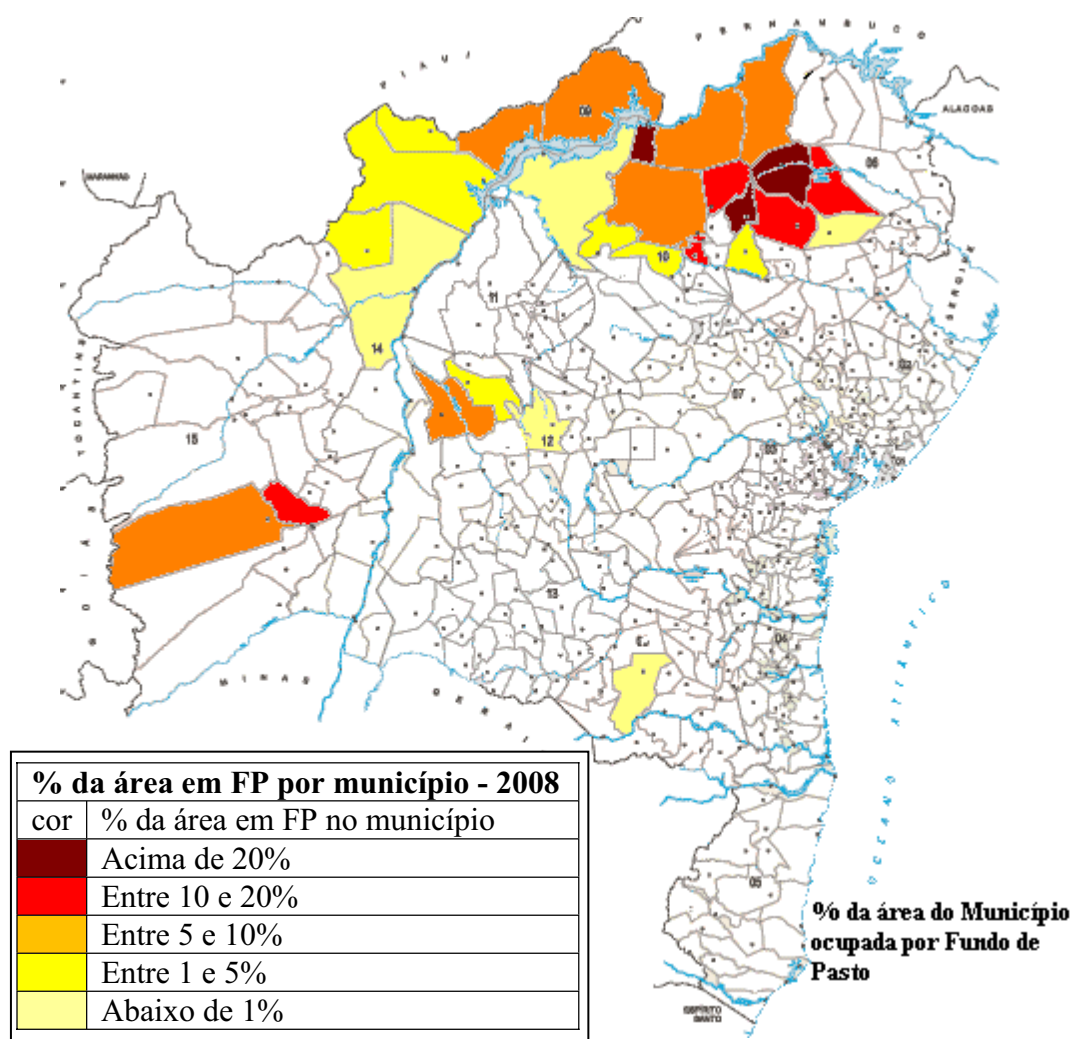
⁴⁴ Rebanho de caprinos: Campo Alegre - 180630, Casa Nova - 408458, Curaçá - 180.244, Juazeiro - 357.000, Monte Santo - 126.000, Pilão Arcado - 112.000, Remanso - 438.017, Uauá - 194.788; Rebanho de ovinos: Uauá - 133.759, Casa Nova - 132.549, Remanso - 195.368, Monte Santo - 127.000, Campo Alegre - 68.370, Curaçá - 76.820, Pilão - 67.146. Fonte: SEI, <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2008.



Mapa 2.3: Área em FP por município na Bahia - 2008

O impacto do tamanho da área em FP por município varia em função da proporção desta área em relação à área total do município. Os FP estão localizados tanto em municípios enormes como Correntina, Pilão Arcado e Sento Sé, como em municípios muito pequenos como Antônio Gonçalves e Pindobaçu. Assim, o impacto da área ocupada por FP varia muito. Os casos extremos são Uauá com 54,8% de sua área em FP e Barra com 0,04%. Em Uauá, uma gestão municipal que não tiver os FP como sua principal referência de planejamento limita em muito seu alcance, pelo menos espacial. Em Barra, o impacto de se desconsiderar os FP é desprezível.

Além de Uauá, dois outros municípios (Sobradinho e Andorinha) possuem mais de 20% de sua área em FP. Santa Maria, Canudos, Monte Santo, Jaguarari, Antonio Gonçalves e Pindobaçu possuem mais de 10%. Nestes casos há maiores condições para que os FP argumentem por políticas municipais que os considerem. Além de Barra, os municípios de Sento Sé e Euclides da Cunha têm menos de 1% de sua área em FP. A sistematização destes dados está expressa no mapa 2.4, abaixo:

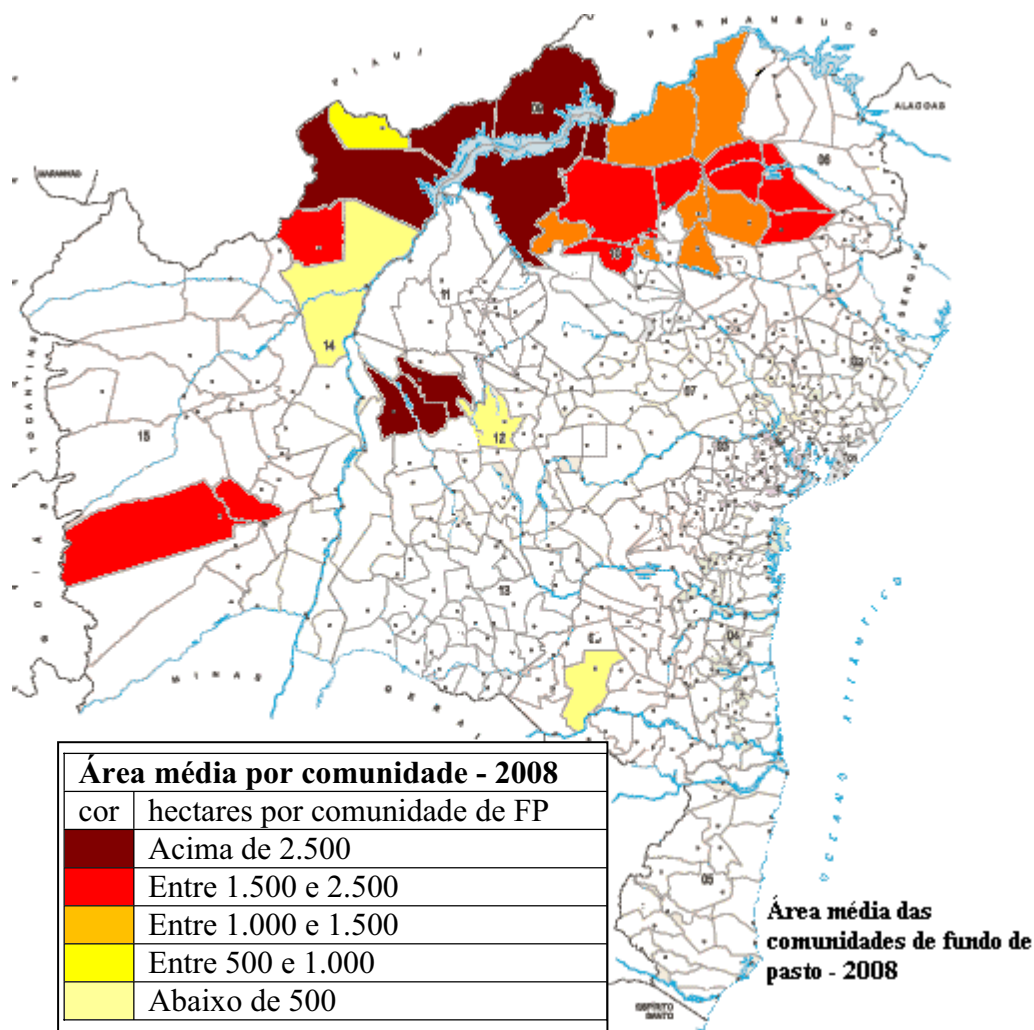


Mapa 2.4: Proporção (%) da área municipal em FP - 2008

O mapa 2.5, abaixo, apresenta a sistematização das áreas médias das comunidades de FP, em cada município. Comunidades de FP com menos de 1.000 hectares são, em geral, aquelas que sofreram graves processos de grilagem. Há relatos contundentes sobre tais processos. Um deles é ilustrativo: “Antes, toda aquela área em volta era nossa. Hoje a gente

tem vizinho de todo lado, ficamos que nem numa panela” (representante de FP). Comunidades com mais de 2.500 hectares estão em municípios em que não ocorreram fortes processos de grilagem ou são mais resistentes a ela.

Além das áreas totais, é importante avaliar a titulação das áreas coletivas das comunidades. A Lei de Terras da Bahia, que postula a necessidade de análise de viabilidade econômica e anuência do governador para a titulação de áreas com mais de 500 hectares, pode induzir a titulação coletiva de áreas com menos de 500 hectares coletivos. O restante da área seria titulado individualmente, por família.



Mapa 2.5: Área média das comunidades de FP - 2008

A figura 2.3, abaixo, apresenta as informações sobre as áreas coletivas das comunidades de FP. Quando a área coletiva das comunidades é maior que 500 hectares (42,7% dos casos), pode-se imaginar que o compromisso das famílias e o seu envolvimento com esta área tende a

ser estável. Comunidades com menos de 50 hectares coletivos (4% dos casos) podem, à menor pressão, sofrer um cercamento das terras individuais e o fim da importância do sistema FP para a vida da comunidade. Mesmo que a área coletiva não seja distribuída e cercada individualmente seu tamanho diminuto induz seu abandono e/ou completa dilapidação.

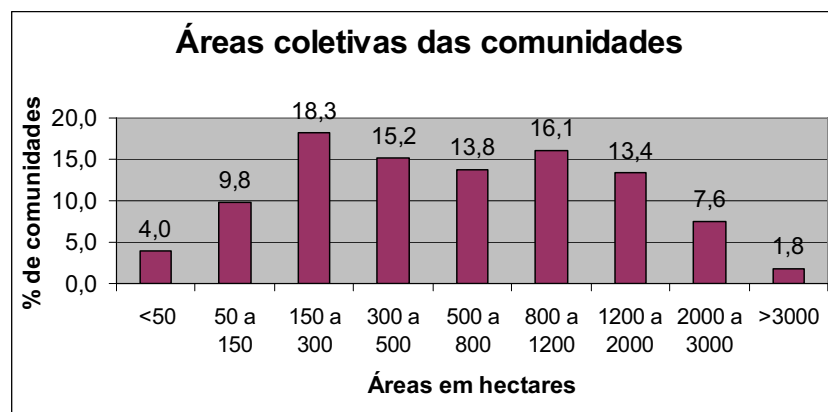


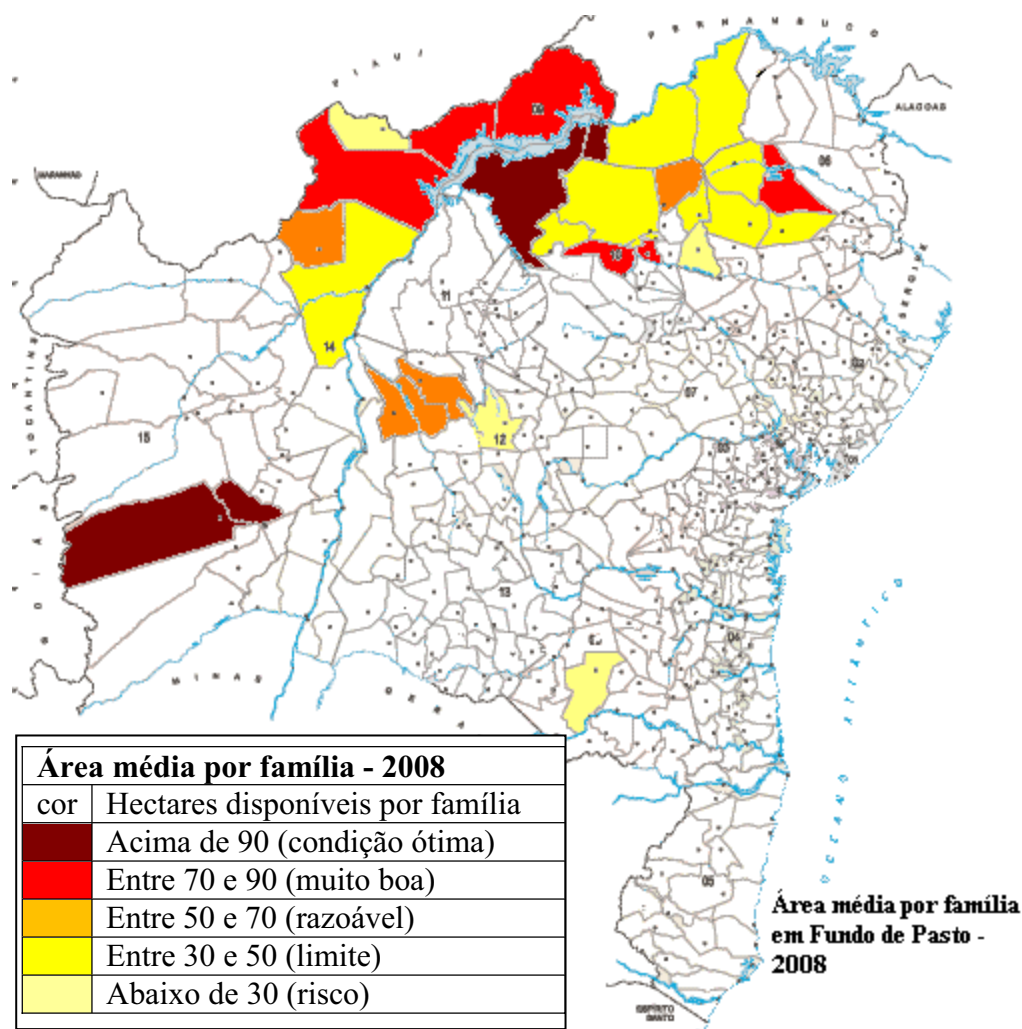
Figura 2.3: Áreas coletivas das comunidades de FP - 2008

O exemplo da comunidade do Alagadiço do Henrique, de Campo Formoso, ilustra uma conjugação de fatores fragilizantes - fundiário, de conflito, econômico e social. Trata-se, segundo declarações de dois de seus moradores, de um “fecho de FP” reconquistado recentemente com base em um documento e que fica na serra próxima das nesgas de terra onde vivem as 23 famílias da comunidade. Historicamente, sempre foi FP, mas a comunidade foi perdendo as terras por causa dos cercamentos com quatro fios decorrentes da “lei do pé alto”. Quando se deram conta, só conseguiram retomar a área de serra (Terra Quina, 506 hectares de área coletiva) que é descontínua com a comunidade (Terra Quina está a 6 km das moradias). “Zé Salvo foi quem despertou para a grilagem”, diz uma moradora, “então descobriu que havia terras devolutas desocupadas na Terra Quina”. Cada família titulou áreas entre 19 e 23 hectares que seguem indivisas. Não há bodes porque a comunidade não tem o dinheiro necessário. Não há casas no FP que acaba sendo usado, em alguns períodos, pelos fazendeiros vizinhos e por caçadores. A comunidade detém um FP e é só. As famílias vivem do plantio de pequenas áreas de sisal, da produção nos quintais e terrenos e da venda de dias de trabalho junto às fazendas vizinhas. São comunidades de FP porque possuem uma área coletiva e porque desejam produzir em FP, declarando que a maioria pretende construir uma casa na área⁴⁵.

⁴⁵ Paradoxalmente em relação a esta condição de extrema fragilidade, da comunidade do Alagadiço do Henrique emergiram dois líderes de FP.

Os problemas fundiários de cada comunidade de FP dependem, também, do tipo de confrontante da propriedade. Quando a comunidade tem 100% dos confrontantes como FP ou fazendas mais antigas, cujos limites estão bem acordados, a tendência é que não haja mais conflitos externos. Se a comunidade está confrontada com pelo menos uma fazenda “em expansão”, quando o fazendeiro, ao cercar ou medir para a regularização, invade a área que a comunidade entende como dela, há o conflito. Se a comunidade não reconhece a legitimidade de um dos confrontantes há a possibilidade de um processo conflituoso de resistência e retomada.

Um dos parâmetros mais importantes para compreender as comunidades de FP é a área disponível para cada família. Os dados médios estão apresentados no mapa 2.6, abaixo:



Mapa 2.6: Área média por família em FP - 2008

Com áreas que têm acima de 90 hectares por família, os municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória, Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro, tendem a reunir as melhores condições entre os FP para alcançar uma maior renda familiar a partir da venda de animais. Na faixa entre 70 a 90 hectares por família, as condições também são muito boas nos municípios de Casa Nova, Pilão Arcado, Sento Sé, Canudos, Itiúba, Mirangaba e Pindobaçu. São razoáveis as condições na faixa de 50 a 70 hectares, encontradas em média nos municípios de Barra, Jaguarari, Campo Alegre de Lourdes, Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. É limitada a disponibilidade de terra nos municípios de Buritirama, Umburanas, Curaçá, Uauá, Monte Santo, Euclides da Cunha, Andorinha, Campo Formoso e Antonio Gonçalves. Qualquer variação climática que fragilize a disponibilidade forrageira ou a produtividade agrícola coloca as famílias aí residentes em risco.

Para alguns autores, os FP podem ser associados à conservação da caatinga pelo simples fato de introduzirem menos e menores áreas de pastos cultivados (TONI, 2004). O sobrepastejo resulta do aumento do número de animais por área e/ou da redução da área de pastoreio. O aumento do número de animais se dá pelo crescimento do número de famílias (filhos que se casam) e pela ampliação do rebanho decorrente das expectativas/necessidades de ampliar a renda familiar. Há os casos dos FP que têm pouca terra e o sobrepastejo se torna “inevitável” dentro do sistema. Em um estudo sobre o programa Cédula da Terra, executado pela CAR e CDA, Olalde, Costa & Canto (2004) sugerem que a média dos lotes em 0,44 do módulo fiscal (módulo médio de 51 hectares na Bahia) induz a um uso intensivo dos recursos naturais, no caso das comunidades pastoris, ao sobrepastoreio.

O sobrepastejo é tanto maior quanto menor a área de FP disponível por família. Áreas com menos de 50 hectares disponíveis de FP por família são mais suscetíveis. Pode-se considerar grave a situação de FP com menos de 30 hectares por família. Essas informações coincidem com observações de campo permitindo afirmar que 30 hectares é a área crítica para a conservação dos recursos em FP.

Há, também, o sobrepastejo induzido pela competição sazonal (período da seca) quando o gado de vizinhos compete com os caprinos da comunidade. Esta competição se dá em decorrência do costume de boa acolhida nas relações com bons vizinhos, da anuência de todos ou alguns moradores, de atitude furtiva (o vizinho solta seus animais na área sem que a comunidade seja avisada ou reaja em tempo) ou mesmo de modo imposto (acintosamente, com ameaça implícita ou explícita). Qualquer processo que implique perda de áreas de

pastoreio (como já descritos) pode deflagrar ou acelerar o sobrepastejo. A prática do cercamento de limites (ainda rara) promovida pelos FP rompe com a dependência mútua entre FP vizinhos e pode aumentar o sobrepastejo em período de seca.

A tabela 2.5, abaixo, apresenta a diferença entre as áreas que vêm sendo disponibilizadas através do programa Cédula da Terra⁴⁶ e as áreas normalmente disponíveis, por família, em comunidades de FP. A tabela também apresenta a proporção destas áreas disponíveis em relação ao módulo fiscal.

Tabela 2.5: Fundos de Pasto e Programa Cédula da Terra x Módulos Fiscais das regiões

Região econômica	Módulo Fiscal médio em hectares	Média PCT (% do módulo)	Média FP (hectares -- % do módulo)
Baixo-médio São Francisco	65	14	60,75 ----- 93,46
Chapada Diamantina	65	33	Sem dados sobre FP
Médio São Francisco	65	43	63,63 ----- 97,89
Nordeste (CUCMS)	41	52	47,41 ----- 115,63
Oeste	65	37	Poucos dados sobre FP
Piemonte da Diamantina	63	67	47,18 ----- 74,89
Serra Geral	65	39	Sem dados sobre FP

Fonte: Oliveira, Germani & Olalde (2006); Olalde, Costa & Canto (2003); CDA

A comparação da situação fundiária dos FP com os programas oficiais de acesso camponês à propriedade permite observar que eles representam um melhor acesso à terra. Como se pode perceber nos dados da tabela 2.5, em cinco das sete regiões baianas onde há FP, o Programa Cédula da Terra disponibilizou áreas com menos de metade do módulo fiscal. Apenas nas regiões nordeste e do Piemonte da Diamantina as áreas ficaram acima de 50% do módulo. Os dados dos FP indicam que a sua regularização está bem mais próxima do módulo fiscal das regiões, estando, em geral, acima do módulo na região nordeste e acima de 90% do módulo nas regiões do baixo-médio e médio São Francisco. No Piemonte da Diamantina, as

⁴⁶ Programa de reforma agrária associado ao crédito fundiário subsidiado, criticado pelos movimentos sociais de luta pela terra.

áreas dos FP chegaram a apenas 74,89% mais próximas do módulo fiscal em comparação com o programa Cédula da Terra.

Além da área total por família, é interessante refletir sobre o impacto da área coletiva por família, segundo os dados expressos na figura 2.4. Ainda que a maior parte da área individual se encontre disponibilizada para o pastoreio comunal, a titulação individual de grande parte das áreas coletivas implica na possibilidade de perda da importância relativa do FP em caso de cercamento das áreas individuais. No longo prazo, a área coletiva disponível por família influencia a importância relativa da caprinocultura extensiva, mesmo com alteração dos cercamentos internos. Se a área regularizada de modo coletivo for muito grande (acima de 40 hectares) as famílias continuarão a depender e a valorizá-las mesmo em caso do cercamento dos espaços regularizados individualmente.

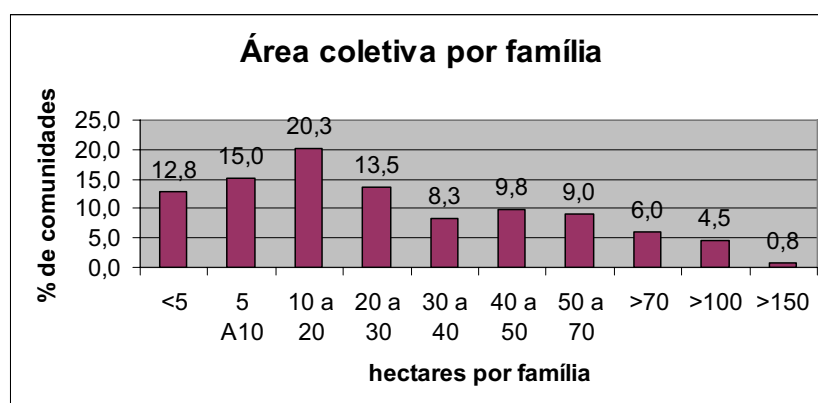


Figura 2.4: Distribuição percentual da área coletiva por família em faixas de disponibilidade - 2008

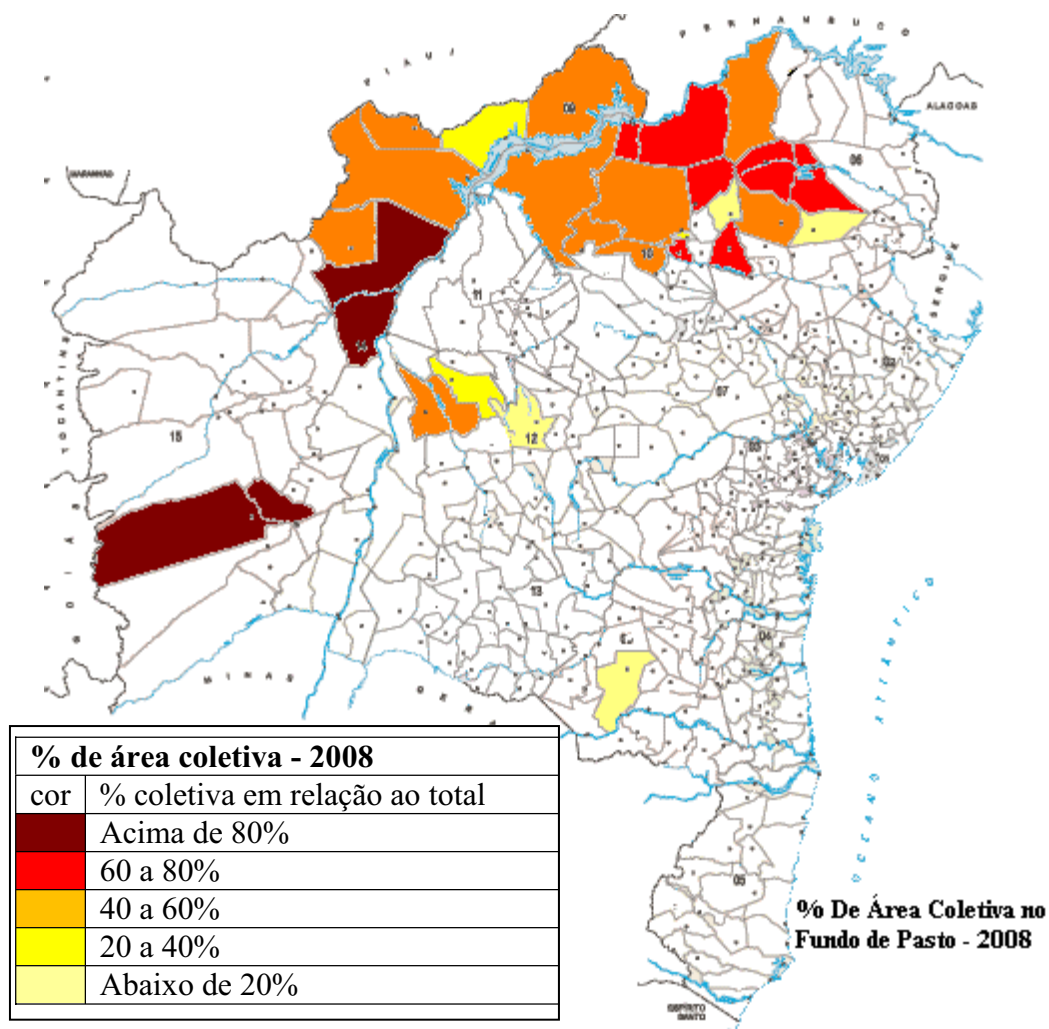
Quando a área coletiva por família é de mais de 40 hectares (caso de 30,1% das comunidades), a caprinocultura extensiva tende a permanecer central na sua vida econômica. Com áreas coletivas por família entre 10 e 40 hectares (42,1%) a terra tem uma dimensão tal que sempre poderá desempenhar algum papel em sua condição econômica, mesmo quando o

impacto seja complementar em relação à renda obtida com outras atividades nas áreas individuais. Assim, em 72,2% das comunidades de FP, a tendência é a perpetuação do pastoreio comunitário e da conseqüente necessidade de convívio comunitário. Entretanto, as áreas coletivas muito pequenas, com menos de 10 hectares coletivos por família (27,8% das comunidades), podem se tornar bastante instáveis. A caprinocultura extensiva não pode sustentar uma família com uma área tão pequena, a não ser que a renda principal seja outra (frutas beneficiadas, mel, carnes, etc.). Nestes casos, o sistema de FP pode se manter com uma diversidade adequada (econômica e ambientalmente) ou as famílias podem ser induzidas à busca de outras atividades que, ocasionalmente, podem justificar a remoção de toda a caatinga e o fim do sistema de FP. É o que se observa em algumas comunidades com pouca área coletiva e que, em alguns casos, se desinteressam pela conservação das mesmas.

Há um tipo de problema relativamente recente e, por enquanto, raro, decorrente de litígio ou divisão interna. Parte da comunidade opta por regularizar as suas posses nos moldes de reforma agrária e passa a ocupar um assentamento em área antes partilhada por todos. Nestes casos, muitos dos que saem para o assentamento seguem utilizando a área comunal de FP (caso da comunidade do Pimentel). Cotrim (1991) registrou que pessoas que criavam condições de comprar arame tenderam a cercar áreas maiores. Na região de Oliveira dos Brejinhos há uma enorme área individual cercada por um camponês que passou um tempo em São Paulo e voltou com o dinheiro necessário para custear este cercamento.

Em termos gerais, na maior parte dos municípios, a área coletiva representa pelo menos 40% da área total. Apenas Remanso, Brotas de Macaúbas e Antônio Gonçalves têm menos de 40% titulados coletivamente. Itiúba e Euclides da Cunha têm menos de 20% da área titulada de modo coletivo. Neste caso, o FP equivale a uma reserva legal em condomínio.

A proporção média das áreas coletivas, em cada município, está apresentada no mapa 2.7, abaixo:



Mapa 2.7: Proporção média de área coletiva nas comunidades de FP - 2008

Qualquer política fundiária pensada para FP deve atentar-se a esses parâmetros – área mínima por família e proporção entre área coletiva e área familiar. As comunidades com pouca disponibilidade de área tendem a enfrentar problemas crescentes em relação ao assentamento de seus jovens.

2.4. ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA E APOIO EXTERNO

Nos 25 anos (1982-2007) de institucionalização da categoria dos FP houve mudanças e oscilações que sugerem a necessidade de uma periodização. Entre 1982 e 1989, predominou a ação do Estado (CAR, INTERBA) nas regiões de Uauá e Oliveira dos Brejinhos. Neste período, o compromisso dos técnicos Paulo Cunha e Francisco de Assis foi abrindo e demarcando a brecha legal para os FP. Consolidou-se também a figura das associações como representações das comunidades. Inúmeras foram criadas com indução e apoio do governo.

A década de 1980 criou condições para um envolvimento dos sindicatos no conflito com os FP. Ocorre a retomada dos sindicatos que estavam totalmente controlados por funcionários a mando dos “patrões”, grandes fazendeiros que contratavam empregados. A primeira eleição com duas chapas para o sindicato, uma ligada ao patronato e outra independente, ocorreu em Casa Nova, em 1979. O primeiro sindicato (STR) retomado pelos trabalhadores no estado da Bahia foi o de Santa Maria da Vitória. Na região nordeste da Bahia o primeiro STR retomado foi o de Campo Formoso (1982) e no sub-médio São Francisco, os de Pilão Arcado e Remanso, em 1986. Essas retomadas permitiram que, na década de 1990, os sindicatos de Pilão Arcado, Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Senhor do Bonfim, desempenhassem um papel importante na organização dos FP.

O ano de 1989 é outro marco, fundamental para os FP, tão importante quanto o PDRI-1982. Neste ano, a Constituição baiana, em seu artigo 178, cita os FP e prevê um encaminhamento a partir e sob os auspícios do Estado.

Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de fundos de pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio. (Constituição do Estado da Bahia, 1989, art.178) (grifos do autor).

As duas ressalvas, “sempre que o Estado considerar conveniente” e “se considerar conveniente”, denotam a necessidade de não comprometer o Estado e não garantir regularização das terras como direito inalienável das comunidades. Apesar disso, o significado do artigo constitucional foi positivo para a consolidação dos FP. Para a CPT, ele determinou um “boom” dos FP e, certamente, “foi responsável pela ampliação do envolvimento da própria CPT”. Assim, na década de 1990, a CPT criou um mote segundo o qual a “reforma agrária na Bahia se chama FP” (agente da CPT).

Na década de 1990 houve um crescente envolvimento com as comunidades de FP por parte dos sindicatos, da CPT e de outras organizações, destacadamente o IRPAA, na região de Uauá e a FUNDIFRAN, na região de Oliveira dos Brejinhos.

Até 1994, as instituições mais importantes foram as associações das comunidades, os

sindicatos, a CPT e outras organizações de apoio. Em 1994 surgiu a Central de Fundo e Fecho de Pasto de Senhor do Bonfim (CAFFPB) e iniciou-se uma fase que os envolvidos consideram como de nascimento do movimento dos FP. Na mesma época surgiu a Central de Fundos de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas.

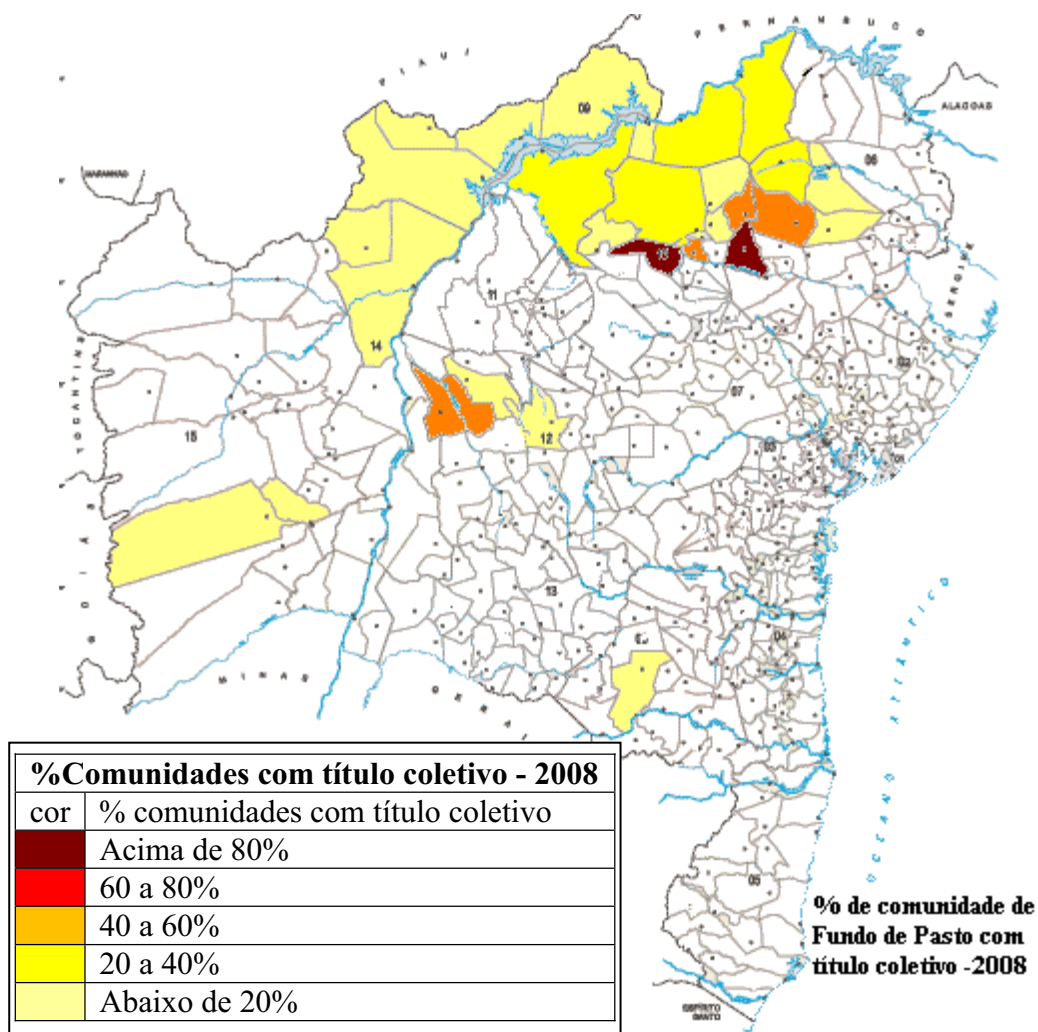
A partir do surgimento das Centrais, os FP, através delas, passaram a dialogar mais e com um maior número de instituições, governamentais e não governamentais. Em 2000 surge a figura da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, um aprofundamento da estratégia e do significado de uma representação associada das comunidades.

Recentemente (2005-2006) passou a haver um maior envolvimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com os FP. Os representantes consideram isso uma conquista, marcada pelo projeto do INCRA, em parceria com a CDA, que mediu, reconheceu e tituló 1.552 propriedades (50 coletivas e 1.502 individuais). No âmbito das relações com os governos, a mais importante conquista é a atenção à questão fundiária dos FP, o que criou um verdadeiro *fast track* para a regularização fundiária destas comunidades. Áreas pequenas (menores de 500 hectares) podem ser regularizadas em até 90 dias e as maiores em aproximadamente seis meses (agente CDA, 2007). Entre 2001 e 2002, o programa “Minha Roça” regularizou milhares de áreas individuais nos FP, sendo criticado pelos movimentos sociais por ter consagrado “minifúndios ridículos” com até mesmo um hectare para uma família.

Entretanto, mesmo com este *fast track* e esta atenção reforçada à questão fundiária de FP, a realidade é que poucos têm garantia jurídica de suas áreas coletivas. Na maior parte dos municípios, os FP têm menos de 20% de títulos garantidos e em muitos não existe nenhuma comunidade com FP titulado. Só municípios com poucos FP (Itiúba e Mirangaba) possuem mais de 80% de áreas coletivas tituladas.

O cenário se tornou ainda mais complexo com os pareceres (2007 e 2008) da Procuradoria Geral do Estado que, atentando à letra da lei, considerou que a forma legal de regularização das terras dos FP é a concessão de direito real de uso (como indicado no artigo 178 da Constituição estadual). Com isso, os títulos coletivos emitidos podem ter sua legalidade questionada. Este parecer já significou a retenção de 45 títulos coletivos prontos que, mesmo concluídos, não foram entregues e estão engavetados na CDA.

Abaixo, o mapa 2.8, apresenta a proporção de comunidades com título coletivo, em cada município:



Mapa 2.8: Proporção de comunidades de FP com título coletivo - 2008

No âmbito da sociedade civil houve a elaboração de projetos e a constituição de equipes específicas de apoio aos FP. As principais instituições envolvidas são IRPAA (região de Juazeiro, Uauá, Curaçá e Canudos), CPT (dioceses de Barra, Ibotirama, Lapa e Juazeiro) e Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN (Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas). Outras instituições têm projetos que envolvem também comunidades de FP como o Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais - SASOP (região de Juazeiro), a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA (região de Monte Santo) e a Associação Regional de Convivência Apropriada à Seca - ARCAS (região de Juazeiro). A ASA (Articulação do Semi-árido) não é uma instituição, mas uma rede, responsável pelo PIMC (Projeto um Milhão de Cisternas) e vem atendendo várias comunidades de FP.

No próprio contexto dos FP, as Centrais (de Oliveira dos Brejinhos e Senhor do Bonfim) e União (de Casa Nova) se tornaram agências que otimizam a relação com estes

atores externos e o acesso aos serviços que eles oferecem.

2.5. ATUAL DINÂMICA DE CONFLITOS E AMEAÇAS

A partir dos registros feitos em cinco seminários regionais de FP, organizados por seu movimento e apoiados pela CPT, ocorridos em 2008 (Juazeiro, Oliveira dos Brejinhos, Buritirama, Correntina e Senhor do Bonfim) e na visita a algumas comunidades de FP dessas regiões foi possível sistematizar os principais conflitos e ameaças, da forma que segue:

Barragens

As barragens de Sobradinho e Itaparica, no nordeste da Bahia, sub-médio São Francisco, impactaram diversas comunidades de FP. Por um lado, ajudaram a originar comunidades de FP, quando do assentamento de atingidos, principalmente em Casa Nova e Remanso. Por outro, estimularam grilagem e valorização de terras ao redor das barragens que contribuíram para o fim dos FP nos municípios de Abaré, Chorrochó, Macururé, Rodelas, Paulo Afonso e Glória. Os projetos de agricultura irrigada na região de Juazeiro seguem avançando sobre várias comunidades de FP.

Os projetos de barragens na bacia do Corrente têm potencial de atingir vários fechos de pasto. Alguns representantes de fechos de pasto de Correntina e Santa Maria da Vitória são também militantes do Movimento dos Ameaçados e Atingidos por Barragem (MAB). São vários projetos de hidrelétricas e, segundo os relatos de militantes, alguns estudos têm ignorado várias comunidades e declarado áreas habitadas e ocupadas como terras devolutas sem ocupação.

Unidades de Conservação

É importante destacar o conflito de terras com o Estado quando da instalação de unidades de conservação. Há 25 anos foi criada a Estação Ecológica do Raso da Catarina⁴⁷ com 99.772 hectares na região de Paulo Afonso e Jeremoabo (há registros de que três comunidades de FP ainda dependem desta área). Há ainda o Parque Nacional do Boqueirão das Onças⁴⁸ cuja criação está em estudo pelo IBAMA (hoje ICMBio) desde 2002 e abrange

⁴⁷ Decreto Federal nº 88.286 de 03/01/83.

⁴⁸ Quando da justificativa do GT para estudo da criação do “Corredor das Onças”, o secretário executivo do MMA, João Paulo Capobianco, mencionou a realização de pesquisas sobre os remanescentes de Caatinga no

uma área na qual existem pelo menos duas comunidades de FP. A percepção dos estudos do governo sobre a área é de que a mesma se encontra intacta. Isto, de certo modo, reforça a idéia de que os FP estão associados a uma, se não ótima, melhor conservação do bioma.

Grilagem em larga ou pequena escala

Entre técnicos do governo e representantes dos FP é recorrente a afirmação de que os conflitos fundiários com os FP tornaram-se raros em comparação às décadas de 1980 e 1990 (representantes das centrais, técnicos da CDA e agentes da CPT). Os conflitos de terras sempre foram maiores em regiões consideradas privilegiadas em função de solo e clima, como Monte Santo, Senhor do Bonfim, Jaguarari, Juazeiro, Euclides da Cunha, Santa Brígida, Jeremoabo, Paulo Afonso (CAR, 1982). O exemplo mais típico e sobre o qual há melhores registros é Uauá que, em 1987, registrava conflitos em 80% das terras das 72 comunidades de FP (CEDAP, 1987) e onde hoje não se registram conflitos em quaisquer das 92 áreas registradas pela CDA. A tranquilidade fundiária é fruto da consolidação da categoria dos FP, mas resulta também de uma redução das ações de grilagem entre 1995 e 2005⁴⁹.

Os litígios seguem diferentes padrões, segundo o tipo (empresa, vizinho, grileiro, Estado) e a estratégia do recém-chegado:

1) o modo mais comum de litígio relatado é o que ocorre quando da compra de pequenas áreas dos FP seguidas da ação de “variantar”⁵⁰ áreas muito maiores;

2) outra estratégia é a solicitação de retificação de escritura, por vezes passando de dezenas para milhares de hectares (caso da Fazenda Monte Alegre em Monte Santo que solicita retificação de aproximadamente 130 hectares (300 tarefas) para 1.200 hectares);

3) solicitação de ação demarcatória em área de comunidade (exemplo: em Uauá, fazenda São Paulo, demarcação de 7.000 hectares em área onde viviam 270 famílias);

4) abertura de novas variantes (geralmente ocorre quando vizinhos expandem seus

Brasil (“na verdade, descobriu-se que não são remanescentes, pois 60% da cobertura daquele bioma estão intactos”, disse Capobianco). FONTE: Ministério do Meio Ambiente, Assessoria de Comunicação. Acesso em: 23 abr. 2007.

⁴⁹ É importante ressaltar que a partir de 2008 este cenário começou a se modificar, com avanços violentos sobre FP nos municípios de Pilão Arcado, Casa Nova e Monte Santo. Neste último município três trabalhadores de FP foram mortos por jagunços a mando de grileiros no dia 15 de outubro. Estes eventos parecem sinalizar uma mudança deste cenário relativamente tranquilo entre 1995 e 2005.

⁵⁰ Variantar é o ato de abrir picadas, aceiros ou pequenas estradas, cuja função é a demarcação das divisas da propriedade.

limites abrindo novas variantes e incorporando áreas dos FP da comunidade vizinha);

5) escrituras falsas;

6) ação de usucapião (houve ação envolvendo 3.585 hectares na fazenda Curralinho, em Euclides da Cunha, declarando uso de área de comunidade); e

7) um exemplo menos comum, mas digno de nota, é o do ex-agente de terras do estado que titulou áreas em nome de sua nora, na Fazenda Peba, Euclides da Cunha, em terras patrimoniais da comunidade de mesmo nome.

Até o início de 2008, há registros de:

1a) problemas crônicos localizados como o da comunidade Monte Alegre, em Monte Santo, que vem sendo grilada por um parente mais velho (tio-avô) que se tornou fazendeiro. Ele se apropriou do formal de partilha há 20 anos (de escala relativamente pequena) e faz uso dele para justificar o avanço sobre a área da comunidade;

1b) problemas crônicos de grande escala, que colocam em jogo a totalidade ou a quase totalidade da área das comunidade de FP. como o caso do conflito nas comunidades de Salinas da Brinca, Riacho Grande, Jurema e Melancia em Casa Nova (vide <<http://br.youtube.com/watch?v=CHLfMSe1gIc>>. Acesso em: 10 ago. 2008); e

2) problemas regionais em larga escala como nos municípios de Correntina (ação de empresas), Santa Maria da Vitória (ação de um único grileiro) e Pilão Arcado (vários grileiros).

Apesar dos avanços conseguidos pelos FP em relação à atenção do governo para regularização, ainda há um grande déficit de títulos coletivos. Novos ciclos agropecuários associados à necessidade de conversão de novas áreas tendem a encontrar nas áreas de FP possíveis reservas de terras devolutas.

Culturas para produção de agrocombustíveis



Há conflitos antigos com a entrada de grandes empresas do setor alcooleiro em áreas de FP. O mais conhecido é o da Agrovale, em Juazeiro, que continua cercando áreas da comunidade Lagoa de Boi para plantio de cana.

O conflito dos FP com a expansão dos cultivos ligados aos agrocombustíveis surge também de dentro para fora nas comunidades. Em algumas delas, principalmente na região do

sub-médio São Francisco, alguns agricultores aderiram ao programa Brasil Ecodiesel. Há o temor de que um sucesso econômico inicial origine a pressão interna por substituir caatinga por mamona.

O crescimento dos agrocombustíveis e de programas governamentais conexos, além do aumento do preço da soja (que dobrou de 2007 a 2008), vêm provocando aumento do preço da terra na Bahia. Paradoxalmente, o próprio site da Secretaria da Agricultura que apresenta o programa Bahiabio acusa o “apetite expansionista dos usineiros” pelo fenômeno.

O crescimento da procura por áreas para o plantio de cana, acelerado desde o fim de 2006, sobretudo nas regiões Sudeste e Nordeste, confirmou as expectativas e tirou os preços médios das terras agropecuárias do país da estagnação. Com o apetite expansionista dos usineiros, os preços atuais já superam o patamar médio de 2004, último ano do mais recente ciclo de valorização, puxado pelo avanço da soja principalmente no Centro-Oeste. (In: SEAGRI. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=10440>>. Acesso em: 10 ago. 2008).

O aumento do preço da terra ocorre sempre em paralelo com o aumento de processos de grilagem. A mesma Secretaria fomenta a expansão das áreas de plantio de cana-de-açúcar:

Na Bacia do rio São Francisco, existe um considerável potencial para produção de cana-de-açúcar nos Projetos de Irrigação Salitre, Baixio de Irecê, Corrente e Médio São Francisco (Muquém, Igarité/Barra, Mocambo/Cuscuzeiro e Santa Maria da Vitória), todos em implantação ou em fase de estudo. (In: SEAGRI. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2008)

As metas de expansão das áreas de cana-de-açúcar, por região, podem ser observadas na tabela 2.6, abaixo.

Tabela 2.6: Planos de avanço da cana-de-açúcar por região

Pólo	Área propícia ao cultivo de cana-de-açúcar (ha.)
Extremo sul	300.000
Salitre	20.000
Baixio de Irecê	40.000
Médio São Francisco	60.000
Corrente	30.000
Cerrados do oeste	300.000
Sudoeste	60.000
Canal do sertão	60.000
TOTAL	870.000

Fonte: SEAGRI/EBDA – 2007

No programa Biodiesel do Bahiabio, o município de Correntina está marcado como prioritário para o projeto Algodão, viabilizado em escala empresarial somente em áreas acima de 200 hectares (<<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>>, p. 21. Acesso em: 15 jul. 08).

O projeto Mamona afeta os municípios de Campo Formoso, Umburanas, Andorinha, Monte Santo e Euclides da Cunha, dados como prioritários. Este projeto anuncia-se como prioritariamente social. A meta é envolver 50.000 agricultores familiares para o plantio de 87.000 hectares de mamona. Serão oferecidos crédito e assistência técnica para os produtores. Os plantios de pinhão manso e girassol também representam ameaças às regiões de FP, principalmente no sub-médio São Francisco. Somados, os dois cultivos alcançarão 230.000 novos hectares de plantio. (<<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2008).

Carvoagem

O total da produção anual de carvão vegetal oriundo do extrativismo no Brasil é de 2.505.733 toneladas. Segundo o IBGE, a Bahia, com 14,5% dessa produção, é a terceira principal fornecedora de carvão a partir do extrativismo de florestas nativas, atrás apenas de Mato Grosso do Sul (24,0%) e Maranhão (19,0%).

Segundo a AMS/SINDIFER (Fonte: <www.ageflor.com.br>. Acesso em: 08 jul. 2008), Minas Gerais consome 66,7% do carvão vegetal do país, um total de 19.470×10^3 (mdc)⁵¹. Grande parte do carvão consumido por Minas Gerais vem do médio São Francisco baiano.

A instalação e atuação de carvoarias em larga escala, ameaçando diretamente áreas de fechos e FP foi observada, em campo, nos municípios de Buritirama, Pilão Arcado (ver anexo 2.1), Correntina e Santa Maria da Vitória. Estes quatro municípios estão bem interligados por estradas que correm no sentido de Minas Gerais (BR 020 e 135). Em Remanso, município vizinho a Pilão Arcado, as carvoarias começam a atuar dentro de algumas comunidades de FP. Em Buritirama, muitos jovens dos FP estão se empregando nas carvoarias. As carvoarias têm influência em Buritirama até quando elas se instalam no Piauí, em virtude da proximidade que possibilita o transporte de madeira de Buritirama para os fornos daquele estado.

⁵¹ MDC = metro de carvão, equivale a 255kg de carvão.

Retiradas de madeira e desmatamentos



Segundo o IBGE, na produção de lenha no ano de 2007, a partir do extrativismo vegetal, destacaram-se Bahia (24,8%), Ceará (10,2%), Pará (8,6%), Maranhão (7,2%) e o Paraná (6,2%). Neste ano de 2007, o maior produtor de lenha oriunda do extrativismo vegetal foi o município baiano de Euclides da Cunha (720.000 m³). A retirada de lenha para comercialização em comunidades de FP é observável na maior parte dos municípios do oeste da Bahia.

Mineração



Há vários conflitos entre comunidades de FP e mineradoras. Dois deles são de larga escala e envolvem a Caraíba Metais e a Ferbasa, respectivamente a 1^{a.} e a 3^{a.} maiores produtoras de minério da Bahia (Fonte: Site da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, <www.cbpm.com.br>. Acesso em: 05 jun. 2008).

A Caraíba Metais explora as minas de cobre em Jaguarari, exportando a sua produção pelo porto de Aratu. Esta mina da empresa é a única fonte de cobre concentrado do Brasil. A companhia divulgou um aumento da vida útil da mina de Jaguarari de 2006 para, no mínimo, 2017. Mais quatro novas minas entraram em produção em janeiro de 2008, com destaque para a jazida de cobre sulfetada e a mina de Vermelhos, localizadas em Curaçá. O início da operação em Curaçá foi acusado por lideranças dos FP do município que disseram: “Começaram a desmanchar morros em FP, acho que é a mesma Caraíba de Jaguarari”. De fato, o site da empresa anuncia os novos investimentos no município de Curaçá. A Ferbasa, em Campo Formoso, explora cromo e calcário e vem degradando áreas de FP do município.

Há também conflitos menores, com mineradoras de areia e brita, como na comunidade de Curral dos Velhos, em Juazeiro. Impactos de atividade mineradora de menor porte, principalmente com a extração de barro para olarias, ocorrem muitas vezes com aval de parcelas da comunidade. Em Buritirama, a própria comunidade de Cupins explora uma pequena olaria, extraíndo o barro do FP.

O governo da Bahia iniciou, em 2008, investimentos que visam fazer do estado o terceiro maior produtor de minério de ferro do país⁵². Cinco novas jazidas começarão a ser

⁵² Disponível em: <www.codeba.com.br>. Acesso em: 07 jun. 2008.

exploradas por um empresário indiano responsável por um pool liderado pela Merrill Lynch. A Fundação Luís Eduardo Magalhães lançou um mapa metalogenético da Bahia para ajudar a visualizar o potencial baiano de recursos minerais⁵³. O site da companhia oficial de mineração (CBPM) destaca vários depósitos para exploração, localizados em municípios com FP: 1) onze depósitos de ferro-titânio-vanádio em Campo Alegre de Lourdes; 2) depósitos de cromita em Campo Formoso e Andorinhas; 3) depósitos de cobre já explorados pela companhia Caraíba; 4) depósitos de sulfetos em Juazeiro; 5) depósitos de calcário calcítico em Mirangaba; 6) mineralizações de esmeralda em Pindobaçu; 7) pequenos depósitos de ferro de alto teor, localizados no centro-norte do Estado; e 8) mineralizações de cobre com sulfetos disseminados, no extremo norte do estado.

O DNPM tem várias solicitações de pesquisa para fins de mineração, datadas de 2008, em municípios com FP:

Juazeiro	Mineração Estrela do Norte LTDA ME
Jaguarari	Mineração Lagoa Preta LTDA; BNM - Bahia Nigranito Mineração LTDA
Campo Formoso	Forno Grande Nordeste Minérios do Brasil LTDA; Mineração Estrela do Norte LTDA ME; Mineração Estrela do Norte LTDA ME; Norte Rochas Extração e Comércio de Granitos LTDA
Santa Maria da Vitória	Mineração do Oeste LTDA
Canudos	Alemão Exportação e Mineração de Granitos LTDA
Uauá	Alemão Exportação e Mineração de Granitos LTDA; MI Mineração LTDA; GLB Grupo Lavras do Brasil; Com. Imp. e Exp. Marize de Diego Garrido
Curaçá	Alemão Exportação e Mineração de Granitos LTDA; Mineração e Exploração Gamma LTDA
Umburanas	MI Mineração LTDA
Juazeiro	BNM - Bahia Nigranito Mineração LTDA
Andorinha	BNM - Bahia Nigranito Mineração LTDA
Brotas de Macaúbas	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD
Oliveira dos Brejinhos	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD

Quadro 2.5: Investimentos em mineração em regiões de FP

Fonte: Ministério de Minas e Energia; Departamento Nacional da Produção Mineral; DOU 20 jun. 2008

⁵³ Disponível em: <<http://www2.flem.org.br/noticias/2006/12/22/bahia-tem-mapa-metalogenetico-digital>>. Acesso em: 11 jul. 2008.

As pesquisas minerais estão invadindo diversos FP. Segundo relatos de moradores, as empresas chegam com equipamentos e tratores, por vezes com autorização da CBPM, e abrem enormes variantes dentro da caatinga.

Os relatos dessas invasões referem-se, principalmente, aos municípios de Casa Nova, Campo Formoso, Campo Alegre de Lourdes, Sobradinho e Sento Sé. Em Canudos já se registram ameaças aos agricultores de FP que tentaram impedir a abertura dessas variantes.

Queimadas

As queimadas para limpeza de pequenas áreas, antes dos plantios dos roçados, é prática ainda muito comum nos FP. No entanto, não é essa a prática de queimada que ameaça e gera conflitos. Segundo relatos dos agricultores, o maior problema acontece quando vaqueiros de fazendas vizinhas praticam queimadas para limpeza de pastagens. É muito comum o alastramento do fogo nos FP. Os representantes das comunidades de Sento Sé relatam queimadas que os atingiram em grande parte da área e que exigiram grande esforço da comunidade para o seu controle.

Reforma agrária

Há conflitos entre comunidades de FP e projetos de reforma agrária em três municípios. Em Curaçá, o conflito surge, em parte, pela desinformação do INCRA de Pernambuco. Curaçá está sob jurisdição do INCRA-PE, que não reconhece e não valoriza o modelo. Três assentamentos de reforma agrária estão se instalando dentro de FP. O conflito é grave uma vez que o INCRA não reconhece o domínio das famílias. Em dois desses assentamentos há projeto de construção de agrovilas. Em Sobradinho, quatro comunidades (dentre elas Canaã, Santa Maria e Campo Alegre) estão em uma área que o prefeito decretou como prioritária para assentamentos de reforma agrária. O movimento dos FP nega que haja um conflito com o movimento sem-terra: “Nós não somos contra os sem-terra, mas não pode ir desapropriando quem está apropriado no seu lugar”(representante de FP).

Secas de nascentes, curso d'água e veredas

A seca de nascentes, cursos d'água e veredas ocorre principalmente nos Brejos e nas “Gerais”. No FP que é similar aos Brejos da Barra, mas se localiza em Buritirama, a seca é causada pelo bombeamento de água, pela prefeitura, para abastecimento público. Nas “Gerais” a seca é mais generalizada e está associada, provavelmente, ao amplo processo de

degradação do cerrado.



Agroindustrialização

A maior ou menor vitalidade econômica do meio rural de cada município muda a dinâmica dos FP. Quando há uma agroindústria regional propícia à participação de pequenos produtores, como a indústria de sucos ou de fibras, há tendência de uma participação não-conflitiva. Em regiões sisaleiras (Euclides da Cunha, Itiúba, Monte Santo), os FP são induzidos a participar desta economia, cercando e plantando pequenas áreas. Em agroindústrias nas quais o elo agrícola do arranjo precisa ser mais moderno e intensivo em capital, há tendência de conflito com os FP. Isso ocorre com o agronegócio da fruticultura e da viticultura no sub-médio São Francisco e também com a entrada da cana-de-açúcar na mesma região.

Projetos governamentais como o “Cruz das Almas” da SEAGRI em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, que visa o estabelecimento de um projeto agrícola de plantio de cana-de-açúcar e de outras culturas e de caprinocultura semi-intensiva nas áreas secas vêm assediando 17 comunidades de Casa Nova para permitir sua instalação. Segundo os moradores do FP de Amalhador, um dos abrangidos pelo projeto, os técnicos sugerem que os moradores poderão ser assentados ou até empregados junto às empresas que se instalarem.

Apesar do papel central do conflito de terras quando do avanço da agricultura empresarial sobre as comunidades de FP, a maior vitalidade da economia agrícola regional pode desempenhar outro papel, não-conflituoso. É o da proletarização e/ou semi-proletarização dos moradores dos FP pela contratação, definitiva ou sazonal, de seus serviços. Ainda que não conflituoso tal processo é potencialmente danoso para as comunidades na medida em que induz à redução do tempo e interesse sobre suas próprias atividades. Dentre as atividades associadas à proletarização estão o assalariamento permanente ou temporário para construção de cercas, roçagens e desmates (COTRIM, 1991).

A semi-proletarização devida ao empobrecimento de algumas comunidades se dá pela venda de dias ou pela vinculação da propriedade às agroindústrias (curtume, atravessadores, sisal) e às mineradoras. Ela ocorre sazonalmente. As condições de trabalho nas regiões de FP são ruins. São poucos postos e as relações de trabalho são precárias (baixos salários, sem garantias de direitos trabalhistas). O valor pago pela diária de um trabalhador estava, em

2007, ao redor de R\$10,00. Nos latifúndios ainda é possível encontrar vaqueiros pagos com base na relação de parceria chamada de *sorte*, na qual o vaqueiro, como há mais de 300 anos⁵⁴, recebe como paga, um quarto das crias nascidas vivas (CAR, 1982; relatos de moradores de FP). Às margens do rio São Francisco pode ser encontrada uma agricultura moderna, irrigada, firmemente estabelecida desde as décadas de 1970 e 1980 ao lado de grandes latifúndios destinados à pecuária extensiva. Na agricultura irrigada há diversas relações de trabalho, como diária, empreita e assalariamento. No sistema de arrendamento, a família paga à empresa um valor previamente acordado ou uma porcentagem da produção de melão, melancia e hortifrutigranjeiros, em troca do uso da terra. No sistema de parceria, o camponês só entra com seu trabalho sendo pago “à meia” (CAR, 1982).

Um dos fatores que favorecem a baixa renda nos FP é a sua subordinação a um sistema maior de acumulação capitalista, externo à atividade produtiva. No caso dos FP, há até seis tipos de intermediários entre o produtor e o consumidor (COTRIM, 1991).

A proletarização se dá tanto pelo assalariamento permanente nas propriedades próximas, quanto pela emigração da família ou dos jovens para um centro urbano mais próximo (Senhor do Bonfim, Juazeiro, Feira de Santana), ou capital (Salvador ou São Paulo). A proletarização, além de fragilizar os vínculos com a comunidade gera impactos diversos sobre ela (afluxo de renda externa, afluxo de capital externo, urbanização dos valores).

Nessas situações, “A família ainda está em sua terra, porém se limita a manter o estoque produtivo. Não há ascensão, o produtor está parado. Às vezes são os filhos que iniciam o processo de proletarização, indo à cidade para trabalhar”(COTRIM, 1991, p. 70). A fragilidade econômica das famílias e/ou comunidades muitas vezes facilita processos de expropriação total (perda da área coletiva e/ou individual) e conseqüente proletarização/semi-proletarização forçada.

O mapa 2.9, abaixo, apresenta a distribuição aproximada destas ameaças em cada uma das regiões de FP. De modo geral, todas as regiões estão ameaçadas por forças externas, exceto a região de Oliveira dos Brejinhos⁵⁵ e Brotas de Macaúbas.

⁵⁴ Em um assentamento em Cansanção, os vaqueiros que o movimento CETA tentou incorporar no processo de ocupação recebiam no sistema de *sorte*.

⁵⁵ Quando esta compilação de ameaças aos FP foi concluída ainda não se percebia com clareza a ameaça da instalação de um parque eólico na região de Oliveira dos Brejinhos. Segundo os relatos da representante da central de Oliveira dos Brejinhos, há um projeto de parque eólico que atinge algumas comunidades de FP. Serão 300 torres em uma área de 11.000 hectares. A ameaça já vem ganhando contornos mais claros, inclusive com oferta de pagamento de royalties anuais às comunidades que cederem áreas.

Atualmente, em função da forma como se articulam, consideram-se cinco regiões de FP. Há uma aproximação entre as comunidades do sub-médio São Francisco, liderada pela União de Associações de Casa Nova; há uma articulação da região de Senhor do Bonfim, liderada pela Central de Associações de Bonfim; os municípios de Curaçá, Uauá e Canudos articulam-se liderados pelo IRPAA; a Central de Associações de Brejinhos lidera uma articulação no médio São Francisco e, por fim, a região oeste, onde os fechos se articulam animados pela CPT. O reconhecimento de FP em Vitória da Conquista e Seabra não permite que se considere como o surgimento de outras duas novas regiões (Chapada e sudoeste baiano) tanto pelo fato de serem poucas comunidades como por estarem totalmente desvinculadas da organização estadual dos FP.

Nos seminários regionais de FP realizados em 2008, a organização seguiu a seguinte divisão regional, apresentada no quadro 2.6, abaixo:

Região oeste: Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória
Região de Buritirama e Barra
Região de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas
Região de Senhor do Bonfim: Andorinha, Antonio Gonçalves, Campo Formoso, Jaguarari, Mirangaba, Monte Santo, Pindobaçu e Umburanas
Região de Juazeiro: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá

Quadro 2.6: Divisão regional dos FP em 2008

Esta regionalização seguiu critérios como proximidade ou facilidade de deslocamento entre municípios (região de Barra e Buritirama), afinidade histórica (região de Senhor do Bonfim) e similaridade (região oeste).

Seria mais simples dividi-los em apenas quatro regiões: médio São Francisco, sub-médio São Francisco, nordeste e oeste da Bahia. Entretanto, na região nordeste, é importante diferenciar a realidade de Curaçá, Uauá, Canudos e Monte Santo (CUC mais Monte Santo), que estão mais distantes do Piemonte do Itapicuru e são uma região relativamente homogênea de FP.

A tabela 2.7, abaixo, detalha as informações básicas sobre cada região de FP:

Tabela 2.7: Quantidade e distribuição dos fundos de pasto em 2007

Região	Municípios	Número e % de comunidades
1. Médio São Francisco	Barra*, Brotas de Macaúbas, Buritirama e Oliveira dos Brejinhos	21 - (4,6%)
2. Sub-médio São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho	104 - (22,6%)
3. CUC e Monte Santo	Canudos, Curaçá, Monte Santo e Uauá	195 - (42,4%)
4. Região de Bonfim (Nordeste, Chapada, Piemonte da Diamantina e Piemonte do Itapicuru)	Andorinhas, Antonio Gonçalves, Campo Formoso, Euclides da Cunha, Itiúba, Jaguarari, Mirangaba, Pindobaçu, Seabra e Umburanas	96 - (20,8%)
5. Oeste (Bacia do Corrente)	Correntina e Santa Maria da Vitória	42 - (9,1%)
6. Sudoeste	Vitória da Conquista	2 - (0,4%)
TOTAL		460 - 100

*Exclui as 59 comunidades dos Brejos da Barra.

As quatro primeiras regiões, assinaladas na tabela 2.7, são as mais significativas e articuladas (90,4%). As demais regiões, somadas, contém apenas 9,6% das comunidades de FP da Bahia. A região oeste, ainda que tenha um número significativo de comunidades (42), é a menos articulada com a organização estadual. A região do médio São Francisco, ainda que tenha menos comunidades que a região oeste (apenas 21), está bastante articulada e organizada. Para sintetizar a análise por município, foi atribuída uma legenda, em função do conjunto de critérios apresentados nesse capítulo. Esta classificação está registrada no quadro 2.7, abaixo:

Fundos de pasto em 2008 (evolução municipal desde 1982)		
Legenda	Situação dos FP	Descrição da situação
	Extintos	Município sem qualquer registro da presença de FP.
	Recentes ou sob alto risco	Município com FP em extinção ou poucos, fortemente fragilizados e/ou ameaçados.
	Em risco	Município com FP com dois ou mais fatores de fragilização.
	Fortes	Município com muitos FP com mais de um fator de fragilização ou poucos sem qualquer ameaça.
	Consolidados	Município com muitos FP e com até um fator de fragilização.

Quadro 2.7: Evolução da presença de FP por município 1982-2008

a) Fechos e Fundos da Região de Senhor do Bonfim (inclui região nordeste)

Foi na região nordeste da Bahia que o governo, durante o diagnóstico do PDRI, primeiro percebeu o avanço da grilagem sobre as terras comunais. A destruição massiva de FP nas décadas de 1970 e 1980 levou a uma grande fragilidade de todo sistema na região. Poucas comunidades resistiram. Dois municípios não têm mais qualquer comunidade (Jeremoabo, Santa Brígida). Subsistem poucos e pequenos FP apenas em Itiúba e Euclides da Cunha.

Dentre os municípios do Piemonte do Itapicuru, só se registrava FP em Senhor do Bonfim, onde não os há mais. Entretanto, em quase todos os outros municípios, há vários FP registrados posteriormente (Andorinhas, Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu e Antonio Gonçalves). Nestes municípios, localizados em regiões mais altas, as áreas são classificadas como fechos de pasto. “Os altos aí de Jaguarari e Campo Formoso são região de fecho.” (representante da central de FP de Bonfim). Há uma percepção, entre os representantes, de que o número destas comunidades poderia aumentar muito na região do Piemonte do Itapicuru. Entretanto, apesar da atuação da CAFFPB, há uma certa dispersão e desarticulação entre as comunidades o que impede tais avanços. “Eu diria, pra você, que em Andorinhas só tem FP. Você pode andar tudo lá e não vê praticamente nada diferente” (representante de FP da região).

O quadro 2.8, abaixo, apresenta as principais ameaças e conflitos com FP no município:

Municípios	Ameaças	Conflitos
Andorinha	Agrocombustíveis	Desmatamentos e retiradas de madeira
Antonio Gonçalves		Desmatamentos e retiradas de madeira
Campo Formoso	Mineração	Mineração
Euclides da Cunha	Biodiesel	Retirada de madeira
Itiúba		Retirada de madeira
Jaguarari		Retirada de madeira
Mirangaba		Retirada de madeira
Pindobaçu		Retirada de madeira
Umburanas	Agrocombustíveis	Retirada de madeira

Quadro 2.8: Ameaças e conflitos da região aos FP na região nordeste da Bahia

Nesta região, a principal ameaça é a retirada de madeira. Os relatos nos FP não se referem a grandes e massivos desmatamentos. Em alguns, relaciona-se a retirada de madeira às expectativas de consumo por parte dos jovens. O quadro 2.9, abaixo, apresenta a sistematização das informações básicas sobre comunidades, famílias, área total e área percentual dos FP, em cada município da região:

Municípios	Comunidades	Famílias	Área total de FP no município (em hectares)	% do município em FP
Andorinha	22	834	29.787,30	24,66
Antonio Gonçalves	4	193	6.091,60	19,27
Campo Formoso	23	997	47.197,00	6,93
Euclides da Cunha	1	38	1.604,00	0,69
Itiúba	7	515	8.500,50	4,91
Jaguarari	26	863	47.361,00	18,45
Mirangaba	3	87	6.457,60	3,31
Pindobaçu	6	90	6.378,00	12,09
Umburanas	3	93	4.000,40	2,21
Total	95	3710	157.377,40	10,28

Quadro 2.9: Comunidades, famílias e áreas de FP por município na região nordeste da Bahia

Andorinha, Campo Formoso e Jaguarari, municípios com mais FP, são exatamente os que se encontram na porção mais norte do Piemonte do Itapicuru. São também os municípios com mais áreas altas. Talvez o maior isolamento e a maior presença de áreas declivosas tenham facilitado sua persistência.

O quadro 2.10, abaixo, apresenta a sistematização, para cada município da região, dos dados sobre área total por família, área total por comunidade, proporção da área coletiva em relação à área total e porcentagem de comunidades com título coletivo:

Municípios	Área total por família (em hectares)	Área total/comunidade(em hectares)	Área coletiva/ área total	% comunidades com título coletivo
Andorinha	35,72	1.353,97	0,55	50,00
Antonio Gonçalves	31,56	1.522,90	0,62	25,00
Campo Formoso	47,34	2.052,04	0,40	39,13
Euclides da Cunha	42,21	1.604,00	0,19	0,00
Itiúba	16,51	1.214,36	0,12	85,71
Jaguarari	54,88	1.821,58	0,79	11,54
Mirangaba	74,23	2.152,53	0,45	100,00
Pindobaçu	70,87	1.063,00	0,63	50,00
Umburanas	43,02	1.333,47	0,45	0,00

Quadro 2.10: Áreas por família, por comunidade e proporção de área coletiva na região nordeste da Bahia

Neste quadro 2.10 chama a atenção a quantidade bem pequena de terra disponível por família no município de Itiúba. Apesar da boa porcentagem de comunidades com titulação das terras coletivas, há a tendência de degradação desses FP excessivamente pequenos. Outro grande fator de fragilização, observável no quadro 2.10, é a pequena porcentagem de terra coletiva nas comunidades situadas em Itiúba e Euclides da Cunha.

Utilizando-se dos parâmetros de classificação e cores, segundo fatores de fragilização e força em cada município, apresentada no quadro 2.7, procedeu-se à sistematização da situação de cada município da região, como se pode observar no quadro 2.11, abaixo:

Municípios	Fatores de fragilização	Fatores de força
Andorinha	Pouca terra por família (35,72 ha.)	Bom número de comunidades (22) e de famílias (834), boa proporção e quantidade de área do município
Antonio Gonçalves	Pouca terra por família (31,56 ha.), poucas comunidades e famílias	Alta proporção de terra coletiva (0,62)
Campo Formoso	Mineradoras	Bom número de comunidades (23) e de famílias (997), boa quantidade de terras no município
Euclides da Cunha	poucas comunidades e famílias, sem título coletivo, baixíssima proporção de terra coletiva	-----
Itiúba	pouca terra por família (16,51 ha.), baixíssima proporção de terra coletiva	Alta proporção de título coletivo (85,71%)
Jaguarari	Poucas comunidades com título coletivo	Bom número de comunidades (26) e de famílias (863); alta proporção de terra coletiva (0,79); boa quantidade e % de área do município
Mirangaba	poucas comunidades e famílias	Boa quantidade de terra por família (74,23ha.), 100% com título coletivo
Pindobaçu	poucas comunidades e famílias	Boa quantidade de terra por família (70,87ha.); boa proporção de área coletiva; boa % de área do município
Umburanas	poucas comunidades e famílias, sem título coletivo	-----

Quadro 2.11: Síntese dos fatores de fragilização e força dos FP na região de Senhor do Bonfim

Nota: para legenda das cores ver Quadro 2.7

b) Fundos de pasto do sub-médio São Francisco

Deve-se destacar alguns fatos que impactam a vida dos FP na região do sub-médio São Francisco:

1. a barragem de Sobradinho que inundou as cidades de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado e onze comunidades rurais; vários assentamentos foram organizados e, alguns, com FP; algumas comunidades de FP foram

impactadas com perda total ou parcial de áreas; várias comunidades se localizam próximas ao lago e algumas têm a entrada de braços da barragem em sua área; a disponibilidade do lago atraiu a grilagem, com destaque para o caso da Areia Grande;

2. o crescimento do agronegócio da fruticultura e da produção de álcool na região de Juazeiro: este processo impactou várias comunidades, com destaque para a Lagoa de Boi;

3. o relativo isolamento dos municípios de Remanso, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes em relação ao resto da Bahia; a dificuldade de transporte para o litoral em contraste com uma maior facilidade de contato com Minas Gerais torna esta região mais suscetível à exploração de madeira e carvão para fornecimento às siderúrgicas mineiras; e

4. a proximidade com o Piauí faz da margem esquerda do São Francisco uma zona tampão para a aftosa. Isso dificulta a vida dos FP no que se refere à comercialização de animais.

O quadro 2.12, abaixo, apresenta as principais ameaças e conflitos com FP nos municípios:

Municípios	Ameaças	Conflitos
Campo Alegre	Mineração	
Casa Nova	Agrocombustíveis, Mineração	Grilagem, Agrocombustíveis
Juazeiro	Agrocombustíveis, Mineração	Agrocombustíveis, Mineradoras
Pilão	Carvoagem	Desmatamento, Grilagem, Carvoagem
Remanso	Mineradoras em estudo, Carvoagem	Grilagem, Carvoagem
Sento Sé	Unidade de conservação	Agrocombustíveis
Sobradinho	Unidade de conservação, Mineração, reforma agrária	

Quadro 2.12: Ameaças e conflitos nos FP da região do sub-médio São Francisco

Em toda a região cresce a grilagem, provavelmente relacionada à expectativa do

crescimento dos cultivos para os agrocombustíveis. As pesquisas para mineração já estão impactando algumas comunidades e poderão, a depender do seu resultado, impactar muito mais.

Há grande receio em Sento Sé e Sobradinho quanto ao avanço do Parque Nacional do Boqueirão da Onça: “O governo quer tirar a gente do nosso lugar pra criar onça” (liderança de FP).

O quadro 2.13, abaixo, apresenta a sistematização das informações básicas sobre comunidades, famílias, área total e área percentual dos FP, em cada município da região:

Municípios	Comunidades	Famílias	Área total de FP no município (em hectares)	% do município em FP
Campo Alegre de Lourdes	8	251	6.157,30	2,24
Casa Nova	22	700	60.000,00	6,21
Juazeiro	28	1.036	35.761,60	5,60
Pilão Arcado	19	612	48.090,60	4,11
Remanso	8	404	31.124,60	6,63
Sento Sé	4	112	10.672,20	0,83
Sobradinho	16	336	51.014,70	38,57
Total	105	3.451	242.821,00	10,70

Quadro 2.13: Comunidades, famílias e áreas de FP por município na região do sub-médio São Francisco

A maior parte dos municípios do sub-médio São Francisco, exceto Sento Sé e Campo Alegre, tem muita área em FP. Sobradinho tem uma enorme proporção de seu território sob FP. Alguns relatos de representantes desta região indicam a existência de várias comunidades ainda não registradas pelas instituições de apoio (CPT, IRPAA, SASOP), pelos órgãos oficiais (CDA, INCRA) ou mesmo pelas organizações dos FP (centrais): “Lá tem muitos outros FP sem saber que são” (representante da União das associações de Casa Nova). Os representantes de Sento Sé declaram que 80% das terras do município (segundo maior da Bahia) são devolutas e que lá a cultura de organização como FP ainda é fraca entre as comunidades pastoris.

O quadro 2.14, abaixo, apresenta a sistematização, para cada município da região, dos dados sobre área total por família, área total por comunidade, proporção da área coletiva em relação à área total e porcentagem de comunidades com título coletivo:

Municípios	Área total por família (em hectares)	Área total por comunidade (em hectares)	Área coletiva/ área total	% comunidades com título coletivo
Campo Alegre de Lourdes	24,53	769,66	0,50	0,00
Casa Nova	85,71	2.727,27	0,55	13,64
Juazeiro	34,52	1.277,20	0,71	25,00
Pilão Arcado	78,58	2.531,08	0,50	15,79
Remanso	77,04	3.890,58	0,35	12,50
Sento Sé	95,29	2.668,05	0,55	25,00
Sobradinho	151,83	3.188,42	0,79	12,50

Quadro 2.14: Áreas por família, por comunidade e proporção de área coletiva região do sub-médio São Francisco

O tamanho total da comunidade e a área total por família são muito pequenos em Campo Alegre de Lourdes que, sem dúvida, é o município com piores condições para os FP na região. Em geral, os municípios do sub-médio São Francisco não têm título coletivo, o que pode reforçar a ameaça dos agrocombustíveis na região.

Utilizando-se dos parâmetros de classificação e cores, segundo fatores de fragilização e força em cada município, apresentada no quadro 2.7, procedeu-se à sistematização da situação na região, como se pode observar no quadro 2.15, abaixo:

Municípios	Fatores de fragilização	Fatores de força
Campo Alegre De Lourdes	Área por família e área total de comunidade pequenas; baixa titulação coletiva	Grandes áreas comunitárias
Casa Nova	Grilagem e alto potencial para agrocombustíveis; baixa titulação coletiva	Muitas comunidades e famílias; grandes áreas comunitárias; boa área por família; grande área ocupada no município
Juazeiro	Agrocombustíveis e mineração; área por família pequena; baixa titulação coletiva	Alta proporção de área coletiva, muitas comunidades e famílias; boa área ocupada no município
Pilão Arcado	Carvoagem; baixa titulação coletiva	Bom número de famílias; grandes áreas comunitárias; boa área por família; grande área ocupada no município
Remanso	Carvoagem com potencial de crescimento; proporção de área coletiva um pouco baixa; baixa titulação coletiva	Grandes áreas comunitárias; boa área por família; boa área ocupada no município
Sento Sé	Poucas comunidades e famílias; baixa titulação coletiva	Grandes áreas comunitárias; boa área por família
Sobradinho	Reforma agrária; baixa titulação coletiva	Grandes áreas comunitárias; alta proporção de área coletiva; boa área por família; grande área e proporção ocupada no município

Quadro 2.15: Síntese dos fatores de fragilização e força dos FP na região do sub-médio São Francisco

Nota: para legenda das cores ver Quadro 2.7

c) Fundos de pasto do CUC e Monte Santo

Da região nordeste e sub-médio São Francisco convém separar a região CUC (Canudos, Uauá, Curaçá) e Monte Santo. Nestes municípios, diferentemente de Euclides da Cunha e Itiúba, as áreas de FP desenvolveram maior estabilidade, quantidade e força. Ainda que o município de Monte Santo enfrente alguns conflitos de terra, há maiores condições de resistência, de apoio mútuo e da ação de instituições parceiras (EFASE, CPT, IRPAA, PRO-CUC, ADRA). Há inúmeros argumentos, imbricados, que ajudam a compreender esta diferença regional em favor de uma tão grande incidência de FP: 1) diferentes abordagens da Igreja: enquanto em Senhor do Bonfim houve um padre ligado às comunidades que associava resistência à falta de fé (informação de entrevista com agente pastoral), em Canudos uma

irmandade de freiras organizou a pastoral rural para apoiar a resistência (ALCÂNTARA & GERMANI, 2004); 2) diferentes pressões de grilagem (resultante de diferentes qualidades das terras, severidade das secas, proximidade de estradas maiores, valorização de terras pela construção de açudes, como em Itiúba e Euclides da Cunha); 3) relação com o histórico de luta de Canudos; e 4) maior ou menor presença do Estado e outras instituições.

A retomada de terras é importante fenômeno nesta região. Em Monte Santo há relatos consistentes e repetidos sobre o contra-ataque das comunidades mesmo após consolidação de anos de grilagem. Há, entre as famílias, dois termos muito irônicos para falar da retomada: “vendaval” ou “vento da meia noite”. Normalmente os “ventos” ocorrem à noite, quando um grande número (há relatos de ações movidas por até 300 indivíduos) de pessoas das famílias de FP pica com alicates toda uma cerca e, por vezes, reúnem os mourões e os queimam. Tais retomadas sempre envolvem terras entendidas como pertencentes à comunidade e ocupadas historicamente. As perdas destas áreas, hoje retomadas, nunca haviam sido reconhecidas e aceitas pela comunidade. O uso de termos como “vendaval” serve para deixar os processos de retomada “sem nome” e “endereço”, afastando riscos de criminalização ou vingança.

“Aqui em Monte Santo tem muito mais conflito por causa de retomada (pelas comunidades) do que por causa de grilagem” (representante de FP). Os processos sistemáticos de retomada de terras em Monte Santo “recriaram” várias comunidades que haviam perdido as suas terras entre os anos de 1970 e 2000. De acordo com alguns representantes, em Monte Santo já se formou a cultura da retomada e, com isso, o processo é deflagrado a partir das comunidades, sem qualquer interferência de agentes externos. Há a intenção de desenvolver dois corredores de FP recriando em cada um deles um único e imenso compásco. Eventualmente, agentes das instituições são procurados pelas comunidades para orientação após a decisão da retomada ou mesmo após o “vento da meia noite”. O quadro 2.16, abaixo, apresenta as principais ameaças e conflitos com FP nos municípios da região:

Municípios	Ameaças	Conflitos
Canudos	Mineração	Unidade de conservação
Curaçá	-----	Agrocombustíveis, Mineradora, Reforma agrária
Monte Santo	Biodiesel, Carvoagem	Carvoagem, Retirada de madeira
Uauá	-----	Agrocombustíveis, Mineração

Quadro 2.16: Ameaças e conflitos nos FP da região CUC e Monte Santo

Os conflitos generalizados e de grande monta se concentraram nas décadas de 1980 e 1990. Há uma tendência de conflitos crescentes com empresas mineradoras, a começar pela Caraíba, que iniciou suas operações em 2008 na região.

O quadro 2.17, abaixo, apresenta a sistematização das informações básicas sobre comunidades, famílias, área total e área percentual dos FP, em cada município da região:

Municípios	Comunidades	Famílias	Área total de FP no município (em hectares)	% do município em FP
Canudos	19	415	32.240,13	10,80
Curaçá	40	1.164	55.422,85	8,63
Monte Santo	44	1.737	58.973,19	17,95
Uauá	92	3.275	161.829,67	54,85
Total	195	6.591	308.465,84	23,10

Quadro 2.17: Comunidades, famílias e áreas de FP por município na região CUC (Canudos, Uauá, Curaçá) e Monte Santo

Sozinha, esta região reúne quase 40% do total de comunidades de FP da Bahia. As áreas municipais são sempre grandes e a proporção de FP no município de Uauá está acima dos 50%.

O quadro 2.18, abaixo, apresenta a sistematização, para cada município da região, dos dados sobre área total por família, área total por comunidade, proporção da área coletiva em relação à área total e porcentagem de comunidades com título coletivo:

Municípios	Área total por família (em hectares)	Área total por comunidade (em hectares)	Área coletiva/ área total	% comunidades com título coletivo
Canudos	77,69	1.696,85	0,68	15,79
Curaçá	47,61	1.385,57	0,51	20,00
Monte Santo	33,95	1.340,30	0,45	47,73
Uauá	49,41	1.759,02	0,61	22,83

Quadro 2.18: Áreas por família, por comunidade e proporção de área coletiva na região CUC (Canudos, Uauá, Curaçá) e Monte Santo

A proporção de área coletiva é, em geral, muito boa, especialmente em Canudos e

Uauá. A área total por família é preocupante em Monte Santo.

Utilizando-se dos parâmetros de classificação e cores, segundo fatores de fragilização e força em cada município, apresentada no quadro 2.7, procedeu-se à sistematização da situação de cada município da região, como se pode observar no quadro 2.19, abaixo:

Municípios	Fatores de fragilização	Fatores de força
Canudos	Títulos coletivos emitidos	Área total por família; proporção de área coletiva; quantidade e porcentagem de áreas ocupadas no município
Curaçá	-----	Número de comunidades e famílias; quantidade e porcentagem de áreas ocupadas no município
Monte Santo	Área total por família	Número de comunidades e famílias; % de títulos coletivos; quantidade e porcentagem de áreas ocupadas no município
Uauá	-----	Número de comunidades e famílias; proporção de área coletiva; quantidade e porcentagem de áreas ocupadas no município

Quadro 2.19: Síntese dos fatores de fragilização e força dos FP na região CUC (Canudos, Uauá, Curaçá) e Monte Santo

Nota: para legenda das cores ver Quadro 2.7

Há relatos de lideranças de Curaçá e Uauá sobre a persistência de algumas comunidades em Chorrochó. Há, também, a intenção de retomada de áreas naquele município. Por isso, não se considera aqui Chorrochó como município com FP extinto, como é o caso de Abaré, Macururé, Rodelas, Glória e Paulo Afonso.

d) Fundos de pasto do médio São Francisco

Os FP da região do médio São Francisco (Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas) estão bastante estabilizados. Assim como a região do CUC e Monte Santo, foi uma das primeiras a consolidar uma reação regional à lei do pé alto. Um dos sub-projetos FP, em 1985, centrou as suas ações nesta região. Nela há tendências maiores de cercamentos individuais dentro dos FP e também dos limites externos da comunidade. As explicações para isso são a existência de estradas como confrontantes, a menor incidência de outros FP como vizinhos e a maior presença de indivíduos com recursos próprios dentro das comunidades. As

comunidades do município de Buritirama estão pouco mobilizadas e integradas às centrais e ao movimento. Nesta região de Buritirama, o cultivo agrícola é mais importante que a criação (existem poucos animais, tanto pela pobreza e pela dificuldade de comercialização, como pelo fato de se localizar na zona-tampão para aftosa).

O município de Barra merece uma reflexão especial. Os números utilizados para incluí-lo referem-se a uma única comunidade reconhecida como FP. Há, entretanto, uma outra área do município que reúne 59 comunidades de brejeiros que vêm avaliando a possibilidade de se articular com os FP. O futuro dos Brejos da Barra e a adesão daquelas comunidades (estima-se que englobem quase 6.000 famílias e 180.000 hectares) poderão desempenhar um papel importante na configuração da categoria. O sucesso da resistência e a adesão destes grupos à categoria dos FP deverão ter grande impacto sobre a área total ocupada na região.

O quadro 2.20, abaixo, apresenta as principais ameaças e conflitos com FP nos municípios:

Municípios	Ameaças	Conflitos
Barra	Área prioritária para cana-de-açúcar, carvoagem	Carvoagem empresarial, grilagem
Brotas	-----	-----
Buritirama	Carvoagem, grilagem, seca de nascentes e riachos	Carvoagem empresarial se aproximando
Oliveira	-----	-----

Quadro 2.20: Ameaças e conflitos nos FP da região do médio São Francisco

Os conflitos e ameaças no município de Barra referem-se aos brejeiros. A comunidade de Ribeirão não se encontra ameaçada por nenhum desses processos. O quadro 2.21, abaixo, apresenta a sistematização das informações básicas sobre comunidades, famílias, área total e área percentual dos FP, em cada município da região:

Municípios	Comunidades	Famílias	Área total de FP no município (em hectares)	% do município em FP
Barra	1	9	409,00	0,04
Brotas	3	171	11.465,76	4,83
Buritirama	5	138	9.506,47	2,50
Oliveira dos Brejinhos	12	510	31.241,74	8,77
Total	21	828	52.622,97	4,04

Quadro 2.21: Comunidades, famílias e áreas de FP por município na região do médio São Francisco

Apesar do pequeno número de comunidades em Brotas, elas se encontram bastante articuladas com as de Oliveira dos Brejinhos. No município de Buritirama, apesar de seu maior número, as comunidades são mais fragilizadas.

O quadro 2.22, abaixo, apresenta a sistematização, para cada município da região, dos dados sobre área total por família, área total por comunidade, proporção da área coletiva em relação à área total e porcentagem de comunidades com título coletivo:

Municípios	Área total por família (em hectares)	Área total por comunidade (em hectares)	Área coletiva/ área total	% comunidades com título coletivo
Barra	45,44	409,00	0,98	0,00
Brotas	67,05	3.821,92	0,24	0,00
Buritirama	68,89	1.901,29	0,45	0,00
Oliveira dos Brejinhos	61,26	2.603,48	0,44	58,33

Quadro 2.22: Áreas por família, por comunidade e proporção de área coletiva na região do médio São Francisco

Apesar de quase toda a área da comunidade de Ribeirão (Barra-BA) ser FP, o tamanho diminuto da área coletiva (400 hectares) representa um risco. Essa área ainda não é limitante em função do pequeno número de animais possuído por cada família.

O grande tamanho das comunidades em Brotas e Oliveira dos Brejinhos, e a boa proporção de títulos coletivos emitidos neste último município são aspectos de força.

Utilizando-se dos parâmetros de classificação e cores, segundo fatores de fragilização e força em cada município, apresentada no quadro 2.7, procedeu-se à sistematização da situação

de cada município da região, como se pode observar no quadro 2.23, abaixo:

Municípios	Fatores de fragilização	Fatores de força
Barra	Carvoagem; grilagem e potencial para agrocombustíveis; tamanho da comunidade; número de famílias; título coletivo	Proporção de área coletiva
Brotas	Proporção de área coletiva; pequeno número de comunidades; título coletivo	Quantidade razoável de terra ocupada no município
Buritirama	Carvoagem e grilagem; título coletivo	-----
Oliveira dos Brejinhos	Início de sondagens para instalação de parque eólico de 11.000 ha. atingindo algumas comunidades	% de título coletivo; % e quantidade razoável de terra ocupada no município

Quadro 2.23: Síntese dos fatores de fragilização e força dos FP na região do médio São Francisco

Nota: para legenda das cores ver Quadro 2.7

Os agricultores e técnicos da região afirmam que Barra e Buritirama têm uma grande quantidade de áreas não-cercadas, “do estreito até o sul do Piauí”. “A região de baixões, onde fica a fazenda Curimatá é um FP enorme com quase 30 comunidades no interior.” “Se for procurar, a maioria das comunidades de Buritirama tem FP.” Estas afirmações dos agricultores e técnicos sobre o grande número desconhecido de FP na região sugerem que a falta regional de instituições de apoio, a desarticulação regional das comunidades e a sua fragilidade econômica têm dificultado a ampliação do reconhecimento dos FP nesses municípios. Nesta parte do médio São Francisco, provavelmente, muitas comunidades desaparecerão antes de se apresentar.

Há relatos sobre a persistência de comunidades em Gentio do Ouro e Ipupiara, ao norte de Brotas de Macaúbas. Por isso, esses municípios não devem ser incluídos entre aqueles nos quais os FP se extinguiram.

e) Fechos da região oeste

O oeste da Bahia é tido como uma região de avanço do agronegócio. Nele destaca-se a produção tecnificada dos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães. Entretanto, havia, e ainda há, uma ampla proporção de cerrado ocupado sazonalmente por comunidades

tradicionais, os geraizeiros e os extrativistas. O avanço sobre as áreas destas comunidades é progressivo, tanto pela ocupação efetiva como pela simples remoção da vegetação (carvoagem e desmatamento). É a região de FP mais desconhecida pelo estado, pelas instituições de apoio e pelo próprio movimento. Este desconhecimento tem facilitado a perda progressiva de áreas comunais. Na bacia do rio Corrente, dois municípios que tinham FP desapareceram da lista (Coribe e Canápolis). Por outro lado, dois municípios que também haviam desaparecido dos registros do CDA, reapareceram recentemente em função do ressurgimento de conflitos com grileiros (nos FP de Santa Maria da Vitória e Correntina). Segundo relatos de representantes de comunidades pastoris da região, a perda de áreas de fecho é recente nos municípios de São Desidério e Cocos. Muitas comunidades locais que perderam seus fechos seguem utilizando-os à revelia do novo “proprietário” ou mediante pagamento de aluguel a fazendeiros que detém outras áreas de pastos nativos. Muitas destas áreas utilizadas situam-se a grandes distâncias das comunidades pastoris, como neste relato de um morador de Correntina - “Ainda tem quem viaje 100 km para alugar fecho nas “Gerais” lá em São Desidério, dois dias de viagem a cavalo.”

O quadro 2.24 abaixo, apresenta as principais ameaças e conflitos com FP nos municípios:

Municípios	Ameaças	Conflitos
Correntina	Barragens, agrocombustíveis, carvoagem	Grilagens, carvoagem, queimadas, seca de nascentes e veredas
Santa Maria	Barragens, agrocombustíveis, carvoagem, mineração	Grilagens, queimadas, seca de nascentes e veredas

Quadro 2.24: Ameaças e conflitos nos FP da região oeste da Bahia

A região oeste é uma das mais atingidas pela carvoagem e por grilagens sistemáticas. O potencial para barragens e para agrocombustíveis poderá piorar substancialmente esta situação.

O quadro 2.25, abaixo, apresenta a sistematização das informações básicas sobre comunidades, famílias, área total e área percentual dos FP, em cada município da região:

Municípios	Comunidades	Famílias	Área total de FP no município (em hectares)	% do município em fp
Correntina	28	708	67.057,20	5,52
Santa Maria da Vitória	13	278	23.194,60	12,27
Total	41	986	90.251,80	8,90

Quadro 2.25: Comunidades, famílias e áreas de FP por município na região oeste da Bahia

Na região de Correntina, apesar do desconhecimento oficial, a pesquisa registrou a existência de 13 comunidades de FP em Santa Maria da Vitória e de 28 comunidades em Correntina, na bacia do rio Arrojado.

O quadro 2.26, abaixo, apresenta a sistematização, para cada município da região, dos dados sobre área total por família, área total por comunidade, proporção da área coletiva em relação à área total e porcentagem de comunidades com título coletivo:

Município	Área total por família (em hectares)	Área total por comunidade (em hectares)	Área coletiva/ área total	% comunidades com título coletivo
Correntina	94,71	2.394,90	0,88	0,00
Santa Maria da Vitória	83,43	1.784,20	0,91	0,00

Quadro 2.26: Áreas por família, por comunidade e proporção de área coletiva na região oeste da Bahia

A boa quantidade de área por família e a alta proporção de área coletiva podem ser consideradas típicas dos fechos. Os fechos das “Gerais” são áreas muito extensas, usadas, normalmente, por mais de uma comunidade e onde, muitas vezes, convivem geraizeiros e extrativistas.

Além de nenhuma comunidade ter título coletivo, é baixíssimo o número de títulos individuais. Em Correntina, as comunidades de Porteiras e Bois e de Jacurutu já tiveram as suas terras medidas e têm processos adiantados de regularização correndo junto ao CDA.

Utilizando-se dos parâmetros de classificação e cores, segundo fatores de fragilização e força em cada município, apresentada no quadro 2.7, procedeu-se à sistematização da situação de cada município da região, como se pode observar no quadro 2.27, abaixo:

Municípios	Fatores de fragilização	Fatores de força
Correntina	Barragens, agrocombustíveis, carvoagem; título coletivo	Área total por família e proporção da área coletiva; quantidade de área ocupada no município; número de comunidades e famílias
Santa Maria da Vitória	Barragens, agrocombustíveis, carvoagem; título coletivo	Área total por família e proporção da área coletiva; % de área ocupada no município

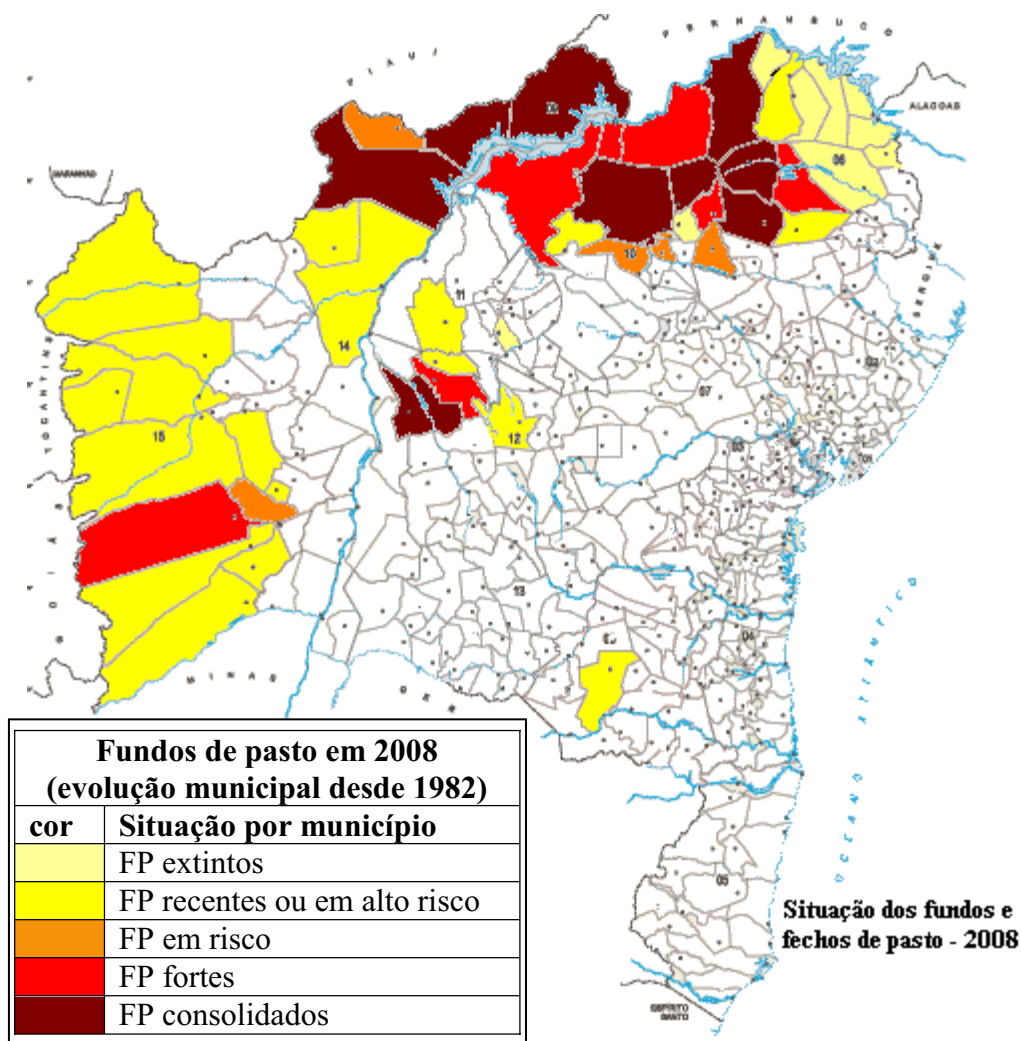
Quadro 2.27: Síntese dos fatores de fragilização e força dos FP na região oeste da Bahia

Nota: para legenda das cores ver Quadro 2.7

Em virtude do grande desconhecimento sobre a região das “Gerais” e de vários relatos darem conta da persistência de comunidades de fecho de pasto em todos os municípios (Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Barreiras, Cocos, Coribe, Canápolis, Jaborandi e Baianópolis), optou-se por não incluir tais municípios como aqueles nos quais os fechos e fundos se extinguiram.

f) Outras regiões

Apenas recentemente as regiões da Chapada Diamantina (Seabra) e de Vitória da Conquista se incluem entre aquelas com FP. A primeira já foi registrada junto ao CDA e a segunda foi incluída no trabalho dos agentes da CPT de Conquista. Entretanto, ainda são pouco conhecidas por todas as instituições e organizações relacionadas aos FP. O mapa 2.10, abaixo, sistematiza e classifica cada município em função das condições vigentes em seus FP:



Mapa 2.10: Mapa da situação dos fundos de pasto em 2008⁵⁶

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 2

A categoria FP se constituiu inicialmente para enfrentar a questão fundiária e se firmou. O problema fundiário que deflagrou a criação da categoria não é mais o único que impacta o futuro dessas comunidades. Em algumas regiões, a regularização fundiária não desempenha mais qualquer papel decisivo, seja pelo avanço na regularização, seja pela ausência de

⁵⁶ **Extintos:** Ibitiá, Glória, Paulo Afonso, Rodelas, Senhor do Bonfim, Macururé, Abaré, Jeremoabo, Santa Brígida.

Percepção recente, residuais ou sob alto risco: Cocos, Coribe, Jaborandi, São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Canápolis, Baianópolis, Gentio do Ouro, Chorrochó, Ipujiara, Vitória da Conquista, Seabra, Umburanas, Euclides da Cunha, Barra, Buritirama.

Em risco: Itiúba, Mirangaba, Santa Maria da Vitória, Pindobaçu, Campo Alegre de Lourdes, Antonio Gonçalves.

Fortes: Correntina, Brotas, Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho, Canudos, Andorinha.

Mais Consolidados: Oliveira dos Brejinhos, Remanso, Pilão Arcado, Casa Nova, Uauá, Curaçá, Monte Santo, Campo Formoso, Jaguarari.

ameaças ao domínio das comunidades sobre as áreas.

A rigor, o problema fundiário nunca foi o único. Foi tão somente o fator deflagrador da organização, da articulação e da identidade que integra a categoria. Esta primeira deflagração induziu processos decisórios das comunidades, que passaram a se identificar como FP e a se articular em torno da categoria. Este movimento se dá tanto na relação com as centrais, como com as instituições apoiadoras (IRPAA, CPT, FUNDIFRAN) e com o Estado (CDA).

Leis específicas, apoio de entidades, reconhecimento público, reconhecimento pelo poder público, vias de acesso rápido à regularização da terra (*fast track*), trocas de experiências e apoio entre as comunidades são alguns dos elementos que aumentaram o potencial da categoria “FP”.

A categoria cresceu e segue crescendo. Na medida em que os FP se configuraram e se institucionalizaram como categoria social e mais de 500 comunidades, em quase 30 municípios, se filiaram a ela, emergiu um cenário problemático. A idéia de que a quantidade destas comunidades está em expansão é recorrente no âmbito do movimento e das entidades de apoio (CPT, IRPAA). Todos os representantes partilham desta percepção. De fato, ao se observar regiões como Barra, Buritirama, Correntina, Casa Nova e Pilão Arcado, pode-se perceber que a grande quantidade de terras não-cercadas sugere um potencial ainda inexplorado para o crescimento dos FP.

Tudo indica que uma varredura, por parte dos órgãos oficiais (CDA, INCRA), em busca de áreas devolutas sob uso comunal poderia modificar substancialmente este quadro, ampliando em muito o número de comunidades de FP. Tal ação contribuiria para a persistência dessas comunidades e para a conservação da caatinga.

A categoria se diversificou. Existem situações muito distintas entre si, em função da área, da população e da diversidade das formas de uso e ocupação do solo. Pela simples análise dos números (área total, área coletiva, número de famílias, número de comunidades), percebe-se que os FP tocam de modo diferente cada município, cada comunidade e cada família.

A siderurgia de Minas Gerais, movida a carvão vegetal, e as tendências expansionistas dos setores de mineração e agrocombustíveis são as suas principais ameaças externas. Não é simples enfrentar atores com tão grande poder econômico e político.

Os conflitos com unidades de conservação e reforma agrária são paradoxais para um

modelo de ocupação camponês tido como conservacionista. A solução de tais conflitos sugere a necessidade de maior conhecimento sobre os FP por parte das instituições públicas responsáveis pela política fundiária e ambiental. No caso das unidades de conservação, os modelos de uso sustentável, como as reservas de desenvolvimento sustentável poderiam conciliar os interesses das comunidades ao interesse público sobre meio ambiente.

Os outros fatores importantes de risco são o tamanho dos FP, a pequena disponibilidade de terra por família e a baixa proporção de área coletiva em algumas regiões. Nestes casos, a busca por novas áreas, através de retomadas ou da luta política junto aos órgãos responsáveis, parece ser a única saída para sua viabilização.

Em capítulos posteriores serão abordados o significado do reconhecimento dos FP como população tradicional, os desafios à sua sustentabilidade e as estratégias que vêm sendo desenvolvidas pelas instituições de apoio e pelo seu próprio movimento.

3. A TRADIÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA A TERRITORIALIZAÇÃO: ESTUDO DOS FUNDOS DE PASTO DA BAHIA

Quando se chega a Tecla, pouco se vê da cidade, escondida atrás dos tapumes, das defesas de pano, dos andaimes, das armaduras metálicas, das pontes de madeira suspensas por cabos ou apoiadas em cavaletes, das escadas de corda, dos fardos de juta. À pergunta: Por que a construção de Tecla prolonga-se por tanto tempo? Os habitantes, sem deixar de içar baldes, de baixar cabos de ferro, de mover longos pincéis para cima e para baixo, respondem: - Para que não comece a destruição. - E, questionados se temem que após a retirada dos andaimes a cidade comece a desmoronar e a despedaçar-se, acrescentam, rapidamente, sussurrando: - Não só a cidade. (CALVINO, 2003, p. 121).

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata da invenção da tradição⁵⁷ dos fundos de pasto (FP) como estratégia de construção de capital político, das múltiplas origens dos FP e da difícil equação de uma identidade territorial tradicional. Capital político, entendido aqui como mobilização, organização, reconhecimento, estratégia e força política, é fundamental para a territorialização. O objetivo da pesquisa foi compreender a dinâmica, as causas e as conseqüências da invenção da tradição como estratégia de territorialização, tendo por foco as comunidades de FP da Bahia.

Entre os diversos setores da academia, do governo e do terceiro setor há uma perspectiva “uniformizada” da tradição e do território. Essa abordagem enrijecida do conceito de tradição, típica da antropologia clássica anterior a Geertz (1978) e Lévi-Strauss (1966), não percebe as categorias tradicionais como dinâmicas e internamente desuniformes. A dinâmica e a invenção da tradição obedecem ao jogo entre a identidade coletiva e as possibilidades representadas por ela. Este capítulo defende que a tradição, mais que uma matriz discursiva, é necessária à produção dos recursos para ocupação do espaço e reprodução social. O reconhecimento público como tradicional amplia a capacidade dos grupos sociais definirem o território, em competição com outras formas de ocupação no mesmo espaço. Ao se reconhecer e ser reconhecida como FP uma comunidade e o conjunto destas comunidades acumulam forças para, em situações de conflito, enfrentar os atores sociais das alternativas em oposição.

O sucesso da categoria em construir capital político amplia a sua diversidade interna.

⁵⁷ O conceito de invenção da tradição foi depreendido da obra de Hobsbawn & Ranger (1984).

Quanto maiores forem as possibilidades abertas por uma identidade coletiva (políticas, recursos, instituições, organização), maior será a diversidade de grupos sociais que se reconhecerá nela. Em outras palavras, na medida em que uma condição social (como a de ser reconhecido como FP) passa a significar amparo em políticas públicas, apoio governamental e atenção de instituições, a tendência é que se amplie o universo de grupos que passam a se identificar como tal. Nesse processo, pode haver adesões e interesse de vinculação por parte de grupos que não necessariamente expressariam tal identidade coletiva. São grupos que não adeririam àquela identidade caso não houvesse vantagem nessa adesão. É exatamente este processo que se pode observar entre as comunidades de FP da Bahia. É provável que este mesmo processo seja observável em outros contextos de populações tradicionais.

A diversidade de formas entre os grupos sociais “abrigados” sob uma mesma denominação tradicional, no caso os FP, é indicativa da associação entre o sucesso na gênese da tradição e o valor das opções estratégicas a ela associadas.

O valor dessas opções estratégicas depende, muitas vezes, de uma leitura homogênea e positivamente estigmatizada em relação aos grupos sociais abrangidos pela identidade tradicional. No caso dos FP, a sua definição como comunidades da Bahia, que há 200 anos conservam a caatinga com o uso extensivo da caprinocultura e têm uma qualidade de vida superior aos demais grupos sociais do semi-árido, induz sua valorização. Esta definição, no entanto, não é 100% generalizável.

Há grande diversidade de origens dos FP, tanto no que se refere à base fundiária como nos aspectos que definiram a adesão de uma ou outra comunidade à categoria. A identidade e o território estão sendo forjados, não como se forjaria uma farsa, mas forjados no sentido do ferreiro que dá forma a um pedaço de ferro em brasa segundo sua necessidade e capacidade. O conflito discursivo tenta, por vezes, trazer o centro do debate para a noção de impostura e de questionamento da legitimidade. Uma tradição genuína precisaria de idade mínima para adquirir legitimidade social e jurídica⁵⁸, ou de uma história comum. Compreender quem é o ferreiro que trabalha nesta forja, quem ou o que é o ferro que é configurado como peça útil e o que é a bigorna contra a qual se forja a tradição é parte do objetivo deste capítulo.

Em que medida há uma diversidade de passados e realidades agregando-se a uma única categoria, passando, assim, a influenciar a produção de territorialidade dos FP?

⁵⁸ A exigência de um mínimo de três gerações vivendo na área para configurar uma comunidade como tradicional foi vetada na Lei 9985/2000 por ser considerada muito restritiva pelos movimentos (seringueiros) e muito aberta pelos preservacionistas. (SANTILLI, 2005).

O trabalho de pesquisa consistiu na busca de informações sobre FP na legislação e Constituição baiana, no levantamento de aspectos diferenciados de atenção pública (recursos, equipes, projetos, políticas) e em entrevistas com lideranças do movimento, com técnicos do governo e instituições que os apóiam.

3.1. TERRITÓRIO E IDENTIDADE

O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga. (ROSA, 2006, p. 490).

“O mapa não é o território”⁵⁹ e tampouco o território é o espaço geográfico. O espaço é um fato, é o cenário em que todos estão; simplesmente depara-se com ele na vida cotidiana. O espaço físico é concreto, é visto, cheirado e tocado por cada humano. As interpretações sobre esta configuração concreta, entretanto, são cultural e socialmente definidas. O espaço geográfico é pré-existente ao território (RAFFESTIN, 1993). O território não é encontrável, é abstrato. Não se vê o território, mas as marcas imbricadas dos territórios sobre o espaço. Territórios são peças subliminares, conduzidas por atores-autores sociais que usufruem e modificam o próprio palco. O território desafia a nossa interpretação.

O território é como o mapa, uma interpretação possível a qualquer um que tente compreendê-lo e explicitar uma possibilidade de entendimento e projeção do território. Um mesmo espaço físico é palco para inúmeros territórios, como diferentes peças convivendo no mesmo palco. O ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993), o ator é autor e agente do seu território.

Os territórios existem como potenciais. Um mesmo espaço é passado, momento e devir de diversos territórios. Em todos os espaços em que vivem pessoas estão submersas possibilidades de configurações territoriais. Alguns territórios são excludentes em relação a outros. O território da soja, neste início do século XXI, conflita com a idéia de território da biodiversidade. O território brasileiro dos agrocombustíveis poderá ou não incluir outras territorialidades no espaço que ocupar.

Há diferentes projetos, diferentes territórios e, muitas vezes, há conflito entre eles. Quais autores-atores dominarão o palco? São territorialidades em disputa que expressam diferenças de poder, de perspectiva, de desejo e de projeto, aplicadas ao espaço. O território,

⁵⁹ Dito famoso do filósofo Alfred Korzybski.

como sistema de objetos e ações, expressa um arranjo possível definido pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1997; SAQUET, 2004). Quando se vê o espaço físico vê-se a mescla das expressões das territorialidades. É o processo genérico de produção social do espaço, a espacialidade (VARGAS, 2004). Os seres humanos em sociedade constituem os seus lugares de vida, a sua territorialização, por meio das atividades cotidianas como lazer, trabalho, convívio, deslocamento, religião e consumo. São lugares específicos que constituem o território de cada pessoa ou grupo social (SAQUET, 2006). É específico da prática de uma concepção de vida, produção e intervenção sobre o espaço. O território está coberto de especificidades: pode-se entender por territorialidade a concreção da espacialidade em lugares específicos (VARGAS, 2004). Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico (FERNANDES, 2006). Os grupos sociais em disputa se movimentam e, com eles, movem-se as possibilidades de escrita do espaço. Os atores que resistiram, assim como os que mais dominaram, exerceram diferentes níveis de poder e de materialização de sua idéia sobre o espaço. A intensidade das “marcas” no espaço, específicas de cada grupo social, depende do poder de cada um deles. Estudar o espaço à luz do conceito de território revela relações marcadas por poder, dominação e subordinação (RAFFESTIN, 1993). O território é o espaço da prática, é a face vívida do poder, no qual as diferenças desenvolvem sua materialidade (BECKER, 2006).

No Brasil, os territórios foram configurados à força, pelo papel da colônia, definido pelo colonizador. “[...] geralmente se fazendo contra o povo” (MORAES, 2005, p. 99). Mesmo assumindo que os territórios se constituíram, desde 1.500, com uma orientação marcadamente econômica, uma “vocação oceânica” que são tinha olhos para o resto do mundo, percebe-se o imbricamento de territorialidades para além dos ciclos do ouro, da cana, do caf e e da soja.

Recentemente, no Brasil, recortes territoriais nascem a partir de propostas do Estado, como bacias hidrográficas, áreas de prote o ambiental, territórios de desenvolvimento rural e de segurança alimentar. Estes recortes v o disputar os objetos e a oes deste sistema. Apesar da arbitrariedade da defini o de tais territórios a partir do Estado, não   são nesta concep o mais recente que ele interfere nos processos de territorializa o. O Estado promoveu reconfigura es territoriais desde o período colonial, quando loteava terra e poder. Hoje, quando, direta ou indiretamente, estabelece grandes projetos como barragens, estradas, transposi es de rios, gasodutos, refinarias, unidades de explora o mineral ou petrolífera, interfere diretamente sobre a dinâmica das territorializa es. Até que ponto tais medidas públicas estão aliadas e subordinadas ao processo de territorializa o do modo capitalista de

produção?

Na Bahia, a partir de 2007, a configuração de 26 territórios de identidade⁶⁰, cobrindo todo o estado, é um dos cerne da ação planejadora do governo. Os foros, colegiados, comitês, coletivos e conselhos criados para potencializar estas territorializações nem sempre fazem convergir os territórios distintos. O poder planejador e unificador do estado, que se assenta sobre os conceitos de soberania nacional, Estado-nação e continuidade territorial, fica em xeque, em sua ideologia, quando entra em choque com os territórios sociais (LITTLE, 2005). Os processos de regionalização podem se colocar a serviço de uma reciclagem de um nacionalismo chauvinista em escala mais restrita, promovendo o diversionismo e o enclausuramento dos movimentos em debates de pouco alcance político (MORAES, 2005).

Pode-se imaginar que um mesmo espaço é, ao mesmo tempo, um território político definido pelo Estado (é o caso de regiões administrativas, Áreas de Proteção Ambiental), um território cultural percebido por pessoas que fazem dele um “lugar antropológico” (AUGÉ, 1994), um território econômico configurado pelas relações socioeconômicas que transformam o espaço, um território biofísico definido pelo caminho das águas (caso das bacias hidrográficas) ou ainda um território imaginado por grupos sociais, uma Utopia. Assim, pode-se perceber o limite da definição de território proposta por Castro (2000, p. 166), como o “espaço no qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo.”

As pessoas vivem em um espaço. Um povo, na medida em que percebe e constrói (na subjetividade) a idéia de um território partilhado, produz territorialização. Territorialização é, portanto, um processo social abstrato que constrói referências históricas de pertença, de identidade e políticas, na medida em que permite um processo social de projeção do espaço.

Esta territorialização pode ser resultado da ação e planejamento dos movimentos sociais, relacionados ou não a um processo histórico de ocupação tradicional camponesa. Ela se dá tanto na resistência camponesa na terra ocupada historicamente, como na luta pela terra por grupos que estavam proletarizados ou semi-proletarizados na agricultura regional. Os movimentos sociais dominam territórios das mais diversas formas, construindo estruturas, organizando-se e desenvolvendo processos próprios (FERNANDES, 2001).

A territorialização pode ser o resultado da ação e planejamento dos movimentos sociais

⁶⁰ Territórios de identidade são recortes administrativos teoricamente calcados nas identidades culturais e convergências históricas de cada região da Bahia. Propõe-se que seja um instrumento de participação dos Planos Plurianuais.

(FERNANDES, 2001), fruto da resistência camponesa na terra e na luta pela terra. O autor denomina *movimentos sócio-territoriais* aqueles que têm o território como trunfo, que têm o espaço como determinante para sua conformação e que nasceriam de um ou mais movimentos sociais isolados.

A territorialização é um produto de “contextos intersocietários de conflito” (LITTLE, 2005). É potencializada quando a defesa de um território promove a agregação de um determinado grupo social frente às pressões exercidas por outros grupos. Estes outros grupos, que tentam impor outra configuração ao território, muitas vezes estão fortalecidos pela ação do próprio Estado, aliado dos agentes “reconfiguradores” do território investidos do poder do desenvolvimento.

Os territórios não são apenas produto da história, dos movimentos sociais e da ação do estado. Em muitas regiões do Brasil eles podem ser percebidos como resultado dos arranjos produtivos (BECKER, 2006). É um processo de desestruturação modernizadora, fruto da aceleração do dinamismo das sociedades, a partir do industrialismo (BURSZTYN, 2007). O modo capitalista de produção constitui-se num processo sufocante, que se expressa por meio de elementos da política, da economia e da cultura. Simultaneamente, territorializa e desterritorializa, promove enraizamento e fluidez no espaço geográfico (SAQUET, 2006).

É errôneo imaginar que o modo capitalista de produção se territorializa somente através do confronto violento com os modos camponeses de vida e produção. Esta territorialização se dá por meio de processos diversos e relativamente autônomos, como o consumo de produtos industrializados, a propriedade familiar da terra, a proletarização dos filhos, a ideologia do trabalho, a integração a arranjos produtivos industriais e a produção de alimentos e matérias-primas (SAQUET, 2006).

A territorialização do modo capitalista de produção não se faz, de modo genérico, contra o povo, mas sim, em geral, com a adesão livre de parcelas deste mesmo povo. Há um conflito social, que não pode ser resumido como conflito de classe mas como conflito entre territorialidades: territorialidades mais fluidas, derivadas do modo capitalista de produção, e territorialidades menos fluidas, derivadas das identidades sociais.

O território como “lugar antropológico” é um lugar a que se pertence, é um conceito que se contrapõe ao de “não-lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73). O “lugar” é uma idéia daqueles que nele vivem. Há grupos sociais orgânicos ao espaço, que o concebem como “lugar” (AUGÉ, 1994). O pertencimento a um território não se configura apenas na relação do indivíduo com o

meio biofísico, mas, principalmente, com seu meio social, o seu meio produtor de significados sociais. Zaoual (2003) corrobora a idéia de sítios de pertencimento simbólico, o território não apenas como espaço físico, mas como espaço de significação social. Assim, a exclusão do lugar não é apenas um deslocamento físico no espaço, mas também a perda de direitos, laços culturais, organização social e identidade cultural (BURSZTYN, 2007).

O pertencimento e enraizamento territorial, que antecedem as revoluções urbano-industriais (séculos XVII-XIX e século XX), eram a realidade de muitos grupos sociais. Entretanto, o desenraizamento massivo daqueles períodos, descrito por Simone Weil no capítulo “Desenraizamento Operário” (WEIL, 2001, p. 45), não pode ser entendido como um fim dos territórios ou das territorialidades. Após séculos de desenraizamento dos territórios camponeses, as comunidades não podem ser mais entendidas somente como o convívio no espaço contíguo e no tempo imediato, mas como campo simbólico no qual territorialidades e temporalidades específicas se desenvolvem (SANTOS, 2002).

Como escreve Little (2005), os limites entre a força interna ao grupo social e as contingências históricas definidas pelas pressões externas são difíceis de traçar, [...] “a historicidade desses territórios é complementada pela historicidade dos conceitos que são utilizados para entendê-los e enquadrá-los” (LITTLE, 2005, p. 267).

A territorialidade como fator de identificação, defesa e força ou como “esforço coletivo” conforme, respectivamente, Almeida (1988) e Little (2005), corrobora a leitura dinâmica da territorialidade de Lehalleur (1998). Territorialidade requer a delimitação do fragmento de espaço sobre o qual o grupo social age. A delimitação espacial da área de uma comunidade é dada pelas relações sociais e, assim, materializam-se os limites desta comunidade (MEYER, 1979).

“[...] a terra é o primeiro objeto-instrumento concreto de proximidade entre atores sociais, em sua tripla dimensão: enquanto meio de produção, fragmento de espaço e referência simbólica.” (LEHALLEUR, 1998, p. 161).

3.1.1. Territorialização, capital social e capital político

Diferenciar os “de fora” e os “de dentro” e delimitar o território são aspectos fundamentais da adesão, coletiva e individual, aos enfrentamentos necessários às situações de conflito. A territorialidade requer a delimitação deste “fragmento de espaço”. A defesa do

acesso à terra e seu uso comum estruturam a coesão social de vários grupos camponeses. O conflito tem papel determinante na definição dos limites da área sob domínio de cada grupo (BENATTI, 2005). Na ausência de conflito, os limites tendem a ser fluidos. Em situação de conflito, os limites espaciais e da própria comunidade se enrijecem e demandam uma especificação de quem pertence e quem não pertence a uma determinada área. “[...] tem-se a construção de identidades específicas junto com a construção de territórios específicos” (CARVALHO, 2005, p. 92). Lehalleur (1998) considera que a confrontação cotidiana, geradora da identidade local, pode ser conflitiva ou não. A autora se remete a Bourdieu e a sua idéia de “sistemas de diferenças” para reforçar a importância da densidade e coerência das distintas percepções e práticas destes grupos sociais. Assim, tais grupos sociais se tornam sistemas significativos para as pessoas que vivem neste espaço. Neste caso, Lehalleur (1998, p. 160) sugere que os “sistemas de diferenças” possam ser denominados “sociedades regionais”.

Para Bourdieu (1996, p. 48), “a noção de espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social.” A percepção pelo sujeito do espaço em relação ao seu lugar social estabelece as bases para a ação coletiva. Este modo de estabelecimento de bases para a ação coletiva relativiza o conceito de classe. Deste modo, se ampliam as possibilidades da construção de espaços sociais, nos quais se percebe o princípio da diferenciação ou o “princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade” (BOURDIEU, p. 50). A compreensão dos princípios geradores das diferenças potencializa a mobilização de um grupo para a defesa de seus interesses. Permite que as pessoas se “reconheçam em um mesmo projeto (político ou outro)” (BOURDIEU, p. 51).

Desta forma, pode-se associar o conceito de territorialidade, explicitado por Little (2005), à idéia de Bourdieu da identidade coletiva como força latente que existe nos grupos sociais e cuja emergência se dá em função das “contingências históricas”, fator de identificação, defesa e força ou “esforço coletivo” na dinâmica das territorializações (ALMEIDA, 1988; LEHALLEUR, 1998; LITTLE; 2005).

Por que um lugar desenvolve condições para despertar um sentimento de pertencimento regional, capaz de gerar “impulso coletivo” importante e outro lugar não? (LEHALLEUR, 1998). Quando uma interação de vizinhos converge para interesses comuns tão significativos que o espaço se torna alvo de disputa, símbolo de identidade capaz de gerar projetos e compromissos coletivos? O desenvolvimento destes significados sociais e capacidades

coletivas é determinante para a “problemática da competição pela apropriação simbólica e política do espaço local” (LEHALLEUR, 1998, p. 160). Isto porque um grupo pode desenvolver a capacidade de utilizar o seu pertencimento territorial e a sua inserção social como recursos que o fortalecem nesta competição.

A proximidade social tem importância central para a possibilidade de coordenação, que depende do desenvolvimento de confiança, normas e sistemas entre estes atores (ABRAMOVAY, 2000). Entendido como sinônimo de capital social, o acúmulo desta capacidade de coordenação implica em aquisição de poder por parte do grupo social em questão (ABRAMOVAY, 2000). Esta concepção de Abramovay (2000) vai ao encontro de Putnam et al. (1993, 2002) para quem capital social é o conjunto das redes sociais e normas associadas de reciprocidade e confiança. Na leitura da dinâmica do território a partir deste conceito de capital social observa-se um maior relevo às convergências entre os atores sociais e menor relevo ao conflito entre os mesmos e seus projetos.

O capital social, entretanto, só pode ser entendido em função da eficiência destes recursos e do seu uso em uma direção desejada. Para Abramovay (2000), a mobilização dos atores sociais em torno de uma “idéia guia” é um dos principais requisitos para um pacto territorial. Nesta elaboração de Abramovay (2000) em torno de capital social e territorialidade, o autor afasta-se das idéias de diversidade e cultura e aproxima-se da idéia do território orientado por suas “vocações econômicas”.

Por outro lado, territorialidade, fortalecimento do tecido social e visões comuns de futuro são partes de processos de produção de identidades coletivas. A estrutura e o tecido social referidos a esta identidade podem ser entendidos como sendo seu capital social, que depende de sua topofilia (vínculo com o lugar), organização comunitária, capacidade de aprendizagem e de mobilização de habilidades e conhecimentos (CAVALCANTI & FERRARO, 2002).

Em que medida os grupos sociais são capazes de produzir a sua territorialidade em dado espaço geográfico? Na leitura dos territórios, o conceito de capital social pode ser uma ferramenta útil, uma vez que a territorialização do modo capitalista de produção não se dá somente por meio do capital econômico e político. Há uma capacidade de mobilização, pactuação e coordenação de atores sociais, característica da territorialização do capital que pode ser entendida como o seu capital social. Contra tal poder, é necessário que haja capital social para opor-se ao projeto de territorialização do capital. Trata-se do capital social dos

atores que desejam territorializar outro projeto, outro padrão de ocupação e uso da terra, outro modo de vida e produção. Capital social, no sentido proposto por Bourdieu (2006), como um conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis nesta competição. Assim, o capital social não é apenas a materialização da solidariedade e da convergência, mas a reunião de capacidades de um grupo em oposição a outro.

Até este ponto, o conceito de capital social referiu-se à direção dada ao território e à repartição de recursos. Ele se refere à capacidade de um grupo social de coordenar ações e, assim, adquirir mais poder na competição exercida por diferentes territorialidades sobre o espaço. A identidade, a visão de futuro, os interesses comuns, o tecido social, a proximidade e a confiança são importantes para esta aquisição de capital social. Contestações ao conceito de capital social consideram que ele implica numa idéia de acúmulo, de progressão, de se ter mais ou menos quantidade de uma determinada forma (moderna e ocidental) de organização social. Isso implica em uma hierarquia entre grupos sociais, alguns com mais e outros com menos capital social. A leitura de capital social não reconheceria, segundo a perspectiva de Abramovay (2000) e Putnam et al. (1993, 2002), as formas históricas e culturais de organização e a elas tentam impor arranjos modernos e institucionalizados como as associações e cooperativas. A idéia de capital social implicaria, no limite, na morte da política (GLASSMAN, 1998).

Ainda que se assuma o conceito de capital social para estudar territórios e territorialização, é fundamental que se compreenda outra bifurcação deste conceito. Há uma leitura de capital social (PUTNAM, 2007; ABRAMOVAY, 2000) que implica na adesão ao modo capitalista de produção e em uma pré-concepção dos arranjos sociais desejáveis. O indicador de maior ou menor capital social de um grupo é o seu sucesso dentro da territorialização do modo capitalista de produção. Para Abramovay (2000), o capital social que pode contribuir para o desenvolvimento rural está associado a uma nova visão sobre o rural, à capacidade de gerar renda, a empresas de porte familiar, à integração entre empresas e indivíduos e à multisetorialidade. Esta concepção é menos relacionada e menos dependente do conceito de identidade do que aquelas expressas por Bourdieu (1996) e Lehalleur (1998). Assim, as concepções liberais de capital social carregam, de modo implícito, o abandono da diversidade social e a “morte do sujeito” (TASSARA & DAMERGIAN, 1996).

Putnam (2007) deixa pistas interessantes para melhor compreensão deste processo quando relaciona as bases do capital social (reciprocidade e confiança) à proximidade social.

Segundo o autor, há diversas pesquisas de base empírica que demonstram que quanto mais heterogêneo o grupo, maior a chance de que haja “traição” entre eles (dilema do prisioneiro). O inverso seria também verdadeiro, maior semelhança interna maior a confiança e reciprocidade. Tais interpretações conduziriam à conclusão de que, na concepção de Putnam, quanto maior a diversidade, menor o capital social.

Ao referir-se a uma área “modernizada”, onde o modo de produção capitalista dirige, de modo hegemônico, os propósitos e meios pelos quais os grupos sociais se territorializam há, ainda assim, conflitos e competição entre grupos. Assentados, pequenos, médios, grandes produtores rurais, diferentes cadeias produtivas, podem competir entre si pelas definições de um mesmo espaço geográfico. O capital social, neste caso, é definido pela capacidade de territorialização de um grupo em detrimento de outro. A reciprocidade e confiança são construídas em bases mais racionais, mais pragmáticas e focadas nos interesses comuns dos indivíduos.

Quando se trata de uma área em que há grupos sociais camponeses ou tradicionais, ou mesmo moradores de classe média de uma área rural (rurbana), ou ainda para a qual haja defensores de objetivos conservacionistas, que não desejam a definição do espaço a partir de objetivos de mercado, estes grupos de origens e interesses tão diversos podem resistir (e não aderir) aos movimentos de territorialização do modo capitalista de produção. Nestes casos, o conceito de capital social parece insuficiente. Ele não assimila as diferentes organizações e interesses referidos aos diferentes projetos de sociedade. A construção da identidade destes grupos sociais e os seus projetos de futuro são influenciados pela cultura destes grupos com interesses distintos do simples progresso econômico oferecido pelo modo capitalista de territorialização. As conexões sociais e orientações políticas ultrapassam a lógica da racionalidade econômica e do capital social.

Harriss (2001), assim como Glassman (1998), problematiza a fragilidade do conceito de capital social e os riscos inerentes de que ele leve à despolitização das práticas nele calcadas. O foco na idéia de uma sociedade civil organizada fragiliza a idéia de sociedade política e o foco nas associações voluntárias exclui o interesse pela organização política. O conceito de capital social ao não diferenciar sindicatos, movimentos e grupos de lazer, contribui para a diluição das questões políticas cotidianas. Para o autor, ainda que solidariedade, reciprocidade e coesão social, resultantes da identidade e proximidades sociais, sejam fatores positivos, não são determinantes para a ação pública efetiva. Harriss (2001) assinala que a mera

reciprocidade não leva “a muita coisa” e, provocativamente, sugere “fora capital social, viva a política”. O desafio seria a “ação pública” que se desenrola na interação das ações de Estado e não-Estado na arena pública. Capital político é a conjunção de fatores referidos a um determinado grupo, o qual lhe confere força política, como reconhecimento, respeitabilidade e apoios externos, de governos, instituições e partidos. O capital político depende da existência de poderosas organizações de massa e de classe e da existência de aliados dentro do Estado (HARRISS, 2001). A existência de capital político estimula a participação voluntária em diferentes associações, ou seja, a realização dos potenciais internos às comunidades depende de suas relações externas em diferentes níveis. Nesta leitura, o capital social só ganha intensidade e sentido a partir da existência de organização política.

A viabilidade de uma territorialização distinta daquela promovida pelo modo capitalista de produção parece ser um ponto central, tanto para a questão ambiental quanto para as populações ditas tradicionais.

3.1.2. Territórios, identidades e ambientes (ou natureza)

A ambientalização do conceito de territorialização busca reduzir a fragmentação das leituras do espaço. A ambientalização pode contribuir para superar a “disciplinarização” do território, as separações artificiais (saúde, educação, economia, agricultura...) criadas de cima para baixo para facilitar a sua gestão centralizada.

A existência de territorialidades múltiplas, em disputa, é condição para a democracia, na medida em que permite a diversidade de formas sociais. Cada territorialidade opera um diferente conjunto de objetivos, valores e instrumentos sobre o espaço geográfico. Para Vargas (2004), a mediação territorial permite indagar a disposição dos recursos biofísicos, ler causas e conseqüências de cada territorialidade. Cada territorialidade específica implica resultados (sociais, econômicos e ambientais) diferentes para a sociedade como um todo.

Deve-se compreender melhor a indissociabilidade de cultura, tecnologia e ambiente. Teorias que consideram a cultura como resposta adaptativa ao ambiente tentam relacionar a lógica dos ecossistemas ao comportamento humano. Ecossistema e comportamento se produziriam mutuamente com vistas ao equilíbrio homeostático (DIEGUES, 1998). As interpretações da cultura como sistema adaptativo têm diferentes bases: cultura como adaptação ao embasamento biológico, ao sistema cognitivo, ao sistema estrutural ou aos sistemas simbólicos (LARAIA, 2004). Esta é uma perspectiva estigmatizada (mito do bom

selvagem) e tautológica da relação sociedade-natureza. Toda leitura da natureza é social e qualquer tentativa de interpretar a sociedade a partir da leitura que se tem da natureza é limitada pelo universo social destas interpretações⁶¹. Para Laraia (2004), o dilema da diversidade cultural na unidade biológica humana não encontra solução no determinismo biológico ou geográfico, pois a cultura age seletivamente e não casualmente sobre o seu meio ambiente. A cultura reúne códigos, regras, comportamentos, atitudes, tecnologias e uma produção semiótica que se refere às relações, à forma como o “real” é lido e daí operado por cada grupo social. A importância de se perceber isto se relaciona à produção de uma leitura técnico-racional-econômica sobre natureza e sociedade. Não se pode desideologizar tal leitura. Ela contém a intencionalidade e o projeto de sociedade defendido por cada grupo social e que implica resultados para toda a sociedade (FERRARO, 2002).

Aferindo um enfoque mais amplo, Little (2005) conceitua a cosmografia como a conjunção de história de ocupação, dos vínculos afetivos, do regime de propriedade e das formas de uso e defesa que um grupo faz de seu território. Cosmografia é um conceito que abarca elementos de cultura, de tecnologia e de ambiente. A tecnologia é produto da cultura e do ambiente, faz parte também da cosmografia. Por hipótese, o diálogo entre cultura e ambiente externaria as tecnologias apropriadas para um determinado grupo social (valores, aspirações, organização) e para um ambiente, sendo esta associação a garantia de uma possível sustentabilidade.

Ao se falar em meio ambiente e não em natureza, opera-se uma incorporação desta natureza aos métodos e à racionalidade da tecnociência (VARGAS, 2004). Esta incorporação retira da natureza seu poder de vigência como mito e tradição. Assim, a dimensão ambiental pode ser tratada como uma exterioridade das relações sociais (VARGAS, 2004). Rompe-se ou ignora-se o vínculo cultural dos grupos sociais com a natureza, para além de qualquer perspectiva recursiva.

Para Santos (1997), cada novo instrumento é apropriado, ou deveria ser, de modo específico, pelo lugar. Assim, o aporte de novas técnicas com a força convincente do crédito, da educação e da mídia, prejudica esta apropriação específica. A tecnologia, entendida como organização do conhecimento para produção, ou como conjuntos de instrumentos e procedimentos para a intervenção sobre o meio, “inseriu-se nos fatores de produção e da força de trabalho e excluiu deste processo, o homem e a natureza” (LEFF, 2001, p. 87). A

⁶¹ Este parece ser o erro recorrente das teorias sistêmicas de Fritjof Capra (1996; 1999; 2002) que tentam aplicar princípios ecológicos à compreensão e organização da vida social.

assimilação passiva de mudanças por parte de grupos sociais conduz à perda das faculdades (conhecimentos, opções, crenças) sobre a transformação do próprio espaço.

O atual *status* e a gravidade da questão ambiental são frutos da ruptura desta tríade (cultura-ambiente-tecnologia) e da “mimetização” de tecnologias exógenas (SACHS, 1986), entendidas como atalhos para o desenvolvimento (em seu sentido de progresso, positivista). Trata-se de um equívoco no modo pelo qual se promove mudanças tecnológicas que conduzem à degradação da cultura, do tecido social e da conservação ambiental. Assimilações passivas reforçam a dependência de cunho econômico, político e cultural produzida na relação com a tecnologia “mimetizada”.

Esta perda de domínio técnico, político e econômico das populações tradicionais em relação ao modo como transformam o espaço fragiliza a capacidade destas populações produzirem uma territorialização mais adequada ao bioma em que se situam. A idéia de que algumas comunidades desenvolvem tecnologias menos impactantes para o ambiente faz parte de uma corrente teórica que relaciona biodiversidade e sociodiversidade (CUNHA, 1999; LEONEL, 1999; POSEY, 1999; DIEGUES, 2002). Tal vinculação, ainda que demonstrada empiricamente em inúmeras situações, é fortemente questionada, principalmente pelas correntes preservacionistas. Existem populações que se caracterizam pela apropriação comum de espaços e recursos naturais, seja por meio de extrativismo ou pequena agricultura, cuja reprodução social depende intrinsecamente de um determinado bioma. Isto, sem dúvida, as compromete com a conservação do mesmo, ao menos enquanto dependem desta biodiversidade. São grupos que dependem, exclusivamente, de determinados espaços. Territorializam-se em espaços específicos. É assim que, segundo Diegues (1998), vivem as chamadas populações tradicionais.

Muito além de somar um argumento a favor ou contra a teoria que associa populações tradicionais e a conservação ambiental, é importante compreender a relação entre território e ambiente. A territorialização do componente ambiental faz aparecer as diferenças entre lugares (VARGAS, 2004). Isto permite tornar explícitas as diferenças dos resultados das relações sociedade-natureza, os elos causais, a distribuição de ganhos e perdas.

3.1.3. Identidade tradicional como reforço da capacidade de territorialização

Tradição é um conceito polissêmico, associado ao de cultura. Os conceitos de tradição e cultura ainda são pensados, na sociedade, a partir da dicotomia etnocêntrica “nós e os outros”,

que contém os germes da intolerância, do racismo, do nacionalismo (LARAIA, 2004). Os debates sobre o que é próprio do humano, o que significa a evolução humana e o que é próprio de uma etnia ou de um povo podem originar idéias racistas (superioridade de uma raça), xenóforas (repúdio ao estranho, superioridade de um povo) e estigmatizantes (aprisionando e imobilizando um grupo social pelo conceito aplicado a ele).

Nascer, respirar, comer e morrer são inerentes à vida humana. Nascer em parto de cócoras, ser cremado, fazer exercícios de respiração e comer apenas vegetais são modos típicos de um determinado povo ou grupo social, são as suas tradições. Estes usos também podem ser opções de um indivíduo cujo contexto faz nascer de cesárea, no qual se enterra os mortos, no qual mal se respira e come-se basicamente carne. Nesse caso, o indivíduo está fora do tradicional ou do convencional, é inovação, mania, idiossincrasia, alternativa e até ruptura com tradições por parte deste sujeito peculiar em relação ao que é convencional em seu meio social. A idéia de tradição implica peculiaridade, algo que surja em um grupo social e possa caracterizá-lo, aspectos próprios que identificam um grupo e sua cultura.

Entretanto, tradição é diferente de identidade nacional ou étnica. Não se denomina o povo da Índia ou dos EUA de tradicionais, apesar de eles fazerem tantas coisas peculiares. O fato de, em um país, cultuarem a vaca viva e em outro a vaca morta, não nos faz chamá-los tradicionais.

Quando se refere aos quilombolas, indígenas, sem-terra, camponeses e ribeirinhos como tradicionais, a sociedade urbana os percebe como os “outros”, os diferentes. Que diferenças? Étnica, econômica, cultural ou de projeto? Tampouco as etnias definem populações tradicionais, ainda que determinadas populações tradicionais possam ter uma composição étnica diferenciada da média de seu entorno. Denominar um conjunto de “população tradicional” diz respeito a alguma raridade em relação ao entorno; um grupo social diferenciado imerso em um contexto que lhe é distinto. Esta leitura tem sintonia com a idéia de marginalidade e exclusão, frutos da história, da cultura, das condições socioeconômicas (normalmente desfavoráveis) e/ou de opções políticas que apartaram e diferenciaram tais grupos. Por vezes, a referência “população tradicional” tem relação com uma estetização ou compaixão de quem a reconhece como tal. Pode implicar estigmas, ainda que bem intencionados, que tentam colonizar o futuro e congelar no passado tais grupos sociais.

Em sua crítica à forma como as terras de uso tradicional são analisadas, Almeida (1988) observa que estes estudos as consideram formas atrasadas, condenadas ao desaparecimento,

obsoletas, verdadeiros vestígios do passado. Imobilizam terras e impedem-nas de constituir-se em fator de produção livremente utilizado e, assim, se tornam obstáculo ao desenvolvimento capitalista.

Mesmo frente à possibilidade de hegemonia do projeto da modernidade industrial, subsistem argumentos de defesa aos tradicionais. Seja numa perspectiva utilitarista calcada na bagagem de etnoconhecimento que têm sobre o bioma e que pode vir a ser útil para a sociedade urbano-industrial; seja numa perspectiva dos direitos humanos calcados no direito histórico sobre o território ou, ainda, na matriz do desenvolvimento sustentável. Por vezes, não sem uma forte dose de romantismo, se defendem as populações tradicionais como exemplos (numa reedição do mito do bom selvagem) para a civilização urbano-industrial e a sociedade de risco (BECK, 1993).

Talvez seja este um dos temas mais polêmicos do início do século XXI na área socioambiental. Durante mais de um século, as teorias da academia trabalharam, por um lado, com a vertente antropológica que buscava uma leitura étnico-cultural de determinados grupos sociais e, por outro, a vertente sociológica que buscava a classificação social e o posicionamento destes grupos nas relações de produção e classe. O trabalho de Candido (1964) dá um salto sobre esta antinomia teórica, criando uma vertente de estudos que o próprio autor denominou como “sociologia dos meios de vida”. Surge em seus estudos a categoria do povo caipira, depreendida da genérica e difusa categoria antropológica do caboclo. Situando o desafio desta “sociologia dos meios de vida”, Candido assinala que a antropologia tende ao estudo dos casos individuais e a sociologia à estatística.

Populações tradicionais, povos tradicionais, comunidades tradicionais, sociedades tradicionais, grupos autóctones, populações autóctones, etnias, sociedades territoriais, comunidades locais - são muitas as denominações para a mesma situação. Cada uma carrega um significado e uma intencionalidade. Segundo Little (2005) é preciso atentar-se aos limites do conceito pelos possíveis preconceitos implícitos, como os de imobilismo histórico e atraso econômico. Para o autor, o conceito de tradição deve ser visto tanto à luz de sua dimensão empírica quanto de sua dimensão política. Lehalleur (1998, p. 184) afirma que quando a ideologia nacional não envolve um conceito global de campesinato, os grupos locais deverão elaborar uma referência regional, em busca de um sentido coletivo frente ao conflito social.

Neste início do século XXI, o conceito formal das classes sociais (burguesia, campesinato e operariado) perdeu força agregadora. Bourdieu (1996) sugere que o conceito de

classe social era aquele que, circunstancialmente, melhor ilustrou o conflito social que Marx desejava demarcar. Os conflitos sociais não foram resolvidos, requerem um novo olhar sobre os atores e suas identidades de luta. Os conceitos marxistas de classe social parecem insuficientes para caracterizar os conflitos sociais contemporâneos. A questão que se abre é a definição de organizações políticas que melhor permitam compreender estes conflitos.

No âmbito da antropologia brasileira estabelece-se um diálogo com Weber ao resgatar a idéia de que “as comunidades étnicas podiam ser formas de organizações eficientes para resistência ou conquista de espaços, em suma, que eram formas de organização política” (CUNHA, 1986, p. 99).

As percepções de Bourdieu (1996) e Weber (1999) quanto à circunstancialidade das concepções de “classe social” e “etnia” são bastante pertinentes para que se interprete o atual momento de formulação de categorias de populações tradicionais. São identidades construídas sob as circunstâncias presentes do território e do tempo. São territórios configurados pelas identidades que emergem do espaço social em cada época. Nem etnias, nem classes sociais, mas um pouco de ambas ganha materialidade em função das circunstâncias. Trata-se da construção de identidades específicas em territórios específicos (CARVALHO, 2005).

Ainda que o debate político e jurídico sobre as populações tradicionais tenha se situado no âmbito da racionalidade, há, de modo recorrente, uma reciclagem do mito do “bom selvagem” aplicado a elas⁶². A profundidade do etnoconhecimento ecológico, os ritos harmônicos e a sacralização da natureza, a inaplicabilidade da propriedade privada e a “responsabilidade perante um horizonte geracional muito mais amplo, pois não datado e marcado no tempo” (CASTRO, 2000, p. 175), são apenas itens mistificadores, muitas vezes demarcados e reforçados no âmbito da academia.

Uma população não pode ser definida como tradicional apenas pela sua preservação de costumes, pelo baixo impacto de suas tecnologias ou pela sua desvinculação com o mercado (ALMEIDA & CUNHA, 2001). Tal perspectiva implicaria em condicionar o reconhecimento ao imobilismo e isolamento destes grupos.

Este debate sobre a identidade do outro é árido e, inevitavelmente, conflituoso, principalmente quando desta identidade decorrem direitos acessíveis a uma e não a outra

⁶² Um exemplo cômico ocorreu no planejamento de oficinas com comunidades tradicionais da Bahia, em 2007, no Fórum Social nordestino. Técnicos do governo e ONGs decidiram que só os não-tradicionais deveriam participar das dinâmicas de sensibilização, pois: “Quilombolas e indígenas já carregam a dimensão do sagrado.”

identidade. O ano de 1989 foi crucial para o fenômeno das identidades nacionais e tribais. Preocupada com a situação dos povos indígenas e tribais e animada pelos recentes conflitos (pós-queda do muro de Berlim) dos separatismos no leste europeu, a OIT propôs a Convenção 169⁶³, da qual o Brasil é signatário. Esta convenção consagra o auto-reconhecimento para definição de uma população tradicional e para fins de identificação étnica. No seu artigo primeiro, refere-se à “consciência de sua identidade indígena e tribal” como critério fundamental para determinar os grupos a que se aplicam. Ainda que seja dúbia ao afirmar a necessidade de programas nacionais que garantam condições de acesso equivalentes aos outros setores da população e à alocação de terras suficientes para enfrentar/permitir o crescimento populacional (Conv. 169, art.19), os artigos que visam comprometer os países signatários com políticas diferenciadas para garantia do acesso à terra aumentam a temperatura do conflito potencial das populações tradicionais com os grupos organizados para estabelecer outros usos das terras pretendidas ou ocupadas tradicionalmente.

Este conceito do auto-reconhecimento é contestado por todos aqueles para quem os tradicionais representam atraso, oportunismo, obstáculo econômico e até ameaça à unidade nacional, como é o caso dos ruralistas e dos militares. Quando do advento do movimento seringueiro e das reservas extrativistas, houve os que, a partir do socioambientalismo, dissessem que aquilo era um projeto de subdesenvolvimento sustentável (NOGUEIRA, 1992). O conflito conceitual, neste caso, é um espelho do conflito social do qual os tradicionais tomam parte ativa.

No Brasil, estas identidades específicas são discutidas no âmbito acadêmico, político (funditário, ambiental, educacional) e jurídico sob o guarda-chuva do conceito da tradição. Para Almeida & Cunha (2001), isto não significa confusão conceitual, mas uma abrangência proposital, decorrente da relativa pouca “idade” da expressão “populações tradicionais”.

⁶³ ARTIGOS DA CONVENÇÃO 169 DA OIT: “Artigo 1º 1. A presente convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.” “Artigo 14 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.” “Artigo 19 Os programas agrários nacionais deverão garantir aos povos interessados condições equivalentes às desfrutadas por outros setores da população, para fins de: a) a alocação de terras para esses povos quando as terras das que dispunham sejam insuficientes para lhes garantir os elementos de uma existência normal ou para enfrentarem o seu possível crescimento numérico.”

De qualquer forma, a idéia de uma população tradicional presta-se para um reconhecimento da diferença (ALMEIDA, 1988). A partir do reconhecimento da diferença, o Estado e a sociedade exprimem-se em relação ao grupo reconhecido, conforme seja maior ou menor a adesão a ele. A política em relação aos grupos tradicionais varia entre assimilá-los, protegê-los, valorizá-los, desmascará-los, congelá-los no tempo, negá-los ou qualquer outra coisa. Diegues (1998) assinala a necessidade do respeito às idiossincrasias das coletividades que, como no caso dos tradicionais, são construídas numa teia de parentesco, compadrio, ajuda mútua, normas e valores sociais, inclusive determinando os critérios de inclusão e exclusão dos externos ao grupo. O autor sugere cinco características gerais das populações tradicionais: 1) a ligação com territórios ancestrais; 2) a auto-identificação e identificação por outros; 3) a linguagem própria; 4) a existência de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e 5) a produção voltada, principalmente, para a subsistência. Ele divide os tradicionais em dois grandes grupos: os povos dos ecossistemas (composto por indígenas e povos tribais) e os povos da biosfera ou *part society* (FOSTER, 1953), que seriam os camponeses, extrativistas, pescadores e outros, que têm forte relação com as áreas urbanas.

Populações tradicionais são novas unidades de mobilização social que implicam novas alianças, novas pautas e novas denominações. A sua pertinência para os sujeitos depende de seu poder de mobilização e ação política, da eficácia como categoria de confronto (ALMEIDA, 1988) definida pela capacidade de conquistar poder, espaço político, terra, recursos, políticas públicas e projetos.

No texto introdutório em Hobsbawn & Ranger (1984), Hobsbawn assinala o fato de que, em muitos casos, tradições aparentemente antigas são, de fato, recentes ou mesmo inventadas como reações a situações novas. Nesse caso, os grupos sociais assumem o passado como referência unificadora da categoria “inventada” e reeditam elementos relacionados a situações anteriores.

A construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou. Em outras palavras, a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo; faz da tradição um mito na medida em que os elementos culturais que se tornaram “outros”, pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos, precisamente para se tornarem diacríticos, se encontram por isso mesmo sobrecarregados de sentido. Extraídos de seu contexto original, eles adquirem significações que transbordam as primitivas. (CUNHA, 1986, p. 101-102).

As formas particulares assumidas pela reprodução social de um grupo, legitimadas pela

tradição, ganham sentido no presente e na prática da conquista do espaço (LEHALLEUR, 1998, p. 179). A mesma autora refere-se à “plasticidade das tradições”, compreendendo tradição como matriz discursiva da produção da identidade social, associada à produção dos recursos para territorialização.

Weber (1999) assinalava a relação entre comunidades étnicas e comunidade política, na medida em que a “tribo” é desperta para a ação política, ainda que ocasional, de defesa do território. Em tempos de paz, a comunidade política tem caráter latente.

Há autores que tendem a definir populações tradicionais pelas suas tecnologias de baixo impacto ambiental. Isto ocorreria pelo fato de haver apropriação comum de espaços e recursos naturais e de haver dependência ambiental na reprodução social (DIEGUES, 1998). Esta forma de identificação parece mistificadora. Esta vinculação não é intrínseca aos sujeitos destas populações tradicionais, ela pode ser rompida em diversas circunstâncias. A leitura de Almeida & Cunha (2001) sobre esta associação é mais realista; para eles as populações tradicionais podem ou não ter características como adesão à tradição, equidade distributiva, baixo impacto de tecnologias e desvinculação com o mercado. São traços culturais seletivamente reafirmados e reelaborados por seus sujeitos conforme a realidade demanda. Para Almeida & Cunha (2001), as populações tradicionais estão em busca de uma identidade pública que facilite a conquista da autonomia sobre seu território.

Esta circunstancialidade de uma identidade tradicional implica uma questão grave para a sociedade. Ao reconhecer um grupo social como tradicional e garantir direitos como o acesso à terra, o Estado o faz em detrimento de outros grupos que possam ter interesse econômico ou de preservação ambiental sobre a área. Em princípio, a Convenção 169 da OIT sugere o auto-reconhecimento como critério para inclusão destes grupos em políticas privilegiadas. Se o direito à diversidade cultural puder se tornar um simples mecanismo político, o reconhecimento das populações tradicionais pode perder legitimidade frente à sociedade. A solução para este impasse pode estar em acordos que estabeleçam critérios para a territorialização. Em muitos casos, essas populações podem estar dispostas a um importante *trade-off* para a sociedade: reconhecimento público e controle sobre o território em troca de serviços ambientais. Ainda que tal proposta possa ser entendida como uma ressalva à liberdade sobre os territórios tradicionais, ela sugere uma abordagem possível para as escolhas políticas da sociedade em relação às populações tradicionais. No mínimo, tais acordos apresentam argumentos em favor dos tradicionais que podem ser colocados frente aos

argumentos da balança comercial e do abastecimento de *commodities* que têm sustentado os avanços do agronegócio.

3.2. POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO BRASIL

Há uma impossibilidade de multiculturalismo quando o Estado só reconhece direitos individuais (SANTILLI, 2005). Este momento de reconhecimento dos direitos coletivos é fruto do caráter multiculturalista das novas constituições latino-americanas, inclusive a nossa de 1988. O relativismo cultural implica na noção de evolução multilinear (LARAIA, 2004), segundo a qual a sociedade se desenvolve em diferentes direções. A Lei 9985/2000 e o novo Código Civil evoluíram para uma noção de função socioambiental da propriedade (SANTILLI, 2005). Isto significa, em tese, que o Estado brasileiro está aberto à possibilidade de que os territórios não estejam, necessariamente, pautados pela produtividade e eficiência econômica.

O INCRA tem buscado estabelecer procedimentos mais adequados para as ocupações tradicionais, denominadas no Cadastro de Glebas como “ocupações especiais”. Outro passo importante foi o Decreto Federal (6.040/2007) que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). São mecanismos criados para reconhecer os direitos e adequar as políticas públicas que interessam a esses grupos.

Populações tradicionais necessitam de poder e autonomia para determinar os objetivos e os métodos vigentes no território que ocupam. É claro que aumentar o poder sobre o território não é um desejo somente das populações tradicionais. Assim, quando o Estado reconhece uma população tradicional ele influencia as relações de poder em situações, muitas vezes, conflituosas. A definição da população tradicional⁶⁴ e a inclusão de uma comunidade em determinada categoria de população tradicional ainda é um nó político, jurídico e acadêmico.

Durante a elaboração da Política Nacional de Biodiversidade, as definições mais claras sobre as populações tradicionais foram, invariavelmente, vetadas. Assim, as leis, portarias e

⁶⁴ No glossário da Política Nacional de Biodiversidade, em sua versão de junho de 2002, encontram-se duas proposições de conceitos para comunidades tradicionais, no caso, o ministério preferiu a expressão comunidade local, que seria um “grupo humano distinto por suas condições culturais que se organiza tradicionalmente, no mesmo local, por gerações sucessivas e costumes próprios e que conserva suas instituições sociais e econômicas ou ainda um grupo social distinto, por suas características culturais, que se organiza tradicionalmente num dado território por gerações sucessivas segundo instituições e costumes próprios.

regulamentações vão construindo uma definição de modo indireto (SANTILLI, 2005). O Decreto 98.897/90 não define população tradicional, mas qualifica a reserva extrativista como espaço da população extrativista. A Portaria 22/92, do IBAMA, relaciona os tradicionais à subsistência calcada no extrativismo. A Medida Provisória 2186/2001 trata do acesso a uma área por uma comunidade local pertencente a um grupo humano culturalmente distinto. Definição suficientemente vaga para não definir nada. Pelo SNUC, depreendem-se duas conceituações: uma para as populações tradicionais das reservas extrativistas, como aquelas cuja subsistência estaria baseada no extrativismo e, outra, para os tradicionais das reservas de desenvolvimento sustentável, como aqueles cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. Estas definições, usualmente, estão acompanhadas por conceitos vagos como “ao longo de gerações” e “manutenção da biodiversidade”.

Há certa confusão e tensão entre os órgãos de governo sobre o reconhecimento e categorização das diferentes formas de ocupação e uso comum da terra. Em 1980, prevalecia uma quase total invisibilidade das modalidades de uso comum. O Censo Agropecuário de 1980 o trata, genericamente, de pastos comuns (ALMEIDA, 1988). Em 1985/1986, o INCRA, no Cadastro de Glebas, criou a categoria das “ocupações especiais” para incluir as terras de preto, terras de santo, terras de índio, FP e faxinais (CARVALHO, 2005).

Em 2004, com a ratificação pelo Brasil⁶⁵ da convenção 169 da OIT (de junho de 1989) há uma ampliação do significado aplicado às “terras tradicionalmente ocupadas”. A auto-definição passa a ser legitimada como critério de reconhecimento (CARVALHO, 2005). O artigo 14 afirma: “dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam.” “Povos interessados” é um recorte suficientemente amplo para englobar qualquer grupo social. O critério de reconhecimento incide, portanto, sobre o “tradicionalmente ocupam” sem qualquer restrição explícita de tempo ou padrão mínimos desta ocupação.

O Decreto Federal nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), sendo a sua implementação de competência da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). O cenário mais completo que se pode reunir sobre estas populações é o apresentado na tabela 3.1, abaixo:

⁶⁵ Decreto presidencial 5.051/2004 promulgou a Convenção 169 da OIT.

População	Estimativa da área (hectare)	Estimativa da população
1. Povos indígenas	110 milhões **	734.127 **
2. Quilombolas	30 milhões *	2.000.000 **
3. Ribeirinhos e pescadores artesanais	-----	3.000.000 ****
4. Comunidades pastoris	> 1.000.000	> 120.000
4.1 Faxinais	26.189 *****	16.000 ***** (44 comunidades)
4.2 Fundos de pasto	700.000 a 1.200.000	15.000 a 25.000 famílias
4.3 Geraizeiros, pantaneiros, retireiros		Número desconhecido
5. Extrativistas	40-50 milhões	1-2 milhões de pessoas
5.1 Coletores nos babaçuais	18* a 18,5**milhões	400.000 (3.500 em RESEX)**
5.2 Extrativistas da Amazônia legal	-----	950.960 ***
5.3 Seringais	10 milhões *	163.000 (33.300 em RESEX)**
5.4 Castanhais do Pará	1,2 milhões (polígono dos castanhais) *	-----
5.5 Castanhais de Rondônia e Acre	5* até 15 milhões ** (com AM)	-----
5.6 Açaizeiros	-----	30.000 famílias***
5.7 Coletores de cupuaçu	-----	15.000 famílias***
5.8 Coletores de pequi e outros produtos do cerrado	-----	40.000
5.9 Coletores de piaçaba, ervas medicinais, pau rosa, bacaba, murici, bacuri, buriti, palha e cipó	-----	20.000 famílias***
5.10 Coletores da caatinga (ouricuri, umbu, maracujá, murici)	-----	-----
6. Atingidos	Luta por terra	1.000.000
6.1 Atingidos por barragens	-----	1.000.000 **
6.2 Atingidos pela base de Alcântara	85.000 **	3.000 famílias
TOTAL	190-200 milhões	Mais de 8 milhões de pessoas

Tabela 3.1: Populações tradicionais e estimativas de população e área

Fontes: *Carvalho (2005, p.92); ** Almeida (2006); *** IBAMA⁶⁶, Souto (2004); ****Sarh e Cunha (2005); Projeto de Lei nº477 do Estado do Paraná*****.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/textos/h12.htm>>. Acesso em: 08 out. 2007.

Os instrumentos para a implementação da PNPCT são Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Fóruns Regionais e Locais, além do próprio Plano Plurianual. Tais instrumentos vêm organizar e evidenciar um contexto sobre o qual se encontram poucas informações e que muda a cada dia.

Numa síntese aproximada do conjunto das populações tradicionais estimou-se, neste trabalho, que 200 milhões de hectares são ocupados por 8 milhões de pessoas no Brasil (conforme a tabela 3.1). Toda esta área, quase 20% das terras brasileiras, está no centro do debate e das tensões sociais relativas a estes grupos. Representam, aproximadamente, 20% da população rural e 4% da população brasileira.

Nas últimas décadas (1980-2000), além dos povos tradicionais mais típicos e reconhecidos (como indígenas e quilombolas), muitos grupos sociais passaram a compor categorias de populações tradicionais em função de diferentes parâmetros, como:

- um tipo de atividade econômica, como extrativistas, coletores de produtos não madeireiros e pescadores artesanais;
- uma origem étnica, como quilombolas, pomeranos e povos indígenas;
- dedicação a um produto central, como quebradeiras de coco de babaçu e seringueiros. No caso das quebradeiras há ainda a associação de um critério de gênero para definir a categoria;
- ligação a uma região, como os sertanejos, que vivem nos sertões (do agreste, da caatinga, do cerrado) ou uma localização como caiçaras e geraizeiros;
- uma posição orográfica, como é o caso dos ribeirinhos, que vivem de diversas atividades econômicas às margens de rios e lagos;
- uma religião, como comunidades terreiro;
- um modo de vida⁶⁷/cultura, como os ciganos; e
- um padrão de ocupação de terra, como a partilha comunal de terras dos FP e faxinais.

A inclusão dos “atingidos” na sua compilação das terras tradicionalmente ocupadas pode ser entendida também como uma provocação de Almeida (2006). Ao serem atingidos

⁶⁷ Sempre que aplicada a um grupo tradicional, o uso da expressão “modo de vida” incorre no risco de estigmatizar os grupos humanos compreendidos. Trata-se de uma essencialização e homogeneização que não se interessa pela dinâmica e heterogeneidade destes grupos.

por barragens, tais grupos deixam as terras que ocupavam tradicionalmente.

Ainda que cada comunidade tradicional seja definida a partir de uma matriz (origem, etnia, forma econômica), isso não significa que o aspecto que origina a identificação seja suficiente para compreender ou definir este conjunto. Nem todos os nômades são ciganos, nem todos os moradores do litoral são caiçaras, nem todos que vivem de coco babaçu são quebradeiras, nem todos que vivem nos sertões são sertanejos, nem todos os negros são quilombolas. Nem todo quilombola é descendente só de escravos, nem todo caiçara pesca, nem todo cigano é nômade, nem todo seringueiro vive de extrair seringa e nem todo morador de FP cria caprinos.

Na antropologia rural, a maior parte destas categorias seria incluída nas de posseiros e ocupantes de “terras de preto” (Maranhão, Piauí, Amapá, Pará e Bahia), “terras de santo” (Maranhão e Pará), “terras de santíssima”, “terras de caboclos”, “terras de índios” (Maranhão e Ceará), “terras de herança”, “terras de parente”, “terras de ausente”, “terras soltas” e “terras abertas” (Amazonas, Marajó, Paraná, Santa Catarina e sertão nordestino)⁶⁸. Outros estudiosos do campo etnoambiental se refeririam a açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, praieiros, sertanejos, varjeiros e pescadores artesanais (DIEGUES & ARRUDA, 2001). Ou seja, não é por falta de categorias que novas vêm surgindo.

A “criação” de tais “novas” categorias é a afirmação de uma existência coletiva e a politização de modos de vida. É um movimento que visa, não a tomada do poder, mas o aumento do poder frente ao governo e aos confrontantes tradicionais (coronéis, fazendeiros, grileiros, especuladores, atravessadores, donos de castanhais e babaçuais), através da generalização do localismo (CARVALHO, 2005). É neste sentido que Almeida (2006) assinala que a noção de tradicional não deve estar calcada na história. Há redefinição e ressignificação das identidades coletivas em função das situações. As novas categorias são unidades de mobilização social que fazem sentido hoje. Elas vingam em função de sua eficácia política. As novas categorias implicam novas alianças, novas pautas e novas denominações.

Percebendo-se estas distintas matrizes de configuração das populações tradicionais, pode-se questionar sobre a possibilidade de identidades mistas ou sincréticas como amálgama

⁶⁸ Categorias depreendidas de Almeida (1988, 1989), inclusive em relação aos estados em que elas seriam mais comuns.

social (PUTNAM, 2007). Este autor elabora este conceito em referência às identidades hifenizadas surgidas nos EUA, como os ítalo-americanos, afro-americanos ou sino-americanos. No contexto das populações tradicionais brasileiras vemos o surgimento de quebradeiras de coco-quilombolas e sertanejos-brejeiros.

A pertinência de qualquer categoria depende de seu poder de mobilização e da sua ação política, “sua eficácia como categorias de confronto” (ALMEIDA, 1988, p. 189). São formas ideológicas de mobilização que favorecem famílias, tribos, comunidades ou etnias em detrimento da transformação da terra em mercadoria (ALMEIDA, p. 189). Uma categoria se consolida em função de sua eficácia, definida pela capacidade em conquistar poder, espaços políticos, terra, recursos, políticas públicas, programas e projetos. A eficácia permite que uma comunidade tradicional não tenha, nas situações de conflito, somente a presença do opositor, seja do grileiro, do grande proprietário de terras, do seringueiro ou do governo local (muitas vezes cooptado por seus adversários ou é também um adversário). Assim, surge a possibilidade de que a comunidade reúna aliados estratégicos e atraia a presença de setores públicos não comprometidos com as causas privadas.

3.2.1. Populações tradicionais na Bahia

Na Bahia destacam-se quatro grandes grupos de populações tradicionais: indígenas, quilombolas, FP e pescadores (inclui ribeirinhos e marisqueiras). Há ainda as “comunidades terreiro” (também incluída na Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais) e os “geraizeiros”, do cerrado baiano, que não estão organizados, mobilizados e tampouco mapeados, e que vêm se articulando com os FP. Entre os geraizeiros, há ainda um grupo bastante diferenciado que reúne as comunidades dos brejos da Barra, também denominados brejeiros, que vivem basicamente de cultivos de subsistência e comercialização de produtos derivados da cana, como rapadura e cachaça (brejeirinha).

A dinâmica das populações tradicionais baianas é intensa. Há 396 comunidades quilombolas reconhecidas ou em processo de reconhecimento (ANJOS, 2005). A maior concentração dessas comunidades na Bahia ocorre na região do médio e médio-baixo São Francisco. Há uma coincidência de quilombos e FP nos municípios de Barra, Pilão Arcado, Oliveira, Brotas, Remanso, Casa Nova, Campo Formoso, Curaçá, Uauá e Canudos.

Segundo dados de 2007 da Secretaria Especial da Pesca⁶⁹, há na Bahia 150 associações de pescadores artesanais distribuídas da seguinte forma: em todos os municípios da faixa litorânea incluindo a baía de Todos os Santos; ao longo de vários municípios das bacias do Paraguaçu e Jacuípe; da bacia do rio de Contas; das bacias do São Francisco e Grande; do rio Pardo (Mascote) do Vaza-Barris (Ajustina), do Itapicuru (Araci) e junto a açudes como em Andorinha, Itiúba e Canudos; e outros. Há coincidência entre pescadores e FP nos municípios de Itiúba, Canudos, Barra, Juazeiro, Bom Jesus da Lapa, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Ibotirama, Pilão Arcado e Sobradinho.

O Programa de Pesquisa sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA) que estuda, há 34 anos, os hábitos das comunidades indígenas da região, indica um processo crescente de auto-reconhecimento indígena, ainda que seu número seja relativamente baixo (64.240)⁷⁰ se comparado ao contingente dos demais povos tradicionais. Na distribuição dos grupos indígenas (SILVA, ARAÚJO & SOUZA, 2006) percebe-se a coincidência entre estas comunidades e FP nos municípios de Correntina, Barra, Santa Maria da Vitória, Sento Sé, Casa Nova, Sobradinho e Jaguarari (com 100 a 300 índios); de Curaçá, Campo Formoso e Euclides da Cunha (com 300 a 500 índios); e Juazeiro (com mais de 700 índios).

Há casos de municípios baianos em que os FP ocorrem, coincidentemente, com outras categorias de populações tradicionais, duas ou mais. Em Barra e Casa Nova, os FP coincidem com indígenas, pescadores artesanais e quilombolas. Em Campo Formoso e Curaçá coincidem com indígenas e quilombolas. Em Juazeiro, Paulo Afonso, Sento Sé e Sobradinho, a coincidência ocorre com indígenas e pescadores artesanais. Em Canudos, Pilão Arcado e Remanso coincidem com pescadores artesanais e quilombolas. O caso de Barra é interessante porque, neste município, além dos FP, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, registra-se ainda a presença dos “brejeiros” que vivem nos Brejos da Barra. Tantas coincidências podem sugerir que estas diferentes formas tradicionais de ocupação se concentram em municípios que as favoreceram. Nenhum dos municípios em que várias populações tradicionais incidem registra a existência de grandes projetos ou ciclos de desenvolvimento agrícola.

⁶⁹ Relação das organizações: Dados da Secretaria Especial da Pesca. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/Jonathan/Rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20-%20Todas.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2007.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_518.pdf>. “Diagnóstico da situação das populações indígenas do Brasil” de autoria de Silva, FAB; Araújo, HE, Souza, AL de NEPO/UNICAMP. Acesso em: 08 out. 2007.

3.3. DESENVOLVIMENTO DOS FP COMO POPULAÇÃO TRADICIONAL

Os FP são a mais recente população tradicional baiana, não pelo tempo de configuração das comunidades pastoris, que data das sesmarias, mas em termos de sua identificação. Já reúne quase 20.000 famílias (mais de 100.000 pessoas) distribuídas em 510 comunidades e em 28 municípios. O termo identidade, assim como “modo de vida” e cultura, pode gerar um preconceito e aprisionamento de grupos humanos a seus estigmas. O risco é o de essencializar as pessoas e grupos, padronizando, homogeneizando e criando a possibilidade da contestação da identidade auto-presumida. Este limite da definição do coletivo reunido sob a alcunha FP é central para esta tese e será aprofundado em seu último capítulo.

Os poucos estudiosos dos FP se referem aos mesmos como uma identidade territorial (ALMEIDA, 2004; CARVALHO, 2008). No caso dos FP, a questão da territorialidade é inerente e fundamental. Há uma identidade “matriz” dos FP, a partir da história dos currais, das Casas da Torre e da Ponte, e da sua desagregação no início do século XIX (FERRARO & BURSZTYN, 2008). Esta desagregação, relacionada à decadência do ciclo do açúcar no nordeste, permitiu que os antigos vaqueiros, ajudantes e as suas famílias mantivessem o seu modo de vida e produção, independente do gado e do mando senhorial. A posse das terras da caatinga baiana, pelos conjuntos de famílias, foi obtida por compra no período de desmembração das sesmarias (primeira metade do século XIX) ou pelo uso das terras devolutas. As categorias sociais, mesmo as tradicionais, são construídas a partir do conflito social. A identidade FP surgiu a partir das comunidades que fazem uso comunal de pastagens da caatinga, no contexto dos conflitos agrários das décadas de 1970 e 1980.

Até 1982, FP era um nome regional (Uauá, Curaçá, Canudos) das comunidades pastoris, aplicado às áreas comuns de caatinga usadas como pastos naturais para criação de caprinos. A resistência tinha nomes distintos (“solta”, “terra solta”, “bode solto”), mas um mesmo princípio identitário (defesa de pastos comuns). Os mobilizados pela luta queriam continuar a criar animais (principalmente caprinos, mas também ovinos e bovinos) sem cercamento em áreas de caatinga que vinham utilizando historicamente.

A partir da década de 1980 esta denominação regional começou a se generalizar e aglutinar comunidades pastoris sob a alcunha FP. Assim como se consolidou frente ao Estado e às instituições, a categoria também foi ganhando contornos no discurso das pessoas que dela fazem parte.

Hoje, quando essas pessoas se referem aos FP, o consideram em relação ao território (sertão, caatinga), a uma história (dos currais), a uma cultura (sertaneja), a uma identidade, a um padrão de produção, a um padrão de relações sociais e com o ambiente. Referem-se a ele para designar base física da atividade produtiva (“Os animais ficam pelos FP”) e da comunidade (“A gente sempre usou esses FP”), e como posse imemorial reconhecida interna e externamente (“Esses FP sempre foram nossos”; “A gente tem um FP”; “Aqueles FP sempre foram deles”). FP é, também, a razão da mobilização (“A gente teve que brigar para manter esses FP”; “A gente veio descobrir o que era FP quando a gente se organizou”) ou do movimento (“pelo qual tivemos que lutar e nos organizar como movimento dos FP”). FP aparece também como (auto) identidade associada à base física (“nós somos de FP”), como heteroidentificação (“Eles são de FP”) e como identidade cultural (“FP: nosso jeito de viver no sertão” - lema da articulação estadual dos FP). Em 2008, FP é entendido também como um “modo de vida” e um movimento social (“A gente está no movimento dos FP”) com crescente capital político.

Cotrim (1991) já assinalava que o termo “FP” designava uma base física, a comunidade que a ocupa e o tipo de posse de terra. É uma identidade em expansão. A articulação estadual tem se colocado o desafio de incorporar, na identidade, todas as comunidades similares que usem pastos em comum. O critério, utilizado tanto pelo movimento quanto pelo Estado para a inclusão na categoria é tão somente o uso, eventual ou permanente, de áreas para pastoreio em comum.

“Tem muitas comunidades que a gente chega e vê que eles usam FP, criam, mas se pergunta se eles têm FP eles dizem que não” (representantes de FP). Ao falar sobre isso, os representantes assinalam o desafio de superar esse desconhecimento. Divulgar os FP é entendido como estratégia para enfrentar esta desmobilização e fragilidade. Para os representantes do FP, ao não se reconhecer como tal algumas comunidades estão perdendo a oportunidade de acessar direitos que lhes são próprios⁷¹.

3.3.1. FP: identidade tradicional?

O que determina FP como “tradicional”? O entendimento de que FP representa um modo de vida tradicional inspira o próprio lema do movimento (“FP, nosso jeito de viver no

⁷¹ “O conhecimento das comunidades está muito pouco. O povo não sabe o direito que tem” (fala de representante da CAFFPB).

sertão”). O reconhecimento público dos FP como tradicional é observável pelo fato de possuírem uma das 15 vagas da Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais. A determinação destas 15 vagas, entretanto, foi arbitrária e não resultado de algum estudo exaustivo. Possivelmente, tal estudo resultaria em um número muito maior de povos e comunidades tradicionais.

Na compreensão desenvolvida ao longo desta pesquisa, a interpretação da tradição deveria transcender o modo de vida. Modo de vida é um conceito que se refere a aspectos demasiado inconstantes para definir uma população. Não há algo como um modo de vida quilombola, pescador ou de FP. Quilombola, pescador e FP são expressões que ajudam a localizar algumas diferenças e argumentos a favor do reconhecimento destes grupos. Nos FP, o modo de vida varia (em termos de região, gênero, idade) e é extremamente dinâmico. Não é possível descrever um modo de vida dos FP. Mesmo que se formule um “tipo ideal” dos FP esse não corresponde à realidade do conjunto. Observando um FP típico pode-se dizer que os seus membros dependem de uma área partilhada em comum e que a maioria depende economicamente da criação de animais nesta mesma área.

A diferença entre o tradicional e o não-tradicional está na possibilidade de circulação econômica adquirida pelas pessoas que se preparam para ocupar empregos versus a relativa dificuldade de inserção de pessoas que se formam no trabalho específico de produção de bens a partir de um bioma. Uma pessoa urbana e letrada pode reproduzir seu modo de vida, cada vez mais, em qualquer lugar do mundo. O mesmo se aplica a um empresário rural. Ele pode implantar seu empreendimento onde seus cálculos sugerirem como mais adequado e contratar as pessoas que considerar melhor preparadas. Essas pessoas contratáveis por diferentes empreendimentos são trabalhadores rurais não-tradicionais. Eles não mais estão referidos a um lugar ou a um grupo social. Há trabalhadores rurais que se tornam especialistas de uma cultura agrícola. Cortadores de cana, trabalhadores de vinhedos e horticultores podem se viabilizar onde quer que essas culturas ocorram. Vinculam-se por um contrato de trabalho à tarefa produtiva determinada pelo empresário. O modo de vida dos cortadores de cana do interior de São Paulo pode ser mais homogêneo que os modos de vida em FP na Bahia. O transporte ainda na madrugada, o café magro, o eito, a bóia-fria, o retorno, o lazer cansado e o sono pesado se repetem em todas as regiões canavieiras. É um modo de vida, é antigo, mas não é tradicional.

A tradição nos FP está relacionada à especificidade das relações sociais e ambientais e é

isso que o determina como tradicional. Uma pessoa de FP não pode reproduzir o seu modo de vida (não um modo de vida genérico de FP) em outro lugar ou em outro grupo. Ele é vinculado a um lugar específico e a um conjunto específico de pessoas. Ainda que dinâmicas, estas relações são específicas. Os agricultores de FP não estão vinculados por contrato de trabalho, não há um capataz que decida por eles suas tarefas diárias. As decisões cotidianas dos agricultores de FP são fruto de uma mescla de preferências pessoais, expectativas sociais, regras comunais, costume, tecnologias tradicionais, observação das características ambientais e de suas novas escolhas. Um dia a dia bastante diferente de grupos cujo cotidiano é prioritariamente determinado pelas regras do emprego ou do crédito.

Um sujeito qualquer não pode decidir se tornar parte dos FP a não ser que se vincule a uma família e seja aceito pelo grupo. Os seus conhecimentos escolares, mesmo que seja zootecnista, não permitirão que ele se torne, automaticamente, um competente produtor de FP. Ele precisa entender a dinâmica do local, as regras sociais, as características ambientais, aprender as técnicas. Tampouco uma pessoa de um FP reproduziria seu modo de vida em um outro, ainda que tivesse facilidade de compreender e se adaptar muito mais que qualquer outro indivíduo. Isto é ainda mais forte ao se referir à possibilidade de intercâmbio entre FP de regiões distintas. Dentro de Monte Santo, um agricultor de FP vindo das regiões mais secas, caso se case com uma moradora das áreas mais úmidas e vá morar na área dela, vai precisar aprender a valorizar e praticar mais roçados de subsistência.

Há várias histórias e declarações sobre esta vinculação que marca as pessoas e os grupos de FP. É interessante o relato do grupo de Salinas da Brinca, desalojado pela inundação da barragem de Sobradinho e assentado numa outra área de Casa Nova e que decidiu voltar em conjunto para ocupar a área mais perto possível de onde viviam. Quando perguntados sobre o porquê disso, dizem: “A gente não soube viver lá”.

Entre os geraizeiros, mesmo dependendo apenas sazonalmente da área comum, o vínculo com a área de “Gerais” é evidente. São comuns declarações como “Sem as Gerais a gente não vive” ou “Se o povo tá vivendo é por causa das Gerais”. O vínculo, por vezes, se explicita em relação a aspectos objetivos, necessidades cotidianas: “Sem as Gerais acaba até a farinha porque não tem mais lenha.” Muitos relatos se referem a um vínculo simbólico com as “Gerais”, muito associado à liberdade: “Imagina 160 famílias sem a liberdade do cerrado.”

Um momento intenso da pesquisa de campo foi a conversa com um velho geraizeiro que, por problemas de saúde, não acompanha mais os gados aos fechos das “Gerais”.

Perguntado sobre a importância das “Gerais”, falou da amizade entre os que ali ficam, isolados, pastoreando gado de vários amigos, compadres e parentes. Ao falar dos passatempos nas “Gerais” começou a entoar uma cantiga⁷², exemplificando o costume de contar histórias e cantar nas “Gerais”. Terminou a quadra com a voz embargada e foi ajudado pelo genro a terminar a música. É o genro quem leva o gado do sogro para as “Gerais” desde que este adoeceu. O velho geraizeiro escondeu o rosto num lenço para chorar enquanto o genro, emocionado, explicou: “É saudade das Gerais”⁷³.

A mais de mil quilômetros dali, um homem dos FP de Casa Nova, quando perguntado se trocaria seu FP em conflito com uma grande empresa por uma área maior de assentamento, respondeu: “Eu não quero outra área porque ali é onde eu domino, conheço as coisas, conheço o lugar, conheço as pessoas. A gente em outro lugar não sabe viver.”

Tais relatos reforçam a idéia de que o FP como tradição não se refere a um modo de vida, mas a uma vinculação específica de sujeitos às áreas que utilizam em comum. Um modo de vida, como o dos gaúchos, pode ser reproduzido em qualquer lugar. A tradição, no caso dos FP, advém da especificidade social e ambiental nas relações de seus sujeitos.

3.3.2. O capital político da categoria fundos de pasto

Usualmente, na literatura acadêmica brasileira, o conceito de capital político está associado à confiança da sociedade em suas instituições, no governo, nos partidos e nos políticos (LOPES, 2004; MIGUEL, 2004). Há também produção acadêmica orientada para refletir sobre o papel de capital social e capital político no desenvolvimento econômico de uma região (ARRAES & BARRETO, 2002). Aqui, propomos outra concepção de capital político, aplicada às categorias, aos movimentos e aos grupos sociais. Capital político é, neste caso, a conjunção de fatores referidos a um determinado grupo, que lhe confere reconhecimento, respeitabilidade e apoio externos. Este capital social se materializa em leis, políticas, programas, projetos e recursos voltados para o grupo ou categoria social.

⁷² Ô abre a porta meu benzinho abre a porta;
 Ô abre a porta que eu já vou chegando agora;
 Vou amarrado nesse laço da saudade
 Eu vou puxando meu burrão é na espora.

⁷³ Apesar de ter sido claramente orientado a não reproduzir o diário de campo na tese esse trecho me parece importante para reforçar a compreensão de que há uma profunda relação de dependência material e simbólica desses sujeitos em relação ao bioma.

FP como identidade pautada na defesa do território (SABOURIN & MARINOZZI, 2001) marca o início do processo da formação desta identidade; ação de comunidades e articulação entre elas para enfrentar a grilagem de terras e as leis municipais que exijam cercamento das áreas. Este estágio inicial evoluiu para um amplo reconhecimento oficial dos FP, que se pode compreender como o desenvolvimento do capital político desta nova identidade. Diferente da cooptação, o reconhecimento implica na adequação das políticas públicas e não na simples oferta de pequenos projetos com recursos públicos. Neste processo de reconhecimento destacam-se:

a) no âmbito federal:

- reconhecimento do direito de participar das negociações sobre políticas públicas específicas. Tal reconhecimento pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente se deu a partir da inserção dos FP na Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Com o decreto presidencial 6.041, de 13/07/2006, representantes dos FP (titular e suplente) passaram a ocupar uma das quinze cadeiras da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais destinadas a estas populações; e
- reconhecimento do direito à adequação dos processos de regularização fundiária pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário através de convênios e ações do INCRA. Este reconhecimento político já se desdobrou em um convênio com o CDA⁷⁴ conferindo agilidade ao processo de medição e titulação de 1750 áreas dentro de FP (aproximadamente 50 coletivas e 1700 individuais). A Instrução Normativa INCRA 63, de 14/09/2007, incluiu um item que abre a possibilidade de crédito para FP nas modalidades “apoio inicial” e “fomento”, totalizando R\$ 4.800,00 para cada família. Ainda que o INCRA tenha uma dívida atual de R\$ 90 milhões de créditos instalação, o INCRA-BA pretende disponibilizar R\$ 2.000.000 para os FP entre 2008 e 2009. Há uma articulação para que jovens de FP participem dos programas do PRONERA⁷⁵ (alfabetização de jovens e adultos e cursos universitários de agronomia e pedagogia).

⁷⁴ Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Agricultura da Bahia.

⁷⁵ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

b) no âmbito do estado baiano:

- a citação explícita dos FP no artigo 178 da Constituição baiana de 1989, que significou o reconhecimento oficial e implicou o poder público estadual nos processos de regularização das terras;
- em 1995, a CORA – Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo, publicou o Plano Plurianual para FP, referente ao período 1995-1998, no qual se comprometia com pequenos projetos em mais de 70 comunidades e, inclusive, com a construção da sede da central de FP de Bonfim (o que não se realizou); e
- a existência de um escritório específico para os FP na CDA, com estrutura e equipe próprias, permitiu o desenvolvimento de uma sistemática de reconhecimento, medição e titulação de terras, um *fast track*, se comparado ao encaminhamento acessível às comunidades sem esta guarida. Processos (sem conflito) referentes a áreas menores que 500 hectares são concluídos em até três meses. Processos referentes a áreas com mais de 500 hectares que exigem a elaboração de projeto de viabilidade e assinatura do governador, demoram pelo menos seis meses.

Para alguns representantes dos FP, considerando a fragilidade da política estadual para populações tradicionais, o governo deveria atentar-se mais aos FP uma vez que estes são “o cartão postal da Bahia para populações tradicionais”. O reconhecimento estadual vem se efetivando no convite para integrar as diversas comissões de políticas públicas. Eles estão representados no CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar), na Comissão Estadual de Bacias Hidrográficas e farão parte da recentemente criada Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.

O capital político da categoria social também é constituído pelo reconhecimento, respeito e apoio advindos da sociedade civil. Em relação aos FP, cinco instituições se destacam: a CPT, a EFASE, a FUNDIFRAN, a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais - AATR e o IRPAA⁷⁶.

Ainda que tenha trabalhado com FP antes de seu reconhecimento na constituição do estado, a CPT decidiu investir neles mais energia depois desse reconhecimento. Criou, em 1996, a Frente FP, responsável por apoiar as comunidades em todas as regiões nas quais há

⁷⁶ Respectivamente, Comissão Pastoral da Terra; Escola Família Agrícola do Sertão; Fundação para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco; Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais e Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada.

equipes diocesanas. A ação da CPT se destaca nas dioceses de Ibotirama (atende os FP de Barra, Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas); Juazeiro (atende os FP de Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé, Sobradinho); Senhor do Bonfim (atende Andorinhas, Campo Formoso, Pindobaçu, Antonio Gonçalves, Itiúba e Jaguarari); e Vitória da Conquista. A CPT se destaca também pelo apoio que dá à CAFFPB através da equipe diocesana de Senhor do Bonfim e também à Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto.

A Articulação também é apoiada pela AATR que acompanha os casos de conflitos dos FP em que há ameaças aos agricultores e penalização criminal dos mesmos. Oferece, também, um curso de juristas leigos⁷⁷ que está sendo elaborado para atender a uma turma específica de agricultores de FP.

A Escola Família Agrícola do Sertão - EFASE, situada dentro de um FP, apóia a formação de nível médio de 40-50 jovens de FP (a cada ciclo de quatro anos). Técnicos e monitores da EFASE atuam mais especificamente no município de Monte Santo ajudando nos processos de reconhecimento e regularização de terras. Em Correntina, embora menos intensamente que a EFASE, atua a Escola Família Agrícola de Correntina - EFACOR, no apoio às comunidades de fecho de pasto.

A EFASE e a CPT se destacam dentre as instituições que têm contribuído para o crescimento da categoria FP, na medida em que orientam as comunidades que utilizam áreas comunais a aproveitar as vias abertas para a categoria (Constituição, CDA, INCRA). Isso está acontecendo, notadamente, nos municípios de Barra e Vitória da Conquista.

A FUNDIFRAN, na região de Ibotirama, e o IRPAA, na região de Curaçá, Uauá e Canudos, atuam com diversos projetos junto a comunidades de FP, principalmente na verticalização, no incremento e na diversificação de atividades produtivas.

Ao analisar tais dados, percebe-se que a categoria dos FP desenvolveu um significativo capital político. Comunidades que percebem tal capital podem se interessar em compor a categoria, o que aumenta, inexoravelmente, a diversidade interna à mesma.

⁷⁷ O curso de juristas leigos oferece noções básicas de direito e visa preparar os agricultores para encaminhar procedimentos jurídicos que prescindem da carteira da OAB de advogado, como é o caso de um “habeas corpus”.

3.4. DIVERSIDADE SOCIAL DOS FUNDOS DE PASTO E SUA DINÂMICA

Ao referir-se aos FP, qualquer pessoa, seja representante do movimento ou técnico de alguma instituição a eles relacionada deve, cada dia mais, imaginar uma grande diversidade de situações ambientais, sociais, culturais e econômicas. A maioria dos antepassados, fundadores das famílias dos FP, era composta por vaqueiros e agregados. Estes são os FP “originais” que já não refletem a evolução da categoria. A identidade está em expansão. A cada momento mais diversidade é agregada à categoria.

Se no início da formação da categoria havia uma totalidade de criadores de animais soltos na caatinga, em áreas originadas dos currais das sesmarias, hoje ela incorpora pelo menos outras quatro categorias: atingidos por barragem, quilombolas, ribeirinhos e geraizeiros. As identidades hifenizadas ou sincréticas⁷⁸ sugeridas por Putnam (2007) são realidade dentre os FP, não como solução para o conflito local decorrente da diversidade (PUTNAM, 2007), mas como mecanismo de força para o conflito. Há quilombos-FP, ribeirinhos-FP, geraizeiros-FP e provavelmente brejeiros-FP. Neste caso, as identidades sincréticas unem diversidades camponesas em oposição aos atores com os quais conflitam localmente.

Há um esforço das lideranças para promover a identidade dos FP junto aos diversos grupos de criadores em terras comunais na Bahia. A inscrição de outras comunidades dentro da categoria ocorre independente da correspondência com outras características históricas, identitárias, ambientais, produtivas, sociais ou culturais. O critério geral, utilizado por técnicos e representantes dos FP, para a inclusão na categoria é tão somente o uso, eventual ou permanente, de áreas para pastoreio em comum. Os representantes dos FP declaram que a desinformação dificulta a adesão de comunidades que são de FP, dependem de FP, mas ainda desconhecem o conceito.

Apesar do esforço dos representantes e técnicos para fortalecer a categoria pela adesão de novas comunidades, pode-se afirmar que as necessidades comunitárias são o fator preponderante para o seu crescimento. Hoje, muitas vezes, FP é o melhor caminho para garantir e/ou acessar terra.

⁷⁸ As identidades hifenizadas que se desenvolveram fortemente no final do século XX nos EUA, referem-se às tentativas de reconhecer a base estadunidense amalgamando diferentes *backgrounds* étnicos e culturais, a exemplo do afro-americano e ítalo-americano.

Existem, pelo menos, quatro contextos de adesão à categoria:

a) FP formados ao longo da história da comunidade e reconhecidos no momento de um grave conflito

A maior parte das comunidades de FP tem origem no século XIX ou anterior. Entretanto, viveram sem afirmar um nome regional ou mesmo comunitário. Os nomes eram fazenda X, sítio Y. Foram os conflitos que fizeram estas comunidades se tornarem parte da categoria FP.

Essa adesão decorrente de conflitos ainda continua a ocorrer. Os fechos de pasto, áreas de “Gerais” usadas sazonalmente com bovinos, em Correntina e Santa Maria da Vitória, vivem conflitos intensos e violentos. Ao procurarem a CDA, em 2006, iniciaram o seu processo de adesão à categoria FP.

b) FP formados por indução ambiental, cultural, tecnológica ou acordo de vizinhos

Alguns assentamentos recentes, ligados ao movimento CETA, principalmente aqueles localizados em municípios com comunidades de FP, decidiram estabelecer uma área de FP. Quando perguntados se são de FP não sabem responder ou dizem: “Acho que não, ou você é assentado ou é de FP.” Esta necessidade de diferenciação tem relação com o modo como o governo e as instituições os classificam. Em um assentamento em Oliveira dos Brejinhos, em que predominam pessoas vindas de FP, os assentados optaram por se configurar como tal. O assentamento Ferrari é hoje um FP, decorrência do fato da maioria de seus ocupantes ser composta por jovens oriundos desta formação tradicional.

c) FP formados por indução externa

Alguns assentamentos dos atingidos pelo lago de Sobradinho foram configurados como FP por orientação técnica. Os agricultores relatam que, logo que o assentamento foi feito, os técnicos disseram que deveriam separar grandes áreas para pastorear caprinos e usar pequenas áreas cercadas para roçados. Na região de Remanso e Sobradinho, os técnicos se referem aos FP tradicionais e aos FP dos barrageiros, distinguindo-os. O FP dos barrageiros reuniu trabalhadores vindos do Ceará e Piauí para construir a barragem de Sobradinho.

Nestes casos, a configuração do FP é bastante diferente, como se pode observar na figura 3.1, abaixo:

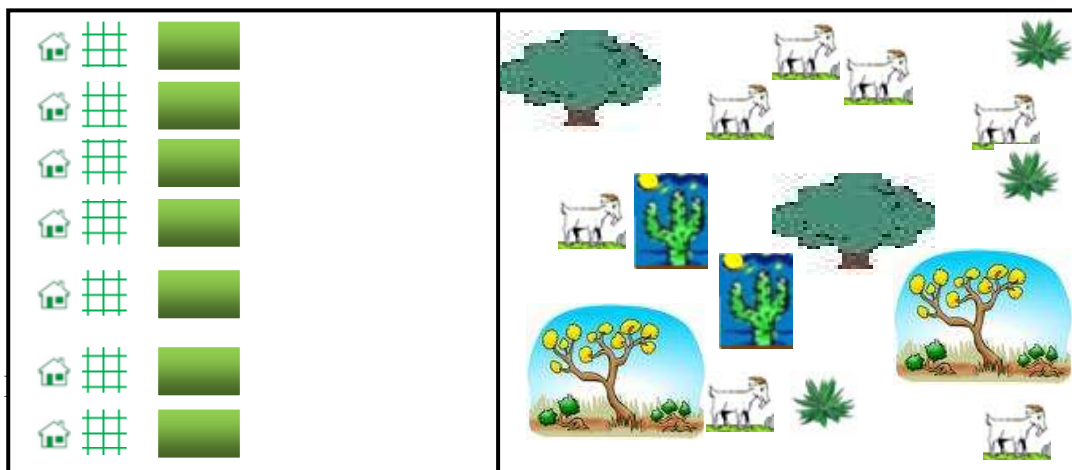


Figura 3.1: FP oriundo de assentamento

Em Vitória da Conquista, Seabra, Umburanas e Mirangaba mais de uma dezena de comunidades que têm roçados cercados e fazem uso de pastos nativos não cercados estão aderindo à identidade de FP. Nem sempre esta opção ocorre em um momento de grande conflito. Pode acontecer de modo espontâneo, por aproximação com o movimento, por sugestão da CDA ou por indução de instituições que as apóiam.

Um grupo de famílias de pescadores artesanais de Barra, que ocupou uma fazenda à margem do rio Grande, optou por ser reconhecido como FP, sendo hoje conhecido como Comunidade de FP de Ribeirão. Antes viviam em uma ilha do rio Grande que se tornou insuficiente para o grupo. Não têm animais no FP, fazem pequenas roças de subsistência, construíram novas casas em regime de mutirão e continuam vivendo basicamente da pesca. A sua adesão à categoria foi orientada pelo agente pastoral da região. “O pessoal daí virou FP por necessidade; era o caminho que tinha. Já tem mais parente chegando” (agente pastoral).

O mesmo ocorreu a partir dos conflitos de terras em Santa Maria da Vitória e Correntina, onde típicos geraizeiros, que fazem uso sazonal das “Gerais” para apascentar gado bovino, aderiram aos FP. A percepção da facilidade representada pelo *fast track* dos FP na CDA evoluiu para um momento de dificuldade de diálogo destes grupos com o movimento. Além da distância (estão localizados no extremo oeste do estado), os “geraizeiros” declaram que o documento básico do movimento dos FP (anexo 3.1: “O FP que queremos”) parece não

ter nenhuma relação com a realidade deles. Ao conhecer a origem dos fechos de pasto e o modo como eles se relacionam com as áreas comunais percebe-se que há grandes diferenças em relação aos FP da caatinga. As principais diferenças são a bovinocultura, a sazonalidade do uso da pastagem comum e a distância das áreas de “Gerais” em relação à área de moradia. Para as entidades que apóiam as comunidades geraizeiras estes ainda não se mobilizaram porque faltou o “estalo”. Por isso ficam a reboque dos FP⁷⁹.

d) “Ser ou não ser” FP

Laje dos Negros, comunidade de Andorinhas, que em um primeiro momento foi reconhecida como FP virou comunidade de quilombo. Hoje se identifica e está mais próxima do movimento negro, mas continua cadastrada junto à CDA como FP. Duas comunidades negras de Pilão Arcado, caracterizadas pelos agentes da CPT como ribeirinhas do lago de Sobradinho voltam, em 2007/2008, a buscar regularização de terras como comunidade de FP, depois de uma tentativa de encaminhamento como comunidade quilombola.

Há um quinto grupo social em processo de possível adesão à categoria, muito distinto dos FP “originais”: são os brejeiros dos Brejos da Barra. A região dos brejos da Barra reúne 3 a 4 mil famílias, distribuídas em 59 comunidades. Utilizam enormes áreas comunais com extrativismo vegetal (de manga e frutas nativas do cerrado e da caatinga), produção de rapadura, cachaça e farinha. O pastoreio comunal é raro e a caprinocultura quase inexistente. Três comunidades dependem, prioritariamente, da pesca artesanal e outras a têm como atividade complementar. Eles se autodenominam “brejeiros” e o seu principal produto é a cachaça denominada “brejeirinha”.

As fotos abaixo apresentam cenas típicas dos brejos. Na foto 3.1 observa-se o brejo úmido com um plantio de cana, localizado na comunidade de fundo de pasto de Brejão, município de Buritirama. Na foto 3.2 vê-se parte de uma casa de alvenaria e uma antiga moenda de cana, ainda em uso:

⁷⁹ “Os fechos do oeste não têm o estalo, ninguém provocou ainda. Ainda não contaram sua história, enquanto isso, estão a reboque dos FP” (agente pastoral).



Foto 3.1: Brejo com plantio de cana Foto 3.2: Quintal de casa com moenda de cana

Hoje, estes grupos vivem a questão de “ser ou não ser” FP. Têm que decidir entre aderir a uma identidade e a um movimento constituídos ou buscar desenvolver uma identidade independente, ainda não-configurada, divulgada ou mesmo reconhecida e valorizada. A equipe diocesana da CPT de Ibotirama é a favor da inclusão dos brejeiros como parte dos FP, como estratégia de gerar segurança de modo mais ágil. Outros agentes consideram-na uma opção inapropriada e apontam a necessidade dos brejeiros trilharem caminhos próprios. Diz um agente pastoral: “Eu estou há 5-6 anos falando com o pessoal dos Brejos sobre FP e não vai pra frente, eu não sei porque?” Outros técnicos da CPT-regional discordam e consideram prejudicial esta iniciativa; referindo-se à ação e às palavras daquele primeiro agente, um outro diz: “Ele está aí há 6 anos, insistindo com o povo dos Brejos com esse negócio de FP e não virou nada, é porque eles não se identificam, não tem a ver”.

Em outubro de 2007, em um seminário sobre a regularização de terras dos brejos, em Barra, com a presença da CPT, do bispo da Barra (Dom Luís Cappio) e 35 representantes de comunidades dos brejos, foram estudadas as alternativas RESEX, ResDS, FP, assentamento de reforma agrária e quilombo. As alternativas consideradas mais interessantes foram ResDS e FP. Contra a alternativa ResDS pesaram o desconhecimento, a titulação como terra pública e cessão de direito de uso e a necessidade de articular todas as 59 comunidades. A favor desta alternativa pesou a importância ambiental de se articular as 59 comunidades, em virtude da unidade do ecossistema. Contra a alternativa FP pesou, principalmente, a necessidade de se regularizar associações em cada comunidade. Para alguns técnicos a modalidade FP preocupa em virtude da falta de necessidade de vínculo entre as comunidades. Para esses técnicos, a qualidade ambiental de cada comunidade depende de um planejamento global do sistema de brejos. A favor da alternativa FP pesaram a independência das comunidades para os seus

encaminhamentos, a titulação privada e coletiva da terra (condizente com a realidade e necessidade dos Brejos) e a possibilidade de outros ganhos associados à categoria. A possibilidade da extensão aos FP das linhas de crédito para reforma agrária, nas modalidades “apoio inicial” e “fomento”, totalizando R\$ 4.800,00 por família, aberta pelo INCRA, mudaria totalmente o cenário. Apesar da incerteza do acesso a este recurso, além da possibilidade legal, há um compromisso do atual presidente do INCRA com o bispo da Barra, firmado por ocasião da greve de fome empreendida pelo mesmo, de apoiar a regularização e fortalecimento das comunidades dos Brejos da Barra.

A maior dificuldade dos brejeiros para optar pela identidade dos FP tem sido um conjunto de problemas internos como falta de confiança, conflitos, rivalidades, associações manipuladas por grupos internos e associações endividadas. A necessidade de uma associação reconhecida se torna um entrave. Isto demonstra que o aproveitamento de um capital político (como o da categoria dos FP) requer um capital social interno às comunidades, como no caso dos Brejos da Barra.

Circunstâncias tão díspares como a transposição do rio São Francisco, greve de fome do bispo da Barra e a abertura de linha de crédito para comunidades tradicionais (INCRA), podem ser os elementos decisivos para incluir 5.000 novas famílias na categoria dos FP (hoje com aproximadamente 20.000 famílias). A categoria cresceria em pelo menos 20% agregando um grupo com marcantes peculiaridades.

3.4.1. Diversidade fundiária e de origem

Como se viu no capítulo 1, há várias hipóteses explicativas para o surgimento dos FP e deste jeito de viver no sertão. Entretanto, estas explicações se aplicam, apenas, para entender-se como surgiu uma configuração pastoril. Alguns, talvez a maioria dos FP, são “terras de herdeiro”, terras patrimoniais, mas há outros que advêm de “terras de índio”, de assentamentos, e ainda existem aqueles que são conjuntos de propriedades privadas. Nos fechos, a relação com as terras é diferente; as áreas destinadas ao pastoreio comunal são entendidas como “sem dono”, e não como terras da comunidade.

A maioria dos antepassados, os fundadores das famílias dos FP, era composta por vaqueiros. Os agregados, muitos deles, devem ter permanecido na área. Mas esta não é, certamente, a única origem das comunidades. Há ribeirinhos que, cultivando áreas comuns, também se tornaram FP. Há atingidos pelas barragens de Itaparica e Sobradinho que se

tornaram FP após o assentamento. Há operários da construção das barragens assentados como FP. Todos poderiam estar sob a categoria antropológica genérica de sertanejos, o que serviria para estudos desta área, mas não para a confrontação necessária a sua reprodução.

3.4.2. Diversidade produtiva e ambiental

a) Produção e renda

Em regiões mais secas (Uauá, Curaçá, Canudos, leste de Monte Santo) os FP dependem exclusivamente da caprinocultura extensiva (renda e subsistência) e de pequenos roçados (subsistência). Em regiões menos secas ocorre a bovinocultura, mas os roçados, eventualmente, geram renda externa para as famílias. A complementaridade com produtos do extrativismo (mel, umbu, cascas, outras frutas) é geral, ainda que em diferentes níveis de intensidade. A cada ano a diversidade dos FP aumenta no que se refere à produção. Há até vários FP sem qualquer criação de animais nas áreas comuns, como Alagadiço do Henrique e Ribeirão (neste último a principal fonte de renda é a pesca).

b) Biomas

Ainda que o bioma caatinga seja único as caatingas são muitas. Além da diversidade de FP em função das variações da caatinga (caatingas altas do Piemonte da Diamantina e caatingas baixas de Curaçá e Uauá), estão ingressando na categoria comunidades da chapada Diamantina, dos Gerais do Cerrado e de um ecossistema único, que associa brejos, cerrado e caatinga, nos Brejos da Barra.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 3

Processos e relações institucionais inauguraram, política e juridicamente, na Bahia, uma categoria *sui generis*, os FP, que começa a abarcar outras. A categoria ganhou vida própria, organização, reconhecimento estadual e federal. É uma identidade em expansão numérica e qualitativa. Ela se amplia por ser uma brecha para aqueles que resistem a sair de suas terras. Ela oferece caminhos legais de regularização fundiária, relações com instituições parceiras, atenção pública do estado (regularização, crédito) e visibilidade. Acolhe parte da sociodiversidade baiana, independente de história comum, de configuração do sistema de

produção, costumes e usos sociais. Os novos FP incluem brejeiros, assentados, geraizeiros, atingidos por barragem, quilombolas e até pescadores artesanais. É sinal de que os FP, como categoria social e política, desenvolveram bom valor como opção estratégica para comunidades da Bahia.

A formação dos FP como população tradicional indica a associação entre o sucesso na gênese da identidade tradicional e o valor das opções estratégicas a ela associadas, uma das hipóteses que orientou a pesquisa. Tornou-se interessante ser FP para quem não tem identidade politicamente desenvolvida e necessita proteção social por parte do governo, principalmente no que tange ao conflito agrário.

As identidades hifenizadas ou sincréticas, tratadas por Putnam (2007), são uma realidade na categoria dos FP. Há comunidades quilombo-FP, ribeirinhos-FP, geraizeiros-FP e talvez haja brejeiros-FP. Parece não haver limite para esta hifenização; há até pescadores artesanais de FP que não fazem uso de terra comunal para pastoreio (ainda que tenham obtido terra via categoria FP e que pretendam iniciar caprinocultura quando obtiverem financiamento para tal). Entretanto, a motivação do sincretismo de identidades nos FP é oposta à razão apresentada por Putnam. Em Putnam, o sincretismo é busca de harmonia na diversidade no território, enquanto que nos FP o sincretismo é opção ativa para ampliar força frente ao conflito social no território. O sincretismo ocorre como fórmula para lidar com o conflito, não com a harmonia. Mais do que um traço de união, ele tende a ser uma diferenciação.

De fato, os argumentos desta tese convergem com os de Harriss (2001), para quem a existência de um capital político, potencializa as capacidades internas às comunidades (denominadas nesta tese como capital social, para facilitar o entendimento). O próprio conflito e a necessidade de acumulação de forças políticas para enfrentá-lo estimularam a organização social das comunidades de FP. Entretanto, o aproveitamento de um capital político também depende do capital social, interno a cada comunidade. Sem confiança e reciprocidade, as comunidades ficam estagnadas, indefinidas, ainda que muitas portas se abram a partir de um “simples” auto-reconhecimento como FP, comunidade indígena ou quilombo. Esta conclusão sugere a existência de uma dialética entre capital político e capital social.

Até o momento, ficou evidente que algumas categorias que logram sucesso regional, como é o caso dos FP, ao ponto de abarcar grupos sociais distintos, não logram estratégias nacionais que permitam a aglutinação de grupos sociais parecidos (faxinais, geraizeiros),

mesmo que a participação na CNPCT abra um potencial para que os FP revertam esta falta de ligação com as políticas federais. O fato é que em uma ordem política federativa a conquista de algum capital político estadual pode induzir ao desinteresse pela ação pública na arena nacional.

A falta de qualquer projeto nacional que acolha toda diversidade brasileira não permite que haja maior unidade na diversidade. É possível imaginar que poderia haver uma categoria nacional das comunidades pastoris, beneficiária de políticas específicas. Sob uma categoria nacional maior, diversos nomes poderiam se manter regionalmente, resguardando as suas idiossincrasias (FP, faxinais, geraizeiros, fechos de pasto, brejeiros, retireiros). Ao mesmo tempo em que a inexistência de tal política dificulta esta “unidade na diversidade”, as brechas obtidas regionalmente por alguns grupos sociais induzem uma “diversidade na unidade” o que, no longo prazo, pode enfraquecer as categorias criadas e fragilizar as suas lutas. Além da questão fundiária, as representações da organização política dos FP deverão lidar com muitos outros temas e desafios como caprinocultura na caatinga, cerrado, chapada, brejos, bovinocultura, cachaça artesanal, artesanato de buriti, extrativismo de umbu e pequi. Esses tópicos ampliam a temática dos FP. Incorporar toda a diversidade na pauta traz ruído à arena e pode dispersar energia da ação política. Não incorporar a diversidade traz riscos à própria legitimidade do movimento e às suas representações.

A categoria dos FP segue “inchando” com sociodiversidade enquanto não há caminhos que acolham as demais identidades dentro de suas especificidades. Pode ser uma tendência de muitos grupos sociais que avançam na conquista de capital político. O paradoxo é que enquanto a categoria dos FP incha, ela também perde força. Isto ocorre em função de dois movimentos bem claros: a ampliação do caráter mercantil das atividades econômicas, que conspira contra a cultura camponesa em geral, e a possível perda de coesão, resultante da aglutinação regional de grupos diversos sob a mesma identidade de luta.

4. GESTÃO DE ÁREAS COMUNAIS E OS FUNDOS DE PASTO

Ah, mas a fé nem vê a desordem ao redor. Acho que Deus não quer consertar nada a não ser pelo completo contrato: Deus é uma plantação. A gente – e as areias. (ROSA, 2006, p. 340).

INTRODUÇÃO

O padrão comunal de ocupação e uso de terras tende a se extinguir, na razão direta do avanço das relações mercantis. A produção para o mercado amplia a conversão da terra em mercadoria, repetindo um fenômeno verificado desde o início do capitalismo europeu (POLANYI, 1957). Há relação estreita entre intensificação da agricultura e mudança de direitos de propriedade (HELTBERG, 2002). A produção voltada para mercado requer investimentos que são mais propícios quando há propriedade privada da terra.

Normalmente associado a contextos em que prevalecem práticas não tipicamente capitalistas, o uso comunal de terras tende a se restringir a bolsões nos quais a produção para o mercado pouco ou nada avançou. Mais que uma resistência ao capitalismo, estas comunidades mantêm práticas pré-capitalistas em função de fatores como: enraizamento cultural, características ambientais (clima, solo, disponibilidade de recursos naturais para empreendimentos em escala comercial), tecnologia (pouca disponibilidade de técnicas para produção capitalista em larga escala), geografia (distância de grandes centros consumidores), economia (falta de recursos regionais para investimento) e circunstâncias políticas (pouco investimento em estrutura para transporte e produção).

Tais comunidades dependentes de recursos comuns têm sido objeto de estudo da gestão ambiental. Nesse caso, o desafio é compreender os arranjos no uso e conservação do recurso comum. Gestão de comuns é uma categoria distinta dentro da gestão ambiental. A gestão ambiental se dedica prioritariamente aos danos dos processos de urbanização, da extração de recursos naturais em grande escala e da industrialização. Gestão de comuns está presente em contextos menos modernizados, denominados tradicionais, não-assimilados pela territorialização global do modo capitalista de produção. Nestes “tradicionais”, o desenraizamento dos séculos XVIII ao XX não ocorreu ou mesmo “regrediu” para formas comunitárias de apropriação como estratégia de sobrevivência. É o caso do sertão baiano que, após 300 anos de apropriação privada pelas grandes sesmarias, desenvolveu formas de apropriação comunitária da terra, como os FP.

O presente trabalho visa apresentar o cenário geral da gestão de comuns em FP, mapear a diversidade dos arranjos entre as comunidades e a diversidade correspondente de desafios e questões para esta gestão de comuns. A leitura desta realidade poderá fornecer referências para compreensão dos limites de abordagens que têm por foco a gestão comunitária dos espaços e recursos comuns.

Dentre as populações classificadas como tradicionais, seja pela academia ou pelo Estado, há algumas que estão diretamente relacionadas ao uso comunal de espaços e recursos, sendo inclusive nomeadas a partir desta característica. Destacadamente, enquadram-se nesta descrição as quebradeiras de coco babaçu (definidas pela exploração comunal de babaçuais), os pescadores artesanais (definidos pela exploração comunal de pescado), os geraizeiros (definidos pela exploração comunal das “Gerais”) e os criadores em áreas comuns (faxinais e FP).

Há vários estudos sobre os desafios à gestão de comuns por estas populações brasileiras. Alguns são aplicados à gestão comum de recursos pesqueiros (OVIEDO, 2006; DIEGUES, 2000; SOUTO, 2004; HARTMANN, 1990; CORDELL, 2001) e outros ao manejo de recursos comuns na Amazônia (VIANA, 1998; VIANA & DIEGUES, 2000; BENATTI, 2002; McGRATH, 1998; CASTRO et al., 2002;). Há poucos trabalhos sobre os recursos comuns em FP (SABOURIN & MARINOZZI, 2001; CARON, 2001).

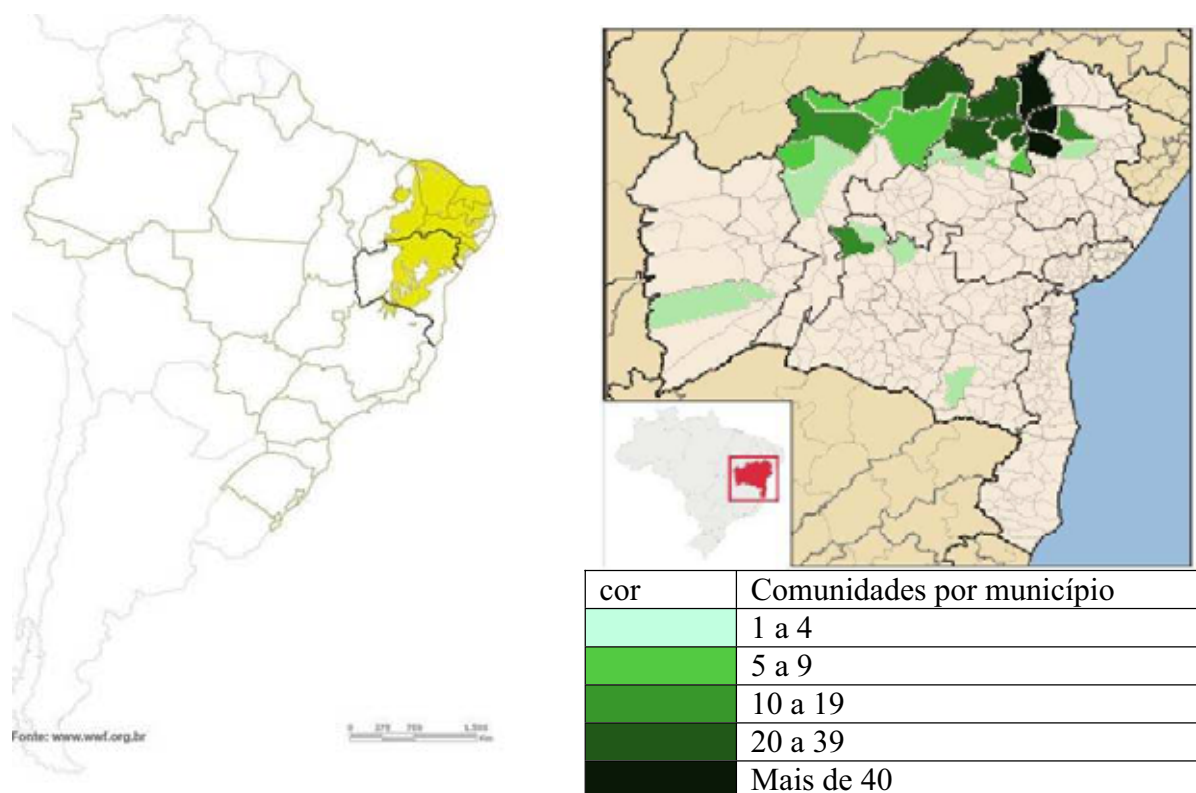
A associação dos sistemas comunais ao manejo ambiental, equidade social e segurança alimentar, sugere o interesse em apoiar estas formas de produção na elaboração de políticas públicas (HELTBERG, 2002). A resistência à privatização de terras comunais é uma das estratégias fundamentais para a sustentabilidade dos comunitários (SACHS, 2004).

Os campos em comum, que já foram forma predominante de ocupação e uso do solo, vêm desaparecendo no mundo desde o século XIII (HUBERMAN, 1936; POLANYI, 1957), por causa de grandes avanços dos cercamentos (*enclosures*) e da privatização das terras comunais. Este processo teve um novo grande surto na chamada “era das revoluções”, entre 1789 e 1848 (HOBSBAWN, 1962). Nas Américas, isto ocorreu no século XIX, principalmente após os processos de independência e, mais tarde, com o advento do arame farpado (RAZAC, 2000).

No Brasil, os processos de privatização de terras nas áreas de cerrado (savana) e

caatinga⁸⁰ só se aprofundaram a partir da segunda metade do século XX (CARVALHO, 2005), com as políticas nacionais de intensificação da agricultura.

Os fundos de pasto (FP) são típicas e antigas áreas comunais do nordeste brasileiro. O pastoreio em comum, no bioma caatinga (mapa 4.1), é uma prática usual desde o início do século XVI, mas é pouco estudada na academia. Com o aparecimento de práticas de grilagem, nas décadas de 1970 e 1980, a resistência de comunidades em algumas regiões da Bahia deu origem ao reconhecimento formal desse tipo de ocupação. É, então, que a denominação FP se estabelece. Hoje, há registro de 20.000 famílias em 510 comunidades, espalhadas por 28 municípios da Bahia (mapa 4.2). A maior parte delas está localizada na bacia do rio São Francisco, em áreas de caatinga, onde vivem da agricultura de subsistência, em áreas individuais, e do pastoreio de caprinos, nas áreas comunais.



Mapa 4.1: Abrangência do bioma caatinga⁸¹ Mapa 4.2: Fundos de pasto da Bahia - 2008

Após quase 200 anos de relativa estabilidade dos modos de produção e de ocupação, muitas comunidades de FP começaram a sentir uma crescente necessidade de suplementar a

⁸⁰ Caatinga é a denominação nativa da paisagem que caracteriza o bioma do semi-árido da região nordeste do Brasil. A seca é um fenômeno recorrente, em virtude da distribuição irregular das chuvas. Embora a precipitação média seja de 800mm anuais nas áreas estudadas, pode ocorrer, por vários anos consecutivos, não chover no período esperado.

⁸¹ Fonte do mapa 4.1: <www.wwf.org.br/natureza_brasileira/biomas/bioma_caatinga/mapa_caatinga/>. Acesso em: 05 maio 2008.

alimentação dos rebanhos no período de seca. Esta suplementação é feita com forragens conservadas na forma de silagem (resultado de fermentação láctica) ou feno (desidratados ao sol). Em algumas delas, a necessidade de suplementação se tornou crítica e preocupa as famílias quanto à viabilidade do sistema. A análise de tal impasse revela questões típicas de contextos onde há desequilíbrio entre o uso e a capacidade de suporte dos recursos de base comum (RBC)⁸².

Boa parte das críticas à visão da “tragédia dos comuns” (HARDIN, 1968) aponta, como um dos seus erros centrais, a falta de entendimento sobre as diferenças entre regimes de propriedade. Os estudos que se opõem à perspectiva da tragédia dos comuns levantam inúmeros aspectos associados à sustentabilidade da gestão destes recursos. Para esses autores, as questões centrais associadas à sustentabilidade são de ordem institucional e local (McCAY & ACHESON, 1987; BROMLEY & CERNEA, 1989; OSTROM, 1990, 1999; 2002a; BROMLEY, 1992; APPELL, 1993; FEENY et al., 2001; BERKES, 2005; ACHESON, 2006). Para Acheson (2006), é crescente o consenso sobre a causa institucional da degradação. Estas abordagens (falhas institucionais, condições para governança comunitária, capital social e ação coletiva) podem ser desorientadoras na medida em que a elaboração de conclusões políticas a partir de análises localizadas recai em um simplismo que oculta as questões políticas das quais dependem (HARRISS, 2001; HELTBERG, 2002).

Muitas comunidades configuradas por serem gestoras de recursos comuns não conseguem responder aos desafios atuais desta gestão. Ainda que possuam regras para o manejo comunal, encontram dificuldades em responder questões como a redução da área disponível, o aumento da população interna, a necessidade de aumentar os rebanhos e a degradação de uma caatinga sem cercas. A suficiência de recursos é apenas parte da questão de sua gestão em bases comuns.

Assim, neste capítulo, são estudados os aspectos internos e externos às comunidades que determinam a gestão dos recursos comuns e a sua sustentabilidade. Foram feitas visitas às comunidades de FP, entrevistas, discussões em grupo, cartografia participativa⁸³ e levantamento de dados secundários (principalmente em órgãos do governo). Os atores

⁸² A abreviação RBC é uma tradução de CPR (*Common pool resources*) defendida por McKean & Ostrom (2001) como mais adequada para se referir aos recursos e espaços de uso comum.

⁸³ Cartografia participativa consiste na elaboração de mapas registrando as perguntas do agente externo, permite tornar mais compreensível elementos de distribuição espacial que são dominados pelos agricultores mas raramente pelos externos. Também funciona como meio de comunicação entre atores locais e externos. (MERLET, 2006).

consultados foram jovens e representantes das comunidades, representantes locais e regionais, ativistas ligados à Igreja Católica e técnicos de outras instituições relacionadas aos FP. A coleta de informações seguiu uma abordagem orientada por problemas, focando o entendimento das práticas e não perseguindo uma simples questão teórica (McNIE, 2007).

A segunda parte deste capítulo aborda os regimes de propriedade nos FP. Destaca-se sua singularidade enquanto modo de produção híbrido – entre individual e coletivo. Apresenta as variações em suas formas de ocorrência nas diferentes localidades. A terceira parte aborda a sustentabilidade dos comuns, a partir dos aspectos do capital social e da instabilidade fundiária, apresentando e chamando a atenção para mudanças que estão em curso e que ameaçam a continuidade dos FP. Em seguida foram avaliados aspectos usualmente não-considerados em análises de governança comunitária de RBC, como o avanço das relações mercantis (Modo Capitalista de Produção-MCP) e a necessidade de ações e relações políticas mais amplas, que transcendem a escala local.

Finalmente, as conclusões apontam para a existência de um campo de tensão entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade de sistemas de uso comunal, associados à conservação de extensas áreas do bioma caatinga. A compreensão deste campo de tensão não é possível com base na estrutura de análise proposta pela escola RBC e nas suas perguntas teóricas sobre condições para governança local. A matriz de análise oferecida pela escola de RBC é insuficiente para compreender o desafio à gestão de comuns nos FP. Há necessidade de uma abordagem mais ampla, política, focada na resolução dos limites da gestão dos comuns, insuficiências que este capítulo busca superar como forma de contribuir com os estudos da área.

4.1. AMBIENTE: PRIVADO, PÚBLICO E COMUM

A questão ambiental se apresenta, por vezes, como um problema de todos e de ninguém. Bursztyn (1995) pergunta, afinal “se há consenso na defesa da natureza, quem está no ataque?” Uma resposta possível é: privadamente, todos nós estamos no ataque, e publicamente, nenhum de nós.

Privado, público e comum, conceitos aparentemente óbvios, mas que na verdade são difusos e dinâmicos na história da sociedade. Questões sobre definição e limites destes conceitos surgem em uma época na qual a liberdade individual na vida econômica e a incorporação de toda a sociedade e a natureza no mercado atingem seu ponto mais alto. Para

Leff (2000), a natureza está em processo de incorporação ao capital por duas vias, uma econômica (a internalização de custos ambientais do progresso material) e outra simbólica (que recodifica num “cálculo de significação” homem, cultura e natureza, como formas aparentes de uma mesma essência). A noção de capital natural codifica o ambiente na linguagem do capital e incorpora-o ao processo econômico, numa “revisão do mundo como expressão do Capital” (LEFF, 2000, p. 294).

Quando os estudos econômicos tentam atribuir valor de troca à natureza, reforçam o utilitarismo e a conversão da natureza e trabalho em recursos, natural e humano, privatizáveis. Paradoxalmente, neste começo do século XXI, até o universo de escolha do consumidor, que constitui o primado da liberdade da vida capitalista, se torna objeto de discussão pública sobre consumo responsável, consumo consciente e limites do consumismo (ASHLEY, 2000; OLIVEIRA, 2007). A forma de consumo de cada um afeta o bem estar coletivo e, assim, passa a ser alvo de críticas e de mecanismos de indução a formas ambiental e socialmente “adequadas”. Os limites do usufruto da propriedade privada é tema recorrente no debate ambiental. Tais fatos contemporâneos evidenciam a premência de repensar os limites entre público e privado e o entendimento do papel da noção de propriedade comum.

Segundo McKean & Ostrom (2001), há evidências de que os regimes de propriedade comum, implantados por comunidades, eram a regra no passado, ou seja, estavam estabelecidos firmemente por todo o planeta entre povos que conheciam/adotavam agricultura/pecuária. Segundo as autoras, o seu desaparecimento, em alguns casos, se deu em função de novas opções tecnológicas e econômicas das comunidades. Entretanto, parece certo dizer que inúmeros regimes, talvez a maior parte de gestão comunal de recursos naturais, tenham desaparecido por coerção ou forte influência externa. As autoras falam em dois caminhos básicos da exclusão destes regimes por força de legislação:

1) a não-observância da existência destes regimes quando foram empreendidos os primeiros esforços nacionais de codificação de direitos de propriedade sobre os recursos em questão (caso do Brasil). Esta situação pode ser observada em muitos contextos americanos, asiáticos e africanos onde não existia necessidade de impor limites ao acesso à água ou à floresta ou nos quais simples regras comunitárias garantiam a qualidade do acesso geral aos recursos e espaços, mas onde os colonizadores desmantelaram regimes de apropriação comunal e instituições como prelúdio à instauração de economias coloniais (GADGIL & GUHA, 1992); e

2) casos nos quais regimes de propriedade coletiva legalmente reconhecidos foram substituídos por reformas agrárias que transferiram o recurso para indivíduos (como nas *enclosures* no Reino Unido), para o próprio governo (caso dos parques em alguns países) ou para uma combinação de indivíduos e governo.

Isto posto, compreende-se que é apressado entender privatização de espaços comuns como tendência inerente aos mesmos. A privatização de espaços comuns é resultado de influência ou coerção externa. Trata-se de influência quando as comunidades detentoras de espaço comum optam pela privatização em função de inovações tecnológicas ou necessidade de investimentos na produção e que são mais fáceis se feitos privadamente. Por exemplo, o crédito rural, feito aos indivíduos, é uma forma que influencia para a privatização. Trata-se de coerção quando por ação violenta, com ou sem participação do estado, tais espaços comuns são transferidos para o domínio privado ou público.

4.2. COMMONS E A ESCOLA DE RECURSOS DE BASE COMUM

Pescado, caça, vegetação, águas continentais superficiais ou subterrâneas, pastagens, florestas, águas marinhas, áreas de pastagem comunitária, parques e espaços públicos, bancos de bivalves e mangues são considerados recursos comuns, ou seja, “uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso em conjunto envolve subtração” (BERKES et al., 1989:91 *apud* FEENY et al., 2001). Tendem a ser geridos como recursos de propriedade comum aqueles que impõem problemas óbvios de regulação de acesso ou, simplesmente, onde ocorre a redução na acessibilidade de um indivíduo ou grupo a partir do acesso por outro. Assim, *commons* podem ser definidos como uma classe de recursos naturais que apresentam duas características básicas: o controle do acesso de usuários é sempre problemático (o problema da exclusão) e cada usuário é capaz de subtrair daquilo que pertence a todos (o problema da subtração ou da rivalidade de uso).

McKean & Ostrom (2001) defendem o uso da expressão “recursos de base comum”-RBC (*common pool resources*, CPR), uma vez que, ao se falar de regime ou propriedade comum, a expressão indica um modo de gestão.

Esta subtração, que na literatura de RBC é chamada também de rivalidade, é uma fonte potencial de divergência entre a lógica individual e a coletiva. Isto é auto-evidente em casos como da pesca (o aumento do esforço de pesca por uma pessoa obriga os demais a incrementar o seu esforço e tende a subtrair pescado de quem não aderir à prática) e do

bombeamento de água subterrânea (no qual o bombeamento de um indivíduo aumenta, automaticamente, o custo de bombeamento de todos) (FEENY et al., 2001). Os recursos são de quatro tipos no que se refere à possibilidade de exclusão e de extração (subtração): bens públicos, recursos comuns, bens restritos e bens privados, como está apresentado no quadro 4.1, abaixo:

Excludibilidade (possibilidade de exclusão)	Extratibilidade (possibilidade de subtração)	
	Baixa	Alta
Difícil	Bens públicos (ar)	Recursos comuns (pescado)
Fácil	Bens coletivos ou restritos (áreas protegidas)	Bens privados (terrenos agrícolas)

Quadro 4.1: Classificação de bens ambientais

Fonte: (adaptado e traduzido de PELIZZONI & OSTI (2003).

Quando a possibilidade de exclusão é difícil, surge o problema do carona (*free rider problem*), essencial para a compreensão dos problemas ligados à gestão de RBC. Neste caso, a possibilidade de qualquer um usufruir do bem sem ter direito a ele é alta. O problema se torna grave no caso desse bem ter alta extratibilidade, ou seja, seu uso reduz a sua disponibilidade (OSTROM, 2005).

Outra forma de entender os bens em comum segue a escola institucionalista norte-americana. Ela se baseia em duas dimensões: o tipo de acesso ao recurso (limitado ou livre) e o tipo de consumo do recurso (conjunto ou concorrencial). Neste caso, bens em comum são aqueles sob acesso livre e sujeitos a consumo concorrencial (LE PRESTRE, 2000). Nesta classificação encontram-se os bens públicos (acesso livre e consumo conjunto), os bens privados (consumo concorrencial e acesso limitado) e os bens sob pedágio (consumo conjunto e acesso limitado, a exemplo das rodovias, da televisão a cabo ou do cinema).

A noção e abrangência desses RBC vêm sendo ampliadas. O surgimento de novos RBC decorre da percepção de que alguns recursos e espaços, tratados até há bem pouco como bens de livre acesso, exigem algum tipo de gestão que limite o uso e garanta uma qualidade mínima para todos. É o caso da atmosfera. Para Ostrom (2002a), os exemplos de RBC incluem tanto sistemas naturais quanto os criados pelo homem, como os sistemas de irrigação,

sistemas de computadores, internet, recursos de corporações ou do governo. São *commons* globais as frequências de rádio, os oceanos, a atmosfera, as regiões polares e o espaço sideral. Campos petrolíferos como os da fronteira entre Iraque e Kweit também vêm sendo estudados sob a lógica dos estudos de RBC (LE PRESTRE, 2000).

Nem todos os espaços e recursos obedecem à dinâmica de RBC. Há casos em que os recursos e espaços de interesse são abundantes em relação às necessidades dos grupos sociais que os acessam. Neste caso, a condição de livre acesso aos mesmos e a ausência de regulamentações ou mecanismos de exclusão não devem ser entendidas como problemáticas. Esta situação pode ser apenas temporária, mudando quando a disponibilidade do espaço ou recurso acessado livremente se deteriora e a ausência de regras de gestão precisa ser revista pelo grupo dependente dos fatores em questão.

4.2.1. Tipos de propriedade ou ausência de propriedade

Segundo Ostrom (2003), cinco aspectos definem e qualificam os direitos de propriedade sobre um espaço ou recurso natural:

- **Acesso:** o direito de entrar em uma área física definida e aproveitar benefícios não-subtraíveis como passear;
- **Retirada/extração:** direito de obter unidades de recurso ou produtos de um sistema de recursos, como pescar ou extrair frutos;
- **Manejo:** direito de regular os padrões de uso interno e transformar o recurso por meio de melhorias;
- **Exclusão:** direito de determinar quem terá o direito de acesso e como este pode ser transferido; e
- **Alienação:** direito de vender ou alugar os outros direitos, como os de exclusão, manejo ou retirada.

Em relação a estes cinco direitos a autora construiu cinco possíveis categorias de “apropriação” do espaço ou recurso natural: proprietário, posseiro ou usufrutuário, gestor autorizado, usuário autorizado e visitante autorizado. Essas categorias se definem em função dos direitos que cada uma delas reúne, como apresentado no quadro 4.2, abaixo:

	Proprietário	Usufrutuário	Gestor autorizado	Usuário autorizado	Visitante autorizado
Acesso	X	X	X	X	X
Retirada	X	X	X	X	
Manejo	X	X	X		
Exclusão	X	X			
Alienação	X				
Exemplo	Fazendeiro	FP	Seringueiro	Quebradeira	Turista

Quadro 4.2: Tipos de propriedade em função dos direitos exercidos

Fonte: modificado a partir de OSTROM, 2003⁸⁴.

Para exemplificar estas categorias do quadro 4.2 no contexto brasileiro, pode-se interpretar o proprietário (*full owner*) como aquele que detém documento legal que lhe garante o direito de alienação do recurso. A categoria do usufrutuário refere-se aos posseiros, comunidades tradicionais, pescadores. A categoria do gestor autorizado seria, por exemplo, a dos extrativistas que atuam em florestas nacionais que, em muitos casos, têm o direito de acessar, retirar e manejar o recurso, mas é o Estado quem detém o direito legal de exclusão de outros usufrutuários. A categoria do usuário autorizado exemplifica-se no caso das quebradeiras de coco babaçu, que entram no babaçual, extraem o babaçu, mas não têm o direito de alterar o babaçual. O caso do visitante autorizado aproxima-se do visitante de um parque nacional que, como cidadão, é co-proprietário do bem público, mas dele detém apenas o direito de acesso e nada mais, pois os demais direitos são todos exercidos pelo Estado.

No antigo Código Civil (art. 646) há três diferentes situações de propriedade descritas para pastos: uma, pautada no *jus compascendi*, trata da comunhão em pastos particulares, que Garcez (1987) interpreta como servidão; outra no *jus pascendi* que caracteriza o direito que é

⁸⁴ A autora distingue *full owner* de *proprietor*, de maneira que o segundo não teria o direito de alienação. Em português esta diferença entre *owner* e *proprietor* não faz sentido imediato. Assim, optei por manter o original em inglês ao lado de uma interpretação de *proprietor* como posseiro (ou usufrutuário) que, no direito brasileiro, é um proprietário sem direito de alienação do bem. Posseiro em inglês é *tenant*, e refere-se, como em português, ao direito de utilizar uma área de terra.

próprio ao dono da terra; e a terceira no *jus compascuum* que é o direito de pastagem pública por concessão feita pelas autoridades. O compáscuo, portanto, não caracteriza propriedade coletiva, mas usufruto por concessão, privada ou pública.

Estes aspectos relacionados à propriedade e às formas de apropriação dos recursos e espaços são importantes para que se possa compreender a dinâmica socioambiental de seu uso e gestão. O desenvolvimento da teoria dos recursos de uso comum (*common property theory*) (McCAY & ACHESON, 1987; BERKES, 1989; OSTROM, 1990; BROMLEY, 1992; OSTROM et al., 2002) tem fornecido diversas ferramentas para a compreensão da “dinâmica socioecológica” na gestão de recursos naturais.

O estudo dos RBC, na verdade, se refere a uma gama de regimes de apropriação que determinam a maneira como estes tipos de recursos são geridos. Para autores na área de RBC (OSTROM, 1990; FEENY et al., 1990; BROMLEY, 1992; SEIXAS & BERKES, 2005), esses recursos podem ser geridos sob quatro formas “puras” de regime de apropriação: propriedade comunal (gestão comunitária), propriedade estatal, propriedade privada ou livre acesso (ausência de um regime de apropriação). As autoras Feeny et al. (2001) ressaltam que estes são tipos ideais e que, na prática, o que ocorre é a sobreposição de categorias de regimes básicos de direitos de propriedades.

a) Propriedade comum (*res communis*)

Área de uso comum é um bem que não está sujeito à apropriação individual em caráter permanente. A propriedade comunal ou comunitária refere-se aos arranjos de direitos de propriedade de espaço ou recurso, controlados por uma comunidade ou grupos de usuários, que dividem direitos e responsabilidades, que podem excluir outros usuários e regulamentar a utilização do mesmo (McKEAN & OSTROM, 2001). Em interpretação mais restritiva, Benatti (2005) considera que a posse comunal da terra tem sentido público. Nela não há apossamento individual nem noção de uso privado e familiar. Tanto as atividades produtivas como a distribuição do produto são comunais. Essa distribuição e o trabalho comunais não fazem sentido para definição de uma propriedade comum. O entendimento de uma propriedade comum deve se restringir à distribuição dos direitos sobre a mesma. A distribuição dos direitos sobre um território começa a partir da definição de seu limite.

Distintamente, na noção de propriedade comum, a concepção do território comum está associada à idéia de comunidade cujos limites são, por vezes, inexatos e referem-se a recortes

do ambiente que compreendem aspectos como varadouros, margens de corpos d'água, de cultivos, encostas, caminhos, campos, cerrados ou chapadas.

Neste regime é evidente a exclusão dos recursos entre uma comunidade e pessoas externas, mas o mesmo não ocorre entre os seus integrantes. O seu uso é controlado por membros da própria comunidade, com base em uma “visibilidade social” face-a-face. Assim, entende-se por propriedade comum quando o manejo se dá por uma comunidade identificável de usuários interdependentes (FEENY et al., 2001), ou seja, a um só tempo ocorrem a garantia de exclusividade de acesso a um grupo e a regulação instituída entre os seus membros. Para Goldman (2001), há um equívoco recorrente ao se considerar a propriedade comunal como amorfa, difusa, efêmera e inespecífica quando comparada à propriedade privada. Dando relevo ao significado deste conceito, observe-se que em Hardin (1968) a propriedade comum era a ausência de direitos quando se tratava de direitos que são comuns a um determinado grupo de usuários, e não a todo e qualquer um. Assim, como destacam Ribeiro et al. (2003), o exercício das normas e acordos, embora admita e exija reciprocidade interna ao grupo social, se vincula à oposição com os não-pertencentes à comunidade.

O pertencimento comunitário a um dado território está relacionado à ascendência, ao convívio, ao parentesco, ao compadrio e a outras relações que dão unidade a uma porção de terra em que todos conservam e exercem direitos para plantio, pastoreio, coleta de lenha, de frutos, de madeira de lei, de água, etc. Desta forma, como destacam Ribeiro et al. (2003), o pertencimento é muito mais que um vago sentimento de ascendência, mas uma possibilidade real de exercer privilégios de acesso e usufruto de bens, recursos e oportunidades comuns a um grupo restrito e que se unifica na oposição aos que poderiam cercear ou prejudicar os seus interesses individuais/coletivos.

O direito de alienação é um tema complexo para a propriedade comunal. É palco de conflitos quando não há definição se o direito de alienação pertence ao Estado (reservas extrativistas), à comunidade ou a um indivíduo da comunidade que deseje excluir-se dela e desfazer-se de sua fração ideal. Para Ostrom (2003), quando bem definidos e seguros, os direitos de propriedade podem não envolver o direito de alienação.

Ribeiro & Galizoni (2003) destacam como principais locais de ocorrência de áreas comuns no Brasil as chapadas (sudeste e centro-oeste), os FP (no nordeste), os faxinais (no sul) e as terras comuns (no norte). Acrescente-se a estes locais, os retireiros no centro-oeste, as quebradeiras de babaçu (no nordeste), os extrativistas do cerrado (pequi, babaçu, etc.), os

geraizeiros de Minas Gerais.

Para Ostrom (2003), dada a diversidade dos sistemas de direito de propriedade a questão é: por que os usuários de um dado recurso elegem o sistema de propriedade comunal ou de propriedade privada? E ainda: quais são os atributos de um recurso que conduzem a uma propriedade comunal em detrimento da individual? Sobre esta segunda pergunta, a autora lista cinco atributos que usualmente conduzem à escolha e ao desenvolvimento de direitos comunais de propriedade:

1. baixo valor de produção por unidade de área;
2. alta variabilidade da disponibilidade do recurso por unidade de parcela;
3. baixos retornos da intensificação de investimentos;
4. economias de escala substanciais em virtude da utilização de grandes áreas; e
5. economias de escala substanciais em virtude da construção de infraestrutura para uso da grande área.

Estes atributos parecem coincidir com os casos de desenvolvimento de propriedade comunal no Brasil e, especificamente, com os FP, no que se refere aos itens 1 e 3, apontados acima. O fim de tal regime se dá tanto pela perda da área (por violência ou não), quanto pela desestruturação dos mecanismos de exclusão adotados em decorrência do estresse do crescimento populacional, de mudanças tecnológicas e de mudanças econômicas (JODHA, 1985; BERKES, 2005).

b) Propriedade privada

A propriedade privada, regime mais conhecido e estabelecido nos dias de hoje, se refere à apropriação por um indivíduo ou indivíduos agrupados numa corporação e que têm o direito de excluir outros e de regulamentar o uso dos recursos. Neste caso, a prática de exclusão de terceiros é prerrogativa de um indivíduo que regula a exploração destes recursos. Feeny et al. (2001) destacam que, distintamente dos outros regimes, neste caso há exclusividade e possibilidade de transferência de direitos ou alienação. No caso do bem privado individual, há a tendência de que a gestão fique orientada para maximização do benefício individual e o horizonte de planejamento fica submetido às taxas de desconto definidas pelo mercado

(juros).

A privacidade dos direitos neste tipo de propriedade não exige que eles sejam apropriados apenas por indivíduos, mas também por grupos de indivíduos. É importante reconhecer que propriedade comum é propriedade privada compartilhada (McKEAN & OSTROM, 2001). Tal interpretação das autoras contribui para a compreensão da dinâmica dos regimes mistos de apropriação. Nos regimes mistos há uma combinação entre espaços partilhados e espaços não partilhados dentro de uma única propriedade privada compartilhada.

c) Acesso livre ou livre acesso (*res nullius*)

Neste caso, há ausência de direitos de propriedade ou eles estão rudimentarmente definidos. Assim, o acesso não se encontra regulado por qualquer força (privada, comunitária ou estatal). As regras são praticamente ausentes, o que permite que qualquer pessoa tenha acesso. O recurso fica, assim, livre e aberto a qualquer indivíduo. O recurso natural sob este regime tem estatuto de *res nullius* o que significa que não pertence a ninguém (LE PRESTRE, 2000). Ainda que um grupo tenha um RBC, ele pode se tornar de acesso livre, na medida em que este grupo não encontre razões ou força para excluir o acesso de outros. Todo recurso natural considerado inesgotável encontra-se sob este estatuto. A maior parte dos estudos indica que o regime de livre acesso é incompatível com a sustentabilidade. Dentre as quatro formas de propriedade, esta é a única que se caracteriza pela não-gestão dos recursos e espaços. No acesso livre, o RBC tende a ser regido pela lógica do benefício individual de curto prazo. A modificação do direito de propriedade vem sendo amplamente utilizada, com sucesso, para casos em que o livre acesso precisa dar lugar a um modo que contenha algum princípio de gestão, seja a lógica do mercado ou a lógica comunitária (LE PRESTRE, 2000).

d) Propriedade estatal ou propriedade pública (*res publica*)

Neste caso, os direitos de propriedade dos recursos como o acesso a eles, assim como os outros quatro direitos associados elucidados por Ostrom (2003), são alocados exclusivamente pelo governo que controla o acesso, regulamenta o uso e toma as decisões que determinam o nível, a intensidade e a forma pela qual se atua sobre o recurso. Há recursos e espaços em que o Estado circunscreve o acesso a um grupo restrito de cidadãos (caso de uma Resex) e há outros nos quais há acesso e direitos iguais de todos os cidadãos, como no caso das rodovias e

parques nacionais.

O regime de apropriação estatal desempenha função essencial nas situações em que o bem comum está envolvido e quando não se pode confiar em outros regimes de apropriação ou quando uma gestão que maximize o benefício público se faz necessária (BERKES, 2005). O autor cita a conservação de bacias hidrográficas que fornecem água potável aos municípios. Nestes casos, ainda que se mantenham regimes de apropriação privada sobre a terra em torno dos recursos hídricos, o Estado atua como proprietário da água. Entretanto, Berkes (2005) destaca que, para a maior parte dos recursos, os problemas de exclusão e de indução a uma adequada gestão pelos que os acessam não são, necessariamente, resolvidos ao se declarar que o recurso é de propriedade estatal, principalmente nos casos em que faltam, ao Estado, os meios objetivos necessários para fazer cumprir a legislação. Ou seja, a *res publica* vira *res nullius*.

As vertentes que recomendam o controle ou propriedade governamental têm implícita a idéia de que os reguladores atuarão em função do interesse público, que entendem como os sistemas ecológicos funcionam e que sabem como modificar as instituições de modo a induzir um comportamento ótimo social (OSTROM, 2002a). Tudo isso é questionável. Um dos problemas freqüentemente percebidos na estatização de espaços e recursos comuns está no fato de que, nem sempre, o Estado é imparcial e age em função do bem público. Por vezes, atua como instrumento de uma elite, transfere direitos de alguns grupos (tradicionalistas, com baixo poder político) para outros (com maior poder político econômico), como ocorre na definição de muitos parques, na discriminação de terras ou na outorga de água (LE PRESTRE, 2000).

A questão da violação aos direitos é ainda mais complexa em se tratando de propriedade estatal. Nas propriedades estatal, privada e comunal, há regras que regulam o uso dos recursos e que envolvem a exclusão (CAVALCANTI & FERRARO, 2003), porém estas regras podem ser violadas. Em qualquer um dos tipos de regimes de apropriação de recursos existem problemas relacionados ao cumprimento da legislação, inclusive na apropriação privada. Os recursos comuns, por definição, suscitam problemas de exclusão. A fiscalização da propriedade privada poderia ser uma solução, mas pode gerar elevados custos operacionais.

Como lembra Berkes (2005), mesmo os direitos de lordes medievais para o exercício da pesca e da caça, reconhecidos como legítimos, eram, rotineiramente, violados por larápios. Se os habitantes locais não considerarem legítimos os direitos de apropriação privada, os custos

gerados pelo esforço de fazer cumprir a legislação podem crescer. Ou seja, problemas de gestão ambiental não são prerrogativas dos RBC, ainda que isto tenha sido insinuado por Hardin e reconhecido por muitos economistas.

e) Regimes mistos

Concordando com Feeny et al. (2001), esses quatro regimes são tão somente tipos ideais. Raramente existem em estado puro. Na prática, os espaços e recursos tendem a ser controlados mediante inúmeras variações de combinações desses regimes (BERKES, 2005). Os regimes de recursos são, quase sem exceção, uma mescla de direitos estatais, privados e comunitários (GRAFTON, 2000). Em praticamente todos os casos há uma combinação de regimes, seja num seringal, num lago, numa praça pública, numa fazenda ou num assentamento rural. Invariavelmente, coexistem elementos, recursos e espaços apropriados privadamente, comunalmente, pelo Estado e mesmo os de livre acesso.

Muitos espaços e recursos são geridos sob regimes mistos, como no caso do co-gerenciamento (co-gestão) das bacias hidrográficas, caracterizado pelo compartilhamento da responsabilidade sobre a gestão do recurso entre o governo e os grupos de usuários. O grau e o tipo de participação dos órgãos governamentais e dos grupos de usuários nos processos de tomada de decisão variam muito de um caso para outro (McCAY & JENTOFT, 1996; POMEROY & BERKES, 1997).

Muitas situações novas de gestão ambiental, que vêm sendo delineadas pelas leis brasileiras e internacionais, têm relação direta com estes regimes mistos, a exemplo das APAs, das Resex, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, da gestão das bacias aéreas (*air sheds*), da gestão de bacias hidrográficas, da gestão do continente antártico etc. Os modernos condomínios residenciais e as ecovilas também são formas mistas de propriedade, privado-individual e privado-coletivo (comum).

Uma forma tipicamente brasileira de regime, que é um misto de apropriação, foi definida por Benatti (2005) como “posse agroecológica”. É típica de seringueiros, quilombolas e ribeirinhos. Seria a forma pela qual um grupo de famílias camponesas (ou comunidade rural) exerce domínio sobre a terra, aplicando à forma de apossamento, influências sociais, culturais, econômicas, jurídicas e ecológicas, combinando noções de propriedade privada e de comunal. Conjugam-se apossamento familiar e área comunal. Há simultaneidade entre a forma coletiva e o poder, de fato, individual sobre a terra. A

solidariedade e a coesão social contribuem para o estabelecimento de normas de caráter consensual que garantem a manutenção de tais espaços. São áreas cujos recursos são abertos, inalienáveis e indivisíveis.

4.2.2. Tragédia (versus Utopia) dos comuns

Há 40 anos, desde a publicação do texto de Hardin (1968), as reações contrárias à associação entre o uso comunal e a degradação ambiental fazem escola. Para os contrários a Hardin, a ausência de regras no uso dos recursos é a causa da “tragédia dos comuns”. Os preservacionistas que defendem a separação de áreas pelo Estado como único caminho para sua preservação atualizam a abordagem da tragédia dos comuns. Os movimentos sociais e os defensores das populações tradicionais unem-se à escola anti-tragédia (GOLDMAN, 2001) e vêm colecionando exemplos de uma possível “utopia dos comuns”, para quem a partilha de recursos é garantia de conservação ambiental.

As primeiras reflexões teóricas modernas sobre *commons* não foram as de Hardin (1968). Gordon (1954) e Scott (1955) formularam a primeira versão da teoria convencional dos *commons* ao estudarem a dinâmica de recursos pesqueiros em um contexto de livre acesso (OSTROM, 2002b). A idéia de Hardin foi expressa numa parábola sobre a superexploração de áreas de pastagem em um hipotético sistema de recursos comuns da Inglaterra medieval. Segundo esta parábola, cada pastor, individualmente, procurando incrementar as suas vantagens pessoais deseja ampliar o tamanho de seu rebanho. Porém, os recursos comuns, no caso a pastagem, são limitados e, cedo ou tarde, o número total de animais (composto pela soma dos rebanhos individuais) irá ser maior do que a capacidade de suporte do pasto. Ainda assim, o interesse racional de cada indivíduo continua a ser o de seguir ampliando o seu próprio rebanho, uma vez que o seu ganho pessoal ao adicionar mais um animal (+1) supera sua perda pessoal (uma fração de -1) por causa do dano que (+1) causa aos recursos comuns. Porém, ao usarem a mesma lógica, eventualmente, todos os pastores acabam perdendo. Assim, a sobreexploração e degradação dos recursos comuns se tornam um resultado inevitável da ausência ou da fragilidade das regras de acesso.

Ainda que o trabalho de Hardin fosse um estudo focando o tema da superpopulação, no qual a metáfora do sobrepastejo de uma área comunal serviu mais como exemplo para o tema central do excesso populacional, as suas idéias se tornaram explicações aceitas para toda e qualquer sobreexploração e degradação de recursos manejados de forma comunal, como

oceanos, rios, atmosfera, parques, pastos, recursos pesqueiros, caça, florestas. A idéia de Hardin e a sua metáfora destacavam a divergência aparentemente insuperável entre a racionalização individual e a coletiva e concluíram que a “liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos” (HARDIN, 1968, p. 1.244).

Hardin usou o termo “tragédia” no sentido das antigas tragédias gregas, nas quais “os personagens sabem que o desastre está para acontecer, mas são incapazes de fazer alguma coisa para evitá-lo” (BERKES, 2005). O caráter trágico está dado, segundo Le Prestre (2000), pela inexorabilidade da ruína coletiva pelo fato que, como diz o próprio Hardin, “cada indivíduo é prisioneiro de um sistema, que o obriga sempre a aumentar o seu rebanho até a ruína de todos.” Dentro das teorias econômicas esta concepção pode ser percebida como oposta à “mão invisível” de Adam Smith, segundo a qual, a busca individual pelo máximo benefício conduziria ao máximo benefício coletivo possível, ou seja, máxima felicidade e riqueza comum. Paradoxalmente, em relação às críticas que acusam Hardin de liberal, o seu argumento central é anti-liberal.

Estudos sobre o dilema dos comuns têm um paralelo metafórico no dilema do prisioneiro⁸⁵. Estas reflexões abriram inúmeras áreas de conhecimento como a teoria dos RBC e dialogaram com a teoria dos jogos⁸⁶. Vlek (2003) define um dilema de comuns como uma situação de conflito entre um interesse coletivo agregado e numerosos interesses individuais. Perseguindo interesses pessoais, um grande número de indivíduos pode levar a uma situação geral negativa no ambiente comum. Nesta situação, a soma de várias pequenas contribuições pode conduzir a alarmantes e negativos resultados ambientais e de qualidade de vida.

Na concepção de Hardin (1968, p. 1245), se não houver empenho para que a propriedade comum se transforme em propriedade privada ou possua normas governamentais instituídas para regular o seu uso, consente-se na destruição dos recursos comuns. Uma vez que os que se apropriam do recurso são vistos como prisioneiros destes dilemas, as recomendações que se repetiram apontaram a necessidade de autoridades externas imponham

⁸⁵ Uma das idéias fundamentais para a teoria dos jogos, a metáfora do dilema do prisioneiro, é apresentada na seguinte historietta: dois suspeitos foram presos pela polícia. A polícia não tem evidências para uma condenação e mantendo-os separados, visita cada um deles para oferecer um mesmo acordo. Se um testemunhar (trair) para a acusação do outro e o outro permanecer em silêncio, o traidor sai livre e o silencioso cumpre a sentença completa de 10 anos. Se ambos ficarem em silêncio, ambos são sentenciados a apenas 6 meses por uma acusação menor. Se ambos traírem, cada um recebe uma pena de 5 anos. Cada prisioneiro precisa escolher entre traír ou silenciar. Nenhum está seguro de que o outro não trairá até o fim da investigação. Como deve agir o prisioneiro?

⁸⁶ No filme “Uma mente brilhante” um pesquisador propõe que a solidariedade e não a competição favorece a maximização da soma dos benefícios individuais dentro de um coletivo que atua sobre um recurso limitado.

um diferente rol de instituições. Alguns recomendaram a propriedade privada como o tipo mais eficiente e outros a propriedade ou controle governamental (OSTROM, 2002b). Hardin (1978) *apud* Feeny et al. (2001), em trabalho posterior, reconheceu apenas duas soluções gerais para os RBC, a privatização ou o socialismo, entendido como controle governamental.

As idéias de Hardin corroboraram os argumentos em favor do fortalecimento de políticas centralizadoras e restritivas e, no caso das áreas de proteção, a criação de unidades de proteção integral (parques nacionais, reservas biológicas, etc.).

4.2.3. Críticas à escola da tragédia (ideologização dos comuns)

Em trabalho posterior, Hardin (1998) distinguiu recursos sujeitos à tragédia como aqueles que não são manejados e recursos não-sujeitos à tragédia como sendo os recursos manejados. Isso não reduziu o ímpeto da profícua escola anti-tragédia.

Há, sem dúvida, simplismo na idéia da “tragédia dos comuns”. Esta tragédia, ainda que de fato verdadeira, ocorre por razões mais diversas que as apontadas por Hardin (1968), tais como:

- a degradação decorrente do livre acesso que leva à degradação do recurso ou espaço em função do sobreuso por *free riders* (LE PRESTRE, 2000; SABOURIN & MARINOZZI, 2001);
- a degradação decorrente da expropriação da base de recursos por agentes externos mais poderosos, econômica ou politicamente, que as populações que dependem de RBC. O processo de privatização dos recursos e espaços rompeu com vínculos que, mal ou bem, garantiam um mínimo de estabilidade e uma lógica do bem-estar coletivo. Como aponta Polanyi (2000, p. 214): “Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo - como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja”;
- a degradação decorrente da desvalorização ou subvalorização dos recursos utilizados e comercializados pela comunidade o que conduz à sobreexploração. Produtos extraídos da natureza ou de origem camponesa, minimamente processados são, de fato, sub-remunerados. Isto induz a um maior esforço de coleta;

- a degradação decorrente do aumento da dependência de recursos externos, causada pela mudança do sistema produtivo ou de consumo;
- a degradação decorrente do aumento do grau de monetarização da economia local⁸⁷; e
- a degradação decorrente da mudança tecnológica por “mimetização” (SACHS, 1986); a simples introdução de um novo material para redes de pesca, por exemplo, pode desestabilizar o sistema de gestão de uma comunidade de pescadores.

Seixas & Berkes (2005) destacam como fatores que levam ou levaram à degradação de espaços e recursos de uso comum:

- (a) o colapso das instituições e autoridades tradicionais;
- (b) as mudanças tecnológicas rápidas que favorecem uma exploração mais eficiente dos recursos;
- (c) o ritmo acelerado das mudanças no sistema socioeconômico local; e
- (d) a instabilidade institucional nos níveis superiores de organização política afetando a gestão local.

Esta lista de razões para o declínio dos modos de gestão comunal segue a mesma direção indicada por Le Prestre (2000), segundo quem os fatores que levaram ao desaparecimento dos modos de gestão local foram a pressão demográfica, as mudanças tecnológicas, as mudanças econômicas, as decisões do governo ou mesmo de membros da comunidade de desenvolver modos de exploração comercial dos recursos naturais ou de um território ou ainda a apropriação do recurso por um grupo político poderoso.

Ao ampliar a possibilidade de interpretações da deterioração de um recurso de uso comum, Vlek (2003) afirma que riscos coletivos em relação à sustentabilidade podem crescer em função do aumento da produção material, dos padrões de consumo, da elevação do número de atores **independentes** e das mudanças da tecnologia.

Um limite dos estudos de Hardin (1968), que não implica na refutação da possibilidade da tragédia coletiva, é a homogeneização dos atores e dos seus comportamentos. Pode-se

⁸⁷ Segundo Leff (2000), ao se inserirem na economia de mercado, as economias camponesas têm um incremento nos seus custos de produção e de vida em função dos insumos produtivos e dos bens de consumo. Assim, o trabalhador aumenta o tempo de trabalho dispendido à geração de excedentes comercializáveis que possibilitem o intercâmbio econômico, com isso gera-se “uma transferência de valor da unidade camponesa para o sistema capitalista” e provoca um “processo mais intensivo de exploração do ecossistema”. Com a perda do mecanismo regulador camponês da organização produtiva, surge uma tendência à maximização dos ganhos econômicos que pode se traduzir em esgotamento dos recursos naturais.

utilizar o exemplo dos recursos pesqueiros, nos quais a inovação tecnológica e a mudança de atividades (dentro ou fora da pesca) são algumas das estratégias individuais (bem estudadas pelos antropólogos) adotadas pelos pescadores para driblarem a competição existente (ACHESON, 1986). Neste estudo, as escolhas individuais diferenciadas colocam os poucos que utilizam inovações, principalmente os jovens, como privilegiados, prejudicando o acesso de outros aos recursos pesqueiros e criando cisões entre pescadores. Vê-se que a questão da competição pelos recursos não se refere a um cenário homogêneo de usuários, como na metáfora do autor. Alguns contrapontos à formulação de Hardin são:

a) Ausência de precisão quanto ao regime de propriedade vigente

Existem inúmeros estudos baseados em evidências empíricas segundo os quais é possível encontrar arranjos sustentáveis dos espaços e recursos nos três regimes de apropriação – propriedade privada, propriedade estatal e propriedade comunal. Os pastores descritos na história de Hardin, cujo acesso ao pasto era livre e para os quais parecia não haver qualquer acordo ou regra comum, estavam atuando num sistema que pode ser entendido como sendo de livre acesso, não um regime de uso comunal. A confusão conceitual, induzida pela metáfora de Hardin, entre regime de livre acesso e propriedade comunal, tem gerado também muita confusão e diretrizes errôneas no campo das políticas públicas de gestão de espaços e recursos naturais (McCAY & ACHESON, 1987; BROMLEY & CERNEA, 1989; BERKES, 1989; BROMLEY, 1992; BERKES, 2005).

Assim, a distinção entre o regime comunal e o livre acesso é fundamental para entender-se o contexto de apropriação dos espaços e recursos e pensar estratégias para a sua gestão. Como discutido neste capítulo, em uma propriedade de livre acesso é impossível controlar a utilização dos recursos, o que apóia o argumento da “tragédia dos *commons*” de Hardin (1968), ou seja, a degradação dos recursos tende a ocorrer nos casos nos quais não há qualquer forma de gestão ou controle.

Na maioria dos casos sobre pesca, por exemplo, a falta de acordos e de exclusão do recurso pesqueiro faz com que este esteja sob livre acesso e não como recurso de uso comum. No livre acesso, não há direitos de propriedade bem definidos e o acesso aos recursos não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer pessoa (FEENY et al., 2001). Esse tipo de uso sustenta a idéia de Hardin (1968) de que a liberdade em relação aos recursos comuns gera a ruína coletiva.

Quando não existem regras preestabelecidas de uso dos recursos é muito mais difícil ocorrer a sustentabilidade, caso das propriedades de livre acesso. Sendo assim, a “tragédia dos comuns” deveria ser rebatizada como “tragédia do livre acesso” (WEBER & REVERET *apud* SABOURIN & MARINOZZI, 2001), uma vez que na propriedade comunal existem regras pré-estabelecidas de controle dos recursos por membros da comunidade.

b) Generalização da resposta (privatizante ou estatizante)

Segundo a “tragédia dos comuns” e o “dilema dos prisioneiros”, os RBC devem ser controlados pelo Estado ou privatizados, pois, por serem finitos, as pessoas irão usá-los para satisfazer a si mesmas sem pensar no coletivo. Hardin, contudo, não considerou a propriedade comunal como um local onde também exista uma forma de manejo excludente, na qual a exclusão é realizada por uma comunidade que controla o uso do recurso.

No Nepal, a nacionalização de florestas com o objetivo declarado de preservá-las transformou um regime *de facto* comunal em regime de acesso livre. Isso retirou dos camponeses o controle sobre as suas florestas, o que na realidade acelerou o desmatamento, uma vez que a nacionalização desmantelou um sistema de gestão local e prejudicou um histórico e cultural sentimento de responsabilidade coletiva pelas florestas (LE PRESTRE, 2000).

Ao vincular a racionalidade individual ao egoísmo e à maximização de interesses pessoais, Hardin somou argumentos para o autoritarismo e centralismo de Estado e, também, o deslocamento do poder decisório da esfera pública para arenas do sistema financeiro internacional, reforçando o mercado livre e a hegemonia dos interesses privados (VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005).

A privatização, defendida por muitos economistas como uma solução, muitas vezes não pode ser considerada como opção porque, por definição, existe um problema de possibilidade de exclusão no caso da maior parte dos RBC. Muitos desses RBC são, por natureza, não exclusivos, ou seja, são de difícil ou impossível apropriação individual. Isso faz com que seja difícil examiná-los sob a perspectiva da economia clássica.

No caso dos FP da Bahia, por exemplo, a manutenção da gestão comunal tornou-se mais difícil pelo aumento dos conflitos envolvendo apropriação externa privada do recurso, com respaldo dos poderes públicos locais (cartórios, judiciário, prefeitura) que consideram

que “essas terras estão soltas, sem cercas, não têm dono nem documento” (CPT, 2003).

Nestes casos, a ‘tragédia’ ocorre somente depois que as condições de livre acesso são criadas por fatores externos, ou seja, depois da destruição dos sistemas existentes de posse comunal (BERKES, 2005).

c) Perspectiva etnocêntrica nos exemplos sobre RBC

O artigo de Hardin alimentou o dogma preservacionista de que é próprio dos humanos, independente da cultura, degradar, inexoravelmente, a biodiversidade. Esta hipótese só se justifica numa imagem-de-indivíduo cuja prioridade seja os seus pulsos egoístas em detrimento do bem comum (VIERA, BERKES & SEIXAS, 2005). Os argumentos de Hardin só se sustentam onde o comportamento do indivíduo não está, em absoluto, socialmente condicionado. Nesta imagem, os indivíduos são representados como prisioneiros de uma lógica de falência da qual não conseguem se apartar ainda que dependam apenas de seu próprio comportamento.

As áreas de uso comum são responsáveis pela própria coesão social do grupo e é na sua defesa que surgem as normas e acordos que garantem a manutenção de tais espaços (BENATTI, 2005). Assim, a delimitação da área e das normas de seu uso são componentes fundamentais da própria identidade social do grupo. No caso brasileiro, além da defesa das áreas de uso comum, Benatti (2005) considera que a difusão cultural teve papel preponderante na definição da forma de apossamento das populações tradicionais. As normas, técnicas, regras, acordos, território e sistemas são ordenados pelo saber que não é estático, mas criativo e dinâmico, com doses de tradição e experimentação. As práticas sociais são um conjunto herdado com o território e a ancestralidade e que fazem até mesmo com que os vivos atuem como que “governados pelos mortos” (RIBEIRO et al., 2003). Esta crítica à abordagem etnocêntrica do sujeito movido por interesses privados não significa uma crença no compromisso dos tradicionais com a biodiversidade.

d) Contrapontos de base empírica

São muitos os exemplos bem sucedidos de enfrentamentos coletivos da “tragédia dos comuns”. A fragilidade do argumento de Hardin foi, progressivamente, se evidenciando conforme se registravam experiências nas quais a tragédia que deveria ocorrer, simplesmente

não acontece devido a regras de apropriação e uso de RBC criadas pelas próprias comunidades usuárias. Os pesquisadores que fizeram estes registros começaram a se organizar a partir dos anos 1980 para dar início à formulação de uma teoria da propriedade comum (VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005). Para enfrentar o pessimismo de Hardin, os autores da escola de RBC buscam ressaltar exemplos nos quais o manejo de povos e comunidades se caracterizou por prudência ecológica, equidade social e descentralização política. O que é, muitas vezes, uma romantização destes povos e comunidades. Para Ostrom (1999), os formuladores de políticas públicas pautados nas idéias de Hardin tendem a pintar uma visão pessimista e “desempoderadora”⁸⁸ das perspectivas humanas.

De fato, como sustenta Ostrom (2002a), a maior parte dos sistemas de recursos de uso comum são mais complexos que a teoria baseada em usuários homogêneos que se apropriam de unidades de um recurso de um sistema de recursos, gerando um fluxo previsível de esgotamento das unidades do recurso em questão. Os estudos de caso gerados pelos pesquisadores ilustram a grande diversidade de arranjos nos quais os usuários dependentes de recursos de uso comum se organizaram para alcançar resultados muito superiores aos previstos na teoria convencional sobre RBC.

Membros deste grupo de pesquisadores, Feeny et al. (2001) propõem uma reformulação da fábula de Hardin. Na sua versão, após vários anos de decréscimo da produtividade, os pastores se reúnem em busca de meios para controlar o acesso às pastagens e estipular uma série de regras de conduta, como a restrição ao tamanho dos rebanhos.

O ponto fundamental da crítica está no reconhecimento de que, em todos os estudos, os resultados nunca foram tão deterministicamente previsíveis como no modelo de Hardin (FEENY et al., 2001, p. 32). Em geral, os estudos empíricos sobre sustentabilidade de recursos apontam, no mínimo, que há muitas outras soluções possíveis além daquela apontada por Hardin (OSTROM, 1999). Há ainda a percepção de que tanto a propriedade estatal quanto a privatização também estão sujeitas a falhas.

Um caso exemplar relata que, no Nepal, a gestão de sistemas de irrigação coletivos, entre proprietários rurais tradicionais, que se comunicam e desenvolvem acordos próprios, estabeleceu padrões de monitoramento e sanções para os que descumprem acordos. O caso mostra que em arranjos comunais produziu-se mais arroz, distribuiu-se a água de modo mais equitativo e mantiveram-se melhor os sistemas de irrigação do que o que ocorreu nos

⁸⁸ Tradução livre para *disempowering* no texto original.

contextos gerenciados e normatizados pelo governo nepalês (OSTROM, 2002b).

De fato, as populações tendem a conservar os recursos dos quais dependem porque aprendem a manejá-los. Uma vez que dependem destes recursos tendem a adaptar-se a ele. Como, em geral, se trata de comunidades que não se enquadram na sociedade de consumo de massa, elas tendem a limitar a sua produção e/ou extração a uma quantidade relativamente reduzida de recursos. Assim, conseguem não apenas conservar estes recursos como, muitas vezes, ampliar a sua qualidade, a biodiversidade e coibir o uso predatório por outros grupos sociais ou interesses de mercado (RIBEIRO et al., 2003).

4.2.4. A atualidade do estudo de *commons*

Os objetos dos estudos dos RBC podem ser vistos como anacronismos ou fruto de inspiração romântica de conservação de modos de vida alternativos, associado ao desejo que os estudiosos teriam de garantir o imobilismo cultural dos grupos sociais tradicionais. Entretanto, há fortes argumentos para fortalecer esta área de pesquisa. Eles sugerem os RBC e o estudo sobre formas de apropriação e gestão como elementos estratégicos para a gestão ambiental de territórios:

a) Há recursos mais bem manejados sob regime de *commons* (McKEAN & OSTROM, 2001) em virtude de fatores como:

a.1 indivisibilidade: é o caso no qual o recurso é indivisível (caso da atmosfera ou do oceano), ou é migratório (peixe, água, caça) ou requer manejo em grandes áreas (biodiversidade e floresta). Nestes casos, a privatização dos recursos é impossível ou desaconselhável, por promover a divisão da gestão;

a.2 incerteza na localização das zonas produtivas: a apropriação de um recurso desuniformemente distribuído pelo tempo ou pelo território implicaria em uma grande desigualdade entre os interessados em seu uso. Assim, o acesso coletivo minimiza os riscos de que indivíduos sejam prejudicados nas alocações do recurso;

a.3 eficiência produtiva por meio da internalização das externalidades: no caso de bacias hidrográficas, uma gestão compartilhada obriga os proprietários individuais a adotar procedimentos e técnicas que maximizem o bem estar coletivo ainda que não se mude o regime de propriedade; e

a.4 eficiência administrativa: por vezes, a criação de regimes de propriedade comum ajuda a institucionalizar regras coletivas de manejo e promover a eficiência na gestão coletiva do recurso.

b) Novos desafios contemporâneos

Com a ampliação das interferências interterritoriais em função do aumento de potência das tecnologias e do livre mercado, há necessidade premente de redefinição dos limites entre esfera pública e esfera privada (SACHS, 2004). Para Feeny et al. (2001), o interesse em sistemas de propriedade comunal pode estar relacionado com o ressurgimento do interesse pela democracia de base, pela participação pública e pelo planejamento local. O desenvolvimento organizacional da gestão de *commons* desafia a nossa compreensão da democracia e da participação social e política.

c) Importância socioambiental relativa dos RBC – novos ou velhos

Ainda há uma enorme quantidade de recursos e espaços geridos como propriedade comum. Por isso, o combate à privatização de terras comunais pode ser considerado como uma das estratégias fundamentais para a superação da miséria e insustentabilidade no mundo (SACHS, 2004).

Não há apenas formas antigas e resistentes de uso comunal, mas também novos arranjos camponeses de apropriação comunal de espaços e recursos. Benatti (2005), ao descrever a idéia de posse agroecológica, assinala que o enfraquecimento do latifúndio, em contextos nos quais o controle sobre o acesso à terra pelos senhores era frágil, permitiu que, em várias regiões do país, os camponeses aos poucos organizassem as suas condições materiais de subsistência com base no agroextrativismo. Assim, os regimes tradicionais brasileiros, nos quais se encontram o uso comum de espaços e recursos naturais, têm relação com a decadência de formas centralizadas de posse de grandes porções de terra e com o fim de ciclos econômicos como o do café, do açúcar e da borracha.

Alguns aspectos vêm, a despeito de uma tendência de 250 anos de redução das áreas e recursos sob o regime comunal, contribuindo para o ressurgimento dos *commons* ou surgimento de novos *commons*. Recursos antes não-geridos por serem de livre acesso passam a ser manejados por uma lógica de RBC.

O governo Mandela, na África do Sul, editou lei sobre a Associação de Propriedade Comunitária que, na prática, passou a reconhecer a antes inexistente propriedade comunal de terras. A experiência sul-africana tem demonstrado que a simples criação da figura jurídica da posse comunitária, entretanto, não basta para resolver o dilema da gestão comunitária dos *commons*. É necessária uma configuração institucional que permita aos camponeses uma forma de posse mais segura e que evite a perda de seus recursos para elites políticas ou outros interesses externos. Entretanto, é fundamental que tal configuração também garanta uma dinâmica que favoreça a solução democrática das tensões internas à própria comunidade (KLUG, 2002).

d) Base cultural da gestão tradicional de RBC

A gestão de RBC por comunidades tradicionais constitui reserva de conhecimento para a gestão ambiental. “O estudo das práticas produtivas das culturas pré-capitalistas aparece como recurso na construção de padrões tecnológicos mais adequados para o aproveitamento do potencial produtivo dos ecossistemas” (LEFF, 2000, p. 96). Como destaca Begossi (1999), o interesse pelos RBC decorre das analogias percebidas entre o campo de estudos de recursos de propriedade comum e a economia ecológica, campos que têm proposto sistemas autorregulatórios que conduzam à sustentabilidade.

A sustentabilidade de espaços e recursos naturais só existe quando a cultura (universo de valores, conhecimentos, etc.), a tecnologia (trabalho, instrumentos e técnicas) e o ambiente são produzidos mutuamente, ou seja, quando não ocorre a transformação da tecnologia por “mimetização” (SACHS, 1986), ou quando as alterações do ambiente obedecem a uma lógica local. Nesta perspectiva do conceito de desenvolvimento sustentável, a sociobiodiversidade configura-se como verdadeiro potencial produtivo que integra um sistema de recursos naturais, culturais e tecnológicos (LEFF, 2000). Esta associação entre cultura, tecnologia e ambiente deve ocorrer tanto nos espaços locais, quanto nos espaços regionais e globais e, ainda, em associação que não deve ser constituída tão somente a partir de uma racionalidade dita instrumental, técnica e/ou econômica. A necessidade dessa associação, que é a própria sustentabilidade, não encontra respostas no paradigma capitalista uma vez que o “capital tende a apropriar-se de modo autodestrutivo, tanto da força do trabalho, como do espaço, da natureza e do meio ambiente em geral” (SANTOS, 1999, p. 44).

No Brasil, sob a influência da luta dos seringueiros, e no mundo todo, o ambientalismo

evoluiu no sentido de reconhecer algumas lutas antes identificadas como lutas sociais dentro do marco do ambientalismo. Martinez-Alier (1999) denomina de “ambientalismo dos pobres” as lutas associadas à defesa da subsistência e de acesso aos recursos comunitários quando ameaçados pelo mercado ou pelo próprio Estado. É no marco deste ambientalismo dos pobres que se inscrevem lutas como dos FP. Mais que a incorporação discursiva da questão ambiental, a ambientalização de tais lutas sociais chama a atenção da sociedade para um embate que abrange também interesses públicos mais amplos que os interesses privados envolvidos.

4.2.5. Estratégias para os novos RBC e sustentabilidade

Na literatura de RBC é possível compilar princípios, diretrizes, estratégias, roteiros e sugestões para desenvolver ou aperfeiçoar a sustentabilidade do uso comunal de recursos. Em geral, os pesquisadores estão calcados em uma grande quantidade de pesquisas de base empírica que avaliaram os aspectos favorecedores e constrangedores do bom manejo. Para avaliar as condições gerais para gestão dos FP utilizou-se, neste estudo, uma sistematização das principais recomendações de vários autores para gestão sustentável de recursos e espaços comuns (WADE, 1987; OSTROM, 1990, 1999, 2002a, 2003, 2005; SCHLAGER & OSTROM, 1992; VIANA, 1998; BEGOSSI, 1999; LE PRESTRE, 2000; FEENY, BERKES, McCAY & ACHESON, 2001; GADGIL et al., 2000; McKEAN & OSTROM, 2001; KLUG, 2002; DIEGUES, 2002; VLEK, 2003; PELIZZONI & OSTI, 2003; DIETZ, OSTROM & STER, 2003; VIEIRA, BERKES, FIKRET & SEIXAS, 2005; ACHESON, 2006). Estas condições para governança e governança adaptativa (DIETZ, OSTROM & STER, 2003) estão usualmente associadas aos conceitos de ação coletiva (OLSON, 1971) e capital social (PUTNAM et al., 1993). A interpretação dos atributos dos usuários como capital social se valeu das categorias definidas por Putnam (2000, 2007) como capital social do tipo *bonding* e do tipo *bridging*. Ostrom (1999) sugere que os recursos e espaços comuns sejam estudados segundo os atributos dos recursos e os atributos dos usuários.

4.2.6. Os atributos dos recursos

Os atributos dos recursos referem-se a aspectos dos RBC que facilitam sua gestão e potencializam sua sustentabilidade. A lista abaixo resume os principais atributos a serem utilizados para avaliar as condições de gestão:

a) o recurso pode ser delimitado: para que uma gestão possa ser eficiente os limites territoriais e as fronteiras de recursos devem ser claramente definidos (DIEGUES, 2001b; McKEAN & OSTROM, 2001; GADGIL et al., 2000; OSTROM, 2002a; PELIZZONI & OSTI, 2003). Sob tal condição a possibilidade de exclusão de *free riders* se amplia e, com ela, a capacidade de controlar os fluxos do RBC;

b) controle sobre influências e usuários externos: trata-se da exclusividade ou da possibilidade de controle de *free riders* ou outras influências externas sobre o fluxo de recursos para o grupo de usuários. O recurso deve estar submetido ao controle razoavelmente seguro de um grupo social claramente especificado (GADGIL et al., 2000; OSTROM, 2002a, 2005). Mesmo um recurso bem delimitado pode ter características que limitam a possibilidade de excluir *free riders*, principalmente quando não ocorre ou não é possível a circulação permanente dos usuários por toda a área que dá acesso ao recurso;

c) o recurso é importante para os usuários: a relevância do recurso para os usuários deve ser alta. Além disso, os participantes devem planejar viver e trabalhar na mesma área por longo tempo e, portanto, não consideram uma taxa de desconto alta em relação ao futuro (OSTROM, 2002a, 2003). Sob tal condição, é mínima a pressão por maximizar, no curto prazo, a renda obtida a partir do recurso;

d) o monitoramento é útil e viável para os usuários: para tanto, os usuários devem dispor de informação acurada sobre o estado presente do recurso. A produção de tais informações deve ser simples e de baixo custo. A previsibilidade do fluxo do recurso, assim como a expectativa de fluxos dos custos e benefícios do mesmo, deve ser factível e compreensível pelos usuários. Para tanto, devem ser produzidos indicadores simples e confiáveis para seu monitoramento (OSTROM, 2002a, 2003); e

e) viabilidade técnica e econômica para conservação e recuperação do recurso: a aplicação de regras e técnicas para conservação ou mesmo a recuperação do recurso quando degradado deve ser viável para o grupo gestor (OSTROM, 2002a; GADGIL et al., 2000).

4.2.7. Os atributos dos usuários (capital social tipo *bonding*)

Um aspecto importante para estudos da “tragédia de comuns” está na possibilidade de que as pessoas envolvidas não assumam a necessidade de enfrentamento do dilema. Isto ocorreria por distintas razões: 1) as pessoas não estão conscientes da possibilidade do dano coletivo; 2) elas não se dão conta da sua parcela de responsabilidade sobre os problemas coletivos; 3) elas não consideram que os prejuízos de longo prazo justifiquem abrir mão dos benefícios de curto prazo; e 4) elas não acreditam que haja saídas viáveis para o risco coletivo, seja por não acreditarem em possibilidades de mudanças técnicas ou por não confiarem na possibilidade da cooperação entre os atores (VLEK, 2003). Este último ponto é o que mais se refere ao capital social (PUTNAM et al., 2002). Qualquer acordo exige regras e confiança entre os participantes para que se tenha a certeza de que eles serão cumpridos por todos e para que possam trabalhar em grupo. Estes são atributos dos usuários, características internas aos grupos, equivalente à concepção de capital social do tipo *bonding*.

Os itens apresentados a seguir discriminam as características dos usuários que potencializam a gestão dos RBC:

a) reputação, confiança e reciprocidade: há entendimento mútuo, confiança e reciprocidade entre os usuários. A reputação é um importante reforçador da cooperação. A partilha de normas gerais, a reciprocidade e a confiança podem ser utilizadas como um capital social inicial (OSTROM, 2002a, 2003, 2005). Para Putnam (2007), a proximidade social e a semelhança entre os sujeitos favorecem o desenvolvimento de identidade e confiança, bases das conexões sociais do tipo *bonding*. Para Fehr & Fischbacher (2003), o altruísmo humano está muito além do altruísmo recíproco (comportamento altruístico condicionado à certeza de receber o mesmo tratamento em troca) ou da cooperação baseada na ajuda mútua. Os autores relatam diversas situações nas quais se desenvolve uma “reciprocidade forte”, que independe do ganho imediato. Há uma atitude de cooperação mesmo em interações descontínuas (a cooperação ocorre mesmo na incerteza de receber a “paga” do ator favorecido) e em que ganhos por reputação estão ausentes (a atitude cooperativa pode estar socialmente invisível);

b) legitimidade e efetividade da instituição local e das suas decisões: esta condição requer a existência de instituições e espaços de negociação simples, democráticos e autônomos. A organização dos responsáveis pela gestão deve ser efetiva e experiente.

Tomadas de decisão podem ocorrer em assembleias (participação total), conselhos (participação elitizada) ou com base em representações, desde que o processo seja reconhecido e legitimado como justo e bom (DIEGUES, 2001b; GADGIL et al., 2000; McKEAN & OSTROM, 2001; OSTROM, 2002a, 2005). Assim, as decisões tomadas por tais instâncias são respeitadas e cumpridas por todos os que afetam e são afetados pelo recurso e sua disponibilidade;

c) critérios de pertença: o grupo que utiliza o recurso é minimamente estável e os critérios para ingresso devem estar claros (McKEAN & OSTROM, 2001; OSTROM, 2003). Sem estabilidade da composição do grupo há a tendência à fragilização das instituições (regras e organizações) que garantem a gestão;

d) regras reconhecidas, flexíveis, simples e adequadas: as regras de uso devem ser claras, facilmente impostas e flexíveis. Os usuários devem ter o direito de modificar as regras ao longo do tempo. As regras de uso devem ser ambientalmente conservadoras para possibilitar margens de erro em relação ao que o sistema pode tolerar. Há acordo tácito sobre a adequação das regras em uso e sobre as suas vantagens sobre outras opções (GADGIL et al., 2000; McKEAN & OSTROM, 2001; OSTROM, 2003, 2005; PELIZZONI & OSTI, 2003);

e) controle e sanção: o reforço às normas tem relação direta com a existência de punição para violações. Os participantes podem desenvolver arranjos de monitoramento e sanções pelos próprios comunitários. Tais arranjos devem ser relativamente precisos e de baixo custo. Sistemas de sanções com aplicação gradativamente maior para reincidentes são relatados como mais efetivos. É preciso que haja coerência entre a forma corrente de apropriação e as normas de uso dos recursos, que Ostrom (2003) denomina “congruência”. Sem esta congruência, as normas de uso entram em conflito com a necessidade dos usuários que tenderão a burlá-las. (GADGIL et al., 2000; DIEGUES, 2001b; OSTROM, 2002a, 2003; FEHR & FISCHBACHER, 2003; PELIZZONI & OSTI, 2003); e

f) capacidade de aprendizagem social, adaptação e agilidade frente aos conflitos: trata-se do aperfeiçoamento do conhecimento socioecológico de comunidades, assumindo-se

que há dinâmicas que exigem mais que a simples manutenção das regras comunitárias. A aprendizagem social deve fazer uso da memória e do conhecimento como fontes de inovação dos regulamentos. Deve-se constituir uma capacidade adaptativa dos usuários diante das mudanças. Os conflitos internos devem encontrar espaço e procedimentos simples, baratos e rápidos para a sua solução (McKEAN & OSTROM, 2001; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005; SEIXAS & BERKES, 2005). Em alguns casos, a capacidade adaptativa pode se tornar um problema, principalmente quando a adaptação a um sintoma (menor disponibilidade do recurso) atrasa a reação à doença (perda progressiva do recurso).

4.2.8. Os atributos do conjunto de atores (capital social tipo *bridging*)

No item anterior, referimo-nos aos atributos dos usuários e às suas relações internas. O atributo do conjunto de atores refere-se às relações destes usuários com os demais atores que, direta ou indiretamente, impactam a possibilidade de os usuários gerirem o recurso. Neste caso, referimo-nos às características das relações do grupo de usuários com outros atores, um capital social do tipo *bridging*:

a) reconhecimento externo da organização local e do regime de propriedade: invariavelmente trata-se de agentes externos, muitas vezes o Estado, que devem atuar no sentido de reconhecer, legitimar e proteger o uso comunal de um recurso ou território. Este reconhecimento inclui o direito de determinado grupo preservar, manter sua identidade, autonomia e o direito de definir seus processos produtivos e modos de vida. O reconhecimento público deve oferecer garantias mínimas como do direito de se organizar e a não-interferência sobre suas regras e direitos. O reconhecimento externo trata de dar relevo às instituições locais que garantem internamente à comunidade, as regras de manejo (LEFF, 1998; BEGOSSI, 1999; LEPRESTRE, 2000; DIEGUES, 2001b; McKEAN & OSTROM, 2001; KLUG, 2002; OSTROM, 2002a);

b) espaço de comunicação e decisão entre organizações locais e demais atores do sistema político: Dietz, Ostrom & Stern (2003) sugerem que a diversidade de instituições e a sua interação favorecem a chance de resposta coletiva à quebra de regras por indivíduos. Para Ostrom et al. (1999), a nossa sobrevivência de longo prazo depende tanto da diversidade

institucional como da diversidade biológica. São necessárias instituições fortes, espaços de decisão e comunicação que transcendam a escala local, alcançando a escala necessária à solução dos problemas. O co-gerenciamento (associação entre organizações comunitárias e instituições públicas) é um regime promissor no desenvolvimento de sistemas de manejo adaptativo, na medida em que induz o estabelecimento de conexões transescalares (entre o local e os níveis superiores de gerenciamento) para a definição de regras de manejo e da forma de implementá-las. Sugere-se a comunicação de parâmetros de monitoramento local aos vários níveis do sistema político. Tais espaços de gestão e comunicação facilitam experimentações bem como uma aprendizagem coletiva por *feedbacks*. (PINKERTON & WEINSTEIN, 1995; DIEGUES, 2001b; McKEAN & OSTROM, 2001; SEIXAS & BERKES, 2005; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005);

c) reconhecimento do papel e da atuação dos agentes públicos nos conflitos: os setores públicos, encarregados de impor obediência às regras de gestão, devem ter credibilidade junto aos atores sociais envolvidos. Os agentes de Estado devem estar acessíveis e dispor de mecanismos para solução rápida de conflitos entre usuários. (GADGIL et al., 2000; DIEGUES, 2001b; OSTROM, 2002a). Essa agilidade, proximidade e eficácia do Estado é uma condição rara, principalmente nos sertões do Brasil; e

d) diálogo de saberes: o co-gerenciamento do recurso deve ser fundamentado tanto nos conhecimentos locais como em conhecimentos científicos (DIETZ, OSTROM & STERN, 2003; SEIXAS & BERKES, 2005; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005). O diálogo entre técnicos, cientistas e os interessados nos processos de deliberação gera melhores bases de dados e matrizes de análise. O atendimento desta condição sugere a necessidade de aproximação generalizada das comunidades gestoras de RBC com a academia e centros de pesquisa.

Reunidas as condições acima, a partir dos diversos autores, pode-se delinear cenários em que a gestão sustentável de recursos de uso comum é factível e nos quais é possível desenhar roteiros gerais de trabalho que abranjam, ao mesmo tempo, os planos político, científico e tecnológico. Tais roteiros visam facilitar a modificação de procedimentos locais em busca da melhor gestão do RBC.

4.2.9. Críticas à noção de gestão de RBC e à escola anti-tragédia (da Utopia dos comuns)

Fazendo um contraponto sarcástico, ainda que tenda a concordar com este grupo, Goldman (2001) denomina de escola “antitragédia” o que ele chama de “um disparatado grupo de cientistas políticos, ecólogos, antropólogos, sociólogos e economistas que desafia o *magnus opus* de Hardin com uma liturgia de argumentos contrários, a maioria dos quais produzida por pesquisas empíricas de campo” (GOLDMAN, 2001, p. 49). Nesta escola, segundo o autor, há três vertentes: dos Ecólogos Humanos, dos Especialistas em Desenvolvimento e dos Gerentes de Recursos Globais, o que produz uma grande gama de proposições e estudos sobre o tema. Normalmente, se trata de estudos acadêmicos que avaliam características dos recursos e dos usuários de recursos comuns.

Abaixo se apresentam alguns argumentos que sustentam a idéia de que os estudos de comuns precisam ampliar as suas categorias e escopos de análise. Estes argumentos foram reforçados pela pesquisa com os FP:

a) O foco no recurso ou espaço comum obnubila relações entre recursos e entre grupos

Algumas relações entre recursos e entre grupos não são óbvias e tão claras. Por exemplo, a utilização que certos agricultores fazem do solo numa dada região pode comprometer a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos disponíveis para o consumo de todos os habitantes; o esforço de um pescador pode afetar a produtividade de outro, bem como a produtividade futura de todos os pescadores de uma dada área, em consequência dos efeitos sobre os estoques; e a destruição de uma floresta pode alterar decisivamente o microclima de uma dada região, prejudicando a qualidade de vida de todos os que ali habitam (BERKES, 1989; FEENY et al., 1990; OAKERSON, 1986; BERKES & FOLKE, 1998; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005);

b) O foco na conservação do recurso versus a biodiversidade

Todas as correntes ambientalistas defendem a biodiversidade como valor; os argumentos divergem ainda que o fim (conservação da biodiversidade) seja o mesmo. Desde Carson (1997), os ambientalistas postulam que a diversidade garante balanços e controles naturais que se perdem com a simplificação dos ecossistemas. Outro autor clássico

(GOLDSMITH, 1997) afirma que os ecossistemas tendem à estabilidade em função da diversidade e complexidade e que o nosso modo de manejá-los tende a simplificá-los. Isso diminui a estabilidade do sistema até o limite da perda da capacidade de se recuperar. Estes argumentos se baseiam nos conceitos de homeostase e de dependência da estabilidade dos sistemas naturais em relação à biodiversidade. Ao focar a conservação de um recurso, a gestão pode perder o foco do sistema que o abrange;

c) Os limites da abordagem da racionalidade econômica sobre gestão dos RBC

Alguns autores sugerem que a gestão dos RBC estaria associada à construção de uma nova racionalidade (LEFF, 2000; MALAGODI, 2002). Para Ostrom (2002a), a capacidade humana de aprender reciprocidade e regras sociais nos dilemas da vida cotidiana e a possibilidade de comunicação alterariam as premissas da “tragédia dos comuns”. Uma segunda geração de modelos sobre decisões racionais dos coletivos incorporaria parâmetros não-previstos pelos modelos pessimistas como o de Hardin, tais como “confiança”, “reputação” e “reciprocidade”.

A formação deste *ethos* gestor pauta-se no fortalecimento e emancipação política da comunidade usuária do RBC. Daí a importância de se formarem grupos capazes de lidar com as questões de poder, de conflitos, de necessidade de negociação e de elaboração de novas propostas. Alguns elementos deste *ethos* gestor têm fundamento religioso como no caso das comunidades rurais do vale do Jequitinhonha, que concebem a terra como divisível, mas a água como sendo dom da natureza, vinda de Deus e, portanto, indivisível. Para eles a água “é comum, ninguém pode tirar o direito dela; água não tem dono, é do povo, é dos bichos, água é para todo mundo” (RIBEIRO & GALIZONI, 2003).

Importante destacar que não são apenas os acordos racionais de manejo e gestão dos espaços e recursos naturais, estabelecidos entre usuários, que têm sido a base para o seu uso parcimonioso. Há, ainda, elementos religiosos e culturais de grande importância que restringem, parcial ou totalmente, o uso de um espaço ou recurso, como os tabus alimentares (BEGOSSI, 1999) relacionados ao consumo de caça ou pescado. Há, também, os mitos de origem indígena como o curupira ou espíritos protetores das florestas e águas que perseguiriam caçadores que desperdiçassem carnes de caça ou agricultores que maltratassem a terra (RIBEIRO & GALIZONI, 2003);

d) Localismo e despolitização da questão dos RBC

De modo geral, a estrutura de análise e dos estudos de RBC concentra-se na comunidade que depende dos recursos. Mesmo os atributos referidos aos aspectos externos são localistas, como a capacidade de excluir *free riders*, o reconhecimento externo da organização e o regime de propriedade. Os desafios de governança de RBC são de ordem, prioritariamente, técnica e social, fragilizando abordagens que privilegiem conflitos políticos mais amplos, como questões fundiárias e econômicas. Alguns itens, normalmente deixados de lado em estudos de RBC, são mais evidentes:

A injustiça social e ambiental: muitos problemas e ameaças aos RBC são recentes e induzidos por prejuízos à quantidade e qualidade dos recursos acessados pela comunidade. Madeireiros, empresas de pesca profissional, mineradoras, fazendeiros comerciais de camarão e grileiros são alguns dos típicos atores sociais que afetam sobremaneira os RBC. Ignorar tais processos e focar a atenção sobre a qualidade das regras internas às comunidades é, no mínimo, ineficiente; e

A ação do Estado: as soluções para a tragédia dos bens comunais são preponderantemente políticas e implicam numa “coerção mútua” na qual se negocia o acesso ao recurso, o nível de consumo, a repartição dos benefícios e dos custos. Em grande parte dos casos requer-se a intervenção de um agente central, principalmente o Estado, na formulação e aplicação de novas restrições no acesso e uso de RBC (LE PRESTRE, 2000).








4.3. GESTÃO DE RBC NOS FUNDOS DE PASTO

Neste ponto do capítulo, inicia-se uma avaliação da gestão de RBC à luz do exemplo dos FP. Como se dão os riscos ao recurso comum? Em que medida a compreensão dos desafios à gestão do RBC em FP ilustra os limites da escola de RBC? Para evitar-se os erros de Hardin começa-se o estudo pelo item que ele omitiu, a questão do regime de propriedade em FP.

4.3.1. Regime de propriedade e arranjos

A gente pode dizer que hoje, nos FP, tem como que três áreas, o FP que é de todo mundo, a área de roçado e da casa que é da família e a área individual que fica sem cerca ⁸⁹.





Toda área de FP é um modo misto de propriedade, com três tipos de arranjo: área 1 - regime comunal de uso e posse nos pastos naturais (*de jure* e *de facto*); área 2 - regime privado de posse familiar (*de jure*) com uso comunal (*de facto*); e área 3 - regime de posse e uso privados nos roçados familiares (*de jure* e *de facto*). Segundo a definição de Schlager & Ostrom (1992), a comunidade é *owner* da área 1 (direito *de jure* e *de facto* de acesso, retirada, manejo e exclusão), os indivíduos são *proprietors de jure* das áreas 2 e 3 (direito de acesso, retirada, manejo, exclusão e alienação), mas são *owners de facto*, uma vez que a alienação é socialmente limitada e os demais direitos são compartilhados com o grupo, principalmente na área 2. Estas três áreas típicas existem em proporções e arranjos diferenciados entre os FP. Os quadros 4.3 e 4.4, abaixo, mostram as representações gráficas dos elementos que constituem os FP e a caatinga:

Elementos do FP	Representação gráfica
Roçado familiar para subsistência e venda eventual de produtos	
Roçado familiar para suplementação animal	
Limite não cercado	
Limite com cerca	
Casa da família	
Caprinos	
Bovinos	

Quadro 4.3: Representações para a caracterização dos FP

⁸⁹ Essa descrição de um agricultor de FP coincide com os “geraizeiros” que também dividem suas áreas em três tipos em função do uso, cultura, cerrado e campo (GALIZONI, 2000).

O quadro 4.3 reúne as representações associadas aos elementos antrópicos dos FP, roçados, casas, cercas e criações.

Elementos do FP	Representação gráfica
Riacho perene ou semi-perene	
Bromeliáceas e cactáceas	
Leguminosas lenhosas nativas com uso forrageiro (gêneros: <i>Acacia</i> , <i>Albizia</i> , <i>Bauhinia</i> , <i>Caesalpinia</i> , <i>Canavalia</i> , <i>Cratyilia</i> , <i>Dioclea</i> , <i>Mimosa</i> , <i>Piptadenia</i> , <i>Poecilanthe</i> , <i>Senna</i>)	
Extrato arbustivo e herbáceo nativas com uso forrageiro (leguminosas: <i>Crotalaria</i> , <i>Desmanthus</i> , <i>Galactia</i> , <i>Periandra</i> , <i>Macroptilium</i> , <i>Rhynchosia</i> , <i>Zornia</i> ; gramíneas da família <i>Poaceae</i>)	

Quadro 4.4: Representações para caracterização da caatinga

O quadro 4.4 reúne as representações associadas aos elementos naturais, presentes nos FP. Os gêneros listados entre as leguminosas e o extrato arbustivo e herbáceo não são os únicos presentes, apenas os mais comuns e que têm uso forrageiro.

4.3.2. Comunidade distribuída pelo FP (FP típico)

No padrão observável na figura 4.1 (abaixo) a comunidade está espalhada pelo FP; as famílias possuem (*de jure*) as áreas em volta das casas, normalmente sem cercá-las. O limite externo envolve a área total do FP, contendo os três tipos de áreas. A maior parte da área caracteriza um típico regime de posse e uso comunal. Os direitos e deveres estão circunscritos a um grupo delimitado, a comunidade, que detém exclusividade sobre esta área. As regras de acesso, manejo e exclusão são definidas com autonomia pelo grupo. Nessa área prevalece o regime de propriedade comum, mesmo havendo comunidades que (ainda) não querem ou não conseguem impedir o uso da pastagem natural por fazendeiros vizinhos, que agem como *free*

riders, no sentido apontado por Olson (1971). Outro aspecto a destacar é a reciprocidade entre comunidades de FP vizinhas. Como em geral não há cercamento do limite externo, os animais das comunidades pastoreiam em ambos os FP. A figura 4.1, abaixo, apresenta um FP típico:

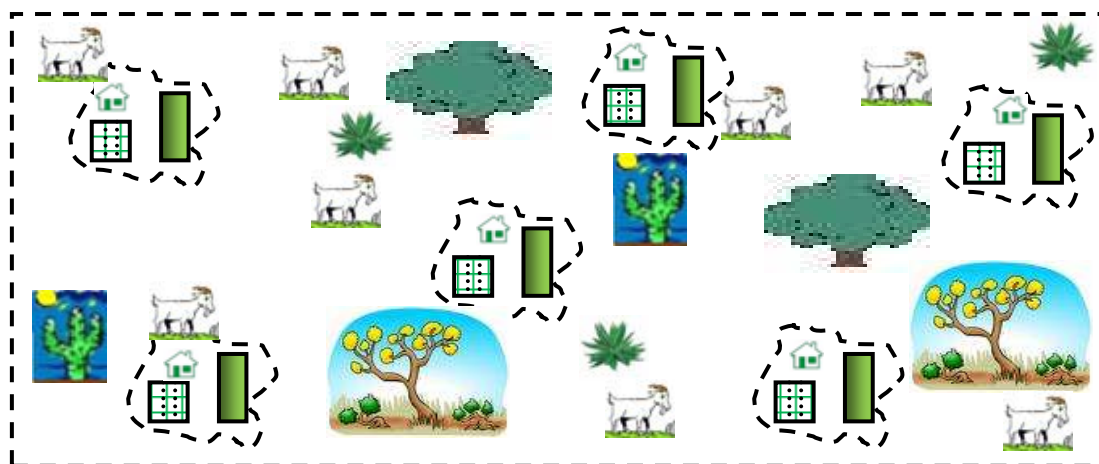


Figura 4.1: FP típico

Os limites internos são a área de posse da família. Ali se localizam a área de uso comunal e a área de uso familiar. Ambas pertencem, normalmente, ao mesmo documento individual de posse da família. Entretanto, a área de caatinga, legalmente (*de jure*) privada é *de facto* área de pastoreio em comum. Há uma diferença sutil entre FP (área 1) e a área individual não cercada (área 2). No FP todos podem retirar madeira (para uso familiar, nunca para venda), caçar e extrair frutas. Há exclusividade familiar para o extrativismo vegetal e a caça, e para o controle da retirada, ainda que em geral permita pequenas extrações (vegetais e caça) por seus vizinhos. A comunidade impõe limites ao manejo por parte da família proprietária, como a proibição de criação de porcos soltos.

A área de posse e uso da família são os roçados, pomar e a área em volta da casa. Normalmente, as áreas cercadas para roçados são pequenas, não ultrapassando três hectares. Em regiões mais secas ou em que ocorrem ameaças aos animais existem, nas áreas familiares, cercados nos quais há pastos para proteção e cuidado de animais doentes, fêmeas paridas e borregos, e pastos para produção de feno e/ou plantios de palma. Entretanto, não se pode considerar como propriedade privada pura, uma vez que há fortes constrangimentos sociais à venda desta área para pessoas externas à comunidade (isso pode desencadear conflitos violentos). A alienação que, segundo Ostrom (2003), diferencia *full owner* e *proprietor*

colocaria a família na segunda categoria. Entretanto, não é possível este enquadramento, uma vez que a alienação é legalmente possível, embora socialmente restrita.

4.3.3. Comunidade em área distinta do FP (denominado fecho de pasto)

Nesse caso, observável na figura 4.2 (abaixo), a comunidade fica concentrada em área diferente do FP. Fechos de pasto ocorrem em áreas com diferenciações marcantes das paisagens (pequeno vale úmido e largas *highlands*, chapadas, mais secas). É usual em áreas assim conhecidas regionalmente: fechos de pasto. Em uma das comunidades estudadas, uma moradora declarou nunca ter ido ao fecho, por ser considerado território masculino. A figura 4.2 apresenta um fecho de pasto típico, com boa disponibilidade de água e concentração na área úmida:

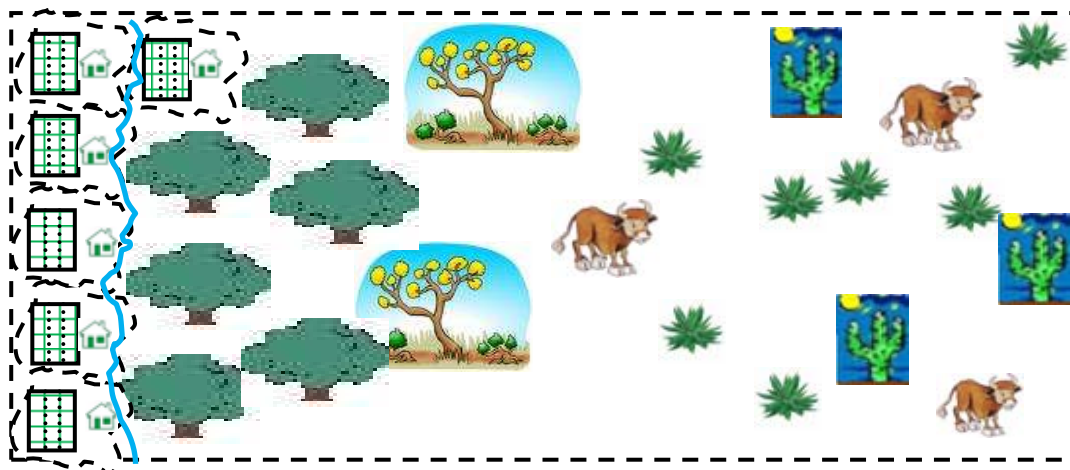


Figura 4.2: FP tipo fecho

Nesse tipo de arranjo, a proporção dos roçados é maior, comparativamente a outras formas de FP. Nos fechos do Piemonte do Itapicuru os animais não são trazidos para a área das casas, nem há roçados para suplementação animal. Nos fechos do oeste da Bahia, os animais pastoreiam próximos às casas durante a maior parte do ano, mas durante dois a quatro meses são levados para os “fechos das Gerais”, por vezes a quilômetros das áreas das casas. Nos fechos, na área em que se localiza a comunidade, há em geral uma paisagem mais pujante e arbórea, normalmente associada à existência de água. As áreas de pastoreio comunal nos fechos são ecologicamente distintas e, em geral, bastante extensas.

4.3.4. Comunidade com FP separado⁹⁰

Um tipo menos comum de FP, observável na figura 4.3, abaixo, tem a comunidade concentrada em uma área, ficando o FP a aproximadamente 5 km (ou a alguns quilômetros) de distância. Ocorre em comunidades que, após intensa grilagem das suas áreas comunais próximas, só conseguiram recuperar ou manter áreas separadas e menos favorecidas em termos de água e solo. Este caso é importante porque ilustra processos de retomada de áreas comunais em comunidades que já haviam deixado de manejar em comum. Na figura 4.3, a área com bovinos situada entre as casas e o FP é de uma fazenda de gado de um grande proprietário:

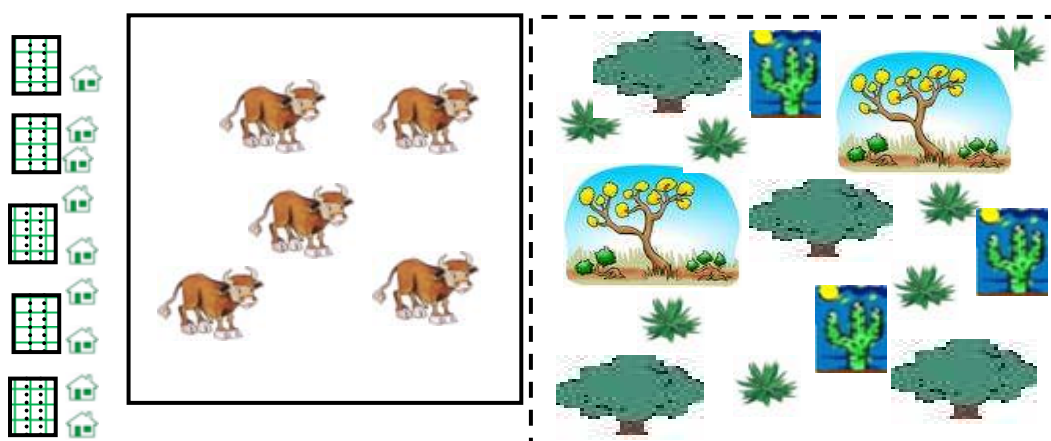


Figura 4.3: FP com comunidade separada por fazenda de pecuária

4.3.5. Comunidade concentrada em parte do FP

Neste arranjo, a comunidade fica distribuída em uma metade do FP, com áreas legalmente possuídas pelas famílias. O FP está na área vizinha e pertence à coletividade. Também pode ser considerado típico porque é atualmente induzido pelo poder público, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este formato facilita a regularização de terras - definição da dominialidade feita pelo Estado - sem que haja uma fragmentação da propriedade coletiva. Se as áreas de posse familiar são descontínuas, precisam ser regularizadas por mais de um documento. Este arranjo pode variar de acordo com a posição relativa das partes: comunidade localizada no centro, às margens ou ao lado da área de FP. Há casos em que a área titulada, de posse da família, se localiza numa região do

⁹⁰ Nos fechos da região de Correntina a área de pastoreio comunal também se encontra, por vezes, separada por quilômetros da área onde vive a comunidade, entretanto este fato decorre do uso tradicional e não de processos de grilagem e empobrecimento.

FP, mas a família mora e faz roçados em outra, dentro do FP comunal. Na representação (figura 4.4 –abaixo), este arranjo é pouco diferente do apresentado na figura 4.2 - fecho de pasto, exceto pela paisagem e pelo uso que se faz da área:

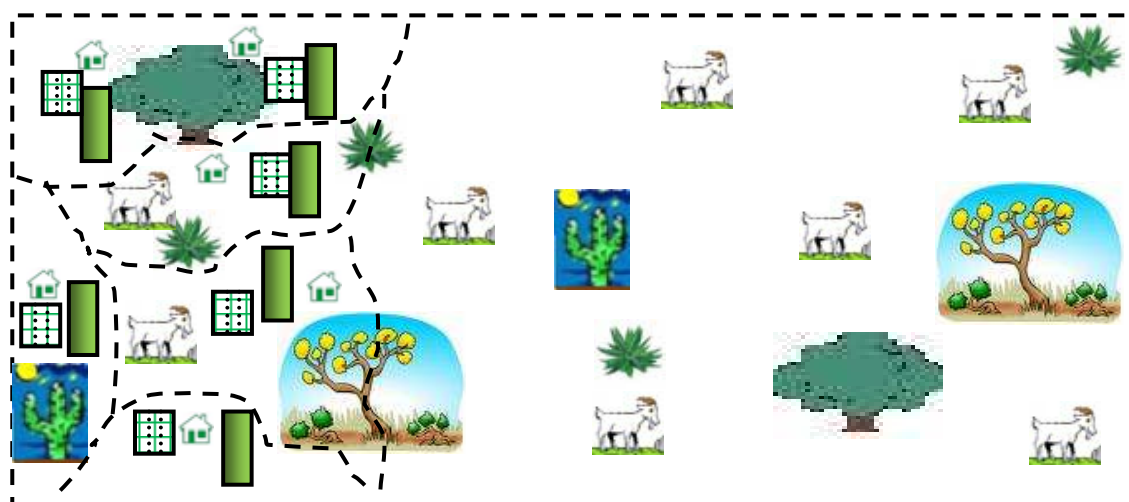


Figura 4.4: FP INCRA

4.4. CONDIÇÕES PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS FP COMO RBC

Utilizando-nos das categorias de análise de RBC compiladas da literatura e apresentadas na primeira parte deste capítulo, esta seção apresenta uma avaliação das condições gerais da gestão nos FP.

4.4.1. Atributos dos recursos geridos nos FP

São vários os recursos geridos em comum nos FP: terra, água, frutos, lenha, madeira, pólen, caça e estruturas coletivas. O recurso principal são os campos utilizados como pasto natural de caprinos e ovinos. Sob este aspecto, a principal preocupação da gestão em FP é semelhante ao caso hipotético utilizado por Hardin (1968) para ilustrar a “tragédia dos comuns”: o sobrepastejo. Cabe ressaltar que, neste caso dos FP, assim como na maioria dos casos de RBC, a existência de mais de um recurso em comum caracteriza um sistema de RBC. A análise de apenas um item dos recursos deve ser feita com o cuidado de não esquecer ecos do sistema de recursos sobre a gestão desse que é avaliado (impactos positivos ou negativos, sejam diretos, como a retirada de madeira ou indiretos, como a coesão ampliada pela gestão negociada para apicultura).

O recurso pode ser delimitado

Os FP são totalmente passíveis de delimitação. A vigilância e/ou o cercamento das terras seriam suficientes para excluir *free riders* tanto do pastoreio, como da extração de recursos da caatinga. Dependendo do nível de reconhecimento e respeito externo, a delimitação pode prescindir do cercamento externo (o que ainda é a regra). A pouca necessidade de delimitação externa ainda é um fator importante para o sucesso na gestão dos FP, na medida em que muitos deles não estão regularizados e, portanto, não poderiam cercar as áreas.

Internamente, há o cercamento de roçados e plantios de palma com o objetivo de excluir os animais próprios e da comunidade do acesso aos cultivos. A limitação do acesso geral à retirada de madeira, frutas, mel, caça e cultivo nas áreas das famílias é feita por acordo e não por cercamento. Em algumas localidades, o cercamento de grandes áreas individuais legalizadas é uma prática crescente que gera conflitos internos.

Vigilância e controle de influências e usuários externos

No caso dos FP, a territorialidade e a defesa de limites é fundamental tendo em vista o abuso de *free riders*. É difícil diferenciar a hospitalidade entre vizinhos do *free riding* abusivo que compromete a sustentabilidade da pastagem natural (SABOURIN & MARINOZZI, 2001). Historicamente, a falta de uma sinalização visível dos limites das comunidades (típica da cultura local) induziu tolerância e reciprocidade no pastoreio. Há, também, a prática solidária de acolher animais de vizinhos, principalmente na época da seca. A manutenção deste costume torna-se perigosa, na medida em que grandes produtores descuidam da separação de áreas para períodos de seca tratando os FP como reserva livre. As comunidades de FP com área muito restrita (menos de 30 hectares por família) colocam em risco sua sustentabilidade ao permitir o sobrepastejo ampliado pela hospitalidade oferecida aos vizinhos. A exclusão do acesso e uso por *free riders* varia conforme a situação:

- Vizinhos fazendeiros: em geral não mantêm pastagem natural, substituindo a caatinga por pastos de gramíneas, para o uso privado individual da terra. Muitas vezes, na instalação das fazendas, legalmente ou por grilagem, os próprios fazendeiros cercam as áreas. Quando há conflito entre as fazendas e o FP

é comum que a comunidade enfrente a apropriação ilícita cortando cercas que avançaram sobre as suas áreas. Quando há um bom convívio com o fazendeiro, é comum haver consentimento para *free riding* no FP, em época de seca.

- Vizinhança de estradas e proximidade de vilas: por lei, o cercamento é obrigatório nesse caso, para evitar a circulação dos animais na estrada. Normalmente, nestas situações, as comunidades sofrem constantemente com roubo de animais.

- Vizinhos FP: Situação muito comum, principalmente nos municípios com vários FP. Raros são os conflitos entre estas comunidades. Normalmente, não há cercamento e cada comunidade é, em certa medida, *free rider* da outra.

Terras e árvores são mais fáceis de monitorar que peixes (DIETZ, OSTROM & STER, 2003). Em alguns lugares, é comum a formação de equipes de vigilância, principalmente nas épocas de seca, para expulsar animais alheios aos FP. Quando necessário, em algumas comunidades, os homens fazem acordos de rodízios, para que algum deles sempre esteja presente nos limites do FP. Há comunidades que montam comissões de defesa atuantes no período da seca.

O controle varia também com o arranjo das comunidades. Nos FP típicos é mais fácil o controle, em virtude da melhor distribuição espacial das famílias. Nos FP em que a comunidade se concentra em uma parte da área, o controle é relativamente mais frágil. Nos fechos de pasto a exclusão de *free riders*, se tal prática fosse comum, seria muito difícil. No caso da área de FP fisicamente separada da comunidade, o controle de *free riders* é quase impossível.

O recurso é importante para os usuários

Para os agricultores, a caatinga dos FP é a própria condição de manutenção da vida. A biodiversidade da caatinga representa para eles disponibilidade de forrageiras e fontes de proteínas para os animais, nicho para caça, extrativismo vegetal (tinturas para tecidos, curtume de couros, medicina popular, alimentação, frutas para venda, reserva energética, materiais para construção e cercas), coleta de mel e beleza cênica. Um aspecto significativo dos relatos, principalmente em fundos e fechos de pasto que ainda dispõem de grandes áreas,

é a importância da liberdade sentida por viver numa área conservada e sem cercas⁹¹.

Os FP servem de laboratório para estudos botânicos das universidades, mesmo que muitas vezes os pesquisadores não percebam estar visitando um território muito particular (levantamentos botânicos da UEFS, por vezes são feitos em áreas de FP). As fisionomias das áreas de FP se diferenciam bastante das demais propriedades. A vegetação, normalmente exuberante, assemelha-se a uma floresta arbórea, com grande cobertura de solo e sombreamento. É, nesse sentido, um contraponto ao retrato histórico das características físicas da região, sempre descrita como ambiente inóspito (BLOCH, KÜMMER & BACELAR, 1998).

É marcante a diferença entre as fisionomias das fazendas e dos FP. Na foto 4.1 é possível divisar a fazenda cercada com seu pasto, do lado esquerdo, e o FP arbóreo-arbustivo, do lado direito. Ainda mais impressionante é observar áreas que foram griladas dentro de FP. O caso da Areia Grande, em Casa Nova, mostra uma situação em que a área grilada em 1982, e retomada alguns anos depois, nunca se recuperou, tendo perdido toda a resiliência, como se pode comparar nas fotos 4.2 e 4.3, abaixo:



Foto 4.1: Pasto cercado x caatinga sem cerca

⁹¹ Este aspecto simbólico que reforça o vínculo com a área comunal foi abordado no capítulo 3 desta tese.



Foto 4.2: FP da Areia Grande



Foto 4.3: Área grilada em 1982 na Areia Grande

Ainda que a importância geral dos FP seja grande, há diferenciações entre as comunidades. Em locais de clima mais rigoroso (períodos de seca maiores) há grande dependência econômica em relação às áreas de uso comunal e a importância relativa dos roçados individuais é menor. Em áreas com maior disponibilidade de água e solos mais férteis, aumenta a importância econômica do roçado. Em situações nas quais a quantidade de terra é insuficiente para uma boa quantidade de animais, há maior tendência à valorização dos roçados de subsistência. O mesmo acontece quando as famílias dispõem de um cabedal insuficiente (menos de 20 caprinos). Nestes casos a importância relativa da caatinga diminui.

Viabilidade técnica e econômica para conservação e recuperação do recurso

Há novos desafios técnicos para o manejo de FP. Um deles é a redução da biomassa da caatinga para o pastoreio nos períodos de seca em algumas comunidades (principalmente aquelas que dispõem de menos de 30 hectares por família). Nestas comunidades, relata-se que até a década de 1980 havia pouca ou nenhuma necessidade de complementar a alimentação animal. Hoje, com a limitação das áreas de pastoreio, há necessidade de que se definam estratégias coletivas para aplicação nos períodos de escassez de pastagem. São necessárias normas de conduta, como limite do número de animais, separação e recuperação de áreas, introdução de espécies vegetais para servirem como bancos de proteínas e conservação de forragens. A necessidade dessas normas já é real em algumas regiões, enquanto que em outras poderá se apresentar em futuro próximo.

O tema do aumento da capacidade de suporte para pastoreio na caatinga vem crescendo,

principalmente com subsídios de pesquisadores do semi-árido e de caprinos da EMBRAPA (ARAÚJO FILHO, 1980, 1984, 1995; GUIMARÃES FILHO & VIVALLO, 1989; GUIMARÃES FILHO & SOARES, 1992; ARAÚJO FILHO, SOUSA & CARVALHO, 1995; ARAÚJO FILHO & CARVALHO, 2001). Há varias propostas para aumentar a capacidade de suporte da caatinga como o manejo (rebaixamento, raleamento e enriquecimento pela introdução de plantas forrageiras resistentes à seca), o sistema CBL (Caatinga-Buffel-Leucena), que promete triplicar a capacidade de suporte, e o sistema SIPRO (caatinga mais suplementação conforme a categoria animal). O sistema CBL propugna a redução da caatinga a até 40% da área. O aumento da lotação, pelo sistema CBL, causaria grande impacto na caatinga dos FP.

Em geral, os agricultores de FP têm assimilado mais técnicas associadas ao enriquecimento, raleamento e rebaixamento da caatinga. O simples rebaixamento da caatinga, que amplia a produção de forragens baixas, permitiria que 0,5 hectares de caatinga fossem suficientes para um caprino (ARAÚJO FILHO et al., 1998), o que sextuplicaria a capacidade de suporte da caatinga nativa.

Em relação aos sistemas silvopastoris na caatinga, a EMBRAPA⁹² propugna a seguinte lotação, apresentada na tabela 4.1, abaixo:

Manejo	Lotação (cabeças/hectare/ano)
Caatinga nativa	1,0 cab./3 ha. ano (ovi/cap)
Caatinga raleada	2,5 (ovinos)
Caatinga rebaixada	2,5 (caprinos)
Caatinga enriquecida – não adubada	5,0
Caatinga enriquecida – adubada	10,0

Tabela 4.1: Lotação adequada de animais em pastos nativos de caatinga conforme manejo

Fonte: EMBRAPA (2008)

A questão da capacidade de suporte é mais complexa do que definir um número de animais. É possível a mescla de caprinos e ovinos, animais que têm comportamentos diferentes e de certo modo complementam-se otimizando o uso das forrageiras (LEITE, ARAÚJO FILHO & PINTO, 1995). A ovelha desaparece pela caatinga e pastoreia tudo, olhando para baixo e focando o extrato herbáceo. A cabra é mais seletiva, forma grupos, tem

⁹² Disponível em: <<http://www.cnpc.embrapa.br/anaclaraembrapacaprinos.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

magote⁹³ definido, come olhando para cima, usufruindo mais dos arbustos e ramos de árvores. Há diferentes comportamentos dos magotes que podem ter relação com a orografia e com o período do ano. Os agricultores por vezes declaram que “a criação encegueirou” em determinado pasto, para dizer que ficaram só numa mesma região. Relatam também que determinado magote “passeou mais de 500 tarefas”, para explicar que em curto período as cabras pastorearam grandes extensões. Estes diferentes comportamentos animais certamente geram diferentes impactos sobre as pastagens nativas.

Há, ainda, uma relação direta entre o desmatamento e a redução da capacidade de suporte. Em algumas regiões, segundo relatos dos integrantes dos FP, é o desmatamento que deflagra a degradação pelo pastoreio.

Por motivos como baixo cabedal e/ou boa disponibilidade de área, o sobrepastejo nos FP ainda não é uma regra e poucas comunidades têm necessitado de mais suplementação. A variação da necessidade de suplementação (contínua e não em virtude de um ou outro ano mais seco) pode ser um bom indicador para compreender a dinâmica de sobrepastoreio. Os agricultores de FP sabem com exatidão relatar as variações do manejo e suplementação ao longo dos anos.

Nos FP em que há sobrepastoreio, os agricultores têm iniciado conversações entre si no sentido de avaliar a necessidade de estabelecer limites à quantidade de animais ou outras saídas técnicas. Em um dos FP (Paredão – Monte Santo-BA) que enfrenta uma situação mais grave de degradação da caatinga, os agricultores têm produzido mudas de espécies nativas. No entanto, não sabem como plantá-las de forma protegida do pastoreio dos caprinos. Em 2008, eles estão discutindo a possibilidade de cercar áreas para permitir a sua recuperação natural, com exclusão do pastoreio. Entretanto, os agricultores não consideram, ainda, a possibilidade de limitar o número de animais, que é a origem mais provável do problema. Aparentemente, a elaboração de novas regras e técnicas não acompanha o ritmo da degradação. Mesmo assim, os relatos sobre as reflexões em várias comunidades confirmam a alteração da parábola de Hardin proposta por Feeny et al. (2001), na qual os pastores, após alguns anos de redução da produtividade, se reúnem para avaliar a situação e modificar os seus usos.

Lembrando que os FP, assim como outros recursos estão inseridos em sistemas de RBC, a biodiversidade da caatinga não é ameaçada apenas por um uso, no caso o pastoreio, mas

⁹³ Termo usado em algumas regiões para definir os coletivos de cabras ou ovelhas que pastoreiam juntos.

também pela coleta de lenha, pelo arrendamento de áreas para a produção de carvão vegetal, pelo desmatamento em áreas griladas, pelo uso do fogo por comunidades e fazendeiros vizinhos. Algumas espécies importantes para a vida das comunidades vêm sofrendo degradação específica. É o caso do umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), cujos brotos são apreciados pelos caprinos e há competição para extração de raízes destinada à produção de doces, do angico (*Anadenanthera colubrina*) pela remoção excessiva da casca para extração de tanino e diversas outras espécies, principalmente as que oferecem madeiras mais nobres.

Outro aspecto que aumenta a complexidade da análise é a proporção entre pequenos e grandes animais. Os técnicos que vêm refletindo sobre processos de sobrepastejo⁹⁴ são unânimes em afirmar que localidades com maior proporção de gado bovino sofrem mais conseqüências de sobrepastejo.

4.4.2. Atributos dos usuários dos FP (capital social tipo *bonding*)

O capital social do tipo *bonding* refere-se a aspectos como coesão do grupo, identidade, confiança, reciprocidade e organização. São os aspectos internos que conferem ao grupo a capacidade de responder coletivamente aos desafios, e não como indivíduos regidos pelo dilema da ação coletiva (OLSON, 1971), implícito na tragédia dos comuns (HARDIN, 1968).

Confiança e reciprocidade

Solidariedade, coesão e confiança nos FP são aspectos marcantes e facilmente observáveis, ainda que não devam ser considerados sob uma ótica essencialista. As bases desta solidariedade estão nas relações comunitárias (comunicação face-a-face) calcadas no parentesco e na própria constituição histórica da cultura dos vaqueiros. A solidariedade é relatada como parte constitutiva da cultura sertaneja desde Euclides da Cunha (2002, p. 83).

A fidelidade e a honestidade dos vaqueiros em relação aos grandes proprietários de terras têm fortes raízes históricas. Hoje, para identificação dos animais, muitos FP usam marcas em suas duas orelhas: em uma, a marca da família (clã) e, na outra, a marca do indivíduo proprietário do animal. O cuidado com animais de outros membros da comunidade,

⁹⁴ As instituições que mais têm se ocupado do tema do sobrepastejo em caatinga são a EMBRAPA (pesquisa) e duas outras que assessoram fundos de pasto, o IRPAA (de Juazeiro) e a FUNDIFRAN (de Ibotirama). Têm utilizado um sistema de critérios proposto pela EMBRAPA que combina elementos como conservação do sub-bosque, biodiversidade, vigor da rebrota, etc.

os tratos médicos e a alimentação, são normas absolutas do bom convívio entre as famílias. Notícias de descuido ou de apropriação indébita são muito raras e geram contestação pública e até exclusão social. Há inúmeras práticas de ajuda mútua, como mutirão, troca de dia e de serviço (troca de um mesmo trabalho de que as duas partes necessitam). Tais práticas cooperativas, entretanto, estão diminuindo de modo generalizado nas comunidades de FP.

Legitimidade e efetividade das associações/Espaço de comunicação e decisão

As associações são reconhecidas internamente e as suas decisões são respeitadas. Uma das razões para isso é a boa participação das famílias, que sempre tiveram organizações para diversas finalidades (festas, celebrações, mutirões, arbitragens). Outra razão é o histórico de organização das comunidades, ainda que com formato diferente das associações. Elas sempre tiveram espaços de comunicação que combinavam relações bilaterais (vizinhança, parentesco próximo e compadrio) e relações coletivas (reuniões periódicas em momentos de religiosidade). Estas associações foram induzidas por agências do Estado a partir dos conflitos e do processo de reconhecimento dos FP. Institucionalizaram e formataram um padrão organizativo. Tais mudanças favoreceram o papel político dos jovens letrados, em detrimento dos conselhos de anciãos (patriarcas) que mantêm papel não-formal decisivo. Há casos em que os anciãos foram formalizados como conselho da associação. Há outros casos em que deixaram de cumprir qualquer papel na organização. Ainda que as associações de FP sejam, de modo geral, muito mais ativas e representativas que a média das associações de produtores na Bahia, à sua criação é reputada, pelos técnicos que assessoram FP, grande parte dos problemas da comunidade. Esta interpretação decorre, principalmente, por ela se tornar o centro da gestão comunitária sem abranger a comunidade, por alimentar cisões internas e o uso do poder instituído para favorecimento a grupos próximos. O espaço das associações é legitimado e reconhecido, mas em algumas situações pode originar processos que fragilizam a organização.

Crítérios de pertença

Os critérios de pertença são muito fortes e bem demarcados, por ser a comunidade uma clara extensão da família. Não há registros de alguém que tenha passado a compor um FP sem que fosse parente próximo ou por meio do casamento com pessoa da comunidade. Em raríssimos casos, quando alguém externo compra uma posse dentro de um FP, fica restrito a

esta área, sem desfrutar das terras comunais. Quem compra posse não adquire direito sobre a área comunal de pastoreio. Todo filho e filha que se casa tem direito de se estabelecer, em princípio, na área de posse da família. Quando esta é insuficiente, uma reunião da comunidade decide se e onde a nova família poderá fazer roçado e construir casa. Um vizinho da comunidade, mesmo pobre, não pode utilizar a área.

Regras reconhecidas, flexíveis, simples e adequadas

São muitas as regras, simples e adequadas, como a proibição de criação de porcos soltos (para proteção das aguadas e redução de parasitas), o reconhecimento tácito dos limites internos, as restrições à retirada de madeira, a divisão de umbuzeiros, a proibição de venda de madeira (mesmo da área de posse familiar). A maior parte das regras se repete na maioria das comunidades de FP. Elas foram incorporadas aos estatutos quando da criação das associações. A capacidade de gerar novas regras frente às situações de conflito, entretanto, parece fraca. A limitação do número de animais por família é quase um tabu, em virtude da tradição pastoril que associa a posse de animais ao bem-estar e à segurança familiar. Ainda assim, esse ponto vem sendo progressivamente discutido nas comunidades que começam a enfrentar problemas de sobrepastejo.

Controle e sanção

A proximidade social garante um controle forte entre as famílias. As relações sociais, nessas comunidades, são também relações familiares e de compadrio. A violação de uma regra significa prejuízo a um irmão, primo, tio, compadre ou pai. Roubo de animais é considerado a violação mais grave e vexatória. Quando há desconfiança deste tipo sobre uma família ou um grupo de famílias, inicia-se um processo de exclusão que pode culminar em rixa, expressa em distanciamento social, formação de grupos que disputam a associação e o fim de práticas cooperativas entre os grupos opostos. Os poucos casos relatados sobre violações são relacionados à venda de madeira do FP comunal. Normalmente, a sanção é imediata, sendo o culpado chamado para explicações perante a comunidade (a associação ou, mais tradicionalmente, os mais velhos). Quando a violação envolve venda de terra da comunidade (situação rara), ela caminha para uma completa cisão, por vezes com violência e morte entre os querelantes.

Capacidade de aprendizagem social, adaptação e agilidade frente aos conflitos

A complexidade deste aspecto sugere a necessidade de futuras análises específicas. A agilidade em face dos conflitos agrários é a própria base do surgimento da categoria dos FP. A dificuldade de avaliar esta dita capacidade de aprendizagem social reside em definir o que deve ser aprendido. Há muitos técnicos com receitas prontas para os FP. Eles consideram os FP arredios e teimosos por não assimilarem as suas propostas. O fato é que as comunidades processam propostas em um ritmo muito próprio.

Novas técnicas (fenação, silagem, bancos de proteínas, diversificação de roçados), novas práticas produtivas (compra de reprodutores em parceria, processamento de frutas, de carne, de leite) vêm sendo assimiladas por algumas famílias, com indução de instituições do terceiro setor. Quando assimiladas com sucesso, a informação circula entre famílias e comunidades com grande eficiência, gerando aprendizagem social. São muitos os relatos sobre práticas assimiladas por uma comunidade que ouviu ou viu a mesma prática ser experimentada com sucesso por outra.

4.4.3. Atributos do conjunto de atores de FP (capital social tipo *bridging*)

Capital social do tipo *bridging* refere-se às relações da comunidade com atores externos como vizinhos, agentes do Estado e instituições regionais. Avaliando os FP segundo os principais critérios da literatura em RBC para este tema, considera-se:

Reconhecimento externo da organização local e do regime de propriedade

Não se trata aqui do reconhecimento dos limites (ponto abordado em item anterior), mas do reconhecimento do regime comunal e das instituições dos agricultores. No âmbito estadual e federal, há amplo reconhecimento das comunidades de FP, por parte dos prestadores de serviços de água, eletricidade, dos gestores da política agrária e de instituições do terceiro setor. Os reconhecimentos mais importantes foram consolidados pela Constituição estadual (que cita os FP em seu artigo 178) e pela ocupação de uma das 15 vagas da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. No âmbito local, o reconhecimento varia de

região para região e de comunidade para comunidade. A regularização fundiária é o aspecto que mais evoluiu entre 1990 e 2007. Isso decorreu do reconhecimento público, nos âmbitos federal e estadual, e contribuiu para a estabilidade de comunidades pouco reconhecidas localmente em alguns municípios. O último parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre a emissão de títulos coletivos para FP, sugerindo que eles devem ser regularizados na forma de concessão de direito real de uso, pode impactar os FP, mas não muda a avaliação de que há um efetivo reconhecimento do regime de propriedade.

Espaço de comunicação e decisão externos

Espaços regionais de planejamento político ainda são incipientes no Brasil e as lideranças de FP pouco têm participado. Nas regiões de Juazeiro e Oliveira dos Brejinhos, alguns representantes dos FP têm se envolvido com os Fóruns dos Territórios de Identidade. Esses espaços ainda não surtiram grandes efeitos sobre as comunidades. Os FP têm se envolvido também nos processos de planejamento nacional das políticas para populações tradicionais. O impacto destes espaços ainda é pouco percebido. O envolvimento dos FP com as agendas políticas dos movimentos sociais do campo, em negociações com o governo, ainda é marginal. O diálogo com instituições vem sendo *ad hoc*, somente quando da ocorrência de conflitos. Nestes casos, suas organizações procuram o Estado e as principais instituições que os apóiam nessas situações (AATR e CPT). Desde 2005, com a aproximação entre os órgãos estaduais e federais responsáveis pela questão fundiária, a articulação estadual tem logrado melhores canais de diálogo para resolver problemas de FP.

Papel dos agentes públicos em conflitos

Há grande diferencial entre as ações públicas de mediação de conflitos ambientais e fundiários. Apesar de solicitados, os órgãos ambientais não vêm agindo eficientemente em situações de conflitos em sua área. Normalmente, as comunidades de FP tentam acionar os órgãos ambientais em casos como extração de madeira, minerais e contaminação de água. Há diversos relatos de comunidades que tentaram acionar o IBAMA e não obtiveram resposta. No caso de conflitos fundiários, a intervenção do Estado é mais comum, eficaz e reconhecida. Em parte, esta relativa eficácia se deve à existência de um escritório específico para FP no CDA.

Diálogo de saberes e disponibilidade de informação

Há pouco diálogo dos FP com a academia e centros de pesquisa. Há pesquisas sobre manejo e pastoreio da caatinga (EMBRAPAs Semi-árido e Caprino), de botânica econômica (UEFS), educação (UEFS), organização social (UEFS) e questão fundiária (UFBA). Não há um centro ou grupo de pesquisa dedicado aos FP. Normalmente, as iniciativas de pesquisa ocorrem a partir de grupos isolados das instituições (um ou outro pesquisador da UFBA, CRA, EMBRAPA, UNEB, UEFS). Em um artigo, Caron (2001) foca uma estratégia de diálogo de saberes populares e científicos; nele utiliza modelagem gráfica dos sistemas de FP para subsidiar o planejamento coletivo comunitário pela análise de cenários. Os desafios dos FP sugerem a necessidade de uma aproximação destes com os centros produtores de conhecimento científico.

4.5. AMPLIANDO A ESTRUTURA DE ANÁLISE PARA COMPREENDER OS DESAFIOS DOS FP

A vinculação das pessoas com a terra se altera quando do processo de sua incorporação ao capital (POLANYI, 1957). A terra se torna simples meio de produção. A lacuna dos estudos de RBC quanto ao impacto da conexão das economias locais a mercados mais amplos já foi apontada por Agrawal (2001). Além de modificar a relação com a terra, o modo capitalista de produção impacta pelo aumento das relações mercantis, pela necessidade de incremento da produção para o mercado e, em situações-limite, pela mercantilização da própria terra.

Cotrim (1991) avaliou a subordinação dos FP ao modo capitalista de produção, sem avaliar o impacto desta subordinação sobre os RBC. A cadeia produtiva da caprinocultura tem muitos e diversificados elos (transportadores, abatedores, coureiros, frigoríficos, açougueiros, curtumes e artesãos de couro). Estes elos existem em número mais reduzido que o número de famílias de FP. Como estão em menor número, são mais organizados e capitalizados que as comunidades de FP e logram ampliar suas margens de lucro. Esta situação dos FP é o típico mercado imperfeito, oligopsônio em frente a inúmeros vendedores. Quanto maior a subordinação econômica, maior o limite físico em que o elo trabalha dentro de uma cadeia produtiva. Os valores obtidos na venda de animais são baixos, o que induz a necessidade de aumento do cabedal e conseqüente aumento de pressão de pastejo.

4.5.1. Expansão das relações mercantis de dentro para fora

A expansão da produção para o mercado em moldes capitalistas se dá por mecanismos políticos, econômicos, culturais, sociais e técnicos. Não é apenas um processo conflituoso de enfrentamento gerado de fora para dentro da comunidade (SAQUET, 2006). A mudança de padrões de consumo e expectativas sociais (energia elétrica, fogão a gás, vestuário, alimentos industrializados, lazer urbano) e a educação dos jovens (principalmente no ensino técnico) são fatores que induzem modificações do sistema. Tais modificações se fazem em direção à maior monetarização das atividades e à proletarização de membros da comunidade. O programa Luz para Todos, do governo federal, ampliou o acesso à energia elétrica em muitos FP. É recorrente a associação entre a chegada da energia elétrica e o aumento da necessidade de monetarização (principalmente para compra de TV, geladeira e produtos industrializados que requerem refrigeração). Há relatos sobre a associação entre venda de madeira, descasca de angico e a necessidade circunstancial de dinheiro por parte de jovens das comunidades de FP (aspiração por roupa nova, celular, moto ou mesmo para participar de uma festa regional). A remessa de recursos por familiares que migraram e as mudanças de expectativas em relação à propriedade têm induzido pressão por regularização e cercamento de maiores áreas familiares. A representação do resultado deste processo pode ser observada na figura 4.5, abaixo:

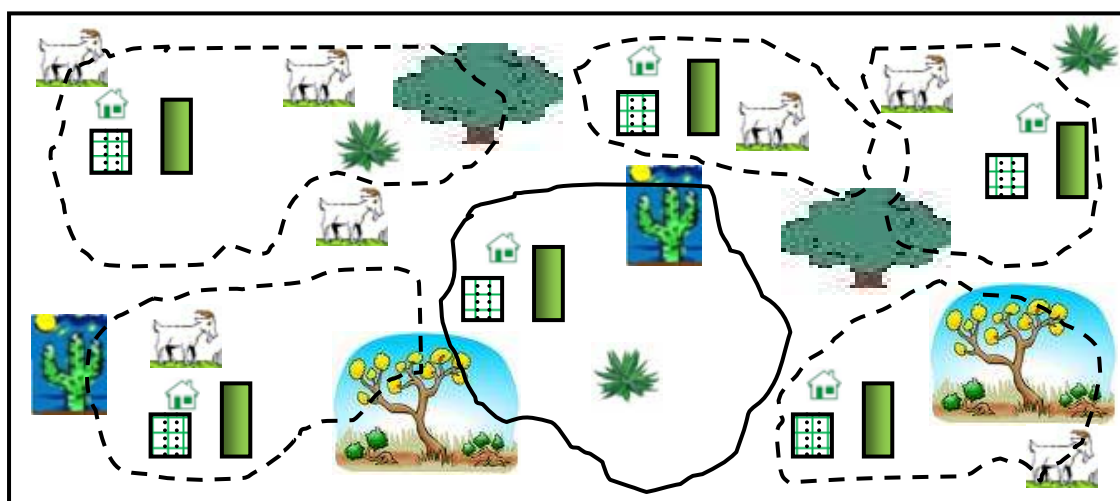


Figura 4.5: FP mínimo

A figura 4.5 expressa um caso raro, mas sintomático e simbólico, dos impactos da territorialização do modo capitalista de produção de dentro para fora. Nesta comunidade de Oliveira dos Brejinhos, a pressão por regularização de grandes áreas familiares levou à

titulação familiar de 80% da área, ficando o FP coletivo com apenas 20%. Um dos agricultores, representante da associação, é o único que já cercou sua área individual (com recursos acumulados em um período em que trabalhou em São Paulo). Outros declaram ter a mesma intenção, mas não dispõem de meios. Neste caso, o limite externo próximo à estrada também está cercado. O referido representante defende este formato como modelo para os FP. Declara que ainda que todos cerquem suas áreas, a terra coletiva continuará sendo importante para a vida das famílias. Argumenta que o mais importante é a total conexão da área coletiva e não sua extensão.

Como sugerem Fehr & Fischbacher (2003), mesmo em um grupo em que predomina um espírito cooperativo, um pequeno número de indivíduos egoístas pode levar a cooperação a níveis muito baixos. De fato, quando (e se) todas as áreas individuais estiverem cercadas, a área coletiva tenderá a ser sobreeplorada. Cada produtor se preocupará em gerir sua área de pastos para garantir a sobrevivência de seus animais. Tenderá a subexplorar a área individual enquanto houver disponibilidade na área coletiva. Assim, a área coletiva sofrerá sobrepastoreio. Haverá pouca diferença entre o resultado do comportamento dos agricultores com áreas cercadas e de outros *free riders* externos.

Os estudos de Putnam (2007) sobre o impacto da diversidade sobre o capital social consideram a desigualdade econômica, e não apenas as diferenças étnicas e culturais, como importante parâmetro que prejudica o desenvolvimento de identidade e confiança. No FP acima citado, a ampliação das diferenças econômicas entre as famílias pode impactar negativamente o capital social (tipo *bonding*).

4.5.2. Expansão das relações mercantis de fora para dentro

A introdução de técnicas de modernização da caprinocultura induz modificações significativas no sistema de FP. Alguns técnicos que sugerem tais modificações declaram que consideram os pastos naturais comunitários inadequados para a modernização e para o próprio sucesso da comunidade. A mercantilização de fora para dentro se dá também mediante formas mais diretas como compra, arrendamento ou grilagem de terras dos FP para a agricultura convencional (fruticultura, cana-de-açúcar, pecuária e caprinocultura em moldes capitalistas). A chegada de novos mercados e tecnologias impacta também as relações de poder entre subgrupos internos à comunidade (AGRAWAL, 2001).

A redução da quantidade de terra disponível, ocorrida entre 1970 e 1980, é o principal

aspecto que determina as tendências atuais dos RBC dos FP. O relatório da CEDAP (1987) registra a declaração do morador mais antigo: “Antigamente, há muitos anos, a gente perdia a vista na caatinga, hoje estamos morando e produzindo num curral. A gente, de casa, já vê as cercas.” Em Pilão Arcado, em 2008, registra-se a mesma declaração: “Antes, toda aquela área em volta era nossa. Hoje, a gente tem vizinho de todo lado, ficamos que nem numa panela.”

Ainda que as comunidades de FP mantenham áreas comuns maiores que as demais comunidades camponesas, em muitas delas há insuficiência de terras para o modelo FP. Numa extrapolação, que não reflete todos os casos individuais (há variações de clima, vegetação e valor relativo das demais opções econômicas), pode-se afirmar que 32 hectares de FP por família representam um valor mínimo para o sistema⁹⁵. Tal escala viabiliza, sem sobrepastejo, a venda semanal de uma cabra por R\$ 70-80 (US\$ 40-45). Este valor é considerado adequado como esteio de uma família que tenha agricultura de subsistência e outras fontes menores de renda. Em Monte Santo, município em que a média de terra disponível por família aproxima-se dos 34 hectares, um técnico que trabalha na região declara que cada família deve dispor, no mínimo, de 100 tarefas⁹⁶ (43,56 hectares) para que não se observe degradação da caatinga.

Os FP têm aproximadamente 55 hectares por família, em média. Essa quantidade permitiria o abate de sete animais por mês, proporcionando uma renda de quase R\$ 500,00 mensais. Por ser esta uma área suficiente, pode-se considerar que, havendo capital social, os RBC de FP são passíveis de um manejo sustentável no horizonte desta geração. Como essa é uma característica média dos FP, há possibilidade de sustentabilidade do sistema. O limite futuro desta sustentabilidade deverá ser uma equação cujas funções são o crescimento demográfico e a possibilidade de incorporação de novas áreas.

4.5.3. O desafio de capital social do tipo vizinhança (*close bridging*)

Há fatores ligados à relação entre comunidades vizinhas que afetam o manejo dos RBC nos FP. A estes fatores cabe uma nova categoria de capital social, tipo pontes curtas (*close bridging*), que seria um tipo intermediário entre o capital social do tipo *bonding* e do tipo *bridging*. Não se refere às relações internas a uma comunidade, tampouco se refere às relações com atores externos. Pode ser entendido como uma ampliação do recorte da

⁹⁵ Consideramos os valores de 2,5 animais por hectare em caatinga rebaixada. Trinta e dois hectares permitiriam um cabedal de 80 animais que, abatidos com 18 meses, permitiriam o abate semanal de um animal.

⁹⁶ Tarefa baiana mede 30 x 30 braças, que equivale a 0,4356 hectares.

comunidade. A reciprocidade entre comunidades de FP, tanto no pastoreio quanto em apoios mútuos é comum. As comunidades vizinhas são aparentadas ancestralmente (antepassado pioneiro comum) ou recentemente (casamentos entre filhos). Esta afinidade fortalece a reciprocidade entre comunidades. Se estas partilham seus FP, aumenta a distância percorrida pelos animais e, conseqüentemente, o intervalo da passagem dos mesmos. Há, assim, maximização do pastoreio e da regeneração da caatinga.

A necessidade de recuperação de áreas coloca novos desafios para este *close bridging*. É o caso da separação de grandes áreas, limítrofes entre comunidades ou de uma comunidade, para promover a recuperação. Formular acordos deste tipo implica assumir que uma comunidade vai acolher mais os animais dos vizinhos e que se deve confiar na reciprocidade futura. Tais discussões são raras, embora tenham sido estimuladas no contexto da pesquisa. Em uma comunidade em que a discussão sobre separar área para recuperação foi iniciada, a primeira questão foi: “E se nós fizermos isso e o vizinho não?”

Uma comunidade com excesso de famílias em pouca área (90 famílias em 1.700 hectares) chegou a solicitar transferência de famílias para outra comunidade vizinha com poucas famílias e muita área (15 famílias em 1.800 hectares). Seria uma alternativa bastante prática para melhorar a distribuição do pastoreio na área total de 3.500 hectares. Entretanto, a proposta foi recebida com bastante frieza e o tema nunca foi debatido. A solidariedade e coesão neste *close bridging* não chegou para tanto. Mesmo que estratégias derivadas de *close bridging* pudessem resolver problemas emergenciais de uma comunidade, elas não excluiriam desafios de capital social dos tipos *bonding* e *bridging*.

Outro aspecto importante para este tipo de capital social está na coesão entre comunidades. Esta coesão se expressa no enfrentamento de conflitos fundiários (por exemplo, mutirões noturnos entre comunidades para remover cercas resultantes de grilagem que ameaçam uma delas), na pressão sobre as instituições locais por estradas e postos de saúde, em projetos em comum (como escolas) e para difusão de uma cultura de FP no município.

4.5.4. Desafios políticos mais amplos para os RBC dos FP

As comunidades de FP, ao manterem os seus modos de produção e vida, prestam o serviço público da conservação da caatinga. Isso poderia ser considerado em termos da biodiversidade e de aspectos estéticos, hídricos, farmacológicos (potencial de uso) ou climáticos (seqüestro de carbono). O desdobramento prático deste reconhecimento se daria

através de pagamento de serviços ambientais que, ao mesmo tempo, estabilizariam e contribuiriam com as práticas conservacionistas.

Há também a questão da adequação dos projetos de governo. Em algumas comunidades, o sobrepastoreio começou porque, segundo eles, “a todo momento chega projeto oferecendo dinheiro pra comprar mais bode” e “estes projetos estão acabando com a caatinga” (representante dos FP).

A Convenção 169 da OIT, que trata dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e da qual o Brasil é signatário, traz em seu artigo 19 a necessidade de programas nacionais que garantam condições de acesso à terra equivalentes aos outros setores da população e a alocação de terras suficientes para enfrentar o crescimento populacional. Considerando que o Estado reconhece os FP como comunidades tradicionais, estão criadas condições legais para buscar a concretização desse compromisso de garantia de terra suficiente para eles.

Um maior reconhecimento público seria importante para a gestão de RBC da caatinga, na medida em que viesse favorecer ações públicas como pesquisa, desenvolvimento de tecnologias apropriadas, crédito apropriado, assessoria técnica e extensão rural públicas de bom nível, apoio à reocupação de terras griladas, mercado certificado (frutas, mel, carne) e até a remuneração por serviços ambientais (AGRAWAL & LEMOS, 2007). São necessidades de ordem política que demandam organização política e ação pública. Ação pública é entendida como a interação de ação estatal e não-estatal em uma arena pública, visando o aprofundamento da democracia e um desenvolvimento socialmente significativo. Harriss (2001) denomina esta interação de dialética da descentralização. Para que os governos atentem para isto, os grupos precisam se organizar, não só socialmente (capital social para governança), como politicamente, buscando capital político para enfrentamento e alianças amplas na sociedade e com o Estado. Para Harriss (2001), o discurso do capital social como chave para “*health, wealth, wisdom and happiness*” (Putnam) é deliberadamente apolítico e está comprometido com a ortodoxia neoliberal. O reconhecimento e ação pública para sustentabilidade do sistema de FP é uma forma de capital a que se poderia denominar “pontes amplas” (*broad bridging*) e que depende de um conjunto de relações dos FP com a sociedade e o Estado (capital político). Tendo em vista a centralidade da ação política, a importância de aliados dentro do Estado é enorme. Usualmente, muitos conflitos sobre direito de propriedade são resolvidos em prejuízo das comunidades, sem a necessária participação do Estado (AGRAWAL, 2001). A ação política e o reconhecimento público podem diminuir a

fragilidade das comunidades nas situações de conflito.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 4

O sistema de FP é bastante ilustrativo para o entendimento dos sistemas comunais de ocupação e uso da terra, principalmente quando se reconhece que eles são, em geral, formas mistas de propriedade e que a gestão se refere a um sistema de RBC, mesmo quando um destes recursos é central. Há um complexo arranjo de direitos *de facto* e *de jure* entre áreas comunais, privadas e áreas privadas de uso comunal que garantem e caracterizam os FP. Há enorme diversidade de arranjos e acordos nas comunidades. O alto capital social do tipo *bonding* (confiança, reciprocidade, organização, regras, sanções, monitoramento, critérios de pertença) é reforçado pela proximidade social e pelas relações de parentesco. A recorrente percepção de que comunidades com sobrepastejo iniciaram conversações para resolução do problema é uma ilustração exata da alteração da parábola de Hardin proposta por Feeny et al. (2001). O capital social do tipo *bridging* é variável, ainda que cresça ano a ano (mais instituições e projetos voltados aos FP), desde que os FP foram inscritos na Constituição do Estado da Bahia, em 1989.

As ferramentas teóricas e analíticas usuais para pesquisa de RBC e capital social são necessárias, mas insuficientes para elucidar o caso estudado. Focar atributos das instituições locais e das relações no contexto local tende a tornar tais análises insuficientes (AGRAWAL, 2001). O arcabouço conceitual que serve de base à abordagem da gestão de RBC tem enfoque local e comunitário insuficiente para explicar e subsidiar os objetivos de sustentabilidade da população em questão e dos recursos e espaços por ela utilizados. Não permite o entendimento da complexidade dos FP, tendo sido necessário lançar mão de outros parâmetros. Sem uma análise do impacto da mercantilização, da pressão fundiária (tanto interna como externa) e da fragilidade frente a agressores externos, a compreensão é muito parcial. Esta conclusão vai ao encontro das ponderações feitas por Agrawal (2001), que aponta a negligência dos estudos de RBC em relação aos aspectos físicos, sociais e institucionais do ambiente externo, assim como uma tendência a focar instituições locais e omitir variáveis fundamentais. Reforça também as críticas de Harriss (2001) e Heltberg (2002) sobre o simplismo e lacunas políticas da área de estudo de RBC.

Deixando de lado, por enquanto, as críticas epistemológicas ao conceito de capital social, pode-se concluir que tais conceitos, *bonding* e *bridging*, precisam ser ampliados para

que se apliquem mais adequadamente aos estudos de RBC. Os conceitos de *close* e *broad bridging* ajudam a refletir o capital social e político necessários para os desafios da gestão de RBC nos FP. Neles, a necessidade de transcender o conceito de capital social, tal qual definido por Putnam (2000, 2007), aparece em diversas situações: em *close bridgings* (apoio entre comunidades para resistência e ocupação de áreas, separação de grandes áreas para recuperação da caatinga, aumento da acolhida de animais de comunidades vizinhas e parcerias em projetos técnicos e comerciais) e em *broad bridgings* (divulgação, comunicação social para incrementar o reconhecimento e valorização pública do bioma caatinga e dos sistemas comunitários nela baseados).

No caso da gestão de RBC nos FP, é relevante considerar os impactos do avanço de práticas tipicamente capitalistas. Tais efeitos se percebem tanto no que se refere à sua subordinação dentro de um setor ou cadeia produtiva, quanto no modo pelo qual as relações capitalistas estão se enraizando no território estudado. A degradação da caatinga em função do sobrepastejo nos FP ainda é rara e recente. Entretanto, a sistemática ação de grilagem de terras das décadas de 1970 e 1980, principalmente, comprimiu muitas comunidades ao mínimo de terras necessário para viver do pastoreio comunal. Há nesse exemplo uma clara relação entre injustiça social, injustiça ambiental e gestão de RBC. Mais que capital social, a sustentabilidade dos sistemas comunais demanda capital político e ação pública.

Há um notável campo de tensão definindo a continuidade de áreas de uso comum. Por um lado, há uma tendência à decadência e desaparecimento de tais sistemas pela sua fragilidade frente à entrada de atores com espírito de mercado, com força política, recursos e capacidade empreendedora. Por outro lado, estão a política nacional e um amplo conjunto de instituições que, cada vez mais, valorizam e buscam apoiar populações tradicionais, como os FP. A resolução deste campo de tensões depende, em grande parte, da organização social e política, da identidade e do vínculo dos sujeitos (principalmente os jovens) destas áreas comunais com a continuidade desta forma de ocupação e uso. A capacidade atual do conjunto de atores da gestão de RBC parece não alcançar, ainda, o nível e complexidade dos desafios. O capital social (das comunidades) é alto, mas o capital político (do conjunto) é baixo. Assim, a tendência é uma piora progressiva da conservação dos recursos, da qualidade de vida dos comunitários e, conseqüentemente, uma tendência à decadência do sistema.

Os FP são remanescentes seriamente ameaçados de formas comunais. Estão ameaçados principalmente por forças externas aos mesmos. A ocupação e o uso comunal de terras estão,

muitas vezes, associados à conservação da biodiversidade e das demais características naturais do bioma. A convergência das práticas dos FP com o conceito de sustentabilidade sugere que o apoio a tais formas comunais deve ter papel de destaque numa política ampla de sustentabilidade. Quando se restringe o entendimento dos desafios da sustentabilidade ao capital social, delega-se a responsabilidade central às comunidades. Ao ampliar a percepção do universo político que envolve qualquer contexto socioambiental, a responsabilidade da gestão não fica automaticamente definida, como é o caso do foco na gestão ambiental comunitária. A ampliação do foco permite a leitura cruzada das diferentes escalas das escolhas técnicas e políticas que impactam cada contexto. Os FP são um bom exemplo do imperativo de uma regulação pública estatal paralela e complementar à ação local.

5. DESAFIOS À ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO DOS FUNDOS DE PASTO

Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

Lançam-me à cara fatos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminho de ferro.

Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. [...]

Lançam-me em cheio aos olhos toneladas de algodão ou de cacau exportado, hectares de oliveiras ou vinhas plantadas.

Mas eu falo [...] de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapina de produtos, de rapinas de matérias primas [...].

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e de mistificação. (CÉSAIRE, 1978, p. 19-21. In: SANTOS, 2005).

INTRODUÇÃO

Nos capítulos anteriores foi abordada a realidade dos fundos de pasto (FP) com dados sobre sua realidade, ameaças presentes, força política como comunidade tradicional e riscos à degradação do principal recurso comum. Neles buscou-se responder às primeiras questões que aparecem quando alguém ouve sobre os FP pela primeira vez: “O que é isso?”; “De onde surgiu?”; “Onde estão?”; “Quantos são?”; “Como estão?”; “É uma população tradicional?”; “Não se trata de um caso de tragédia dos comuns?”

Neste capítulo não há a pretensão de sistematizar um método de avaliação da sustentabilidade. Entretanto, o estudo de caso dos desafios à sustentabilidade dos FP pode contribuir para a compreensão dos desafios aos estudos sobre a sustentabilidade. Quais os principais desafios à sustentabilidade dos FP? Que aspectos devem compor uma análise para a sustentabilidade?

Frente à primeira pergunta, o primeiro passo seria definir a que sustentabilidade se está referindo, o que poderia conduzir ao infrutífero processo de listar conceitos e selecionar seus elementos. O erro seguinte seria fazer uma interpretação para a prática destes conceitos e tentar convencer que esta é a única ou a melhor interpretação. Parte-se então do mínimo possível: sustentabilidade é o oposto de insustentabilidade. Não uma pretensamente neutra insustentabilidade do mundo, mas simplesmente o fim de uma territorialização chamada FP.

Assim, temos a primeira parte da resposta à segunda pergunta: uma análise não ideológica deve assumir sua relatividade em relação a uma forma de territorialização e avaliar os aspectos que levam à insustentabilidade desta forma. A segunda parte da resposta refere-se ao significado da insustentabilidade de uma territorialização para a sociedade. A insustentabilidade da territorialização da sojicultura empresarial tem significados para a balança comercial brasileira e para a produção mundial de proteína. A insustentabilidade da territorialização dos FP tem significados para a conservação da caatinga e para os mercados regionais de carne de bode.

Refletir informações sobre a realidade populacional e agrária ou analisar a gestão dos recursos de base comum não são procedimentos suficientes para avaliar a insustentabilidade dos FP. Neste momento da pesquisa, ao avaliar a sustentabilidade dos FP, as perguntas se tornam mais indeterminadas e abertas. Essa indeterminação é inerente a um conceito polissêmico como sustentabilidade. O desafio foi a compreensão das dinâmicas de transformação, suas interações, as tendências de manutenção ou de extinção da territorialização dos FP.

Compreender o componente ideológico que compromete o conceito de sustentabilidade, tal qual ele vem sendo propalado, é importante para desmistificá-lo e abri-lo a um significado menos manipulador. Acusar o conceito, entretanto, não resolve as questões que originaram o discurso, ou seja, a percepção de uma insustentabilidade generalizada. Compreendê-lo à luz da competição entre territorializações pode contribuir com a significação do mesmo em bases não-ideológicas. O que cada territorialização significa e quais as condições de permanência de cada uma delas?

5.1. SUSTENTABILIDADE

Em geral, o discurso da sustentabilidade é apresentado como consensual e praticado como se delineasse um campo de políticas e práticas facilmente identificáveis, sobre as quais não incidiriam conflitos sociais ou políticos. No campo teórico, sustentabilidade é objeto de profundo dissenso (DIEGUES, 2000; LEFF, 2000; FRANCO, 2000; LOUREIRO, 2003; ACSERALD, 1999; ACSELRAD & COMEFORD, 1999). Para Guimarães (1997), a aceitação generalizada da proposta de desenvolvimento sustentável está caracterizada por uma postura acrítica e alienada em relação à realidade sociopolítica concreta, o que esvazia o seu

significado. Mesmo autores do “novo rural”⁹⁷, distantes das questões camponesas e tradicionais, ao se referirem à sustentabilidade ressaltam o desafio de “superar a incipiência do pensamento estratégico sobre o desenvolvimento sustentável” (VEIGA & EHLERS, 2003, p. 287).

A qualificação dos conflitos sociais ou socioterritoriais, inerentes ao termo sustentabilidade, vem sendo omitida pelos discursos oficiais. A explicitação dos conflitos sociais poderia ajudar a visualizar dilemas que impõem diálogo e decisão política. São processos necessários à construção de significado para a sustentabilidade. Por seu turno, o desafio da sustentabilidade em seu convite implícito por um compromisso com um tempo futuro, assinala a questão dos limites da sociedade em relação à natureza e dos limites de sua própria natureza como sociedade.

A otimização da conservação ambiental depende da convergência da ação instrumental (medidas técnicas) orientada para o êxito no mundo físico. Tal ação instrumental só pode convergir se houver uma ação estratégica pautada em uma determinada concepção de êxito no mundo social (MALAGODI, 2002). Para o autor, o caminho residiria em uma ação comunicativa para a mútua compreensão no mundo social. O maior entrave está justamente nesta idéia de mútua compreensão do mundo social. O que é êxito no mundo social? A compreensão de êxito é homogênea ou está pré-definida? Falar sobre sustentabilidade prescinde de resposta a esta questão? Certamente não.

A problemática ambiental não apresenta um mero desafio técnico. Algumas tendências ambientalistas, críticas e democráticas, percebem-na como dilema civilizacional, que não pode ser resolvido pelas tecnologias limpas ou por mudanças comportamentais. A problemática requer uma reorganização da base civilizacional em termos de estrutura política, econômica, social e cultural (LOUREIRO, 2003). As reflexões sobre sustentabilidade vão agregando, ao frágil consenso do discurso oficial, desafios de ordem política, social, econômica e cultural, envolvendo a própria cosmovisão ocidental e o lugar do ser humano no mundo.

Ainda que seja necessário iniciar este capítulo debatendo o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, não será feito aqui um histórico e uma coleção dos diferentes

⁹⁷ A imagem e caracterização do “novo rural” vêm sendo construídas com marcante presença de pesquisadores da USP e UNICAMP, como Rodolfo Hoffmann, José Graziano e Ricardo Abramovay. A idéia de “novo rural” associa-se a conceitos como “amenidades rurais” e espaço “rurbano” e a práticas não-agrícolas que tendem a crescer no espaço rural, como, os “pesque-pague”, os sítios de lazer, as casas de campo, os restaurantes, os clubes e os hotéis-fazenda.

conceitos. Este tipo de esforço não resolveria o desafio de interpretar sustentabilidade dos FP na prática⁹⁸.

No senso comum, sustentabilidade refere-se ao desenvolvimento da produção sem gritante destruição ambiental. As pessoas se referem à falta de sustentabilidade quando da destruição de uma floresta, da morte de um rio, do fim do petróleo e da ocorrência de mudanças climáticas. Grandes empresas de setores notoriamente degradadores se denominam aliadas da sustentabilidade por praticarem os vários “R”⁹⁹ e por manterem uma fundação ou uma área verde. No mundo, desde 1992, o principal apoiador financeiro do desenvolvimento sustentável é o Banco Mundial. É algo como outorgar à Agência Internacional de Energia Atômica a liderança dos programas de energia alternativa (GUIMARÃES, 1997).

No Brasil, Fernando Almeida, um dos principais líderes empresariais declara: "Precisamos apreender a inserir o "S" de sustentabilidade na equação do lucro. O lucro é fundamental, mas não pode ser perseguido a qualquer custo¹⁰⁰." Este é um discurso-prática do *homo oeconomicus* de Olson, para quem uma ação coletiva não surge por que existe a possibilidade do bem coletivo, mas porque ela pode ser incorporada na equação funcional. O CEBDS, que tem organizado o discurso empresarial sobre sustentabilidade no Brasil, tem patrocinadores como Alcoa, Aracruz, Basf, Bayer, Cemig, Coca-Cola, Cosipa, Eletronuclear, Gerdau, Ipiranga, Petrobrás, Shell, Syngenta, Souza Cruz, Usiminas, Companhia Vale do Rio Doce e Votorantim. Algumas destas empresas estão envolvidas, indiretamente, com os conflitos associados aos FP (agrocombustíveis, barragens, carvoagem, mineração). Quando se busca informações sobre as empresas que têm conflitos diretos com os FP¹⁰¹ descobre-se que:

- 1) a Ferbasa é uma das apoiadoras do evento sobre tecnologia e sustentabilidade no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA¹⁰²;
- 2) a política ambiental da Caraíba Metais é comemorada como *hotspot* da “boa

⁹⁸ Em uma disciplina do CDS, um professor declarou que aquele que pretendesse fazer um levantamento histórico e conceitual do desenvolvimento sustentável que não o convidasse para a banca, uma vez que a simples coleção de conceitos, ocupando páginas e páginas era uma prática recorrente em muitas teses. Como esse professor é meu orientador, a decisão de não fazê-lo foi simples.

⁹⁹ Reduzir, reutilizar, reciclar – 3R, ou 4R, ou 5R: Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar, Recusar.

¹⁰⁰ Presidente-executivo do CEBDS. In: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.shell.com/home/content/br-pt/society_environment/desenvolvimento_sustentavel/cebds_sustentave2008_0229.html>. Acesso em: 10 jul. 2008.

¹⁰¹ Capítulo 2 desta tese.

¹⁰² Disponível na internet em: <www.simoefilho.cefetba.br/index.php/Ultimas/Abertas-inscricoes-para-o-I-SETEC.html+sustentabilidade+ferbasa&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=14&gl=br>. Acesso em: 10 jul. 2008.

cidadania corporativa” pelo portal da revista Exame. "O crescimento sustentado é um dos valores corporativos, e um dos objetivos do nosso planejamento estratégico para 2002-2006 é tornar a gestão ambiental uma vantagem competitiva", Otacílio Pinto Morais, diretor-superintendente da Caraíba Metais¹⁰³. Segundo informações do site, a Caraíba gasta 20.000 reais anuais em um projeto de defesa das andorinhas migratórias. A empresa destaca como sua crença orientadora a “capacidade de crescer praticando o desenvolvimento sustentável”¹⁰⁴; e

- 3) em sintonia com o governo federal, o programa Bahiabio, do governo estadual baiano apresenta a expansão do etanol como “estratégia para a sustentabilidade”¹⁰⁵.

Desde o surgimento do termo, quando os governos brasileiros referem-se à sustentabilidade aludem à capacidade de manter a economia crescendo. É esse o lugar da sustentabilidade em 2008, ainda que Luiz Gonzaga Beluzzo, um dos conselheiros do presidente Lula, assuma que “a incapacidade da política econômica em promover o crescimento sustentado é cada vez mais indisfarçável” (BELUZZO & CARNEIRO, 2004, p. 1). No discurso empresarial, a sustentabilidade relaciona-se à obediência das leis ambientais, às medidas de racionalização de uso de recursos (insumos, energia, água) e, eventualmente, à obtenção de selos que comprovem boas práticas ambientais.

Mais recentemente, a prática da sustentabilidade tem dado origem a projetos governamentais e não-governamentais de desenvolvimento territorial sustentável e de bacias sustentáveis. Essas iniciativas tentam tornar o conceito mais palpável (distanciando-se do discurso político) e menos pontual (distanciando-se das práticas empresariais de sustentabilidade). O limite desta abordagem, entretanto, é que um espaço geográfico nunca tem um único padrão de ocupação, pois diferentes territorializações competem pelo espaço¹⁰⁶. O argumento da sustentabilidade pode servir à expansão de uma territorialização (agrocombustíveis), que pode ser a ruína de outra (FP). No capítulo 2 desta tese estão apontados vários conflitos dos FP com outros objetivos em seus espaços (barragens, mineração, produção de madeira, carvão, etanol), que criam formas de territorialização incompatíveis entre si.

¹⁰³ <http://portalexame.abril.com.br/degustacao/secure/degustacao.do?COD_SITE=35&COD_RECURSO=211&URL_RETORNO=http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0781/empresas/m0044726.html>. Acesso em: 13 jul. 2008.

¹⁰⁴ <<http://www.paranapanema.com.br/caraiba/default.asp>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

¹⁰⁵ <www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2008.

¹⁰⁶ Território e territorialização foram discutidos no capítulo 3 desta tese.

Ainda que fosse possível, ou desejável, a hegemonia de uma única forma de territorialização, ela não poderia ser pensada separadamente do resto do mundo. A questão da sustentabilidade conecta todos os lugares do mundo. Não é possível desenvolver uma ilha de sustentabilidade, ao menos no sentido da perpetuidade da reprodução social e da manutenção das condições ambientais desta reprodução. Há uma tendência equivocada à avaliação da sustentabilidade a partir, unicamente, de elementos da realidade local e pior, atendo-se aos aspectos parametrizáveis (GUIMARÃES, 1998).

Marx tinha uma idéia da insustentabilidade (não com esse nome) do sistema capitalista. Ele denominava contradições da economia capitalista aos aspectos inerentes que a levariam a um ponto de falência. Há, para Marx, uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção na medida em que o progresso da indústria enterra, ainda mais fundo, o trabalhador moderno (MARX & ENGELS, 1998b). Esta insustentabilidade do capitalismo, então denominada contradições, não apareceu com a força esperada por Marx no século XIX (CASTORIADIS, 1982). Mesmo a insustentabilidade que adviria da contradição da economia capitalista em sua tendência a degradar os recursos de produção até o extremo não explodiu como esperavam os ambientalistas catastrofistas das décadas de 1960 e 1970. O sistema se adapta, as classes detentoras dos meios de produção se organizam e melhoram práticas e tecnologias. As classes trabalhadoras também se organizam e minimizam as ditas contradições nas relações de produção, as mesmas que levariam ao limite da convulsão social e à imperiosa necessidade de solução definitiva do conflito de classes.

Sustentabilidade tende a ser um discurso camaleônico. Insustentável parece ser tudo aquilo que vai contra o “meu” interesse. O outro é insustentável, principalmente quando atrapalha a “minha sustentabilidade”. Não há algo como um ator social portador da sustentabilidade, cuja razão de ser social sejam os recursos naturais (GUIMARÃES, 1997). No limite, todo aquele que professa o discurso da sustentabilidade o faz enquanto ideólogo. Ideólogo é o produtor de um discurso ideológico, de interesse particular, travestido de interesses universais não-ideológicos (BOURDIEU, 1996).

Sobre o que afinal se debate? Quais aspectos da realidade incomodam e são chamados insustentáveis? Depende do viés político e do interesse em questão. Foladori & Tommasino (2000), ao avaliarem a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável a partir das diversas declarações (Founier, 1972; Roma, 1972; Estocolmo, 1972; Cocoyoc, 1974; Hammarskjöld, 1975; IUCN, 1980; IUCN-UNEP-WWF, 1986; Brundtland, 1987 e Rio,

1992), identificaram três vertentes: (1) sustentabilidade exclusivamente ecológica; (2) sustentabilidade social limitada que busca também sanar os danos ambientais da pobreza; e (3) coevolução sociedade-natureza. Esta última dialogaria com o marxismo e (re)estabeleceria um nexo entre a insustentabilidade e as relações capitalistas. Destacam ainda o “ecologismo”, na vertente que integra sustentabilidade ecológica e social, que centra as suas críticas ao consumismo individual. Para escapar à tentação de apontar duas vertentes erradas do conceito de sustentabilidade para depois escolher uma terceira verdadeira, optou-se aqui por resumi-las em duas ainda mais simples:

1. Vertente Conservadora: o que incomoda e deve ser chamado insustentável são os riscos às formas vigentes de produção, de consumo e de distribuição de recursos e poder. É, no dizer de Guimarães (1997), um “gatopardismo” moderno, no qual a sustentabilidade equivale a uma restrição ambiental, sem enfrentar questões de propriedade, controle e acesso aos recursos naturais. Esta linha do discurso ambiental e da sustentabilidade reúne toda a capacidade adaptativa do sistema. Cria espaço para atuação de empresas, ONGs e governos. Cria um mercado que demanda e oferta discursos e adaptações práticas para minimizar ou anular os diversos riscos ambientais, mantendo a eficiência econômica. É o “S”, de sustentabilidade, incorporado à equação do lucro. Os riscos ambientais são externalidades, como os riscos sociais, que necessitam de medidas corretivas. Análises de sustentabilidade visam mapear danos e riscos ambientais para encaminhar inovações tecnológicas, comportamentais, político-corporativas, legais e novos projetos ambientais (ROHRICH & CUNHA, 2004). Após este primeiro passo, verificam-se os desdobramentos destas inovações em termos de qualidade ambiental, na forma de balanço.

2. Vertente Transformadora: o que incomoda e deve ser chamado insustentável é o próprio sistema vigente (político, cultural, econômico, social), não só suas formas de produção e consumo como a repartição de poder e recursos. Esta linha constrói o seu discurso e conceito de sustentabilidade para fortalecer os seus argumentos pela transformação social. Em geral, reúne movimentos sociais, acadêmicos, intelectuais e muitos dos órfãos do socialismo real. Esta vertente reforça o seu discurso apontando mais falhas e danos decorrentes do sistema. O ambiente é incorporado na luta de classes como nova classe explorada (O’CONNOR, 1998). Aparecem novas categorias e práticas discursivas como injustiça, racismo e conflito ambiental (ACSELRAD, 1999, 2002, 2004; BULLARD, 2004). Os praticantes desta vertente, em geral, não avaliam a sustentabilidade, mas acusam a sua insustentabilidade. Ao avaliarem, estão em busca de novos argumentos que reforcem a

percepção social das contradições do sistema.

Independentemente da vertente da sustentabilidade, Silva, Bartholo & Tunes (2006) assinalam que pesa sobre o discurso do desenvolvimento sustentável a desconfiança sobre a fonte que o profere. “Não seria ele apenas outro modelo de desenvolvimento exógeno?”, perguntam os autores. Não carregaria o desenvolvimento sustentável a mesma dicotomia civilização-barbárie originada nos gregos e reeditada ao longo do desenvolvimento ocidental? Neste sentido, sugerem não a simples rejeição do desenvolvimento sustentável, mas uma assimilação ativa, sua conversão em outro discurso, adequado à perspectiva assuntiva de desenvolvimento. A perspectiva assuntiva é entendida como aquela que assume a realidade social tal qual ela é e dela parte para formular um projeto peculiar.

Alguns autores defendem o confinamento do termo sustentabilidade à dimensão ambiental (FERREIRA, 1999). Isto exigiria a enunciação clara e explícita dos outros desafios ao desenvolvimento da sociedade, como a redução da desigualdade social e o acesso aos direitos civis. A tentativa de incluir no termo desenvolvimento sustentável todas as dimensões que desafiam a sociedade pode promover a despolitização dos debates ambientais e o ocultamento da injustiça. Ainda que os argumentos e temores que levam a esta sugestão sejam corretos, há o risco de, ao se confinar a sustentabilidade, seguir dissociando temáticas que estão imbricadas. Perde-se a possibilidade de debater a sociedade também a partir dos problemas ambientais. A crise ambiental surge como oportunidade de discussão das múltiplas dimensões que a envolvem.

A despolitização no debate da sustentabilidade é um risco, como em qualquer debate. A perda de potencial transformador da questão ambiental não deriva apenas do ocultamento de temas conflituosos. Em Veiga (1994, p. 24), a despolitização vem montada no conformismo, pois ele afirma que a necessidade de obter segurança alimentar continuará legitimando as atuais práticas produtivas e distributivas, que degradam os recursos, poluem e contaminam. A despolitização ocorre também quando se pensa a sustentabilidade por meio de uma tecnotopia, um lugar ideal gerado pelo avanço tecnológico, como o utopismo tecnológico descrito por Santos (2002). A modernização do campo acabaria com o dualismo entre o rural idilizado - campo como espaço de vida social - e o rural produtivista - campo como espaço da máxima produtividade com máxima economicidade (ABRAMOVAY, 1994). Esta dicotomia é sublimada em complementaridades em que o campo é um lugar bom (moderno) de se viver e de produzir (moderno). Também Veiga & Ehlers (2003) referem-se a um caminho do meio

que preserva as “amenidades rurais” sem paralisar o desenvolvimento local. Amenidades rurais é uma expressão que vem se repetindo entre autores do “novo rural”, como Veiga e Abramovay. Refere-se à paisagem, à biodiversidade, às ocupações associadas aos valores sociais e culturais. A preservação dessas amenidades seria como gerar espaços de alívio estético em relação à paisagem do desenvolvimento real. Este alívio é viabilizado como espaço urbano de múltiplas atividades econômicas (gastronomia, artesanato, turismo, mercado orgânico, mercado justo e moradia de aposentados). Neste caso não se refere à complementaridade distribuída por todo campo, mas em nichos, uma paisagem em geral dominada pela referência da produtividade e algumas ilhas do rural idílico.

Não se propõe aqui uma terceira vertente que resolva todos os desafios expostos, mas um recorte para o estudo da sustentabilidade. Há uma convergência com a perspectiva da ecologia política em Martinez-Alier (2007), que a define como fusão entre ecologia humana e economia política e foca os conflitos ecológicos distributivos como estratégia para o enfrentamento da insustentabilidade da economia hegemônica. Para Guimarães (1997, p. 42), o argumento ecológico é político por definição. Qualquer tentativa de separar as questões ecológicas das questões sociais e políticas origina discursos com pouco significado além do retórico.

A ecologia política ajuda a reflexão sobre sustentabilidade a escapar do erro isolacionista ou ingênuo de tentar analisá-la fora de qualquer contexto, desacoplando-a da realidade econômica, social, cultural e política que a envolve e permeia. Há um conflito social que é, também, ecológico (distributivo). O conflito ecológico se relaciona com um conflito de projetos de sociedade. Os distintos projetos se materializam no espaço configurando, assim, conflitos de territorializações. A partir da perspectiva da ecologia política, ganham centralidade as relações de causa e efeito entre “deterioração dos termos de intercâmbio e sobreexploração de recursos, ou entre livre comércio e exportação de indústrias e tecnologias poluidoras” (GUIMARÃES, 1997, p. 28).

Propõe-se, aqui, outra perspectiva para pensar a sustentabilidade sem escapar à oposição entre as vertentes apresentadas (conservadora e transformadora) e sem tentar sublimá-la em tecnotopias em que o diferente é assimilado como folclórico. Ao pensar ou falar sobre a sustentabilidade é importante: 1) explicitar as diferenças entre abordagens conservadoras e transformadoras; 2) assimilar ativamente o conceito de sustentabilidade buscando sua referência assuntiva/local; e 3) aproveitar oportunidade da questão ambiental para um debate político mais amplo.

Ao reconhecer que há diferentes territorializações (formas pelas quais diferentes grupos

exercem seu modo de pensar e agir sobre o espaço) e que estas territorializações competem entre si por recursos e espaço, é possível compreender, separadamente, a sustentabilidade de cada territorialização. A forma pela qual a cadeia produtiva do etanol organiza o espaço, utiliza recursos, impacta o ambiente, estabelece relações de produção e reparte benefícios é diferente da forma exercida por uma população tradicional, pelos assentamentos de reforma agrária ou pela cadeia produtiva da soja.

Ao se avaliar a sustentabilidade de uma territorialização, compreende-se as suas marcas no espaço. Isso torna possível comparar os custos e benefícios vivenciados por cada grupo naquele espaço. A análise da sustentabilidade, no âmbito do território, torna possível aproximar a reflexão da escala e dos interesses das comunidades locais (GUIMARÃES, 1998).

A sustentabilidade de uma territorialização depende de suas características intrínsecas, de sua dinâmica e da sua relação com outras formas de territorialização. As relações entre territorializações podem ser entendidas utilizando-se metáforas da ecologia, uma ecologia das territorializações. Na região do arco do desmatamento percebe-se uma alternância e profunda simbiose entre as cadeias madeireira, pecuária e sojicultora. Atuam no mesmo espaço, mas em tempos diferentes e assim cooperam. As áreas protegidas e as ocupações tradicionais, normalmente, competem com cadeias produtivas organizadas. Diversos atores do setor ambiental percebem uma simbiose entre a territorialização que desejam produzir e aquela realizada por populações indígenas e tradicionais. Cada um encontra os seus argumentos próprios de sustentabilidade, ou, nas metáforas de Guimarães:

[...] el empresario puede fundamentar sus posiciones en favor del desarrollo sustentable de la Amazonia en imágenes del bosque como una despensa, el preservacionista como un laboratorio, el sindicalista como un supermercado y el indigenista como un museo. Para tornar las cosas aún más complicadas, lo cierto es que todas esas imágenes revelan lecturas y realidades más que legítimas respecto de lo que significa la sustentabilidad! (Guimarães, 1998, p. 52).

Assumir que o discurso da sustentabilidade pode ter significados opostos para uma região e que ele é legítimo, desde que não se pretenda universal, é uma condição necessária para não abandoná-lo como inexoravelmente danificado pela sua apropriação ideológica pelas grandes instituições do neoliberalismo (Banco Mundial, FMI). A proposta do autor para desenvolver-se significado efetivo para a sustentabilidade teria seu primeiro passo na dupla direção de territorializar a sustentabilidade (tratá-la dentro de um território e seus conflitos de interesse) e sustentabilizar o desenvolvimento das regiões (compreender e gerar espaços para negociar entre diferentes territorializações).

O mais importante no estudo da sustentabilidade de uma territorialização, em termos de suas relações com outras territorializações, é compreender a capacidade de subsistência da primeira mesmo no contexto da atuação das outras. Para refletir sobre as características da sustentabilidade de uma territorialização é necessário pensar as suas categorias de análise. Sachs e Guimarães sugerem algumas:

Sachs (2004, p. 15-16) assinala cinco pilares do desenvolvimento sustentável: **social** (ameaça de disrupção social), **ambiental** (provisão de recursos e absorção de resíduos), **territorial** (distribuição espacial de recursos, populações e atividades), **econômico** (viabilidade para que “as coisas aconteçam”) e **político** (governança democrática, porque “a liberdade faz toda a diferença”).

Guimarães (1998) propõe a metodologia POETA, que também avalia cinco eixos, com a importante ressalva de que o fundamental é compreender a inter-relação dos mesmos: **população** (tamanho, densidade, composição, dinâmica), **organização social** (padrões de produção, estratificação social e padrão de resolução de conflitos), **entorno** (meio ambiente, processos ambientais, recursos naturais), **tecnologias** (inovação, progresso, uso de energia) e **aspirações sociais** (padrões de consumo, valores e cultura).

Mais que optar entre uma forma de compreensão e outra ou mesmo debater suficiências e insuficiências de cada uma delas, cabe tomá-las como grande quadro analítico. Ressalte-se aqui que nenhum dos autores, ao listar essas categorias ou dimensões da sustentabilidade, indica estados desejáveis, exceto pela governança democrática, que Sachs inclui como condição obrigatória da sustentabilidade.

Em cada um desses segmentos de análise é possível vislumbrar centenas de itens a avaliar para compreender a sustentabilidade de uma territorialização. Ao tentar seguir pistas por entre estas dimensões sugeridas por Sachs (1994) e Guimarães (1998), percebe-se que um mesmo fator pode ser entendido em diferentes escalas (local, entorno, região, mundo) e que há fatores de ordem subjetiva cuja parametrização exigiria malabarismos matemáticos, tão desnecessários quanto incertos. Além dessas dificuldades, a própria dinâmica social tornaria impossível uma modelização matemática da sustentabilidade com uma matriz de centenas de parâmetros tão diversos como aspirações juvenis e resiliência ambiental.

O desafio do estudo da sustentabilidade, em termos de método, pode ser viabilizado com a “redução sociológica” de Ramos (1965). A redução sociológica consiste na eliminação dos elementos acessórios que perturbam o esforço de compreensão, é um esforço metódico

que postula a noção de mundo, de totalidade, assim como o conceito de sustentabilidade. A análise da sustentabilidade requer, portanto, uma postura de abertura e um olhar disponível para todos os parâmetros que se puder alcançar e avaliar como pertinentes. Tais reflexões sobre a sustentabilidade permitem sistematizar aspectos essenciais em seu estudo, discutidos a seguir:

a) A análise de sustentabilidade é um processo aberto, pluridimensional e conjuntural

Conjuntura refere-se ao atual momento, aos aspectos presentes e aos acontecimentos recentes que podem impactar as relações de poder, a estrutura e a dinâmica social. Assumir que a análise de sustentabilidade é conjuntural nada mais é do que compreender que os grupos sociais mudam aspectos de sua territorialização, assim como mudam a dinâmica e correlação de forças entre os grupos.

Análise de conjuntura é uma análise interessada em produzir um tipo de intervenção política e a formulação de estratégias por parte de um grupo social (SOUZA, 2001). O autor sugere que uma análise deve conter os acontecimentos que revelam sentidos e percepções da realidade, os cenários onde o conflito se desenvolve, os atores (classe, categoria, indivíduos), a relação de forças e a articulação entre “estrutura” e “conjuntura”. Este último item pode ser exemplificado em uma greve (conjuntura) que está localizada num conjunto de relações sociais definidas historicamente (estrutura) ou na seca no nordeste (conjuntura) que afeta diferentemente os atores (estrutura). É importante relacionar a conjuntura (um novo acontecimento) com elementos mais permanentes e estruturais, tanto da dimensão local como mundial.

A análise da sustentabilidade de um território visa compreender as várias dimensões dessa sustentabilidade e as relações entre os diferentes fatores das diferentes dimensões. Isso significa atentar-se às várias dimensões sem, contudo, fechar um *check list*. É um processo investigativo que se inicia com conversações abertas entre o pesquisador e os atores do cenário. Há uma busca por compreensão da conjuntura atual pertinente para a sustentabilidade, ainda que parta de perguntas abertas como:

- O que está acontecendo com este “recorte de interesse coletivo” hoje?
- O que está acontecendo ou está por acontecer que afeta este “recorte de interesse coletivo”?

- Quais os conflitos entre grupos sociais e dentro dos grupos sociais?
- Quais são os processos, fatores e arenas em que esses conflitos são vividos?

Perguntas abertas, invariavelmente, revelam pistas e destacam aspectos que precisam ser mais bem investigados e sobre os quais é necessário que o pesquisador focalize sua atenção. São perguntas que se abrem para colher histórias e relatos, não respostas diretas.

b) A análise de sustentabilidade é um processo pedagógico, político e organizativo

A análise da sustentabilidade de um território, além de orientar produções acadêmicas pode ter um sentido pedagógico. O estudo da sustentabilidade aponta aspectos críticos que desafiam os atores do território. Para tanto, não pode ser uma peça ideológica, a favor ou contra qualquer ator social. A análise da sustentabilidade deve subsidiar a reflexão do território ao qual se refere, deve ser o melhor espelho possível para incomodar e movimentar o ator social interessado nesta territorialização. Faz parte da construção do próprio sujeito social, de suas orientações políticas e estratégias. O desafio da construção de uma imagem sobre a sustentabilidade não é a produção de um discurso verdadeiro, mas de um discurso-ação que traz elementos perturbadores (HART, 2005). Após a sistematização da análise da realidade, a pesquisa sobre a sustentabilidade pode buscar compreender as estratégias atuais de enfrentamento dos problemas. As perguntas sobre as estratégias podem cumprir este papel pedagógico:

- O que tem sido feito em relação ao aspecto problemático identificado?
- Como o sujeito avalia as estratégias atuais?

c) O grupo social não é homogêneo

Os atores do cenário não estão pré-definidos pelo lugar ou pela classe social. Tampouco o recorte do coletivo que se estuda está pré-definido por conceitos como classe, sociedade, cultura ou movimento. O grupo, circunstancialmente agregado, precisa responder: de quem ou do que estamos falando (“recorte de interesse coletivo”)? Todo recorte que visa definir um coletivo de estudo não pode ignorar a existência de conflitos internos aos grupos sociais. Os conflitos podem se referir a disputas de ordem econômica, política, cultural ou social. A análise coletiva da sustentabilidade deve permitir a revelação dos conflitos internos ao grupo social. Este ponto é fundamental para evitar erros de homogeneização e folclorização dos grupos sociais. Buscar compreender os conflitos internos também é útil para encontrar

aspectos que apontam para diferenças de perspectiva política. Tais diferenças contribuem para o processo de reflexão. Para tanto, nos trabalhos de campo, ao identificar as ações coletivas buscava-se compreender:

- Quem tem participado dessas ações coletivas?
- Quem pensa de outra forma?

d) Necessidade de crítica das alternativas

Há inúmeras alternativas sendo elaboradas e implementadas como respostas aos desafios econômicos, ambientais ou sociais. Estas alternativas, muitas vezes, estão associadas a instituições, têm propositores e defensores. É o caso, no semi-árido, da permacultura, da mandala, da cisterna de placas, das estratégias de conservação de forragens, do plantio de leguminosas como banco de proteínas, do processamento de umbu, do processamento de carne de caprinos, das barragens subterrâneas, etc.

É comum que algumas instituições atuem como introdutoras e indutoras de técnicas. Deste modo, o diálogo comunidade-instituição depende da aceitação da técnica e restringe a possibilidade de crítica da alternativa em questão. As perguntas feitas no campo de pesquisa, frente às alternativas, são:

- Que novas práticas têm sido estimuladas?
- Qual a finalidade ou em que direção elas apontam?

e) Atenção para processos invisíveis e/ou ocultados e para as diferentes temporalidades

A atenção ao invisível ou ocultado exige grande percepção do agente externo que deseja promover a análise da sustentabilidade. Há processos muito lentos que levam à insustentabilidade, como o aumento progressivo da carga animal, a retirada seletiva de algumas espécies de árvores e o assoreamento do lago que abastece a região. Dentre os vários processos, há alguns invisíveis para o grupo social, pois a sua lentidão em relação ao tempo biológico tornou-os quase imperceptíveis.

Há processos deliberadamente ocultados, seja por fenômenos sociais relacionados à microfísica do poder, seja por normas culturais acordadas tacitamente. Mesmo que todos

percebam o problema do aumento da carga animal, pode haver um acordo tácito de que possuir animais é um valor “em si”, inquestionável mesmo frente à percepção do dano. O grupo avalia que o agente externo não capta a importância de dispor de animais em épocas de dificuldade. Pode também haver uma desigualdade de direitos no acesso à pastagem, ocultado do pesquisador por ser uma tensa questão de poder.

Não se deve aqui mergulhar na interessante questão das diferentes temporalidades (tempo biológico, tempo social, tempo histórico, tempo geológico), mas apenas assinalar esta imbricação. É importante superar a tendência de pautar-se no tempo histórico (tempo como sucessão) para estudar o território (SANTOS, 2006). Para este autor, o tempo como sucessão é abstrato, o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, tempo idêntico vivido pelos diferentes atores (humanos, empresas, instituições), com os seus diferentes horizontes de planejamento e ação. O desafio não consiste no domínio de centenas de itens de observação em suas temporalidades abstratas. Como assinalado no primeiro item, a análise é conjuntural, pertence àquele momento e lugar, vivido simultânea e concretamente pelos atores sociais. As perguntas sugeridas a partir deste item são mais abstratas e delicadas. Em muitos casos (isso ocorreu em algumas situações da pesquisa de campo), o grupo é tentado a escapar a perguntas como:

- Vocês percebem esse risco ou esse conflito?
- Aonde isso vai levar daqui a x anos?

5.2. ANÁLISE DOS FUNDOS DE PASTO COM FOCO EM SUA SUSTENTABILIDADE

Zé Bebelo, que esses projetos ouvisse, ligeiro logo era capaz de ficar cheio de influência: exclamar que era assim mesmo, para se transformar aquele sertão inteiro do interior, com benfeitorias, para um bom Governo, para esse ô-Brasil! [...] Era só carros-de-bois carreando a cana. [...] Nós íamos virando enxadeiros. Nós? Nunca! (ROSA, 2006, p. 416).

O método para analisar a sustentabilidade dos FP é amplo, conjuntural e etnográfico. Toda análise revela um ângulo peculiar. Esta pesquisa revela um dentre os muitos olhares possíveis sobre a ampla problemática atual dos FP. Ao relativizar o olhar não se busca a desresponsabilização pós-moderna (pós-modernidade de celebração, segundo Santos, 1999), mas uma perspectiva responsável, com nome e endereço, recortada, sistematicamente, em um processo de redução sociológica (RAMOS, 1965).

Por outro lado, assumir uma referência para sustentabilidade nos FP não deve

ultrapassar o limite além do qual se aporta um “cavalo de tróia”, repleto de ideologia, mas disfarçado de presente tecnocientífico. Sustentabilidade não pode conceber o futuro dos FP a partir de referenciais e processos estranhos aos seus atores. Ainda assim, estudar a sustentabilidade pode contribuir com o aporte de novos elementos para a reflexão dos FP. Para tanto, o estudo da sustentabilidade se restringe à análise das condições segundo as quais determinada forma de territorialização pode continuar se reproduzindo, com condições ambientais e de proximidade social mínimas. Ainda que os guaranis persistam guetizados na periferia da grande São Paulo as suas condições de territorialização, como guaranis, se acabaram.

Ao analisar aqui a sustentabilidade dos FP foram buscados os parâmetros que podem inviabilizar sua territorialização, mesmo que possam permanecer guetizados em algumas regiões em que a modernização não avança. A dificuldade de proceder a uma análise de sustentabilidade está além da dificuldade em compreender múltiplas dimensões. Ela se refere à diversidade destes parâmetros entre regiões, entre comunidades e à variação das condições ao longo dos anos. Estas múltiplas dimensões não se materializam em uma lista de aspectos de checagem, comum às diversas propostas de análise de sustentabilidade (BAKKES, 1994; HAMMOND, 1995; GOUZEE et al., 1995; HARDI & ZDAN, 1997; FERRARO, 1999; QUIROGA, 2001; IBGE, 2002; OECD, 2002; BRAGA et al., 2004). O desafio está no olhar aberto e atento para múltiplas dimensões, como aquelas apontadas por Sachs (2004) e Guimarães (1998): aspectos sociais, ambientais, econômicos, políticos, demográficos, tecnológicos, do entorno, da organização social e das aspirações sociais.

Uma análise de sustentabilidade na caatinga significa avaliar o que acontece em função da variação climática, como a migração de comunidades inteiras que ocorre em anos de seca extrema. É nesses períodos que as comunidades mais fragilizadas vendem madeira, carvão ou mesmo suas terras. Em um município com dezenas de comunidades de FP, como Monte Santo, encontram-se regiões em que há total dependência da criação de caprinos. São regiões mais arenosas e menos aptas a plantios de inverno. Conseqüentemente, há menos dependência do sucesso dos plantios de inverno e maior foco na caprinocultura. Neste caso, regiões mais frágeis ambientalmente (ao menos em teoria) podem ter maior resistência em períodos difíceis. Comunidades com maior dependência dos plantios de inverno poderão ser obrigadas a ver famílias migrando, a vender madeira ou mesmo terra.

O estudo de caso desta tese se refere ao conjunto de comunidades de FP. Como

assinalado na introdução, foram visitadas mais de 30 comunidades em 10 municípios. As conversas¹⁰⁷ eram feitas com perguntas abertas, às vezes a uma pessoa, a uma família ou a um conjunto amplo de pessoas. Normalmente, seguiam uma ordem investigativa, como apresentado no anexo 5.1. Os resultados dessas muitas conversas, anotados nos diários de campo, permitiram a sistematização dos achados mais marcantes em categorias que ora são apresentadas:

5.2.1. Processos internos às comunidade de FP (generalizados, comuns ou locais)

Dentre os inúmeros processos internos às comunidades foram selecionados dez em função de seu impacto potencial ou de sua generalização:

1. Há mudanças generalizadas nas expectativas sociais, principalmente dos jovens. Registra-se aumento do consumo de produtos externos, tanto por essas mudanças de expectativas como pelo maior acesso a transporte e energia. A compra da geladeira marca, em muitas famílias de FP, uma grande mudança de padrões de consumo. O crescimento geral da necessidade de monetarização e formalização econômica do sistema é reforçado pela imigração-emigração, pela saída e retorno de jovens para as cidades próximas (para completar os estudos) e pela universalização do acesso à energia elétrica (Programa Luz para Todos).
2. O crescimento populacional das comunidades de FP é generalizado, mas as impacta diferenciadamente. Naquelas que têm maior disponibilidade de terra, ainda há a tendência em assentar o jovem que se casa. Geralmente a nova residência fica na área da família e o jovem continua sendo usuário do FP. Quando há pouca disponibilidade de terra, ele fica agregado à família até que surja oportunidade de trabalho fora do FP. Mesmo assim, ainda que morem fora da comunidade, é costume que estes jovens também possuam um pequeno cabedal.

¹⁰⁷ Essas conversas poderiam ser denominadas entrevistas semi-estruturadas, mas como estava disponível para me deixar levar por longos relatos ou mesmo para buscar novas pistas de pesquisa, a denominação “conversa” parece mais adequada ao caso. Esta estratégia metodológica é corroborada por pesquisadores da psicologia social como Spink (2007).

3. Nas comunidades de FP há um crescimento lento e gradual do rebanho de caprinos, associado ao crescimento vegetativo do rebanho e dos criadores, ao aumento das expectativas sociais ou como resultado de projetos de governo. Nos FP, há um costume generalizado de presentear as crianças com animais, desde o nascimento, em aniversários e outras datas comemorativas. A depender da “riqueza” da família um jovem pode chegar aos 18 anos de idade com até 40-50 animais. Este rebanho é utilizado para subsidiar os estudos ou, simplesmente, dar autonomia econômica para garantir a passagem para a vida adulta.

4. Em comparação com outros contextos familiares rurais, os FP ainda apresentam forte coesão interna, organização e o costume de refletir coletivamente os problemas comuns. Ainda têm caatinga bem conservada e as pessoas demonstram forte vínculo com esse bioma e com a sua forma de vida. A resistência comunitária aos processos de grilagem ainda é uma marca dos FP. A capacidade de mobilização social e de recursos nas situações de conflito com grileiros continua muito forte.

5. Em algumas comunidades ocorrem cizânias internas, geralmente decorrentes de problemas de terra e da comercialização de lenha ou carvão. As vendas de frações de terra ocorrem como consequência da pressão fundiária (uma família desiste frente ao conflito) ou da necessidade de obter recursos para investimento. A falta de recursos leva muitas famílias a se associarem aos carvoeiros, como empregadas ou como vendedoras de madeira. Há, inclusive, aquelas que estabelecem pequenas carvoarias, ineficientes, e que acabam exploradas por atravessadores no negócio do carvão.

6. Em algumas comunidades, principalmente na região de Oliveira dos Brejinhos, cresce também o cercamento de áreas internas, como consequência do desejo de aumentar investimentos e da disponibilidade de recursos financeiros. Estes recursos, por vezes, advêm do acúmulo pela migração temporária ou pela semi-proletarização na própria região de algum dos membros da família. A desigualdade econômica interna aos FP cresce em algumas regiões, como consequência do envio de recursos por parte de migrantes, da semi-proletarização ou de um maior número de aposentados na família.

7. Em algumas regiões (principalmente Uauá e Oliveira dos Brejinhos) cresce o empreendimento de negócios cooperativos para a diversificação de fontes de renda (apicultura) ou a verticalização das fontes usuais (processamento de frutas, leite ou carne; feiras locais) em FP. Tais negócios podem favorecer o incremento de renda dos FP, conservando mais a caatinga e reduzindo a dependência da caprinocultura.
8. Na região de FP de Monte Santo está se instaurando a cultura da retomada de terras griladas. As retomadas ocorrem, inclusive, com parceria entre comunidades e se dão, em geral, confrontando grilagens ocorridas há até mais de cinco anos. As retomadas ocorrem para ampliação de área de pastoreio, para reinício de uma área de pastoreio comunal ou até para o estabelecimento de uma nova comunidade de jovens de FP. O contexto das retomadas é o que suscita os desdobramentos mais violentos, a exemplo da chacina de três trabalhadores de FP em 2008 (ver anexo 5.2).
9. Nas comunidades em que se percebe sobrepastejo, iniciam-se as conversações internas para viabilizar os acordos necessários para a gestão dos recursos comuns. O manejo e a recuperação da caatinga dependem, entretanto, da disponibilidade de técnicas, procedimentos e recursos, em geral, indisponíveis. A adaptação técnica mais comum ao sobrepastejo tem sido a ampliação ou a introdução de técnicas de conservação de forragens (silagem e fenação).
10. Em comunidades com menos abundância de recursos (terra e rebanho), observa-se tentativas de revalorização dos roçados de subsistência, inclusive com roçados coletivos. Os restos culturais de roças coletivas vêm sendo aproveitados para pastoreio comunal nos períodos secos. Esta revalorização pode contribuir, ao menos temporariamente, para a resistência das famílias mais fragilizadas.

5.2.2. Processos internos à organização e ao movimento dos FP

Há processos potencialmente impactantes que se desenrolam não no âmbito dos grupos que compõem os FP, mas junto às suas organizações e articulações regionais e estaduais:

1. A Articulação Estadual de Fechos e Fundos de Pasto (AEFFP) e as centrais de FP vêm ampliando a sua capacidade de negociação com o governo, mesmo sem superar a sua baixa representatividade e capilaridade. Cresce a percepção da necessidade de articulação regional em regiões (médio São Francisco e oeste) que ainda não se vincularam às centrais organizadas. Os processos correntes podem ampliar a estrutura do movimento, mesmo sem uma melhora da representatividade. Por outro lado, o impacto do distanciamento com a base já é percebido em críticas das comunidades às centrais e no receio dos representantes quanto à possibilidade de não obter sucesso nas negociações com o governo. Nestas condições, a perda da eficácia como mediador junto ao governo implica em perda de legitimidade. Estas inquietações têm deflagrado críticas que levaram a central de Bonfim a desenvolver reuniões em todas as comunidades filiadas, além das assembléias bimestrais.
2. O projeto do movimento, denominado “FP que queremos”, representa cada vez menos a diversidade da categoria de fundos e fechos de pasto. O projeto tende a ser utilizado apenas como peça de negociação e não de diálogo interno. Mesmo assim, tem contribuído com essas negociações com o governo. Junto ao INCRA e CDA, o movimento tem obtido apoio e alguns convênios para promover a regularização de terras em FP.
3. Há diversos jovens de FP em processo de formação e atuação no movimento. Esta formação e mobilização de jovens vem ocorrendo através de cursos da EFASE e da própria participação no movimento.
4. A articulação com outros movimentos sociais tem sido assistemática. Nos últimos anos, o envolvimento é mais significativo nas tradicionais manifestações sociais do mês de abril. Regionalmente, há boa interação entre os FP e alguns movimentos (MAB no oeste; CETA em Bonfim; MPA em Monte Santo).

5.2.3. Processos que impactam os fundos de pasto a partir de agentes externos

Outros processos ocorrem independente e fora da possibilidade de controle dos grupos de FP. São forças direcionadoras (*drive forces*) que se materializam de forma violenta ou não:

1. O principal impacto sobre os FP continua sendo a perda ou redução da área de pastoreio comunal. Isso significa a perda da área (grilagem, barragem, venda), ou a perda da qualidade ambiental quando do arrendamento da área e/ou venda de seus recursos (carvoagem, desmatamento, mineração, plantio de cana-de-açúcar). Estas perdas, como discutido no capítulo 2, são generalizadas, mas são mais graves em Casa Nova (anexo 5.3), Correntina, Santa Maria da Vitória, Pilão Arcado, Remanso, Buritirama, Campo Alegre de Lourdes e Juazeiro. Menos comum, mas potencialmente impactante, é o fortalecimento de novas atividades econômicas dentro dos FP que requerem a substituição ampla da caatinga pela nova cultura ou impactam pela redução da importância relativa da caprinocultura e da própria área de pastoreio comunitário. A introdução de agrocombustíveis em FP vem sendo induzida pelo programa Brasil Ecodiesel, em parceria com alguns sindicatos de trabalhadores rurais. Além dos agrocombustíveis, a intensificação da produção dentro dos FP, ligadas a culturas de exportação (sisal e frutas)¹⁰⁸, ao algodão arbóreo¹⁰⁹, ou mesmo à caprinocultura empresarial¹¹⁰ com capim *buffel*, mudança genética, palma e áreas cercadas podem ter o mesmo efeito de perda de área para pastoreio comunal. Tais avanços recebem apoio do Estado por meio do crédito e da extensão rural.

2. Mesmo sem afetar diretamente uma área de FP, o fortalecimento dos agrocombustíveis e outras culturas empresariais em qualquer região do Estado (soja no oeste, eucalipto no sul, fruticultura no médio São Francisco) pode favorecer o avanço da territorialização do agronegócio, “empurrando” a pecuária mais ainda em direção à caatinga. O crescimento da pressão fundiária no sertão baiano implica aumento do preço da terra e no deslocamento e conflito entre as formas de ocupação (pecuária versus FP, principalmente). O avanço final sobre os FP se dá, então, pela venda da terra ou pela grilagem, ambas induzidas pela valorização.

¹⁰⁸ Culturas de exportação presentes nas regiões de fundos de pasto dependem da taxa de câmbio. É o caso das frutícolas do baixo-médio São Francisco e do sisal, que chegam a toda a região nordeste da Bahia. O avanço do sisal foi prejudicado pela queda do valor do dólar entre 2005 e 2007. Não parece, no momento, capaz de causar grandes mudanças no sistema de fundos de pasto.

¹⁰⁹ O algodão arbóreo é uma aposta da SEAGRI, que com o programa PROALBA financia investimentos na lavoura algodoeira para a região oeste (SEAGRI-BA, 2007).

¹¹⁰ O programa Cabra Forte visa o fortalecimento da ovino-caprinocultura em uma perspectiva familiar-empresarial (SEAGRI-BA, 2007). Em 2008 ele foi reciclado e passou a ser chamado Sertão Produtivo.

3. A instabilidade da interpretação jurídica sobre a forma de regularização das terras de FP (concessão de uso ou título coletivo) aumenta a insegurança das comunidades e pode facilitar a grilagem de terras. Por outro lado, a titulação das terras individuais pode facilitar tanto os investimentos de intensificação agrícola (degradação da caatinga) quanto a própria venda de terra. O impacto da titulação de terras sobre o uso do solo entre pequenos produtores da Amazônia foi estudado por Wood, Walker & Toni (2001) com o intuito de avaliar a premissa do Banco Mundial de que esta medida estaria associada à melhor conservação dos recursos. Os resultados foram dúbios e, com isso, os autores apontaram para a necessidade de cautela ao se generalizar tal premissa como positiva ou negativa.

4. Na Bahia, a cooptação política ou a simples resistência de juízes à legitimidade da posse histórica não-titulada, conduz à tendência de apoio do Poder Judiciário aos fazendeiros e grileiros. Este é um fator que reforça o risco de grilagem. Em algumas regiões (Monte Santo e Casa Nova) há a tentativa de criminalização dos movimentos, com prisões arbitrárias e ágeis processos de reintegração de posse, paradoxalmente, em favor dos recém-chegados grileiros. Em Casa Nova, o relato mais interessante é o da *blitz* da polícia federal em busca de depósito de armas em uma comunidade que fora acusada de “organizar guerrilha” (talvez a acusação formal fosse formação de quadrilha, mas foi essa a forma que os agricultores relataram).

5. Algumas modelagens climáticas prevêem a piora do déficit hídrico do sertão nordestino em decorrência do aquecimento global. O avanço da desertificação por fatores climatológicos e pela degradação antrópica da caatinga pode prosseguir independentemente das medidas tomadas pelos FP. A depender da intensidade do aumento do déficit hídrico do semi-árido, qualquer forma de ocupação pode se tornar inviável ou os FP podem se revelar como uma das poucas formas sustentáveis para a região e uma alternativa de modelo de ocupação em face das monoculturas.

6. Há uma flutuação dos preços dos produtos agrícolas que sempre impacta os FP, principalmente da carne de caprinos, umbu, mel e outros produtos da caatinga. Assim como a grande maioria dos pequenos produtores rurais brasileiros, os FP encontram-se na situação típica de mercado imperfeito: grande número de vendedores para um oligopsônio.

A valorização destes produtos tanto pode favorecer o uso racional dos recursos como uma aceleração da modernização e desestruturação dos aspectos tradicionais dos FP. Tais processos podem ser induzidos a partir dos FP e das suas organizações com medidas de verticalização e/ou certificação da produção.

7. Há um processo lento de valorização da caatinga junto à opinião pública. Esta valorização pode favorecer as condições para políticas públicas que reconheçam (ou não) o papel conservacionista dos FP.

5.2.4. Processos conduzidos pelos FP em parceria com outros atores

Alguns processos impactantes são desenvolvidos na interface entre os grupos de FP e as instituições afins:

1. Normalmente, as comunidades de FP estão aliadas aos partidos de oposição do âmbito municipal, principalmente o Partido dos Trabalhadores. Esta postura implica em divergências com o poder local e, muito comumente, em falta de assistência pública nas áreas de saúde, educação e transporte. Ainda que a crescente ascensão do PT a algumas prefeituras (Juazeiro, Itiúba) modifique o quadro de exclusão intencional de comunidades mobilizadas (segundo relatos da região nordeste da Bahia), essa ascensão não tem gerado mudanças significativas para os FP destes municípios.
2. Nas regiões de Juazeiro e Oliveira dos Brejinhos, os FP estão mobilizados e envolvidos na política de desenvolvimento territorial do governo estadual, chamada de “Territórios de Identidade”. Ainda sem feitos práticos, este envolvimento sinaliza a ampliação efetiva de recursos públicos para estruturação dos FP. Nessas regiões os planos territoriais prevêem a instalação de frigorífico, escolas, processadoras de frutos e leite para os FP.
3. Embora, como assinalado neste capítulo, a universidade tenha historicamente dado pouca importância ao estudo dos FP, começa a surgir um interesse acadêmico (UEFS, UFBA, UNEB, EMBRAPA). O desenvolvimento científico de técnicas e o apoio à organização

dos FP podem contribuir (ou prejudicar) para a sustentabilidade dos mesmos.

4. Os FP foram reconhecidos como população tradicional e têm participação ativa na CNPPT, que configura a política nacional para esses grupos. Ainda que esta participação esteja mais distante da base que as atividades normais do movimento dos FP, ela tem potencial para ampliar o acesso e a adequação dos recursos públicos destinados a eles.
5. Apesar de eventuais carências de recursos, as diversas organizações próximas aos FP (AATR, CPT, IRPAA, SASOP, FUNDIFRAN) seguem desenvolvendo formas de apoio aos mesmos, principalmente na questão fundiária (AATR, CPT) e nas questões produtivas (IRPAA, FUNDIFRAN e SASOP). O envolvimento na questão fundiária é espasmódico e reativo e termina por não incluir essas instituições nas situações normais das comunidades, enquanto que nas questões produtivas tende a reproduzir as formas usuais de modernização. A diferença entre as propostas de modernização vindas das instituições parcerias dos FP e as propostas do governo está na inclusão, ao menos discursiva, de aspectos como produção orgânica, participação e economia solidária.

5.3. INCERTEZAS E CENÁRIOS DE INSUSTENTABILIDADE

Utilizou-se, para a construção das imagens dos processos, o método apresentado por Assad (2002) que prepara para a construção de cenários¹¹¹. Assad (2002) principia por analisar e identificar as forças atuantes sobre o território em estudo. Algumas dessas forças são selecionadas como as “incertezas críticas para a sustentabilidade”. Estas forças ou incertezas são destacadas por serem entendidas como direcionadoras do processo (*drive forces*). São aspectos responsáveis pelo curso dos acontecimentos.

Analisa-se cada uma das incertezas de acordo com uma classificação em função de visibilidade, tangibilidade, origem, postura, impacto, fatores de risco, de possibilidade e de inércia e o prazo de possível ocorrência (ASSAD, 2002). A proposta UNEP (2005) para construção de cenários aponta oito passos: 1) identificar foco; 2) fatores de decisão ou fatores determinantes; 3) tendências que influenciam os fatores (*driving forces*); 4) ranqueamento por importância e incerteza; 5) em virtude do ranqueamento definir os cenários lógicos; 6)

¹¹¹ Assad (2002) adapta a metodologia a partir do proposto por Porto, Nascimento e Buarque (2002).

detalhar os cenários em função do papel de cada fator e cada *driving force*; 7) avaliar implicações; e 8) definir indicadores que possam revelar se o cenário está ocorrendo.

Para uma melhor análise das incertezas, acrescenta-se a cada incerteza crítica uma corrente de causas (UNEP, 2005) que concorrem para cada uma delas. É similar à ferramenta proposta por Meadows (2001) e Kim (1994), que utilizam diagramas causais para explicitar modelos mentais (*causal loop diagrams*). A ferramenta parte da coleta de histórias, das quais se depreendem as variáveis e as suas relações. Com estas, constrói-se o *loop* causal e checa-se o diagrama com as histórias. Acrescentam-se, também, as arenas, definindo o âmbito e o conteúdo que permitirá elaborar coletivamente sobre a incerteza.

O desafio da metodologia é a construção de cenários tendenciais em função de diferentes desdobramentos das diferentes incertezas críticas. Para a compreensão dos desdobramentos das incertezas críticas buscou-se a leitura sistêmica de cada uma delas. O mapeamento das arenas que podem ou que atuam sobre a incerteza crítica contribui com a percepção dos limites das reações dos FP.

5.3.1. Incertezas críticas dos FP

a) incerteza crítica 1: insustentabilidade comunitária

O aumento das expectativas sociais, principalmente por parte dos jovens, conduz à migração e/ou ao crescimento dos rebanhos. A migração, a mudança de referenciais de valor e a entrada desigual de recursos concorrem para uma maior desigualdade social dentro das comunidades de FP. A existência de recursos adicionais, a desigualdade social em ampliação e as expectativas sociais crescentes podem concorrer para o aumento da gestão familiar interessada em maximizar benefícios individuais, mesmo em detrimento da comunidade. Esta gestão conduz ao crescimento do rebanho e/ou ao cercamento da área titulada da família. O aumento do rebanho e o cercamento das áreas familiares concorrem para a degradação da caatinga. Todo este contexto fragiliza ainda mais a organização e a coesão social. Há um efeito de *feedback* que reforça as suas causas (desigualdades, mudança de valores e aumento das expectativas de consumo). O crescimento dos rebanhos também pode ser consequência do aumento do número de famílias na comunidade quando da permanência de jovens. A representação das relações entre estes fatos caracteriza a dinâmica expressa na figura 5.1, abaixo:

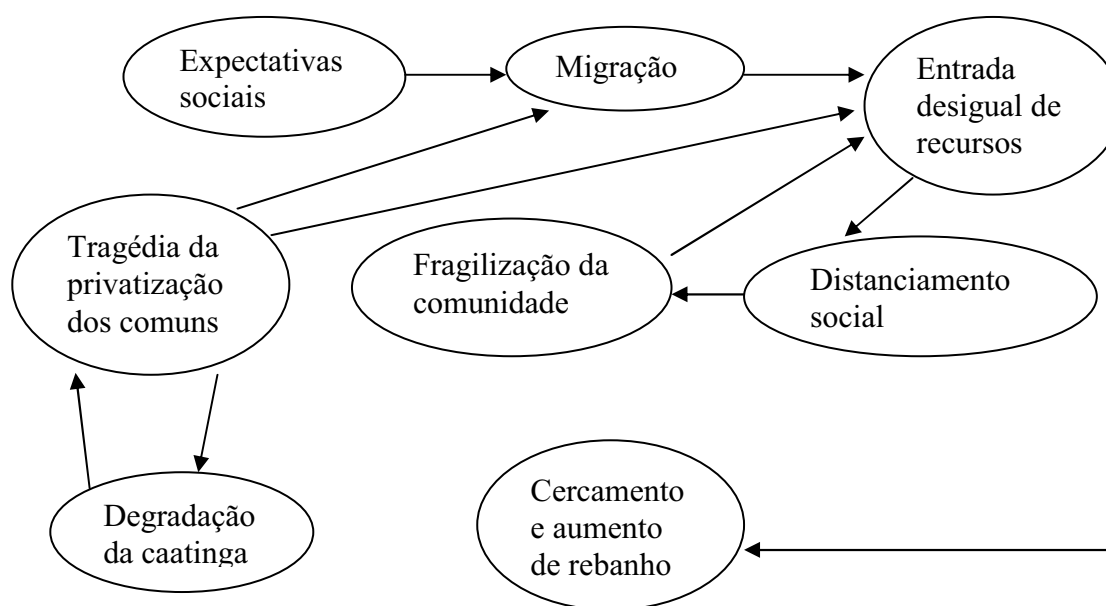


Figura 5.1: Incerteza crítica da insustentabilidade comunitária

O quadro 5.1, abaixo, sistematiza uma análise de alguns aspectos desta incerteza crítica, a partir da proposta modificada de Assad (2002):

Parâmetro	Avaliação do parâmetro em função da incerteza da insustentabilidade comunitária
Visibilidade	Invisível
Tangibilidade	Tangível
Origem	Endógeno
Postura	Possibilidade de conflito interno.
Impacto	Potencialmente devastador (varia em cada comunidade).
Fatores de risco	Possibilidade de a degradação acelerar os seus próprios fatores (efeito <i>feedback</i>).
Fatores de possibilidade	Possibilidade de sucesso econômico de algumas famílias.
Fatores de inércia	O aumento das expectativas sociais é inercial na sociedade em geral e não é diferente nos FP.
Prazo de possível ocorrência	Médio a longo prazo (varia em cada comunidade)
Arenas	Âmbito comunitário e regional. Conteúdos objetivos (regras para a gestão dos comuns) e subjetivos (expectativas sociais).

Quadro 5.1: Aspectos da incerteza crítica da insustentabilidade comunitária

Como se observa no quadro 5.1, esta incerteza crítica é potencializada por aspectos pouco visíveis, como mudança de valores, e inerciais, como o aumento da expectativa de consumo. Ainda que sua reversão esteja ao alcance da comunidade a reflexão necessária implica a difícil avaliação de conteúdos subjetivos. O efeito *feedback* da degradação é um fator de risco que pode acelerar todo o sistema desta incerteza crítica.

b) incerteza crítica 2: pressão fundiária

O avanço da agricultura empresarial conduz à pressão fundiária sobre todas as formas de ocupação menos rentáveis. A grilagem e/ou a venda de terras de FP levam à redução das áreas de pastoreio e conseqüente fragilização das comunidades. A fragilização da comunidade retro-alimenta a possibilidade de grilagem e/ou venda de terras. A tendência ao crescimento da pressão fundiária selecionará as comunidades em fortes (por tradição, organização ou disponibilidade de terra e rebanho), fracas (por pobreza, falta de coesão ou falta de apoio externo) e divididas (pela presença de indivíduos dispostos a negociar e a ganhar com a crise). As comunidades divididas tendem a passar por processos de degradação e até mesmo violência. A representação das relações entre estes fatos caracteriza a dinâmica expressa na figura 5.2, abaixo:

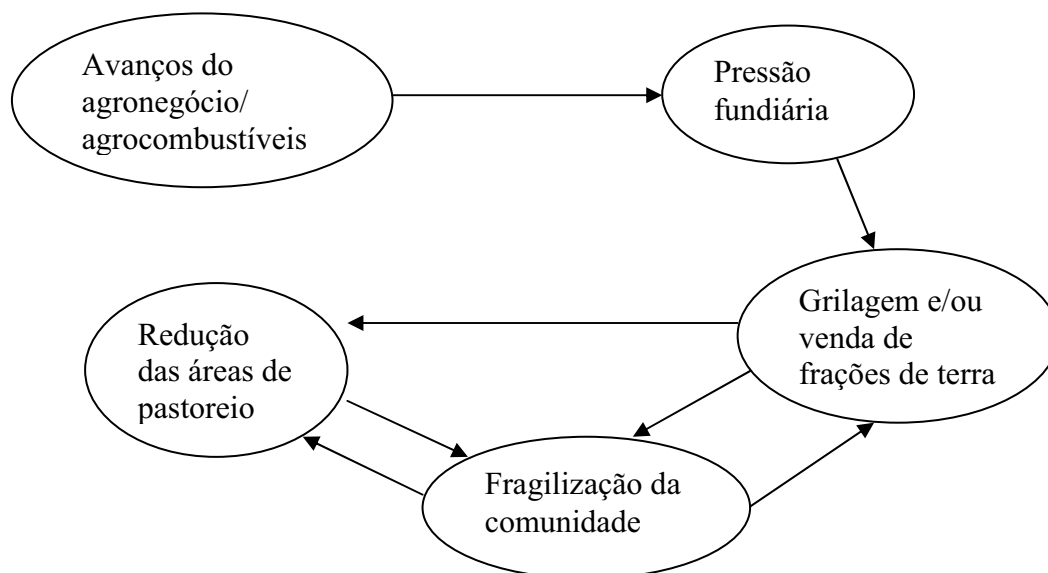


Figura 5.2: Incerteza crítica da pressão fundiária

O quadro 5.2, abaixo, sistematiza uma análise de alguns aspectos desta incerteza crítica,

a partir da proposta modificada de Assad (2002):

Parâmetro	Avaliação do parâmetro em função da incerteza da pressão fundiária
Visibilidade	Visível
Tangibilidade	Tangível
Origem	Exógeno
Postura	Rejeição imediata
Impacto	Potencialmente devastador
Fatores de risco	O momento do país e do estado, em 2008, favorece a pressão fundiária sobre todas as formas menos modernas e produtivas.
Fatores de possibilidade	O aumento da pressão fundiária pode contribuir para uma reorganização e fortalecimento do movimento dos FP.
Fatores de inércia	Comunidades não articuladas no movimento podem não ser capazes de resistir à pressão por estarem isoladas.
Prazo de possível ocorrência	Curto a médio prazo. Ainda que a pressão fundiária seja espasmódica (ocorre em surtos) a curto-médio prazo, uma grande pressão fundiária (que tende a ocorrer) desempenha papel determinante para uma possível extinção dos FP.
Arenas	Interna (organização e coesão para resistência), regional (articulação de forças regionais) e estadual (atenção pública e ação do estado).

Quadro 5.2: Aspectos da incerteza crítica da pressão fundiária

Ainda que a categoria dos FP tenha se constituído a partir dos conflitos fundiários (como discutido no capítulo 2), isso não significa necessariamente que uma nova onda de conflitos fortaleça a categoria. Atualmente, a capacidade de organizar a reação dos FP em escala estadual pode não fazer frente às grandes tendências agrícolas relacionadas aos agrocombustíveis. O resultado da efetivação plena desta incerteza variará para cada comunidade de FP.

c) incerteza crítica 3: pressão modernizadora

A maior parte dos projetos direcionados aos FP carrega a lógica da modernização produtiva. A maior ameaça ao sistema está na modernização da caprinocultura, uma vez que ela tem no pastoreio comunal um obstáculo para melhoria genética e para o ganho de peso em padrões industriais. A modernização da caprinocultura conduz à falência do sistema produtivo tradicional, também pelo fato de constituir-se em um ciclo com forte *feedback*: modernização induz modernizações. A representação das relações entre estes fatos caracteriza a dinâmica

expressa na figura 5.3, abaixo:

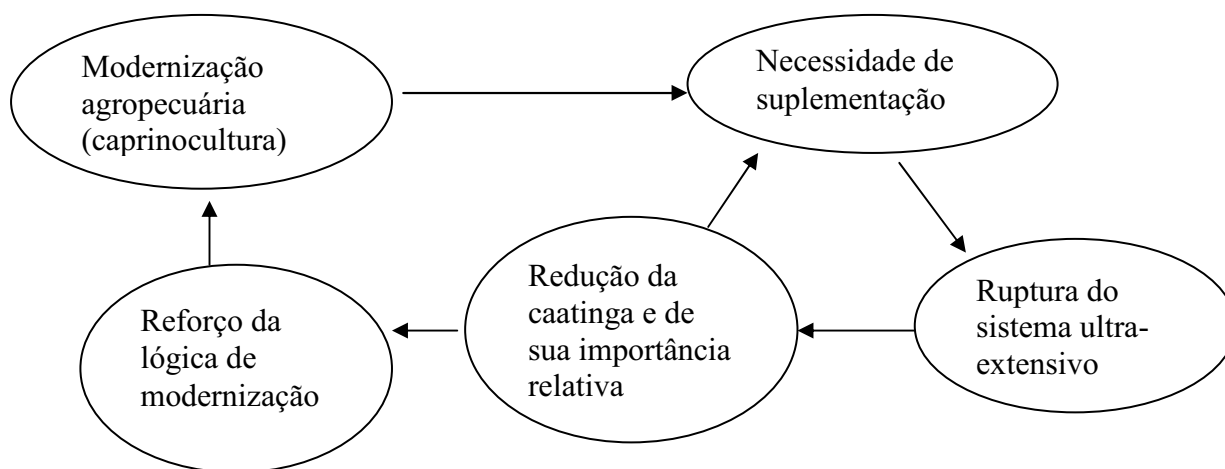


Figura 5.3: Incerteza crítica da pressão modernizadora

O quadro 5.3, abaixo, sistematiza uma análise de alguns aspectos desta incerteza crítica, a partir da proposta modificada de Assad (2002):

Parâmetro	Avaliação do parâmetro em função da incerteza da pressão modernizadora
Visibilidade	Invisível a pouco visível.
Tangibilidade	Tangível
Origem	Endógena/exógena
Postura	Promoção/adesão
Impacto	Considerável
Fatores de risco	Redução da coesão interna e da importância relativa da área comunal.
Fatores de possibilidade	Assimilação ativa das propostas, adequando-as aos interesses coletivos com mínimo risco para a sustentabilidade.
Fatores de inércia	A falta de reflexão sobre o significado, a médio prazo, torna os elementos de modernização mais assimiláveis. Há uma tendência a aceitar sugestões elaboradas por técnicos externos.
Prazo de possível ocorrência	Médio prazo
Arenas	Interna (reflexão sobre propostas) e estadual (políticas de ATER e pesquisas apropriadas para FP).

Quadro 5.3: Incerteza crítica da pressão modernizadora

Os fatores de inércia e de risco se potencializam nesta incerteza crítica. Uma vez que há a tendência em aceitar sugestões de técnicos (ainda que os mesmos considerem os FP um contexto difícil de promover inovações) e que estas sugestões são baseadas na lógica do empreendimento familiar, o enfrentamento coletivo dos riscos fica mais distante.

A formação da maior parte dos técnicos de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) é pautada na modernização e aumento da produtividade dos sistemas agropecuários.

d) incerteza crítica 4: reações simplistas

A eficácia dos representantes está associada à idéia de realizar projetos. Há uma busca por projetos que não está pautada por qualquer estratégia ou planejamento comunitário. O simplismo dos diversos projetos dispersa recursos comunitários que poderiam ser canalizados para estratégias coletivas melhor elaboradas. A multiplicidade de projetos, técnicas e ações simplistas têm um efeito entorpecente e alienante. A lógica de responder aos desafios com pequenos projetos também carrega o risco de serem prioritariamente ofertados aos representantes e seus grupos mais próximos. Isso reforça possíveis divisões internas aos FP. A representação das relações entre estes fatos caracteriza a dinâmica expressa na figura 5.4, abaixo:

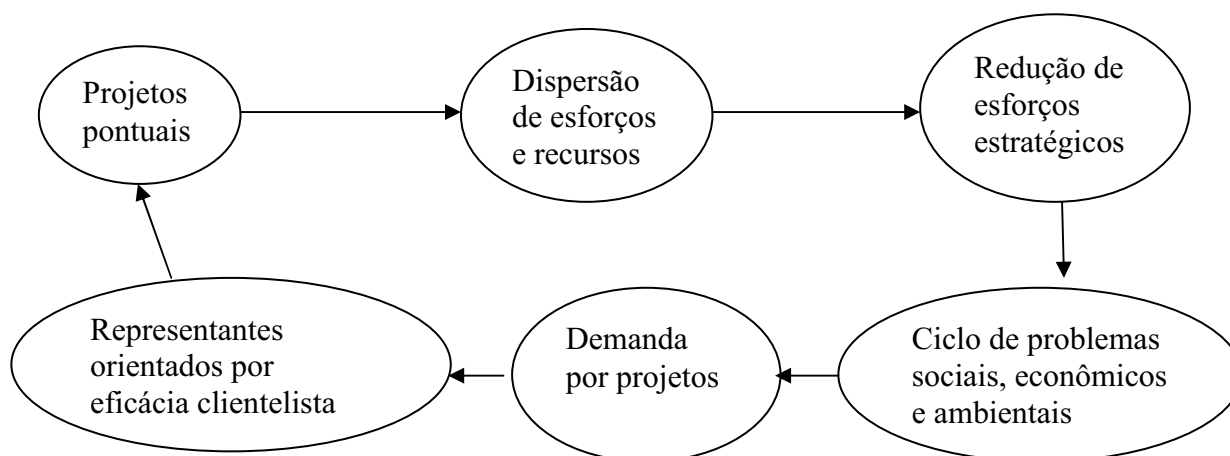


Figura 5.4: Incerteza crítica das reações simplistas

O quadro 5.4, abaixo, sistematiza uma análise de alguns aspectos desta incerteza crítica a partir da proposta modificada de Assad (2002):

Parâmetro	Avaliação do parâmetro em função da incerteza das reações simplistas
Visibilidade	Invisível
Tangibilidade	Tangível
Origem	Exógena/endógena
Postura	Assimilação/promoção
Impacto	Considerável
Fatores de risco	Dispersão da energia, reforço da postura passiva. Maiores divisões internas.
Fatores de possibilidade	Crítica do papel desempenhado pelos representantes.
Fatores de inércia	Muitos projetos de inovação chegam pelas mãos dos principais parceiros históricos dos FP. Seus projetos são vistos com menos criticidade.
Prazo de possível ocorrência	Já está ocorrendo. Seus efeitos são potencializadores das demais incertezas a médio e longo prazo.
Arenas	Interna, estadual (organização e assessorias)

Quadro 5.4: Incerteza crítica das reações simplistas

O principal risco e peso da incerteza crítica das reações simplistas é que elas potencializam todas as demais incertezas. Se a categoria dos FP se firma como meio para obtenção de projetos diversos, ela passa a cumprir um papel desmobilizador em relação às questões mais prementes. O principal efeito que retro-alimenta esta incerteza é o modo pelo qual os FP avaliam seus representantes. O bom representante é aquele que “traz projeto”.

5.3.2. Cenários possíveis a partir da análise das incertezas

Cenários possíveis e tendenciais dos FP requerem o entendimento de outros parâmetros como a organização do movimento, o fortalecimento da identidade e a gestão de comuns já tratados em outros capítulos. Ao avaliar cada um dos cenários, considera-se uma diferenciação de prazo e peso de cada incerteza crítica naquele cenário. Cada incerteza tem seu prazo próprio, entretanto, em cada cenário ela desempenha um papel no curto (até 10 anos), médio (até 30 anos) ou longo prazo (acima de 30 anos). O peso é considerado segundo a sua influência no cenário descrito: Peso: (a) alto peso = alta influência; (b) médio peso = média influência; (c) baixo peso = baixa influência. Ambas as categorias (prazo e peso) e respectivas pontuações foram extraídas de Assad (2002).

A criação dos quatro cenários apresentados a seguir, fundamentou-se no aprofundamento de uma ou mais incertezas críticas. O que aconteceria se uma das incertezas críticas se tornasse real em toda sua plenitude? Que papéis desempenhariam as outras incertezas críticas? As possíveis respostas a essas perguntas originaram os seguintes cenários:

a) cenário 1: extinção generalizada dos FP

Muitas comunidades de FP, principalmente aquelas menos organizadas internamente e sem relações com o movimento e com as organizações de apoio, serão “varridas do mapa” quando de processos amplos de grilagem e/ou compra de terras. Estes processos ocorrem e ocorrerão com a chegada de grandes projetos de irrigação, produção de cana-de-açúcar para etanol, produção de oleaginosas para biodiesel ou de produção animal, principalmente quando apoiados pelo governo do Estado. Nestes contextos, a grilagem é um processo anterior e preparatório. Ela se adianta e opera a etapa mais conflituosa da entrada de atores maiores, mais organizados e mais capitalizados. O retrocesso das posições do governo quanto ao reconhecimento dos FP e a inviabilização das formas de regularização das posses coletivas podem acelerar o seu fim. O quadro 5.5, abaixo, sistematiza os pesos, prazos e processos de cada incerteza crítica em um possível cenário de extinção generalizada dos FP:

Incerteza crítica	Peso	Prazo	Processo
Insustentabilidade comunitária	C	longo	A insustentabilidade comunitária desempenha papel na extinção dos FP apenas no longo prazo, pela fragilização progressiva. Ela facilita a grilagem.
Pressão fundiária	A	curto	No curto prazo, a pressão fundiária é a incerteza crítica que maior papel desempenha na extinção dos FP.
Pressão modernizadora	B	médio	A pressão modernizadora mina a importância dos FP e facilita sua extinção de fora para dentro.
Reações simplistas	B	longo	Reações simplistas reduzem a capacidade estratégica dos FP. Projetos comunitários não garantem a sustentabilidade a longo prazo.

Quadro 5.5: Cenário da extinção generalizada dos FP

A extinção massiva dos FP só pode ser enfrentada com uma conjugação de esforços internos às comunidades (organização e coesão para resistência), em escala regional (articulação de forças regionais) e estadual (aumentar a atenção pública e a ação do Estado).

b) cenário 2: área comunal de FP como acessória à produção familiar

O cercamento de áreas internas é um processo ainda raro e pouco significativo, mas que pode crescer em virtude do aumento desigual da renda, do aumento das expectativas sociais, da influência de técnicos do governo e das formas de regularização de terras. O cercamento de terras também é fortalecido pelo enfraquecimento dos vínculos comunitários.

O cercamento de áreas está usualmente associado aos processos de modernização. A modernização conduz a uma redução da importância relativa da caatinga. Há uma progressiva substituição do sistema de produção por outros, nos quais a implantação de pastos homogêneos e o plantio de forrageiras para suplementação na seca crescem até o limite da total substituição da caatinga.

Atualmente, os defensores do cercamento da caatinga argumentam que isto mantém o sistema de FP, desde que haja a manutenção de uma área contínua de caatinga totalmente conectada. O que de fato tem se observado nos lugares onde este processo ocorreu foi o aumento da pressão sobre as áreas comuns e o favorecimento daqueles que lograram cercar suas áreas.

Sem atribuir juízo de valor ao processo em que a área comunal se torna acessória à produção familiar, ele deve ser considerado como insustentabilidade da territorialização dos FP. Se o FP se torna mero acessório da produção familiar cada família passa a se associar aos grupos e formas de territorialização que lhe convenham (organizadas por movimentos como o MPA, ou pela agroindústria do sisal, etc.). O quadro 5.6, abaixo, sistematiza os pesos, prazos e processos de cada incerteza crítica no cenário dos FP como acessórios à produção familiar:

Incerteza crítica	Peso	Prazo	Processo
Insustentabilidade comunitária	B	longo	O decréscimo da capacidade de sobrevivência no pastoreio comunal reforça a pressão modernizadora.
Pressão fundiária	C	curto	Comunidades pressionadas podem ser induzidas a cercamentos das áreas externas e familiares.
Pressão modernizadora	A	médio	A modernização, principalmente da caprinocultura, induz o papel marginal da área comunal.
Reações simplistas	B	médio a longo	Reagir ao sobrepastoreio ou à baixa renda com medidas simplistas não responde ao desafio de valorizar e recuperar o FP comunal.

Quadro 5.6: Cenário dos FP como acessórios à produção familiar

A principal incerteza crítica deste cenário é a pressão modernizadora. Com o aprofundamento desta incerteza, os FP se diluem, progressivamente, nas formas correntes da pequena produção familiar.

c) cenário 3: fim ambiental dos FP

A degradação da caatinga em FP ocorre pela retirada de madeira para cerca, retirada de lenha, produção de carvão e pela lotação animal acima da capacidade de suporte. Estes processos degradadores ocorrem em pequena escala quando promovidos pela própria comunidade ou em grande escala quando a comunidade (ou parte dela) vende madeira para pessoas externas.

A degradação da caatinga leva ao fim dos FP de modo muito lento e, por isso, pouco perceptível. As famílias vão diminuindo sua renda, aumentando a pressão sobre a caatinga e, pouco a pouco, perdendo a capacidade de sobreviver do pastoreio comunal. Este processo pode levar muitas décadas, mas, se não revisto, é inexorável.

Sem a caatinga conservada acaba a territorialização dos FP. As pessoas passam a depender apenas de seus roçados familiares, da renda obtida na proletarização ou semi-proletarização. O quadro 5.7, abaixo, sistematiza os pesos, prazos e processos de cada incerteza crítica em um possível cenário do fim ambiental dos FP:

Incerteza crítica	Peso	Prazo	Processo
Insustentabilidade comunitária	A	longo	Progressivamente, a degradação dos FP pelo sobrepastoreio ou venda de recursos naturais conduz à ruína coletiva.
Pressão fundiária	C	médio	No médio prazo, a pressão fundiária pode reforçar a venda de madeira e carvão, por exemplo.
Pressão modernizadora	B	médio	A pressão modernizadora reforça substituição de áreas de caatinga por pastos homogêneos.
Reações simplistas	B	longo	Diminuem a capacidade de reação, principalmente a processos pouco visíveis como a degradação progressiva da caatinga.

Quadro 5.7: Cenário do fim ambiental dos FP

A incerteza crítica chave para este cenário é a insustentabilidade comunitária. Os FP

senescem de dentro para fora, junto com a caatinga. Ainda que o enfrentamento a este processo seja fundamentalmente interno às comunidades, ele provavelmente requer o suporte de atores e informações externas. A disponibilização de indicadores e informações para conservação da caatinga é fundamental para enfrentar este cenário.

d) cenário 4: permanência de poucos FP

Algumas comunidades de FP, e até algumas pequenas regiões, são muito mais fortes que a média. Fatores como a extensão das áreas, o nível de renda, o nível de organização (onde já se começa a debater sobre limites da capacidade de suporte), a capacidade de mobilização, a consistência jurídica da ocupação e a valorização da caatinga conferem níveis diferenciados de força para as comunidades.

Comunidades que agregam vários destes fatores de força tendem a persistir indefinidamente, a não ser que grandes mudanças conjunturais ocorram, sejam elas externas ou internas. Estes cenários de “extinção dos FP” são tendências gerais que poderão ocorrer de forma combinada em cada comunidade (ambiental, fundiário, ambiental-fundiário). Nas comunidades mais fortalecidas há uma capacidade de resistência de longo prazo. Este quarto cenário refere-se à diferença de condições entre as comunidades. Não se trata de um cenário de sustentabilidade dos FP, mas de simples permanência inercial de algumas comunidades por causa das suas circunstâncias peculiares.

Esses guetos regionais de FP, ainda que conservem boa qualidade ambiental e de vida, dificilmente representarão uma alternativa de territorialização que possa competir por um amplo espaço regional. São situações especiais, muito próximas ao ideal do “novo rural”. Neste caso, os FP representarão áreas de conservação das amenidades rurais, seja pela sua viabilização enquanto tal (produtos certificados, mercado justo, eco-turismo) seja pelo desinteresse por suas terras (estrutura, solo e/ou clima precários).

O quadro 5.8, abaixo, sistematiza os pesos, prazos e processos de cada incerteza crítica em um possível cenário da permanência de poucos FP ilhados:

Incerteza crítica	Peso	Prazo	Processo
Insustentabilidade comunitária	C	longo	As comunidades que resistem o fazem em virtude da boa quantidade de terras que é fator direto de sustentabilidade comunitária.
Pressão fundiária	C	longo	Nestas regiões resistentes, a pressão fundiária não se efetiva em grilagem ou mesmo em significativa valorização das terras.
Pressão modernizadora	B	médio	Ainda que haja pressão modernizadora, ela é menor e tem pouco espaço em virtude da boa qualidade de vida obtida por meio dos FP.
Reações simplistas	C	longo	Sem graves problemas de renda ou de sobrepastoreio essas comunidades não reagem a quaisquer efeitos negativos.

Quadro 5.8: Cenário da permanência de poucos FP ilhados

Neste cenário, diferentemente dos anteriormente apresentados, nenhuma incerteza crítica se destaca. Há uma lenta e progressiva sinergia de todos os quatro fatores de incerteza. Este talvez seja o cenário mais provável e o mais difícil de enfrentar. Nele, todas as incertezas críticas se realizam aos poucos. Assim, não fica claro o foco do movimento dos FP. Seguem as reações simplistas que movem as suas representações.

5.4. FP COMO TERRITORIALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL NA CAATINGA DA BAHIA: A DISPUTA SIMBÓLICA DAS TERRITORIALIZAÇÕES

As territorializações fazem propaganda de si mesmas. São uma forma de manter ou impactar a correlação de forças. A territorialização do agronegócio tem no governo federal seu grande agente de propaganda. Todos os anos há divulgação ampla dos superávits da produção de grãos e da parcela agrícola nos superávits primários¹¹².

¹¹² “O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país. O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Estima-se que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados no ano passado. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões. Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial.” Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2008.

Dentro do mesmo governo, a agricultura familiar rebate divulgando que dela saem 60% dos alimentos que chega à mesa da família brasileira. Oliveira (2004a; 2004b) é um dos principais geradores de informações para o contra-ataque da agricultura familiar, subsidiando com dados comparativos (OLIVEIRA, 2004b), com dados sobre o excesso de terra e a pouca produtividade das grandes propriedades (OLIVEIRA, 2004a; 2004b). Outro autor da “propaganda” camponesa é Carvalho que, assim como Oliveira, associa o avanço do agronegócio à barbárie do capitalismo e à produção de *commodities*, que só interessaria a uma pequena parcela de brasileiros (CARVALHO, 2005).

Os defensores das populações tradicionais alardeiam seu enraizamento cultural e a conservação ambiental. Encontram em alguns autores grandes geradores de informações sobre a correspondência entre manejo tradicional e conservação (DIEGUES, 1999, 2000, 2001a, 2002). Este autor defende a territorialização caiçara e da pesca artesanal em detrimento do avanço da especulação imobiliária, dos parques e da pesca industrial. Antropólogos como Posey (1999), Little (2005) e Almeida & Cunha (2001) desenvolveram trabalhos que, a partir do estudo antropológico, geram argumentos em favor dos tradicionais e indígenas como uma organização de sociedade e de referências mais associadas à qualidade ambiental. Posey (1999), inclusive, assinala os riscos da apropriação destas referências de conhecimento tradicional por parte de empresas farmacêuticas. Gonçalves (2003) tem se destacado em sua elaboração de referências para o apoio aos seringueiros e retireiros. Bons estudos sobre sustentabilidade no panorama rural têm sido desenvolvidos pelos agroecologistas, principalmente ligados aos setores acadêmicos da Espanha (GUZMÁN, 2001) e à EMATER-RS (CAPORAL & COSTABEBER, 2002), havendo inclusive uma revista gaúcha denominada “Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”¹¹³.

Entre os autores que têm fortalecido a associação entre lutas sociais e lutas ambientais, com o argumento de que ambas se equivalem, destaca-se todo o corpo de autores ligados ao ecosocialismo (O’CONNOR, 2002; LÖWY, 2005; SANTOS, 1999, 2007) e à ecologia política, tanto em textos teóricos (DUPUY, 1980; MARTINEZ-ALIER, 1998, 1999; ALIMONDA, 2002; FERREIRA, 1999) como referidos à leitura prática da insustentabilidade do capitalismo em alguma região (GUDYNAS, 2002) ou em termos de sua injustiça ambiental materializada em algum lugar (MARTINEZ-ALIER, 1998; ACSELRAD, 2004a, 2004b).

¹¹³ ISSN: 15191060 – Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista>>. Acesso em: 08 mar. 2008.

Trata-se de posições políticas definidas. Delas emergem produções que visam contribuir com a disputa simbólica das referências de sustentabilidade e de sociedade. Não há muitas produções acadêmicas que divulguem os aspectos conservacionistas dos FP, exceto por dois artigos (SABOURIN, CARON & SILVA, 1999; SABOURIN & MARINOZZI, 2000). No primeiro, os autores são enfáticos em dizer que, pelas virtudes do manejo em FP eles podem ser considerados exemplos de sustentabilidade a serem replicados como modelo para a reforma agrária no semi-árido. Importante ressaltar que estes estudos não se referem a todos os FP, mas a apenas uma região deles, em Juazeiro, que não tem participado da articulação estadual. Outras produções da área de antropologia, ainda que não se refiram a uma possível “superioridade ambiental” dos FP, reforçam-no como modo de vida integrado aos seus territórios específicos (CHAMO & ALMEIDA, 2006; CARVALHO, 2008).

Os textos da CPT e da Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto trazem argumentos em favor da territorialização dos FP, assim como os discursos correntes entre os agricultores (anexo 3.1; anexo 5.4). Um agricultor declara que, ao observar as diferentes “propostas” é a dos FP que mais conserva o ambiente. A não-extinção de animais da caatinga, segundo eles, se deve à existência dos FP, pois com cercas e pastos homogêneos não haveria mais tais animais. Independente de sua validade, estas observações revelam dois aspectos interessantes: a comparação entre a territorialização dos FP pelos próprios agricultores (percepção e identidade) e uma busca por revelar os aspectos conservacionistas dos FP, em relação às demais territorializações.

Um indicador interessante e forte desta relação entre os FP e a preservação de espécies é o fato de que em todas as regiões de FP há registro de ataques de onças aos animais e os agricultores referem-se a várias espécies delas (preta, pintada, parda, suçuarana). Como os grandes felinos dependem de grandes áreas contínuas para manter uma população estável, provavelmente grande parte deles, na Bahia, subsiste em áreas nas quais fundos de pasto de várias comunidades estão contíguos. É o caso da região de Sento Sé e Sobradinho, onde se intenciona instalar o parque nacional do Boqueirão da Onça.

A propaganda de uma forma de territorialização, associando-a à sustentabilidade, não adquire, necessariamente, o sentido de mistificação e de tentativa de ludibriar a opinião pública. Projetar uma imagem de territorialização sustentável tem um duplo significado:

1. divulga informações sobre os resultados de determinada territorialização para a sociedade como um todo, criando inclusive as condições “epistemológicas” para

a sua verificação; e

2. gera uma imagem de sustentabilidade que ao mesmo tempo orienta politicamente e compromete os seus responsáveis.

Assim, interessa à sociedade que os FP entrem em acordos mútuos que corroborem a idéia de que configuram uma forma sustentável de territorialização, que há 200 anos conservam a caatinga e o cerrado¹¹⁴, que mantêm a biodiversidade, que promovem extrativismo e caprinocultura sustentáveis. Interessa à sociedade que toda e qualquer territorialização produza referências próprias de sustentabilidade. Não apenas os FP. Na medida em que tais referências de sustentabilidade competirem pela atenção pública e forem reforçadas em seus aspectos mais positivos através de ações públicas, a sustentabilidade da sociedade pode aumentar.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 5

FP é uma realidade socioambiental partilhada por um coletivo de mais de 120.000 pessoas. O que significa a sua sustentabilidade? Esta pergunta é tão intrincada quanto a que foi respondida sobre a insustentabilidade das territorializações dos FP. É possível falar da insustentabilidade sem construir com clareza os conteúdos de uma possível sustentabilidade. Insustentabilidade não é o simples oposto da sustentabilidade, ela pode ser simplesmente o fim da realidade tal qual ela é conhecida.

Sustentabilidade não é, por sua vez, a manutenção do estabelecido. Em parte, é possível construir a compreensão da sustentabilidade a partir de processos que se oponham a ela. Assim, a compreensão dos fatores da insustentabilidade como insustentabilidade comunitária, pressão fundiária, pressão modernizadora e reações simplistas, pode ajudar a dizer que a sustentabilidade depende de se enfrentar essas incertezas críticas.

Tais elementos de incerteza crítica podem ser oferecidos às pessoas de FP para ajudar suas análises e escolhas. Isto é o melhor que se pode oferecer a partir do conceito de sustentabilidade. A introdução de novos conteúdos para a análise da insustentabilidade acarretaria riscos de impor, sem expor, parâmetros retirados de um quadro arbitrário de orientações. Trata-se do risco ideológico de tentar parecer universal aquilo que na verdade é uma concepção particular de sustentabilidade. Sustentabilidade pode se configurar como um

¹¹⁴ A carta do III Seminário Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto (anexo 5.4), sintetizada pelas assessorias a partir das produções em subgrupos de agricultores, aponta diversos elementos nesta direção.

quadro de deseabilidade a ser impingido, ampliando a heteronomia desta territorialização.

A análise (realizada nesta tese) contribuiu para mapear as arenas e os conteúdos que permitiriam o enfrentamento das incertezas críticas, inclusive com o reconhecimento das potencialidades guardadas nessas incertezas, os fatores de risco e os fatores de inércia. Não se avaliou aqui se estas arenas estão organizadas ou legitimadas para se tornarem os *lóci* do discurso e da ação política em favor dos FP. Assim como qualquer agente externo, os membros internos a um coletivo, localizados em instâncias pouco legítimas e representativas, poderiam se apropriar da bandeira da sustentabilidade para transformar em bem comum, aquilo que é de interesse particular.

De qualquer sorte, é possível ampliar o quadro compreensivo da sustentabilidade a partir da noção de manutenção das condições de reprodução social. Essas condições são tanto ambientais (conservação da caatinga, da sua biodiversidade e da sua capacidade de suporte), quanto econômicas (obtenção de renda adequada às expectativas sociais), sociais (existência de relações que permitam a gestão dos recursos comuns), político-institucionais (capacidade de legitimar e exercer poder para manter as largas ocupações dos FP dentro do rural baiano) e culturais (identidade e sentido para manter o padrão dos FP em cada comunidade).

Reprodução social não significa simplesmente manutenção dos mesmos padrões sociais e culturais. Estes padrões são aspectos dinâmicos da realidade que sempre precisam de condições mínimas de existência, mesmo que seja para se modificarem. A simples reprodução social de cada uma das famílias, com viabilidade técnica, ambiental e econômica de seu metabolismo, não pode ser entendida como condição de sustentabilidade.

Há uma territorialização dos FP. Ela é distinta da territorialização da agricultura familiar pensada como viabilização e sobrevivência econômica das famílias. Reprodução social dos FP significa alguma interdependência entre suas famílias e entre elas e o pastoreio comunal. Os FP estão referidos a um coletivo humano, um sujeito social. Sua sustentabilidade também se refere à sustentabilidade do coletivo, e não apenas das condições de existência de suas partes. Definir a sustentabilidade dos FP desta forma não implica um juízo de valor do tipo “o certo seria que os FP mantivessem a caatinga e o seu caráter comunitário”, mas significa que, sem estes aspectos, as famílias atomizadas se tornam livres para viver e atuar sob outros arranjos (do sisal, da soja, dos biocombustíveis). Estes outros arranjos não são melhores, nem piores, simplesmente não são mais FP.

A análise atual dos FP sugere a sua insustentabilidade generalizada no curto prazo para

muitas comunidades e no longo prazo para outras. Os FP desarticulados, que sofrerem grilagem nos próximos 10 anos, estão fadados ao desaparecimento, como tantos que desapareceram nas décadas de 1970 e 1980. O apoio dos governos estadual e federal aos grandes empreendimentos (agrocombustíveis, celulose, barragens) pode ser o catalisador deste processo, principalmente se combinado com recuos no apoio aos FP. Para o enfraquecimento dos FP no médio prazo (20-30 anos) concorrem processos como a redução de terras coletivas por grilagem e cercamento, a redução da produtividade dos pastos naturais por sobrepastoreio, o aumento das expectativas sociais relacionadas à renda e a própria inadequação do sistema de produção, na medida em que ele se moderniza (melhoria genética, estruturação para produção semi-intensiva).

As diversas reações dos FP como o enfrentamento regional da grilagem, a verticalização da produção de carne e umbu e a produção de feno e silagem, contribuem para a maior sobrevivência de muitas comunidades. Entretanto, elas não configuram uma estratégia de sustentabilidade, podendo, inclusive, reforçar incertezas críticas como a pressão modernizadora e reações simplistas, apresentadas acima.

A formulação de uma estratégia para a sustentabilidade dos FP requer um coletivo orgânico e reflexivo, capaz de pensar e elaborar respostas coletivas às diversas ameaças. Tal coletivo refere-se tanto ao movimento dos FP quanto às organizações que, historicamente, os apóiam. Seu futuro depende da construção e da sustentabilidade de um coletivo que pense sobre essa sustentabilidade.

A análise da sustentabilidade requer método. A tendência à formulação de *checklists* multiparâmetros ou à análise com foco em um item biofísico (solo, pasto, água) ou econômico (renda, capital) não responde ao desafio. A complexidade de uma análise da sustentabilidade sugere também que estudos sobre a gestão do recurso comum não a substituem. O compromisso da análise com a amplitude do conceito de sustentabilidade, tendo como referência as dimensões apontadas por Sachs e Guimarães, requer redução sociológica (RAMOS, 1965). Esta redução sociológica permite que, no calor da realidade e da conjuntura, se adeqüe a análise deixando de lado aspectos que não contribuem para sua compreensão. Além das dimensões de Sachs e Guimarães, e da redução sociológica como método, as conclusões formuladas sobre a sustentabilidade dos FP foram viabilizadas por uma seqüência de procedimentos que podem ajudar as pesquisas: formulação de perguntas abertas (conversação/coleta de histórias); identificação e seleção de fatores direcionadores;

compreensão da dinâmica de fatores e sua configuração como incertezas críticas; e a elaboração de cenários gerais.

Ainda mais desafiador e merecedor de atenção permanente do pesquisador é a procura por incertezas críticas e elementos necessários à sustentabilidade que minimizem a ideologização do conceito. A associação entre os conceitos sustentabilidade e território contribui com a não-ideologização na medida em que se deixa de pretender uma análise global da sociedade, em favor de uma análise específica de uma forma de realizar a sociedade. Parte-se do entendimento de que há diferentes territorializações em conflito, assume-se uma territorialização como objeto de estudo (os FP neste caso) e o examina sob a ótica das ameaças a sua territorialização. O exame das possibilidades e riscos para a continuidade da dinâmica de uma territorialização talvez seja o máximo que se pode dizer sobre sustentabilidade.

O outro lado da competição entre territorializações se refere à disputa simbólica, na qual cada territorialização propagandeia os seus benefícios para a sociedade como um todo (geradora de empregos, geradora de superávits, geradora de segurança alimentar, conservadora dos biomas). As diferentes territorializações precisam ser examinadas em relação àquilo que divulgam como suas positivities. A sociedade precisa ser informada sobre os resultados de cada territorialização e cada territorialização precisa se comprometer com a imagem que divulga de si mesma.

Neste sentido, os FP têm, cada vez mais, se declarado como forma sustentável de ocupação e uso da caatinga. Interessa à sociedade uma territorialização que se vê e se deseja sustentável? Se houver interesse público nisso, deve haver, então, políticas públicas também favoráveis a essa territorialização. Como os FP pretendem caracterizar esta sustentabilidade? Isso deve ser pensado para além da insustentabilidade tendencial na competição com outras territorializações e para além da imagem de um passado idílico e conservacionista.

A crítica à fluidez do conceito de sustentabilidade pode ser vista por um ângulo oposto, não mais negativo. Sustentabilidade seria um novo *bodecervo*. Não significar nada se torna um mérito, um desafio à imaginação e à construção coletiva de significados. O *bodecervo*, criado por Aristóteles, é o expoente de uma classe vazia que, assim, se torna um instrumento lógico poderosíssimo. Dialogando com Aristóteles, Ginzburg (2001, p. 49) diz que “o *bodecervo* significa alguma coisa, mas ainda não é verdadeiro nem falso, se não for acrescentado o ser ou o não-ser, ou então em sentido absoluto ou segundo o tempo.” É como

assistir à invenção do zero. Ao agregar “segundo o tempo” significa que algumas características da sustentabilidade serão circunstanciais. A sustentabilidade possui conteúdos prévios que precisam ser decupados em premissas e argumentos expostos à crítica. Por outro lado, pode haver núcleos rijos da sustentabilidade que componham de modo permanente o quadro de desejabilidade, como a vigência de relações democráticas ou mesmo a conservação da caatinga. Converter a sustentabilidade em um *bodecervo* moderno pode ser compreendido como esperança, ou como desejo de que este conceito possa significar algo sem impor significados *a priori*.

6. A COLONIALIDADE DAS INTERVENÇÕES: ESTUDO DAS AÇÕES E DISCURSOS APLICADOS AOS FUNDOS DE PASTO

*He's a real nowhere man,
Sitting in his nowhere land,
Making all his nowhere plans
for nobody.
Doesn't have a point of view,
Knows not where he's going to,
Isn't he a bit like you and me? [...]
He's as blind as he can be,
Just sees what he wants to see,
Nowhere man can you see me at all? [...]*
(Nowhere man – John Lennon & Paul McCartney)

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata das ideologias, mais ou menos explícitas, que têm se misturado nas visões de futuro aplicadas aos Fundos de Pasto (FP). Diferentes atores e as suas diferentes concepções políticas tentam imprimir forças diretivas sobre os FP. Essas formulações externas são díspares e possuem matrizes diversas. Se isto, por um lado, amplia a diversidade das propostas que chega às comunidades, por outro, dispersa a força para uma eventual estratégia coletiva. Esta diversidade política – e seu impacto – não é consciente para todos os atores.

A palavra política se origina do grego e designava os limites¹¹⁵. O resgate desse significado ajuda na compreensão da política como arte de definir limites, ou seja, arte de estabelecer o que é o bem comum (GONÇALVES, 2002, p. 64). A política de uma instituição delimita aquilo que esta defende como o bem. Para Arendt (2000), a pluralidade é a “condição pela qual” (*conditio per quam*) da política. Para os romanos, viver e “estar entre homens” eram sinônimos e, sendo todos igualmente humanos, somos todos diferentes, ou seja, a política visa conciliar pluralidade e igualdade. A definição do bem comum em condição de pluralidade é, portanto, o exercício da política. Esta pluralidade é incompatível com a colonialidade (SANTOS, 2005), com a situação na qual um ator social luta por impor o seu projeto político sobre os outros grupos, buscando a hegemonia de um padrão de desejabilidade particular.

Qual o lugar da política quando a pluralidade parece diminuir e o bem comum parece ter sido resumido a direitos civis e consumo? Alguns autores como Baierle (1999) discutem a vinculação do conceito de cidadania a uma lógica de pertencimento ou exclusão fundada na

¹¹⁵ Originariamente se chamava de *polis* o muro que separava a cidade do campo, com o tempo se passou a designar *polis* o que estava contido no interior do muro, em seus limites.

tradição liberal que pressupõe espaços, sujeitos e lugares previamente definidos, numa análise linear e estática, depois de caracterizar o conceito de bárbaro, desde os gregos, e as suas contemporâneas atualizações. Para Zea (1988), a verdadeira barbárie consiste na negação da diversidade humana, que coisifica homens e povoados para melhor utilizá-los.

A idéia da inclusão social propicia, muitas vezes, a busca por uma sub-incorporação alienada à modernidade pós-industrial. É sub-incorporação porque não é possível a incorporação integral de todos ao “éden” da modernidade industrial. Esta impossibilidade se dá tanto pelas características do sistema econômico, que possibilita e vive de uma constante produção de desejos, quanto pelos limites biofísicos do meio. Desta forma, haverá, além da homogeneização da sociedade, a produção inexorável de não-incorporados e sub-incorporados ao *status quo*.

Um modelo de desenvolvimento unifocado no espaço urbano e na inclusão ao universo de consumo implica na homogeneização das formas de ser e estar no mundo, na perda da diversidade cultural, na submissão de modos de vida plurais a outro, autoproclamado e reconhecido como superior.

A formulação da maior parte dos agentes externos é refém da colonialidade, entendida como situação na qual se replica a ideologia dominante sem capacidade de estimular soberania e sustentabilidade. Os FP, desde antes de sua fundação como categoria social e comunidade tradicional, já atraíam o interesse de organizações populares. Com o início dos conflitos e o desenvolvimento político dos FP, várias instituições se aproximaram deles. Os motivos destas aproximações não serão problematizados aqui, mas vão desde o apelo dos FP para captação de recursos até a sua romantização extrema, quando considerados representantes da sabedoria sertaneja.

Ao mesmo tempo em que, neste capítulo, desenvolve-se uma dura crítica às formulações elaboradas para os FP, buscou-se manter um compromisso de não disparar sobre os utopistas, como sugeriu Boaventura. O objetivo do texto é produzir uma análise que subsidie a reflexão.

6.1. COLONIALIDADE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

A civilização brasileira, como a personagem de Machado de Assis, chama-se Veleidade, sombra coada entre sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora. É uma "monstruosidade social", engendrada por instituições anacrônicas - comandadas pelo estamento burocrático - as quais haurem

sua longevidade do veneno, que as alimenta e corrompe o vinho novo, incapaz assim de fermentar. (FAORO, 1997, p. 271).

Ideologia, mistificação e alienação são faces do mesmo processo que naturaliza a realidade e oculta os aspectos das relações socioeconômicas e políticas que, quando expostos, seriam contestados (MARX & ENGELS, 1998a). A compreensão do caráter ideológico que subjaz as relações funciona como contra-feitiço para a desigualdade na apropriação das riquezas geradas. Esta desigualdade não é natural, mas historicamente constituída e passível de contestação, desde que interpretada. Ao contestar a separação entre materialismo e história em Feuerbach, Marx e Engels fundam a idéia da práxis como interpretação que desmistifica e desconstrói a ideologia do capitalismo. Nesta concepção está embutido o conceito de classe e o binarismo dominado-dominante. É a burguesia quem compele o povo ao seu modo de produção, à sua concepção de civilização e, assim, cria um mundo à sua imagem (MARX & ENGELS, 1998b). Talvez não esperasse Marx que a sua própria produção, com apoio do binarismo burguês-operário, se tornasse uma das grandes ideologias do século XX (CASTORIADIS, 1982).

A colonialidade, como conceito, transcende esta acepção materialista da ideologia. Traz à baila “novos” aspectos culturais e subjetivos. Trata-se de um conceito fundamental para corrigir o equívoco epistemológico básico de assumir o simbólico como um processo em si mesmo, limitado ao ideológico. Os dualistas-funcionalistas, desta forma, só percebem o mundo em uma lógica binária, como dominados-dominantes (SAHLINS, 1979). A civilização industrial (e não apenas uma classe) cria seu próprio contexto mundial, uma cidade universal que determina as condições de existência, independente de qualquer cultura local (BARTHOLO, 1984). Nem a classe, nem a civilização, mas o próprio homem ocidental é quem busca ordenar o mundo à sua imagem e semelhança, por meio da expansão racionalizadora, civilizadora e colonizadora (LARROSA & SKLIAR, 2001). Para Castoriadis (1982), este mal se iniciou quando Heráclito teria dito “não escutem a mim, mas ao *logos*”¹¹⁶, quando de fato sempre se escuta alguém e os seus argumentos, nunca o *logos*. Ao referir-se ao próprio discurso como o *logos*, o sujeito pretende-se a própria verdade. Assim, é possível localizar a vontade de dominação, legitimada por uma razão, na constituição do pensamento ocidental e nas suas raízes gregas. Ao fazer desaparecer o mito, o homem ocidental fez desaparecer o que o separava da onipotência e se tornou, assim, o próprio mito, com legítimo

¹¹⁶ *Logos*, em grego, significa palavra. A partir de Heráclito a palavra *logos* passou a ser, para a filosofia, sinônimo de razão.

poder para responder a necessidades ilimitadas (WOLIN, 1985). A afirmação de Wolin, distintamente das demais, cruza uma linha importante. Em sua concepção está implícita a idéia de que a necessidade do mito seria ontológica. Em Wolin, sem o mito, o humano não se manteria humano. Os pensadores discutidos neste capítulo recuperam a dimensão humana através do encontro ou da racionalidade, não do mito.

A sociedade contemporânea constrói, nas mais diversas dimensões, uma organização, economia, subjetividade e educação hegemoneizantes. Estas dimensões se afirmam por meio de uma racionalidade técnico-instrumental-econômica que produz conhecimento científico e sistemas de significações calcados no modo capitalista. Este modo hegemônico de produção de conhecimento e signos termina por induzir uma associação entre *o observado* com o que se entende por *real* e deste *real* com o que se entende como *verdade*. É a monocultura da racionalidade da ciência, acusada por Santos (1999, 2007). O imaginário social de nossa época reveste-se, assim, de uma aparente neutralidade da técnica e da ciência, criando condições para uma adesão sem crítica à imagem oferecida pelo sistema, processo que o mantém por aquilo que ele é (CASTORIADIS & COHN-BENDIT, 1981).

Estas construções objetivas e simbólicas terminam por criar a sensação de “fim da história”, de que se vive no “reino da ortodoxia utópica” (TASSARA, 1998, p. 16) cujas esperanças escatológicas (WOLIN, 1985) persuadem as leituras do momento contemporâneo como sendo não-transformável. Os membros da sociedade contemporânea se tornam como que seqüestrados por uma antevisão moderna do futuro, mas sofrem com a síndrome de Estocolmo¹¹⁷. Desta forma, dominantes e dominados partilham das mesmas representações e reforçam o domínio enquanto consenso sobre a subordinação.

Com o fim do colonialismo político houve uma manutenção do colonialismo como relação social. É o que se denomina colonialidade, sustentada em dois pilares, a colonialidade do poder e a do saber (SANTOS, 2005). A colonialidade é um sistema simbólico, tal qual apresentado por Bourdieu (2006), um poder invisível exercido com a cumplicidade de todos. Para Mignolo (2005), a modernidade-colonialidade e, não a simples modernidade, define melhor a América Latina pós-colonial. A colonialidade é o outro lado da modernidade. A importância desta percepção está em superar a limitação da metáfora do sistema-mundo-moderno e compreendê-lo como sistema-mundo-moderno/colonial. A metáfora sistema-mundo contribui com a compreensão das relações que subordinam, materialmente, os

¹¹⁷ A síndrome de Estocolmo é definida como a busca do seqüestrado por identificação com o raptor, gerando dependência e vínculo afetivo em relação ao mesmo.

espaços, mas não evidencia seu aspecto de colonialidade, enquanto sistema simbólico. As artimanhas do sistema-mundo frente à América Latina foram há muito reveladas, com destaque para a acusação sobre o mito do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1974) e a teoria da dependência (CARDOSO & FALLETO, 1973), mas para esses autores não se revelou o aspecto da colonialidade.

Só a percepção da colonialidade, implícita na modernidade, permite a percepção dos aspectos conflitivos do imaginário e sua oposição à diversidade social. O imaginário na América Latina, desde o período colonial, é cindido em uma dupla consciência conflitiva, que pode rejeitar a Europa, mas mantém a europeidade como referência (MIGNOLO, 2005). Para Silva (2005), o fracasso do projeto libertário bolivariano se deveu aos embates de interesses regionalistas. Essa compreensão está em acordo com a percepção da ramificação dos conflitos do sistema-mundo, mas assim como nos autores do projeto assuntivo, escamoteia ou não percebe a colonialidade de sua modernidade latino-americana.

Jefferson negava a Europa, não a Europeidade. [...] Por outro lado, a veemência com que se colocava em Jefferson e em Bolívar a separação com a Europa era, ao mesmo tempo, motivada por se saberem e se sentirem, em última instância, europeus nas margens, europeus que não o eram, mas que no fundo queriam sê-lo. Esta dupla consciência nativa branca, de intensidades distintas nos períodos colonial e nacional, foi a característica da intelectualidade independentista e seu legado à consciência nacional durante o século XIX. Repito que a característica dessa dupla consciência não era racial, mas geopolítica, e se definia na relação com a Europa. (MIGNOLO, 2005, p. 84).

O imaginário geopolítico criado por qualquer pessoa está limitado pela sua socialização na europeidade, caso de Jefferson, Bolívar, Celso Furtado e Darcy Ribeiro. A condição de se socializar num mundo moderno-colonial implica numa identidade comprometida com a colonialidade. O imaginário aporta soluções comprometidas com o pensamento/mundo burguês, com referências éticas, estéticas e políticas produzidas a partir de um centro produtor de conhecimento, o norte geopolítico. Há, assim, uma construção geopolítica da pobreza, na qual o sujeito fora do centro produtor de referências encontra-se sempre em condição de carência. Na colonialidade vive-se a cultura da escassez, a incompletude que se funda no real (menor domínio de recursos) e no imaginário (nunca se alcança a referência simbólica)¹¹⁸. Sem a ruptura desse consenso ideológico dos dominados, a morte do humano se torna uma profecia auto-realizada (TASSARA & DAMERGIAN, 1996).

Qualquer narrativa dos tempos atuais que ignore o impacto das relações coloniais sobre

¹¹⁸ A elaboração deste parágrafo ocorreu imediatamente após uma conversa com a Dra. Eda Tassara, por ocasião de um seminário promovido por ela em Salvador. Ao apresentar o contexto desta tese, a professora assinalou a importância do conceito de colonialidade.

as ditas modernas relações de poder é incompleta e, pior, ideológica. A subjetivação que permite a manutenção das relações tuteladas consiste em tratar o colonizado como o “outro da razão”, operação esta que “justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 174). Para Bosí (1973), o advento da cultura de massa potencializou a colonização da alma humana, cujos domínios são a inteligência, a vontade, o sentimento e a imaginação.

Discutindo as teses de Toynbee, Faoro (1997) assinala que, no Brasil, as elites constituíram um estamento burocrático (como os guardas e arqueiros citados por La Boétie, 1987) que impediu a própria produção de uma cultura genuinamente brasileira. Para ele, a despeito da riqueza miscigenada, não há condições mínimas para a maturação do novo, em virtude do enimesmamento das elites. Estas elites se fecham sobre si mesmas e se tornam meras intermediadoras do pensamento universal num círculo nacional. Sem qualquer possibilidade de criatividade, ficam a glorificar estátuas mortas. A utopia de um projeto próprio, de uma modernidade brasileira, senesce pela perenização das relações tradicionais. O projeto nacional senesce não pela manipulação, mas pela sua institucionalização política, pela sua capacidade de deformar a cultura e condená-la a ser mera mimetização daquela tida como superior.

Toynbee *apud* Bartholo (1984), propõe o conceito de "herodianização" das elites, segundo o qual as civilizações urbanas, especialmente as elites do terceiro mundo, se sentem como Herodes na Palestina, culturalmente romanos, mas exilados de sua origem. As elites herodianizadas se sentem alienadas de sua matriz sociocultural, a modernidade urbano-industrial. Ao verem a horda palestina a perambular, a se comportar barbaramente, segundo os critérios de sua romanidade, estas elites se sentem, tal qual Herodes, miseravelmente exiladas. Para Bartholo (1984), esta cultura industrial herodianizada nutre-se do povo numa relação parasitária. O povo, por sua vez, é conduzido à dúvida, angústia, depressão e insegurança.

Isto é muito típico, não só do Brasil, mas de toda América Latina. Para Duschatzky & Skliar (2001), a América Latina conhece destes binarismos, os conquistadores como redentores, portadores da modernização, do outro lado a brutalidade dos índios. Como diz Ribeiro (1995, p. 211)¹¹⁹, “ao traço refinado, à inteligência - enquanto reflexo da instrução – aos costumes patricios e cosmopolitas dos dominadores, corresponde o traço rude, o saber

¹¹⁹ Mesmo nesta crítica mordaz de Darci Ribeiro percebe-se uma certa hierarquia das culturas distintas: uma cultura superior atribuída aos dominantes e outra inferior aos dominados.

vulgar, a ignorância e os hábitos arcaicos dos dominados.”

Mesmo sendo Ribeiro (1995) um autor-referência para a corrente dos projetos assuntivos (SILVA, 2005), que teriam a realidade concreta como fundamento, percebe-se, em vários aspectos de sua obra, a tendência à homogeneização da humanidade. Os ciclos de desenvolvimento civilizatórios teriam que ganhar tão somente “cores locais”. Os ciclos nacionais culminariam, todos, numa fantástica tecnotopia marxista produzida pelo homem da revolução termonuclear (RIBEIRO, 2000). O mesmo acontece com a concepção etapista de desenvolvimento de Ramos (1965), outro autor do projeto assuntivo. São marcas de elaborações dentro da colonialidade do saber. Problema decorrente da mesma herodianização, a colonialidade na produção acadêmica (MARTINS, 1993; GOHN, 2002), mesmo no campo dos movimentos sociais, convida à reflexão sobre a colonização impetrada pelos “bem-nascidos” na europeidade, ainda que politicamente de esquerda.

Das elites herodianizadas emergem sujeitos bem intencionados, politicamente igualitários e militantes da cidadania das 8h às 18h, são profissionais da revolução que fortalecem a dominação simbólica (BOURDIEU, 1996). São pessoas que se revestem de multiculturalismo, ao mesmo tempo tolerante e assimilador, que ao devorar aquele que lhe é inferior por origem, se torna ainda mais superior. É a auto-presumida superioridade ética da posição de esquerda.

Pode-se dizer que o discurso de esquerda e as práticas transformadoras que emergem de pequenos Herodes (ou Bolívares, ou Jeffersons) estão em busca do capital simbólico da santidade ou de celebridade (BOURDIEU, 1996). Estas práticas estão de tal forma contaminadas com o preconceito que não promovem nada além do aprofundamento das contradições do projeto da modernidade industrial, ou mais diretamente: as elites herodianizadas nunca serão vetores de uma modernidade brasileira ou de uma modernidade enraizada (BARTHOLO, 2006)¹²⁰. Os projetos das elites herodianizadas são projetos de mimetização, exclusão, subordinação, dependência... ou ainda anti-democráticos, anti-ecológicos e anti-éticos porque propagam colonialidade.

Castro-Gómez (2005, p. 172), a partir de seu estudo de Gonzáles Stephan, destaca as constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas como práticas disciplinares que forjaram o cidadão latino-americano. Estas práticas, entendidas como verdadeiras “tecnologias de subjetivação”, se legitimam através da escrita e ordenam o mundo em termos

¹²⁰ Anotações de aula de disciplina do CDS, ministrada por Bartholo em 2006.

de incluídos e excluídos. A escrita viabiliza a elaboração de leis, planos modernizantes e, assim, o próprio “sonho modernizador das elites criollas”.

A colonialidade, antes que fosse desconstruída, foi aprofundada com a modernidade urbano-industrial. Se antes as elites assumiam as diferenças como parte do lugar latino-americano na economia mundial (era mais rural, mais negra), agora elas precisavam se incluir num mundo acelerado. A imagem buscada no espelho exigia mais que a brancura da Casa Grande, precisava da racionalidade instrumental nos processos produtivos. Antes, se copiava a Europa nos espaços sociais da Casa Grande, agora a mimetização se tornou um desafio para o povo, cujo iletramento não é mais tolerável. Como assinalou Buarque (2006)¹²¹, a Casa Grande parecia mais próxima da Senzala que os condomínios das favelas, a oligarquia era paternalista e, assim, ainda enxergava o pobre. A oligarquia de hoje só quer afastá-lo de si.

As mudanças que se iniciaram no século XIX, no Brasil e na Europa, que constituíram as urbano-industrializações centrais ou dependentes, conduziram reações das elites herodianizadas. As elites precisavam redesenhar sua pequena Roma. Essas reações merecem nota pela violência e pelo defraudar desbragado da bandeira da europeização. Foi o caso emblemático do projeto de modernização da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro do prefeito Pereira Passos - a criação da Europa possível¹²². É a vergonha das favelas e “villas miséria” que sentem as elites de Rio de Janeiro e Buenos Aires, e do tanto que estas atrapalham a “mastigação da prosperidade” (GALEANO, 1994, p. 268).

O caso da reforma urbana de Pereira Passos caracteriza a herodianização enquanto glorificação de estátuas mortas (FAORO, 1997), enquanto negação do Brasil, enquanto violência objetiva e simbólica cometida contra os pobres, enquanto abraçamento da servidão ao referencial exógeno, enquanto impedimento fundante à modernidade brasileira enraizada e enquanto rejeição envergonhada ao Brasil latente das ruas.

É o mesmo processo ocorrido na cidade velha de Salvador, na região do Pelourinho, orgulho para as elites soteropolitanas, assentado sobre os escombros mais ou menos silenciosos dos que foram removidos. Há os mesmos aspectos autoritários e idealistas da reforma de Pereira Passos no projeto de Brasília - ambos ignoram o povo (LESSA, 2004).

Muitos outros exemplos da materialização do fenômeno de herodianização da elite poderiam ser desenvolvidos como no fenômeno literário do romantismo e na imigração como

¹²¹ Declaração de Buarque na banca de tese de Suely Chacon, na UNB-CDS em 29 de junho de 2005.

¹²² Objetivo enunciado no Plano de Pereira Passos. In: <http://www.bperj.rj.gov.br/historiadacidade_novo.htm>. Acesso em: 11 jun. 2006.

projeto de embranquecimento, que via na nossa mestiçagem um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento. Ainda no meio do século XX, o governo brasileiro falava abertamente das vantagens de uma imigração que tornasse o Brasil mais europeu¹²³.

Todas estas violências cometidas, objetiva ou subjetivamente, pelas elites herodianizadas terminam por ser uma violência contra todos e contra si, é um abraçar a escravatura (LA BOÉTIE, 1987). Vive-se um eterno porvir. O país não se realiza, torna-se tão somente um estado de espera pela mudança, que chega a partir das novas referências da matriz.

6.2. ENCONTRO COLONIZADOR

E ele cumpria sua sina, de reduzir tudo a conteúdo. [...] E ele dava ordens. Ordem que dava, havia de ser costumeira e surda, muito diferente da de jagunço. Cada pessoa, cada bicho, cada coisa obedecia. (ROSA, 2006, p. 416).

A herodianização e os projetos condicionados pela colonialidade não são exclusividade da relação elite-povo. A colonialidade aparece nas relações internas às classes populares como projeto de (auto) inclusão em Roma. O jovem que estuda e retorna à comunidade é agente do letramento, pelo qual o sujeito se inscreve no mundo social a partir da cultura erudita. As pessoas não se incorporam totalmente à cultura erudita, reúnem alguns elementos, há um subletramento e, portanto, uma condição pessoal de colonialidade. Se na oralidade o sujeito dominava o seu mundo, no subletramento carrega caixas-pretas que não domina. O sujeito é dependente de adquirir conhecimento dos sistemas periciais (sistema perito)¹²⁴; os especialistas de solo, por exemplo, necessitam conhecer engenharia de produção, veterinária, zootecnia, sociologia para poder produzir e se organizar (GIDDENS, 1991). Esta condição dependente facilita seu papel como reprodutor da colonialidade e da cultura da escassez.

Como assinala Zaoual (2003), a modernidade planejada para libertar, paradoxalmente, hoje, nos aprisiona. Os desenraizados se formam, enquanto sujeitos, dentro daquilo que a modernidade está oferecendo a eles. Tendo saído há anos para a metrópole ou há meses para estudar na cidade vizinha, alguns desenraizados se tornam os “outros” das comunidades. Ao voltar se tornam novos estranhos. O livro “A Chegada do Estranho” de Martins (1993) remete à reflexão sobre o contato entre os camponeses e os outros, os artífices da modernidade

¹²³ "Atender-se-á na admissão dos imigrantes a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência européia." Decreto do Governo Getúlio Vargas, de 18 de setembro de 1943.

¹²⁴ Categoria de Giddens (1991): *expert system*, traduzido como sistema expert ou sistema perito.

industrial. Esta é apenas uma das formas de encontro entre estranhos. Nossa época é marcada pelos múltiplos e intensos contatos entre sociedades, seja pelas migrações, pelos produtos, pela mídia ou outras formas de encontro.

“Para que uma troca simbólica funcione, é preciso que ambas as partes tenham categorias de percepção e de avaliação idênticas” (BOURDIEU, 1996, p. 168). Assim, fazer com que o outro aceite suas categorias como universais é condição *sine qua non* da reprodução da colonialidade e da sobrevivência do lugar que o indivíduo subletrado criou para si. Weil (2001) fala do papel desenraizador da educação moderna pelo seu descomprometimento e desvinculação com a vida real. A educação moderna chega orientada por uma técnica e saber supostamente universais, um pragmatismo e uma fragmentação do saber apoiados pela auto-justificada necessidade da especialização.

É claro que nenhum destes sujeitos se vê assim. A hipocrisia sobre o que está sendo trocado pode não ser tão óbvia, apesar de que Bourdieu (1996) a trata como um “segredo de polichinelo”, que se desmontaria se fosse enunciado. Assim, a troca simbólica só depende do silêncio compartilhado a respeito da sua verdade¹²⁵.

Tais encontros não se restringem àqueles entre o camponês e os educadores e agrônomos. Às vezes, estão incrustados nos sindicatos, partidos políticos e entidades de apoio aos camponeses e indígenas; como diz Martins (1993, p. 53), “são eles que pré-politizam os movimentos do campo quando, por exemplo, abrem um abismo entre quem pensa e quem faz, entre ação local e imediata e ação política monopolizada pelos dirigentes.”

Novos ou velhos estranhos surgem no meio do povo como educadores populares, educadores ambientais, professores, extensionistas, agentes de saúde, agentes pastorais, agentes de desenvolvimento, técnicos de matizes diversos. São semi-incluídos na modernidade (ou melhor, são incluídos na modernidade-colonial) que os desenraizou e pouco deu em troca além de permitir-lhes compor o ciclo da colonialidade. Sem raízes, esses sujeitos pouco mais podem que propalar um progresso auto-justificado, preme de valores universais, de um futuro cujos mistérios se desvelam por si e não conosco. Este sujeito se torna um ideólogo¹²⁶ do utopismo automático da modernidade (SANTOS, 2002).

Os agentes da modernização fazem funcionar o sistema dentro da mesma lógica que Castoriadis & Cohn-Bendit (1981) e La Boétie (1987) apresentam. Tecem uma teia de adesão

¹²⁵ “O silêncio a respeito da verdade da troca é um silêncio compartilhado.” (BOURDIEU, 1996, p. 163).

¹²⁶ “Ideólogo é aquele que toma por universal, por desinteressado, o que está de acordo com seu interesse particular.” (BOURDIEU, 1996 p. 154).

àquilo que o sistema é, na qual, quem melhor adere, ganha mais dos seus prêmios. É como um grande sistema behaviorista (prêmios e punições) que faz de todos parte da mecânica da tirania. La Boétie trata mais diretamente da tirania que usurpa deslavadamente, que violenta e dos que a fazem funcionar como prepostos do tirano. Os interesses nesta rede de tirania são óbvios, porque são materiais, entretanto, trata-se aqui de encontros regidos pela economia de trocas simbólicas (BOURDIEU, 2004). O sujeito desenraizado busca promover a adesão aos conteúdos que detém. Ao fazê-lo, cria novas ramificações dentro da teia behaviorista que o premiará. É como nos sistemas de pirâmides, que dependem da perpetuação de um engodo até que não haja mais ninguém para se inserir, pois todos já se envolveram. A metáfora do golpe da pirâmide tem um limite, que é seu desmascaramento. No caso da pirâmide do desenraizamento, os golpeados não têm opção a não ser persistir indefinidamente no jogo. Como na servidão voluntária, descrita por La Boétie, o indivíduo submete-se livremente a um poder que o separa da sua capacidade de agir e pensar por si mesmo. Submete-se por medo dos castigos e esperança das recompensas, desejando, assim, sua própria servidão (FUGANTI, 2001).

Em alguns campos como o artístico e o científico é melhor parecer desinteressado que interesseiro, parecer mais generoso que egoísta (BOURDIEU, 1996). Isto fortalece as estratégias de universalização daquilo que promove o próprio reconhecimento. Certamente, podem ser incluídos dentre estes campos os espaços da ação social, política e educacional.

Para Simone Weil (*apud* SAFRA, 2002), o desenraizamento é a mais perigosa doença das sociedades humanas, pois multiplica a si própria. Os desenraizados, segundo ela, só têm dois comportamentos possíveis: ou caem numa inércia de alma equivalente à morte ou se lançam em uma atividade que perpetua o desenraizamento. O desenraizado está deslocado do tempo e da história, sem contato com a memória de seu povo (SAFRA, 2002). Weil (2001) supera os antagonismos ideológicos de seu tempo ao referir-se tanto à modernidade industrial capitalista como ao socialismo real como desenraizadores do homem, da criação, da tradição e da história. O desenraizamento engendra as condições da mais plena escravidão (BARTHOLO, 2002, p. 78).

As comunidades camponesas foram centrais nos processos modernos de transformação social. Elas são o cerne dos projetos de reforma agrária, dos projetos socialistas e dos projetos de industrialização que requeiram seus braços. Em alguns momentos, os camponeses foram forças conservadoras que apoiaram oligarquias agrárias contra o avanço da modernização

(POLANYI, 2000), em outros foram tratados como obstáculo ao projeto socialista que pedia uma maturação da classe trabalhadora enquanto classe operária. No romantismo, por vezes, foram vistos como último *front* da pureza humana. Lenin e Che acreditavam que o campesinato desempenharia um papel central na revolução socialista (GUEVARA, 1972; LENIN, 1983). Projetos burgueses de reforma agrária, projetos socialistas, projetos de modernização nacional, projetos acadêmicos de diversas naturezas, projetos de vida de líderes têm nas comunidades camponesas seu objeto de interesse e de intervenção.

Não há uma equivalência automática entre transformação social e emancipação, entre mudança e liberdade. É o quadro de relações sociais subordinadas que Navarro (2002) apresenta sobre o MST, um projeto que requer padronização de comportamentos e controle sobre seus participantes. Provavelmente, tal projeto guarda pouco espaço para uma produção autônoma e original. Ele se alimenta de seus estigmas, que infantilizam os oprimidos e legitimam a tutela de seus pretensos libertadores.

Os olhares sobre estes grupos sociais são diversos, ainda que sejam muito menos diversos que os próprios grupos sociais. É possível, utilizando a figura heurística do “tipo ideal” sugerida por Weber (1999), dividi-los em dois pólos, ambos estigmatizantes, expressos no quadro 6.1, abaixo:

Perspectiva romântica anti-industrialista	Perspectiva modernizante industrialista
Bom e puro	Mesquinho
Enraizado	Incapaz de se adaptar a outros contextos
Conservador da cultura	Conservador político
Explorado, injustiçado	Pré-capitalista, servil
Desenvolve e usa tecnologias apropriadas	Destecnificado ou atrasado
Integrado à natureza	Improdutivo
Sábio	Ignorante
Resistente (heróico)	Resistente (atravancador)
A ser preservado, mantido	A ser transcendido, superado

Quadro 6.1: Camponês na abordagem romântico-anti-industrialista x moderno-industrialista

Estes enquadramentos não definem uma única comunidade ou um único sujeito. São estigmas que, ao essencializar, instrumentalizam a ação sobre ambos, sujeito e comunidade.

Para sua improdutividade aplico fertilizante, para sua ignorância insiro educação, para a injustiça sofrida recomendo capital social e para seu desejo de migração um projeto para “fixar o homem do campo”.

Em uma discussão para avaliar possibilidades de parcerias num projeto em comunidades camponesas de FP do sertão baiano, discutia-se a metodologia de diagnóstico participativo quando um professor, cansado da insistência disse: “vamos fazer este diagnóstico, mas é fazer por fazer porque eu já sei o que eles precisam, conheço muita realidade igualzinha esta aqui.” Ou seja, ele não precisa nem olhar. O “outro” é automaticamente qualificado e adjetivado segundo as concepções do técnico. Zaoual (2003) assinala que diagnósticos precipitados são procedimentos típicos dos peritos em desenvolvimento.

A perspectiva de futuro que anima a intervenção modernizante é a do “localismo globalizado”, definida por Santos (2005) como a situação em que um fenômeno local é globalizado com sucesso. Os projetos sociais aspiram, em geral, a inclusão dos atendidos em um quadro pré-concebido de desejabilidade (TASSARA, 2002).

6.3. ENCONTRO E RACIONALIDADE

As saídas para a prisão da racionalidade instrumental e seu poder desumanizante vêm sendo desenvolvidas em duas diferentes vertentes: o encontro humanizador e a racionalidade (como resgate da modernidade enquanto pensamento filosófico). O desafio para a primeira vertente consiste no enfrentamento da desumanização ocorrida na reificação das relações capitalistas através do encontro humanizador. Este encontro funda-se no encontro inteiro, na aceitação do outro. Ele promove o desenvolvimento da alteridade através do encontro humano. A alteridade está intimamente relacionada ao desocultamento da diversidade humana, na medida em que o outro é aceito plenamente em suas diferenças. Assim, o encontro humanizador seria um fim em si mesmo e, ao revelar a diversidade humana, quebra a hegemonia da modernidade-colonialidade.

Na outra vertente, a diversidade de caminhos fora da colonialidade surgiria pela quebra do monopólio de interpretação detido pela racionalidade instrumental. A racionalidade instrumental que orienta a sociedade e as próprias relações humanas só pode ser rompida através da (re)interpretação do mundo. A saída da condição de colonialidade, implícita neste monopólio de interpretação, se daria pelo discurso argumentativo em comunidades

interpretativas. Cada indivíduo e cada coletivo precisam retomar seu lugar como produtor de significados, emancipar-se da imagem da modernidade.

Em que medida estes conceitos contribuem para estudar as intervenções nos FP? Estes conceitos podem dialogar entre si ou eles se opõem?

6.3.1. Intervenção como apoio à interpretação racional

Para Berman (2007), as interpretações de Foucault parecem convidar para um calabouço escuro, imune à esperança e à imaginação. Crer que é da natureza do sujeito alienar-se nos símbolos que emprega significa abolir toda possibilidade de discurso, toda verdade e todo diálogo. Condena toda troca à fatalidade automática de cadeias simbólicas (CASTORIADIS, 1982, p. 169). Todos estariam presos à repetição e ao reengendramento das próprias grades. Neste item, o objetivo é mapear as nesgas de luz para fora da colonialidade nas intervenções. Confundir modernidade com a civilização urbano-industrial pode ser uma das armadilhas que retira da razão sua força libertária. Corre-se o risco de interpretar uma crise da contemporaneidade como crise da razão.

A saída pode encontrar-se na própria razão, na medida em que se percebe que a modernidade é homóloga ao próprio pensamento filosófico (VAZ, 1991). É alimentar a esperança de que nosso destino não é a servidão (CASTORIADIS, 1982). A esperança de que deve haver uma práxis histórica que transforma o mundo ao mesmo tempo em que se transforma. Uma concepção de ação na qual o ator se deixa educar enquanto educa. Uma ação no mundo que permanece lúcida sobre si mesma, não se alienando em uma nova ideologia. Para Boaventura, só a própria modernidade - enquanto racionalidade - permitirá a transcendência da modernidade – enquanto “fim da história” (SANTOS, 2002).

Não se discutirá as múltiplas vertentes da educação ou da intervenção social, mas referir-se-á ao processo de desocultamento dos instrumentos ideológicos, que criam pessoas e mundo como disponibilidade para o progresso (BARTHOLO, 1986). Já faz parte do conhecimento geral a crítica feita por Freire (1974) à educação bancária, ação antidialógica que meramente disponibiliza conteúdos previamente selecionados, tratando o educando como tábua rasa. A educação bancária está em sintonia com o projeto civilizador que visa europeizar os bárbaros. As formas de organização, produção, higiene, comportamento e a visão de mundo estão prescritas. Elas deverão ser aplicadas e verificadas para o desenvolvimento do educando. Diretamente dirigido à prática educativa no meio rural (a

extensão rural), o texto “Extensão ou Comunicação?” desafia agrônomos a abandonarem as receitas e o esforço de adestramento dos camponeses (FREIRE, 1980). Esta crítica de Freire é homóloga à acusação da educação em geral como aparelho ideológico, desenvolvida por Althusser (1998) e Bourdieu & Passeron (1975). Esta abordagem, de matriz marxista, é fundamental para promover uma leitura do real segundo uma hermenêutica da suspeição, reinterpretar o que parecia tácito e definitivo. Entretanto, esta abordagem marxista pode ser perigosa na medida em que lê os sinais do futuro segundo uma hermenêutica da adesão; (re) interpretar para adquirir mais do futuro da modernidade (SANTOS, 1999). O futuro segue já anunciado e o papel da intervenção social ou educacional segue definido.

“Como recuperar a autonomia do próprio desejo, o poder da participação no processo de construção do futuro, a história, o humanismo, rompendo o consenso ideológico dos dominados?” (TASSARA, 1998, p. 19).

A heteronomia, a inclusão passiva em uma ordem preexistente, é superável pela reflexão crítica e pela constituição de espaços públicos de atuação e realização humana (CASTORIADIS, 1982). Bourdieu (1996) assinala a importância de compreender o princípio gerador que funda as diferenças na objetividade. Ao fazê-lo, desnaturaliza-se esta diferença e promove-se a liberdade na produção do mundo.

A suspeição crítica lembra que todos os valores universais são, de fato, valores particulares universalizados, portanto, sujeitos à suspeição (a cultura universal é a cultura dos dominantes etc...). (BOURDIEU, 1996, p. 155).

Este aspecto de indeterminação do futuro e dos lugares sociais é central no pensamento freireano (FREIRE, 1996). A educação exige o reconhecimento do estado condicionado do indivíduo para que a determinação do futuro, como desdobramento do presente, seja questionada.

A racionalidade econômica promoveu a absorção do pilar da emancipação pelo da regulação. Com esta absorção, a dialética entre regulação e emancipação se perdeu, em detrimento da emancipação. Isto é reforçado pelo desequilíbrio no pilar da regulação, em favor do mercado e do Estado como seus detentores e em detrimento dos papéis da comunidade (SANTOS, 2002). Para Santos, há que se procurar uma assimetria que sobreponha a emancipação à regulação: do conhecimento-regulação (trajetória da ignorância-caos ao saber-ordem) ao conhecimento-emancipação (trajetória da ignorância na colonialidade ao saber-solidariedade). A solidariedade adquire um caráter não-moral, mas

emancipatório, solidariedade como conhecimento desenvolvido na construção e reconhecimento da intersubjetividade (SANTOS, 2002).

Uma proposta de intervenção, enquanto implementação intencional de instâncias de reflexão, deve promover espaços de abertura do universo de locução que promovam discussões éticas, políticas e conceituais como subsídio ao planejamento dos coletivos e seus espaços (TASSARA, 1998). Trata-se do desenvolvimento de uma política emancipatória, uma libertação produzida pelo uso sistemático do conhecimento acerca das circunstâncias da vida social (GIDDENS *apud* TASSARA, 1998). Esta política emancipatória reforça o desenvolvimento da sociedade civil¹²⁷ como momento superestrutural. Na perspectiva gramsciana, os espaços da sociedade civil são as “pedras fundamentais da liberdade pública”. É o momento em que, por meio da organização e da regulamentação dos diversos interesses, são fixadas as bases para a passagem do Estado (BOBBIO, 1999, p. 56-58). A participação se torna estratégia política, ou ainda, é a busca por fazer política de Estado na sociedade civil¹²⁸ (TASSARA, 1998).

Para Habermas (1968), um espaço de locução desideologizado propicia o desejo da emancipação política. Neste espaço, se desinstrumentalizam preconceitos e produz-se emancipação individual e coletiva (HABERMAS, 1987). O desafio é construir o “clima pedagógico” que permita o desmonte dos discursos ideológicos, que em geral são autoritários e divisores. Numa situação que deve ser buscada permanentemente de um modelo de ação comunicativa pura, a distinção entre verdadeiro e falso consenso dar-se-ia automaticamente (FREITAG & ROUANET, 1993; CAVALCANTE & FERRARO, 2002).

No núcleo dessa posição está a noção da colonização do mundo e a possibilidade de que uma ação comunicativa seja emancipatória. Procura-se demonstrar que a estrutura e a função da linguagem proporcionam as bases de uma ética universalista e democrática. Isto dá na medida em que os atos de linguagem levantam afirmações de validade que, ao se abrirem à argumentação objetiva, podem ser justificadas, ou não, de modo racional, por meio do discurso argumentativo. A validade das afirmações é definida no espaço comunicativo. A qualidade emancipatória deste processo depende de uma situação ideal de linguagem, definida

¹²⁷ Em Gramsci, a sociedade civil é reconhecida como sede histórica das ideologias que, assim, antecedem a formação das instituições. As ideologias seriam forças criadoras da nova história e não justificadoras do poder constituído (BOBBIO, 1999).

¹²⁸ Tanto esta concepção de política de Estado na sociedade civil de Tassara quanto a concepção de Estado paralelo de Boaventura não se referem ao Estado institucionalizado, o Estado formal, mas a um não Estado, que formula elementos regulatórios aplicados ao mundo como se fosse um Estado (SPOSATI, 2001).

como aquela em que: a) há possibilidade de participação de todos os interessados no discurso; b) há oportunidades idênticas de argumentar; c) há chances simétricas de fazer e refutar; e d) admite-se, ao discurso, somente os que aceitam suas regras, sem coerção e satisfazem o pressuposto da veracidade (HABERMAS, 1989).

Tais parâmetros, que condicionam a qualidade do espaço comunicativo, precisam ser induzidos pelos mediadores do processo. No princípio, há uma assimetria entre educador e educandos, uma vez que se pressupõe que o primeiro perceba os obstáculos à autonomia mais claramente que os segundos. O papel dos técnicos seria o agenciamento de enunciações (GUATTARI, 2000), que envolve contribuir para a desideologização do espaço de locução, para o desmonte dos discursos e para a emergência do sujeito coletivo. A explicitação destes obstáculos à autonomia, dentro do processo de mediação, deflagra a vontade da emancipação nos sujeitos envolvidos. A ação comunicativa pode ser entendida como elucidação pedagógica ou mesmo como processo terapêutico (HABERMAS, 1989).

O processo de subjetivação é a transformação - parcial - do indivíduo em sujeito e pode ser entendida como o contrário da submissão deste indivíduo a valores transcendentais. O indivíduo participa ativamente da definição dos valores que orientam a construção da realidade. Um indivíduo só se torna sujeito quando se percebe como tal e assume a posição de agente transformador da realidade. O sujeito empurra o indivíduo, ou o grupo, para a busca da liberdade, para a luta contra a ordem estabelecida e o determinismo social. O sujeito só existe como momento social, como contestação da lógica da ordem, seja ela uma forma utilitarista ou simplesmente a busca da integração social (TOURAINÉ, 1994; CAVALCANTE & FERRARO, 2002).

Pode-se empregar o termo *catarse* para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoísta-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade (BOBBIO, 1999, p. 59-60). A fixação do momento catártico é o ponto de partida da “filosofia da práxis”.

As ações devem ser construídas com base nas reflexões e proposições coletivas. As problemáticas do território podem ser analisadas em busca de possíveis estratégias coletivas, evitando que a discussão se perca em discursos lamentosos e sem direcionamento. Desta forma, procura-se que a intervenção ultrapasse o processo catártico de “dar voz aos pouco escutados” (GIROUX, 1999). Abrir um espaço de locução não significa garantir participação

política. Muitos dos espaços produzem meros processos de convalidação, oficinas de reparos para colisões sociais ou remendos de tecidos sociais esgarçados (DEMO, 2001). Cabe avaliar também, em que medida, em um coletivo estão ou não se reproduzindo os modos de subjetivação dominante (GUATTARI, 2000).

A junção do “método histórico dialético” e a “filosofia da práxis” inaugura a idéia da reflexão crítica permanente (LOUREIRO, 2003) que associada às idéias de reflexão, vontade, decisão e ação construídas coletivamente devem orientar os espaços de participação.

Contraponto 1: Para Leher (2001, p. 171), a “situação ideal de discurso” só se desenvolveria em um grupo mais ou menos uniforme, necessariamente restrito e incapaz de avançar politicamente. O mesmo autor considera que a “competência lingüística”, o “Eu competente”, “descentrado” estariam “estritamente vinculados às condições de classe social”. Assim, o autor desconstrói a possibilidade da elaboração de contextos que se formam na percepção da partilha de desafios, destinos, origens e vontades comuns independentes de uma lógica de classes sociais. Habermas tentaria compatibilizar lógicas incompatíveis para equacionar todas as contradições, em uma inalcançável situação de equilíbrio de locuções. Promoveria, assim, uma serena e “civilizada” transformação, com os conflitos desmaterializados e sublimados em palavras (PRADO, 2003; MALAGODI, 2007). É uma crítica que Avritzer & Costa (2004) denominam “implausabilidade empírica” de espaços públicos referidos a espaços diversos. Os autores associam a emergência destas esferas ao desacoplamento entre a reflexividade do indivíduo e a esfera dos interesses materiais.

Há um alerta fundamental nesse contraponto a Habermas (LEHER, 2001; PRADO, 2003; MALAGODI, 2007): - o risco de desenvolver espaços de locução sem perceber a possibilidade de que estes se estabeleçam como unidades controladas e meramente discursivas do conflito social. Deve-se considerar, entretanto, que ao defender a metanarrativa da sociedade de classes, onde existem apenas duas possibilidades situacionais – a inclusão e a exclusão social – corre-se o risco de não perceber outras gramáticas possíveis. A abordagem da “inclusão social” é parte do projeto da modernidade. Incapaz de transcendê-lo¹²⁹.

Contraponto 2: A racionalidade seria sempre instrumental e incapaz de promover liberdade e também incompatível com a conservação ambiental. Na Escola de Frankfurt, em sua crítica da razão instrumental e a crítica do esclarecimento como dominação, destaca-se

¹²⁹ Comunidades tradicionais por exemplo, que não precisam estar “incluídas” na lógica vigente na sociedade moderna que a circunda, mas que não podem deixar de ser contempladas nas políticas públicas do Estado.

um paradoxo entre Adorno, que atribui à razão uma característica inerente de instrumento de dominação, e Horkheimer, que atribui à razão um poder emancipatório (HAYWARD, 1995). Parte da crítica de Santos a Habermas está associada ao procedimentalismo da ação comunicativa. A ação comunicativa seria um reflexo da redução da emancipação à racionalidade científica. “Nada de novo parece possível e ao mesmo tempo tudo parece possível” (SANTOS, 2002, p. 58). Tudo parece possível pelo crescimento do mundo máquina, nada parece possível fora dele. No procedimentalismo não há espaço para a imaginação.

Para Bartholo (1984), a dessacralização da natureza, a institucionalização dos mosteiros e a prática do "trabalhar é rezar" dos beneditinos são aspectos da religião judaico-cristã que viabilizam a manipulação técnica da natureza e a criação do "mundo como oficina". Os fundamentos da racionalidade do "sistema industrial" são uma "teologia secularizada" que une um extremo antropocentrismo à contínua transformação salvacionista do mundo pelo trabalho, instrumentalizada pela técnica.

Na idéia da ação política reduzida à administração das coisas estaria implícita a racionalidade técnico-científica. "A racionalidade instrumental se autonomiza e se constitui num fim em si mesma, tendo nas ideologias do progresso da produtividade o fundamento da legitimação do trabalho" (BARTHOLO, 1984, p. 85).

A emancipação primordial refere-se à recuperação da autonomia dos desejos e a construção coletiva de um padrão singular de desejabilidade. Este processo emancipatório dependeria de uma nova racionalidade, impedindo que tal emancipação reforce a dominação da natureza (HAYWARD, 1995). O desvelamento de uma nova racionalidade, dita ambiental ou ecológica, traria consigo o conceito de adaptação, oposto ao de domínio, que fundamenta a racionalidade econômico-instrumental (LEFF, 2001).

A hegemonia da racionalidade técnico-instrumental empurraria a sociedade para uma ordem única, urbano-industrial, centrada na eficiência econômica e fundamentada numa ciência epistemicida (SANTOS, 1997) que nega as outras formas de ver e desejar o mundo. Há uma produção “maquínica” dos desejos (GUATTARI & ROLNIK, 2000) que cria um padrão hegemônico de desejabilidade. Esta produção é heterônoma e está vinculada à racionalidade técnico-instrumental. Ela reduz a vida ao econômico, ao utilitário e não à racionalidade.

Entretanto, autores como Santos (2002) discordam das perspectivas anti-racionalistas

que vêm influenciando setores do pensamento ambiental. A racionalidade tem por objetivo a emancipação da tradição, o que não implica necessariamente em degradação da natureza. A degradação socioambiental é fruto da racionalidade econômica e instrumental, geradora do mundo máquina. Tassara & Ardans (2003) sugerem que não seria uma “nova racionalidade”, mas tão somente uma “racionalidade”. A racionalidade por definição é inseparável da argumentação e da crítica de suas premissas, oposta à racionalização. Racionalização é o processo no qual as premissas são desconhecidas ou deliberadamente escamoteadas. Assim, não submetem suas premissas à crítica. Na racionalização, o argumento se posta como “verdade” racional. Assim, cabe aos espaços de participação contribuir para a superação da hegemonia da economia e da racionalidade instrumental nas percepções do desenvolvimento, trazendo de volta a ele sua humanidade (FERRARO, 2002).

O que parece simples na teoria é um agenciamento complexo na prática. Os sentimentos de grupo não se constroem com a simples mobilização de pessoas, agrupamento de subgrupos e verbalizações didáticas da necessidade do coletivo. Depende de um trabalho lento e minucioso, capaz de perceber as nuances das redes de aliança e redes de rejeição presentes em todo coletivo (ENRIQUEZ, 1997). Os espaços de produção desses conhecimentos emancipatórios são, ao mesmo tempo, argumentativos e intersubjetivos (HABERMAS, 1987). Neles estarão expressos os conflitos que marcam a sociedade (TOURAINÉ, 1989). O êxito da ação estratégica no mundo social (que não necessariamente significa dominação e manipulação) e a efetiva compreensão entre as pessoas estão modulados por um ambiente conflituoso, de disputas pessoais, institucionais e ideológicas (MALAGODI, 2002).

A autonomia em tais processos participativos não é um ornamento para disfarçar o centralismo (GUATTARI, 2000). Antes disso, autonomia consiste em envolver todos os impulsos de desejo e todas as inteligências, não para fazê-los convergir em um mesmo ponto central arborescente, mas para dispô-los em um mesmo rizoma (GUATTARI, 2000). O ato de participação desse sujeito é determinado pelos modelos dominantes de participação social, mas é também organizado num contexto de subjetividade (SAWAIA, 2001). Os limites entre incorporar a dimensão subjetiva e “psicologizar” os processos participativos são tênues (SAWAIA, 2001). Há o risco de trazer afetividade, solidariedade e responsabilidade para dimensões morais e religiosas.

Santos (2002, p. 80) define a solidariedade como sendo o “conhecimento obtido no processo, sempre inacabado, de nos tornarmos capazes de reciprocidade por meio da

construção e do conhecimento da intersubjetividade.” O conhecimento emancipatório exige o enfrentamento do monopólio da interpretação da ciência moderna. Este conhecimento emancipatório depende da proliferação de comunidades interpretativas, enquanto comunidades políticas. A comunidade é reinventada pela resistência à colonialidade e pela solidariedade exercitada em novas práticas sociais (SANTOS, 2002). O autor destaca que o conhecimento emancipatório produzido nas comunidades interpretativas é retórico, mas uma novíssima retórica¹³⁰. Nesta, a adesão se dá por convencimento (lógica-argumentação) e não por persuasão (convergente com o processo do utopismo automático da tecnologia, ou seja, não emancipada). Este processo gera uma dupla ruptura epistemológica. Reinventa o senso comum emancipatório, participativo (político) e um senso comum reencantado (estético) como chaves para romper com a auto-reprodução do capitalismo (SANTOS, 2002).

Na práxis há sempre um por fazer específico que é o desenvolvimento da autonomia do outro (CASTORIADIS, 1982). Em lugar de induzir o outro a abandonar a sua autonomia, ao afirmar que ele se encontraria em frente ao próprio *logos*, como fez Heráclito, trata-se de fazer o encontro das diferenças em uma comunidade de humanos.

6.3.2. Intervenção e alteridade

Dentro da objetividade que propõe a ação libertadora calcada na racionalidade e interpretação do mundo, alguns autores incorporam elementos mais sutis e intangíveis como “saber escutar” e “ter disponibilidade para o diálogo” (FREIRE, 1996). É o mesmo desafio percebido por Bourdieu quando declara que para superar a tecnocracia é preciso conhecer o sofrimento dos homens (BOURDIEU, 1999). Cabe aqui enunciar, sem resolver, a oposição entre o ideal comunicativo-racionalista e o ideal da diferença-pluralidade. Esta oposição acusa o ideal comunicativo de sublimar as diferenças e estabelecer comunidades consensuais da pós-democracia (LARROSA & SKLIAR, 2001). Assim, “saber escutar” seria apenas um remendo para uma prática ontologicamente autoritária, fechada para o imprevisto e para a diferença. Optou-se, neste capítulo, por compreender as possíveis contribuições de ambas as perspectivas à análise de intervenções sociais. Raros autores fazem este encontro entre alteridade e racionalidade como Arendt (2000) e Castoriadis (1982). Castoriadis (1982, p. 196) assinala que o que “interessa na história é nossa alteridade autêntica, os outros possíveis

¹³⁰ Retórica enquanto “uma forma de argumentar por meio de motivos razoáveis no intuito de explicar resultados já consumados ou de procurar adesão à produção de resultados futuros.” (SANTOS, 2002).

do homem em sua singularidade absoluta.” Para ele não é possível, ou até mesmo não é ético, um projeto especulativo da história total, “a história é sempre história para nós”, para o sujeito que fala e encontra outros que falam sobre as possibilidades daquele tempo e lugar. Sem essa localização de quem fala, de quem propõe, há o risco da alienação e da tentativa de incorporação do outro como meio até um fim particular.

Arendt (2000) emprega o termo ação em contraposição à mera atividade produtiva, à fabricação de objetos de uso e aos meios usados para um fim predeterminado. A ação e o discurso existem porque os homens são diferentes. Ação e discurso revelam as diferenças e permitem a distinção em lugar de simplesmente permanecerem diferentes. A alteridade revela a comunhão com tudo o que existe e a distinção entre os entes que partilham o mundo. Alteridade é, para Arendt (2000), o aspecto mais importante da pluralidade.

A ação só existe se o indivíduo se revela, quando se manifesta não como instrumento, mas como humano distinto do outro humano. Este caráter revelador está ainda mais próximo do discurso que da ação. A revelação depende da resposta primeira à pergunta inicial do encontro: “Quem é?” A partir da revelação de cada sujeito, os indivíduos se humanizam, deixam de estar “contra” e “pró” finalidades definidas fora daquele encontro. Sem assumir o risco da revelação dos atores, os espaços de comunicação não se tornam espaços de encontro e apenas reúnem solitários e/ou adversários que propagandeiam formulações extrínsecas a eles mesmos.

O encontro na alteridade é o encontro humano. Alteridade é o encontro humanizador no qual as pessoas se vêem e se (re)conhecem. Os seres humanos estabelecem dois tipos básicos de relação, Eu-Isso e Eu-Tu (BUBER, 1987). Na modernidade, como decorrência do declínio do espaço público, predominou, nas relações humanas, o tipo Eu-Isso. Este processo desumaniza, faz-nos perder a dimensão do outro enquanto ser inteiro. Voltar a estabelecer encontros Eu-Tu, encontros inteiros, funda a alteridade e contribui para escapar aos conflitos meramente retóricos, típicos das relações.

Para Lévinas (2005) é essencial que esta alteridade seja orientada para além da reciprocidade. A percepção do outro deve estar embebida de uma assimetria ética (BARTHOLO, 2005). A partir da percepção do outro, o sujeito se impõe solidariedade, responsabilidade para com este outro. Esta responsabilidade independe de qualquer expectativa de reciprocidade, como diz Lévinas, “a recíproca é assunto *dele*”. Para Makiuchi (2005, p. 91), esta “alteridade radical” implica numa responsabilidade “que impede qualquer

tentativa de poder sobre o outro.” “A responsabilidade faz do homem um refém do próximo” e, assim, a humanidade, entendida como a própria solidariedade, depende de uma “ultrapassagem da liberdade pela responsabilidade” (BARTHOLLO, 2005, p. 12).

Os cuidados e os riscos presentes na alteridade, assumidos por cada um dos envolvidos em um encontro, têm relação com os conceitos de “dádiva” e de “aliança” (MAUSS, 1974). Assim como na independência da reciprocidade assinalada por Lévinas, ao assumir os riscos da revelação, o sujeito faz um “presente” que poderá não ser devolvido. Lévinas (2005, p. 214) aproxima alteridade e dádiva quando afirma que deve haver uma gratuidade pelo outro, uma responsabilidade que já dormita na saudação e que é anterior aos relatos e informações trocados. A partir de Lévinas se estabelece um vínculo entre os conceitos de dádiva e de alteridade (HAESLER, 2002). No conceito da dádiva há claro distanciamento da noção de altruísmo, não tão claro na alteridade como gratuidade. O fio condutor da idéia de Mauss é o conceito de aliança. O argumento central é de que a dádiva produz a aliança e esta depende da tripla obrigação dar-receber-retribuir (CAILLÉ, 2002).

Dádivas são atos humanos que visam nada mais que uma aliança entre as pessoas. A dádiva não cobra a reciprocidade ao agente social, ainda que implique na mesma postura daqueles que a recebem. Para Mauss, no estabelecimento de alianças reside a felicidade humana. Isto, de modo algum, significa imaginar o indivíduo como ser ontologicamente altruísta. Sem apelos morais e sem elaborar uma solidariedade meramente funcional, a dádiva possui uma matriz compósita, nem altruísta e nem utilitarista (GAIGER, 2005).

Dádiva exige o entendimento da vida como um contínuo dar-e-receber não-mercantil e que lhe dá sentido. O ato da dádiva não é desinteressado, pois gera a possibilidade de receber dádivas (CAILLÉ, 2002). A troca, para Mauss, é quase um contrato feito sob a forma de presentes. Ainda que Lanna (2000) aponte certa ingenuidade de Mauss quanto à boa-fé dos ricos como caminho para o socialismo, reconhece a pertinência da idéia de que a felicidade humana está “no respeito mútuo e na generosidade recíproca”.

Para Godbout (1998, p. 2002), a idéia de dádiva é oposta às relações mercantis. Nas relações mercantis cada troca é completa e não desenvolve um sistema de obrigações mútuas. Isso as configura como uma relação social extremamente limitada, um laço fraco. Em oposição à dádiva, a troca mercantil é um “fenômeno social total” que se encerra nele mesmo. Desta forma, a dádiva configura um verdadeiro sistema de ação, uma visão de mundo e de relações sociais. Há, entre os maussianos, os que acreditam que a teoria da dádiva é uma

alternativa a Marx, configurando um sistema de política e de ação (CAILLÉ & GRAEBER, 2002).

Ainda que haja um paralelo entre o modelo da dádiva e a teoria da escolha racional, a dádiva se distancia da última porque se afasta da idéia de que o único motor da ação humana é o interesse. No modelo da dádiva, o sistema de ação busca o aumento da liberdade e capacidade dos outros. A potência de ação é da ordem do encontro, pois remete ao outro (SAWAIA, 2001). A dádiva é espontânea e leva os agentes sociais a abandonar intenções e a postar-se para um processo de aprendizagem voluntária. Para Sartre,

A dádiva existe, portanto, se surge no universo do desejo, libertação do universo do desejo. [...] Se considerarmos o puro universo do desejo, em que o homem é o inessencial e a coisa o essencial, a dádiva aparece, em sua intenção primeira, como inversão desta estrutura e conseqüentemente, libertação: já não estou mais ali para atualizar a coisa pelo consumo, mas se dou, é a coisa que está ali para ser transmitida ao outro. [...] O Ego está para se perder, é a dádiva. A reconciliação com o Destino é a generosidade. (SARTRE, 1983, p. 383, p. 434 *apud* GODBOUT, 1998).

Em Sartre (2002) transborda o receio de funcionalizar qualquer aspecto humano. Assim, a concepção de coletivo encerra-se na própria sociabilidade, um fim em si. A elaboração de uma finalidade, um projeto em direção ao futuro, traria ao coletivo um processo desumanizante “na medida em que se produz como unidade do ajuntamento pela coisa” (SARTRE, 2002, p. 409).

Há muito que aprender nestas forças e ressalvas, o risco do encontro humano se tornar o meio para outra finalidade que não o próprio encontro. Por um lado, a perspectiva sartreana deixa um gosto de vazio e de impossibilidade, por outro, a habermasiana padece dos riscos do procedimentalismo. O risco em estabelecer o encontro como fim em si mesmo é o abandono da crítica às interações colonialistas que dominam a comunidade (SANTOS, 2002). A busca por induzir a ação política corre o risco de tratar a comunidade como um todo homogêneo, massa para a ação. Pelo lado da racionalidade, a fuga dos riscos de instrumentalização das comunidades se dá pela possibilidade da produção de um conhecimento emancipatório. Sob o ponto de vista da alteridade, Larrosa & Skliar (2001) sugerem que a prática educativa não visa a conservação do passado ou a fabricação do futuro. O desafio do encontro é gerar o intervalo em que aparecem as diferenças, um acontecimento que se abre ao porvir. Para avaliar intervenções deveria se observar seu impacto sobre o *conatus*, entendido como a potência de ação. Avaliar em que medida se ampliariam as capacidades de enunciação dos desejos

(partilha do que motiva), de argumentação, de negociação e de planejar projetos comuns (SANTOS & COSTA-PINTO, 2005).

Neste estudo sobre as intervenções sociais sobre os FP são utilizadas ambas as óticas¹³¹, a do encontro e a da interpretação. O esforço anti-colonialista é o esforço contra a racionalidade instrumental, contra a coisificação do mundo para um projeto anunciado. A racionalidade instrumental depende de um conceito de totalidade feita de partes homogêneas - razão metonímica - e de um futuro já anunciado - razão proléptica (SANTOS, 2005). São estas as duas bases de reificação do mundo. Ainda que a intervenção não esteja pautada por uma razão proléptica, o fato é que os indivíduos e os lugares são coisificados pelos que têm um projeto. Assim, as intervenções são estudadas em virtude da intensidade pela qual reificam os indivíduos ou colonizam o futuro.

6.4. IDEALIZAÇÕES E INTERVENÇÕES NOS FP

O estudo das idealizações e intervenções nos FP é um dos aspectos mais delicados na elaboração desta tese. Em parte pela convicção, partilhada com Santos (2002), de que não se deve disparar sobre os utopistas, em parte pela proximidade com os sujeitos que conduzem as intervenções avaliadas.

Para fundamentar este estudo foram desenvolvidas conversas com 22 técnicos (FUNDIFRAN, CPT, IRPAA, CDA, PNC, EFASE, ACOTERRA, AATR), observou-se a intervenção *in loco*¹³² de 15 técnicos (IRPAA, SASOP, CPT, EFASE, UFBA) e colheu-se relato dos agricultores sobre as intervenções das instituições (ADRA, IRPAA, AATR, CPT, PNC e o CRA).

As questões, sempre abertas, começavam com o histórico do envolvimento da instituição com os FP, os conteúdos e formas das ações desenvolvidas e as alterações de estratégia (quando houve). A partir destas expressões buscava-se compreender a utopia (O que se deseja com essa ação? Qual o cenário ideal para os FP? Se não houvesse limite de recursos para atuação de sua instituição o que vocês realizariam?) e o lugar/papel do técnico nessa construção. Tentava-se compreender os limites e as críticas dos técnicos à própria ação.

¹³¹ O que obriga o abandono da lógica de Sartre. Nela, qualquer formulação prática para o encontro coloca-o em risco de funcionalização.

¹³² A observação *in loco* refere-se tanto à intervenção em comunidades quanto em reuniões do movimento e reuniões da articulação com o Estado.

A maior parte das instituições que apóiam os FP são declaradamente comprometidas com o pensamento freireano. Seus técnicos, quase sem exceção, leram Paulo Freire e o citam como referência para a ação. As comunidades eclesiais de base e seus animadores, os agentes pastorais, têm por fundamento de sua ação o método dialético, traduzido nos procedimentos ver-julgar-agir (BETTO, 1985). Nas outras instituições (IRPAA, FUNDIFRAN, EFASE, AATR) encontram-se técnicos formados dentro da CPT, enquanto a ACOTERRA foi formada a partir de ex-alunos da EFASE. Algumas intervenções (IRPAA, CRA, SASOP, ADRA) têm base ecológica ou agroecológica, resultado de elaborações acadêmicas quanto à necessidade de manejar recursos naturais de base comum e/ou ampliar a agrobiodiversidade.

No âmbito da sociedade civil organizada são cinco as instituições mais importantes: três com atuação circunscrita a uma região (EFASE, IRPAA, FUNDIFRAN) e duas estaduais (CPT, AATR). Há outras sem foco permanente nos FP, mas com envolvimento eventual e local como CACTUS (Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares), CAA (Centro de Assessoria do Assuruá), ARCAS (Associação Regional de Convivência Apropriada a Seca) e o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores).

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) está envolvida com os FP desde antes do surgimento desta denominação geral. Após a citação da categoria na Constituição estadual (1989), criou a Frente FP que articula as equipes diocesanas com atuação junto a estas comunidades. Passou a considerá-los como bandeira e referência para a questão agrária na Bahia. A CPT os apóia em todas as regiões, principalmente em momentos de conflito fundiário. Também tem sido responsável pelo fortalecimento, articulação e crescimento da categoria. A CPT é a instituição que mais apóia a realização de eventos regionais e estaduais dos FP.

A AATR (Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais), situada em Salvador, atende aos agricultores de FP em situação de conflito. Faz-se presente por meio de processos para reconhecimento dos direitos à terra e na defesa de agricultores eventualmente criminalizados pelas práticas no movimento. Ofereceu cursos de juristas leigos que visam habilitar agricultores a agilizar procedimentos jurídico-administrativos que prescindam de advogado, como o *habeas corpus*. Em 2008, iniciou o planejamento de um curso de juristas leigos especialmente para os FP. É uma instituição próxima à CPT.

O IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada) surgiu a partir de um

ex-agente pastoral da CPT que avaliou que haveria uma lacuna no trabalho pastoral, a da luta na terra. Em termos metodológicos manteve o discurso freireano ao mesmo tempo em que incorporou a temática da agroecologia e da convivência, defendendo os FP como modelo de sustentabilidade para o semi-árido. Atua com um vasto leque de conteúdos (educação, água, terra, agroecologia, processamento, crédito, saúde), com projetos modelo, publicações, cursos de formação e o desenvolvimento de cooperativas (com destaque para o PROCUC-Programa Curaçá-Uauá-Canudos). Está ativamente envolvido com a política de Território de Identidade e é executor regional do Programa Sertão Produtivo. Situado em Juazeiro, atua também em Uauá, Curaçá e Canudos.

O Programa Sertão Produtivo é uma iniciativa da Secretaria de Agricultura da Bahia e visa o aperfeiçoamento e a verticalização de cadeias produtivas na agricultura familiar, com destaque para a caprinovinocultura, apicultura, cana (cachaça e rapadura) e fruticultura. É implantado em cada região em parceria com as instituições locais. Estas, gerem recursos, adaptam o processo e o executam. É também considerado uma repaginação do antigo programa Cabra Forte, que visava aperfeiçoamento e verticalização na cadeia produtiva da caprinovinocultura. O Cabra Forte, no entanto, era gerido e implementado pelo próprio governo.

A EFASE (Escola Família Agrícola do Sertão) situa-se em um FP de Monte Santo, em área doada pela comunidade. Surgiu a partir da discussão de comunidades de FP sobre a inadequação da educação pública oferecida. Todo o processo foi mediado por um grupo pastoral, liderado por um ex-agente da CPT. Atende e atendeu a dezenas de comunidades através da formação dos jovens no curso secundário. A EFASE se constituiu em importante espaço de reflexão e de práticas demonstrativas para FP (fenação, silagem, saneamento animal, pequenas construções, processamento). Seus professores/monitores atuam como extensionistas junto às comunidades em Monte Santo, Uauá, Canudos, Itiúba e Andorinha. Em 2005, a arregimentação dos alunos mais envolvidos com atividades de extensão em FP deu origem à Associação Comunitária Terra Sertaneja - ACOTERRA. Até o início de 2008, a ACOTERRA possuía apenas um pequeno projeto para diagnóstico participativo em 15 comunidades de FP.

A FUNDIFRAN (Fundação para o Desenvolvimento do São Francisco), localizada em Ibotirama, está envolvida desde o início da década de 1980 com os FP de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas. Assim como o IRPAA, tem no seu quadro de fundadores

técnicos que foram também agentes pastorais da CPT. Também como o IRPAA, a FUNDIFRAN diversificou suas atividades em direção ao manejo de recursos, educação, cooperativismo e processamento agroindustrial. Apóia também a organização regional através da central de associações de FP de Oliveira dos Brejinhos e a festa anual do bode. Está, tal qual o IRPAA, totalmente envolvida no programa de desenvolvimento de Território de Identidade.

O SASOP (Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais) não tem foco exclusivo nos FP, mas em suas iniciativas de organização social e agroecologia sempre incluiu estas comunidades. Desde 2007, está envolvido com a execução do Programa Sertão Produtivo.

A ADRA (Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais) não tem os FP por foco. Sua atuação é recente em alguns poucos FP da região nordeste da Bahia. A instituição tem cunho assistencialista e atua em regiões consideradas socialmente vulneráveis. Nos FP desenvolveram ações de apoio à policultura, com orientações técnicas e distribuição de sementes.

A ASA (Articulação do Semi-árido) não é propriamente uma instituição, mas um fórum com mais de 700 instituições. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na busca do desenvolvimento sustentável. Atualmente, a ASA gere o programa P1MC (Projeto Um Milhão de Cisternas) que invariavelmente envolve as comunidades de FP ofertando cisterna e conhecimentos relacionados à convivência com o semi-árido. Outro projeto, o P1+2 (uma terra e duas águas), que visa garantir água para consumo, água para produção e terra, tem avançado menos e há poucas experiências com os FP.

No âmbito do poder público destacam-se duas instituições que desempenham um papel central (CDA, INCRA) e outras mais acadêmicas, que apóiam eventualmente alguma atividade dos FP.

O INTERBA, antigo Instituto de Terras da Bahia, atual CDA (Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário), possui um escritório específico para atendimento às comunidades de FP. O INTERBA/CDA foi, com a CAR – Coordenadoria de Assistência Rural, um dos principais aliados para a resistência dos FP na década de 1980. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – criou um convênio específico para atender às questões de terra dos FP. Financiou e titulou 1.700 áreas (1.640 individuais e 60 coletivas) entre 2006 e 2008. A partir de 2007, abriu a possibilidade de acesso dos FP a uma linha de crédito da

reforma agrária denominada “crédito apoio”.

A EBDA (Empresa Baiana para o Desenvolvimento da Agricultura) não possui programa específico para os FP. Entretanto, seus técnicos muitas vezes atuam nessas comunidades. Em geral, os FP são tratados dentro das estratégias envolvendo a caprinocultura familiar. O CRA (Centro de Recursos Ambientais) também não possui programa voltado aos FP. Um de seus técnicos desenvolveu, por iniciativa própria, um projeto voltado ao manejo da caatinga e ao zoneamento econômico-ecológico nos FP de Monte Santo. Este técnico vem divulgando este projeto como orientação geral para todos os FP.

As instituições acadêmicas envolvidas com FP não possuem um eixo articulador de suas intervenções, algo como um grupo de pesquisa. Os projetos são formulados a partir das especialidades de cada pesquisador (geografia agrária, antropologia, educação do campo). A EMBRAPA de Petrolina possui alguns profissionais envolvidos com a questão do manejo da caatinga e com os FP. A UFBA através do grupo GEOGRAFAR desenvolveu algumas pesquisas sobre as condições fundiárias dos FP. A UEFS, através da sua Equipe de Estudo e Educação Ambiental, envolveu-se com as reflexões sobre educação para FP (no II Seminário Estadual dos FP). A UNEB realizou um filme sobre eles (TEMPO DE TENSÃO, 2008). Esta é a primeira tese sobre os FP, mas dissertações já são três as concluídas (COTRIM, 1991; DIAMANTINO, 2007; CARVALHO, 2008) e duas em desenvolvimento (na UFBA e na UnB). A partir da academia sinaliza-se com a possibilidade de um programa de longo prazo baseado no Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil que, em 2006, realizou uma oficina na região de Casa Nova que resultou na publicação de um dos fascículos desse projeto (CHAMO & ALMEIDA, 2006).

Um programa governamental importante que envolve os FP é o PRONAF, que disponibiliza crédito subsidiado para a agricultura familiar através dos bancos do Nordeste e do Brasil. Entre os critérios para a concessão do crédito há um item significativo: “os beneficiários têm relação efetiva com o mercado.” O programa recebe duras críticas de setores dos movimentos sociais quanto à indução de uso de “insumos modernos”, ao direcionamento prioritário da produção voltada para o mercado e para a conversão da propriedade camponesa em pequena empresa. O PRONAF visa integração dos camponeses ao mercado pela via do crédito (FERNANDES, 2001, p. 22).

É importante registrar três outras propostas que, apesar de apresentadas como produto dos agricultores, têm forte influência de instituições de apoio, fato que, por si só, revela muito

sobre as relações entre as instituições e o movimento. Estas propostas são o Plano Camponês, os processos de retomada e o projeto “FP que queremos”.

O Plano Camponês, documento que pretende ser orientador da Via Campesina, foi sistematizado e publicado por Carvalho (2005). No texto, critica-se o eufemismo do Cadastro de Glebas do INCRA que registra FP e faxinais como “ocupações especiais”. Apesar de não ser mais citado explicitamente, o texto reforça o desafio geral de reconhecer e viabilizar a diversidade camponesa.

Os processos de retomada não possuem plano escrito e registrado, muito menos assinado. Isso colocaria em risco seus proponentes. Os seus objetivos são retomar áreas de FP, conectar estas áreas em grandes regiões e, no limite, criar no sertão baiano um grande FP. Em associação a este processo cresce a proposta de ocupar terras devolutas, aplicando às terras incorporadas o modelo de uso dos FP. Estas áreas deveriam ser disponibilizadas aos jovens oriundos dessas comunidades. Alguns dos agentes que se envolvem com estes processos têm declarado preocupação com a qualidade da caatinga nos FP recuperados.

O projeto “FP que queremos” pauta-se no enfrentamento da inadequação e insuficiência das políticas públicas para os mesmos. O projeto cobra do estado inovação nas políticas fundiária (agilidade para títulos coletivos), agrícola (assistência técnica e crédito), ambiental/hídrica (infra-estrutura para acesso à água, apoio à conservação e recuperação da caatinga) e social/cultural (educação contextualizada, Escola Família Agrícola para os FP e alfabetização de jovens e adultos pelo método Paulo Freire).

6.4.1. Análise do conjunto

Antes de apresentar as vertentes ideológicas e seus conteúdos políticos, é importante tecer uma breve análise sobre o conjunto e as formas de intervenção. A observação da forma e do método pode revelar muito sobre conteúdos não-ditos nas intervenções. Os espaços de intervenção das assessorias podem ser classificados e compreendidos em função da situação, dos participantes do discurso e dos objetivos da participação das assessorias. Esta sistematização está apresentada no quadro 6.2, abaixo:

Espaço	Situação	Participantes	Objetivos
Externo (Governo-FP)	Negociações com o governo	CDA, INCRA, Secretarias de Estado, Articulação e Centrais	Subsidiar técnica e politicamente os representantes dos FP.
	Defesa nas situações de conflito	Justiça, Governadoria, Mídia, Rede de Justiça Ambiental	Subsidiar juridicamente pela elaboração de peças; representar juridicamente; divulgar o conflito.
Articulação (FP-FP)	Reuniões das Centrais	Presidentes das associações	Subsidiar discussões, fazer relatos e atas.
	Reuniões da Articulação Estadual	Representantes das centrais e da União de Casa Nova.	Subsidiar discussões, fazer relatos e atas. Sistematizar documentos orientadores.
	Seminários regionais	Representantes das comunidades, STR, Paróquias	Apoiar montagem da pauta; oferecer conteúdos sistematizados para subsidiar discussões; fazer relatos. Mediar seminário e subgrupos.
	Seminários estaduais	Representações de todas as regiões e do governo (em partes)	Apoiar montagem da pauta; oferecer conteúdos sistematizados para subsidiar discussões; fazer relatos. Mediar seminário e subgrupos.
Interno (FP)	Intervenção na comunidade	Comunidade, associação ou famílias	Oferecer apoio à organização social, produção, infra-estrutura, defesa e outros temas.

Quadro 6.2: Espaços, participantes e objetivos das intervenções externas

Ao analisar, aqui, os aspectos gerais das formas e métodos das intervenções das assessorias, não está dito que todas as instituições e todas as pessoas envolvidas apresentem o mesmo desempenho, em forma ou em intensidade:

1. Compromisso e identificação

Há instituições e pessoas, inclusive técnicos do governo, que demonstram grande compromisso com as causas dos FP. A vida profissional de mais de vinte técnicos está misturada com a história deles. A identificação e a força destas instituições e técnicos, associadas às fortes opiniões que estes possuem sobre seu papel e sobre a direção ideal para os FP, são ao mesmo tempo uma força e um risco. Há, nos relatos e debates entre técnicos,

uma crise permanente sobre os meios e os fins da intervenção.

2. Impaciência e pressa para chegar à conclusão

A impaciência demonstrada por técnicos em muitas discussões, chega às raias da agressão. São acusações atiradas como “você não se organiza”, “estão fazendo corpo mole”, “só querem saber de dinheiro” ou “você tem que se decidir”. Aquilo que deve ser decidido, muitas das vezes, já está pronto na mente do técnico; é a própria síntese da razão proléptica. A pressa para que os FP tomem determinadas decisões demonstra, a um só tempo, o compromisso pessoal e a incapacidade de enxergar o outro e a diversidade (*Nowhere man, Can you see me at all?* – Homem de lugar nenhum, você por acaso me vê?), sinal também da razão metonímica. O atropelo aos processos dos grupos de agricultores está sempre legitimado (na compreensão dos técnicos) por um objetivo maior da defesa e fortalecimento do próprio grupo atropelado: “é para o bem deles”. O obstáculo aos processos emancipatórios, nestes casos, é similar àquele citado por Navarro (2002) referindo-se ao MST.

3. Proximidade e tutela na forma de organização

Alguns técnicos, ao mesmo tempo em que se preocupam se a articulação estadual não é uma criação das assessorias, acusam-se mutuamente de não acelerar o desenvolvimento de articulações regionais (as centrais) nas áreas sob sua responsabilidade. A indução externa a determinadas formas de organização envolve custeio do deslocamento, hospedagem e alimentação, elaboração de pautas e estatutos. A tutela e invasão sobre a forma de organização social ocorreu, principalmente, quando da criação das associações comunitárias. A tutela ainda existe nas outras escalas de organização do movimento, tanto regional como estadual. Em grande medida, esta invasão é resultado de uma percepção da urgência de respostas coordenadas nos diferentes âmbitos de interesse dos FP.

4. Referência aos letrados e lideranças

Como forma de agilizar processos e facilitar a elaboração de documentos e relatos, as assessorias, quase invariavelmente, privilegiam as lideranças (presidentes de associações) e as pessoas mais letradas (que muitas vezes se tornam representantes). Ao ocuparem os espaços de locução e as representações políticas dos FP, as pessoas letradas contribuem para uma

maior fluidez do debate e melhor desdobramento das decisões. Este processo reforça hierarquizações e distanciamentos internos às comunidades e ao movimento. É o mesmo processo que Bourdieu (1996) descreve como similar ao professor em sala de aula que, como o demônio de Laplace, separa as partículas mais rápidas e as mais lentas, conservando e reforçando as diferenças de temperatura. Ao revelar a valorização da agilidade e do letramento, revela-se também a colonialidade.

5. Tomar o lugar e a fala

Quando os representantes dos FP, mesmo mais letrados que a média, demonstram lentidão ou titubeiam frente aos interlocutores externos, as assessorias, quase invariavelmente, tomam a frente do diálogo. Fazem-no por temer a manipulação pelos agentes de governo ou para garantir o comprometimento destes com decisões tomadas.

6. Espaços excessivamente programados, carregados e letrados

As pautas e programações de eventos são, normalmente, organizadas pelas assessorias com foco nos produtos e não no processo do grupo. Desta forma, esses espaços tendem a ser planejados de modo excessivamente sistemático e pouco flexível. A atenção aos tempos programados está sempre interrompendo momentos de reflexão e indicando a passagem para o momento de decisão ou para outra temática. Os processos de participação ficam parecidos com gincanas escolares onde cada subgrupo precisa, em determinado tempo, entregar determinado produto. O foco no produto também determina lugares privilegiados para os mais letrados. Outro problema é a complexidade de alguns temas, cuja abordagem as assessorias não logram simplificar. Observa-se, neste excesso de programação, os riscos do procedimentalismo e da exclusão da dimensão do encontro. Um indicador simples deste processo é a diferença entre um espaço público travado (discussões mornas, oligopólio das expressões, passividade) e uma fluidez de múltiplos encontros bilaterais ou em pequenos grupos observável nos intervalos e outros momentos livres.

7. Propaganda, disputas entre instituições e mescla com disputas partidárias

A crescente carência de recursos advindos da igreja aumentou a disputa por recursos governamentais e de outros doadores (principalmente internacionais). A necessidade de

“mostrar serviço”, entregar produtos e ganhar espaço junto aos agricultores gera, em algumas situações, discursos que podem ser classificados como propaganda. As assessorias passam horas apresentando suas propostas e suas experiências. O tempo tomado pela propaganda ocupa espaços preciosos da troca de experiências entre os próprios agricultores. Ao conversar com técnicos de uma instituição não é raro ouvir acusações às outras. A mais grave delas é a de que determinada instituição se tornou tutelada pelo financiador governamental (*donnor driven*). É o pior dos mundos da razão proléptica. Os assessores limitam as possibilidades dos agricultores porque estão determinados por uma imagem de futuro que lhes é exterior. Outras acusações entre as instituições envolvem lentidão, invasão ou conteúdo modernizante nos moldes do agronegócio. Há algumas situações, menos comuns, em que a acusação envolve um comprometimento da instituição com partidos (principalmente PT e PCdoB).

8. Ocultamento de razões e condições institucionais/pessoais

As assessorias dificilmente se revelam (revelação no sentido apontado por Arendt, 2000), não criam condições para o encontro humano delas com os agricultores. Não se vê os agentes das instituições exporem sua lógica, sua visão, suas razões, suas condições ou suas dúvidas. Ninguém assume o risco de ficar só, exposto com suas dúvidas e contradições. Este risco parece ser sentido como o de um verdadeiro suicídio institucional ou profissional. Isso não se relaciona com a qualidade das relações interpessoais. A maior parte dos técnicos possui forte relação pessoal com os agricultores. Socializam uns com os outros, mas isso não implica numa revelação.

6.5. CATEGORIAS DE CONTEÚDO DE IDEALIZAÇÃO E AÇÃO

Utopia, the place that must be built, faded into no-man's land, the spot to which one might escape [...]. (MUMFORD, 1922, p. 113).

Novamente utilizando o recurso do “tipo ideal” weberiano, pelo seu potencial heurístico e elucidador, propõe-se aqui três categorias. Elas representam as formas pelas quais as diversas instituições e pessoas ligadas aos FP pensam e agem em relação a eles. Entender estas categorias de intervenção como “tipos-ideais” é importante para não estigmatizar ou essencializar qualquer instituição ou pessoa. Em cada categoria buscou-se expressar a imagem idealizada, caracterizar a orientação política que a fundamenta e exemplificar as ações que

decorrem de cada categoria de pensamento-idealização.

6.5.1. Utopia da modernidade

A imagem que se defende é a do FP burguês. A mesma imagem do “novo rural” e do urbano (VEIGA, 2001; ABRAMOVAY, 1994, 2000), com acesso a tudo que se tem direito, obtido tanto por meio das políticas públicas quanto através do maior poder aquisitivo. A frase de um técnico deixa claro o referencial: “Pequeno tem que pensar como grande. Não pode ficar para trás. O mundo não pára.”

Alguns técnicos chegam a classificar as etapas do desenvolvimento dos FP, a saber: regularização do domínio sobre a terra, associação, viabilização econômica, formação e novas conquistas (comercialização, transporte, internet, telefonia, saúde, educação). A viabilização econômica e as conquistas têm uma estratégia definida: viabilizar múltiplos pequenos empreendimentos através da formação de grupos de interesse que desenvolvem os projetos produtivos.

A perspectiva sobre regularização fundiária está comprometida com a titulação individual e coletiva das terras. Tendem a rejeitar absolutamente a proposta de concessão de direito real de uso, “porque negar ao pobre o que é direito do rico?” A formação técnica oferecida privilegia conteúdos relacionados às tecnologias de produção, processamento e comercialização.

Há o mesmo discurso comum no âmbito do agronegócio que separa o “dentro da porteira e depois da porteira”. No discurso que apresenta os desafios “dentro da porteira”, as palavras de ordem são maximizar, otimizar e racionalizar. Foca-se a promoção de técnicas como a silagem, a fenação, o rebaixamento da caatinga e o banco de forrageiras com leguminosas. Muitas vezes, a área comum é vista como inviável e não funcional. A defesa da área comunal só se sustentaria no romantismo. Há a defesa da melhoria genética dos caprinos, superando os limites de produtividade do pé-duro desenvolvido em adaptação ao pastoreio na caatinga.

No “pós-porteira”, os agentes da modernidade desenvolvem uma gama ainda maior de propostas. Há grande diversidade de temas como a economia solidária, a verticalização, o aprimoramento de produtos (qualidade de cortes, produção de embutidos, rotulagem, embalagem), o cooperativismo, a cooperativa de crédito, as estruturas para processamento

(frigorífico e fábricas de doce), a certificação agroecológica, as feiras regionais, o festival gastronômico, o restaurante de FP nos municípios e os espaços permanentes de comercialização. Há o ideal de exportar produtos certificados na rede mundial do comércio justo. A organização política, a área comunal e a identidade social são meios para um fim maior, o desenvolvimento. “A organização política e a identidade dos FP agrega valor aos produtos deles. É preciso marcar as frutas e os produtos como de FP.”

A área e os empreendimentos comuns se justificam pelo apelo comercial, pelo ganho de escala e porque, muitas vezes, é a forma viável de realiza-los. Ainda no discurso a favor de empreendimentos coletivos, um técnico reforça: “Coletivo não significa ter que arrastar todo mundo junto. Quem se envolve mais deve se beneficiar mais.”

Uma vez que os fins justificam os meios, há, entre os defensores da modernidade, aqueles que não acreditam em qualquer limite na busca por financiamento. Neste tipo-ideal do modernizador estão também os mais envolvidos com as políticas públicas (Território de Identidade) e o financiamento público de seus projetos. O discurso de gênero também aparece associado à maior higiene, detalhismo e agilidade das mulheres, que conseguem empreender diversas atividades simultaneamente e com competência. Em uma região, criou-se, inclusive, um *staff* poderoso de mulheres à frente de associações, central e sindicato rural. As mulheres, segundo os técnicos, possuem maior habilidade para gerir várias iniciativas simultâneas, além de estarem mais interessadas em processos de mudança. Este processo é apresentado como avanço nas relações de gênero.

Onde há maior avanço da modernização, há menor interesse em inclusão, justificado pela presumida preguiça das famílias que não querem participar e pela hesitação das comunidades que perderam FP. Há uma aparente redução de práticas solidárias entre comunidades. É nas regiões em processo de modernização que mais se discute a necessidade de cercar as áreas individuais para promover melhorias.

Há uma bifurcação dentre as opções desta utopia da modernidade. Alguns técnicos idealizam os indivíduos de FP. Eles acreditam que nos FP há uma cultura diferente dos assentados. Seus integrantes nunca seriam egoístas, pois não seria da natureza dessas pessoas. Mesmo se reduzido o papel do pastoreio comunal, acreditam que os FP seguirão sendo um grupo coeso, que realiza negócios de interesse comum. De outro lado, alguns não concordam com essa diferenciação. Para eles, integrante de FP é como qualquer agricultor, muitos deles sem-terra, que precisam assumir que não têm área suficiente e buscar a vida junto aos

movimentos de luta pela terra. Ao perceberem a falta de motivação para tal, questionam: “Fico me perguntando por que são tão amarrados no lugar em que nasceram? Porque não se mexem?” A perspectiva essencialista e homogeneizada dos grupos é marcante, sinal da presença da razão metonímica. A imagem inescapável do futuro moderno é a própria razão proléptica.

6.5.2. Utopia comunitarista (pré-globalização ou anti-distopia)

A imagem utópica é inegavelmente a mesma das primeiras comunidades cristãs (LEONÍDIO, 2004): simplicidade, comunhão, celebração e harmonia nas relações. A imagem é a harmonia total, a justiça social, o reino de Deus na terra, a ausência de conflito e a abundância para todos. O mundo sem explorados ou exploradores, muitas vezes reafirmado por Paulo Freire.

Comumente, o futuro desejado se parece com o passado. Propala-se uma versão romantizada do passado. É o tempo em que havia mutirões, batalhões, adjutórios, momentos de lazer e de amizade. Um tempo em que se criava os filhos com tranquilidade, em que havia simplicidade, em que se conservava mais o meio ambiente, porque não havia ganância.

O desafio trata-se de buscar e/ou manter o estado pré-globalização. A utopia é um retorno ao passado, uma rejeição ao presente da modernização, entendido como a distopia (pesadelo, oposto ao lugar utópico) contra a qual o pobre deve se mobilizar. Neste sentido, não há nesta vertente uma utopia, mas uma anti-distopia. O objetivo é evitar a mudança e acabar com os conflitos. A ação tende a ser reativa. Busca a manutenção do estado das coisas ou até o retorno a um imaginado estado original. O desafio à preservação do estado atual está em proteger os FP para que mantenham seu modo de vida e de produção. Os temas principais são a defesa do território (contra a grilagem), da caatinga (contra a carvoaria e desmatamento) e dos animais (contra o roubo e contra a competição de animais de fazendeiros). Quanto à volta a um imaginado estado original fala-se em resgate de valores, da cultura, dos costumes, da prática de mutirões, retomada de festas antigas, recuperação da caatinga e de formas originais de organização. Os agentes desta utopia são críticos das formas modernas de organização, como a associação e a cooperativa.

O disparador da ação dentro da utopia comunitarista é sempre o conflito, preferencialmente o conflito com o agente modernizador externo. Os conflitos internos são lidos como desdobramento da intervenção externa (o que de fato é o motivo de muitos deles).

Sem a intervenção externa, o interno seria sempre harmônico. Uma declaração expressa o desejo de que haja mínimo contato dos FP com o mundo externo: “O sonho é ver os agricultores sem depender de vender terra ou alugar, sem negociar sua força de trabalho.”

O paradoxo da ação pastoral é que, ao politizar suas práticas e incorporar o conflito como base da agregação social, pode dilapidar as suas próprias bases de ação. É o que foi apontado por Gaiger (1996) em seu estudo sobre a religiosidade camponesa e seu papel na mobilização dos sem-terra. O autor refere-se à transição cultural vivida pelas camadas populares rurais que vai de um *ethos* religioso para uma racionalização secularizadora. Ao suscitarem o interesse destes grupos na política e nos movimentos sociais, as pastorais de libertação têm seu trabalho facilitado pela referência religiosa do sistema cultural camponês. Por outro lado, o crescimento do interesse pela ação política não bloqueia a transição cultural, antes a acelera. Assim, os agentes minam suas próprias condições de intervenção e as condições de mobilização social, pela referência no sistema cultural camponês. Segundo Gaiger (1996), a necessidade de superar a práxis espontânea, dando lugar a uma práxis intencional coletiva, choca-se com o *ethos* camponês.

A caprinocultura ultra-extensiva, o extrativismo vegetal e os roçados de subsistência compõem a imagem da produção comunitária. Para que se possa viver assim, deve haver limitação das expectativas de consumo de produtos industrializados, limitação aos desejos de individualização de terras e projetos econômicos, rejeição aos cercamentos e atenção à formação dos jovens. Nessa perspectiva, é no contato com o mundo urbano que o jovem se desvirtua, perde seus valores e passa a buscar mudanças que ameaçam sua comunidade.

Assim como na utopia da modernidade, para os FP há, também, uma bifurcação nesta categoria de idealização. Para alguns, o desafio está em manter a situação atual, cuidar para que as comunidades consigam viver com o que têm (mesmo sendo pouca a terra). A única busca em relação ao mundo externo está na estrutura de saneamento e energia. Para outros, esta imagem ideal dos FP no passado passa pela ampla reconquista dos espaços perdidos, deseja-se a harmonia de uma nação dos FP, um enorme e único compáscuo. Isso implica em retomar áreas griladas, expandir sobre terras devolutas, organizar novas comunidades de jovens e recuperar a caatinga sempre que necessário. Ainda que haja uma perspectiva essencialista das comunidades, não se pode dizer que, na utopia comunitarista, haja um exemplo da razão metonímica. Há uma valorização da diversidade entre comunidades, tidas como unidades totais. A razão metonímica se apresenta no desejo do silenciamento das

diversidades internas, principalmente quando estas fazem emergir a imagem distópica da modernidade ou do desejo de modernidade. A razão proléptica é um futuro anunciado tristemente, pela consciência de sua impossibilidade: o retorno ao passado.

6.5.3. Utopia pós-moderna (Atopia)

Esta categoria de ação pode ser entendida quase como uma não-ação. Trata-se de não-ação distinta do sentido taoísta. Neste caso não agir deriva do relativismo exacerbado que nega o desafio de construir direções coletivas. Fundamenta-se, simplesmente, na prática de “dar voz” aos silenciados, fazer emergir a diversidade que seria peculiar ao FP que é elaborado como um modo de vida, uma identidade coletiva que deve ser reconhecida. A pluralidade, afirmada por esta categoria de ação, é tão somente o registro das diferenças e idiosincrasias. Os diferentes não se encontram.

Há uma contradição na antropologia pós-moderna (AUGÉ, 1997). Ao mesmo tempo em que parece obcecada com a escrita, caminha para uma relativização generalizada da cultura, o que embaraça a produção de textos sobre esta mesma cultura (AUGÉ, 1997). Recorre à polifonia, às histórias de vida, à pluralidade dos testemunhos, sem admitir generalizações ou comparações. “A razão pós-moderna só lhe deixaria a tarefa de orquestrar, sem outra pretensão, alguns ecos da polifonia mundial” (AUGÉ, 1997, p. 61). Produz-se assim “um mundo inofensivamente plural” em que se aprende a viver juntos (LARROSA & SKLIAR, 2001, p. 12). É aquilo que Boaventura denominou como pós-modernismo reconfortante ou de celebração. As sociedades não têm nada a realizar que esteja para além delas mesmas (SANTOS, 1999).

Os agentes acreditam que não se deve imaginar o futuro dos FP, isso cabe a eles. Atuam em oposição a todos os atores que tentam elaborar-lhes propostas. Ninguém externo deve entrar na discussão sobre as melhores ou piores escolhas do coletivo. Há, ao mesmo tempo, um profundo populismo e uma desresponsabilização. Os atores desta forma de idealização percebem pouca necessidade de intervenção ou reflexão política. Seu papel resume-se a abrir espaços de locução e registrar seus processos e produtos. Promover espaços de partilha é o mais importante na ação dos sujeitos desta categoria.

Ainda que percebam riscos, acreditam que tudo se resolve no tempo necessário. Se algum problema ainda não se resolveu (como o sobrepastoreio ou a falta de terras) é porque ainda não incomodou o suficiente. Chegará a hora e este será o momento adequado de

resolução dos problemas. Os agentes externos não deveriam se preocupar, sob o risco de se verem compelidos a tomar um lugar que não lhes pertence. A diversidade humana sempre sobrevive e sempre vai se recriar. Cabe ao agente da atopia fazer uma cartografia do presente e da diversidade, a ser celebrada no encontro.

Nesta categoria, encontra-se quase o estado puro do encontro como ética possível, como fim em si mesmo. Por isto, há um escape completo à razão metonímica, não se essencializa e não se funcionaliza indivíduos ou grupos. Por outro lado, o compromisso com a não-enunciação de um lugar a se buscar pode ser entendido como uma atopia, uma falta de lugar e de destino. É a razão proléptica de um futuro vazio que não precisa ser enunciado.

6.5.4. Discussão sobre estas diferenças e as crises das assessorias

Não pareceu importante ou desejável explicitar qual instituição se aproxima e expressa mais determinada categoria, ainda que isso fosse perfeitamente possível. Ainda que cada instituição ou pessoa seja sempre um híbrido das categorias, há sempre uma que se aproxima mais de suas características. Há alguns momentos em que os técnicos agem como quase caricaturas da categoria e muitos deles foram usados nos exemplos que as ilustraram. Mesmo assim, não foi feita essa identificação por duas razões: a principal é pedagógica e a outra é política. Sobre a primeira razão, espera-se que na leitura deste texto as pessoas das instituições possam se reconhecer numa ou mais categorias. É possível que esse auto-reconhecimento tenha algum papel pedagógico, terapêutico, na medida em que for um espelho revelador.

Sobre a segunda razão, este texto não é uma peça de acusação, longe disso, é uma peça de reflexão. Não se refere aqui aos muitos adversários dos FP, mas a seus principais aliados. A maior parte destas instituições foi fundamental para esta tese e para o acesso às comunidades. São profissionais que atuam segundo o que imaginam ser o bem dos FP. Em muitas falas está presente uma angústia em relação às intervenções. Grande parte dos técnicos tem a vida familiar prejudicada pela atenção que dedicam aos FP. Desqualificar de alguma forma seu trabalho seria vergonhoso e prestaria um desserviço a estas comunidades.

Toda categoria espelha aspectos que precisam ser valorizados e aspectos a evitar. Na prática, o convívio entre pessoas (e dentro das pessoas) que refletem diferentes categorias pode ser ainda mais complementar e pedagógico.

As instituições da categoria próxima à utopia comunitarista são responsáveis pela maior parte da força política dos FP. É por meio de seu trabalho que eles têm ido em direção a maiores articulações regionais, estaduais e até nacionais. São os parceiros de primeira hora de uma comunidade em situação de conflito. As instituições pautadas na defesa e na resistência dos FP disponibilizam pessoas e recursos para organização e assessoria jurídica. Têm apoiado também a divulgação das situações de conflito junto ao Estado e à mídia. Dentro desta categoria, perde-se um pouco do rumo e do sentido da ação quando o conflito é resolvido. Os sujeitos pautados pela resistência têm percebido e vivido essa crise. Há uma crescente sensação de deslocamento no tempo e da inapropriação do discurso da simplicidade comunitária: “Essas coisas que a gente defende ficam no imaginário, é imaginário. O concreto mesmo é o individual, é o hegemônico” ou “É fogo ser um banho de água gelada contra as propostas de ganhar dinheiro.”

Próximas à categoria da utopia modernizante estão as instituições que, com maior ênfase, se fazem a pergunta: “E agora? Qual o próximo passo após a resolução do conflito?” O conteúdo que se revela é resultado de certa coerência ética destes atores. “Como posso propor uma vida de pobre simplicidade camponesa se eu mesmo vivo e preciso das comodidades urbanas?” Outro aspecto é um compromisso com um maior dinamismo. Estes atores normalmente não toleram os longos tempos da oralidade e da tradição. Consideram arriscado e desnecessário ficar elaborando demasiadamente a direção a tomar. Segundo esta perspectiva, os FP precisam encontrar meios para viver com dignidade. Dignidade entendida como acesso às alternativas de consumo do mundo moderno.

Os atores mais próximos à utopia pós-moderna são diferentes dos anteriores. O tempo não é um parâmetro que justifique impor ou sugerir qualquer direção. Há, entre estes, um basismo que atravanca e é extremamente irritante para os agentes mais modernizadores. Dentre estes atores encontram-se os sujeitos mais comprometidos com uma construção democrática. São ao mesmo tempo os menos propositivos e menos invasivos.

Há crescente preocupação com as divisões causadas pelas diferenças entre as instituições que assessoram os FP. Os conflitos se originam nas divergências políticas, fruto das diferentes utopias e das diferentes formas de atuação. As divergências políticas e de forma de atuação estão sempre relacionadas. Desafortunadamente, nunca são explicitadas nas reuniões entre técnicos das instituições. A diferença em relação ao uso de recursos governamentais tem enorme poder disruptivo, ainda que no cotidiano as pessoas permaneçam

com um diálogo cordial. Um diálogo entre assessorias expressa tanto a preocupação com a cacofonia que fazem aportar sobre os FP - “Tem muito instrumento na banda dos FP” -, como quanto à inquietação sobre como resolver estes desencontros - “A partir de que (instituições) vamos afinar a viola?” - pergunta um técnico.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 6

Mas o que um moleiro, como Menocchio, saberia sobre esse emaranhado de contradições políticas, sociais e econômicas? Qual a imagem que construiria para si do enorme jogo de forças que, silenciosamente, condicionava sua existência? (GINZBURG, 2006, p. 50).

Há uma enorme cacofonia em torno dos FP. Como no texto de Ginzburg (2006), em que Menocchio aparece como um exemplo da circularidade da cultura, que apaga a separação rígida entre a elaboração erudita e a popular, a esperança é que os FP também logrem operar esta cacofonia em polifonia. O sítio precisa filtrar, destilar, usar, manipular, jogar e manter sua autonomia frente aos “outros”. Para Zaoual, “o sítio é o mestre”. Isso acontece no processo de identificação de um FP, quando os agentes externos dizem “Aqui é FP” e o grupo provavelmente se pergunta: “Que vantagem há nisso?” A autonomia acontece quando um vizinho quer usar o FP e os agentes externos dizem: “Não deixem.” A comunidade sabe a relação que tem com aquele vizinho. É o mesmo que acontece na chegada do projeto “Cabra Forte” que muitos avisam se tratar de coisa do diabólico agronegócio, que destrói a comunidade. O grupo acaba, muitas vezes, decidindo pegar a cereja e não comer o bolo (ficam com o crédito subsidiado para compra de animais e fazem ouvido de mercador para a doutrina).

De fato, o sítio precisa ser o mestre do sítio. Os locais têm que lidar com este turbilhão de projetos, idéias, conflitos e poderes que se aproximam. Por vezes, o jogo político transcende os espaços de comunicação e decisão do sítio. É o que ocorre na elaboração de grandes projetos que envolvem dezenas de associações, quando da articulação com outros movimentos e em reuniões com secretarias de estado para definir políticas para FP. E aí, quem é o mestre? Há uma ágora que inclua os sítios? Como fica a autonomia local numa ágora que o define, mas não o contém? Toma-se o lugar, toma-se a fala dos FP e opera-se o jogo político segundo crenças pessoais ou, em algumas situações, segundo interesses pessoais.

Não se disparou sobre o utopista. Esta formulação de Santos (2002) baseia-se na

percepção de que o esforço por uma emancipação social é tão imprescindível quanto inverossímil. Na condição de fronteira em que caminham os utopistas, acusar as ineficácias e incoerências dos seus esforços pode apenas “confirmar ou aprofundar sua inverossimilidade” (SANTOS, 2002, p. 330).

Há três diferentes imagens utópicas orientando as pessoas e instituições que assessoram os FP. A utopia comunitarista é anti-distópica, a imagem de futuro é o passado comunitário, a ação é disparada pelo conflito que ameaça a comunidade. As ações apoiadas por esta imagem (a resistência comunitária à mudança vinda de fora) têm sido as principais responsáveis pela existência de um coletivo de FP. São a linha de frente da manutenção da possibilidade de uma territorialização pautada em uma construção coletiva e não sob a égide da racionalidade instrumental. Por outro lado, ao não comprometer-se com uma construção coletiva após o conflito, não contribui com a quebra da imagem hegemônica da modernidade.

Há ainda, como resultado da mobilização política, um reforço do letramento em detrimento da oralidade. Este reforço ao letramento amplia a possibilidade de que o futuro do grupo social seja orientado pela sua vanguarda mais moderna (mais jovem, mais letrada, mais dinâmica e mais próxima às referências de projetos de modernização). Desta forma, mesmo uma imagem anti-moderna pode ser um reforço à modernização, em virtude da colonialidade à qual segue presa. Carrega o binômio moderno-colonial através das dimensões simbólicas da colonialidade. Ao projetar uma imagem de futuro como passado (inalcançável), a utopia comunitarista deixa um vazio de imagem. Esta imagem só cria um passo coletivo possível, aquele que nega a mudança. Na medida em que a imagem da resistência à mudança não se torna mais necessária (pela vitória no conflito), resta uma ausência de imagem que tende a ser preenchida pela utopia modernizante. Há, inclusive, uma sequenciação, observada na realidade, em que agentes modernizadores se sucedem aos comunitaristas pastorais.

A anti-distopia incapaz de produzir novas imagens é a ante-sala da grande imagem disponível da modernização. A saída do ciclo do enfrentamento da modernização é a própria modernização. Este é o mote da utopia modernizante. Para estes atores, a razão proléptica é inescapável. A celebração da diversidade contida na pós-modernidade é uma oposição à necessidade de produzir imagem. Na medida em que a ação de mapear e registrar a diversidade não conduz a um esforço argumentativo para revelar futuros possíveis, o resultado da ação é também o vazio de imagem.

A utopia moderna refere-se à modernização como imagem ideal. Trata-se do rurbano

classe média alcançado pela gestão de múltiplos negócios “antes e depois da porteira”. Normalmente, as imagens de modernização e seus agentes sucedem a mobilização política anti-distópica. Sem perceber-se na condição de colonialidade, torna-se um reforço ainda maior da mesma. Esses agentes requerem ainda mais letramento, priorizam o diálogo com pessoas jovens e dinâmicas. A utopia da modernização encontra maiores facilidades para financiar suas ações. Acaba gerando situações muito claras de orientação pelo financiador, a instituição dança conforme a música tocada pelo governo (ou pelos financiadores externos).

A utopia pós-moderna está comprometida em não gerar imagens de futuro, deseja-se apenas a celebração da diversidade presente e confia-se em sua dinâmica. Os fenômenos que não dispararam ação ainda não geraram incômodo suficiente e não cabe ao agente estimular as percepções incômodas. Apesar da importância dos espaços de partilha gerados para conhecer e celebrar a diversidade, estes espaços não apontam para nada além deles mesmos.

Nenhum agente se revela totalmente, ou a imagem que o orienta, ou as condições e motivações pessoais. O encontro humano não orienta as intervenções, todas estão comprometidas com suas imagens (ou falta delas) e apenas buscam persuadir as pessoas de FP a aderirem às suas propostas. Há uma manipulação que se percebe legitimada pelo “bem comum” que cada agente reconhece em sua idealização. “Bem comum” que não foi acordado porque não se expôs e, tampouco, as suas premissas.

Como os agentes estão comprometidos pela sua condição de colonialidade, todas as ações reforçam e reproduzem esta condição, mesmo sem percebê-lo. Os espaços comunicativos, ainda que comprometidos em buscar uma situação lingüística ideal, não são capazes de gerar a emancipação da condição de colonialidade.

Os erros cometidos nas intervenções são decorrência da condição de colonialidade e não da simples manipulação. Não há apenas o colonialismo tosco da projeção da imagem da modernidade. O conceito de colonialidade pode ser bastante elucidador para as instituições de apoio aos FP, principalmente as de viés modernizante. As intervenções, ao se mirarem no espelho, e enxergarem a colonialidade, podem criticar-se e aprimorar-se.

A racionalidade, proposta no conceito de comunidade interpretativa, pode reforçar a capacidade de elaborar caminhos, tanto por parte das instituições, como por parte das comunidades. Assume-se, sem problematizar, aquilo que as pessoas definem como problema (falta de trator, baixa renda) ou solução (melhoria genética do rebanho, processamento de frutas, fenação). É preciso percorrer racionalmente as premissas, as hipóteses, as visões e as

esperanças que subjazem os argumentos.

Para que tal processo argumentativo ultrapasse seus limites ontológicos (prisão da racionalidade instrumental), a alteridade aponta caminhos para o encontro humano, para a percepção de múltiplas dimensões e para reduzir o risco de coisificar o outro e tratá-lo como meio. Se por um lado a racionalidade pode viabilizar a desinstrumentalização do discurso ideológico, a alteridade desinstrumentaliza o utilitarismo. Assim, fortalece as intervenções contra o risco de estabelecerem-se como ideologias.

O foco deste texto é a aprendizagem social. Aprendizagem social pode ocorrer em toda arena. A organização dos espaços de intervenção pode e deve ter intencionalidade educacional. Fazer de um espaço político-organizativo, que já é educativo, um espaço intencionalmente educador. O trabalho de construção dos espaços participativos demanda uma ação pedagógica diferenciada. As relações pedagógicas devem se centrar numa participação que desvele potência de ação, que permita uma proto-ontologia da participação, cultivada na (e pela) reflexividade (TASSARA & ARDANS, 2003). Trata-se do desafio de uma pedagogia da reflexividade e do encontro que visa a produção tanto da crítica social quanto das alianças.

Ainda que as questões urgentes assim permaneçam, os tempos da intervenção precisam dar lugar aos tempos dos grupos. Há um recorrente esquecimento do processo e do desenvolvimento do grupo que planeja. A pressa nas intervenções está sempre justificada por respostas que o agente julga corretas e urgentes. A restrição das intervenções ao planejamento instrumental e às oportunidades abertas (financiamentos, projetos, fóruns, técnicas e idéias disponíveis) reforça a falta de criatividade e a dificuldade para encontrar caminhos novos. Estes caminhos para as intervenções não estão revelados para ninguém. Eles se revelam no encontro interpretativo.

A principal crise das assessorias é uma crise do imaginário. Trata-se de uma crise das imagens disponíveis e da dificuldade em dar lugar a processos produtores de novas imagens possíveis. Sem um reforço da capacidade imaginária, as intervenções pouco poderão realizar além do papel definido pela imagem da modernidade. São atos de reforço da condição de colonialidade. O reforço à colonialidade ocorre, diretamente, pela imagem da modernização, ou indiretamente, pela ausência de imagens próprias que mobilizem os FP em uma direção autônoma e peculiar.

7. A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE O COLETIVO DOS FUNDOS DE PASTO

(Marco Polo) - Não tem nome nem lugar. Repito a razão pela qual quis descrevê-la: das inúmeras cidades imagináveis, devem ser excluídas aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam outra coisa.

- Eu não tenho desejos nem medos - declarou o Khan -, e meus sonhos são compostos pela mente e pelo acaso.

- As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. - Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge. (CALVINO em *As Cidades Invisíveis*, 2003, p. 46).

INTRODUÇÃO

Para os filósofos gregos, só um deus poderia ver o todo e a unidade do bosque, pois “ante as árvores altas não se vê o bosque”¹³³. Segundo Zea (1988), para captar o bosque, os homens teriam que conhecer árvore por árvore. Para ele, Marx e Engels não conseguiram continuar a ver a árvore (o indivíduo) ao conceber o bosque (a classe). Ao retratar a cultura e as comunidades caipiras, Cândido (1987, p. 44) conta que a dispersão das casas pode enganar o observador que, ao vê-las isoladas, não consegue discernir a unidade que as congrega. O que se percebe nessas formulações é a mesma hipótese subjacente de que sempre há algo que delimita um grupo humano como unidade, ainda que intangível. Revela-se, também, um conflito entre a possibilidade de compreender as partes e capturar o todo.

Há uma miríade de conceitos como movimento social, identidade coletiva, sujeito coletivo, comunidade, povo, sociedade, classe social e outros tantos que buscam definir estas unidades a partir da cultura, etnia ou a partir da condição social. Em um momento no qual a sociedade globalizada parece, cada vez mais, um ajuntamento desconexo de bilhões de indivíduos, o desafio de compreender os coletivos parece maior que nunca. Buscamos responder “quem somos nós”, como Tebas na boca da esfinge.

Existe uma unidade intrínseca e oculta que recorta os coletivos humanos? Onde e como

¹³³ Ditado alemão: “*Man sieht den Wald vor lauter Bäume nicht*”.

existe um coletivo? Na imaginação dele próprio e de seus indivíduos ou dos externos? É homogênea? Qual o sentido, o lugar e as características deste coletivo? É sustentável, no sentido de poder perdurar enquanto coletivo? Qual a importância da permanência de um coletivo dos fundos de pasto (FP) para a sustentabilidade dos FP?

Ao longo da pesquisa sempre houve uma busca desses sentidos coletivos. A mesma tentativa de capturar o intangível, a que se referia Antônio Cândido (1964). Buscou-se escapar das fórmulas fáceis e respostas prontas que apresentam os FP como modo de vida tradicional ou como movimento social.

A motivação para este capítulo veio de dois interlocutores-chave na construção da tese. Um deles declarou em reunião com a articulação estadual dos FP: “É óbvio que os FP não são, ainda, um movimento social”, e acrescentou, “A articulação estadual não existe.” Mas as pessoas estavam ali, na frente dele, um grupo de indivíduos que se apresentava como a articulação estadual dos FP. Como a intenção não era acusá-los de embusteiros, concluiu-se que ele dizia: “a unidade e o sentido de vocês é tão débil que é como se não existissem como coletivo, eu não vejo.”

Outro interlocutor declarou que o “fim da história” carrega o fim do sujeito e é contra isso que se deve lutar: “esqueça conteúdos ambientais, sociais ou culturais, abandone todo *a priori*, só cabe apoiar a sobrevivência ou o renascimento do sujeito.” Exemplificou com um filme em que, ex-pescadores aposentados, pela falência da pesca em sua ilha, unem-se para trazer uma poluente fábrica de plástico. Esta os tiraria da inércia e falta de sentido de viver entre bar e casa. É a mesma aflição do jovem de FP que disse: “a união precisa de uma idéia, se a gente tivesse uma engenhoca de cana...”

A unidade dos FP não é amarrada pelo fio do discurso que lhes é externo e estranho (tradição, conservação, comunidades, modo de vida, movimento social). Ao mesmo tempo, inúmeros fios estabelecem diversas unidades internas, alguns esmaecendo e outros surgindo, inclusive os que podem fazê-los imaginar-se como sociedade sustentável.

Não se pode simplesmente dizer que os FP são um movimento social. Não é esta a questão. Só se pode dizer que FP se trata de um coletivo humano surgido em função de conflitos sociais. Os conflitos ameaçavam as condições de reprodução social de milhares de famílias. A sustentabilidade imediata estava ameaçada. A agregação surgida no enfrentamento deste conflito gerou um coletivo que se estendeu para além do momento necessário ao enfrentamento do mesmo. Para além de encontrar, ou não encontrar, fios que estabelecem os

vínculos do coletivo dos FP, o que se procura são as condições ao estabelecimento de um coletivo voltado à sustentabilidade.

No início desta tese referiu-se aos FP como categoria social. No exame de qualificação foi sugerido que deveriam ser estudados como novo movimento social. No terceiro capítulo, referiu-se aos FP como população tradicional, forma pela qual mais vêm sendo referidos por agentes externos. Entre técnicos das instituições que os apóiam, pelo menos os mais velhos e de formação marxista, os FP são apenas uma nova formulação para uma velha classe social, o campesinato. Em Lehalleur (1998), depreende-se o termo “sociedades regionais”, que parece refletir um pouco do que é esse coletivo. Em Weber (1999), as reflexões sobre comunidades étnicas, em termos de seu potencial como coletivo político, também se referem à compreensão deste tipo de agregação humana. Em Zaoual (2006), a expressão *Homo situs*, refere-se ao grupo situado e orientado por sua realidade territorial concreta.

O desafio não é, nesta tese, o enquadramento teórico dos FP em uma dessas categorias pré-concebidas por vários autores. Analisar um coletivo sem as categorias consolidadas exige instrumentais teóricos de diversos campos. A pesquisa encontra-se, novamente, frente ao desafio da produção do conhecimento na incerteza de seu campo. O mesmo tipo de desafio enfrentado por Antônio Cândido em sua “sociologia dos meios de vida” do caipira, estudo híbrido e incerto entre antropologia e sociologia.

7.1. A INJUSTA E INGLÓRIA BUSCA DAS COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Comunidade sustentável é uma expressão que reúne duas esperanças contemporâneas. São esperanças que se opõem simultaneamente à solidão na multidão (PENA, 2007) e à degradação física do mundo. Comunidade sustentável aparece hora como a imagem a ser buscada, hora como portadora da sustentabilidade a ser encontrada, principalmente entre os povos tradicionais (CAVALCANTI, 1995; ACSELRAD, 1999; GADOTTI, 2001; CAPRA, 2007).

7.1.1. Busca da salvação: torturando grupos para que confessem sustentabilidade

Lasciate ogne speranza, voi ch'intrate. (Dante, 1311, Canto III do Inferno, nono verso).

Abandonai aqui qualquer esperança. Não é justo e há pouco sentido em avaliar

indivíduos ou grupos nos termos de uma pauta que interessa a todos, mas não é peculiar a ninguém. O conceito de sustentabilidade é familiar para setores do governo, empresas, ONGs e academia. Ainda que a sustentabilidade apareça nos discursos das lideranças e assessorias dos movimentos sociais, não significa que estes movimentos estejam se reorganizando e às suas práticas em função deste conceito. Demonstrar empiricamente o pouco significado do conceito de sustentabilidade dentro dos movimentos sociais não resolve a pergunta: onde está a sustentabilidade? Tampouco fazê-lo em relação a governos, ONGs e empresas (LAYRARGUES, 1998). Não é essa a tarefa proposta.

Diferente do passado pré-moderno em que pessoas pertenciam a comunas, muitas vezes sem sair dela ao longo de toda a vida, os lugares sociais e geográficos não mais abarcam os indivíduos. A instauração do indivíduo moderno, pautada na construção de sua liberdade e autonomia, principalmente, na sua conduta econômica, criou a imagem livre e útil do *Homo oeconomicus*, criticada por Polanyi (2000), Castoriadis (1982) e Mauss (1974). Este processo de libertação do indivíduo de suas amarras tradicionais desmantelou os mecanismos sociais de inserção e erodiu as coletividades de pertencimento (GAIGER, 2005). O emprego como moderno definidor dos indivíduos, ao mesmo tempo em que isola, neutraliza a possibilidade da ação política. A hegemonia do moderno Estado-nação como comunidade política é também a hegemonia do cidadão. O (des)empregado, o predomínio do sujeito comportamental, sem possibilidade de “*vita activa*” (ARENDDT, 2000). A modernidade operou o desaparecimento da mesa que separava e unia os homens. Nesta metáfora, Arendt assinala o desaparecimento do público e de sua função organizadora da vida política.

O isolamento e fragilidade resultantes conduzem ao contemporâneo apelo moral à solidariedade e à revalorização dos vínculos sociais. Quando hoje os indivíduos da sociedade moderna vêem sinais de insustentabilidade em vários níveis, perguntam de onde surgirá a sustentabilidade, qual o *locus* dessa política transformadora? Onde estão os grupos que responderão às novas aspirações políticas para que possamos seguir em paz nossas vidas individuais? Onde está o deus *ex machina* que surgirá dos céus e tudo resolverá?

Antes de atribuir papéis políticos decisivos para a sociedade às associações de indivíduos é necessário avaliar a questão de Whitehead (1999): “Como as práticas associativas e comunicativas da “sociedade civil” se relacionam com as aspirações ou as ficções jurídicas da “sociedade política” nas novas democracias?” (WHITEHEAD, 1999, p. 22). Como contar com tais práticas associativas para responder desafios políticos que as

transcendem?

Esta relação entre coletivos e sociedade política depende de qual vínculo um coletivo firma com o poder estabelecido pela sociedade política. Esta relação é incerta mesmo em democracias consolidadas. São desdobramentos da crise contemporânea do Estado-Nação (O'CONNOR, 1977; SANTOS, 1993, 1998; ORTIZ, 1999; BRESSER PEREIRA & CUNILL-GRAU, 1998; CASTELLS, 1999). O pacto hobbesiano que constitui a sociedade civil, como um agregado dos que se submetem à força da sociedade política em nome do bem comum, não se aplica. Tanto porque o “bem” da sociedade moderna está perdendo legitimidade, ao não ser mais reconhecido, como porque não mais se confia na relação entre a sociedade política e o “bem comum” da qual é depositária.

Não há condições para assumir a sociedade civil brasileira e o país como um coletivo uniforme e como território da sustentabilidade. Tampouco é possível encontrar a sustentabilidade em outros recortes geográficos ou políticos arbitrariamente traçados no mapa. Não há, neste início do século XXI, sociedade política que projete fora dos métodos da organização econômica, ou ainda, não há ator social da sustentabilidade (GUIMARÃES, 1997). Tempos, objetivos, tecnologias e relações modernas organizam os passos da sociedade política. A única sustentabilidade que esta configuração pode buscar é sua própria sustentabilidade auto-conservadora. Esta sustentabilidade gera processos territoriais que estão ao lado dos objetivos e das forças econômicas que orientam a sociedade política. São processos conflituosos que demarcam lugares sociais incluídos ou excluídos (desempregado, trabalhador, sem-terra, camponês, quilombola, indígena, posseiro). Os mesmos lugares sociais que estimulam, em função dos conflitos, a agregação de indivíduos em coletivos.

Na perspectiva de Olson (1999) não há um sujeito coletivo, apenas interesses coletivos gerenciados como negócio. Alguns indivíduos vivem empregados na tarefa de maximizar ganhos coletivos. Olson expressa um resultado da vitória da sociedade sobre a comunidade. Constituída a sociedade sobre os escombros das comunidades arcaicas restaria, aos indivíduos, as agregações movidas por interesses coletivos. Esses interesses coletivos que movem as ações seriam a base e a razão dos movimentos sociais.

Uma das principais críticas a Olson está no princípio de racionalidade, embutido na sua concepção da ação coletiva, ser de ordem metodológica. Não poderia, portanto, ser compreendido como ontologia do ser social (ARAÚJO, 2006). Esta releitura e redução da concepção hegeliana da sociedade civil, como associações para perseguição de interesses

coorporativos, circunscreve os coletivos humanos à lógica econômica, mesmo que seus objetivos sejam ambientais, sociais ou culturais (DENTZIEN, 2005). A ênfase em interesses materiais e econômicos para estudo da ação coletiva secundariza aspectos morais e éticos (ALEXANDER, 1998). A contenção do materialismo-funcionalismo no estudo de coletivos e suas ações faz parte da construção dos novos movimentos sociais.

Whitehead (1999) sugere que, ainda que a concepção tocquevilliana da sociedade civil como contenção do materialismo, e sua releitura moderna em Putnam, rompa com esta perspectiva hegeliana, a proliferação de agregados humanos solidários não basta para superar os “interstícios incivis entre sociedade civil e sociedade política.” É o mesmo risco de despolitização da sociedade civil apontado por Harriss (2001). Assim, não há um agrupamento humano que deva ser reconhecido como coletivo da sustentabilidade. Tampouco a proliferação de agregados humanos, como grupos de interesse, responde aos desafios da sociedade contemporânea. Não há atores coletivos pautados pela idéia de construir a sustentabilidade do mundo, a menos que ser reconhecido como tal viabilize outros interesses.

“Abandonai aqui toda esperança” de torturar¹³⁴ grupos até que confessem: “Sim, somos nós os artífices da sustentabilidade. O mundo será redimido.”

7.1.2. Busca dos vínculos ocultos: torturando grupos para que confessem comunidades

Nessun maggior dolore che ricordarsi del tempo felice nella miseria. (Dante, 1311, Canto V do Inferno, versos 120-123).

Muitas utopias têm na concepção de comunidade seu arquétipo de situação ideal. Neste momento de crise, é sobre as comunidades que se deposita a esperança de enfrentamento ao processo de globalização. A globalização é acusada de ser destruidora da vida feliz e comum, da pureza não contaminada que houve no passado. Trata-se de uma utopia reacionária, que nos remete ao passado e ao lamento (GUSFIELD, 1975; SAWAIA, 1996). A saudade da comunidade apareceu desde o romantismo no século XIX, assim como a saudade da natureza. É a resposta dentro de uma gramática moral, emulada da percepção do desrespeito e da injustiça na sociedade moderna, oposta à justiça e respeito que se estabeleceriam nas comunidades (MALAGODI, 2007). É fenômeno em que se observa a tendência das

¹³⁴ A metáfora da tortura remete ao fato de que aquele que confessa sob tortura o faz porque não resiste mais aos métodos do torturador ou porque vislumbrou um acordo vantajoso. Ainda que pudesse seguir negando o que sabe falso (ser o ator da sustentabilidade), partilhar da mentira pode desdobrar prêmios que só serão entregues com a confissão. Ninguém assim se disporá a dizer: “o rei está nu”.

interpretações da ação coletiva em migrar de sua forma política para bases culturais (MELUCCI, 1985).

Sim, tudo indica que houve arranjos sociais mais próximos da imagem de comunidade que se busca no passado. Um tempo em que a posse e gestão de espaços e recursos em comum definiram, na maior parte da história humana, os coletivos e suas ações. A propriedade privada é uma instituição recente na história humana (POLANYI, 2000). Só ao final do século XVIII a terra deixou de ser apropriada coletivamente, assim como trabalho e capital. Este processo de transformação criou as condições básicas para as subseqüentes revoluções industrial, pós-industrial e tecnológica. Em âmbito mundial, veio instaurar uma ordem global desterritorializada, que tenta impor uma única racionalidade, enquanto os lugares respondem com a sua própria (SANTOS, 1997).

A separação entre terra e homem foi vital para a economia de mercado. Isto ocorreu reduzindo o papel da terra na vida, na paisagem e na segurança ao mercado imobiliário. Toda colonização implica na destruição dos sistemas sociais e culturais nativos (POLANYI, 2000). Foi um dos “estágios na subordinação da superfície do planeta às exigências de uma sociedade industrial” (POLANYI, 2000). Outros estágios de subordinação referem-se ao trabalho (POLANYI, 2000; ARENDT, 2000), ao conhecimento e à educação (WEIL, 2001), à tecnociência (HABERMAS, 1968) e ao capital (POLANYI, 2000). Todas as coisas vivas e não vivas se tornam disponíveis para o processo de assimilação pelo capitalismo (BARTHOLO, 1986).

O paradoxo é que o desenvolvimento contemporâneo do mito da comunidade também se presta a aumentar a disponibilidade dos grupos sociais para projetos definidos externamente a eles. Se antes se operou o desmonte real das comunidades para disponibilizar terras e braços, neste período entre o século XX e o XXI realiza-se uma reconstrução virtual da comunidade para que os pobres (especialmente do meio rural) se disponibilizem para novos comandos, seja da modernização, da sustentabilidade ou do desenvolvimento situado.

Mesmo a “teoria dos sítios” (ZAOUAL, 2006) parte da crença de que há um “sentido oculto”, intrínseco, “uma ética do lugar”, um conjunto inconsciente de elementos que determinam e impregnam as ações individuais e coletivas. Definir, teoricamente, que há comunidades é o primeiro passo para, na prática, convencer grupos humanos de que eles são as comunidades (GUSFIELD, 1975). Esta operação ocorreu no âmbito da extensão rural dos anos 1970 e no roldão mundial de educação para o desenvolvimento, definido pelos

organismos internacionais. Esta “onda” da educação para o desenvolvimento precisou da figura da comunidade para viabilizar a ampla integração aos processos de modernização (SAWAIA, 1996). Qualquer grupo mobilizado, em defesa dos próprios interesses (ou de interesses externos travestidos de interesses internos), seja classe ou qualquer categoria, só existe como resultado de um trabalho teórico-prático voltado a essa mobilização (BOURDIEU, 1996). É a diferença que se deve marcar entre condição e posição de classe (BOURDIEU, 2004). Nestes casos as posições foram construídas a partir de fora dos grupos.

A segunda operação, teórico-prática, consiste na homogeneização da comunidade. Concebê-las como um todo homogêneo facilita o processo de conduzi-las na direção desejada. Para superar esta concepção é preciso compreender que não há comunidade universal que reúna a essência do gênero humano, tampouco comunidades fechadas pela língua, raça, cultura, religião ou idéias (LARROSA & SKLIAR, 2001).

Esta constatação não deve ser entendida como inexistência de vínculos, mas como problematização dos movimentos de apropriação da identidade, das tentativas de aplicar estigmas que viabilizem a intervenção. A definição e apropriação da identidade podem ser processos destruidores da mesma (LARROSA & SKLIAR, 2001). O desafio reside em encontrar mais que uma comunidade, uma pluralidade de comunidades, uma comunidade plural, uma comunidade que não pode se fechar (LARROSA & SKLIAR, 2001). Weber (1999) problematiza as incertezas da configuração das associações políticas (autocéfalas/heterocéfalas, autônomas/heterônomas e submissas/livres). Ele exemplifica a circunstancialidade que gera uma associação de guerreiros para enfrentar um conflito ou promover um saque. Entretanto, Weber (1999) explicita a crença em uma comunidade consensual e permanente à qual os indivíduos associados pertencem por origem, retornando a ela finda a razão da associação.

O conceito de *metamorphosis* em Elias Canetti rompe com a abstrata contraposição entre indivíduo e comunidade (TÉLLEZ, 2001).

A atual sensação de estar à intempérie, associa-se à perda dessas ficções de confecção moderna que funcionaram outorgando certo telos, a partir do qual se deu certeza à produção de sentido e, conseqüentemente, à produção social da identidade pessoal e coletiva em chave homogeneizadora. (TÉLLEZ, 2001, p. 48-49).

A saída deste dilema passa por superar os binômios antitéticos, Sociedade/Comunidade e Individual/Coletivo, passando a percebê-los como dialéticos. Para Tonnies (*apud* Buber, 1987), há duas formas opostas de organização humana, sociedade e comunidade. Antes

prevaleceu a forma da comunidade, idealizada como aquela em que os seres são livres. Na comunidade, os indivíduos são conduzidos por uma vontade natural ou integral (*Wesenwille*¹³⁵). A ação na comunidade não requer justificação. Nesta perspectiva, há uma harmonia decorrente da homologia entre o universo cultural e o lugar social da ação. Os universos de desejos e de possibilidades seriam correspondentes. A sociedade, forma que suplanta a comunidade, corresponderia ao agregado de indivíduos mantido por contratos racionais. Tonnies (*apud* Buber, 1987) considera a sociedade um agregado amorfo e artificial. Nela há uma separação organizada que é mantida externamente por coação e contrato. Na sociedade, há a morte da cultura. O universo de possibilidades teóricas se agiganta, mas as opções reais do indivíduo são restritas. O indivíduo está restrito à esfera privada.

Fundamentalmente, na esfera privada, o homem está compelido por necessidades (ARENDR, 2000). Na esfera privada não se constitui um espaço político. Para Arendt “viver uma vida inteiramente privada significa ser privado das coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana.” A vida inteiramente humana seria vivida no espaço político, que não implica na supressão do privado. A função da propriedade privada seria definir o lugar ao qual o homem pertence. É o espaço a partir do qual o indivíduo pode participar dos negócios do mundo na esfera da *Pólis*, esfera da liberdade, na qual se realiza a condição humana de estar entre humanos (*inter homines essere*).

Em oposição à importância da esfera pública, o pensamento medieval (Igreja Católica) fez com que a esfera do lar absorvesse todas as atividades e, desta forma, a própria esfera pública. “A abstenção cristã das coisas terrenas pode intensificar o gozo e o consumo das coisas do mundo...” (ARENDR, 2000, p. 64). Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas reúne os homens e estabelece uma relação entre eles. Há, em Arendt, uma dimensão transcendente que sugere sustentabilidade. Se o mundo deve conter um espaço público, este não pode ser construído apenas para uma geração e planejado para os que estão vivos: “deve transcender a duração da vida dos homens mortais.” (ARENDR, 2000, p. 64).

Seguindo as reflexões de Arendt, é necessário conceber o lugar social da produção do mundo, contra-atacar a hegemonia da esfera privada. Para Gaiger (2005), a instauração de um sistema mundo produtor de mercadorias contribuiu para o ocultamento de outras possibilidades modernas de organização da sociedade.

¹³⁵ *Wesenwille* traduzido literalmente significa vontade natural. Pode ser compreendida como a essência ou impulso que move as comunidades.

A idéia de um mundo produzido por ação humana, postula a necessidade de conceber a *communitas* em que tal produção ocorre. O colapso da *communitas* medieval cria um vazio que vai ser conflitualmente e nunca plenamente preenchido pelo Estado moderno [...]. Esta tensão mantém-se irresolvida até os nossos dias e tem sua melhor formulação teórica na dialética hegeliana da Ich-Individualität\Ich-Kollektivität. (SANTOS, 1999, p. 137).

Conceber essa *communitas* depende da redefinição mais ampla de comunidade que a concepção idílica e medieval de pequenas aldeias isoladas e auto-suficientes. Esta comunidade do passado traz consigo uma paz de cemitério, como acusou Marcuse (SAWAIA, 1996).

Os conceitos clássicos da sociologia não deixam espaço para os indivíduos (IANNI, 1990). Ianni recorre às teorias de alcance médio e aos pontos de apoio intermediário (a partir de MERTON, 1970 e MARSHALL, 1967) para qualificar o desafio de definir unidades de estudo de “escopo manejável”. Não a sociedade, o progresso, a moral e a civilização, mas estruturas sociais específicas. É o mesmo meio do caminho utópico entre as partes e o todo no qual Zaoual (2006) situa o método dos sítios. A comunidade como unidade de análise, não só é uma idéia falsa como incorre nos erros do localismo (STOKKE & MOHAN, 2001).

Entender o desafio de definir unidades de estudo manejáveis é um “ato falho”. Expressa a necessidade de enrijecer categorias, ainda que situadas entre o coletivo e o individual. Mesmo a categoria de indivíduo não se constitui em ponto fixo e seguro. A idéia de um indivíduo, um eu unificado, é a imagem iluminista de sujeito como totalidade. Na realidade, cada sujeito assume diferentes identidades, que vivem contraditoriamente dentro de cada pessoa (HALL, 2005). Definir o indivíduo leva ao erro da essencialização do humano. Como então captar essências de coletivos de indivíduos? Mesmo na tentativa de Durkheim de interpretar fatos sociais, está implícita a idéia de essência do coletivo (GUSFIELD, 1975). O novo localismo essencializa o local como discretas e homogêneas comunidades, lugar da resistência e da mobilização de base. A essencialização do local associa-se à essencialização da sociedade civil (STOKKE & MOHAN, 2001).

A idéia de uma identidade coletiva carrega o risco da reificação, recorrente na sociologia alemã hegeliana das décadas de 1920 e 1930, na escola durkheimiana e na antropologia cultural norte-americana (BERGER & LUCKMANN, 1985). Para os autores, é preciso compreender a identidade como resultado da dialética indivíduo-sociedade. As

dimensões individual¹³⁶ e coletiva são fluidas. Não é possível situar-se entre elas, mas é possível compreender que há uma dialética entre um possível “eu” e as possíveis coletividades que atravessam cada pessoa.

7.2. COLETIVO E IMAGINÁRIO: A REFUNDAÇÃO DE VÍNCULOS E SENTIDOS

O socialismo utópico foi, em grande parte, uma alternativa comunitarista, uma tentativa de retorno às comunidades originais. Buber (1987) contrapõe à idéia de retorno, o conceito de novas comunidades pautadas no interhumano (*Zwischenmenschliche*¹³⁷). Para ele, a ligação direta e concreta entre duas pessoas é o mais valioso e eficaz elemento nas formas de interação humana. A comunidade universal só seria realizável como unificação de todos os corpos comunais, comunidades vivas e concretas entre pessoas.

Em Buber, o interhumano é a própria função da sociedade. A sociedade deve viabilizar, manter e respeitar o interhumano assim como é, ela própria, expressão do conjunto destas ações e relações recíprocas entre dois ou mais homens: “Cada relação, cada ação recíproca entre eles podem ser denominadas sociedade” (BUBER, 1987, p. 41).

A *Wesenwille* de Tonnies não mais é a característica da comunidade. A *Wesenwille* pertence a uma comunidade antiga que não mais existirá: “os homens não podem mais retornar ao impulso da natureza, ao estado originário ou à condição primordial” (BUBER, 1987, p. 52). A nova comunidade emerge graças à vontade, a um “estar-com” dinâmico. O novo sentido da comunidade não repousa mais sobre o “ter em comum” (*Gemeinsamkeit*¹³⁸). A palavra fundante Eu-Tu (o entre) surge como resposta ao falso dilema Individual-Coletivo.

Apesar do estabelecimento do cidadão enquanto célula da sociedade moderna, o pertencimento a coletivos, identidades e classes atravessa cada um de nós como possibilidade. Em contraposição à idéia do cidadão atomizado há a necessidade de uma concepção híbrida dos vínculos sociais e da pluralidade dos princípios motivadores da ação humana (GAIGER, 2005).

O imaginário é a construção simbólica mediante a qual uma comunidade (racial, nacional, imperial, sexual, etc.) se auto define (GLISSANT, 1997). Tanto comunidade como

¹³⁶ A fluidez e a precariedade de qualquer noção acabada de um indivíduo total são amplamente desenvolvidas na psicologia freudiana (GUATTARI & ROLNIK, 2000).

¹³⁷ *Zwischenmenschliche* é uma palavra resultante da reunião das palavras “entre” e “humanidade”.

¹³⁸ *Gemeinsamkeit* refere-se ao “algo em comum” à “coisa partilhada”.

sociedade são produtos da imaginação e não descrições do mundo real. Este é o aspecto chave que limita as interpretações da racionalidade econômica sobre os coletivos humanos e suas ações (GUSFIELD, 1975).

A principal matriz identitária, desde a criação do Estado Moderno, é a idéia de nação, composta por suas instituições culturais, símbolos e representações. A cultura nacional é um discurso fundado na imaginação de um país e sua sociedade (HALL, 2005). O avanço da globalização que em grande parte fragiliza o discurso da imagem do Estado-nação trouxe, para o século XXI, um violento *revival* das etnias (HALL, 2005).

A proposta de interromper o mito político da comunidade a libera dos estigmas deste mito e a abre para possibilidades (TÉLLEZ, 2001): a comunidade restabelecida pela política da amizade, fundada na alteridade e, no limite, a comunidade restabelecida se torna uma comunidade dos sem comunidade, sem nenhum “comum” que defina o encontro antes dele próprio.

Como apontam Silva, Bartholo & Tunes (2006), a concepção do *Homo situs* e dos sítios simbólicos de pertencimento de Zaoual vão ao encontro da proposta do projeto assuntivo, de Zea. Ainda que acredite em sentidos ocultos e imanentes, Zaoual (2003) sugere que o sítio se torna profecia autorealizável. O *Homo situs* é o intérprete que não aceita a imposição de modelos externos. Como sugere Gaiger (2005), conjugam-se numa constituição híbrida dos vínculos sociais, o altruísmo, a solidariedade, o pragmatismo e o interesse próprio.

O estabelecimento de uma comunidade como abertura para o futuro também depende da não linearização do encontro. Com o domínio da organização econômica só se vive o tempo linear, seqüencial, serial ou cosmológico (SILVA, BARTHOLO & TUNES, 2006). Trata-se de um contexto organizado para uma seqüência de produção de bens e serviços, que resume os sujeitos ao emprego, que limita a ação e a criatividade. O sujeito empregado apenas se comporta para participar do projeto de um mundo que se desdobra de acordo com um esboço predeterminado. É um conceito similar ao proposto por Santos (2002), do “utopismo automático da tecnologia”, no qual, a evolução do mundo ocorre pelos desdobramentos progressivos da tecnologia. São desdobramentos que se constroem sobre uma mesma base monolítica, de uma ciência que nega outras epistemes, outras formas de conceber o mundo e o conhecimento. A sociedade monocrônica vive uma “fuga para frente” destinada a repetir-se indefinidamente. A monocultura do tempo implica em progresso, modernização e desenvolvimento.

A única saída deste processo é a policronia (RAMOS, 1981; SILVA, BARTHOLO & TUNES, 2006). Na policronia há, além do linear, o tempo antropológico ou convivial e o tempo de salto (referido ao desenvolvimento). O tempo antropológico ou convivial remete de volta a Buber e suas reflexões sobre comunidade e alteridade (BARTHOLO & SILVA, 2004). Não há tempo antropológico se os atores são despersonalizados no emprego do tempo linear ou quando o espaço das relações face-a-face fica comprimido. O tempo da vida vivida sem a premência da produção, das metas e dos objetivos das relações de produção ocorre quando as pessoas se enraízam em um lugar e em um contexto de relações sociais. O passado não existe como pré-configurador da realidade, mas como fonte para os processos de atualização (BARTHOLO & SILVA, 2004). Augé (1997) considera heterônoma aquela sociedade que deixa sua identidade coletiva ser fixada pelo passado e pela tradição, ainda que seja possível considerar elementos do passado na elaboração do futuro.

A policronia dialoga com a ecologia das temporalidades (SANTOS, 2007) que vincula a idéia de diferentes tempos ao desafio da não hierarquização. Na lógica hierarquizante da modernidade, o sujeito incluído existe simultaneamente nas diferentes formas sociais, entretanto só ele é contemporâneo. A diferença que persiste é residual, é um “ainda não” da modernidade. O diferente é simultâneo à modernidade incluída, mas não é contemporâneo. Só será contemporâneo quando se incluir. Esta é a direção desejável para toda a diferença. Não ser contemporâneo significa que determinada forma de existência não pertence a este tempo. Ela é extemporânea e sua simultaneidade em relação às formas contemporâneas demarca-a como residual e atrasada. Não reconhecer a contemporaneidade das diferentes formas humanas implica não reconhecer a possibilidade de que seus conteúdos (culturais, técnicos, econômicos, etc.) façam parte das imagens do futuro.

Sob uma perspectiva oposta, o tempo de salto caracteriza a imprevisibilidade do futuro. Há uma impossibilidade de prever o futuro. Só existe possibilidade de um salto imaginativo, diferente do mero desdobramento da modernidade, quando o sujeito pensa e age sem as amarras do tempo linear. A possibilidade de criar o novo reside em cada sujeito. Como cada homem é singular deve-se esperar dele o inesperado e, por isso, “a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo” (ARENDRT, 2000, p. 191).

Ainda que promova o entendimento das temporalidades, a concepção do tempo de salto não deixa entrever o desafio simbólico que atravessa o processo de construção da sociedade. É possível iludir-se com os múltiplos saltos que a sociedade moderna dá, calcada na

criatividade de seus engenheiros. Estes saltos da modernidade não possuem imaginação social. Eles apenas refletem os desdobramentos automáticos do utopismo tecnológico (SANTOS, 2002). São avanços de instituições que se autonomizaram na imaginação instituída da sociedade moderna. Castoriadis (1982) denomina alienação à autonomização e dominância do momento imaginário na instituição. A alienação leva à autonomização e dominância da instituição em relação à própria sociedade. A sociedade não mais reconhece no imaginário das instituições sua própria criação. É como se as instituições aí estivessem desde sempre, com mecanismos próprios e independentes. O que foi sonhado por judeus e gregos, há três mil anos, estabeleceu um imaginário instituído cujas conseqüências ainda não terminaram.

O fato de que cada sociedade cria suas instituições e que estas são funcionais em relação à sobrevivência daquela sociedade, não exclui a existência de instituições disfuncionais ou a ausência de instituições necessárias (CASTORIADIS, 1982, p. 165).

Na moderna sociedade de indivíduos não se encontram espaços que permitam revisões radicais de suas instituições e propósitos. Um indivíduo separado não imagina uma sociedade e suas instituições, no máximo produz fantasmas privados, elementos para um discurso sem lugar ou para uma seita efêmera (CASTORIADIS, 1982, p. 174). Para que exista uma significação social imaginária deve haver novos significados coletivamente disponíveis (CASTORIADIS, 1982, p. 174-175).

O desafio para qualquer significação imaginária é compor respostas satisfatórias às perguntas fundamentais para toda sociedade: “Quem somos nós como coletividade? Quem somos nós uns para os outros? Onde e em que somos nós? Que queremos, que desejamos e o que nos falta?” (CASTORIADIS, 1982, p. 177). Não que estas perguntas devam ser ou sejam feitas explicitamente a algum coletivo. Provavelmente seriam percebidas como retóricas e devolvidas na mesma matriz. Só o fazer social de uma coletividade pode encarnar as respostas a estas perguntas.

O imaginário precisa fazer uso do simbólico para passar do *momentum* imagético para o real. Uma imagem precisa derivar em símbolos, assim como o simbolismo precisa da capacidade imaginária. Capacidade imaginária é a capacidade de evocar imagem significativa. Os símbolos comportam componentes racionais-reais indispensáveis para o pensar e o agir. Uma sociedade só se reúne quando o imaginário entrecruza o simbólico e só se viabiliza quando se entrecruzam imaginário e econômico-funcional. Qualquer sociedade que se

imagine precisa organizar a produção de sua vida material e sua reprodução como sociedade (CASTORIADIS, 1982, p. 175). Estas relações de homologia entre imaginário social, imagem significativa, símbolo e seus respectivos componentes racionais-reais permitem entrever o desafio que perpassa um coletivo. As condições coletivas para a produção que vai do imaginário ao fazer social referem-se tanto à alteridade quanto à racionalidade, tanto à subjetividade quanto à materialidade e tanto ao encontro quanto à ação.

7.2.1. Mas... sem política e razão não tem sustentabilidade

Nowhere may be an imaginary country, but news from nowhere is real news.
(MUMFORD, 1922, p. 24).

Desejar construções coletivas autônomas, entretanto, não significa escapar à realidade e a todo instituído. Construções coletivas não se dão no vazio social. Elas operam-se criando as instituições necessárias à materialização do imaginário. A radicalidade e exclusividade de uma política calcada na alteridade e no encontro humano podem conduzir ao ponto de uma não-política e uma não-ação. Neste limite, a identidade (e vínculos grupais) fundamentaria uma anti-política, uma introspecção num ciclo de fragmentação e difusão das energias políticas (KAUFFMAN, 1990).

Arquimedes, ainda que em outro sentido, disse: “Dê-me um ponto fixo e moverei o mundo.” Sem ponto de referência a imaginação não move o mundo. A imprevisibilidade fundamental da ação precisa do “poder de prometer”, entendido como a possibilidade de firmar compromissos (ARENDR, 2000). A imprevisibilidade deriva de uma inconfiabilidade fundamental dos homens (quando livres). Como assinala a autora, dos homens não se sabe o que esperar pelo tanto que mudam. Assim, numa comunidade de iguais, onde todos têm a mesma possibilidade de produzir discurso e ação, a imprevisibilidade desmantelaria as condições da ação coletiva. A imaginação que articula um coletivo, mesmo que temporariamente, dependerá sempre de acordos e contratos (ARENDR, 2000) e de instituições (CASTORIADIS, 1982).

Além do imaginário, o encontro humano tem um lugar real que não pode ser ignorado. São problemas e possibilidades reais, situadas espacial e socialmente. É a partir da posição ocupada, na estrutura objetiva e simbólica, que os sujeitos podem desenvolver suas representações e tomada de posição (BOURDIEU, 1996). Esta estrutura objetiva e simbólica distribui os diferentes tipos de capital e define o *habitus* de cada grupo (enquanto lugar

objetivo e simbólico na estrutura). Os espaços relacionais de objetivação dependem de um objeto (espaço ou recurso) sobre o qual se pensa e age, sobre o qual se constroem as opções políticas dos grupos sociais. Lehalleur (1998) refere-se à terra como instrumento fundamental para objetivação das relações sociais. Esta compreensão parece adequada no caso estudado pela autora, que trata da territorialidade camponesa. Assim, a compreensão do espaço de vida é uma condição para o desenvolvimento, não só da potência, mas do próprio desejo de ação (SORRENTINO, 2001).

O novo a ser construído depende de escavações sobre os silêncios que se estabeleceram e as questões que foram ocultadas (ao calar-se para ouvir ao *logos*, como sugerido por Heráclito). É o esforço concreto, sistemático, argumentativo e interpretativo que Boaventura chamou arqueologia virtual do presente (SPOSATI, 2001). É o processo de construção de uma subjetividade coletiva, estabelecida dentro de comunidades interpretativas, que se debruçam sobre o mundo real para transformá-lo.

O desafio em questão é o da produção de “espaços de locução” ou “instâncias de reflexividade” que redescobrem os caminhos da desejabilidade e possibilitam uma Política Ambiental. Não a política ambiental do Estado-nação, mas a da sociedade civil. Uma política engajada em processos da (re)construção intencional da organização humana e do futuro em seus diferentes espaços de vida (TASSARA, 1998, 2005, 2006).

Tal política refere-se às possibilidades modernas de organização e não do impossível retorno às formas organizativas do passado (GAIGER, 2005). O mundo e a gestão dos interesses humanos requerem uma reconcepção dos espaços de produção política e espaço público. Comunidades políticas como “espaços relacionais de objetivação da sociedade democrática, plural e igualitária” (SAWAIA, 1996, p. 50-51). A heteronomia, entendida como inclusão passiva numa ordem preexistente, só pode ser superada pela reflexão crítica e pela constituição de espaços públicos de atuação e realização humanas (CASTORIADIS & COHN-BENDIT, 1981).

Ainda que se fale do reencontro humano, de comunidades e de vínculos, a utopia continua pautada na elaboração racional de propostas, pactos e instituições. Os argumentos (contidos em cada discurso) através dos quais cada um expressa suas convicções são o fundamento possível para a construção democrática do mundo. Não há uma determinação gnosiológica da racionalidade instrumental. Nessa construção política, cada indivíduo está, ao mesmo tempo, em condição de autonomia e de responsabilidade.

O sentido coletivo depende da capacidade imaginária e da possibilidade de estabelecer um espaço para selecionar argumentos e práticas. A construção do simbólico não tem total liberdade, mas parte do histórico, de expressões que façam emergir encadeamentos significantes (CASTORIADIS, 1982). Omitir aquilo que se possui como contribuição (tesouros do passado, premonições do futuro) significa interromper ou deixar de transmitir/expandir o elo social do qual cada pessoa é depositária (TASSARA, 2003). É nesse ponto que autonomia e responsabilidade se encontram; cada um é responsável pelo que diz e pelo que cala (CASTORIADIS, 1982). Situação diferente da expansão da colonialidade pelo vínculo hierarquizante na relação dominador-dominado. O homem colonial-moderno tem sido depositário de um conhecimento sobre o qual não possui autonomia ou responsabilidade (TASSARA & DAMERGIAN, 1996).

A ação política, que vai da imaginação à materialização sustenta-se no binômio *Legein-Teukhein* onde *Legein* significa distinguir-escolher-estabelecer-juntar-contar-dizer, e onde *Teukhein* é juntar-ajustar-fabricar-construir (CASTORIADIS, 1982). O *Legein* parte do *Teukhein* já exposto (nos fazeres vigentes, conhecidos ou mesmo abandonados). É nos elementos conhecidos por um coletivo que se encontram as possibilidades sobre as quais se vai distinguir-escolher-estabelecer. O *Legein* é o momento da pluralidade democrática e o *Teukhein* é o exercício da escolha coletiva sobre o fazer.

A emergência de novas práticas solidárias sinalizaria o funcionamento de comunidades interpretativas e da racionalidade emancipatória (SANTOS, 2002). O conceito de *Legein* é de uma produção coletiva e democrática. Assim, o *Legein* não se converte em ideologia. É de se esperar que, ao ser elaborada com base nos desejos e interesses partilhados, as escolhas desdobram em um *Teukhein* solidário. Em Santos e Castoriadis, a vinculação entre ação coletiva e solidariedade não são apelos morais, mas um indicador de sua existência e condição da validade das práticas.

Assim como Berman (2007) considera Foucault demasiado lúgubre ao nos condenar à repetição (pela autonomização dos símbolos que operamos), Olson (1999) pode ser entendido como refém de uma prisão para a qual quer convidar a todos. Os argumentos olsonianos para a ação coletiva, os motivos individuais para participar da produção de um bem coletivo, contribuem para a manutenção do capitalismo a partir de fuga da reificação (CASTORIADIS, 1982). Para Castoriadis, não são apenas as forças econômicas que movem os homens no capitalismo, mas o instinto de não se deixar coisificar. Para Olson, até as escolhas

possivelmente racionais só se efetivam quando nelas há força econômica. A sociedade se reengendra quando grupos se reúnem para uma ação coletiva. A diferença, que faz toda a diferença, é que em Olson a sociedade se sustenta em solo imutável e em Castoriadis ela se institui sobre um magma de significações. A sutileza de Putnam et al. (2002), quando incorpora elementos subjetivos e culturais ao definir capital social como o conjunto que permite superar os dilemas da ação coletiva, não altera o solo imutável de Olson. O encontro entre as pessoas não serve para uma humanização ou um *Legein*, mas para criar condições subjetivas à ação corporativa na sociedade imutável.

7.3. INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DE COLETIVOS PARA A SUSTENTABILIDADE

A primazia da racionalidade como método e a primazia do encontro como um fim em si e como ontologia do ser humano estão em (aparente) conflito. Os pólos do conflito são a funcionalização do encontro e a pós-modernidade de celebração (SANTOS, 1999). O conceito da instituição imaginária da sociedade não gera um meio do caminho, mas um lugar fora desta antítese. Também contribui com os pensadores dos novos movimentos sociais que desejam escapar, ao mesmo tempo, das armadilhas da ação coletiva pensada sob o paradigma da racionalidade econômica ou sob a identidade coletiva (COHEN, 1982, 1985; MELUCCI, 1985; TOURAINE, 1981, 1985; PLOTKE, 1990). Touraine (1981) afirma que os atores históricos são determinados tanto pelo campo da cultura quanto pelo conflito social. A ação coletiva está referida a uma agregação humana de natureza contestatória, que busca conjugar forças frente a uma situação de conflito (ARAÚJO, 2006), e também à cultura.

Movimentos sociais referem-se tanto aos processos não institucionalizados de luta política, que visam mudar a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, assim como às formas de interação individual e aos ideais culturais. Compreender os movimentos sociais é compreender os conteúdos dos processos, organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram (ALEXANDER, 1998, p. 5). Nesses conteúdos identitários dos novos movimentos sociais estão imbricados os objetivos sociais e os parâmetros da cultura. Assim como nessa definição, Gohn (2002) ressalta o “marcante componente identitário dos novos movimentos sociais.” Nos novos movimentos sociais o conceito de coletivo não submete o de indivíduo e transcende a abordagem estruturalista-classista.

Estas definições se parecem mais com desejos do que com leituras da realidade. Dentre as cinco categorias empíricas que caracterizam os movimentos sociais (GOHN, 2002)

percebe-se que, em geral, são coletivos derivados de necessidades comuns que os agrupam segundo: 1) origem social dos mandatários; 2) características humanas (sexo, idade, e cor); 3) problemas sociais (ausência de serviços e aparatos públicos, questão ambiental, patrimônio histórico, etc.); 4) questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural, etc.); e 5) ideologias.

Cohen (1985) afirma que o problema da identidade coletiva está na impossibilidade de definir a razão pela qual um conjunto de características partilhadas (origem social, cor, gênero, falta de terra) se torna relevante. Mesmo aspecto apontado por Lehalleur (1998) sobre o porquê de um lugar desenvolver condições para pertencimento regional, capaz de gerar “impulso coletivo” e outro não. Há ainda a pergunta sobre a durabilidade do coletivo sem que ele se torne uma massa operada pelas suas próprias elites: “Como relações duráveis e autênticas de cooperação podem persistir sem se tornar pura dominação ou grupo episódico de interesse?” (PLOTKE, 1990, p. 101).

Em Castoriadis esta pergunta é respondida da seguinte maneira: “Uma coletividade durável de sujeitos” só pode encontrar uma unidade para sua ação se esta unidade existe em primeiro lugar para si, independente de sentidos prático-teóricos atribuídos externamente. A coletividade deve ser capaz de ultrapassar toda predeterminação inicial, elaborando novas formas e conteúdos (CASTORIADIS, 1982). Em termos da práxis, trata-se da condição de se tornar uma unidade aberta fazendo-se a si mesma (CASTORIADIS, 1982, p. 110). O autor se refere à permanência e dialética entre o instituído e o instituinte, entre o significado e o significante.

Movimentos surgem e minguam conforme o interesse coletivo por uma causa. Em algumas situações, a necessidade é tão permanente e tão entranhada na estrutura da sociedade que cria não só um movimento, mas uma categoria social permanente, como os sem-terra, os atingidos por barragem. Tais movimentos institucionalizam-se e criam organizações permanentes para operar as lutas da categoria. Para Heberle (*apud* GOHN, 2002) uma das funções de um movimento social é a formação da vontade política comum ao grupo. Esta leitura se aproxima do processo de arregimentação e organização desenvolvido, sistematicamente, por alguns movimentos brasileiros (NAVARRO, 2002). A formação da vontade política do outro é um ato homólogo ao conceito leninista de “agitação e propaganda”. Tais movimentos podem se pautar pelo mesmo projeto de sociedade dos atores a que se contrapõem (mesma imagem estagnada da modernidade). O foco da ação é o

equilíbrio distributivo e a justiça social, que visa à melhor distribuição de elementos da imagem da sociedade moderna. A construção democrática de um processo de instituição imaginária da sociedade se torna tão desnecessária quanto postergadora da ação. A vanguarda está certa de que sabe o que é melhor para as massas. Assim, toda agregação inicialmente espontânea se torna meio para objetivos produzidos externamente a ela.

“Como fazer vingar a preocupação tradicional da sociologia, com a participação e a criatividade sociais, numa situação em que toda a espontaneidade do minuto um se transforma, no minuto dois, em artefacto mediático ou mercantil de si mesma?” (SANTOS, 1999, p. 21)

Castoriadis (1982) utiliza-se da formulação de Cantor, para a teoria dos conjuntos, para apresentar a idéia de que há (ou que deve haver) uma reflexividade objetiva entre o conjunto e a lógica identitária das instituições. Em alguma camada do fazer e do pensar é necessário que surja uma congruência. Para que uma linguagem possa se instaurar e funcionar e uma prática possa ser desenvolvida é necessário que os homens possam se encontrar frente a uma referência entendida como válida e significativa. A cada momento, o conjunto é legitimado pelos seus sujeitos. “Só existem conjuntos na e pela lógica identitária, no e pelo *Legein*.” (CASTORIADIS, 1982, p. 265)

A instituição da sociedade é a instituição de um mundo de significações específicas. O conjunto seleciona o que é válido e o que não é válido circunstancial ou absolutamente, exatamente como ao definir o *bodecervo* aristotélico (GINZBURG, 2001). O conjunto se define em absoluto e em relação às circunstâncias. “O mundo das significações é um magma [...] neste magma há fundições mais espessas, pontos nodosos, zonas mais claras ou mais escuras, pedaços de rocha. Mas o magma não pára de se mexer, de dilatar e de baixar o nível, liquefazer o que era sólido e solidificar o que não era quase nada” (CASTORIADIS, 1982, p. 283-284). *Legein-Teukhein* encontram-se imergidos no magma, o que se altera são as consistências específicas em cada situação; são como que selecionados do magma.

A crescente percepção dos riscos ambientais faz Boaventura afirmar que a única utopia realista é ecológica (e democrática). A utopia ecológica é realista porque se assenta sobre um “princípio de realidade”, reúne as virtualidades fundamentais para a construção de idéias hegemônicas, no sentido apontado por Gramsci (SANTOS, 1999).

Analisando esta proposição sob o conceito de magma de significação pode-se considerar que há uma entrada consistente e generalizada de conteúdo ecológico. Este

conteúdo pode se consolidar em discursos e práticas. Diferentemente do otimismo de Santos (1999) ao imaginar que o desafio ecológico emula uma utopia ecológica, a realidade demonstra a possibilidade ampla da conversão deste conteúdo em ideologia. Por outro lado, há, de fato, uma produção de conteúdo ecológico e há, também de fato, uma relação possível com uma utopia. Há um desafio ecológico se situando no imaginário social dos diferentes grupos.

Outro conceito de Santos (1999), profícuo para o pensamento sobre a dinâmica do magma de significações de Castoriadis, é o da cultura de fronteira (SANTOS, 1999). O autor exemplifica diversos expoentes culturais e políticos cuja situação semi-periférica viabilizou hibridações que fundaram novas perspectivas sociais, com destaque para Oswald de Andrade e o modernismo brasileiro. Segundo esta concepção, este lugar de fronteira abriga maior riqueza que outros e, em virtude dela, permite maiores inovações, pois se inicia devorando “canibalisticamente” múltiplos referenciais para depois, seletivamente, construir o novo. Para além da riqueza disponível para o novo, como ingredientes separados, a idéia do lugar de fronteira permite perceber um magma ampliado. Neste magma já se preparou e se preparam novas possibilidades, a todo tempo.

Por outro lado, a idéia da construção de idéias hegemônicas e de disputa por hegemonia responde, insatisfatoriamente, à pergunta do próprio Santos (1999) sobre os riscos dos movimentos espontâneos se tornarem artefatos de si mesmos no minuto dois. A idéia de grupos fechados disputando hegemonia não condiz com a concepção democrática e dinâmica dos coletivos humanos em um processo de instituição da sociedade (instituída-instituente).

Todo conjunto auto-pressuposto de humanos é uma rede e todas as organizações que emergem são co-extensivas e indiscerníveis das redes de que participam (ESCÓSSIA & KASTRUP, 2005). Qualquer fronteira das partes não é rígida e tampouco definitiva. O coletivo é entendido como plano de co-engendramento (ESCÓSSIA & KASTRUP, 2005), ou como um coletivo-rede que presentifica significações imaginárias sociais. O coletivo-rede só pode existir referindo-se e estabelecendo suas unidades singulares que operam *Legein-Teukhein*. Trata-se da reflexividade objetiva do coletivo, que se funda em sua auto-pressuposição. O coletivo-rede se auto-pressupõe. Pressupor-se é diferente de definir-se ou fechar-se.

O modo de ser de uma coletividade não pode ser concebido como inerente ao agrupamento dos indivíduos. É preciso que o coletivo seja instituído, que se fabrique como

obra do imaginário radical e como sociedade instituinte. O coletivo precisa ultrapassar limites de uma ontologia negativa que pré-determinam as formas pelas quais a sociedade não deva ser pensada. Superar estes limites visa reabrir e reencontrar caminhos que são negados como impossibilidades. Este é o trabalho da sociologia das ausências (SANTOS, 2007).

É importante refletir sobre os limites dos caminhos escolhidos pelos coletivos. Nisto reside o vínculo entre coletivos e sustentabilidade. Não há sociedade que exista sem se imaginar ou que não tenha se imaginado coletivamente. Não se pode dizer, *a priori*, “o problema da sociedade é” uma vez que “não existe o problema da sociedade” (CASTORIADIS, 1982, p. 163). O aspecto problemático de um fato não é verificável sem revisitar o sentido problemático que a sociedade atribui em função da condição imaginada como ideal ou como não-problema.

Ainda que não haja um problema fundamental da sociedade moderna, o fato é que a autonomização de suas instituições e a alienação da sociedade em relação a essas instituições criaram uma dificuldade extrema em interromper suas práticas. A inércia da sociedade atinge até mesmo aspectos que alarmam todos os indivíduos que a compõem. Muitos dos efeitos alarmantes (aquecimento global, perda da biodiversidade, contaminação ambiental, desertificação, destruição de corpos d’água, exaustão de recursos) estão reunidos para o enfrentamento pelo desenvolvimento sustentável. Não se pode afirmar que tais efeitos não podem ser enfrentados pelas instituições existentes, principalmente pelo mercado e pelo Estado, que dominam o momento regulação da sociedade (SANTOS, 2002).

Pode-se entrever, entretanto, que a lógica que rege e autonomiza as instituições não se compromete com uma repartição equânime dos custos das possíveis novas regulações. Em tese, a sustentabilidade da sociedade tal qual ela é, pode prescindir (e rejeitar) profundas transformações sociais e institucionais. Neste caso, o desenvolvimento sustentável passa inclusive pelo aprofundamento de algumas crises sociais já vividas, agora mais duráveis.

Só é possível afirmar que coletivos humanos são necessários para a sustentabilidade quando se partilham três argumentos: 1) a sociedade moderna perdeu o controle sobre suas instituições e não consegue mais imaginar-se; 2) o estado instituinte do imaginário da sociedade é condição de legitimidade para suas instituições; e 3) a autonomização das instituições aprofunda e dificulta o enfrentamento da crise socioambiental.

Estes três argumentos oferecem condições para generalizar a idéia de que coletivos humanos, re-imaginando e reinventando a sociedade, são um caminho para a sustentabilidade,

tanto a da sociedade quanto a dos coletivos. Pensar e gerir o território é mais que oferecer benefícios, prosperidade ou direitos civis aos indivíduos, é produzir e manter os laços sociais que mantêm a pertinência do conjunto (LEFÈVRE, 1997, p. 215).

Nem o cidadão detentor/buscador de emprego, por seu isolamento impotente, nem os clubes de boliche¹³⁹, por sua impertinência política e nem as comunidades originais de Tonnes, por sua incapacidade de compor a sociedade global, representam resposta aos desafios da sustentabilidade. Com o aumento da incorporação dos lugares ao mercado, há um reforço de um processo que está no centro do conceito de alienação. A sociabilidade fica reduzida ao intercâmbio útil e à motivação do ganho pessoal (SANTOS, 2002). O paradigma materialista-racionalista em que se fundamentam Olson (1999), Putnam et al. (2002) e Beduschi & Abramovay (2004) mantém a concepção da incapacidade dos coletivos transcenderem a perseguição aos interesses corporativos. Tais agrupamentos propõem, no máximo, organizações coletivas como suporte e distribuição do progresso.

O mínimo que se pode dizer é que coletivos humanos são imprescindíveis para a sustentabilidade da diversidade social. A sustentabilidade de formas de vida distintas do projeto moderno de sociedade requer um coletivo-rede que se imagine como sociedade (sociedade regional, em Lehalleur, 1998) e institua sua territorialização sustentável.

Assim, examinar a possibilidade da instituição imaginária de uma sociedade sustentável se assenta sobre quatro desafios:

- compreender o conjunto sem pré-definir sua configuração atual ou futura;
- compreender as condições para a significação social de um discurso imaginário;
- refletir as condições para a instituição social do novo imaginário de sociedade; e
- compreender os riscos do estabelecimento meramente ideológico do discurso e da autonomização das novas instituições.

Este quarto aspecto refere-se ao desafio de enfrentar a perda da espontaneidade e o risco da autonomização de discursos, práticas e instituições. É importante explicitar a não-inclusão de aspectos pré-concebidos (conservação da biodiversidade, preservação das condições de reprodução) para que uma sociedade seja compreendida como sustentável. Essa não-inclusão decorre da compreensão de que a definição dos conteúdos da sustentabilidade depende das condições de cada coletivo. Entretanto, é possível pré-definir conteúdos da sustentabilidade

¹³⁹ Alusão à concepção de capital social oferecida por Putnam (2000) em *“Bowling alone”*.

em referência a dois aspectos:

1. o aspecto ambiental implícito no desafio de compreender as condições (*Legein-Teukhein*) da sociedade sustentável, ou a existência de condições objetivas para a sociedade imaginada; e
2. o aspecto ético da possibilidade do estabelecimento da sociedade imaginada comprometer as condições de outro coletivo. Neste caso é necessário um equilíbrio de poder ou respeito que induzam, ambos os coletivos, a modificarem suas práticas conflitantes.

Neste componente da ética entre coletivos, abre-se outra questão de mesmo matiz: um coletivo pode se fechar à entrada de pessoas e grupos? Se um coletivo estabelece-se como célula de resistência à modernidade, ele se assemelha às células da diáspora africana que representam a junção de uma diversidade, já dentro de um navio negreiro, e que implica em um destino comum (GILROY, 2001; SERRANO & WALDMAN, 2007). A idéia de Gilroy rompe a concepção rígida que relaciona lugar e consciência. Ela rompe a noção da identidade enraizada e enclausurada no lugar, ou na história comum, ou na ancestralidade partilhada, próxima à idéia de vida humana associada (RAMOS, 1965)¹⁴⁰. Existiria, portanto, um imperativo ético da abertura dos coletivos. Assim, seriam células da diáspora brasileira que emergem, mas ultrapassam a concepção de diáspora de Gilroy (2001). No limite, alcança a concepção de público diaspórico, em que se estabelecem contextos comunicativos múltiplos, não interligados e não limitados pelas fronteiras nacionais (AVRITZER & COSTA, 2004). Qualquer indivíduo poderia aderir ao coletivo e participar de seu discurso e ação.

Esta abertura não se configura em condição sem a qual uma sociedade sustentável não se estabelece. Entretanto, pode ser considerada como condição ética frente a todos que partilham desse mesmo mundo. O coletivo-rede permanece aberto pelos mesmos motivos que suas instituições devem permanecer. É o aspecto conjuntivo (conectivo) que caracteriza o tecido social da sociedade imaginária de Castoriadis, que permanece aberta a novos conhecimentos, novas práticas e a novas pessoas/grupos. A noção conjuntiva do magma de significações remete à idéia da cultura como sistema aberto, capaz de ampliar a própria autonomia (MORIN, 2003). A condição de sustentabilidade da sociedade imaginária é seu estado de abertura, que é também o seu imperativo ético como célula diaspórica.

¹⁴⁰ Sem o diálogo com o conceito da diáspora africana, o contexto histórico de surgimento dos FP foi apresentado no primeiro capítulo desta tese.

7.4. BUSCANDO O COLETIVO DOS FP: TECIDOS EM MOVIMENTO E ESMAECIMENTO

Talvez este devesse ser o primeiro capítulo desta tese, mas só poderia vir após os seis capítulos anteriores. Primeiro se registrou que os FP são 510 comunidades, 20.000 famílias e aproximadamente 120.000 pessoas que vivem no sertão baiano. Depois se buscou compreender a origem deste conjunto, a situação atual, a configuração como população tradicional, a gestão do FP, os desafios à sustentabilidade e os discursos e ações que vêm sendo aplicados sobre este conjunto. Depois de explicar o que são por trezentas páginas, restam poucas para a tarefa de reabrir a pergunta com novas cores, mas ainda a mesma: quem são os FP?

O capítulo 3 analisou o significado paradoxal do desenvolvimento dos FP como coletivo da tradição, principalmente a diversificação originada do fortalecimento da identidade. Neste capítulo, o desafio é compreender a importância destes desdobramentos para as perspectivas de manutenção, alteração e/ou ampliação deste coletivo.

Cada grupo que hoje se chama comunidade de FP desenvolveu-se a partir de um ou mais clãs. Possivelmente, 150 anos atrás, encontrar-se-iam no indefinido perímetro de um FP (base física) um ou mais clãs partilhando a caatinga como pasto natural, área de caça e coleta. A imagem sobre a constituição de um FP em Buritirama se assemelha à idéia de local da diáspora: “O povo chegava, não tinha ninguém e ficava morando, ia juntando, morando, morando mais, morando, juntando até ficar comum.” (representante do FP Brejão).

Estes grupos familiares estabeleciam laços por compadrio e casamento, sem que isso permita dizer que havia uma unidade fechada, com fronteiras rígidas. Nada que precisasse ser denominado ou que se autodenominasse comunidade. Na maior parte dos estudos sobre FP transpira a concepção essencialista das comunidades que detinham um modo de vida e que, acossadas pelo exterior, criaram as associações (GARCEZ, 1987; CARVALHO, 2008). A identidade coletiva seria um desdobramento do conflito que ameaça um modo de vida (CARVALHO, 2008).

Segundo seus moradores há, em geral, três organizações distintas em cada um deles: a comunidade de igreja (relacionada às celebrações e/ou comunidade eclesial de base), a família (que, muitas vezes, se estende ao grupo de afinidade) e a associação (relativa aos seus sócios). Quando se fala em cada FP, não se define uma fronteira fechada ou uma comunidade.

Anteriormente aos conflitos não havia uma denominação geral para o conjunto de

famílias. Por vezes, os clãs se distribuíam espacialmente e designavam uns aos outros pelo sobrenome (os Ferreira, os Silva) ou segundo uma toponímia (os do Curral Velho, os do Amalhador). A reunião destes lugares sob um nome único se deu, muitas vezes, a partir de pessoas de fora, servidores públicos ou atravessadores aplicando designações mais amplas que englobavam vários grupos próximos (“amanhã vou pra Serra Branca”). Em outras situações, a unificação de um nome de deu a partir dos clãs frente ao conflito comum. Riacho Grande, por exemplo, era só um riacho até se tornar nome de comunidade, em 1982, como designação para um conjunto de grupos que viviam próximos e se uniram frente ao conflito. Areia Grande surgiu mais recentemente ainda com a associação do Riacho Grande e outras três comunidades frente a novo conflito. Muitas comunidades surgem por indução do Estado. Isto ocorre quando agentes públicos informam que não é possível regularizar mais de 2.500 hectares para uma associação, então se inventa uma nova comunidade para que o conjunto não perca terra por um limite estabelecido na Lei de Terras.

Em muitos FP, os grupos de afinidade definidos pelos compadrios já foram mais fortes que a própria família ampliada. Relata-se que, para alguns, deixar de atender um adjutório¹⁴¹ junto a um compadre é mais vexatório que deixar de atender um irmão. A importância das relações bilaterais pode ser maior que a relação com um coletivo mais amplo.

Mais recentemente, encontram-se diversas outras formas associativas dentro e entre os FP: a própria associação de FP (figura jurídica), os grupos evangélicos, os grupos católicos, o grupo do futebol, o grupo da novena e o grupo de jovens.

Os FP encontram-se numa situação interessante e peculiar se comparada a outros movimentos. A base identificada como de FP está próxima do teto da base mobilizável. Isso se considerar-se que não surgem novos grupos fazendo uso comunal da caatinga. Outro aspecto que influencia o entendimento da composição da base dos FP (já discutido em capítulos anteriores) é o da diversidade desta base. A agregação de brejeiros e geraizeiros à categoria pode ampliar em até 50% o número de famílias percebidas atualmente como sendo de FP.

Não há, no sentido usado pelo MST, um recrutamento para compor os FP. Há uma imagem dos FP (criadores em terras comuns) a partir da qual se dá a agregação. Esta agregação ocorre por contato, conforme estes criadores são vistos e entendidos como FP pelo

¹⁴¹ Reunião de um grupo para concluir uma tarefa para um colega, geralmente tarefas consideradas pesadas (plantio, colheita, construções). Implica reciprocidade.

governo, pelas organizações de apoio e pelos seus representantes. Este contato se dá, principalmente, nos momentos nos quais os grupos vivenciam conflitos.

Entende-se que pertencem ou podem vir a pertencer aos FP:

- 1) todas as comunidades que encaminham sua regularização como FP junto ao CDA (16 mil famílias); e/ou
- 2) comunidades identificadas pelas lideranças e pelas organizações de apoio como sendo de FP (seriam 20 mil famílias); e/ou
- 3) comunidades ainda não identificadas em regiões sobre as quais diz-se que subsistem pequenos grupos que fazem uso comunal da terra¹⁴².

A diversidade de formas de ocupação que vem se agregando aos FP (FERRARO & BURSZTYN, 2008) resulta de seus avanços como organização política. Isto reforça a compreensão de que cada comunidade, cada grupo e cada associação são apenas agregações possíveis. Não são essências estruturadas de um modo de vida. Assim, FP surge como uma rede, sem fronteiras rígidas, sem nós e fios pré-definidos, mas uma tessitura em movimento. É seguro afirmar que equivalem à imagem de um coletivo-rede, um tecido conjuntivo (CASTORIADIS, 1982) que se auto-presume e se auto-refere: “nós de FP”.

7.5. FP: PARA ALÉM DO MOVIMENTO SOCIAL E DO MODO DE VIDA

Depois de enunciar os limites das abordagens culturais/essencialistas e estruturalistas para compreender coletivos e suas ações, parece paradoxal iniciar a análise a partir dos FP como movimento social e como modo de vida. A lógica identitário-conjuntista proposta por Castoriadis (1982) sugere abordagens mais fluidas, olhar sobre o “dizer” e o “fazer” de um coletivo que o observador não define, mas que se auto define e muda o tempo todo. Ainda assim, os olhares (externos) sobre os FP os reconhecem a partir destas duas formas. Trata-se da mesma prisão paradigmática do cientista que só consegue olhar a imagem de uma mesma forma (KUHN, 2005). Analisar os FP como movimento social e como modo de vida é, entretanto, um ponto de partida importante, inclusive para superar os limites destas abordagens.

¹⁴² O detalhamento do potencial de expansão dos FP foi apresentado no capítulo 2 desta tese.

7.5.1. FP como movimento social: o fio das circunstâncias

Gohn (2002) considera algumas fases típicas de constituição de um movimento social. Os FP também se constituíram ao longo de diferentes fases. Para compreender a proximidade entre as fases típicas e as fases do FP procedeu-se a uma comparação. O quadro 7.1, abaixo, reúne uma síntese destas fases, sistematizadas por Gohn (2002):

1. Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a atingir
2. Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias)
3. Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas
4. Transformação das demandas em reivindicações
5. Organização elementar do movimento
6. Formulação de estratégias
7. Práticas coletivas de assembléias, reuniões, atos públicos, etc.
8. Encaminhamento das reivindicações
9. Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais, etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo)
10. Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores
11. Consolidação e/ou institucionalização do movimento

Quadro 7.1: Fases típicas do desenvolvimento de um movimento social

Ainda que a autora não tenha pretendido determinar um padrão único ou uma ordem cronológica rígida, ao apresentar tais fases como categoria de análise convida à comparação. O processo geral da configuração dos FP, apresentado de modo sistematizado no quadro 7.2, em nada se parece com a proposta de Gohn (2002):

1. Configuração de inúmeras células reunindo grupos de famílias (clãs associados) apossando-se da terra de modo comum, dependendo da produção primária do bioma e de produções ultra-intensivas (1800-1950)
2. Resistências a processos que ameaçavam a posse da terra ou a caatinga reunindo clãs sob a denominação de comunidades (desde 1970)
3. Articulações regionais com setores do estado que buscaram formas de viabilizar a regularização das terras e criaram a generalização do termo FP (1980-1990)
4. Institucionalização da organização comunitária na forma de associações (1980-1990)
5. Organização em centrais regionais e início da prática de suas assembléias periódicas (desde 1990)
6. Formulação de estratégias e projeto estadual unificador (2003)
7. Negociações com intermediários por meio das representações (desde 2000)
8. Novas resistências comunitárias contam com apoio de assessorias, das centrais e viabilizam a adesão à categoria dos FP (desde 1990)

Quadro 7.2: Dinâmica de surgimento do coletivo dos FP

A organização elementar do FP enquanto movimento é anterior ao mesmo. Em uma primeira etapa, as articulações e envolvimento com interlocutores do governo foram descentralizadas. Ainda que a constituição de uma classe seja produto da luta social e, não ao contrário, os FP estavam latentes. Suas células são anteriores à luta social. Havia um conjunto de similaridades que ligava um amplo coletivo. Entretanto, não havia consciência deste coletivo e os fios que os conectavam eram intangíveis. As estratégias para resistências locais surgiram antes que um conjunto de demandas fosse formulado. Nos movimentos sociais as estratégias são formuladas posteriormente. O processo de nascimento do coletivo dos FP se pauta na manutenção do estabelecido. Como movimento social, os FP nascem para conservar e não para transformar. Seu caráter contestatório reside no fato de tratar-se de um fenômeno contra-tendencial. A conservação do estabelecido contraria uma dinâmica da sociedade que os ameaça. As grandes diferenças entre o processo de seu desenvolvimento, quando comparado ao quadro apresentado por Gohn, emergem deste aspecto extremamente peculiar de um movimento que se estabelece pela permanência e não pela mudança.

Os opositores deste coletivo são fazendeiros, grileiros, lenhadores, carvoeiros, caçadores, prefeitos e alguns juizes. A articulação e diálogo com intermediários do Estado foi um processo deflagrador. O diálogo com o governo esteve associado à própria configuração do movimento.

O movimento dos FP vem sendo reconhecido publicamente. Eles vêm se articulando com outros movimentos inseridos na questão agrária, como a Via Campesina, o MST, o MPA, o CETA e o MAB. Estas articulações se dão de três formas: a) união de forças para negociação frente ao Estado; b) articulações regionais para lutas comuns (frente barragens ou outros grandes projetos); e c) cursos conjuntos de formação (regionais) e apoio mútuo em processos comunitários.

Há três instâncias de representação dos FP: as associações (locais), as centrais (regionais) e a articulação (estadual). A maior central é a de Bonfim (CAFFPB- Central de Associações de Fundos e Fechos de Pasto da região de Bonfim) que já reuniu 90 associações e hoje agrega pouco mais de 45 (menos de 20% do total da região). A Central de Brejinhos reúne a quase totalidade das associações da região (12). Os FP de Buritirama estão em processo de aproximação em relação à central de Brejinhos. A União das Associações de Casa Nova, que reúne 12 grupos, vem crescendo. Este crescimento está associado à reconflagração do conflito na região da Areia Grande. O PROCUC também funciona como articulação de associações da região de Uauá, Canudos e Curaçá. Aproximadamente 100 das 510 associações de FP se encontram em alguma destas articulações regionais.

Os representantes regionais dos FP são, aproximadamente, vinte pessoas que possuem o seguinte perfil: 90% são homens; 70% são casados com filhos; 30% possuem idades entre 20 e 30 anos; 40% com idades entre 30 e 40 anos; e 30% com idades acima de 40 anos. Quanto à escolaridade, todos têm pelo menos quatro anos de estudo, sendo que os mais jovens possuem o segundo grau completo (onze anos de estudo). São estes representantes, principalmente, que se fazem presentes nas reuniões da AEFPP e com instâncias do governo.

O movimento existe de modo bifurcado. Uma parte se refere à intermediação com governo e organizações de apoio e a outra é a resistência local em momentos de conflito. A diferença entre o momento atual e o anterior das resistências locais é a maior capacidade de aglutinar forças para além do coletivo local. A intermediação externa se organiza sob uma matriz discursiva de ordem racional-moderna, enquanto a resistência local ainda é produto da oralidade, organizada a partir do costume, da tradição, da cultura e dos laços familiares.

A capacidade de arremessar forças para a resistência aumentou nestes 20 anos (1989-2008). Qualquer conflito local se regionaliza e até alcança escala estadual aglutinando forças diversas. A resistência local foi potencializada pelo coletivo-rede dos FP. Entretanto, a ação coletiva que se constrói tendo o movimento como referência, tende a resvalar em dificuldades

pouco perceptíveis e a repetir diversos vícios.

Desmobilização, dependência e funcionalização: não se pode dizer que as centrais e a articulação se institucionalizaram, mas as células do coletivo foram forçadamente institucionalizadas como parte da estratégia formulada pelo Estado. A existência destas células facilitou a organização elementar do movimento em centrais ou união de associações. A representatividade em algumas regiões é totalmente dependente de um pequeno número de pessoas. Há, também, uma dependência em relação a algumas instituições para manutenção e funcionamento das centrais. Centrais e articulação foram induzidas fortemente por estas instituições. Há comunidades que aderem à organização regional somente em momentos de conflitos ou em que há interesse por alguma pauta específica. As centrais passaram a operar como prestadoras de serviços das associações. Elas representam os interesses dos grupos locais junto ao Estado. Com isso, o movimento cresce ou se fragiliza conforme o interesse pelos serviços alcançáveis.

Isolamento e distanciamento dos representantes: esta posição de prestadores de serviço, de intermediadores das relações com instituições, isolou e fragilizou os representantes. Ainda que alguns consigam poucos benefícios econômicos a partir da representação, sua motivação **não** pode ser resumida à interpretação de Olson (1999). As motivações para contribuir com a construção do movimento são complexas e dinâmicas. Envolvem aspectos prosaicos como querer ficar mais na cidade, laços de amizade na organização e novos laços afetivos. Muitas vezes os representantes ficam na cidade em situações precárias e são pressionados pela família para abandonar o movimento. Gerar benefícios para o coletivo tem raízes em utopias, no interesse próprio, na vontade de respeitabilidade ou no simples medo de ser visto como ineficiente. “A gente tem que conseguir o crédito apoio, este a gente não pode abrir mão. Depois da regularização ficou aquele clima: e agora? Se a gente não consegue nada a gente cai em descrédito.” A dificuldade em manter o movimento “funcionando” gera tensão para os representantes e destes com as comunidades.

Decaimento da representatividade: há um decaimento da representatividade em função da redução da participação das pessoas. Isto ocorre principalmente após o arrefecimento de conflitos ou a efetivação de conquistas. Além de deixar de participar das centrais, algumas associações mantêm-se vinculadas, mas permanecem inadimplentes. Outra fonte de perda de representatividade é a ampliação da diversidade interna ao movimento. Os

geraizeiros são categóricos em afirmar que o projeto do movimento (“FP que queremos”) não diz respeito aos seus interesses, principalmente pela vinculação deste documento com questões típicas de semi-árido.

O movimento, entendido como os espaços para articulação e representação dos FP, é vivido cotidianamente por um conjunto de pessoas. São lugares que desempenham papéis importantes de reflexividade, crítica, ampliação do magma de significações e circulação de informações. Os lugares do movimento têm potenciais como disparadores do processo identitário-conjuntista. Isto se refere aos seguintes aspectos:

- **O contato que os representantes têm, com outros movimentos e instituições, gera importante fonte de conteúdo para as reflexões:** o contato com os faxinais, por exemplo, fez um representante replicar aprendizados dos faxinais para dentro dos FP. É o caso da idéia de um Pronaf-FP. A partir do olhar sobre o outro coletivo-rede, o representante foi levado a pensar o seu próprio: “Agora eu pergunto, quer o quê? Quer pra quê?”

- **O diálogo com as assessorias tem trazido elementos ricos para a reflexão:** o exemplo disso está em algumas perguntas que, em outras palavras, vêm sendo formuladas pelos representantes: como fazer com que a medição de área e a inclusão em políticas compensatórias deixem de ser medidas do sucesso? Como manter uma linha de movimento sem recair no clientelismo? Como lidar com a pressão da base para que o movimento seja cliente do governo?

- **Propicia encontros que estimulam a reflexividade:** as auto-críticas dos representantes dos FP têm se apresentado em relação ao papel desempenhado (operador do que chamam de “lista de supermercado”) e aos conteúdos: “depois de anos lutando pra ser reconhecido como reforma agrária a gente pergunta: FP é reforma agrária?”, ou ainda, “nós construímos neles esse desejo do crédito?” Alguns passaram a considerar que o mote do FP como reforma agrária, que foi a bandeira por alguns anos, é prejudicial ao costume e ao bioma: “reforma agrária nos FP seria tragédia ambiental.”

- **Crítica da relação com o governo:** representantes declaram que o governo tem usado os FP para ampliar os números da reforma agrária. Percebem a dificuldade do governo em adequar políticas, em mudar as estruturas universalistas e homogêneas de atendimento. Há também uma crítica crescente à multiplicação de espaços de participação que o Estado tem composto (CNPCT, fórum do comitê de bacias, conselho de segurança alimentar, fóruns territoriais). Eles criticam a própria capacidade de efetivamente representar o coletivo dos FP.

- **Desenvolvimento de novos papéis para as articulações:** grupos e representantes vêm discutindo o papel das centrais na busca de informações para o coletivo. Os integrantes reclamam um maior acesso a conhecimentos úteis aos desafios cotidianos dos FP, a exemplo das informações como a capacidade de suporte ou sobre o funcionamento da concessão de direito real de uso. Caberia ao movimento gerar um fluxo desses conhecimentos.

- **Percepção de que é preciso uma estratégia mais elaborada e adequada:** ao circular o coletivo-rede e dialogar com análises mais amplas dos processos socioeconômicos, os membros das centrais percebem que o problema com o avanço das empresas apoiadas pelo governo é muito distinto do conflito com os grileiros: “todo FP, hoje, está ameaçado, não é reameaçado, e mais preparado (para enfrentar). Mas agora não é mais grilagenzinha montada em jegue, agora é com avião e GPS.” As pessoas do movimento têm reforçado desafios como repensar a importância da mobilização, colocar o movimento para pensar a sua finalidade, pensar a sua pauta e a sua identidade, com menor influência das instituições de apoio.

É claro que estas reflexões por parte dos representantes são vistas, muitas vezes, como titubeio ou mesmo traição: “o que você achou dessa conversa (sobre Pronaf A)? É duro. Depois de treze anos de luta... Agora parece até que o rapaz (representante da central) está contra a gente. Ele não quer que a gente pegue um financiamento, um crédito.”

7.5.2. FP como modos de vida: velhos fios sendo desfiados ou refiados

O principal desafio em se pensar os tecidos sociais do FP a partir do conceito “modo de vida” é não recair em essencialismos ou romantismos. Não há um modo de vida essencial dos FP, há uma dinâmica individual-coletiva que faz parte da sociedade brasileira. Se eram idílicas comunidades sustentáveis, para elas não há possibilidade de simples retorno. Elas foram inexoravelmente incorporadas ao mundo globalizado, pelas trocas objetivas e simbólicas, carregadas pelas estradas, internet, cadeias produtivas e até pelo fenômeno global que pede expansão dos biocombustíveis. Para evitar esta essencialização parte-se, aqui, da análise da dinâmica dos estigmas essencialistas que os têm definido.

a) Mito 1: Comunidade de FP como modo de vida e identidade

As pessoas dos FP são, em abordagens essencialistas, descritas por suas idiossincrasias, “entre as pessoas de FP há um repúdio ao assalariamento, evento tolerado eventualmente, mas

que quando se torna permanente, os levam à rejeitada “vida de macaco” (COTRIM, 1991). O progresso nos FP não é concebido de modo diferente. Muitos jovens buscam trabalho para adquirir DVD, moto, celular, arrumar a casa. Esta rejeição ao assalariamento, de fato, se observa entre muitos agricultores, entretanto de modo algum define todos os elementos do grupo. A busca por assalariamento é comum e decorre de necessidade ou do desejo de mais modernidade.

A idéia de uma identidade associada ao bioma omite o caráter prosaico desta vinculação: “Sem a caatinga a gente não vive”, “Sem as Gerais acaba até a farinha porque não tem mais lenha.” Trata-se de essencializar e romantizar uma identidade e um modo de vida.

Por outro lado, há significados, para algumas pessoas, que transcendem a mera relação utilitarista: “Imagina 160 famílias sem a liberdade do cerrado”, “Eu não quero outra área porque ali é onde eu domino, conheço as coisas, conheço o lugar, conheço as pessoas. A gente em outro lugar não sabe viver.”

Ao essencializar, apagam-se as individualidades. É inevitável transcrever a explicação de um senhor: “Antes a gente saía por causa da necessidade, saía pra procurar um meio de vida, porque via que aqui não tava dando, aí ia pra São Paulo, hoje é diferente, quando o jovem olha e vê que ele é outro, aí ele sai pra procurar a vida.” As alternativas disponíveis não agradam, então o jovem sai; nesta fala foi reforçado o valor de que, hoje, não se migra por necessidade. Outras saídas não se referem ao desejo, mas à necessidade de viabilizar a vida junto à família; jovens saem pra juntar dinheiro, para poder comprar animais, para fazer uma casa e se casar. Estas saídas para retornar são, muitas vezes, relatadas com satisfação e respeito.

É comum a preocupação com o vínculo do jovem: “FP tem muito jeito de morrer. Uma morte é o jovem que não se interessa mais” ou sobre a voz que os empregadores próximos teriam sobre jovens de FP (risco de o jovem trazer a carvoagem para dentro da área). Há também preocupações com o destino do jovem que migra, tanto por fatores materiais, “procura escravidão fora, acabam mais pobres que a gente que nunca teve salário”, como simbólicos, “jovem de fecho no meio da cidade não é nem o que era e nem o que quer ser.”

Dentro das comunidades há divisões internas, muitas vezes excludentes e opressivas, há grupos com muito menor acesso à terra e até grupos que sofrem preconceito racial (situações raras). Em uma comunidade ouvi-se o relato de que determinado grupo não participa porque são negros, acomodados, normalmente acusados até de roubo de animais. A matriz das

divisões, por vezes, tem relação com o clã.

O que se designa como “modo de vida” e de produção sofre uma intensa dinâmica, diferente em cada lugar. Há relatos que expressam uma avidez por modernização, por obter as técnicas associadas a ela, PRONAF, cerca, trator, mini-fábricas: “Hoje o pessoal fala – nós queremos é projeto, isso quer dizer infra-estrutura, unidade de beneficiamento, dinheiro.” O crédito individual, por vezes, é acusado da “culpa” do individualismo, pois levaria cada um a cuidar dos seus negócios para quitar sua dívida. Há variações regionais no que se refere à abertura e à modernização: depende do histórico de luta e até mesmo da incerteza climática que aumentaria, segundo alguns, a dependência mútua e a valorização da caatinga.

A proximidade de empresas, em algumas comunidades, induz à cópia de suas práticas produtivas. Isso também ocorre com a carvoaria, quando começam a vender carvão ou a mata para carvão. Alguns grupos formam parcerias com empresas, cedem terra, ou passagem para caminhões em troca de emprego ou dinheiro. Uma associação construiu sua sede com recursos oferecidos pela mineradora que age em suas terras (Ferbasa).

Há, também, rejeição às mudanças, declara-se o desejo de “manter o sistema dos avós” ou de obter melhorias que não perturbem o modo de vida. É muito comum afirmar-se a necessidade de EFAs (Escolas de Família Agrícola) específicas de FP. Esta proposta está tanto relacionada à necessidade de uma formação técnica (modernizante), quanto à necessidade de manter os jovens afastados do pernicioso convívio urbano. Há reflexões potencialmente mais profícuas: “pessoal na escola ao invés de acrescentar ao que sabe, está perdendo o que sabe e aprendendo quase nada.” Pode-se perceber um desejo de que a escola amplie o universo de referências simbólicas.

Por vezes, percebe-se a terceirização da responsabilidade tanto em relação às lideranças das centrais como às assessorias das instituições: “Vocês que estão sentando com o governo, vejam para que venha a coisa do jeito que seja bom pra gente.” O sujeito se aliena porque confia que o representante partilha da mesma imagem ou porque acredita que o representante vê aspectos que ele não enxerga.

Há o desenvolvimento de novas significações em relação à regularização das terras, que reduzem o mito do título de domínio. Muitos são os que desejam qualquer papel que ajude a afastar grileiro e *free riders*. Há, assim, um reforço ao conceito de posse, como reação, como vida produtiva na terra e numa crítica ao modo de regularização feito pelo INCRA e a CDA. A medição de terras individuais é vista como fonte potencial de desavenças, de

distanciamento, de venda de terra, de avidez por crédito e de descaracterização dos FP como tradicionais (mesclando-se o sentimento de perdas simbólicas e a perda da força política conquistada como comunidade tradicional). Mesmo após anos em que as assessorias reforçaram a necessidade de título de domínio e crédito, há produção de críticas consistentes, ao mesmo tempo em que se abre para regularizar as terras na forma de CDRU: “Eu prefiro a concessão de uso, porque quando vem o título, já vem na cabeça do companheiro idéia de vender [...] e eu acho que é muito mais fácil brigar com o Estado que brigar com os companheiros.”

Observam-se críticas elaboradas sobre as propostas das instituições, quando induzem reflexões preconceituosas sobre limites gerenciais dos grupos de FP ou quando as técnicas de convívio com o semi-árido levam à institucionalização de minifúndios familiares. Alguns agricultores têm sido explícitos em dizer que certas instituições ocupam o lugar deles, acostumando à dependência e gerando perda de capacidade de mobilização e reflexão.

Há a criação, intencional, de símbolos de luta como a casa em que os pistoleiros ficaram tocados e que, após a vitória, virou a sede da associação. Histórias de luta, prisões e mortes, são lembradas com reverência. Novas práticas sociais como a retomada de terras, se espraiam e ganham nomes locais: “Aqui pra nós, a gente começou a chamar os ventos de advertência comunitária.” Há um procedimento claro, estabelecido para o período pós-retomada, que se divulga em uma região: fazer roça comunitária; preservação da caatinga; separar pequenas áreas individuais (de 5 a 10 tarefas) para pasto (2ta), palma (0,5ta), casa, roça da porta (2ta), pasto maternidade (0,5ta) e aguada; espalhar as casas pela caatinga.

O esforço reflexivo e argumentativo dentro das comunidades sobre todas estas polêmicas é relatado por muitos grupos: “A gente já fez umas três reuniões pra discutir esse assunto de cerca. A gente não consegue chegar num acordo. Qual a opinião do senhor?”

A percepção de que alguns temas requerem um pensar de todo coletivo-rede ou de alguma mudança de escala também aparece: “Nas comunidades tem gente pensando, precisa ir aprofundando. Como a gente vai se achar pra ir emendando essas conversas?”

Os relatos dentro de grupos comunitários e entre grupos comunitários, muitas vezes, são momentos marcantes que revelam filtros ativos (aquilo que deve ser selecionado e ressignificado), como um exemplo de *Legein* que seleciona a partir de elementos pretéritos do magma de significações.

Fios conectando pessoas, conectando grupos, fazendo emergir práticas e diálogos entre

peessoas, aparecem por todas as regiões de FP. A feira do bode, em Oliveira dos Brejinhos, é uma realização das comunidades de FP da região que vem sendo valorizada como lugar de convívio e troca. A criação da EFASE, a partir da doação de terra por um grupo local (Lagoa do Pimentel) para uma associação regional, e da doação de recursos financeiros e trabalho para a criação das estruturas da escola, é divulgada como exemplo de ação regional dos FP.

Uma vitória em um conflito regional circula como possível lição, os agricultores demonstram prazer em relatar as ações de seus grupos e, por vezes, procuram comunidades em dificuldade para oferecer sua experiência e apoio. Há exemplos em regiões totalmente diferentes: o Jacurutu está apoiando, sistematicamente, a comunidade do Salobo em Santa Maria da Vitória. Ao serem procurados por uma comunidade rural sem terra que gostaria de partilhar seu fecho, prontificaram-se a procurar um fecho para ocupar junto. Outro caso é o da relação entre a Riacho Grande e Amalhador: “O povo do Riacho Grande é que nem uma escola pra gente.” É emocionada a resposta em relação à notícia de que o povo do Amalhador virá visitar e trazer mantimentos para as famílias que estão ocupando a entrada da Areia Grande: “Olha como nossa força cresceu, quem diria que, um dia, o povo do Amalhador ia vir aqui socorrer a gente. O que eles precisarem de nós...”

O que se estabeleceu não foi uma identidade, mas um coletivo-rede que se auto-presume, que começa a pronunciar um nós, a conectar, a unir um enorme magma de significações. Esta auto-referência, potencialmente, não se define nem se fecha, ainda que haja diversos discursos nesta direção (“Brejeiro não pode ser FP”), outros estão prontos a incluir: “mas as semelhanças justificam” (estar junto com os FP). Há uma relação entre ameaça e despertar local que vai permitindo perceber perigos mais amplos e um desejo de que o que foi aprendido no local seja elemento significativo para outros.

b) Mito 2: FP são comunidades coesas e organizadas

If the community went to the dogs, it would still be exuberantly self-sustaining, whilst anyone had the time or the capacity to enjoy it. (MUMFORD, 1922, p. 297).

Historicamente, os homens mais velhos representavam a instância superior de decisão. Havia inclusive uma hierarquia definida pela proximidade genealógica com a família original do núcleo (CEDAP, 1987). A criação da associação está, totalmente, relacionada à defesa da terra e, hoje, ao contato com agentes externos e à viabilização de projetos. Em 1983, os estudos da SEPLANTEC/CAR assinalavam o afastamento das formas antigas de vida social

como resultado da acentuação das mudanças nos planos técnico e econômico. O mesmo relatório é otimista em relação aos impactos do associativismo e da formalização da organização. Estes contribuiriam para que os produtores superassem suas “dificuldades culturais” em manifestar-se formalmente e em sua dificuldade (também cultural) para unir forças ao atuar no mercado.

É importante perceber que o surgimento dos FP não manteve a situação como antes da luta, não havia uma circunscrição objetiva de comunidade, não havia limites claros para a circulação dos animais de cada agricultor. Isso veio com a medição e a associação.

Ainda há organizações e momentos de ação coletiva relacionados à caatinga (aceiros, cercas), assim como adjutórios e práticas bilaterais de apoio. Em alguns lugares só decresce: “Na minha comunidade sábado é dia de mutirão. Muitos não vão, para eles vale mais uma diária, 15 reais no bolso, que participar de mutirão” ou com o mesmo sentido: “hoje, ganhar um dia de serviço vale mais que dar adjutório ao amigo.” Mas, em outros lugares, novas práticas associativas ressurgem, principalmente quando se cria uma nova estrutura coletiva.

Também subsistem inúmeras práticas associativas religiosas, como a novena e o batismo: “Uma coisa que junta a gente é a festa de São João. É tradição que alcançamos na comunidade, o santo não morre.” Esta fala retrata uma esperança de que o vínculo com o santo perenize a comunidade (cristã). A redução do papel da igreja, entretanto, é generalizada, “a igreja sumiu e a política (partidária) assumiu”, entendido como ruptura interna. “Tem uma decadência das festas, dos costumes, compadre hoje é só batizando menino. Novena tem que se adequar com o horário da novela.” O problema, diz um, é que “os cantos ficaram velhos.”

Os vínculos familiares seguem como importante fator de agregação na maioria dos FP, ainda que a migração e o crescimento populacional diminuam o grau médio de parentesco. Ainda se pode dizer, e se diz, que “conflito interno é briga de irmão.” Ao apresentar a comunidade, um anunciou com humor: “não é certo casar com a própria família, mas se for pra descasar primo acaba a comunidade.”

Com o surgimento das associações, em algumas comunidades houve uma hibridação das formas da oralidade com as novas formas associadas ao letramento. Os mais jovens se tornaram presidentes e diretores da associação, responsáveis pelos encaminhamentos junto às instituições externas. Os mais velhos permaneceram como conselho deliberativo não formal. Alguns relatos citam decisões em associações que ficavam pendentes até o referendo dos mais velhos, caracterizando-os, assim, como instância superior de decisão (CEDAP, 1987).

A coesão dos FP é, segundo alguns, fenômeno restrito à luta pela terra: “Quando o grileiro chega, o pessoal deixa a pinga e volta à luta, resolvido o problema volta pra pinga.”

Há limites em compreender a composição da associação como equivalente à composição da comunidade. A associação é, predominantemente, masculina (chefes de família) e, normalmente, lista aqueles que tiveram regularização de títulos individuais e podem obter crédito agrícola. Associação, portanto, não inclui todos os chefes de família; tampouco participam as mulheres, as crianças, os idosos que já passaram a gestão de seus negócios para os filhos e as pessoas que migraram. Alguns grupos possuem menos de 40% das famílias dentro da associação. Muitas famílias mantêm rebanho que pertence aos filhos que migraram e que, por vezes, usam suas economias para comprar animais e visitar a comunidade; continuam “sendo filhos do lugar”. A comunidade tem limites indefinidos de composição. A associação também dá vazão a processos de disputa, acirra divisões internas e é usada para privilegiar clãs em detrimento de outros. Em uma comunidade, alguns associados romperam com o presidente da associação por ele ter viabilizado a inclusão de famílias não associadas no programa que oferece cisternas. Mesmo com menor necessidade de cisterna, o benefício deveria ser exclusivo ou prioritário para os associados ou, ainda, para o grupo mais próximo dentro da associação. A figura 7.1, abaixo, tenta representar a comunidade como um coletivo-rede, em que grupos emergem e desaparecem, tornam-se mais ou menos permanentes e motivados por finalidades diversas (prática religiosa, apoio, núcleo de resistência, lazer, festa) e que localiza a associação como um grupo predominantemente segregador, institucionalizado e que pode conduzir a rupturas. Não é adequado considerar a comunidade como aberta à participação de todo e qualquer um, o vínculo familiar é definidor do pertencimento.

A figura 7.1, abaixo, busca representar a complexidade daquilo que se denomina, apressadamente, de comunidade, pretendendo-a como um todo uniforme:

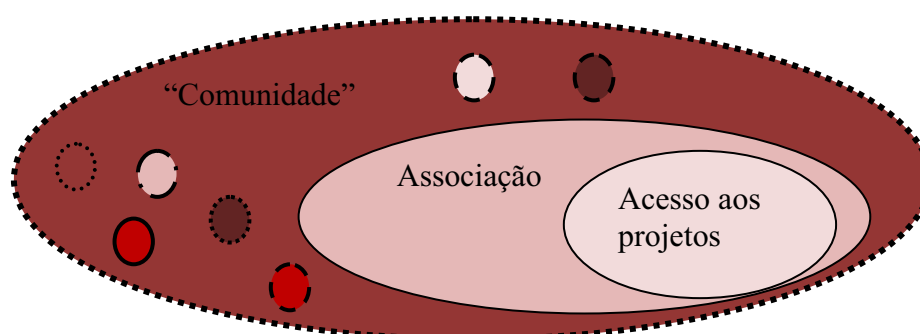


Figura 7.1: Agrupamentos dentro da comunidade teórica

Os pequenos círculos internos, mais fechados ou mais abertos como expressa o contorno, contínuo ou tracejado, representam as diferentes alianças e agrupamentos internos à comunidade. A associação e o acesso aos projetos raramente representa e acolhe toda a comunidade.

A associação e o acesso aos projetos são materializações de uma dinâmica hierarquizante e excludente dentro das células dos FP. A crítica a este potencial disruptivo da associação é crescente. Surgem propostas de reunir famílias não-associadas e refletir sobre o processo com todos da comunidade. O princípio de que a associação deve representar o interesse de todos cresce em muitos espaços dos FP.

c) Mito 3: São caprinocultores

A caprinocultura está associada, em todo o nordeste, à produção camponesa, enquanto os fazendeiros criam gado bovino. Ainda há, para muitas pessoas, a aquisição de gado bovino como referência de riqueza e de progresso, apesar da insistência das assessorias quanto à superioridade da caprinocultura na caatinga. Fala-se de “sonhos mais altos de criar gado.”

Por outro lado, o desejo de criar gado, muitas vezes, está associado a pessoas que deixam de participar do FP, mesmo sendo vistos como pertencentes ao grupo. É um aspecto interessante, que revela um limite do pertencimento vinculado à forma de uso e ocupação comunal. São “filhos da comunidade”, mas não pertencem ao FP e não têm FP.

Há uma grande proporção de pessoas cuja identidade é, de fato, relacionada à caprinocultura: “As cabras cuidam de mim” é uma frase comum, dita, muitas vezes, com emoção e detalhamento da importância deste animal na vida da pessoa.

Entretanto, há grandes diferenças associadas ao clima, aos costumes, ao bioma e às condições de cada comunidade. Muitos grupos que, hoje, compõem os FP não são caprinocultores (geraizeiros, brejeiros). Esta marca de diversidade é importante, é fundamental que criar cabras não seja o elemento definidor da identidade sob pena de se configurar em elemento de exclusão ou subinclusão.

Cresce um interessante debate sobre esse foco excessivo na caprinocultura como uma das razões para o pouco avanço da diversificação na produção. Diversificação das atividades, em vários discursos, aparece como orientação necessária e generalizada para os FP.

d) Mito 4: Conservam a caatinga e estão vinculados à área comum

Em alguns FP, poucos se perguntam sobre o futuro da terra comum; nesses lugares ela está perdendo significado prático para a vida das pessoas, pela pouca quantidade de animais que dispõem, porque alguns recursos se esgotaram e/ou não possuem elementos extrativos suficientes (umbu, cajá, murici, maracujá, mel). Quando a perda de um recurso comum é relatada, a responsabilidade da própria comunidade sempre é assumida: “Em Itiúba, meu avô vivia de caça e de tirar coisas da caatinga. Sempre chegava em casa à noite com coisa pros filhos comerem. Era assim até um chegar e oferecer dez contos num sariguê. Rapidinho acabou tudo. Foi a usura do dinheiro” ou a tendência em não respeitar a caatinga: “A caatinga só não acabou porque o PRONAF não chegou pra plantar capim.”

Muitas vezes, a perda de vínculo ou despreocupação com a perda de qualidade ambiental é justificada pela fragilidade das condições econômicas. “Os próprios do lugar acham que o meio de vida está sacrificado, então tem que queimar, fazer carvão, vender tudo isso que tem no FP”, ou relatos sobre comunidades que desejam a chegada das mineradoras.

Por vezes, o problema ambiental decorre de uma impotência percebida e que se configura como problema a ser resolvido, como compromisso que ultrapassa a comunidade: “Eles lá não estão conseguindo impedir a retirada de madeira por gente de fora.”

Esta desvinculação e descuido com o meio, de modo algum, pode ser entendido como regra. Há visões de mundo e práticas, algumas imemoriais, que demonstram vínculo e cuidado ambiental. Retrata-se o compromisso das práticas antigas com o limite definido pela necessidade: “Tem um malimbu por família, estraga um pouquinho, mas tenta conservar um pouco. Quando tem coisa em casa a gente não civiliza aqui não”¹⁴³ ou ainda a expressão da necessidade da diversidade na comunidade: “Tem que ter limite. O cara vai um dia pega um piau, gosta, aí no outro dia já quer de novo. Não pode. Eu não gosto de peixe, nunca mexi com pescar. Aqui tem gente que nem gosta de fruta, só vai nas Gerais atrás de lenha, mas tem que ser assim, cada um gostando de uma coisa. Não é melhor?”

Estes vínculos vêm sendo atualizados, ressignificados e até fortalecidos por novas percepções. O assalariamento, junto às empresas próximas, passa a ser rejeitado pelos danos ambientais e à saúde que causou em quem lá trabalhou (poeira na mineração, agroquímicos). Aponta-se, cada vez mais, a necessidade de manejar a caatinga, de buscar informações sobre

¹⁴³ “Civilizar” um malimbu significa secar uma área turfosa de brejo para plantio de feijão e outras culturas exigentes em umidade.

os limites da capacidade de suporte e de acabar com a idéia de que a caatinga é ilimitada. Vários agricultores e grupos estão em busca de crédito e técnica pra recuperar a caatinga.

Cresce a consciência de que, por vezes, o crédito é gerador de processos de degradação ambiental. Esta percepção vem acompanhada de inquietação reflexiva, como na declaração deste agricultor: “todo mundo se organiza para um dia ter um dia melhor. Queremos ter mais animal. De que maneira vai impedir que o animal coma aquela árvore?”

Esta atualização aponta para novas práticas (fim das queimadas, luta contra desmatamento na região) e para uma percepção de que a regulação ambiental do Estado é positiva: “o meio ambiente apertou um pouco, mas foi bom, a gente caiu idéia que é verdade.”

Há reflexões sobre novos desafios e novos papéis para as associações e para o próprio movimento, que deveriam organizar a “vigilância contra retirada da madeira”, buscar órgãos competentes e estabelecer formas de apoio da central às comunidades.

Pode-se falar em ecologização do magma de significações no coletivo-rede dos FP. Refere-se à percepção de que a forma de ocupação e uso da terra gerou poucos impactos sobre o bioma, principalmente quando comparam às outras formas de ocupação: “Saiu uma história que os FP estão ameaçando a caatinga, mas dentre as propostas que a gente vê são os FP que mais conservam.” Este processo que revela uma “ecologização” do magma de significações anda *paripassu* com a constituição do coletivo identitário-conjuntivo que começa a pronunciar aquilo que deva ser uma imagem da sociedade de FP: “precisa fazer reunião com comunidade que está tirando madeira, não pode admitir isso numa comunidade de FP.”

e) Mito 5: Cooperam entre vizinhos

A vizinhança entre FP é comum e reconhecida como um valor e uma vantagem: “O problema não é a comunidade vizinha que está separada só por um aceiro, é o fazendeiro que tem cerca e guarda seu pasto enquanto o gado dele come a nossa caatinga.” Os relatos sobre *free riders* aparecem como justificativa para cercar a área coletiva, deixando claro que caprinos de vizinhos FP não são problemas pela reciprocidade. Rejeita-se, entretanto, acolher comunidades camponesas que não separam seu FP quando da regularização de suas terras, cercam individualmente e passam a usar o FP da comunidade que o manteve como área comum. Reciprocidade entre vizinhos, antes espontânea, começa a originar reflexões/práticas intencionais de associação para recuperar a caatinga ou uma aguada de interesse mútuo.

Há também crescente rejeição à entrada de caçadores ou extrativistas de madeira, mesmo que sejam pobres: “Os pequeninhos que a gente não dá fé deles podem ser até pior que uma empresa porque eles ficam ali dia-a-dia, de pouquinho.” Por outro lado, em outros lugares, o acolhimento a pessoas pobres que entram na área para caçar ou coletar frutas é marcada como uma diferença entre eles e os empresários que, quando cercam, “não deixam mais entrar nenhum pobre procurando buriti pra matar a fome”.

7.6. A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL DE FP

O desafio aqui é produzir imagens que facilitem uma compreensão do processo no qual um coletivo identitário (auto-presume-se como coletivo) e conjuntivo (porque abre-se à entrada de outros) pode atuar sobre e a partir de seus conteúdos imaginários (magma de significações de CASTORIADIS, 1982) e assim instituir-se como sociedade. São duas dinâmicas interdependentes, duas imagens que podem ter a mesma figura de representação.

A figura 7.2, abaixo, apresenta a forma de um pato, como a conhecida figura da *Gestalt* utilizada por Kuhn (2005) e representa as dinâmicas do coletivo-rede, sua composição e organizações internas. Suas fronteiras não são rígidas, ainda que haja uma forma original. Internamente, há grupos com diferentes graus de permeabilidade e durabilidade. Há grupos fechados não permanentes, mas não-excludentes, que se reúnem para ações e em seguida desaparecem, não mais se reconfiguram da mesma forma. Há grupos permanentes que aparecem quando a realidade solicita. Há grupos que se fecham em torno de projetos vindos de fora, são grupos excludentes. Há grupos com razoável permanência que definem o acesso, ou não, a uma área de terra, são pouco permeáveis e emergem quando solicitados pelo conflito. O desafio para que um coletivo-rede consiga sediar o seu processo de instituição imaginária é o estabelecimento de um coletivo conjuntivo-identitário. Este seria um grupo aberto que começa a produzir um *Legein-Teukhein*, um dizer-fazer do imaginário desta sociedade.

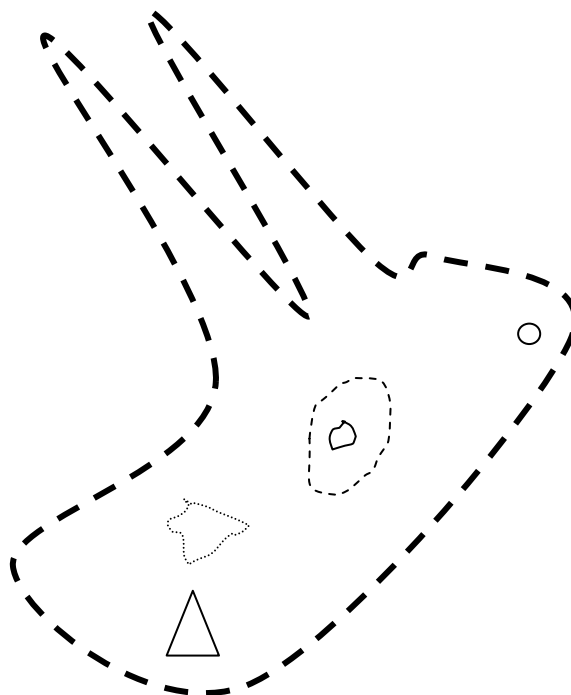


Figura 7.2: Pato-coelho como representação do movimento e da cultura

Referindo-se ainda à conhecida figura da *Gestalt* utilizada por Kuhn (2005), a figura 7.2, acima, tem também a forma de um coelho. Busca-se, nesta figura, expressar a dinâmica do magma de significações, cujas fronteiras não são rígidas, ainda que haja uma forma original; o magma se amplia ou diminui e pode mudar de forma. Há áreas mais escuras (incompreensíveis) ou mais claras (tácitas e reconhecidas). Formam-se novas representações internas que podem ser mais ou menos permanentes. Há núcleos mais rijos, relacionados a como se representam (a terra é nossa), mas que só emergem e se materializam em algumas situações. Conteúdos disponíveis, mas que não se adensaram para compor um dizer-fazer, podem ser intencionalmente trabalhados para fortalecer seu significado na sociedade (*Legein-Teukhein*). Conteúdos que estão sólidos e sustentando um dizer-fazer que se queira avaliar (FP é reforma agrária ou que mulher não participa da associação) podem ser liquefeitos e reavaliados. A entrada acrítica de discursos e práticas que não se deixam criticar (pacotes tecnológicos) poderia ser extinta ativamente, deixando ingressar no magma apenas na forma de conteúdo a ser operado autonomamente.

O desafio ora apresentado não é o do fechamento da forma em suas demarcações externas (pato ou coelho), pelo contrário. O desafio apresentado é o da constituição de um coletivo identitário-conjuntivo e do processo da instituição imaginária do FP como sociedade sustentável. O olhar deve captar não apenas a imagem em suas possibilidades de interpretação, como romper com o limite de cada uma das duas imagens. Não se trata,

simplesmente, de captar a imagem dos FP como cultura ou movimento social, mas também captar a cultura como magma de significações e o movimento como coletivo-rede em mutação. Também implica compreender que há uma imbricação dialética entre os movimentos do coletivo e do magma, o adensamento no magma dispara agregações de indivíduos, assim como indivíduos agregados podem ampliar, adensar ou diluir o magma de significações.

Na figura 7.3, abaixo, estão representados ciclos possíveis após o estabelecimento de um coletivo-rede, compreendendo-se que o estabelecimento de um coletivo-rede não é condição suficiente para a sua instituição imaginária como sociedade.

CICLO I: a agregação do coletivo iniciou-se com um problema matriz que incidiu sobre determinada forma de ocupação do solo. Neste processo, houve uma grande participação de pessoas mobilizadas pelo problema. Este ciclo é auto-destrutivo, na medida em que o problema matriz que gera movimento é apaziguado pela ação desenvolvida, reduzindo a mobilização. Este momento não desaparece por completo, fica em *stand by*, numa latência com momentos de ação locais quando do ressurgimento do problema matriz, incidindo sobre outros grupos. A partir de então, o problema não cria uma nova referência (movimento/identidade) para sua solução, mas se reporta à referência original dos FP.

CICLOS II e IIa: movimentos, neste momento (Ciclo IIa), conseguem apoio de instituições ou até geram e fortalecem instituições. Neste processo, entidades de apoio fortalecem ou mesmo induzem certa estabilidade de grupos e pessoas de referência do movimento (quase institucionalização). Selecionam e criam canais de diálogo e interlocução preferenciais dentre os mais ágeis e letrados. É um processo quase inevitável de acúmulo de forças e estabelecimento de parcerias, não se aplica juízo de valor ainda que possa significar a produção de elites dirigentes e distanciamento entre a elaboração da direção e a base de pessoas. O risco se amplia quando surge um ciclo vicioso (II), no qual há um ensimesmamento destes dois grupos (elite dirigente-entidades) que, com decrescente legitimidade, gerem o coletivo-rede. Geram projetos voltados à solução de problemas auto-definidos, referidos totalmente ao imaginário da sociedade moderna e, ainda, pautados por instâncias de financiamento, que determinam a validade das escolhas do coletivo-rede.

CICLO III: ciclo desejável de constituição e desenvolvimento de um conjunto identitário que começa a imaginar-instituir-juntar-reimaginar-reinstituir-juntar. Requer o conjunto identitário, a imaginação e os processos de *Legein-Teukhein*. O conjunto permanece

aberto e fortemente inclusivo assim como suas instituições. O *Legein-Teukhein* não emerge apenas nas instituições mais permanentes, mas em todos os coletivo-rede, como um todo.

A figura 7.3, abaixo, apresenta, em seu lado direito, o ciclo usual da agregação de um coletivo-rede em função de um problema ou de uma similaridade de forma. Do outro lado se encontra a possibilidade de que este coletivo identitário se torne conjuntivo (no sentido da agregação de novas células) e deflagre o processo de sua instituição imaginária como sociedade:

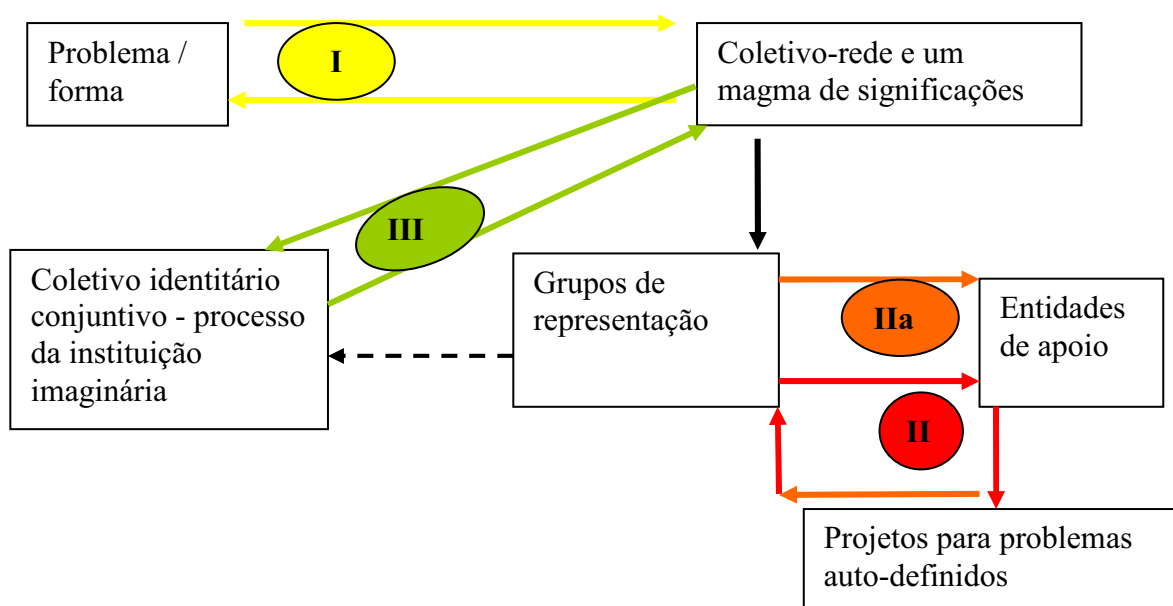


Figura 7.3: Ciclo do movimento social à institucionalização ao à dinâmica

Sinais do coletivo-rede: o FP é um coletivo-rede auto-presumido e auto-referido que cresce, em quantidade e diversidade. Isso cria condições para se pensar e compreender um magma de significações referido a este coletivo-rede e o desenvolvimento como coletivo conjuntivo-identitário. É interessante perceber a crescente diversidade de grupos sociais que pronuncia “nós de FP”, a cada seminário estadual deste coletivo.

Sinais do magma de significação: o magma se avoluma, principalmente como decorrência da ampliação do coletivo em virtude do muito que suas partes retêm como experiência e conhecimento. Há ampliação das fontes de conteúdo para o magma (instituições, movimentos, povos e comunidades tradicionais). Significa também uma ampliação do repertório de ações coletivas. A ecologização do magma, pelo afluxo de conteúdos relacionados, deriva, tanto das fontes institucionais externas, quanto das

percepções e experiências das partes. Sua amplitude é típica dos lugares de fronteira.

Sinais do coletivo conjuntivo-identitário: há uma dinâmica de agregação das partes, constituição de agregados temporários (seminários, reuniões entre comunidades) ou mais permanentes (centrais, associações, articulação estadual). Algumas potencialmente manipuladoras do coletivo-rede e ideológicas. A força crescente do magma emerge nestes espaços, aumentando a possibilidade de um coletivo conjuntivo-identitário que comece, como se diz, a “emendar as conversas que já estão acontecendo” nos grupos de FP. O *Legein-Teukhein* e um coletivo fundador da instituição imaginária da sociedade dos FP ainda não se tornou claro, mas há vários sinais de ampliação de *lóci* de reflexividade e aprofundamento das críticas às alternativas, que amplia a possibilidade da mudança paradigmática. Surgem perguntas de matiz profundamente filosófico em relação à finalidade, à identidade e aos critérios de pertencimento e relação com outros movimentos.

Sinais do lugar ético enquanto diáspora brasileira: escolhas sobre incluir ou excluir outros aparecem a todo o momento para os FP e suscitam reflexões e práticas significativas (e significantes). No âmbito local, em relação a grupos sem FP que queiram fazer uso do FP de outro grupo, as posturas têm variado entre acolhimento, rejeição e estabelecimento de compromisso de apoio na (re)conquista de um FP. Há grupos que relatam que aceitariam a inclusão do fazendeiro em conflito, desde que este aderisse ao coletivo. No âmbito regional, o desafio de tentar rearticular e apoiar grupos que perderam seus FP varia da indiferença crítica (perderam porque foram fracos) ao desejo de disponibilizar tempo e recursos dos que estão em melhores condições de apoiar. No âmbito estadual, há a questão de quem é e quem não é FP, a postura também varia entre a rejeição (porque seriam diferentes, porque deveriam desenvolver o próprio “movimento” ou porque se encher demais “vai faltar política pública que já está pouca”) ao desejo de ver a categoria florescer acolhendo uma grande diversidade (quase orgulho de ver brejeiros e geraizeiros se aproximando).

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 7

A forma de ocupação dos FP é próxima dos ideais de coletivização, se parece com um tecido social que se deseja reproduzir em várias ideologias (cristianismo, marxismos, anarquismo). A realidade, entretanto, é que não se trata de uma forma de ocupação que beba de qualquer uma dessas fontes. Qualquer esforço em pensar os FP como comunidade é um esforço ideológico que tenta torná-lo próximo das imagens coletivistas-comunitaristas ou

mesmo que tenta torná-lo unidade manipulável, criando uma homogeneidade que inexistente.

Originalmente, as células dos FP são células de resistência de uma diáspora múltipla (indígena, africana e européia), são células de uma diáspora brasileira. Frente ao conflito, os FP celulares, configuraram-se como movimentos espontâneos ou voluntários, definidos por esta sua origem, cosidos pela solidariedade derivada da vivência do problema comum. Estão vinculados ao território e, assim, surgem com o objetivo de solucionar a questão ali presente. No primeiro instante, o coletivo tem inspiração na oralidade e no costume.

A socialização que deriva do conflito (para além da célula comunitária) é o meio de solução e não o objetivo. A missão política não fica clara, faltam ideais articuladores, eles têm uma “identidade” de brasileiros como outros quaisquer, ainda que representem uma confrontação política com o *status quo*. Estão vinculados, objetiva (saúde, escola, comércio) e subjetivamente (expectativas, valores), à sociedade brasileira. Estão em processo histórico de mudança dentro do marco da modernidade. Ainda que revolucionários e subversivos, tanto na sua forma de existência, como no que simbolizam, eles são espelhos de uma ideologia. O coletivo espontâneo “evolui” como reivindicação da inclusão na modernidade. Neste processo, há um reforço do papel do letramento, o coletivo passa de um instante inspirado na oralidade (dos grupos familiares) para outro dependente do letramento (das representações e associações). Os indivíduos letrados crescem em importância e há um potencial reforço da condição de colonialidade enquanto reforço da alienação das pessoas dos FP.

Trata-se de um coletivo-rede dinâmico, que passa por um processo de ampliação de suas partes. Ao se auto-presumir, cria condições para a percepção e conexão de um magma de significações que pode contribuir com o incremento da reflexividade, desde que encontre *lóci* adequados para isso.

Os *lóci* estabelecidos pelo FP, enquanto movimento social, estão muito próximos de uma situação de agentes de modernização. Não há densidade de um coletivo conjuntivo-identitário que dispare o processo da instituição imaginária dos FP como sociedade sustentável.

As questões práticas que conferem, ou não, o desenvolvimento de um caráter do FP como célula diaspórica são postas, a todo o momento, em diferentes escalas. Este processo parece ser decisivo para a legitimidade, para a ética da sustentabilidade e para a própria configuração do coletivo conjuntivo-identitário. Se este coletivo induzir um fechamento da célula (comunidade ou coletivo-rede), ele sinaliza um projeto voltado à maximização de

vantagens para uma população e não um projeto de sustentabilidade.

A abertura à participação é condição para a sustentabilidade de qualquer projeto de sociedade, tanto como imperativo ético, como da permanência de um estado instituinte, sem o qual o projeto se torna ideológico. Neste caso, a tendência é a hierarquização dentro de um projeto fechado e corporativista, estabelecendo uma vanguarda e uma base manipulada. Entretanto, crescem enunciações de acolhimento que sugerem um compromisso de abertura enquanto coletivo-rede diaspórico e não como movimento social funcionalista. O aspecto conectivo do coletivo dos FP, enquanto rede, parece predominar sobre sua possibilidade de firmar-se como uma organização que se fecha sobre um modo de vida.

O exercício de pensar um coletivo-rede e sua potencial instituição imaginária como sociedade contribuiu para superar o falso dilema de olhá-lo sob a ótica estruturalista-funcionalista ou identitário-culturalista. A resposta não é olhar para ambos, mas um novo olhar, no qual a dinâmica instituinte é uma única imagem que reflete um magma de significações e os movimentos do coletivo-rede. Ela não é cultura ou agregado funcional, pato ou coelho, mas um objeto imaginário (o *bodecervo*) em permanente auto-instituição.

Tende a existir uma auto-referência dos FP como forma de ocupação comprometida com as condições ambientais de sua reprodução social e com a caatinga/cerrado. Há uma crescente consolidação e detalhamento dos significados práticos desta imagem (*Legein-Teukhein*) como territorialização sustentável (não se admite um FP que desmate, FP requer crédito para recuperação, FP precisa de informação sobre capacidade de suporte). Há, também, a ampliação dos questionamentos e críticas às alternativas disponíveis, fazendo emergir dilemas entre os desafios imediatos e desafios referidos a um projeto/imagem de sociedade.

Ainda que se possa dizer que há uma tendência dos FP como coletivo de reivindicação de inclusão na modernidade, há a emergência de dilemas que podem reverter este processo. No magma de significações, há conteúdos disponíveis para tal e no coletivo-rede há enunciações sobre estes dilemas e as alternativas. A manutenção da abertura deste coletivo-rede à diversidade (célula diaspórica e coletivo conjuntivo-identitário), a abertura dos espaços de comunicação aos dilemas políticos e à produção de novos significados são as condições para a instituição imaginária da sociedade sustentável dos FP.

Para Castoriadis, a instituição da sociedade equivale à instituição de um magma de significações que depende de duas instrumentalizações fundamentais, das condições

identitárias conjuntistas e do dizer/fazer social. Há presença marcante de sujeitos que desejam operar como elos sociais, tanto relacionados ao passado (costumes, festas, histórias, conhecimentos) como do presente (lutas, aprendizagens, conhecimentos). Operar como elo social consiste em selecionar relatos que o sujeito crê significantes. A possibilidade de que os relatos com potenciais significantes circulem pelo coletivo-rede é um dos elementos-chave para o *Legein-Teukhein* da sua instituição imaginária como sociedade. A transformação desses possíveis significantes em significados que simbolizem algo para o dizer-fazer, depende de espaços coletivos (encontros) que realizem tais interpretações.

Assim, as condições identitárias conjuntistas não estão dadas, uma vez que os espaços coletivos (locais, regionais) têm sido funcionalizados pelos agentes externos, que os transformam em mera etapa de legitimação. As condições também ficam limitadas pela pressão das pessoas dos FP que, estimuladas por uma imagem de eficácia que justifique o coletivo, contribuem para que estes espaços sejam operadores da imagem da modernidade-colonialidade.

A condição de abertura (estado instituinte) desse processo de instituição imaginária tem no aspecto conjuntivo do coletivo-rede seu maior indicador. Se o coletivo não se fecha, mas ao contrário, ele acolhe novos integrantes, significa que não está se deixando funcionalizar de modo corporativo. Esta abertura pode, entretanto, se restringir à mobilização de força política através da ampliação quantitativa da base representada e não da abertura conjuntiva do tecido. O aspecto conjuntivo do coletivo-rede significa que este se submete às mudanças de forma e conteúdo inerentes ao aumento da diversidade contida. Significa que o instituído e os significados não se enrijeceram em doutrina e luta por hegemonia.

Este estado conjuntivo dialoga com o conceito de célula diaspórica e permite a leitura dos FP como uma possível célula da diáspora brasileira. Um lugar possível de um projeto brasileiro de sociedade, superando os limites da colonialidade que limitaram a imaginação de Jefferson, Bolívar e Darcy Ribeiro. É esta possibilidade que anima e dá o tom à idéia do projeto emancipatório da América Latina como “vocação transcendental do continente”, a de “servir de berço para uma raça cósmica”, uma “nova síntese desenvolvida a partir da mestiçagem e da unidade universal do espírito” (BARTHOLO; DELAMARO & PAZ, 2005, p. 7). Nesta visão dos autores, a auto-invenção da América Latina, que pode encontrar espaços fecundos em coletivos como os FP, dialoga com a própria reinvenção humana.

E quantos são necessários para que as esperanças de construir uma sociedade mais justa

e democrática persistam? Pierre Levy explicita a questão e a resposta: para ele são necessários ao menos dez homens justos. Dez porque este é o número mínimo para o anonimato. Mas o fato que o mesmo relata é que não havia dez homens justos em Sodoma, apenas Lott. Então Sodoma ardeu por obra da justiça divina e Lott foi salvo. Ao ouvir a sábia lenda, as perguntas que me surgem são: “Mas e as crianças que acabavam de nascer?”, “Estavam os sodomitas condenados à sua desumanização?”, “O que Lott fez além de tornar-se um justo para si e os estranhos?” Por isso, parecem mais humanas as interpretações de Hannah Arendt, para quem o milagre que salva o mundo e os negócios humanos é o nascimento de novos seres humanos, ato no qual a capacidade de agir se radica ontologicamente. E a de Guimarães Rosa: “um menino nasceu, o mundo começou de novo.”

A possibilidade da instituição imaginária de uma sociedade sustentável não tem, em termos éticos e teóricos, um número mínimo de componentes. Entretanto, as condições atuais dos FP (domínio sobre largas porções de terra, organizações e espaços de diálogo e o estabelecimento de um coletivo auto-presumido) e as questões concretas que vêm sendo levantadas (capacidade de suporte, quem é e quem não é FP, FP como reforma agrária ou não) fazem deste coletivo um laboratório vivo desta possibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATO-COELHO, *BODECERVO* E SUSTENTABILIDADE

Our most important task at the present moment is to build castles in the air. We need not fear, as Thoreau reminds us, that the work will be lost. If our utopias spring out of the realities of our environment, it will be easy enough to place foundations under them. Without a common design, without a grand design, all our little bricks of reconstruction might just as well remain in the brickyard; for the disharmony between men's minds betokens, in the end, the speedy dilapidation of whatever they may build. (MUMFORD, 1922, p. 307-308).

Os dois primeiros capítulos da tese visaram apresentar os fundos de pasto (FP). Primeiro, o contexto histórico do surgimento de um padrão comunal de ocupação da terra no sertão da Bahia. Uma onda de ameaças a este padrão, ocorrida entre 1970 e 1980, originou a denominação geral de FP que criou o objeto intencional FP, ao qual passaram a se referir, o Estado, as organizações civis e as pessoas de FP. É importante ressaltar um aspecto desta configuração dos FP: o passado não foi determinante. Diversas escolhas e circunstâncias dos grupos pastoris criaram as condições para uma nova identidade coletiva. O segundo capítulo apresentou aspectos quantitativos das presumidas comunidades de FP e o cenário problemático que as envolve, com fortes variações regionais.

Porque um padrão de ocupação da terra se inventa como tradição? Para responder a esta questão, o terceiro capítulo interpretou a principal forma pela qual os FP têm sido compreendidos pelas pessoas que não fazem parte deles: comunidades tradicionais. É o diálogo com a invenção da tradição, caracterizada por Hobsbawn, como fruto das circunstâncias presentes, um processo caracterizado nos FP. Distinto do conceito de ficcionar o passado, a invenção da tradição não adquire o sentido de contra-memória apontado por Larrosa & Skliar (2001), tratado no capítulo 7, mas o sentido do acúmulo de forças. Trata-se de uma estratégia que poderia ser lida sob a ótica funcionalista da mobilização de recursos, ou seja, um grupo episódico de interesses. Neste caso, a articulação não implica compromissos políticos ou sentidos que transcendam o interesse circunstancial. O acúmulo de forças dos FP, como comunidades tradicionais, tornou-os ainda mais atraentes para todo grupo social desabrigado de outra identidade (indígena, quilombola ou sem-terra).

O paradoxo evidenciado é que o incremento da diversidade, que em uma leitura pós-moderna poderia ser visto como positividade, frente ao desafio da coesão e homogeneidade para acumular mais forças, implica risco e dificuldade. Neste sentido racionalista, para o acúmulo de forças de conservação do padrão de ocupação, o único incremento que interessa é

da quantidade de uma mesma qualidade homogênea de “tradição”. O modo essencialista de compreender identidade e cultura de um coletivo, como o FP, força sua homogeneização e fortalece sua funcionalização. Se os FP crescem em diversidade, esta diversidade precisará ser escondida dos agentes externos e, muitas vezes, ignorada nas formulações de estratégias sob pena da perda de eficácia. De qualquer forma, a invenção da tradição não diz muito sobre a instituição imaginária de uma sociedade sustentável, mas serve como instrumento de força para a preservação desta possibilidade.

No quarto capítulo apresentou-se um estudo dos FP sob a ótica dos recursos de base comum (RBC). Buscou-se compreender este cenário à luz da abordagem da *escola de comuns* e seus limites epistemológicos e metodológicos. O estudo de comuns, segundo as abordagens localistas, é flagrantemente inútil, pouco diz até mesmo para uma concepção simples e ideológica da sustentabilidade. Mesmo que arbitrariamente fosse assumido que o padrão desejado é a manutenção de uma imagem de equilíbrio ecológico (calcada em elementos científicos como diversidade e homeostase) e de um determinado padrão de uso do espaço, ainda assim, não se obteria resposta suficiente. A governança local não alcança a escala de seus desafios reais em um mundo globalizado. Se algum dia, um grupo (de FP, por exemplo, embora não pareça ser este o caso) decidir que deseja perenizar suas condições socioambientais atuais e, se for possível isolá-lo de qualquer influência externa, talvez haja contribuições a procurar na produção desta escola.

A *escola de comuns* desenvolve categorias de análise e objetos de estudo relacionados a muitas das preocupações do nosso tempo e isto alimenta sua autonomização. A abordagem dos RBC une, em um só objeto, a justificativa da conservação ambiental e conservação da cultura. Produz, e deverá seguir produzindo, milhares de exemplos empíricos e categorias de análise ensimesmada no restrito corpo científico da governança ambiental. A autonomização de grupos produtores de discurso ambiental despolitizado e despolitizante, ao mesmo tempo em que amplia a quantidade de discurso ambiental, esvazia seu potencial político. Este é o exemplo da *escola de comuns* e pode ser o descaminho da sustentabilidade.

O quinto capítulo é derivado das percepções do quarto. Como fazer uma análise de sustentabilidade sem fundar uma, igualmente ideológica, escola de sustentabilidade? Como não alimentar receitas de fazer científico que possam instrumentalizar um corpo autonomizado e reprodutor de discurso? Foi este o limite delicado que se tentou manter em mente durante esta análise. Utilizando contribuições do cenário dos FP e dos riscos

ambientais pelos quais passam, buscou-se compreender os elementos que podem fazê-los desaparecer como coletivo-rede. O desaparecimento não se refere a uma concepção de forma ou conteúdo dos FP, mas à dispersão de seus grupos em função da migração, da sua conversão generalizada em sítios familiares, em trabalhadores assalariados ou em sem-terra.

Há importantes diferenciações de escala a serem feitas em uma análise de sustentabilidade, dos aspectos biofísicos no micro-sítio (uma aguada, uma espécie vegetal agressiva), aos aspectos políticos em escala regional (diretrizes de desenvolvimento conflitantes) e ao global (desertificação, mudanças climáticas e consumo de biocombustíveis). A insustentabilidade seria o fim do sujeito social FP, pela reassimilação de suas partes dentro da dispersa realidade rural da agricultura familiar ou simples êxodo. Esta reassimilação se dá pela modernização, pela perda ambiental e pelo enfraquecimento dos fios locais que mantêm o coletivo maior. Os cenários são, em geral, desvantajosos para o desejo de que um sujeito social FP persista em competição com outras formas de ocupar o espaço (territorializar).

Manter um discurso de sustentabilidade sem atribuir valores heterônomos (em função de padrões arbitrários de desejabilidade da ciência ou particulares), sem desenvolver um discurso ideológico, implica no risco de não produzir qualquer discurso. A sustentabilidade encontra, no conceito de territorialização de um coletivo, a condição para um discurso possível. Sem pretensão de refletir uma sustentabilidade universal e, tampouco, referir-se a todas as diferentes formas de ocupação (latifúndio, agronegócio ou assentamentos), a sustentabilidade pode se referir a uma forma específica de territorialização (no caso, os FP). O discurso da sustentabilidade precisa se identificar em relação a qual territorialização está se reportando (seja como forma de acusar, seja como forma de respaldar reflexividade). Como não se pode falar no problema da sociedade, o aspecto problemático de um fato não é verificável sem revisitar o sentido que a sociedade lhe atribui, definido em função da situação imaginada como ideal ou como não-problema. Sem essas definições, do ponto de referência e de um quadro de desejabilidade a que se reporta, o discurso da sustentabilidade também se torna artefato ideológico.

Por outro lado, sustentabilidade pode ser o termo genérico que fundamenta tanto a construção de uma referência interna para determinada territorialização, quanto a pactuação com a sociedade circundante. Diferente da enganosa persuasão contida em uma propaganda, o detalhamento de aspectos da territorialização que possam se referir a um quadro de

desejabilidade ambiental, apresenta elementos significantes tanto para o processo identitário quanto para o compromisso com a sociedade circundante. Um grupo social pode declarar os elementos de sustentabilidade que caracterizam sua territorialização. Esta construção democrática e a declaração de pactos constituem a possibilidade de uma efetiva política ambiental, cujos desafios não serão superados sem o simples e factual enfrentamento às crescentes ameaças de insustentabilidade, entendida como a supressão do coletivo-rede dos FP.

No sexto capítulo, a proposta foi avaliar as intervenções sobre os FP a partir dos discursos e práticas de seus agentes. Os agentes externos desempenham papéis determinantes na organização e na direção política dos FP. A cada ano um novo ator aparece em cena, com novas propostas e conteúdos. Há uma crise instalada, nos próprios agentes, em relação ao seu papel e à direção de suas ações, entre instituições que se acusam mutuamente e destas com os FP. Cresce a percepção sobre os danos causados por estas crises e por intromissões que comprometem a autonomia dos FP. Por outro lado, há uma relação de dependência entre o processo de representação dos FP e algumas instituições. O processo de representação e os espaços de construção coletiva são, muitas vezes, mediados e custeados por instituições que apóiam os FP. Pode surgir um impedimento lógico para que seus representantes critiquem as instituições que os assessoram. Este impedimento lógico é evidente quando se avalia as instituições que recebem financiamento público. Seus discursos estão, sempre, carregados de justificativas e defesas das suas ações, mesmo antes de serem questionados. Toda reunião interinstitucional e com a presença de representantes de FP não tem permitido a revelação das pessoas e das instituições. Os argumentos de defesa e ataque ficam restritos aos bastidores e perdem seu potencial pedagógico ou gerador de alianças. Os tipos ideais que partem de diferentes imagens utópicas (modernidade, passado e pós-modernidade) foram úteis para compreender os desafios das intervenções. Em lugar de simplesmente projetar imagens direcionadoras, os agentes externos poderiam atentar-se ao encontro humano e à interpretação racional das alternativas em jogo. Isso não significa que o agente externo não possa apresentar conteúdos a serem interpretados autonomamente pelos grupos sociais. Pelo contrário, revelar-se, em termos de suas intenções e conteúdos, é um imperativo ético e condição para a ação política. O conceito de colonialidade apresenta-se como ferramenta poderosa para compreender que conteúdos pretensamente libertários podem estar carregados de mecanismos de hierarquização e dominação.

O sétimo e último capítulo da tese focou o coletivo-rede dos FP e as possibilidades de

sua instituição imaginária como sociedade sustentável, tentando transcender visões funcionalistas ou culturalistas sobre este agregado humano. O desenvolvimento de um coletivo-rede que se auto-presume, a partir da invenção da tradição, é a condição primordial para que um grande número de pessoas possa deflagrar um processo instituinte de sociedade sustentável. Esta condição primordial vem encontrando inúmeros aspectos potencializadores deste processo instituinte, como o pensamento filosófico, a crítica das alternativas e o desenvolvimento de elementos para seu estabelecimento conjuntivo-identitário. O desafio de restaurar a modernidade enquanto pensamento filosófico, encontra um paradoxal lugar junto ao coletivo da tradição inventada.

Elementos para que esta instituição imaginária reflita uma presumível sustentabilidade podem ser percebidos em três fatos: a ecologização dos magmas de significação, a tendência à auto-referência como sociedade conservadora da caatinga/cerrado, desdobrando-se em escolhas coerentes com esta imagem (*Legein*), e na reflexividade sobre as condições de aplicação e reprodução dos fazeres escolhidos (*Teukhein*).

A revolução paradigmática contida na superação da colonialidade é um desafio ainda maior para os que, mesmo sem sabê-lo, vivem de sua reprodução. Inclua-se aí a academia e os diversos agentes sociais. No âmbito da academia, temos a autonomização de grupos, cuja estrutura comunitária (KUHN, 2005) permite seu ensimesmamento em estruturas de análises limitadas, inclusive a *escola de comuns*, os estudos sobre coletivos humanos como agregados culturais (populações tradicionais) ou agregados funcionais (movimentos sociais). O desafio paradigmático não é tornarmo-nos como o sujeito da *Gestalt*, como sugere Kuhn, capazes de ver tanto pato como coelho na imagem que aplicamos aos objetos (agregados humanos, movimentos, cultura, ação coletiva). Além de ver pato ou coelho, ou pato e coelho o desafio é ver um *patocoelho* dinâmico, mutante em forma e conteúdo. Ser mutante em forma e conteúdo não significa uma liberdade absoluta para a sua conformação, o coletivo-rede parte de interesses comuns e de um magma específico de significações. Por mais globalizado que esteja o mundo, um coletivo-rede parte de seus próprios desafios e de seus próprios conteúdos (históricos, presentes). Os conteúdos significantes são específicos, as possibilidades de dizer e fazer são específicas, dependem de elementos da cultura e do ambiente, não sendo, entretanto, determinados por eles. Um coletivo-rede no Alaska instituirá um imaginário diferente de sociedade daquele dos FP.

Para sintetizar as considerações a respeito das intervenções de instituições e seus

agentes, sem recair numa lista de “faça” e “não-faça”, o melhor é apontar alguns riscos e possibilidades. Induzir determinadas formas de organização e decisões coletivas pode fortalecer a colonialidade e o papel instrumental do coletivo. Em grande medida, a construção de figuras-chave de referência (as lideranças) é responsabilidade das instituições. A migração das pautas dos movimentos sociais de luta pela terra também é, em parte, veiculada pelas instituições externas, com destaque para aquela que dominou os últimos dez anos, a configuração dos fundos de pasto como área de reforma agrária.

A indução de processos de modernização é a ação mais danosa para a possibilidade do coletivo-rede deflagrar movimentos instituintes distintos. A situação é ainda mais grave no caso em que as instituições remuneram lideranças como “multiplicadores” de sua proposta, ou pior, da proposta impingida pelo financiador. Tais processos geram rupturas internas, desconfiança, associam o ato de representar à possibilidade de ganho pessoal e criam mecanismos de imposição do conteúdo. As instituições externas também têm se arvorado o direito, e até a responsabilidade, de dizer quem é e quem não é FP, cerceando ou minando processos reflexivos sobre “quem somos nós”. Desta forma, fica evidente o fato de não ser necessário explicitar perguntas filosóficas, elas aparecem de modo mais denso e vívido em função das situações concretas. Os agentes não precisam formulá-las, bastaria potencializá-las no lugar de limitá-las.

Há diversos papéis para agentes externos, alguns são específicos a cada momento vivido. O coletivo-rede dos FP depende da defesa jurídica e apoio sistemático nas situações de conflito. Os grupos requerem a formulação letrada e consubstanciada na linguagem do direito. O importante é que a existência de instituições de defesa não diminuam a necessidade da solidariedade interna ao coletivo-rede. Apoio material, custeios e visitas aos grupos ameaçados podem, e devem, ser organizados e vividos pelo coletivo. Trata-se de uma situação com forte potencial gerador de significados internos. Mediação e relatoria de encontros é outro papel fundamental, mas precisam ser pensadas fora dos esquemas administrativos de planejamento estratégico. A emergência de relatos significantes, o processo interpretativo dos grupos nos relatos do dizer-fazer do coletivo-rede, são processos que podem ser estimulados e mediados. O registro e o fluxo de relatos no coletivo-rede, utilizando mídias diversas, poderiam ter apoio das instituições externas. A “arqueologia virtual do presente” de Boaventura, que mergulha nos conhecimentos, nas práticas e nos processos vividos no coletivo-rede também pode ser facilitada. O acesso a conhecimentos de outras fontes, acadêmicos ou não, que possam compor o magma de significações é um papel que cabe a

estes agentes que circulam mais em outras fontes produtoras (academia, movimentos, governo, ONGs).

As cisões entre instituições geram ruídos na reflexão do coletivo-rede. No lugar de, simplesmente, refletir sobre alternativas expostas, ficam impelidos a escolher entre uma instituição e outra, um amigo e outro. A articulação das instituições para organizar seminários de FP já ocorre. De certo modo, há também uma produção de nichos de atuação (regionais ou temáticos) que minimiza choques entre as mesmas. O desafio de um coletivo de instituições atuando de modo coerente com a autonomia de um coletivo-rede, estimulando e fortalecendo suas dinâmicas mais democráticas e impactantes, dependeria de um processo de revelação dos agentes que requer grande esforço de mediação. Os impedimentos a este processo de revelação advêm tanto da oposição política de suas imagens quanto da dependência econômica em que cada instituição e cada pessoa se encontra em relação à história profissional que construíram. Os agentes da educação ambiental, da agroecologia, da convivência com o semi-árido, da educação contextualizada e da cisterna de placas estão pouco disponíveis para processos reflexivos que contestem a verdade ou a necessidade de seus conteúdos.

O que este cenário dos FP no diz sobre os desafios à sustentabilidade? No limite, poderia se dizer que a sociedade moderna é demasiadamente sustentável e que é nessa sustentabilidade que residem seus dramas. Demasiado sustentável porque prescinde/rejeita processos instituintes relacionados a um imaginário social. Sustentável porque resiste às mudanças que não emirjam de sua imagem fundante. Seus dramas residem na autonomização de suas instituições que terminam por operar violências tanto objetivas (degradação socioambiental), quanto simbólicas (naturalização da desigualdade da distribuição de prêmios e castigos). Estas violências contra o homem e contra a natureza são legítimas no corpo de referências desta sociedade. Para Castoriadis, assim como pela percepção construída nesta tese sobre os FP, a sociedade instituída só pode continuar a existir como auto-alteração perpétua.

Entretanto, cooptar o termo sustentabilidade para apenas operar um discurso contra a sociedade moderna, só se presta como jogo de palavras, que esvazia ainda mais o seu significado.

O que se revelou nesta tese foi a importância de momentos orientados por ações anti-distópicas como emuladoras de um coletivo-rede. A fundação do coletivo-rede não foi

ideológica, mas uma simples agregação contra o pesadelo da modernização, mesmo que os agentes externos idealizassem-nos a partir do comunitarismo cristão. Esta agregação contra a mudança e o fato de advirem de uma ocupação estabelecida ao longo de séculos criaram condições para que o coletivo-rede fosse abordado como população tradicional. A invenção da tradição fez andar *paripassu* o acúmulo de força política e a agregação de um coletivo-rede auto-presumido. Associaram-se, portanto, a força anti-distópica que enfrenta a insustentabilidade total e a possibilidade de imaginar uma sustentabilidade. Este processo inicial apenas criou condições para uma imaginação coletiva chamada sustentabilidade ou não. Assim, a invenção da tradição está associada à possibilidade de um imaginário de sociedade sustentável.

Na Grécia, mentia-se aos cidadãos em nome do bem comum. Não se pode falar em mentira nesses processos de invenção da tradição e imaginação da sociedade, ainda que se possa falar em ficções. O acúmulo de forças advindo da idéia de uma tradição, que define pessoas como produtos de uma cultura e ambiente específicos, legitima esta ficção como estratégia. O importante é que a ficção como tradicional não passe a condicionar o projeto de futuro, que a ficção não vire verdade. Os FP teriam que fingir, tão completamente, uma tradição que não poderiam escapar dela. Por outro lado, ficcionar o passado é também parte do trabalho dos elos sociais, que selecionam elementos do magma de significações para atuar contra o presente. Sobre o presente não cabe ficção, ele não pode ser o devir de uma cultura determinada ou da modernidade.

A sustentabilidade da instituição imaginária de uma sociedade pode ser qualquer coisa desde que seja verdade (um acordo) e desde que não seja a autonomização do instituído; a sustentabilidade como um moderno *bodecervo*, conforme se discutiu no capítulo 5. Outra esperança é a da diversidade, de que persistirá uma sociedade repleta de diferenças que, muitas vezes, se desdobrarão em conflitos de interesse e de poder. Os grupos continuarão precisando inventar tradições como instrumento para enfrentar o presente e ampliar a coesão. Há que se ficcionar o passado, enquanto elo social, assim como há que se ficcionar o futuro. As capacidades coletivas de imaginar-se, de dizer-se e fazer-se dependem destes elos. A capacidade de reconhecer-se no Outro, daqui e de outros lugares, permanecendo aberto como célula diaspórica e incorporando elementos de alteridade (próxima ou distante) na instituição de sua sociedade, talvez seja a esperança de uma sociedade humana que não seja a mera separação de indivíduos ou de sociedades regionais. Os coletivos que assumem um caráter aberto, acolhedor e conectivo, como uma rede, oferecem maiores oportunidades de

transformação social que aqueles que se fecham sob delimitações étnicas ou históricas.

Em muitos debates sobre sustentabilidade, sempre que se chega ao ponto das necessidades de mudanças estruturais, mudanças culturais, revoluções paradigmáticas, é comum ouvir que essas mudanças são muito lentas, têm horizonte de gerações e, portanto, é preciso paciência histórica. A velocidade dos tempos atuais apresenta riscos que nos impõem ações imediatas, *“los siglos son para los que escriben la historia, no para el que hace la historia [...] tenemos, por el contrario, que hablar de años, meses, dias y horas, porque estamos viviendo en un mundo que se ha unificado tecnicamente como nunca.”* (ZEA, 1988, p. 281).

As resistências locais, como resposta ao conflito imediato, foram potencializadas pelo reconhecimento público por parte do Estado e das instituições afins. Esta potencialização está em grande parte associada a uma convergência de identidades e apoios relacionados à tradição, à conservação, à sustentabilidade e à organização do coletivo dos FP. Tais visões evoluíram para a formação de imagens cuja dimensão real foi extrapolada pela virtual, como se o idealizado fosse mais concreto do que a própria realidade. Como mitos, as imagens virtuais tornaram-se mais fortes que as imagens reais. Isso evidentemente gera mal-estar e frustrações. Esse desconforto conduz a que boas soluções tendem a sair em busca de uma realidade que nem sempre corresponde ao diagnóstico. Como os mitos têm o poder de ampliar a força da organização e orientar as relações institucionais, os atores podem cair na armadilha de insistir em adaptar a realidade às suas soluções. A instituição imaginária dos fundos de pasto como sociedade sustentável depende da diluição destes mitos no “magma de significações” do coletivo, como condição indispensável para o desenvolvimento de discursos e ações condizentes com a realidade concreta e um possível projeto de futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

_____. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, São Paulo, v. 24, número especial, p. 9-30, 1994.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963. 402 p.

ACHESON, James M. Institutional failure in resource management. **Annual Review of Anthropology**, Harvard University, Harvard, v. 35, p. 117-134, 2006.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 79-90, maio 1999.

_____. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002. 1 CD-ROM.

_____. "Zonas de sacrifício" e "bota-foras": os conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 54-57, 2004.

_____. Injusticias Ambientales en Brasil. **Ciudad y Territorio**, Madrid, v. 36, n. 139, p. 239-243, 2004.

ACSELRAD, Henri & COMERFORD, John. Los Distintos Sentidos de la Sustentabilidad-el debate de la Comisión de Desarrollo Sustentable de las Naciones Unidas. **Gestion y Ambiente**, Medellín, v. 2, n. 2, p. 67-74, 1999.

AGRAWAL, Arun. Common property institutions and sustainable governance of resources. **World Development**, Elsevier Science, Amsterdam, v. 29, n. 10, p. 1649-1672, 2001.

AGRAWAL, Arun & LEMOS, Maria C. A greener revolution in the making? Environmental governance in the 21st century. **Environment**, Birmingham, v. 48, n. 5, p. 35-45, 2007.

ALCÂNTARA, Denilson M. de & GERMANI, Guiomar Inez. **A produção do espaço a partir da resistência**. Disponível em: <www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1%20364.htm>. Acesso em: 29 nov. 2004.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, reversão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-31, jun. 1998.

ALIMONDA, Héctor. Introducción: política, utopía, naturaleza. In: _____ (Org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 7-14.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. **Revista Humanidades**, UnB, Brasília, n. 5, p. 42-49, 1988.

_____. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**, PPGSCA-UFAM-Fundação Ford, Manaus, 2006. (Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, 2).

_____. Pluralidade de atores sociais e diversidade dos critérios político-organizativos em face

da internacionalização dos mercados. In: **A Luta Pela Terra: A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 113-121.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa & CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (Orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 2001. p. 92-107.

ALTHUSSER, Louis P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 128 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. 252 p. (Série Princípios).

_____. **Lutas camponesas no nordeste**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. 64 p.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil - Primeira Configuração Espacial**. 3. ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005. v. 1, p. 98.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil: texto confrontado com o da edição de 1711**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. 240 p.

APPELL, G. N. **Hardin's Myth of the Commons: The Tragedy of Conceptual Confusions**. With Appendix: Diagrams of Forms of Co-ownership. Working Paper 8. Phillips, EUA: Social Transformation and Adaptation Research Institute, 1993. 59 p.

ARAÚJO FILHO, J. A. de. Manejo de pastagens nativas no sertão cearense. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PASTAGEM NATIVA DO TRÓPICO SEMI-ÁRIDO, 1., 1980, Fortaleza. **Anais...** XVII Reunião da SBZ. Fortaleza: SBZ, 1980. p. 45-58.

_____. Pastoreio múltiplo. In: SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM, 7., 1984, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1984. p. 209-233.

_____. **Manipulação da vegetação lenhosa da caatinga para fins pastoris**. Sobral: EMBRAPA-CNPC, 1995. 18 p. (EMBRAPA-CNPC, Circular Técnica, 11).

ARAÚJO FILHO, J. A. de & CARVALHO, F. C. de. Criação de ovinos a pasto no semi-árido nordestino. In: CONGRESSO NORDESTINO DE PRODUÇÃO ANIMAL, 1., 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SNPA, 1998. p. 143-149.

_____. Sistemas de produção agrossilvipastoril para o semi-árido nordestino. In: SISTEMAS AGROFLORESTAIS PECUÁRIOS: Opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite; Brasília: FAO, 2001. p.101-110.

ARAÚJO FILHO, J. A. de; SOUSA, F. B.; CARVALHO, F. C. de. Pastagens no semi-árido: Pesquisa para o desenvolvimento sustentável. In: SIMPÓSIO SOBRE PASTAGENS NOS ECOSISTEMAS BRASILEIROS: Pesquisa para o desenvolvimento sustentável, 1995, Brasília. **Anais...** Brasília: SBZ, 1995. p. 63-75.

ARAÚJO, Sílvia Maria de. Ação coletiva: equívocos interpretativos. **INTERThesis**, Florianópolis, v. 3, n. 1, ISSN: 1807-1384, Hipertexto. jan./jun. 2006.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque & BARRETO, Ricardo Candéa Sá. Implicações do Capital Social e do Capital Político no Desenvolvimento Econômico. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DO NORDESTE(ETENE), 7., 2002, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002. p. 1-25.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 352 p.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Gestão Ecocêntrica e Consumo Responsável**: desafios para a responsabilidade social corporativa. Rio de Janeiro: PUC, 2000. p. 2-11.

ASSAD, Luís Tadeu. **Tradição-Modernidade-Sustentabilidade. Icapuaí-CE**: Os desafios do desenvolvimento de uma comunidade diante do imperativo da sustentabilidade. 2002. 272 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. 111 p.

_____. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 192 p.

AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, DADOS, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BAIERLE, Sérgio Gregório. Democracia radical e cidadania: a economia moral dos sujeitos. In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). **Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <[http://www.ongcidade.org/cgi-bin/wxis/?IsisScript=biblioteca%2Fdoc%2Fpesq_script.xis&acao=1&idioma=0.%20%20&formato=1&from=003541&to=003541](http://www ONGCidade.org/cgi-bin/wxis/?IsisScript=biblioteca%2Fdoc%2Fpesq_script.xis&acao=1&idioma=0.%20%20&formato=1&from=003541&to=003541)>. Acesso em: 04 ago. 2004.

BAKKES, J. A. et al. **An overview of environmental indicators**: state of the art and perspectives. Nairobi: UNEP, 1994. 73 p.

BARTHOLO Jr., Roberto dos Santos. O Diálogo nos Rigores do Pensamento. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 152, p. 43-74, 2003.

_____. A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades. In: BURSZTYN, Marcel; LEITÃO, Pedro; CHAIN, Arnaldo (Orgs.). **Que crise é esta?** São Paulo: Editora Brasiliense; Brasília: CNPq, 1984. p. 69-101.

_____. **Os labirintos do silêncio**: cosmovisão e tecnologia na modernidade. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero/COPPE/UFRJ, 1986. 139 p.

_____. Conhecimento e Ética: Martin Buber e Emmanuel Lévinas. In: FUKS, Saul (Org.). **Tribunal da História**: Julgando as Controvérsias da História Judaica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005. p. 267-290.

_____. Breves Notas sobre Ética e Modernidade. In: BARTHOLO Jr., Roberto dos S.; RIBEIRO, Heloisa Helena de Almeida; BITTENCOURT, José N. (Orgs.). **Ética e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: E-papers, v. 1, 2002. p. 11-18.

BARTHOLO Jr., Roberto dos Santos & SILVA, Gabriela Tunes. Ucronia: Sobre o Tempo da Vida Viva e Alguns Dilemas Éticos Contemporâneos. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 157, p. 5-44, 2004.

BARTHOLO Jr., Roberto dos Santos; DELAMARO, Maurício; PAZ, André da. Don Leopoldo. Un hombre sin menos. Poucas palavras sobre um mestre e sua mensagem. In: ZEA, Leopoldo (Org.). **Discurso desde a marginalização e a barbárie**; seguido de a filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 488 p.

BECK, Ulrich. **Risk Society**: towards a new modernity. Londres: Sage, 1993. 272 p.

BECKER, Bertha Koiffmann (Coord.). **Logística e ordenamento do território**. Subsídio à elaboração da Política Nacional de Ordenamento do Território–PNOT. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mi.gov.br/.../ordenamento_territorial.pdf&nome_arquivo=ordenamento_territorial.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2007.

BEDUSCHI, Luiz Carlos (filho) & ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento de regiões rurais. **Nova Economia**, Viçosa, v. 14, n. 3, p. 35-70, 2004.

BEGOSSI, Alpina. Escalas, economia ecológica e a conservação da biodiversidade. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 56-71.

BELLUZO, Luiz Gonzaga & CARNEIRO, Ricardo. Bloqueios ao crescimento. **Política Econômica em Foco**, Introdução, Campinas, n. 3, p. 1-9, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim_cecon3.asp>. Acesso em: 08 maio 2008.

BENATTI, J. H. A titularidade da propriedade coletiva e o manejo florestal comunitário. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 26, p. 126-151, abr./jun. 2002.

_____. **Posse coletiva da terra**: um estudo jurídico sobre o apossamento de seringueiros e quilombolas. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra>. Acesso em: 21 dez. 2005.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. 247 p.

BERKES, Fikret. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freira; BERKES, Fikret & SEIXAS, Cristiana S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiência. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 47-72.

BERKES, Fikret & FOLKE, C. (Editors.) **Linking Social and Ecological Systems**. Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience. Cambridge-GB: Cambridge University Press, 1998. 459 p.

BERKES, Fikret; FEENY, D.; McCAY, B. J.; ACHESON J. M. The benefits of the commons. **Nature**, Londres - Washington, v. 340, p. 91-93, 1989. (Reeditada por: Common Property: Readings and Resources for Community-based Natural Resource Management Researchers (THOMPSON, C. & LANGILL, S. (Compilers). International Development Research Centre, Ottawa, 1999. Tradução espanhola publicada em: **Hombre y Ambiente**, Quito, Equador, v. 11, p. 111-123, 1989.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 360 p.

BETTO, frei. **O que é comunidade eclesial**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 115 p.

BLOCH, D.; KÜMMER, M.; BACELAR, T. SECA 98: retrato de uma calamidade anunciada. In: **Nordeste sem fome**. Recife: Oxfam-Brasil-Unicef-Recife, 1998. 28 p. Disponível em: <www.amhost.amcham.com.br/nordeste/ago98/retrato.html>. Acesso em: 20 abr. 2004.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 137 p.

- BORBA, Sérgio da Costa. Aspectos do conceito de multirreferencialidade nas ciências e nos espaços de formação. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 11-19.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1973. 178 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1996. 232 p.
- _____. **Contrafogos**. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro, Zahar, 1999. 152 p.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004. 361 p. (Coleção Estudos, 20).
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 322 p.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975. 183 p.
- BRAGA, T. M. et al. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 11-33, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & CUNILL-GRAU, Nuria. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: _____. (Orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CLAD, 1998. p 15-48.
- BROMLEY, Daniel W. The commons, common property, and environmental policy. **Environmental & Resource Economics**, European Association of Environmental and Resource Economists, Dordrecht, Holanda, v. 2, n. 1, p. 1-17, jan. 1992.
- BROMLEY, Daniel W. & CERNEA, Michael M. **The Management of Common Property Natural Resources: Some Conceptual and Operational Fallacies**. World Bank Discussion Paper. Washington: World Bank, 1989. 66 p.
- BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. 136 p.
- BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.
- BURSZTYN, Marcel. A exclusão e o local: tempos e espaços da diversidade social. In: DINIZ, Clélio Campolina (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Regional**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. v. 1, p. 79-102.
- _____. **O Poder dos Donos – Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984. 178 p.
- _____. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. **Ciência e Tecnologia**, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Sociedade e Estado, Brasília, v. 10, n. 1, p. 97-124, jan./jun. 1995.
- _____. Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais. In: _____. (Org.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p 83-101.
- _____. **O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990. 140 p.
- _____. Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável). In: _____. (Org.). **A difícil**

sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 59-76.

_____. Regular o Estado. **Revista Raízes**, Campina Grande, Ano 10, n. 8, p. 49-67, jan./dez. 1991.

CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 191-205.

CAILLÉ, Alain & GRAEBER, David. Introdução. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p.17-32.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. 158 p.

CAMPANHA, Mônica Matoso; HOLANDA Júnior; VASCONCELOS, Evandro; ARAÚJO Filho, João Ambrósio de; GOMES, Thiago Oliveira. **Sistemas agrossilvipastoris** – uma alternativa para criação de caprinos em comunidades tradicionais do sertão baiano do São Francisco. EMPRAPA CAPRINOS. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/artigos/final_20.doc>. Acesso em: 15 jun. 2008.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. 284 p. (1. ed. 1964)

CÂNDIDO, Magno José Duarte; ARAÚJO, Gherman Garcia Leal de; CAVALCANTE, Maria Andréa Borges. **Pastagens no ecossistema semi-árido brasileiro:** atualização e perspectivas futuras. Disponível em: <www.neef.ufc.br/pal05.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. **Sustentabilidade e Cidadania**, EMATER/RS, Série Programa de Formação Técnico-Social, texto 5, 2002.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix-Amana-key, 1996. 256 p.

_____. **Ecoliteracy:** the challenge for education in the next century. Berkeley: Center for Ecoliteracy, 1999. 11 p.

_____. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Editora Cultrix-Amana-key, 2002. 298 p.

_____. Uma nova concepção de vida. **PSICO**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 7-9, jan./abr. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALLETO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 143 p.

CARDOSO, Marcelo Moratti. Diagnóstico parâmetro para avaliação do PDRI-Nordeste da Bahia, 1ª. Etapa. **Sistema de Produção III: Sisal e Pecuária**, Salvador, SEPLANTEC-SEAGRI-CAR, v. 5, 1984.

CARON, Patrick. Modélisation graphique et chorèmes: la gestion des parcours collectifs à Massaroca (Brésil du nordeste). **Mappemonde**, Montpellier, v. 62, n. 2, p. 17-21, 2001.

CAR-PDRI NORDESTE. **Projeto Fundos de Pasto:** aspectos jurídicos e socioeconômicos. Salvador: CAR, 1982.

CARSON, Rachel. Silent Spring. In: NELISSEN, N.; VAN DER STRAATEN J.; KLINKERS, L. (Editors.). **Classics in Environmental Studies:** An overview of classic texts

in environmental studies. Utrecht: International Books, 1997. p. 68-73.

CARVALHO, Franklin Plessmann de. **Fundos de Pasto**: Organização Política e Território. 2008. 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 405 p.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: BRESSER PEREIRA, L. C. & WILHEIM J.; SOLA L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora Unesp/ENAP, 1999. p. 147-171.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418 p.

CASTORIADIS, Cornelius & COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 87 p.

CASTRO, Edna Maria Ramos. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: Novos Rumos Para a Proteção da Natureza nos Trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 165-182.

CASTRO, F.; McGRATH, D.; CROSSA, M. Adaptándose a los cambios: la habilidad de las comunidades ribereñas en el manejo de sistemas de lagos de la amazonia brasileña. In: SMITH, R. C. & PINEDO, D. (Eds.). **Nuestros bosques, nuestros lagos**: la gestión comunitaria de los bienes comunes en la Amazonía. Lima: Instituto del Bien Común & Instituto de Estudios Peruanos, 2002. p. 272-303.

CASTRO, Josué de. **A Geografia da Fome** – a fome no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S.A., 1948. 334 p.

_____. **A Geografia da Fome** – o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967. 334 p.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p. 169-186. (Colección Sur Sur).

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda & FERRARO Jr., Luiz Antonio. Planejamento participativo: uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local sustentável (Relato de experiência do Programa Comunidade Ativa). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 163-190, dez. 2002.

CAVALCANTI, Carina de Araújo & FERRARO Jr., Luiz Antonio. Uso de Recursos Comuns na APA do Lago de Pedra do Cavalo, Relatório ao PROBIC-UEFS, Feira de Santana, 2003.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da Economia: Paradigmas Alternativos de Realização Econômica. In: _____. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. cap. 9, p. 153-174.

CEDAP - Centro de Planejamento da Administração Pública. **Dinâmica de participação de pequenos produtores em projetos de desenvolvimento rural**: do FP às associações fundiárias. Salvador, fev. 1987. (Disponível na biblioteca da CAR).

CHAMO, Laura Adriana & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL: FUNDOS DE PASTO: NOSSO JEITO DE VIVER NO SERTÃO, LAGO DO SOBRADINHO, BAHIA. 2006. (Cartas, mapas ou similares/Mapa).

COHEN, Jean L. Rethinking social movements. **Berkeley Journal of Sociology**, Berkeley, v. 28, p. 97-113, 1982.

_____. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, Nova York, v. 52, n. 4, p. 663-716, 1985.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **O FP que queremos**. Sistematização das Propostas da Articulação dos Fundos e Fechos de Pasto Baianos elaborado após encontros e reuniões entre trabalhadores/as rurais e entidades de apoio das regiões de Oliveira dos Brejinhos, Juazeiro, Canudos e Senhor do Bonfim. 2003.

CORA – Coordenação de Reforma Agrária e Associativismo. **Programação Plurianual Fundos de Pasto**, 1995-1998. Documento do Governo da Bahia. Salvador, abr. 1995. (Disponível na biblioteca da CAR).

CORDELL, John. Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C. S. & CASTRO, A. M. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. p. 139-160.

CORREIA FILHO, Virgílio. Evolução dos processos de aquisição de terras no Brasil. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 49, p. 57-58, 1958.

COTRIM, Dione Vinhas Nascimento. Diagnóstico parâmetro para avaliação do PDRI-Nordeste da Bahia, 1ª. Etapa. **Sistema de Produção II: Beira rio**, Salvador, SEPLANTEC-SEAGRI-CAR, v. 4, 1984.

_____. **O pastoreio comunitário em Uauá**: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital. 1991. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFBA, Salvador.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2002. 370 p. (original de 1901).

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil** - mito, história, etnicidade. São Paulo: Editora da USP; Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1986. 173 p.

_____. Populações Tradicionais e a Convenção da Biodiversidade Biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-164, 1999.

DANTAS, Mônica Duarte. O feudo: A casa da torre de Garcia d' Ávila: Da conquista dos sertões à independência. **Hispanic American Historical Review**, Durham, EUA, v. 82, n. 4, p. 799-801, 2002.

DANTE, Alighieri. **La divina commedia**. 1311. Disponível em: <http://alighieri.interfree.it/alighieri_dante_la_divina_commedia.html>. Acesso em: 10 fev. 2008.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 6. ed. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1999. 103 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 104) (Coleção Polemicas do Nosso Tempo, 1996, 25).

_____. Participação e avaliação – projetos de intervenção e ação. In: SORRENTINO, Marcos (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC-FAPESP, 2001. p. 163-184.

DENTZIEN, Plínio. **Modelos de sociedade e escolha racional**. ANPOCS, Resenhas, 2005. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_resenhas.htm>. Acesso em: 28 set. 2007.

DIAMANTINO, Pedro Teixeira. **Desde o raiar da aurora o sertão tonteia**: caminhos e descaminhos da trajetória sócio-jurídica das comunidades de fundo de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. 2007. 143 p. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição), Universidade de Brasília, Brasília.

DIEGUES, Antonio Carlos Santanna. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001a. 225 p.

_____. Aspectos Sociais e Culturais do Uso dos Recursos Florestais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L. & LINO, C. F. (Orgs.). **Sustentável Mata Atlântica**: a exploração dos recursos naturais. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. p.135-158.

_____. A construção de uma nova ciência da conservação para as áreas protegidas nos trópicos: a etno-conservação. **Debates Socioambientais**, São Paulo, v. 5, n. 13. p. 9-11, 1999.

_____. Os pescadores artesanais e a questão ambiental. **Propostas Alternativas**, Fortaleza, v. 53, p. 31-35, 1992.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC-NUPAUB-USP, 1998. 169 p.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santanna. & MOREIRA, A. de C. C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comuns**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001b. p. 97-124.

DIEGUES, Antonio Carlos Santanna. & ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STER, Paul C. The struggle to govern the commons. **Science**, Washington, EUA, v. 302, p. 1907-1912, 2003.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 2, n. 3/4, p. 127-149, 1998/1999.

DUSCHATSKY, Sílvia & SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LAROSSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 119-138.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 112 p.

ENRIQUEZ, Eugéne. Como Estudar as Organizações Locais. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão contemporânea – cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p 27-36.

ESCÓSSIA, Liliana da & KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, maio/ago. 2005.

FAORO, Raymundo. **O estamento burocrático no Brasil**: conseqüências e esperanças. In: _____. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro:

Globo, 1958. cap. 14, p. 261 – 271. Disponível em: Panteão dos Clássicos, Textos Clássicos, Brasília, v. 5, n. 49, jul. 2003. Biblioteca Virtual da Presidência da República. <www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_49/pateao.htm>. Acesso em: 18 mar. 2006.

_____. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Globo, 1997. 750 p.

FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A Tragédia dos Comuns: Vinte e Dois Anos Depois. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santanna & MOREIRA, André de C. C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comuns**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. p. 17-42.

_____. A The tragedy of the commons: twenty-two years later. **Human Ecology**, New York, v.18, n. 1, p. 1-19, 1990.

FEHR, Ernst & FISCHBACHER, Urs. The nature of human altruism. **Nature**, Londres - Washington, v. 425, p. 785-791, out. 2003.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 2001. 120 p. (Coleção Polemicas do Nosso Tempo, 92).

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 12 p.

FERRARO Jr., Luiz Antonio. Indicadores de processos em educação para a sustentabilidade: enfrentando a polissemia do conceito pela vinculação deste aos conceitos Cultura, Tecnologia e Ambiente. In: **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 18, p. 281-301, jul./dez. 2002.

_____. **Proposição de método de avaliação de sistemas de produção e de sustentabilidade**. 1999. 132 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - ESALQ, USP, Piracicaba.

FERRARO Jr., L. A. & BURSZTYN, M. À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: Razões dos *fundos de pasto* na história do Brasil e do Nordeste (1534-1982). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E AMBIENTE-ENANPPAS, 5., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília, 2008.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 35-54, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a04.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.

FOLADORI, Guillermo & TOMMASINO, Humberto. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Editora UFPR, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. **Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático/CUT/FASE, p. 22, 2002.

FOSTER, George. What is folk culture. **American Anthropologist**. New York, v. 55, p. 159-173, 1953.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, 2 dez. 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p.

- FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de DLIS?** 2. ed. Brasília: Instituto de Política, Editora Millennium, 2000. 116 p.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 93 p.
- _____. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra. 1996. 165 p.
- _____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974. 218 p.
- FREITAG, Barbara & ROUANET, S. P. **Habermas.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993. 216 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 15).
- FREITAS, A. F. G. de; ROCHA, A. L. B. de C.; MELLO, M. A. G. M. Diagnóstico parâmetro para avaliação do PDRI-Nordeste da Bahia, 1ª. Etapa. **O Sertão da Bahia** (aproximações para análise de sua formação histórica), Salvador, SEPLANTEC-SEAGRICAR, v. 2, 1984.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala** – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994. 406 p.
- _____. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961. 183 p. (1. ed. 1937).
- FROCHTENGARTEN, Fernando. Memória e colonização em Carlos Drummond de Andrade. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 97-101, set./dez. 2004.
- _____. **Memórias de vida, memórias de guerra:** uma investigação psicológica sobre o desenraizamento social. 2002. 248 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, USP, São Paulo.
- FUGANTI, Luiz. **Ética como potência e moral como servidão.** 2001. Disponível em: <www.filosofia.linhadefuga.com.br/html/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=21-51k>. Acesso em: 06 jul. 2005.
- FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002. 193 p.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.
- GADGIL, Madhav & GUHA, Ramachandra. **The fissured land:** an ecological history of India. Delhi: Oxford University Press, 1992. 274 p.
- GADGIL, Madhav et al. **Participatory local level assessment of life support systems.** A methodological manual. Bangalore: Indian Institute of Science, 2000. 71 p.
- _____. Novos significados para antigos conhecimentos: o programa de registros participativos da biodiversidade. In: VIEIRA, Paulo Freira; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S. (Orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais:** conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 261-286.
- GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra e cultura da sustentabilidade. **Revista Pátio**, Porto Alegre, p. 10-13, 19 nov. 2001.
- GAIGER, Luiz Inácio G. Apontamentos sobre o vínculo social e a solidariedade contemporânea. **ANPOCS**, out. 2005.
- _____. Entre as razões de crer e a crença na razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, São Paulo, v. 10, n. 27, p. 111-127, 1996.

- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 307 p. (1. ed. 1976). (Coleção Estudos Latino Americanos, v. 12 - aumentada de um pós-fácio).
- GALIZONI, Flávia Maria. **A terra construída**. 2000. 92 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - FFLCH, USP, São Paulo.
- GARCEZ, Angelina N. R. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo**. Salvador, INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987. 109 p.
- _____. **Leis de terra do Estado da Bahia**. Salvador: Seagri/CDA, 2001. 571 p.
- GASTARDI, Luiz Antonio. Educação informal para crianças e adolescente: da formação social à iniciação ao trabalho. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA PARA PROJETOS DE EXTENSÃO-SEMPRE, 4., 2001, São Carlos. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 324 p. (Coleção Antropologia Social).
- GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991. 177 p.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 427 p.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 328 p.
- _____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 255 p.
- GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional – novas políticas em educação**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1999. 298 p.
- GLASSMAN, James. Life not Politics, **Matters in America**, International Herald Tribune, 1998.
- GLISSANT, Edouard. **Poetics of Relation**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997. 256 p.
- GODBOUT, Jacques. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, 1998.
- _____. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 63-98.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 383 p. (1. ed. 1997).
- GOLDBLAT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 312 p.
- GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, A. C. S. & MOREIRA, A. de C. C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comuns**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. p. 43-78.
- GOLDSMITH, E. A blueprint for survival. In: NELISSEN, N.; VAN DER STRAATEN J.; KLINKERS, L. (Editors.). **Classics in Environmental Studies: overview of classic texts in environmental studies**. Utrecht: International Books, 1997. p. 199-210.

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. 2. ed. Brasília: Edições Ibama, 2003. v. 1, 590 p.
- _____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 148 p.
- _____. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, José Silva (Org). **Pensando e Praticando a Educação Ambiental**. Brasília: IBAMA, 2002. p. 49-76.
- GORDON, H. S. The economic theory of a common property resource: The Fishery. **Journal of Political Economy**, v. 62, p. 124-142, 1954.
- GOUZEE, N.; MAZIJN, B.; BILLHARZ, S. **Indicators of sustainable development for decision-making**. Bruxelas: Federal Planning Office of Belgium, 1995. 34 p.
- GRAFTON, R. Quentin Governance of the commons: a role for the State? **Land Economics**, Wisconsin, University of Wisconsin Press, v. 76, n. 4, p. 504-517, nov. 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995. 244 p.
- GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990. 56 p.
- GUATARRI, Felix & ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografia do desejo**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 327 p.
- GUDYNAS, Eduardo. La ecología política de la integración: reconstrucción de la ciudadanía y regionalismo autónomo. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 83-100.
- GUEDES, Ana Lucia. Repensando a nacionalidade de empresas transnacionais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 14, p. 51-60, 2000.
- GUEVARA, Ernesto “Che”. **Escritos y discursos**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1972. tomo 1, p. 225-232.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. 253 p.
- GUIMARÃES, Roberto P. Aterrizando una cometa: indicadores territoriales de sustentabilidad. **Revista Interamericana de Planificación**, Cuenca (Equador), n.119-120, p. 7-58, jul./dez. 1998.
- _____. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, Bertha K. & MIRANDA, Mariana (Orgs.) **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 13-44.
- GUIMARÃES FILHO, C. & SOARES, J. G. Sistema CBL para recria e engorda de bovinos no sertão pernambucano. In: SIMPÓSIO NORDESTINO DE ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES, 4., 1992, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 1992. p. 173-191.
- GUIMARÃES FILHO, C. & VIVALLO, A. G. **Desempenho técnico e viabilidade econômica de um sistema de produção alternativo para caprinos no sertão de Pernambuco**. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1989. 34 p. (Boletim de Pesquisa, 37).
- GUIVANT, Julia S. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. In: CONGRESSO MUNDIAL DA INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 8., 13 jul. 2002, Brisbane, Austrália. **Anais...** Brisbane: [s.n], 2002.

GUSFIELD, Joseph R. **Community: a critical response**. Nova York: Harper & Row, 1975. 121 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 236 p.

_____. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa: Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 1968. 147 p.

_____. **The theory of communicative action**. Lifeworld and system: a critique of a functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987. v. 2, 457 p.

HAESLER, Aldo. A Demonstração pela dádiva – abordagens filosóficas e sociológicas. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 137-160.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. 102 p.

_____. The state in question. In: McLENNAN, G.; HELD, D.; HALL, Stuart (Editors). **The Idea of the Modern State**. Buckingham: Open University Press, 1984. cap. 1, p. 1-28.

HAMMOND, A. et al. **Environmental indicators**: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington: World Resources Institute, 1995. 42 p.

HARDI, P. & ZDAN, T. J. **Assessing sustainable development**: principles in practice. Winnipeg: IISD, 1997. 166 p.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. **Science**, Washington, n. 162, p. 1243-1248, 1968.

_____. Political Requirements for Preserving our Common Heritage. In: BOKAW, H. P. (Ed.). **Wildlife and America**. Washington: Council of Environmental Quality, 1978. p. 310-317.

_____. **Extension of the Tragedy of the Commons**. Washington, DC: The American Association for the Advancement of Science, 1998. Disponível em: <<http://www.garretthardinsociety.org/articles/articles.html>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

HARRISS, John. Public action and the dialectics of decentralization: against the myth of social capital as “the missing link in development”. **Social Scientist**, New Delhi, v. 29, n. 11/12, p. 25-40, nov./dez. 2001.

HART, Paul. Narrativa, conhecimento e metodologias emergentes na pesquisa em educação ambiental. In: GALLIAZZI, Maria do Carmo & FREITAS, José Vicente de (Orgs.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: Ed. Unijui, 2005. p. 15-62.

HARTMANN, W. Por uma co-administração de recursos pesqueiros em águas interiores da Amazônia. O Caso das comunidades ribeirinhas e pesqueiras do Lago Grande de Monte Alegre. **Populações Humanas, Rios e Mares da Amazônia**. ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 6., 9 jun. 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NUPAUB-USP, 1990. p. 157-171.

- HAYWARD, TIM. **Ecological thought: an introduction**. Cambridge, GB: Polity Press; Oxford, GB-Cambridge, EUA: Blackwell Publishers Inc., 1995. 259 p.
- HELTBERG, R. Property rights and natural resource management in developing countries. **Journal of economic surveys**, Oxford, GB, Blackwell Publishers, v. 116, n. 2, p. 189-214, 2002.
- HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 366 p. (1. ed. 1977)
- _____. **The age of revolution 1789-1848**. Illinois: World Publishing, B&W Illustrations, 1962. 413 p.
- HOBBSAWN, E. J. & RANGER, T. **Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316 p. (Série Pensamento Crítico, 55).
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978. 158 p. (1. ed. 1936).
- HUBERMAN, L. **Man's Worldly Goods: The Story of the Wealth of Nations**. Nova York: Harper & Brothers Publishers, 1936. 349 p.
- IANNI, Octavio. **A crise dos paradigmas na sociologia: problemas de explicação**. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, p. 90-100, 1990.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002**. Estudos e pesquisas. Informação geográfica. Rio de Janeiro, 2002. n. 2, 195 p.
- INTERBA-SEAGRI. **Projeto “Fundo de Pasto”** (Oliveira dos Brejinhos). 1985. Disponível no Centro de Documentação da CAR.
- IRPAA. **Cabras e ovelhas: a criação do sertão**. Juazeiro: IRPAA-Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, 2001.
- JODHA. N. S. Population growth and the decline of common property resources in Rajasthan, Índia. **Population and Development Review**, New York, The Population Council, v. 11, n. 2, p. 247-264, 1985.
- KAUFFMAN, L. A. The Anti-Politics of Identity. **Socialist Review**, Oakland, EUA, v. 20, n. 1, p. 67–80, jan./mar. 1990.
- KIM, Daniel H. Using causal loop diagrams to make mental models explicit. **The systems thinker**, Cambridge, EUA, Pegasus Communications Inc., v. 5, n. 2, mar. 1994
- KLUG, Heinz. Comunidade, propriedade e garantias na África do Sul rural: oportunidades emancipatórias ou estratégias de sobrevivência marginalizadas? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 159-188.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005. 264 p.
- LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 239 p. (Coleção Elogio da Filosofia) (1. publicação em 1571, post-mortem).
- LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o “Ensaio sobre a dádiva”. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 14, p. 173-194, 2000.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17. ed. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Editor, 2004. 117 p.

LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos. Babilônios somos. A modo de apresentação. In: _____. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-30.

LAYRARGUES, P. P. **O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998. 234 p.

LE PRESTRE, Phillippe. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: SENAC, 2000. 518 p.

LEFÈVRE, Christian. Démocratie locale et production institutionnelle: Le cas des agglomérations françaises. In: LOINGER, G. & NEMÉRY, J. C. (Orgs.). **Construire la dynamique des territoires acteurs, institutions, citoyenneté active**. Paris: Harmatan, 1997. p. 215-222.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. 381 p.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998. 343 p.

LEHALLEUR, M. P. Em busca de sociedades regionais: conflito agrário, ideologia e pertencimento territorial no México. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 157-187, jan./jun. 1998.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: introdução ao debate a propósito dos novos movimentos sociais. In: GENTILI Pablo & FRIGOTTO Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. v. 1, p. 145-176.

LEITE, E. R.; ARAÚJO FILHO, J. A. de; PINTO, F. C. Pastoreio combinado de caprinos com ovinos em caatinga rebaixada: desempenho da pastagem e dos animais. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 30, n. 8, p. 1129-1134, ago. 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Aliança da classe operária e do campesinato**. Moscou: Progresso, 1983. 385 p.

LEONEL, Mauro. Exclusão e bio-sociodiversidade. **Debates Socioambientais**, São Paulo, Cedec, v. 5, n. 12, p. 18-20, 1999.

LEONÍDIO, Adalmir. Utopias por um mundo melhor. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, n. 11, p. 11-27, ago./dez. 2004.

LESSA, Carlos. Trajetórias da cidade moderna. In: VIEIRA, Fernando & ROEDEL, Hiran (Orgs.). **Rio de Janeiro: panorama sociocultural**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004. p. 11.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre alteridade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 302 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **The Savage Mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1966. 310 p.

LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. T. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 170 p.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política, solução para a crise da instância política? In:

ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 15-26.

LITTLE, Paul Elliot. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 2003, p. 251-290, 2005.

LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 162-187, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/op/v10n1/20319.pdf> >. Acesso em: 23 set. 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O movimento ambientalismo e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003. 160 p.

LOWY, Michel. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 94 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 125).

MACEDO, Roberto Sidnei. Por uma epistemologia multirreferencial e complexa nos meios educacionais. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 57-71.

MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. **Tessituras de uma rede: um bordado social**. 2005. 268 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

MALAGODI, Marco Antonio Sampaio. Dominação simbólica e a perspectiva da emancipação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., maio/jun. 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

_____. Otimizando a conservação ambiental: sem arena de disputas, sem pactos, sem conhecimentos construídos, sem partilha do poder? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE-ANPPAS, 1., 6-9 nov. 2002, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**. João Pessoa: Editora UFPB, 2001. 206 p.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 220 p.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 379 p.

_____. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Editora da FURB, 1998. 402 p.

_____. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALVANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 215-231.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. 179 p.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998a. 119 p.

_____. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b. 67 p.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In:

_____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. v. 2. p. 37-184

McCAY, B. J. & ACHESON, J. M. Human Ecology of the Commons. In: _____. (Eds.). **The Question of the Commons: The Culture and Ecology of Communal Resources**. Tucson: University of Arizona Press, 1987. p. 1-34.

McCAY, Bonnie J. & JENTOFT, Svein. From the bottom up: participatory issues in fisheries management. **Society and Natural Resources**, Londres, v. 9, n. 3, p. 237-250, 1996.

McGRATH, David. Manejo Comunitário de Lagos de Várzeas e o Desenvolvimento Sustentável da Pesca na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 1-26, 1998.

McKEAN, Anne Margareth & OSTROM, Elinor. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: Somente uma Relíquia do Passado? In: DIEGUES, A. C. S. & MOREIRA, A. de C. C.(Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comuns**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. p. 79-96.

McNIE, Elizabeth C. Reconciling the supply of scientific information with user demands: an analysis of the problem and review of the literature. **Environmental Science & Policy**, Amsterdam, v. 10, n. 1, p. 17-38, fev. 2007.

MEADOWS, Dennis. Systems thinking skill module. In: Sustainable community development: a challenge for governance and resource management. **Workbook for LEAD International Session**. 20 fev./3 mar. 2001. Lahore, Paquistão: Editora, 2001, p. 206-234.

MELUCCI, Alberto. The symbolic challenge of contemporary movements. **Social Research**, Nova York, v. 52, n. 4, p. 789-816, 1985.

MENDES, José M. Amado. **História econômica e social dos séculos XV a XX**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. 207 p.

MERLET, Michel. **Políticas fundiárias e reformas agrárias**: caderno de propostas. Associação pela melhoria da governança da terra, da água e dos recursos naturais. Cedex, FRANCE (Versão traduzida pelo NEAD. Disponível em: <http://www.agter.asso.fr/IMG/pdf/Merlet_2002_11_Caderno_a.pdf+%22cartografia+participativa%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=7&gl=br>. Acesso em: 20 jun. 2008.

MERTON, Robert. Sobre as teorias sociológicas de médio alcance. In: _____. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. p. 51-79.

MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do santo e o mundo dos engenhos**: estudo de uma comunidade rural nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 125 p. (Série Estudos Sobre o Nordeste, 9).

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p. 71-103. (Colección Sur Sur).

MIGUEL, Luis Felipe. Apresentação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 7-12, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782004000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 fev. 2007.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. O Grilo. In: **A Onda Verde**. São Paulo: Brasiliense, 1948.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São

Paulo: Annablume, 2005. 158 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 344 p.

MUMFORD, Lewis. **The story of utopias**. Nova York: Boni and Liveright, 1922. 315 p.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232. (Coleção Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, 2).

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil**. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2005. 200 p.

_____. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** (um estudo de história regional e local). Feira de Santana: EDUFBA, 1998. 358 p.

NOGUEIRA, Jorge Madeira. Sustainable (Under)Development: Are There Economic Alternatives To Explore The Amazon Rainforest? In: NORTH AMERICAN SYMPOSIUM ON SOCIETY AND RESOURCE MANAGEMENT, 4., 1992, Madison, EUA. **Anais...** Madison, EUA: 1992.

NORONHA, Patrícia Ayer. Uma perspectiva dionisíaca no trabalho social: afirmação da vida. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 124-135, dez. 2003.

O'CONNOR, James. **USA: A crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 264 p.

_____. The Second Contradiction of Capitalism. In: _____. (Org.). **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. Nova York: Guilford Press, 1998. p. 158-177.

_____. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 27-52.

OAKERSON Ronald J. A model for the analysis of common property problems: In: **Proceedings of the Conference on Common Property Resource Management**. Washington: National Academy Press, 1986. p. 13-29.

OECD - OECD environmental indicators: toward sustainable development 2001. (Indicadores Ambientais da OECD: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável 2001). Washington: OECD, 2002.

OLALDE, Alicia Ruiz; COSTA, Geraldo Sampaio; CANTO, Ana Maria Mascarenhas Eloy. Uma análise do programa Cédula da Terra no estado da Bahia. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 991-1003, mar. 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os mitos do agronegócio. **Revista Sem Terra**, São Paulo, v. 6, n. 24, p. 14-19, 2004.

_____. As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: Concrab - Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. (Org.). **O Agronegócio x Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. Brasília: Concrab, 2004, p. 7-81.

OLIVEIRA, D. L. & ROTHMAN, F. D. Desterritorialização de populações locais sob a ótica da justiça ambiental: abordagem dos conflitos do projeto de integração do rio São Francisco. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2007, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de; GERMANI, Guiomar Ines; OLALDE, Alícia Ruiz. Programa

de Crédito Fundiário (PCT e PCF) no estado da Bahia (Brasil), 1997 até a atualidade. 15 set. 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/05%20GT%20Gilca%20Garcia%20de%20Oliveira,%20Guiomar%20Ines%20Germani,%20Al%20C3%20ADcia%20Ruiz%20Olalde.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

OLIVEIRA, S. **Consumo responsável**: questões, desafios e guias para o futuro responsável. Lisboa: CIDAC, 2007. (Cores do Globo e Reviravolta, Cadernos de Comércio Justo, 1).

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action**: public goods and the theory of groups. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 1971. 172 p.

_____. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999. 201 p. (Coleção Clássico, 16).

ORTIZ, Renato. Diversidade cultural e cosmopolitismo. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 47, p. 73-89, 1999.

OSTROM, Elinor. Reformulating the commons. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 5-25, jan./jun. 2002a.

_____. **Understanding institutional diversity**. Princeton, EUA: Princeton University Press, 2005. 376 p.

_____. How types of goods and property rights jointly affect collective action. **Journal of Theoretical Politics**, Londres, v. 15, n. 3, p. 239-270, 2003.

_____. Property-Rights Regimes and Common Goods: A Complex Link. In: HÉRITIER, Adrienne (Ed.). **Common Goods**: Reinventing European and International Governance. Lanham, EUA: Rowman & Littlefield, 2002b. p. 29-57.

OSTROM, Elinor et al. **The drama of the commons**. Committee on the Human Dimensions of Global Change. Washington: National Research Council, National Academy Press, 2002. 534 p.

_____. The Emergence and Outcomes of Collective Action: An Institutional and Ecosystem Approach. **Society and Natural Resources**, Londres, v. 15, n. 6, p. 503-522, jul. 2002. Reeditada por: **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 107-127, 2002.

_____. **Governing the Commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, EUA: Cambridge University Press. 1990.

_____. Revisiting the Commons: local lessons, global challenges. **Science**, Washington, EUA, v. 284, n. 9, p. 278-282. 1999.

OVIDO, Antonio. **Gestão Ambiental Comunitária da Pesca na Amazônia: estudo de caso do Alto Purus**. 2006. 342 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002. 318 p.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

PDRI-Nordeste. **Fundos de Pasto** – aspectos jurídicos e sócio-econômicos, jul. 1982.

PELIZZONI, Luigi & OSTI, Giorgio. **Sociologia dell'ambiente**. Bologna: Il Mulino, 2003. 321 p.

PENA, Felipe. Subjetividade midiática: tempo e memória no discurso das biografias contemporâneas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 41-55, 2007.

PLOTKE, David. What's so new about new social movements? **Socialist Review**, v. 20, n. 1, p. 81-102, 1990.

PINKERTON, Evelyn W. & WEINSTEIN, M. **Fisheries that work**. Sustainability through community-based management. Vancouver, Canadá: David Suzuki Foundation, 1995. 199 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. 9. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 349 p. (1. ed. 1944).

_____. **The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time**. Boston: Beacon Press, 1957. 305 p.

POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE. Consolidação das reuniões regionais do Ministério do Meio Ambiente-MMA, **Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF)**, DCBIO, Brasília, 2002. Segunda versão. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir281/item5.doc>>. Acesso em: 10 abr. 2005.

POMEROY, Robert S. & BERKES, Friket. Two to tango: the role of government in fisheries co-management. **Marine Policy**, Amsterdam, v. 21, n. 5, p. 465-480, 1997.

POSEY, Darrell. A. exploração da biodiversidade e do conhecimento indígenas na América Latina: desafios à soberania e à velha ordem. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 345-368.

PRADO Jr., Caio. **História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 142 p. (Tese de Livre Docência, 1968).

PRADO, Euletério F. S. Habermas contra Marx: Crítica e Crítica da Crítica. In: JORNADAS DE EPISTEMOLOGIA DE LAS CIENCIAS SOCIALES, 9., 2003, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Sociedade Interamericana de Metodologia de la Economía, 2003.

PRZEWORSKI, Adam. O Estado e o Cidadão. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p. 325-360.

PUTNAM, Robert D. E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century. The 2006 Johan Skytte Prize Lecture. **Scandinavian Political Studies**, Copenhagen, v. 30, n. 2, p. 137-174, 2007.

_____. **Bowling alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton, EUA: Princeton University Press, 1993. 258 p.

_____. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 257 p.

QUIROGA, R. **Indicadores de sostenibilidad ambiental y de desarrollo sostenible: estado del arte y perspectivas**. Santiago, Chile: Nações Unidas/CEPAL/División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos, 2001. 118 p. (Serie Manuales, 6).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Introdução no estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1965. 268 p. (Coleção Tempo Novo, 2).

_____. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1981. 307 p.

RAZAC, Olivier. **Histoire politique du barbelé**. Paris: La fabrique, 2000. 111 p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476 p.

_____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 435 p. (Companhia de Bolso).

_____. **O processo civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 246 p.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães & GALIZONI, Flávia Maria. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2/v.6, n. 1, p. 129-146, 2003.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido. **Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2003. ENANPPAS-2003. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT07/eduardo_magalhaes.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2006.

ROHRICH, Sandra Sim & CUNHA, João Carlos da. A proposição de uma taxonomia para análise da gestão ambiental no Brasil, **RAC**, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 81-97, out./dez. 2004.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 608 p. (Biblioteca do Estudante).

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998. 277 p.

SABOURIN, Eric & MARINOZZI, Gabrio. Recomposição da Agricultura Familiar e Coordenação dos Produtores para a Gestão de Bens Comuns no Nordeste Brasileiro. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 17, p. 80-90, set. 2001.

_____. Recomposição da Agricultura Familiar e Coordenação dos Produtores para a Gestão de Bens Comuns no Nordeste Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. 4, p. 1008-1017, out./dez. 2000.

SABOURIN, Eric; CARON, Patrick; SILVA, Pedro Carlos Gama da. O manejo dos "fundos de pasto" no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. **Raizes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, v. 18, n. 20, p. 90-102, nov. 1999.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152 p.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 208 p.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 29-56.

SAFRA, Gilberto. Memória e Subjetivação. **Memorandum**, São Paulo, Universidade de São Paulo/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 2, p. 21-30, abr. 2002. (Belo Horizonte, UFMG; Ribeirão Preto, USP).

- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 232 p.
- SAHR, Cicilian L. L. & CUNHA, Luiz Alexandre G. O significado social e ecológico dos faxinais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1. p. 89-104, 2005.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 303 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, as relações sociais e o bem-estar social na semiperiferia: O caso português. In: _____. (Org.). **Portugal**. Um retrato singular. Porto: Afrontamento, 1993, p. 15-56.
- _____. Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. Paper apresentado no Seminário Internacional sobre Sociedade e Reforma do Estado, MARE, São Paulo, 26/29 mar. 1998. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/reforma/seminario/Boaventura.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2006.
- _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999. 350 p.
- _____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002b. v. 1, 436 p.
- _____. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: _____. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 23-31. (Coleção Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, 2).
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003. 92 p.
- _____. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-121.
- _____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007. 128 p.
- SANTOS, C. C. **Formação de Educadores Ambientais e Potência de Ação: um estudo de caso**. 2002. Dissertação (Mestrado) - ESALQ, USP, Piracicaba.
- SANTOS, C. C. & COSTA-PINTO, A. B. Potência de ação. In: FERRARO Jr., Luiz Antonio (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005. v. 1, p. 295-302.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. 310 p.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006. 384 p. (Coleção Milton Santos, 1).
- SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-147.
- _____. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. 904 p.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 35-55.

_____. Participação e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 115-134.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola/Centro JOÃO XXIII, 1996. 143 p.

SCHLAGER, E. & OSTROM, Elinor. Property-rights regimes and natural resources: a conceptual analysis. **Land Economics**, Wiscosin, University of Wisconsin Press, v. 68, n. 3, p. 249-262, ago. 1992.

SCOTT, Anthony. The fishery: the objectives of sole ownership. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 63, p. 63-124, 1955.

SEAGRI-BA. **Linhas de Crédito e Incentivos ao Agronegócio no Estado da Bahia**, Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Superintendência de Política do Agronegócio. Salvador, jan. 2007.

SEIXAS, Cristina S. & BERKES, Fikret. Mudanças socioecológicas na pesca da lagoa de Ibraquera, Brasil. In: VIEIRA, Paulo Freira; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 113-146.

SEIXAS, Gláucia Helena Fernandes; BARRETO Filho, Henyo Trindade; TOSATO, José Augusto de Castro et al. Eco-humanizando a regularização fundiária. In: LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003. p. 361-369.

SEPLANTEC. **Diagnóstico parâmetro para avaliação do PDRI-Nordeste da Bahia**. Salvador, SEPLANTEC-SEAGRI-CAR, 1987. v. 1-5.

SEPLANTEC/CAR. **Fundos de Pasto: uma prática de trabalho comunitário na pequena produção – um estudo de caso no município de Uauá**. Salvador, out. de 1983. (Disponível na Biblioteca da CAR).

SERRANO, Carlos & WALDMAN, Maurício. **Memória D'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007. 324 p.

SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. E.; SOUZA, A. L. **Diagnóstico da situação das Populações indígenas do Brasil**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_518.pdf>. Acesso em: 08 out. 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria – Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)**. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Gabriela Tunes da. **Sobre raízes e utopias: caminhos contemporâneos do desenvolvimento situado**. 2005. 187 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Gabriela Tunes da; BARTHOLO, Roberto; TUNES, Elizabeth. Três tempos do desenvolvimento situado. **Oikos-Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 11-31, 2006.

- SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 112 p.
- SORRENTINO, Marcos. Avaliação de processos participativos. In: _____. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 217-223.
- SOUTO, F. J. B. **A ciência que veio da lama**. Uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro-BA. 2004. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- SOUZA, Herbet. **Como fazer análise de conjuntura**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 52 p.
- SPINK, Mary Jane P. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 7-14, 2007.
- SPOSATI, Aldaíza. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SORRENTINO, Marcos (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 11-40.
- SPRADLEY, James P. **The ethnographic interview**. Florida, EUA: Holt, Rinehart and Winston Inc., 1979. 256 p.
- STOKKE, Kristian & MOHAN, Giles. The convergence around local civil society and the dangers of localism. **Social Scientist**, New Delhi, v. 29, n. 11/12, p. 3-24, nov./dez. 2001.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. **A psicologia social e o enfrentamento da crise ambiental**. 2006. Texto apresentado em Prova de Erudição para a obtenção do título de Professora Titular junto ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. **Avaliação de projetos sociais: uma alternativa política de inclusão**. (Transcrição de palestra proferida no encontro “Avaliação de projetos sociais: construção de indicadores”). Lab-social, São Paulo, 2002.
- _____. Para um novo humanismo: contribuições da psicologia social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 291-316, 1996.
- _____. Psicologia ambiental e futuro – reflexões geopolíticas sobre política ambiental. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 261-267, 2005.
- _____. Utopia e anti-utopia: o ressuscitar da história. In: SOUZA, L. de; FREITAS, M. F. Q. de; RODRIGUES, M. M. P. (Orgs.). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 13-24.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira & ARDANS, Omar Bonafacino. Participação Emancipatória: Reflexões sobre a Mudança Social na Complexidade Contemporânea. **Revista Imaginário**, São Paulo, n. 9, p. 15-31, 2003.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira & DAMERGIAN, Suely. Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 291-316, 1996.
- TÉLLEZ, Magaldy. A paradoxal comunidade por-vir. In: LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica,

2001. p. 45-78.

TEMPO DE TENSÃO: seco e verde. Produção de G. Marco et al. Juazeiro: UNEB, 2008. 1 DVD.

THOREAU, Henry. **Desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM, 2001. 78 p.

TONI, Fabiano. **Efeitos do uso comunitário de áreas de caatinga sobre sistemas de produção familiar no semi-árido nordestino**. (Texto mimeografado). [s.l: s.n], 2004.

TONI, Fabiano. The Role of Land Tenure in Strategies to Reduce Vulnerability to Droughts in Northeastern Brazil. In: Final Workshop Advanced Institute on Vulnerability to Global Environmental Change, **Delhi Sustainable Development Summit**, 2006, Nova Delhi, Índia, 2006. Disponível em:

<www.start.org/Program/advanced_institute3_web/Final%20Papers/Paper%20ftoni%2001%202006.doc>. Acesso em: 10 abr. 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. 431 p.

_____. **The voice and the eye: an analysis of social movements**. Cambridge, GB: Cambridge University Press, 1981. 225 p.

_____. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, Nova York, v. 52, n. 4, p. 749-787, 1985.

_____. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 67-92, 1989.

_____. Sociedade civil, direitos e espaço público. **Polis**. São Paulo: Publicações Polis, 1994.

TOYNBEE, A. **Um estudo da história**. São Paulo: UnB/Itatiaia, 1987.

UNEP-United Nations Environment Programme. **Integrated Assessment and Planning for Sustainable Development: key features, steps and tools**. Versão 1, abr. 2005.

VARGAS, Glória Maria. Território e Natureza. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E AMBIENTE-ENANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...** Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT01/gloria_vargas.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2007.

VAZ, Henrique C. de Lima. Religião e modernidade filosófica. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 18, n. 53, p. 14-165, abr./jun. 1991.

VEIGA, José Eli da. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, v. 24, número especial, p. 9-29, 1994.

_____. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VEIGA, José Eli da & EHLERS, Eduardo. Diversidade biológica e dinamismo econômico do meio rural. In: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria (Orgs.). **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 271-289.

VEIT, Mara Regina. **Histórias de sucesso: experiências empreendedoras**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2003. v. 3, 1200 p.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 207-228, 1990.

VIANA, Virgílio Maurício. Manejo Florestal Sustentável: O Desafio de Incorporar as Populações Tradicionais. In: Diversos Autores. **Manejo Florestal Participativo por Populações Tradicionais**. Piracicaba: ESALQ, 1998. v. 2, p. 355-359.

_____. O Manejo e a Certificação: Práticas, Problemas e Perspectivas. In: Seminário sobre Manejo Florestal: Cuiabá, 2000.

VIANA, Virgílio Maurício & DIEGUES, Antonio Carlos (Orgs.). Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000. v. 1. 273 p.

VIEIRA, Paulo Freira; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. 415 p.

VIOLA, Eduardo. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: INTERNACIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 21., Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon. The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, USA, 24-26 set. 1998.

VLEK, Charles. Globalização, dilemas dos Comuns e qualidade de vida sustentável: do que precisamos, o que podemos fazer, o que podemos conseguir? **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 221-234, maio/ago. 2003.

WADE, Robert. The management of common property resources: collective action as an alternative to privatization or state regulation. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, GB, v. 11, n. 2, p. 95-106. 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a. 145 p. (Série Estudos Sobre o Nordeste, 3).

_____. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: BRAZ, J. de A. **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979b. p. 15-40.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 1, 422 p.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 2, 580 p.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração-EDUSC, 2001. 259 p.

WHITEHEAD, Laurence. Jogando boliche no Bronx: os interstícios incivis entre sociedade civil e a sociedade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 15-30, out. 1999.

WOLIN, Sheldon. Postmodern politics and absence of myth. **Social Research**, Nova York, v. 52, n. 2, p. 217-239, 1985.

WOOD, Charles H.; WALKER, Robert; TONI, Fabiano. Os efeitos da posse de título da terra sobre o uso do solo e investimento entre pequenos agricultores na Amazônia brasileira. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 95-111, maio/ago. 2001.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência

prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.

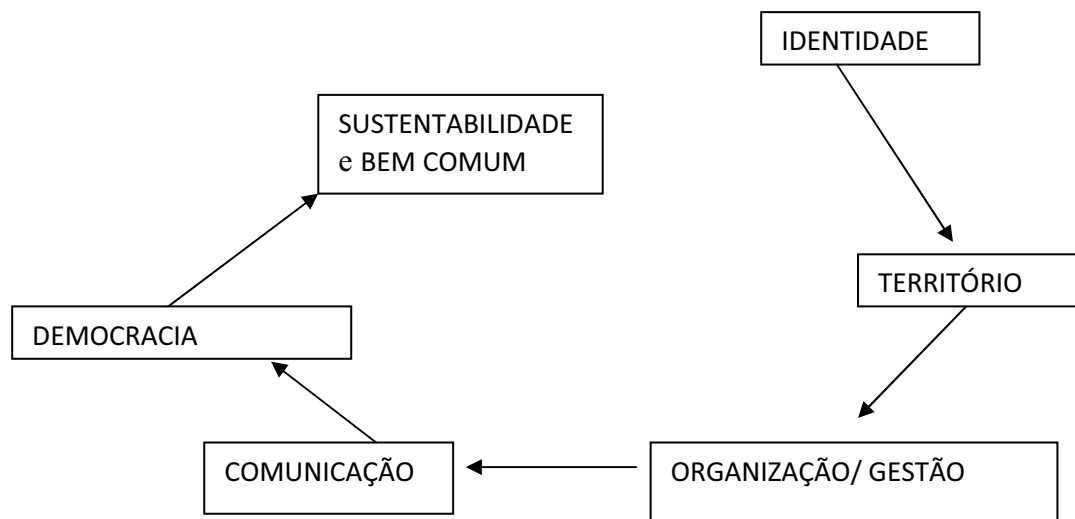
_____. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A/COPPE-UFRJ, 2006. 256 p.

ZEA, Leopoldo. **Discurso desde la marginación y la barbárie**. Barcelona: Anthropos, 1988. 288 p.

ANEXO 1: “Evolução” das representações das relações compreensivas da tese

1) Democracia e Territorialidade são determinantes para a Sustentabilidade.

(out/2006)

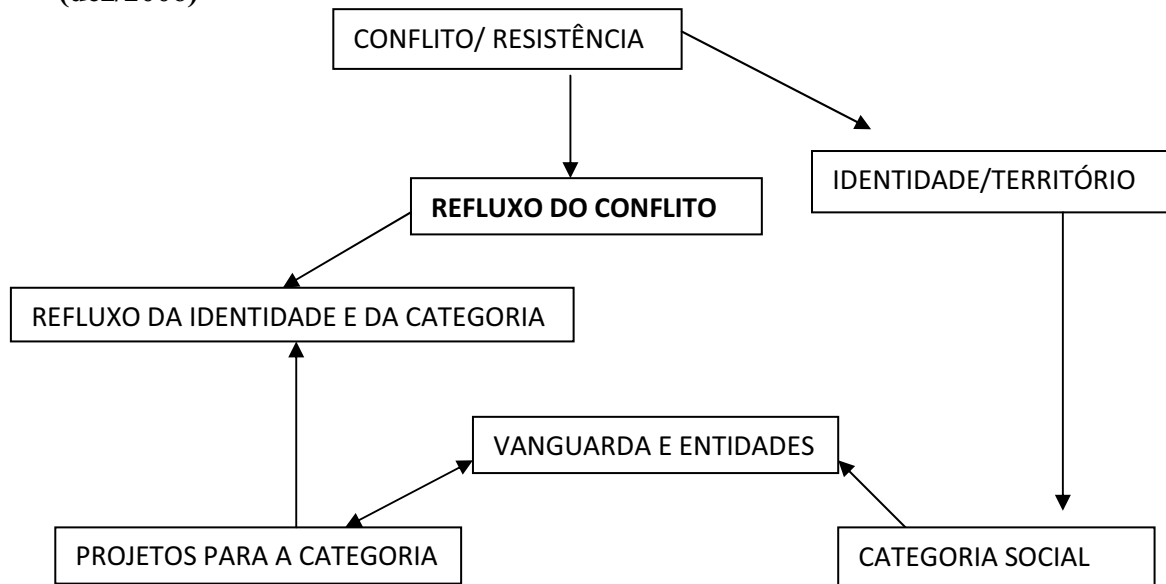


PERGUNTAS: Quem são os fundos de pasto? Há identidade-território? Como se organizam e como gerem o território? Como e onde se comunicam? Qual o grau de democracia da comunicação? Qual o papel dos mediadores nesta comunicação?

PREMISSAS: Havendo identidade há território. Isso implica em disponibilidade, percepção da necessidade e há necessidade/vontade de gestão. Se houver uma comunicação desobstruída há democracia na gestão. Com democracia na gestão a sustentabilidade/bem comum é possível.

2) O surgimento da categoria dos fundos de pasto não configura um movimento de base, mas um universo de formulação ao redor e sobre a categoria.

(dez/2006)

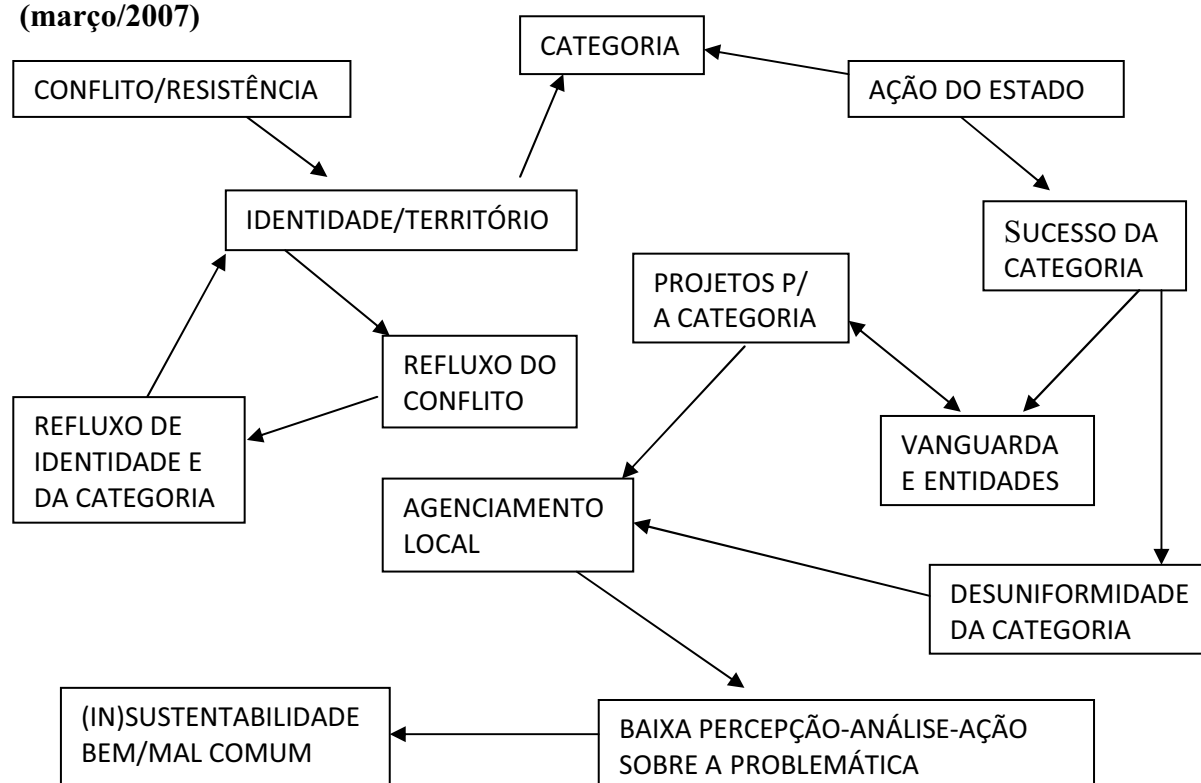


PERGUNTAS: Como surgiu a identidade e o território dos fundos de pasto? O que se organizou a partir da consolidação da categoria? O refluxo do conflito desmobilizou os fundos de pasto? Qual a dinâmica entre comunidades, Estado e instituições?

PREMISSAS: Identidade-território surge no processo conflito /resistência. A categoria obtém relativo sucesso enquanto unidade de mobilização. Uma vanguarda e entidades se organizam a serviço da categoria. Há um refluxo do conflito e disso decorre um esvaziamento social da categoria e desmobilização. Multiplicam-se formulações de estado, entidade e lideranças ao redor e sobre. As comunidades ficam à margem da sua própria categoria e vanguarda/entidades se alimentam dos projetos.

3) Há influências desencontradas agindo sobre um contexto desuniforme. Isso gera uma cacofonia que é agenciada localmente com eficiência. Entretanto, por ficarem questões estratégicas sem resposta, a sustentabilidade é comprometida.

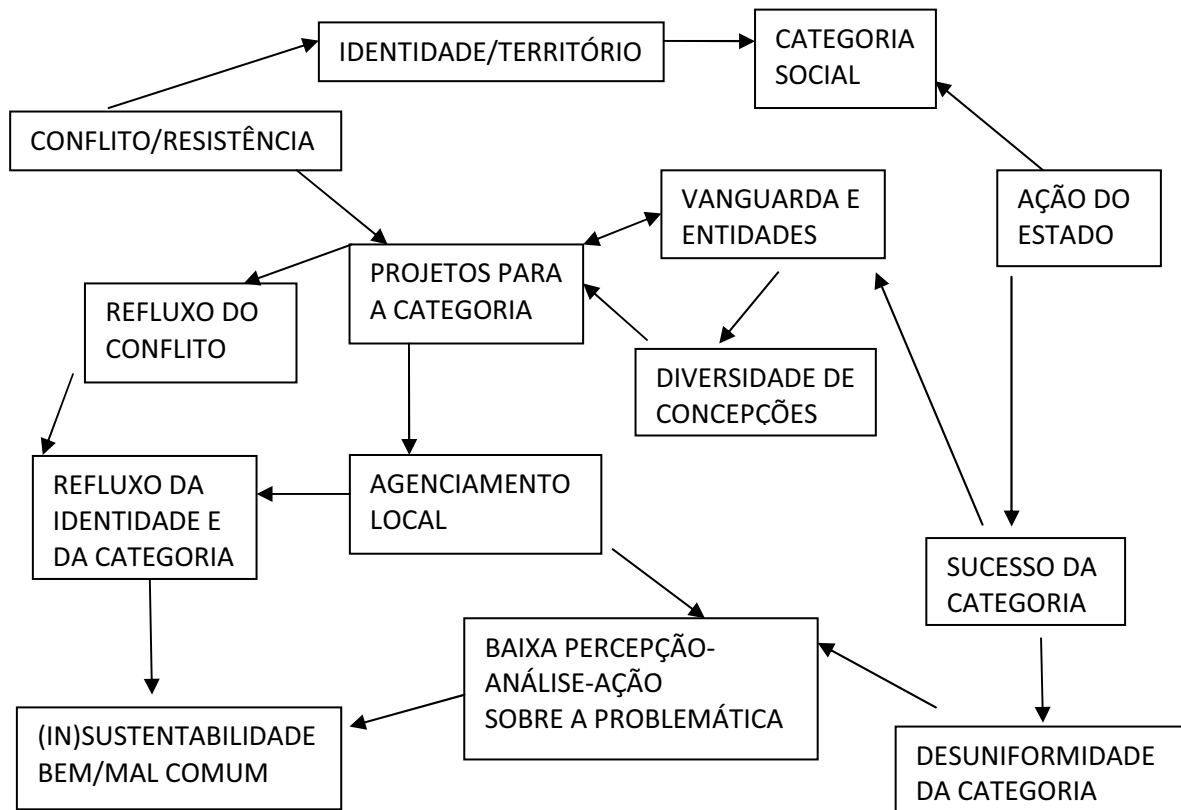
(março/2007)



PERGUNTAS: Como surge a identidade-território? Há um esvaziamento social da categoria e desmobilização? Que papel desempenham os atores externos? Qual o resultado disso para as comunidades?

PREMISSAS: Identidade-território surge no processo conflito /resistência. O Estado desempenha um papel determinante para o relativo sucesso da categoria enquanto unidade de mobilização. O contexto é desuniforme e o sucesso da categoria amplia a adesão de tipologias distintas. Uma vanguarda e entidades se organizam a serviço da categoria. Tentam amplificar o sucesso da categoria e a adesão “oficial” à mesma. As comunidades ficam à margem da sua própria categoria. Vanguarda/entidades se alimentam dos projetos e seguem “produzindo”. O conflito que mobilizou no início reflui. Os formuladores não conseguem evoluir estrategicamente frente à problemática. A dispersão de ações e direções que chega é agenciada por cada comunidade. Isso não basta para a sustentabilidade e o bem comum de toda a categoria.

3.1) Há influências desencontradas agindo sobre um contexto desuniforme. O sítio é um mestre inercial. Não há qualquer abordagem estratégica, assim, a sustentabilidade fica comprometida. (julho/2007)

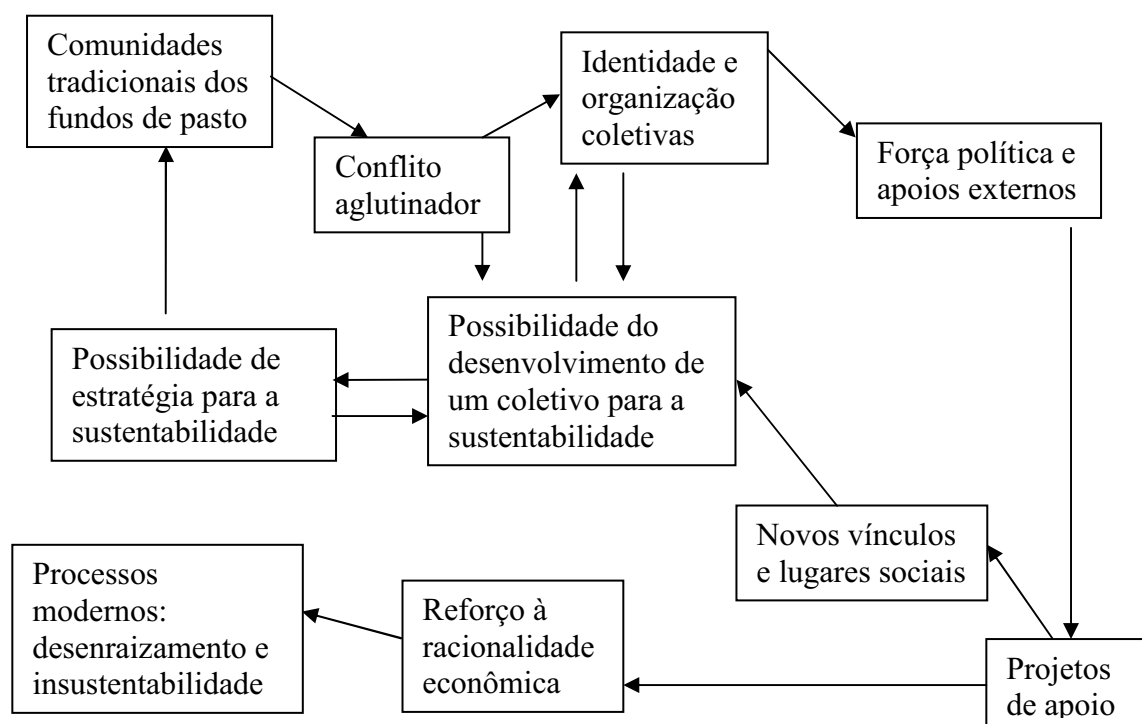


PERGUNTAS: Como surge a identidade-território? Há um esvaziamento social da categoria e desmobilização? Que papel desempenham os atores externos? Como pensam e como agem, que concepções os orientam? Qual o resultado disso para as comunidades?

PREMISSAS: Identidade-território surge no processo conflito /resistência. O Estado desempenha um papel determinante. Surge a categoria. A categoria obtém relativo sucesso enquanto unidade de mobilização. O contexto é desuniforme e o sucesso da categoria amplia a adesão de tipologias distintas. Uma vanguarda e entidades se organizam a serviço da categoria. Tentam amplificar o sucesso da categoria e a adesão “oficial” à mesma. O conflito que mobilizou no início refluí. Multiplicam-se formulações de estado, entidade e lideranças ao redor e sobre a categoria. Há diversidade de concepções de direção política. As comunidades ficam à margem da sua própria categoria. Vanguarda/entidades se alimentam dos projetos e seguem “produzindo”. Os formuladores não conseguem evoluir

estrategicamente frente à problemática. A dispersão de ações e direções que chega é agenciada por cada comunidade. O agenciamento local é inercial. A percepção, análise e ação sobre a problemática são insuficientes. Há um quadro de insustentabilidade.

4. Um conjunto de comunidades tradicionais que se agrega frente ao conflito desdobra novos vínculos sociais e novas formas de ação coletiva. Ainda não reuniu, entretanto, condições para construir a sustentabilidade dos fundos de pasto e tampouco com um sujeito coletivo sustentável e estratégico (julho/2008).



PERGUNTAS: Qual a origem dos fundos de pasto? Como se aglutinam e organizam? O que se organiza entorno dos fundos de pasto? Qual o significado de todo esse processo para a sustentabilidade das comunidades?

PREMISSAS: Uma forma de vida se torna uma categoria social frente ao conflito. O sucesso da categoria social reúne uma grande quantidade e diversidade de comunidades tradicionais. A defesa do espaço comunitário se fortalece para centenas de grupos. O

avanço inexorável da sociedade moderna e da fragilização dos laços comunitários tradicionais ameaça a célula básica do coletivo dos fundos de pasto. Aspectos de várias dimensões (social, cultural, econômico, ambiental) concorrem para a insustentabilidade dos fundos de pasto. Uma pauta coletiva dos fundos de pasto não se generaliza e termina restrita aos processos das lideranças e instituições de apoio. Nas comunidades segue o processo de modernização e desenraizamento cultural. O coletivo dos fundos de pasto não se tornou um coletivo para a sustentabilidade do território dos fundos de pasto, esta possibilidade existe, mas fica latente.

ANEXO 2.1: Documento sobre carvoarias em Pilão Arcado

From: **CPT JUAZEIRO** <cptjuazeiro@cptba.org.br>

Date: 2008/10/22

Subject: Ação das carvoarias em Pilão Arcado – Bahia

Pilão Arcado, Bahia, 22 de outubro de 2008

Caatingas, bichos e pessoas pedem socorro!

Na região da Lagoa do Serrote, município de Pilão Arcado (Bahia), a mais de 1000 km de Salvador, mais de 200 famílias, organizadas em Associações de Fundos de Pasto, estão com as vidas ameaçadas pela ação das carvoarias.

Em apenas 5 meses de funcionamento das carvoarias, mais de 10.000 hectares de caatinga já foram devastados. Árvores seculares como Pau D'Arco, Aroeira, Pau de Birro, Barriguda, Violeta, Angico, Cangaceiro, Camaçari, Baraúna, Catuaba, Caatinga de Porco (ou Pau de Rato) e Pau de Casca, dentre outras, estão sendo rapidamente transformadas em carvão e fumaça.

Animais como caititu, tatu, canastra, cutia, tamanduá-bandeira, veados, onça pintada, onça bodeira, onça preta, répteis e aves estão sendo mortos ou expulsos do seu habitat natural.

As comunidades que vivem na região dependem diretamente dessas áreas para tirar o seu sustento. Ali as famílias criam seus animais, como cabras, ovelhas, abelhas, gado e animais de tração. Fazem seus pequenos roçados, retiram a madeira necessária para a construção de moradias. Com a ação das carvoarias, essas famílias encontram-se em total desespero.

Segundo relatos de moradores da localidade, as carvoarias pertencem a proprietários de Minas Gerais e são transportados mais de 500 m³ de carvão por semana, que servem para alimentar os fornos da siderurgia mineira, principalmente para a produção de ferro.

Ainda segundo moradores, a origem do carvão é alterada, porque as notas para o transporte têm como município de referência Buritirama, na Bahia. Inclusive, uma carreta que

transportava carvão foi apreendida por transporte ilegal.

Até o momento 219 fornos estão em funcionamento e o plano das carvoarias prevê a exploração de carvão na região por dez anos, e as áreas devastadas devem ser cultivadas com a monocultura de eucalipto ou pasto em áreas não-cercadas, o que pode provocar o desmantelamento total do sistema de manejo das áreas de Fundo de Pasto de toda a região.

Diante de crimes tão bárbaros, onde estão as autoridades municipais, estadual e federal? Prefeitura Municipal, Centro de Recursos Ambientais (atual Instituto do Meio Ambiente – IMA Bahia), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) que já foram informadas e até o momento nenhuma providência foi tomada.

Atenção: as carvoarias já estão ampliando sua atuação para municípios do Estado do Piauí, como Avelino Lopes e Morro Cabeça no Tempo.

As comunidades pedem apoio. O que podemos fazer? Este é um relato parcial, em breve estaremos encaminhando um documento com mais informações e imagens.

Associações de Fundo de Pasto de Lagoa do Serrote

Associações de Fundo de Pasto de Redenção

Associações de Fundo de Pasto de Lagoa Comprida

Associações de Fundo de Pasto de Lagoa Redonda

Associações de Fundo de Pasto de Bonfim

Associações de Fundo de Pasto de Pedra Branca II

Paróquia Santo Antônio de Pilão Arcado

Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro (CPT)

ANEXO 3.1: Projeto FP que queremos

APRESENTAÇÃO

A proposta **O FUNDO DE PASTO QUE QUEREMOS** - Política Fundiária, Agrícola e Ambiental para os Fundos de Pasto baianos, elaborada após diversos encontros e reuniões entre trabalhadores/as rurais e entidades de apoio das regiões de Oliveira dos Brejinhos, Juazeiro, Canudos e Senhor do Bonfim, mostra o acúmulo de experiências, o descontentamento com a atual falta de Políticas consistentes para a região semi-árida do Estado como também apresenta caminhos e propostas de intervenções (fundiária, agrícola, ambiental, hídrica, cultural e social) inteiramente possíveis, viáveis e necessárias para os sertanejos dos Fundos de pasto.

Esperamos que este documento contribua e sirva de orientação para reflexões com as comunidades rurais, para as ações políticas dos movimentos populares do campo e intervenções de políticas públicas na região semi-árida.

FUNDO DE PASTO: NOSSO JEITO DE VIVER NO SERTÃO !

Salvador, 26 de abril de 2003

Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto.

BREVE HISTÓRICO

Denominação

Os Fundos de Pasto constituem um sistema de ocupação coletiva de terras por comunidades, em geral, com certo grau de parentesco. Esta ocupação dá-se na forma de Sistema Agrossilvopastoril e é de fundamental importância para milhares de famílias (estimamos em mais de 20.000) de trabalhadores rurais da Bahia, mais precisamente nas regiões norte-nordeste e baixo médio São Francisco. Concorre decisivamente para a viabilização da economia familiar nessas micro-regiões e para a manutenção de um modo de vida nascido da relação destas comunidades com o clima semi-árido.

Nos Fundos de Pasto, as propriedades coletivas têm como atividade econômica principal o pastoreio extensivo e/ou semi-extensivo de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) e de bovinos sem raça definida (SRD) com direito de uso comum da pastagem nativa, a caatinga e, secundariamente é praticada nessas áreas uma agricultura de subsistência em roças de sequeiro individuais, com a constante incerteza de boa colheita, haja vista as estiagens cíclicas. Planta-se milho, feijão, mandioca, feijão de corda, melancia e outras culturas; essas áreas têm sua ocorrência em cerca de 42 municípios baianos.

A luta em defesa da preservação desse sistema, sobretudo em defesa da manutenção da posse e direito de uso da terra, remonta a década de setenta, e nos anos oitenta transformou-se em um dos elementos mais expressivos da questão fundiária no estado, a ponto de ter sido objeto de uma emenda popular apresentada à constituinte estadual em 1988, resultando na inclusão do **parágrafo único do Artigo 178 da Constituição do Estado** que reitera :

“Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições”.

Parágrafo Único: *No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência de domínio.”“.*

Povoamento

Na verdade os Fundos de Pasto representam um modo de vida que teve seu surgimento após a invasão portuguesa no Brasil. Os colonizadores partiam sertão adentro para captura de índios, à procura do ouro e de outras riquezas naturais, mas também para conquista de novas terras. Diante da imensidão das terras “sem donos” e do perigo representado pelas invasões holandesa e espanhola em terras brasileiras, os portugueses passaram a povoar a região para fins econômicos, principalmente do norte-nordeste baiano, com as fazendas conhecidas por “currais” que ao longo do Rio São Francisco passaram a criar o gado bovino, para mais tarde abastecerem os engenhos de cana de açúcar do litoral do Maranhão até o recôncavo baiano.

A partir desta interiorização do povoamento brasileiro que grandes fazendas com suas terras medidas em léguas e léguas quadradas (1 légua = 6 km / 1 légua² = 36 Km²) passaram a predominar na referida região.

A criação do gado possuía o caráter de uma economia de subsistência, fundamental para a manutenção do modelo monocultor agroexportador da cana-de-açúcar - imperante na colônia portuguesa, seja no fornecimento da própria carne, do couro, de animais de transporte, ou ainda para servirem como animais de tração nos moinhos dos referidos engenhos. O ritmo da colonização da área sertaneja foi determinado pela demanda que o litoral tinha por seus produtos e subprodutos, principalmente do gado, e acelerado pela facilidade com que se estabeleciam as fazendas pecuárias.

As regiões do estado da Bahia e onde hoje é o estado de Pernambuco segundo JR., Caio Prado (1983), cumpriram o importante papel de, na época, serem o centro irradiador do povoamento para o restante do nordeste (Paraíba/Piauí/Ceará/Maranhão), aonde o “gado era o soldado desbravador”.

Para realização dos trabalhos nessas fazendas de currais, formadas somente de um pequeno casebre com cobertura de palha que eram usadas pelos seus vaqueiros, haviam toscos currais e uma centena, às vezes milhares de cabeças de gado para cuidarem. Os homens eram recrutados entre os índios e mestiços da região, como também foragidos dos centros policiados do litoral e escravos em fuga. As primeiras fazendas situavam-se geralmente nos vales dos rios, sendo medidas em léguas ao longo de cada margem dos cursos d’água, nesta época já não se usava a cerca como limite. Os rios, notadamente os perenes, em virtude da baixa pluviosidade e da grande irregularidade das precipitações que marcam a região semi-árida¹⁴⁴, atraíam as pessoas para suas proximidades.

Donatários

Já por volta do meado do século XVII, as terras do São Francisco, como eram conhecidas, passando pelas cabeceiras do Rio Real, Rio Itapicuru e Inhambupe, pertenciam todas elas a somente duas abastadas famílias: A família de Garcia D’Ávila e a de Antônio Guedes Brito.

A primeira como tinha se instalado no litoral, próximo aonde hoje é a cidade de Salvador - mais precisamente na Praia do Forte, construíram para sua moradia um castelo-

¹⁴⁴ Nesta região, as chuvas se concentram em dois ou três meses do ano, como também são freqüentes as secas prolongadas, a cada 26 anos, Os estudos indicam que tem se repetido nos últimos séculos fortes estiagens na região semi-árida.

forte próximo ao mar; este castelo possuía uma imensa torre, daí o nome desta família. A casa da Torre da família de Garcia D'Ávila possuía cerca de 260 léguas de terra indo pelo Rio São Francisco, à mão direita para o sul e indo para o dito rio para o norte, chega a 80 léguas. Já a família de Antônio Guedes Brito, também chamado *os da Casa da Ponte*, possuíam desde o Morro dos Chapéus (hoje Chapada Diamantina setentrional) até a nascente do Rio das Velhas a quase 160 léguas.

Decadência de uma atividade econômica acessória

Esse modelo de exploração pecuária do sertão baiano começou a passar por dificuldades já por volta do século XVIII, chegando a acontecer o fracionamento das fazendas, isso ocorreu a exemplo das capitânicas hereditárias, em virtude, em parte pela ausência dos seus proprietários que se instalaram no litoral, mas acima de tudo pelas mudanças econômicas que se processavam na colônia portuguesa, que com a decadência da economia açucareira levou consigo à bancarrota as fazendas de currais do sertão nordestino, pois se tratava da transferência do pólo econômico para as Minas Gerais, em função da exploração aurífera, como também os currais passaram a sofrer a concorrência da carne produzida menos distantes dos centros consumidores e sob melhores condições climáticas, advinda aonde hoje são os estados do Paraná, São Paulo e do próprio Rio de Janeiro - concorrência “desleal”, haja vista as distâncias que o gado tinha que percorrer até chegar aos centros consumidores no litoral (centros urbanos e fazendas de engenho da cana), muitos em tropas percorriam mais de 1000 Km até chegarem a seu destino.

Devido a esses fatores externos, assim como pelos seus determinantes climáticos regionais, seja pela inobservância da aptidão econômica local, praticando um modelo de exploração agropecuária insustentável, seja pela já referida falência do modelo agroindustrial da cana-de-açúcar no litoral por volta do século XVII, que as grandes fazendas dos currais entraram em decadência e pelo seu abandono passaram a ser partilhadas entre os moradores e trabalhadores das próprias localidades, que ao longo do tempo substituiriam o gado pela cabra, com um cabedal rústico e criado em sistema extensivo, como principal atividade agropecuária, que inclusive é muito mais apropriada e até mais rentável que a primeira.

Surgimento de um modelo mais apropriado

As fazendas que resultaram dessa fragmentação, seja por herança, por compra, por aforamento ou outro título qualquer, sofrem a imprecisão de limites dos domínios das duas grandes e mal administradas casas (Torre/Ponte).

As propriedades comunitárias são abertas, sem cercas que delimitem aonde começa ou mesmo termina a posse dos seus moradores, como também seus limites gerais, é comum o uso de variantes para marcação desses limites.

Esse modelo de exploração comunitária vai além de ser somente um sistema produtivo, mais do que isso, apropriadamente, uma formação social bem própria, com a cultura dos/as sertanejos/as, do catingueiro aí já bastante cristalizado.

O Fundo e Fecho de Pasto caracterizam-se pela ocupação e uso da terra de forma comum por uma determinada coletividade que, além dos laços de parentesco, compadrio e proximidade, tem em comum, a criação de animais de pequeno e grande porte (caprinos, ovinos e bovinos), soltos na área, e roçados de pequenas dimensões de onde tiram as alimentações para si e suplementos alimentares para o rebanho. Essa característica retrocede aos primórdios da ocupação portuguesa no Nordeste Brasileiro, derivado das Capitânicas Hereditárias e posteriormente das sesmarias. É, provavelmente, herança da forma comunal de ocupação das terras em Portugal e Espanha. Diferentemente, os fechos são desenvolvidos sob condições climáticas mais apropriadas a agricultura, com a marcante predominância da criação bovina, que nos períodos secos os agricultores se reúnem para levá-los para as

“Gerais”, onde o rebanho se alimenta da pastagem nativa. Os fechos em geral, se localizam à frente das posses dos indivíduos e têm como limites naturais os rios, ademais, a posse comunitária é cercada no fundo pelos próprios agricultores, sendo cada um proprietário de um determinado número de metros de cerca, dentro do qual praticam a criação extensiva do gado.

Prática também presente tanto nos fundos como nos fechos é a realização de trabalhos e obrigações da roça em mutirão, batalhão ou adjutórios. Aonde os serviços que tenham prazo para serem realizados (p. ex. colheita) e que careçam de um certo número de pessoas para ser executado, então chamam a vizinhança e a “parentagem” para ajuda ou troca de favores.

São características dos Fundos e Fechos de Pastos na Bahia:

-Posse, por décadas, de áreas coletivas, usadas em pastoreio extensivo e hoje semi-extensivo;

- A área é utilizada livremente por todos os condôminos;
- Ausência de delimitação com cercas e sim por variantes;
- Residências típicas do sertão na área das posses individuais;
- Roçados de subsistência individuais de cada família;
- Forte laço de parentesco e compadrio entre os membros da comunidade;
- Características culturais próprias de cada comunidade: festas, artesanato, rezas, etc.
- Cuidado com a caatinga e animais.

Como os donatários/sesmeiros não tiveram sucesso nas suas empreitas e também por não terem declarado as terras perante a coroa, a partir de 1850, essas áreas tornaram-se áreas devolutas, ou seja foram devolvidas à coroa e, portanto, propriedade do Estado, mas que já começavam a ser ocupadas por comunidades. Só que nunca foram regularizadas. A ocupação foi pacífica até meados dos anos 70 quando foi decretada a Lei do pé alto.

AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS AGROPASTORIS

A Associação Agropastoril de Criadores e Produtores constitui um modelo de organização local dos agricultores familiares nordestinos mais difundido entre os anos 80 e 90, muitas vezes associado ao “apadrinhamento” por tutela. A maioria das Associações nasceu da conjunção de três fatores, a saber:

- A necessidade para os sítios e comunidades de dotar-se de representação jurídica, no caso específico dos Fundos e Fechos de Pasto baiano para criarem um ente jurídico capaz de receber o *título coletivo das terras* nos idos de 1984-87, conforme artigo da Constituição baiana de 1988;

- A intervenção de atores externos à comunidade: igreja, Ong’s, órgãos de extensão, projetos públicos;

- A existência de ajudas e financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários (p. ex. no caso da seca).

Geralmente, trata-se de um projeto de caráter produtivo e/ou econômico, centrado nas novas relações em função da unidade familiar ou da comunidade: acesso ao crédito, a infraestrutura ou equipamentos coletivos, comercialização e/ou transformação de produtos. São sociedades civis sem fins lucrativos que devem redigir e publicar seus estatutos, eleger e renovar suas diretorias e o conselho fiscal. As decisões importantes, geralmente, são tomadas antes nas reuniões ou assembléias ordinárias das Associações.

Observa-se uma grande diversidade das formas e maturidade de cooperação associativa e de organização devida à permanência de práticas camponesas e a adaptação permanente de novas formas de coordenação da ação coletiva, que como foi dito, está longe de uma verdadeira discriminação das terras públicas do estado.

Conforme o art. 20 do regulamento da Lei de Terras do Estado da Bahia, nos anos de

1984 em diante, o INTERBA procedeu, embora de forma bastante tímida, dada a demanda ainda hoje reprimida, com a discriminação entre as terras devolutas e as de domínio particular existentes nas regiões e cadastramento da respectiva população. A solução encontrada a partir deste trabalho do órgão governamental, foi realizada uma parceria com a Corregedoria do Estado para procederem com o levantamento cartorial para, então, através dessas Associações ser conseguida a regularização fundiária coletiva.

Algumas Associações foram criadas e/ou receberam algum acompanhamento do Estado nessa época através do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), pois viviam litígios e conflitos de terra, a exemplo de: **Município de Uauá** - Fazenda Caldeirãozinho e Bonito, Fazenda Barriguda, Santana, Pereiro e Riacho do Juazeiro; **Município de Monte Santo** - Fazenda Paredão do Lou e Sítio do Meio, Fazenda Praça, Santo Antônio e Barra, Algodões e Pindoba; **Município de Senhor do Bonfim (Hoje município de Andorinha)** - Fazenda Medrado, Surará; **Município de Curaçá** - Fazenda Caladinho, Lajedo e Santa Rita e outros. Já os litígios nos Fechos de Pasto estavam na sua maioria no **município de Correntina**, todos tendo como referência e limite algum rio da região.

As Associações podem ser um caminho para o diálogo das Instituições (Estado, ONGs, Pastorais) com o universo camponês, na medida em que podem viabilizar sua estruturação, capacitação, organização, investimento e apoio em tais contextos podem servir como ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento e sustentabilidade local.

OS FUNDOS E FECHOS DE PASTO HOJE

Verdadeiros **santuários ecológicos**, os Fundos de Pasto, se vêem hoje ameaçados pela crescente pressão externa sobre seus recursos naturais - a exemplo da coleta da casca do Angico. O problema central talvez seja o conflito por terra com grileiros, como os que ocorrem em toda região norte-nordeste e médio São Francisco do estado, que geram um estado de extrema dificuldade para seus moradores, que tem gerado dor, ódio, sangue, preocupação e desespero, principalmente entre os que se vêem desprotegidos na defesa de seu espaço. Ressaltamos a quase total ausência de uma **Política Fundiária de titulação das terras devolutas**, já há tempos imemoriais sob uso coletivo pelas comunidades rurais, como também uma **Política Agrícola do Governo do Estado da Bahia** que crie as condições necessárias para o desenvolvimento regional. O que se assiste, através da publicação dos valores dos investimentos governamentais em alguns poucos setores da agropecuária baiana, a exemplo do Programa Cabra Forte, que na verdade se propõe a ser somente um programa e longe de ser uma política pública refletida e participada com as populações locais, duradoura e universal, tudo isso fazem crer que estes setores não acreditam na viabilidade do semi-árido baiano. Para o Semi-árido restam políticas pontuais e pulverizadas, que na verdade deveriam ser entendidas como projetos de intervenção, não como políticas, pois passam longe de oferecer uma vida mais digna e humana aos sertanejos/as.

Contudo, *quem ainda pratica a ecologia e controla o uso dos recursos é o próprio sertanejo dos fundos e fechos de pasto, o desmatamento é controlado* e se limita às pequenas áreas dos roçados. **A área sem cerca é protegida**, pois cada árvore cortada segundo os próprios moradores ameaça o equilíbrio do ecossistema como um todo, é principalmente uma ameaça à reserva alimentar dos animais nas estiagens.

Percebemos que a tendência da visão governamental é transformar o capim *buffel* em monocultura dominante, esquecendo-se da história do povoamento da região, com as fazendas dos currais, que já mostrou que pastos monoculturais para pastejo de bovinos é inapropriado para o semi-árido, esquecendo-se inclusive do significado histórico/cultural destas comunidades e da contribuição que têm dado no processo de conservação do bioma (a Caatinga) no qual estão inseridos. Alheios a todas estas peculiaridades locais e evidências

históricas, os bancos oficiais investem recursos no tripé palma/capim/gado, abrindo caminho para desertificação da região¹⁴⁵. Nos últimos anos houve um aumento considerável dos conflitos de terra envolvendo grileiros nas regiões, aonde grandes áreas foram cercadas com o apoio dos políticos locais – quando não eram os próprios, dos donos de cartórios e juízes corruptos, usando-se do argumento que “*essas terras estão soltas, sem cercas, não têm dono nem documento*”, vale a lei do mais forte.

É premente, portanto, aos trabalhadores rurais, **uma assessoria jurídica nos processos de constituição e registro de associações, capacitação em matéria de posse, propriedade e regularização fundiária, resposta aos protestos, na maioria infundados, das medições de terra, associativismo, assessoria em audiência com os órgãos públicos e apoio jurídico às ações que tenham como objeto da demanda das áreas de fundo de pasto.** As ações citadas devem ser realizadas na perspectiva de sensibilizar o poder judiciário, Ministério Público e a sociedade civil para as especificidades desse modelo de ocupação em relação ao conceito tradicional de posse no Direito Brasileiro, **objetivando o reconhecimento jurídico das áreas de Fundo de pasto.**

Foi a partir da não aceitação desta realidade que organizações e entidades de apoio e entidades dos próprios trabalhadores/as rurais levam adiante um trabalho de organização, capacitação, conscientização e mobilização, no esforço de verem suas vidas melhoradas, de verem de fato o Governo da Bahia assumir o semi-árido como **uma região rica, digna, viva, bela, estratégica e singular.**

As quase 300 Associações Agropastoris que se constituíram nas regiões, perceberam a necessidade de se unirem, se organizarem coletivamente enquanto Fundos de Pasto para defenderem esta modalidade de uso comunitário da terra, tornando possível a busca pela legalização das terras coletivas e por linhas de crédito e acompanhamento técnico apropriados para viabilização enquanto sistema econômico sustentável. Hoje são cinco micro-regiões homogêneas que criaram suas centrais de associações para encaminharem suas lutas.

Atualmente estas associações se deparam com um governo que prioriza a titulação de terras individuais, constituindo uma verdadeira indústria de títulos individuais de terra e de votos, por consequência. Ademais, não dispõe de uma linha de crédito especial e apropriada aos Fundos e Fechos de Pasto, muito menos uma política de acompanhamento técnico sério. O que se tem hoje é a EBDA, que ironicamente, fragilizada enquanto instituição e precariamente estruturada, é tida como a *referência* do estado no processo de assistência técnica local, não havendo condições alguma de realizar um trabalho que de fato possa enfrentar as questões centrais da discussão do desenvolvimento sustentável do semi-árido baiano.

Além disso, a existência de uma Comissão Estadual para reconhecimento dos Fundos de Pasto como áreas de Reforma Agrária, pode constituir-se em um grande equívoco histórico cultural e que na verdade só tem servido para criar óbices documentais e jurídicos para seu reconhecimento, deixa patente o descompromisso do governo estadual, que pode estar transferindo a responsabilidade da resolução do problema da posse coletiva da terra para o âmbito federal (INCRA) na tentativa de esvaziar a questão sócio política local, a ela atrelada.

Mas todas as organizações que estão diariamente na “labuta”, embrenhados na caatinga, têm claro que para defender essa modalidade de uso coletivo da terra e da viabilidade do semi-árido, é preciso criar fatos políticos de repercussão em toda Bahia, para sermos então ouvidos, para despertar a sociedade civil e as instituições governamentais para o

¹⁴⁵ Estudos já dão conta de que 10% do território baiano, à margem direita do rio São Francisco, estão em franco processo de desertificação, um presente sem futuro.

significado do nosso movimento para que haja diálogo.

FUNDAMENTANDO A CONSTRUÇÃO DO “FUNDO DE PASTO QUE QUEREMOS”:

Como vimos os Fundos e Fechos de Pasto vêm sendo ameaçados pela ausência de Políticas que apóiem um desenvolvimento sustentável para esta parcela significativa da população, não existe um plano de Políticas Fundiária, Agrícola, Ambiental, Hídrica, Social e Cultural para o sertanejo que vive nos Fundos e Fechos de Pasto baianos. Abaixo, analisamos o estado destas políticas, as estratégias e potencialidades de enfrentamento dos desafios já encontradas nas comunidades e a partir desta análise delimitamos Pontos Estratégicos e medidas políticas para cada uma das dimensões, com o objetivo de fundamentar a construção do “Fundo de Pasto que queremos”.

Política Fundiária:

Com a Constituição Estadual de 1988, quando foi reconhecido o Modo *Fundo de Pasto* de Titular a terra, os agricultores, que há décadas já vivem desta forma, procuram organizar-se em Associações, dentro dos parâmetros da Lei para assim agilizarem a Titulação. Mas, infelizmente, o Estado da Bahia, inicialmente através do INTERBA e atualmente através da CDA, opera com uma morosidade espantosa, até agora, somente 10 associações detém o título das áreas coletivas, além disso, acelerou-se o problema de grilagens das áreas coletivas, que sendo foco de interesse de empresas, fazendeiros e políticos levam à existência de conflitos com os posseiros. A Lei que institui o *Fundo de Pasto* como maneira legítima de posse da terra sequer foi regulamentada. Processos de Titulação foram perdidos e há um evidente desinteresse dos responsáveis dentro do governo em fazer a discriminação e titulação das terras, passando essa responsabilidade a terceiros (terceirização através de empresas) que não entendem, em absoluto, o que significa *Fundo de Pasto*, criando descontentamento por parte daqueles que deveriam estar sendo beneficiados. Outro agravante é a lei que descentraliza/municipaliza a titulação, uma vez que a maioria das representações de poder pública municipal não demonstra interesse em demarcar e titular terras para associações e os poucos títulos de terra que são emitidos terminam sendo utilizados como moeda de troca em barganhas políticas locais.

Como diretriz para a organização fundiária destes espaços cremos que as áreas de fundo de pasto são apropriadas aos sistemas de criação extensiva e, reconhecidamente prioritárias para a criação de caprinos e ovinos. Ou seja, este aspecto, que pode ser observado nos Fundos de Pasto colocam-no como alternativa para o arranjo fundiário no semi-árido.

Isto posto sugerimos como pontos estratégicos da Política Fundiária para os Fundos de Pasto:

Titulação coletiva.

Discriminação das terras públicas.

Para tanto será necessário:

O **resgate** do projeto original do Fundo de Pasto, destinando os recursos para a regularização fundiária das áreas de Fundo de Pasto conforme o mesmo;

Fazer o **levantamento das terras devolutas** das regiões do semi-árido (Governo do Estado), discriminando terras públicas das privadas e cadastro das famílias camponesas residentes;

Acelerar as medições das áreas individuais e coletivas;

Estabelecer que o **prazo de processo de títulos coletivos** coincida com a entrega dos títulos individuais;

Assegurar que o Governo envie o projeto de lei de **regulamentação** do artigo 178 da

Constituição Estadual para a Assembléia Legislativa;

Ao serem tituladas as áreas de Fundos de Pasto devem obtenham **garantias proporcionais às das áreas de Reforma Agrária**, em dimensões como Habitação, Crédito e Assistência Técnica, energia, água e estradas;

Obter **Assessoria Jurídica** Administrativa.

Política Agrícola:

As Famílias que vivem no *Fundo ou Fecho de Pasto* são classificadas como **criadores camponeses familiares** e destarte como **Comunidades Tradicionais**. Assim sendo sofrem com a ausência de uma Política Agrícola do estado baiano que realmente atenda às suas especificidades. São considerados agricultores improdutivos e residem numa região “inóspita” e por não possuírem o documento das terras, dificilmente têm acesso ao crédito oficial. As poucas linhas de crédito que poderiam ser acessadas pelos agricultores dos Fundos de Pasto (Pronaf's), pela forma como são conduzidas, parecem ignorar as reais necessidades dos moradores dos *Fundos de Pasto*. Ressaltamos que além do crédito não há acompanhamento técnico apropriado, pesquisa direcionada, incentiva à melhoria da produção, agregação de valor aos produtos e comercialização para os *Fundos de Pasto*. Enfim, os Agricultores de *Fundo de Pasto* lutam apenas com suas próprias forças, *sobrevivem e se organizam por pura teimosia* e assim ainda logram conservar seu modo de vida e a própria caatinga.

Os agricultores dos Fundos de Pasto têm desenvolvido inúmeras **estratégias exemplares de organização da produção**, como os vários “Núcleos de Caprinos”, de aproveitamento de frutas nativas, de mel com **inovações tecnológicas apropriadas**. A quase inexistência de utilização dos chamados insumos “modernos” (fertilizantes químicos, pesticidas, herbicidas, fungicidas, hormônios) nas áreas de Fundos de Pasto permite-nos classificar sua produção como **orgânica ou mesmo agroecológica**, que sendo avaliadas por instituições certificadoras oficiais permitiriam uma valorização de seus produtos. O rebanho de caprinos, ovino e bovino dos Fundos de Pasto mostra sinais de melhoramento, adaptação ao sertão, **genética e rusticidade**, que podem não só apoiar o sucesso da atividade como contribuir para a melhora dos rebanhos baianos no semi-árido. Encontramos consumidores locais/regionais de carne e leite de caprinos em expansão, tanto na região como no Estado e outros, em alguns casos com uma razoável facilidade/proximidade de escoamento dos produtos.

Isto posto sugerimos como pontos estratégicos da Política Agrícola para os Fundos de Pasto:

- Definição de acompanhamento Técnico.
- Criação de linha específica de Crédito.

Para tanto será necessário:

- **Acompanhamento técnico indicado pelo movimento**, onde os agricultores e agricultoras participem de todas as etapas do processo; e que os técnicos ou técnicas conheçam a realidade fundiária, de organização e convivência com o semi-árido.

Acompanhamento técnico que leve em consideração as técnicas mais adaptadas ao semi-árido (raleamento, rebaixamento e enriquecimento da caatinga e de reserva estratégica) e que estructure todo o ciclo, desde o planejamento agroecológico da área quanto os processos de beneficiamento e comercialização;

O Acompanhamento técnico deve se fundar na produção agropastoril, sobretudo do caprino, ovino, aproveitamento das frutas nativas e da ampliação ou implantação de projetos de apicultura e criação de galinhas caipira de postura e etc. As associações devem ser orientadas na preservação ambiental, no sentido da convivência com o semi-árido, trato com a

caatinga, sua preservação e na adoção de técnicas menos impactantes ao bioma da caatinga;

Propor um modelo de **crédito agrícola diferenciado**, que leve em consideração a realidade climática, apropriado às aptidões locais, que tenha condições de devolução (prazo de carência, juros, prazos de pagamento e rebate), discutidas com os trabalhadores através da articulação estadual dos fundos e fechos de pasto;

Melhorar as relações dos agentes financeiros com os produtores e suas organizações, que estes sejam parte de uma comissão com a participação dos técnicos, trabalhadores e bancos para discutir os projetos de investimentos e custeios agrícolas;

Procurar adequar a liberação dos créditos á realidade e do ciclo agrícola, não passando muito tempo para a liberação das parcelas, a exemplo da compra dos animais na época de seca.

Política Ambiental e Hídrica:

As áreas de *Fundos de Pasto* são consideradas, pelos Agricultores, como *áreas de preservação ambiental*, com variadas espécies vegetais nativas, adequadas ao sistema alimentar dos caprinos e ovinos.

Entretanto, a falta de titulação coletiva e delimitação das áreas tem favorecido a entrada de depredadores ambientais, sobretudo dos cortadores de madeira, caçadores, carvoeiros e grileiros. As linhas de créditos não adaptadas à realidade levam ao desmatamento e as queimadas que fazem aumentar as áreas propensas à desertificação. A introdução de forrageiras de outras regiões desvaloriza as forrageiras nativas levando à diminuição de espécies próprias do sertão como é o caso do umbuzeiro, favela, pau-de-rato, mandacaru que cedem lugar ao capim e outras plantas. Além disso, a falta de apoio técnico adequado, leva ao superpovoamento de animais nos *Fundos de Pasto*, diminuindo a possibilidade de regeneração da caatinga.

É de conhecimento de todos, a fragilidade hídrica da região semi-árida. A região dos *Fundos de Pastos* carece de estrutura hídrica seja para os animais como para o consumo humano. Obras mal dimensionadas, como barragens de pouca profundidade¹⁴⁶, poços artesianos de pouca profundidade e abertos, muitas vezes, em lugares inconvenientes, não respondem às necessidades devido ao teor de sal da água. Atualmente algumas poucas cisternas para o consumo doméstico e familiar estão sendo realizadas principalmente por organizações não governamentais. Diante das condições críticas do abastecimento hídrico nos *Fundos de Pasto* ainda existe o quadro vil da utilização da água com fins políticos.

Isto posto sugerimos como pontos estratégicos da Política Ambiental e Hídrica para os *Fundos de Pasto*:

- **Preservação e recuperação da fauna e flora;**
- **Utilização racional dos recursos naturais;**
- **Criação de infra-estrutura hídrica.**

Para tanto será necessário:

- Projetar o nível de produção do rebanho com base no suporte alimentar - **capacidade suporte**, respaldado na vegetação nativa existente, adequando e melhorando o manejo da crias e também o aumento da capacidade de suporte alimentar;

- Melhorar a **parceria de trabalho** com as Secretarias Regionais do IBAMA/CRA nos municípios e regiões com o fim atenderem às necessidades das áreas de fundo de pasto,

¹⁴⁶ Com espelho de água muito grande que não sustentam a água por muito tempo, devido ao alto grau de evaporação.

inclusive reestruturando e oferecendo melhores condições de trabalho a esse órgão (Averbação, inventário florestal, Educação e fiscalização das áreas);

- Realização de um **Diagnóstico Ambiental** com posteriores trabalhos em criação de banco de sementes, viveiro de mudas de plantas nativas e seu plantio; re-povoamento da fauna e flora, produção do mel, conservação do solo, suporte forrageiro e recuperação da matas ciliares (nascentes, rios, riachos e córregos);

- Realização de um **Inventário Florestal e floral** que possibilitará o conhecimento acerca dos tipos e espécies existentes e sua capacidade de exploração racional para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida por meio do beneficiamento das frutas nativas, madeira, ervas medicinais, fibras para a confecção de artesanatos, talvez com parceria da EMBRAPA - CPATSA / Petrolina-PE e outras;

- **Saneamento básico**, solicitação de melhoria habitacional e construção de banheiros.

- **Formação permanente** em educação ambiental de agentes e comunidades para convivência com o ambiente da caatinga, para grupos (Associações, STR's, escolas), escolas (inclusão nas discussões da rede pública de ensino e no currículo escolar) com base nos ecossistemas existentes e no destino dado ao lixo doméstico e o uso racional da água, conforme proposta que segue:

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL P/ COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTO

OBJETIVO GERAL:

Formação de Agentes Locais de Sustentabilidade

PÚBLICO:

Prioritariamente com membros de comunidades de Fundos de Pasto que desejam reforçar a autonomia comunitária e a capacidade de organiza-la na gestão do ambiente dos Fundos de Pasto. Também estaria voltado para Agentes de CPT, Técnicos de ONGs e demais Profissionais que atuem junto a comunidades de Fundos de Pasto;

RESULTADOS ESPERADOS

Constituição de uma Comunidade Local de Aprendizagem ou grupo PAP (Pesquisa-Ação-Participante)

QUALIFICAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DA ESPERANÇA PROJECTUAL: -

Quando a esperança se torna projeto. Resgatar a sua própria esperança e a daqueles com quem atua, qualificar esta esperança entorno de projetos, ajudar a dar vida e a construir direção para estas esperanças

ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO ECONÔMICA-SOCIAL-POLÍTICA: Apoiar processos que enfrentem as múltiplas exclusões, questionando sempre o significado da “inclusão”, fugir dos riscos de servir de instrumento para o projeto da modernidade.

REDUÇÃO DAS CARÊNCIAS SIMBÓLICO-MATERIAIS: Atentar para o fato de que a pobreza simbólica pode ser tão forte quanto a carência objetiva, ela tem origem no contexto, naquilo que se ensina como necessário, como projeto para “ser alguém”, “ter sucesso” ;

EXPOSIÇÃO DO DOMÍNIO: A base referencial para o sucesso do processo de intervenção é a *autonomia*, ou seja, a comunidade precisa ser capaz de gerir seu território, se a impossibilidade para isso tem por detrás uma relação de domínio cabe ao educador expor esta situação, ajudar a entender que ela não é “natural” e que resulta de um processo social e histórico, mediar o debate coletivo sobre qual o caminho para enfrentar, ou não, esta heteronomia.

TRANSCENDER A CISÃO SOCIEDADE-NATUREZA: talvez não haja saída sustentável sem que se supere a quase pré-histórica cisão epistemológica e ontológica entre sociedade e natureza.

CONTEÚDO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

Dimensão Conceitual/cognitiva

Bases políticas: Ambientalismo, movimentos sociais, ecosocialismo, ecologismo dos pobres, autonomia, sustentabilidade;

Bases históricas: Problemática social e suas raízes ; Problemática ambiental e suas origens; O modelo de desenvolvimento e suas conseqüências;

Bases geográficas: processos transformadores do espaço social/meio ambiente;

Bases psicológicas: emancipação

Bases pedagógicas de atuação crítica e transformadora: Educação popular, construtivismo, histórico-crítica;

Bases organizacionais: Redes.

Bases filosóficas: Complexidade ambiental, Epistemologia ambiental, origem das concepções de ambiente e natureza.

Bases metodológicas: Construção do conhecimento, metodologia da ciência, pesquisas com participação, Aspectos da participação (níveis, mecanismos, liderança, vanguarda x base, basismo x base, legitimidade, representatividade, subjetividade), Avaliação de processos de intervenção.

Dimensão comportamental

Partilhar informação.

Agir o máximo possível dentro dos parâmetros em que acredita.

Reconhecer-se como contraditório sem com isso se tornar um cínico.

Socializar decisões que interferem em coletivos.

Dimensão metodológica

Método dialético

Metodologias participativas

Pesquisa-ação

Dimensão Ético/política

Ser comprometido com autonomia e participação qualificada. Participar.

Dimensão Estético/poética

A arte de viver e as vidas da arte, relacionadas com o cotidiano, pois nem só de pão vive o ser humano.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Encontros presenciais

a) Educador à educandos à educandos

É o componente usualmente reconhecido como “o” momento da formação, deve, de fato ser um espaço deflagrador, reflexivo e sistematizador no qual os educandos se alimentam uns a partir dos outros e a partir do educador responsável que orienta e apóia a sistematização das reflexões. Cumpre a este momento apoiar o estabelecimento dos outros processos não presenciais.

b) Educador à educando

Também denominado de “tutoria” ou “orientação”, é a relação que se estabelece entre um educador e um educando que discutem o processo de formação e em especial o projeto de intervenção que o educando elabora e implementa.

2. Projeto de intervenção ou de pesquisa participante

É a proposta elaborada pelo educando, com apoio de um educador, pode ser individual ou coletiva e visa:

Consubstanciar a reflexão do processo formativo;

Qualificar a demanda nos outros componentes do processo de formação (por conteúdo, por instrumental, por debate);

Contribuir com a função social do programa formativo através de um processo qualitativo;

Articular pesquisa-ensino-extensão;

Preferencialmente, o projeto de intervenção tem relação com o cotidiano profissional ou pessoal do educando.

Comunidade de aprendizagem

É originada na motivação para a partilha, na necessidade de debate entre pessoas que convergem em interesses, no desejo de ter espaços não tutorados. O grupo de educandos, com ou sem a inclusão de educadores, percebe-se como uma comunidade que apesar de não partilhar um mesmo espaço geográfico partilham um mesmo recorte político, simbólico, subjetivo e que pode possibilitar a construção de espaços mais ou menos espontâneos, mais ou menos permanentes, mais ou menos sistemáticos no qual as expectativas, esperanças, angústias são expressas, no qual as dúvidas e as descobertas são socializadas.

Plano de Educação continuada

Um processo de formação de educadores deve prever estratégias que possibilitem uma continuidade do processo.

Instrumento de Educação à distância

Um processo de formação não se faz somente com momentos presenciais, tampouco somente com educação à distância, assim sendo deve provocar e apoiar processos de aquisição de conhecimento e habilidades assim como reflexões feitas individual ou coletivamente pelos educandos.

Política Social e Cultural:

A escolaridade entre os adultos que vivem nas áreas de Fundo de Pasto é baixíssima. Os filhos desses agricultores estão tendo mais oportunidade de estudarem que seus pais, mas carecem de uma **educação** voltada para a realidade de filhos de trabalhadores rurais, de escolas agrícolas adaptadas à convivência com o semi-árido e à realidade dos Fundos de Pasto. Outro problema sério é a distância que esses jovens e crianças precisam percorrer diariamente para freqüentarem uma escola, por estradas, a maioria das vezes, de péssima qualidade que comprometem também o deslocamento da população para quaisquer outros fins (saúde, comércio, lazer). O cuidado com a **saúde** das pessoas que moram nas áreas de *Fundo de Pasto* é feito apenas nas sedes dos municípios, inexistem postos de saúde e atendimento médico nos povoados e comunidades. A afirmação da cidade como referencial de atendimento

público, de serviços essenciais corrobora o processo de desvalorização do campo e acentua a desvalorização do próprio lugar, de sua história e de sua forma de vida, e desvaloriza cotidianamente as suas tradições culturais.

A força destas tradições reflete em competências adaptativas em diversos campos da vida do Fundo de Pasto, a exemplo da tradição quase centenária das famílias na criação de caprinos e ovinos; da disponibilidade e qualidade da mão-de-obra familiar, do potencial dos produtores organizados em Associações, Central, Sindicatos e Cooperativas, com razoável capacidade gerencial do processo produtivo, da disposição desses produtores em buscar recursos, para melhorar e aumentar seus rebanhos assim como da facilidade de articulação com outras instituições públicas e privadas.

Isto posto sugerimos como pontos estratégicos da Política Cultural e Social para os Fundos de Pasto:

- **Formação e Educação Formal;**
- **Infra-estruturas sociais.**

Para tanto será necessário:

Fortalecimento das organizações dos trabalhadores, apoiando o funcionamento da Articulação Estadual e das organizações regionais;

Estruturação de cursos de formação (contabilidade, administração, associativismo, funcionamento da sociedade, história do camponês);

Qualificação de conselheiros para melhor atuação nos conselhos municipais;

Criação de **Escolas Famílias Agrícolas** para os Fundos de Pasto;

Mudanças no currículo tradicional, adequando-o a realidade de semi-árido e de fundo de pasto;

Alfabetização para jovens e adultos pelo método Paulo Freire;

Construção de **postos de saúde** em área de fundo de pasto (nucleação);

Ampliação do número de agentes de saúde para atender as famílias de Fundo de Pasto/ampliação do PSF;

Incluir as áreas de Fundo e Fecho de Pasto nos Programas estaduais e federais de **eletrificação rural**;

Construção e melhorias das **estradas vicinais**;

Construção e instalação de **unidades de beneficiamento** do caprino-ovino e de frutas nativas;

Instalação de **linhas telefônicas** nos povoados e áreas de Fundo e fecho de Pasto

À guisa de conclusões...

Os Fundos de Pasto, seus habitantes, vêm prestando relevante serviço social e ambiental à sociedade brasileira, ocupam, cuidam, conservam a Caatinga, produzem alimentos, valorizam o local, dão novos significados à vida no campo (antigos significados para eles, novos para este contexto de crise do Rural) e o fazem, tudo isto, naturalmente, como parte de seu modo de vida e de relação com seu ambiente. Nos Fundos de Pasto que encontramos inovações tecnológicas para a convivência com o Semi-árido, os moradores dos Fundos de Pasto são os mais resistentes quando os ciclos de seca se instalam, devem ser valorizados e apoiados por todos estes serviços prestados e simplesmente pelo fato de terem o direito de continuar vivendo da forma que desejam no lugar que lhes pertence historicamente.

A Articulação Estadual dos Fundos de Pasto permite, pela primeira vez, a exposição das peculiaridades destes contextos e assim reivindicamos este diálogo, fundamental, entre estas dezenas de milhares de famílias e as instituições públicas que tem o dever de representá-

las e aos seus interesses, claramente explicitados neste documento.

Acreditamos que estes Santuários da Caatinga, devidamente apoiados e reconhecidos, tornar-se-ão sustentáveis no campo e continuarão a prestar os relevantes serviços sociais e ambientais historicamente evidenciados.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA DE AÇÕES EMERGENCIAIS

Período: ABRIL DE 2004 A ABRIL DE 2005

Política	Ação	período	responsável
Fundiária	liberação imediata dos títulos coletivos	abril - maio 2004	governador / cda / fundo pasto
	funcionamento/ampliação do núcleo de fundo de pasto na cda	maio 2004	governador / cda / fundo pasto
	retomada imediata/acelerar término das medições das áreas de fundo de pasto	maio a dezembro de 2004	governador / cda / fundo pasto
	isenção do pagamento pelos títulos coletivos de terra	maio 2004	governador / cda / fundo pasto
	reconhecer legitimidade e apoiar processo da construção do projeto de lei que regulamenta art 178 da constituição baiana	maio de 2004 a abril de 2005	governador / cda / fundo pasto
	retomar processo de discriminação de terras públicas devolutas do estado já previsto na Lei de Terras da Bahia (art 20)	maio de 2004 a abril de 2005	governador / cda / seagri /fundo pasto
	aprovação e execução do convênio para elaboração dos projetos de viabilidade econômica/pve dos fundos de pasto	maio a dezembro de 2004	governador / cda / cactus /fundo pasto
Agrícola	Destacar representantes da seagri / secomp / cerb / car / seinfra com poderes para em audiência encaminhar as reivindicações da política agrícola dos fundos de pasto	maio de 2004 a abril de 2005	governador / seagri / secomp / cerb / car / seinfra / fundo de pasto
ambiental e hídrica	Destacar representantes da seagri / secomp / cerb / cra / semarh com poderes para em audiência encaminhar as reivindicações da política ambiental e hídrica dos fundos de pasto	maio de 2004 a abril de 2005	governador / seagri / secomp / cerb / cra / ibama / seinfra / fundo de pasto
social e cultural	Inclusão das comunidades de fundo de pasto na 1ª etapa do programa luz para todos/gf	maio a dezembro de 2004	governador / comitê gestor estadual / seinfra / fundo de pasto
	Destacar representantes da seagri / secomp / sec. de cultura / setras com poderes para em audiência encaminhar as reivindicações da política ambiental e hídrica dos fundos de pasto	maio de 2004 a abril de 2005	governador / seagri / secomp / sec. cultura / setras / fundo de pasto

ANEXO 5.1: Roteiro de conversação

ROTEIRO INVESTIGATIVO

Como explicado na introdução da tese podemos compreender o itinerário desta pesquisa como sendo de “aproximações sucessivas”, nas quais é possível reunir um conjunto de fatos em uma unidade estrutural inicial, transitória, sedimentada por relações compreensivas. Procura-se avaliar os fatos contidos na unidade e outros que não estavam presentes na estrutura inicial. Por sucessivas aproximações, o método permite reinterpretar, eliminar e admitir novos fatos, modificando progressivamente a unidade estrutural inicial, até uma nova formulação, mais adequada, que possibilite a compreensão mais satisfatória num conjunto coerente de fatos. Assim, as entrevistas se desenvolveram como conversas iniciadas de modo aberto. Após vários sobrevôos o diálogo evoluía para mergulhos em aspectos mais específicos que possam ter surgido.

1. Perguntas de abertura: “-Como vai a vida aqui?”; “Que dificuldades vocês tem enfrentado?” “- O que está acontecendo por aqui?”

2. Perguntas decorrentes do conteúdo da resposta: “-E como vocês tem enfrentado isso?”; “O que vocês estão querendo que aconteça?”; “Por que isso aconteceu dessa forma?”; “O que vocês acham dessa proposta/alternativa?”

3. Perguntas sobre os papéis em jogo: “- Toda a comunidade vê da mesma forma?”; “- Quem tem apoiado ou quem tem mais prejudicado vocês nesse processo?”; “O que faz quem ajuda e o que faz quem prejudica?”

4. Perguntas tentando instigar a crítica: “- Para você qual deveria ter sido a atitude da comunidade frente a esse processo?”; “O que atrapalha vocês na hora de agir melhor como grupo?”

As informações obtidas em uma comunidade facilitavam o diálogo com outra, contava-se o exemplo de alguma comunidade que estava pensando uma solução para problemas semelhantes e perguntava-se a opinião das pessoas:

“Lá na comunidade tal ocorreu o mesmo problema e eles estão com a idéia de... (separar pasto para recuperação, limitar o número de animais, retomar áreas griladas, processar umbu, fazer plantio para lenha, produzir silagem etc...).”

ANEXO 5.2: Assassinatos em Monte Santo - BA

- MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE -

As organizações populares abaixo identificadas vêm a público **MANIFESTAR INDIGNAÇÃO** frente à barbárie do assassinato dos três trabalhadores rurais, assentados no PA Santa Luzia e no Fundo de Pasto Capivara, Tiago Dias Andrade, 47 anos, Luis Alberto Antunes de Souza, 24, e Josimar Neves Dias, 25 ocorrido no último dia 15/10/08, no município de Monte Santo/BA, ao tempo em que **DECLARAM** solidariedade às suas famílias e **EXIGEM** das autoridades competentes a adoção das medidas necessárias à punição dos culpados para que se coíba a violência que se propaga nesta região.

Foi uma tragédia anunciada! Por todas as veredas do sertão montesantense tem-se a dolorosa certeza de que os donos das cercas calaram mais três trabalhadores rurais, numa emboscada na estrada do Projeto de Assentamento Santa Luzia. Suas covas, ao lado dos jazigos dos mártires Romildo da Silva Pimentel e Genilson de Carvalho (Formigão) assassinados da mesma forma, são agora seus quinhões da terra que queriam ver dividida.

Não foram os primeiros e tememos que não sejam os últimos. Há rumores em todo o município de que os fazendeiros organizam uma lista diabólica de condenados. Nela estão relacionados os nomes daqueles que ousaram se insurgir contra a violência do latifúndio e contra a pobreza que assola a população rural, na esperança de uma sobrevivência mais digna e justa.

O Monte, santo no nome, transformou-se em palco de conflitos agrários, violência e mortes. Os dados oficiais denunciam que cerca de 80% do território municipal é composto de terras públicas devolutas pertencentes ao estado da Bahia e que a maior parte destas está concentrada ilegalmente nas mãos de um pequeno grupo de fazendeiros, que se vale do próprio Poder Judiciário para legitimar a grilagem histórica e conta com o vasto aparato policial para a defesa de seus impérios.

Do outro lado estão as comunidades tradicionais de fundo de pasto, os camponeses e uma grande massa populacional de sem-terras que sobrevivem num estado de miséria revelado pelos seguintes Índices: IDH de 0,29 a 0,35; esperança de vida ao nascer entre 52 a 56 anos e coeficiente de mortalidade infantil entre 71 a 90 por mil nascidos, 81 a 90% da população com renda insuficiente e 41% de taxa de analfabetismo.

O INCRA, por sua vez, neste ano de 2008, não implantou nenhum projeto de assentamento de reforma agrária na região, assim como não vistoriou nenhuma das grandes propriedades improdutivas locais. Também a Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA), neste mesmo ano, não regularizou nenhuma área de fundo de pasto, da mesma sorte que não concluiu nenhum procedimento discriminatório de terras devolutas, omissão, descompromisso que tem identificado conflitos agrários.

O Judiciário, noutra senda, não registra nenhuma condenação recente aos autores dos crimes cometidos contra os/as trabalhadores/as rurais na comarca, mas a despeito disto busca incessantemente criminalizar os movimentos sociais de luta por terra, água e direitos e

suas lideranças. Até hoje, espera-se que se faça justiça aos homicídios de Romildo da Silva Pimentel e Genilson de Carvalho, entre outros.

Diante deste cenário e em defesa da vida, **CLAMAMOS** para que as mortes de Tiago, Luis e Josimar sejam investigadas e seus responsáveis sejam punidos e **CONCLAMAMOS** para que toda a sociedade se levante contra essa arbitrariedade e, pela honra do sangue por eles derramado, que a terra seja partilhada e que todos/as tenham terra porque esse é o caminho da PAZ nas terras da Santa Cruz.

Aos 30 de outubro de 2008.

Assinam,

CPT – Comissão Pastoral da Terra, Diocese de Bonfim/BA

CPT Regional NE 3

Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Monte Santo/BA

Movimento CETA Regional Bonfim/Jacobina

CAFFP – Central de Fundo e Feixe de Pasto/Regional Bonfim

FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal;

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar região do sisal;

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar região/Bonfim

EFA – Escola Família Agrícola de Monte Santo/BA

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

STR de Queimadas

STR de Bonfim

STR de Itiúba

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social/Bahia

CJP – Comissão Justiça e Paz/Bahia

CRB – Conselho dos Religiosos da Bahia

AATR – Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais/Bahia

ANEXO 5.3: Texto de Rubem Siqueira sobre o conflito na Areia Grande

Do Riacho Grande a Areia Grande: 30 anos de resistência camponesa à grilagem e aos Iagrocombustíveis, artigo de Ruben Siqueira

Farsa e tragédia, a história da terra no Brasil é a da repetição dos conflitos agrários, suas formas, desmandos e violências. Mesmo depois de “tanta reforma agrária”, “feita” por todos os governos desde o general Castelo Branco até o ex-retirante nordestino e ex-operário Lula. O quadro fundiário se modifica cosmeticamente aqui e ali para continuar o mesmo: a terra sob controle de antigos latifundiários ou modernos empresários, vedada ao acesso dos camponeses sem terra ou com pouca terra. Agora proibida a comunidades tradicionais. O método, o mesmo, da grilagem (apropriação fraudulenta da terra com base em documentos falsos) e da violência, privada ou estatal ou as duas combinadas. A resistência camponesa e a pressão da sociedade não conseguem alterar substantivamente esta “sina”. O afã do agronegócio e o mais recente boom dos agrocombustíveis (chamá-los “bio” é meia verdade) só fazem recrudescer o quadro e a conflitividade.

Há 30 anos, em 1978, auge da Ditadura Militar, 56 famílias de posseiros do Riacho Grande, em Casa Nova, Bahia, 572 km de Salvador, habitantes do lugar desde meados do século XIX, viram-se de uma hora para outra sob o impacto da barragem de Sobradinho. O reservatório regularizou a vazão do rio São Francisco para a produção de energia elétrica e a irrigação agrícola. Mas inundou 412 mil km² e expulsou cerca de 57 mil posseiros ribeirinhos e catingueiros (somados à população relocada de quatro cidades, foram atingidas 72 mil pessoas). Menos de um ano depois chegaram ao Riacho Grande os tratores, os jagunços e a PM da Agroindustrial Camaragibe. Vinda do Rio de Janeiro, vinculada à gente do todopoderoso “czar da economia” Delfim Neto, a empresa captara recursos do Proálcool para produzir combustível à base da mandioca que plantaria numa área de 30 mil hectares de quatro fazendas “compradas” na região. A comunidade resistiu inédita e bravamente e venceu, conseguindo depois os títulos de propriedade de suas terras. Mas não impediu a instalação da empresa na vizinhança, às margens do lago de Sobradinho. Intencionalmente ou não, a empresa faliu e o credor Banco do Brasil ficou com a hipoteca das terras e das instalações industriais. O caso fazia parte do conhecido “escândalo da mandioca”.

Anos depois, as comunidades camponesas vizinhas, que lá habitam há mais de 100 anos, com o abandono da área voltaram a utilizá-la. Com o tempo haviam-se recuperado as matas e a vida natural intensa que tem a caatinga. Além do Riacho Grande, as comunidades de Melancia, Jurema e Salina da Brinca, em comum acordo, vieram soltar seus animais, coletar lenha, plantas medicinais e criar abelhas “oropa”. Atualmente, 300 famílias possuem ali cerca de 15 mil cabeças de caprinos e três mil caixas de abelhas, estas com apoio do mesmo Banco do Brasil no valor de 72 mil reais. A área passou a ser denominada “Areia Grande” e reconstituiu-se em um “fundo de pasto”.

“Fundos de Pasto”

Os “fundos de pasto” são áreas tradicionais no Semi-árido, de posse coletiva e de uso comum, para pastoreio de caprinos (principalmente), por famílias de uma mesma comunidade ou de comunidades próximas, de maneira complementar a agricultura de subsistência, que é feita

em roças cercadas (daí a expressão “fundos”). Remontam à época do fracionamento das sesmarias em fazendas e ocorrem em “terras devolutas”, aquelas que não foram requeridas por particulares após a Lei de Terras de 1850 e, “devolvidas”, passaram à propriedade da União que as repassou aos Estados, logo após a criação da República.

Originalmente presentes em todo o Semi-árido e também no Cerrado (onde recebem o nome de “fechos de pasto” e se destinam ao gado), hoje os “fundos de pasto” estão restritos à Bahia. A partir da Constituição Estadual de 1989, o governo deveria proceder à regularização destas áreas na forma de “direito real de concessão de uso” em favor das comunidades que as utilizam organizadas em “associações de fundo de pasto”. Existem no estado cerca de 300 destas associações, onde vivem 20 mil famílias, mais de 100 mil sertanejos; regularizadas até agora apenas umas 60, pela CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário, órgão responsável do estado.

Reconhecidos como “comunidade tradicional”, os “fundos de pasto” conseguiram assento na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável destas comunidades. Para o povo catingueiro, os “fundos de pasto” são “nosso jeito de viver no sertão”. E uma Articulação Estadual representa seus interesses frente ao Estado e a sociedade.

Com o recente avanço da grilagem e das empresas agrícolas, muitas estrangeiras, nos Cerrados baianos, também aí as comunidades “geraizeiras” (habitantes dos “Gerais”, mais ou menos o mesmo que Cerrados) buscam-se valer dos “fechos de pasto” como defesa e proteção de suas áreas comuns de pastoreio e do seu modo de vida tradicional ameaçado. Devem provocar a retomada de iniciativas de regularização paradas em 1989, desde que a Constituição Estadual também as incorporou como possibilidade e direito!

Tudo outra vez

No dia 6 de março deste ano, um grupo de homens da Polícia Militar, da Polícia Civil, um identificado como da Polícia Federal e outros do temível grupo da PM especializado no combate ao plantio de maconha invadem a Areia Grande, munidos de armas e tratores, destroem casas e chiqueiros de cabras, picotam os arames das cercas, exigem a retirada das colméias e prendem o camponês Raimundo Braga das 7h da manhã às 6h da tarde. Uma mulher acabou sofrendo aborto em consequência. Que documento trazem a “respaldar” a ação? Um “mandato de imissão de posse”, não “de reintegração”, concedido pelo juiz de Casa Nova, Eduardo Ferreira Padilha.

Os beneficiários são Alberto M. Martins, diretor do SAAE de Juazeiro/BA, e Carlos Nizam L. da Silva, empresário em Jacobina/BA. O primeiro seria sócio da Qualitycal Indústria e Comércio Ltda e diretor da Sane Engenharia Ltda, envolvida em escândalo no município de Uauá, e foi condenado, em 2004, pelo Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) da Bahia, por acumular o salário de servidor federal e o de Secretário de Obras do Município de Juazeiro (BA), durante dois anos. O segundo é conhecido especulador imobiliário e o maior intermediário de mamona na região de Jacobina, Mirangaba e Irecê para produção de “biodiesel”.

Ao contestar a ação arbitrária, os advogados da AATR – Associação dos Trabalhadores Rurais da Bahia começaram a desvendar a trama. A dívida da Camaragibe com o Banco do Brasil, algo em torno de 40 milhões de reais atualmente, foi “comprada” por 639 mil reais, numa agência do BB em Nova Iguaçu/RJ, pelos empresários Alberto e Carlos Nizam. Com

poderes assim adquiridos de negociação, eles quitam a dívida milionária dos herdeiros por R\$ 700 mil, e são pagos com os imóveis contíguos supostamente pertencentes à Agroindustrial – as Fazendas Lages, Baixa do Umbuzeiro, Urecê e Casa Nova, exatamente onde estão localizados os “fundos de pasto” da Areia Grande. São “laranjas”; de quem? Para que? Fala-se na região que por trás há gente de “importância nacional” e grande empresa irá plantar agrocombustíveis, como cana-de-açúcar e mamona, e frutas de exportação...

Respaldadas por audiência acontecida em Salvador, com presença das várias autoridades implicadas e do Ouvidor Agrário Nacional, Gercino Silva, cerca de 300 pessoas das comunidades acampam à entrada da área, impedem a construção de guaritas e forçam a retirada de tratores e homens armados. A preocupação é impedir maiores danos e pressionar pela justiça e pelo seu direito como posseiros e da área como “fundo de pasto”. Sofrem nova invasão, por homens encapuzados e fortemente armados, que atiram na direção dos posseiros, agridem-nos verbal e fisicamente, inclusive com tições de fogo e a mulheres e crianças. Quatro dessas são usadas pelos jagunços como escudos humanos para se defenderem contra a reação dos posseiros. Barracos são queimados. Uma assessora, de uma ONG da região, é espancada e tem sua máquina fotográfica quebrada porque com ela registrava as violências. Horas depois chegam PMs, que para surpresa geral conversam amigavelmente com os jagunços encapuzados. Estes só fogem quando a Polícia Federal chega para averiguar denúncias; um deles é preso por porte ilegal de arma e são apreendidos dois automóveis que usavam.

Dias depois, o juiz substituto, Edinaldo Fonseca, concede reintegração de posse às famílias, mas estas afirmam não terem segurança suficiente de retornar a área. Nova audiência com o Ouvidor Agrário Nacional, desta vez pública e em Casa Nova, resultou na revogação pelo juiz titular de sua primeira decisão, que beneficiava os empresários. Os posseiros saem pelas ruas da cidade festejando a decisão. Também a determinação de que o Incra e a CDA devem vistoriar a área, fazer estudos e revisão de processos para regularização do “fundo de pasto”. Porém, ao se fazer cumprir o mandado, o documento se referia apenas aos 11 posseiros que assinam a ação. Os demais foram impedidos de retornar à área.

Em 1º de abril, como parte da jornada de lutas do Dia da Mentira da Transposição do São Francisco, 500 pessoas das comunidades da Areia Grande e de outras acampam na praça central de Casa Nova e dentro da prefeitura municipal. Reivindicam que a polícia acompanhe a reintegração de posse, retire e prenda os pistoleiros; que todos posseiros possam retornar à área; os prejuízos sejam indenizados e se apresse a regularização do “fundo de pasto”.

No dia 3, os posseiros retomaram a área e suas atividades. Até quando terão paz? Por toda a Bahia e país afora comunidades tradicionais têm sido assediadas por grileiros testas-de-ferro de empresas agrícolas e mineradoras. O governo do estado, do petista Jaques Wagner, lança o “Bahiabio”, oferecendo atrativos para que empresários venham investir em agrocombustíveis. Estão sendo disponibilizados 870 mil hectares para cana destinada à produção de etanol e 868 mil hectares de oleaginosas para “biodiesel”. Só na bacia do São Francisco estão sendo disponibilizados 510 mil hectares para cana. Para serem irrigados com água da bacia? Haverá para tanto? O Bahiabio disputa com a transposição?

Não será mera coincidência que isso se dê ao mesmo tempo em que o governo federal recua na política de regularização dos territórios reivindicados por povos e comunidades tradicionais... O Judiciário, como quase sempre, facilita para esses poderosos interesses. A imobilização destas áreas, por força da aplicação da lei, constituem em empecilhos à sanha avassaladora do capital. Por isso mesmo, essas comunidades se revestem de nova

importância, como guardiãs dos bens naturais restantes – que até aqui bem ou mal souberam usar e preservar – e produtoras de alimentos, cada vez mais difíceis pela concorrência com os agrocombustíveis. Nosso futuro depende também destas comunidades de resistência. É nosso dever apoiá-las.

* Mestre em Ciências Sociais, agente da CPT – Comissão Pastoral da Terra / Bahia, atua na bacia do São Francisco.

ANEXO 5.4: Carta do III Seminário de Fundos e Fechos de Pasto

CARTA DO III SEMINÁRIO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO

Nós de fundos e fechos de pasto, reunidos entre 14 e 16 de novembro de 2008, na cidade de Senhor do Bonfim, somos mais de 500 comunidades articuladas nas regiões nordeste, médio e sub-médio São Francisco e no oeste da Bahia. Embora não sejamos tão conhecidos, há mais de 300 anos prestamos grande serviço ao conjunto da sociedade brasileira, mantendo nosso jeito de criar, de viver e de fazer no sertão. Preservamos vastas extensões de caatinga e de cerrado na Bahia, produzimos alimentos, música, festa, dança, educação e saúde sem o devido apoio governamental. Utilizamos o cerrado e a caatinga com o nosso conhecimento, para criar animais, retirar frutos e ervas medicinais. Dependemos e cuidamos dessas áreas naturais. Pelo que já contabilizamos, somos mais de 120 mil pessoas e utilizamos cerca de 1.000.000 ha. Somos freqüentemente ameaçados pela ação de grileiros, mineradoras e pelos impactos desastrosos de grandes projetos que, ao passar por cima de nossas comunidades significam uma perda de todo o patrimônio cultural, social, econômico e ambiental que representamos. Exigimos a intervenção governamental imediata para interromper estas ameaças.

Este III encontro é mais um marco de 30 anos de luta contra os grandes projetos de desenvolvimento que ignoram a nossa forma de viver. Nestes 30 anos, as comunidades de fecho e fundo de pasto têm se organizado para enfrentar as mais diversas ameaças. Nessa luta, os maiores entraves têm sido a falta de garantia e reconhecimento de nossos direitos sobre as terras que ancestralmente ocupamos e a falta de valorização desse nosso modo de viver e produzir com diversidade e conservação ambiental.

Em encontros como esse de 2008 nós buscamos aprofundar as relações entre as comunidades e diferentes regiões, entre grupos da caatinga e do cerrado e descobrir formas de nos apoiarmos nessa busca que é comum: continuar vivendo, produzindo e conservando o ambiente.

O pilar central de nossa luta é obter e garantir terra em quantidade suficiente para que continuemos produzindo, vivendo e prestando os serviços de conservação da caatinga e cerrado. Isso significa a urgente necessidade de regularização fundiária de todas as comunidades de fundos e fechos de pasto.

Ainda que a terra seja o pilar central há diversos outros aspectos dos quais dependemos para sustentar uma vida digna, como educação contextualizada de qualidade, água, atendimento público de saúde, estrutura para comunicação, transporte de pessoas e da produção.....

Para tanto não mais aceitamos a condição a que temos sido submetidos de bater de porta em porta do governo solicitando ações públicas fragmentadas, descontínuas e insuficientes. Exigimos uma atenção pública que alcance a importância do patrimônio que defendemos e os nossos direitos civis, como cidadãos e cidadãs.

Para que os governos Federal e da Bahia assumam seu papel público frente essa realidade é necessário que haja dotação orçamentária específica e participação efetiva dos fundos e fechos de pasto na formulação de políticas públicas integradas, permanente e suficientes. **PRECISAMOS DE UM PROGRAMA BAHIA FUNDO E FECHO DE PASTO COM O MESMO GRAU DE IMPORTÂNCIA DADA A PROGRAMAS COMO OS DE MINERAÇÃO E BAHIABIO.**

SENHOR DO BONFIM, 16 DE NOVEMBRO DE 2008

COMUNIDADES DE FUNDO E FECHO DE PASTO

ANEXO 8.1: O capítulo não escrito

Há um importante capítulo desta tese que não foi escrito. Esta tese é fruto de uma inquietação pessoal sobre a qual não escrevi. Não teria como ser escrito. Refiro-me, aqui, ao componente terapêutico da produção de uma tese, ao menos, desta tese. Este componente terapêutico relaciona-se com minha permanente insegurança em relação ao meu papel como engenheiro agrônomo, cidadão, ser humano, educador ambiental ou professor. Origina-se na sensação pessoal de nunca estar à altura da situação, na dificuldade que sinto e que os outros parecem não sentir. Não me vem, desta sensação, a raiva de Fernando Pessoa no “Poema em Linha Reta” (“Nunca conheci quem tivesse levado porrada...”).

Em 1993, comecei a estagiar na Associação Comunitária Rural Alvorada, na periferia de Americana-SP. Procurei meu orientador, Ademir, para dizer que eu não sabia o que fazer, como fazer ou o que dizer para os assentados. Ele me acompanhou à reunião seguinte com os agricultores e fez algo surpreendente, que na época me deixou chocado; ele pediu a palavra e me denunciou: - “Gente, o Luiz não sabe o que fazer quando vem aqui trabalhar com vocês.” Hoje eu acho que esta foi uma porrada muito pedagógica.

Permanece em mim a eterna sensação de falta de clareza: não ter claros os conteúdos do programa de extensão e educação das estações experimentais da ESALQ (1998-2000), as formas e conteúdos do curso de especialização em educação ambiental da UEFS (2000-2004), o modo de trabalhar com os alunos de graduação e, finalmente: - “O que é possível realizar com esse pessoal dos fundos de pasto?”

Talvez, o maior papel terapêutico dos FP esteja na diferença entre as pessoas que os compõem e eu. A necessidade de compreender quem somos nós, nesse encontro de estranhos, fica ainda mais óbvia do que quando lido com jovens da classe média da universidade ou da educação ambiental. Qualquer tentativa de impor um fragmento pessoal ficaria ainda mais incômoda e ridícula. Minha inapropriação encontrou, nos fundos de pasto, um lugar em que ela parece mais natural. A partir desta tese, ficou mais fácil aceitar o universo de incertezas de todo encontro.

Ao mesmo tempo, um contexto repleto de urgências, como o dos fundos de pasto, ensinou-me que aceitar um universo de incertezas não significa, simplesmente, viver a alegria do encontro na diferença. Os fundos de pasto vivem dilemas reais. Estes dilemas socioambientais dizem respeito a todo mundo. Há enigmas que são explicitados para estes coletivos que se encontram. A esfinge da contemporaneidade ameaça: decifrem-me ou os devoro. A partir da enunciação dos enigmas, podemos articular alianças, jogos, experimentos e trocas que podem construir respostas, sempre provisórias, até o próximo enigma. Podemos começar a contar mil e uma histórias sem fim, em que uma puxa outra, como Scheherazade.

Como disse Calvino, ao se referir às inúmeras cidades invisíveis: - “De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. - Ou às perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge.”